Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 02 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 5 de janeiro de 199

Corregedores de Justiça brasileiros propõem valores unificados para custas e emolumentos

A instituição de tabela única para cobrança de custas processuais e emolumentos das serventias extrajudiciais nos 27 Estados e Distrito Federal é, hoje, um dos mais discutidos projetos dos corregedores de Justiça do Brasil. Com a uniformização, os magistrados pretendem corrigir disparidades atualmente observadas entre os regimentos de custas em todo o País.

Segundo o juiz André Guimarães, corregedor auxiliar da 2ª região, "em Pernambuco, por exemplo, onde esses valores são dos mais baixos, as custas mais caras ficam em torno de R$ 1.500,00. Em alguns outros Estados, o mesmo serviço chega a atingir algo em torno de R$4.000,00", disse. A uniformização, entre outras propostas, foi apresentada durante o XVI Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça (Encoge), realizado em dezembro, em Boa Vista-RR.

Representante do corregedor pernambucano, desembargador Mário Melo, no XVI Encoge, o juiz André Guimarães informou que a implantação de uma tabela unificada para todo o território nacional depende principalmente do Poder Legislativo de cada Estado.

Em relação ao funcionamento das serventias extrajudiciais, os corregedores brasileiros defendem a realização de concurso público para o preenchimento de vagas funcionais nos respectivos cartórios. Não existem, ainda, na maioria dos Estados, normas regulamentares sobre o assunto, que também é da competência dos legislativos estaduais.

A Carta de Boa Vista, onde estão registrados os resultados do encontro, alerta para a necessidade de criação de instrumentos legais mais eficazes de fiscalização dos atos das serventias extrajudiciais. Para corrigir a deficiência, os corregedores sugerem a implantação do selo de fiscalização, a exemplo do que já é adotado no Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Acre.

Em estudo pelo Tribunal de Justiça para implantação em Pernambuco, o selo de fiscalização é, no momento, segundo o juiz André Guimarães, "o modo mais eficiente que o Estado pode dispor no sentido de corrigir desvios no sistema de arrecadação no setor".

Como os demais corregedores participantes do Encoge, o desembargador pernambucano Mário Melo defende tabela única para cobrança de custas extrajudiciais.

Encoge reafirma importância dos Juizados

Mais uma vez, os corregedores gerais destacaram os Juizados Especiais Cíveis e Criminais como instrumento facilitador do acesso da cidadania aos serviços do Judiciário. Na Carta de Boa Vista, os participantes se propõem a estimular a política de implementação dos JECs em todas as Comarcas. Os desembargadores entendem que, atualmente, pela gratuidade e rapidez observadas nos serviços prestados, os juizados constituem a principal porta de acesso à Justiça principalmente para as pessoas de baixa renda.

A Carta de Boa Vista sugere, ainda, que a disseminação dos Juizados deve contar com a parceria dos executivos municipais e estaduais, além de organizações não-governamentais, como a Ordem dos Advogados do Brasil e instituições de ensino superior locais, entre outras. A proposição se baseia no princípio de que a garantia dos direitos inerentes à cidadania, em particular a prestação da assistência judiciária, não é papel exclusivo do Judiciário, mas do Estado, constituído pelo conjunto dos três poderes.

Não é a primeira vez que os corregedores gerais de Justiça brasileiros exaltam os serviços dos Juizados Especiais. O XIII Encoge, no início do ano, também dizia que o aperfeiçoamento do Judiciário, objetivando eficiência e acesso facilitado à população, é fator imprescindível para o exercício da cidadania e afirmação do regime democrático.

Penas alternativas - a aplicação de penas alternativas, em substituição à privativa de liberdade, foi outro assunto bastante explorado durante o XVI Encoge. "O encarceramento não ressocializa e só deve ser infligido àqueles reconhecidamente irrecuperáveis ou praticantes de infrações hediondas", diz a Carta de Boa Vista. Mesmo nos casos em que se justifique o cárcere, os corregedores defendem a inserção social progressiva do réu.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ebério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Marcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.0163
e-mail: sales@pjc.pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 03 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 6 de janeiro de 1999

Câmara de Olinda aplaude Agenda Livre

O programa Agenda Livre, audiência pública em que o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, atende pessoalmente em seu gabinete pessoas que têm sugestões, reivindicações e queixas acerca do Judiciário, recebeu Voto de Congratulações da Câmara Municipal de Olinda.

Proposição do vereador Fernando Gondim Júnior, a iniciativa se justifica no sucesso do projeto que, desde abril, quando foi implantado, já proporcionou atendimento imediato a mais de 500 pessoas, com cerca de 80% de resolução dos problemas relatados, como agilização de processos, realização de testes de DNA e além de casos administrativos e funcionais.

Criado em abril, e sempre atendendo na primeira sexta-feira do mês, o Agenda Livre também foi levado às Comarcas de Caruaru, Garanhuns, Triunfo, Petrolina e Paulista.

Sucesso desde que foi implantado, será mantido até o final da gestão. A primeira audiência do ano está marcada para a sexta 8. As pessoas serão atendidas por ordem de chegada.

Nos dias de Agenda Livre, seja na capital ou no interior, a população costuma chegar cedo para ser atendida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão. Em geral, processos atrasados constituem a principal queixa. Pedidos para realização de exame de DNA, para ações de reconhecimento de paternidade, têm aumentado nas audiências públicas realizadas no Recife.

População demonstra interesse em conhecer o Judiciário estadual

Funcionários do TJ acompanham os visitantes durante o Tribunal Tour. Grupos estrangeiros têm ajuda de um guia que fala Inglês

Turistas das mais diversas regiões, estudantes e juristas estrangeiros já fazem parte do cenário do Tribunal de Justiça. De junho a dezembro, mais de 750 pessoas participaram do projeto Tribunal Tour, implantado pela Assessoria de Cerimonial, proporcionando a grupos de até 50 visitantes conhecer a arquitetura e o funcionamento do Judiciário pernambucano. Segundo a assessora Pollyana Torres, as visitas diárias serão mantidas este ano das 8 às 18h. Os interessados podem entrar em contato através do telefone 224.5747. Com explicações sobre os mais diversos setores, o passeio reserva também curiosidades sobre o mobiliário do Tribunal de Justiça, o Salão dos Passos Perdidos e a antiga Sala de Casar, hoje, Salão Nobre. Por motivos de segurança, decorrência do difícil acesso, apenas grupos de até seis pessoas, podem ainda visitar a Cúpula, de onde se consegue uma das mais belas vistas do Recife.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: ailer@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 04 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 7 de janeiro de 1999

TJPE vai ampliar abertura para a sociedade e melhoria de serviços

Sérgio Marcos

A conclusão das obras do novo Fórum do Recife, a informatização de todas as Comarcas e a implantação da Ouvidoria Judiciária são os principais objetivos estabelecidos pelo Tribunal de Justiça para 1999. "Esses três projetos constituem a base para se chegar a duas maiores e mais importantes metas, que são a melhoria da prestação de serviços e a abertura do Judiciário para a sociedade", esclarece Acácio Carvalho, diretor adjunto do Planejamento e Organização.

Em andamento na Ilha de Joana Bezerra, a construção do Fórum é, pela sua dimensão, o mais ousado daqueles projetos. Seu terreno espaçoso e em localização privilegiada, com acesso viário rápido, beneficiará tanto ao portador de carro próprio, dispondo de amplo estacionamento, quanto ao usuário de ônibus de quase todos os bairros do Grande Recife.

Projetado para abrigar 83 varas, Corregedoria, biblioteca, auditório e dois tribunais de júri, o edifício do novo Fórum terá como principal mérito a melhoria da prestação dos serviços da Comarca da Capital, unificando os trabalhos num mesmo local. Contudo, o projeto arquitetônico adotado, mesclando o clássico da tradição arquitetônica da Grécia Antiga com o que existe de mais moderno em tecnologia, fará também do novo Fórum mais um monumento na paisagem do Recife.

Além de melhorar a qualidade dos serviços, a Presidência do TJPE também está empenhada em promover uma abertura deste Poder à sociedade. Nesse sentido, a implantação da Ouvidoria Judiciária, aprovada pelo Tribunal Pleno em setembro passado, constitui outro importante objetivo. A iniciativa da Ouvidoria visa dar maior transparência aos serviços da Justiça, diminuindo, ao mesmo tempo, a distância entre a sociedade e este Poder. Através dela o cidadão que se sente de algum modo prejudicado por ineficiência dentro do Judiciário estadual poderá externar sua insatisfação e buscar soluções. A Justiça pernambucana é a primeira no Brasil a aplicar essa experiência.

Foto: Assis Lima

Em construção, o Fórum do Recife é considerado o mais ousado dos projetos do Judiciário

No processo de informatização da Justiça estadual, iniciado desde os primeiros dias da atual gestão, com a gradativa instalação de computadores nas diversas Comarcas, está prevista a implantação do Judwin. Esse sistema de controle processual permitirá às partes interessadas o acompanhamento de qualquer processo, em qualquer Comarca, do Interior à Capital, sem que para isso precise sair de casa.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ditério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto. Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone/fax(81) 419-3351 Fax 424.1163
e-mail: asis@tjpe.gov.br

TJPE registra saldo positivo em 98

Foto: Assis Lima

Para Acácio Carvalho, o saldo foi positivo devido a iniciativas como o Projeto Agenda Livre, a aprovação da Ouvidoria e a campanha publicitária que informa a sociedade sobre seus direitos e deveres

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) encerrou 1998 com pelo menos 70% das metas estabelecidas alcançadas. A conclusão, apresentada por Acácio Carvalho, coordenador adjunto de Planejamento e Organização, é baseada em avaliação de secretários e diretores dos diversos departamentos que integram a estrutura administrativa do TJPE. Realizada em novembro passado, a análise leva em consideração as metas alcançadas a partir dos cinco objetivos específicos previstos pelo Plano de Gestão para o biênio 1998/2000.

O item moralização, que prevê a máxima fiscalização das atividades do Judiciário, no sentido de impedir ações que firam a ética, com 82% das metas alcançadas, e o item abertura para a sociedade, com 74% de realizações, foram os que atingiram maiores índices. Em ordem decrescente seguem os que prevêem a melhoria da infraestrutura (74%), valorização profissional (61%) e melhoria da prestação de serviços (56%).

A melhoria da prestação de serviços pode ser traduzida na constante busca de agilidade e qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. O baixo rendimento alcançado neste item se deve principalmente à não informatização do 1º Grau dentro prazo previsto, que era até o final de 98. "Foi uma previsão otimista, mas impossibilitada diante da complexidade do sistema que está sendo adotado, que é o Judwin. O processo de implantação continua em andamento. Em maio já terá sido implantado na Capital", prevê Edmundo Godoy de Mendonça, diretor de Informática do TJPE.

Ainda segundo Mendonça, a implantação do Judwim, até o final do ano, resultará numa economia de quase metade do tempo dos funcionário do Judiciário. "No Tribunal de Justiça de Santa Catarina, hoje totalmente informatizado, uma pesquisa revelou que, antes da informatização, os servidores perdiam 40% do seu tempo nos balcões, atendendo usuários em busca de informações sobre processos", disse ele. S.M.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 05 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 8 de janeiro de 1999

Juízes realizam audiências de presos no Aníbal Bruno

Acompanhados da direção do presídio, os juízes visitaram dependências do Aníbal Bruno, antes do início das audiências

Oito juízes auxiliares começaram, ontem, a ouvir cerca de 200 presos no Aníbal Bruno. Durante o recesso forense no mês de janeiro, os magistrados vão trabalhar naquele presídio, convocados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão. A medida, com apoio do secretário da Justiça, Humberto Vieira de Melo, tem o objetivo de agilizar processos parados porque os detentos deixaram de comparecer a audiências no Fórum Paula Batista, por falta de escolta e viaturas policiais.

A iniciativa mudou a rotina do Aníbal Bruno que recebeu reforço militar do Batalhão de Choque e da Companhia de Operações, além do efetivo de agentes penitenciários. Implantado pelo capitão Galindo, diretor do presídio, o esquema visa garantir a ordem e a tranqüilidade e a integridade da equipe. Os juízes vão trabalhar pela manhã e à tarde, divididos em grupos de três e quatro, em salas de apoio administrativo do Presídio Aníbal Bruno. Os depoimentos serão registrados em laptops, computadores portáteis, e imediatamente anexados aos processos. A intenção do desembargador Etério Galvão e do secretário Humberto Vieira de Melo é que a iniciativa possa ser mantida, mesmo depois do recesso forense e, gradativamente, estendida aos demais presídios.

Com uma capacidade para 523 presos, o Aníbal Bruno tem atualmente cerca de 2.400 presidiários. O atraso dos processos se deve, em parte, à falta de viaturas e de policiais para fazer a escolta dos detentos às audiências. De acordo com o presidente Etério Galvão, a alternativa encontrada elimina não apenas a dificuldade de transporte, mas evita fugas e garante maior segurança à população.

A maioria dos detentos interrogados nesse período responde a processos por crimes de roubos, entorpecentes, latrocínio e homicídio.

Juízes - Os convocados pelo presidente do Tribunal de Justiça, para trabalhar durante o recesso forense, conforme ato 2162, publicado no DO de 22 de dezembro, são juízes de 1ª entrância que não tiraram férias por não terem ainda um ano de magistratura. Coordenados pela juíza Maria Aury Alexandre, da 2ª Vara Criminal, atuarão como auxiliares dos juízes plantonistas da Capital.

Segundo o presidente Etério Galvão, o interrogatório no presídio onde se encontra o réu é uma alternativa implantada em caráter experimental, devendo ter sua conveniência avaliada pelo Tribunal de Justiça.

Recife pode ganhar foro de audiências criminais

O secretário Humberto Melo e o desembargador Etério Galvão discutiram a construção de um local para interrogatórios

A criação de um Foro de Audiências Criminais pode ser mais um caminho na agilização de processos de réus presos. A proposta foi apresentada pelo secretário da Justiça, Humberto Vieira de Melo, ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, ontem, durante o início do plantão judiciário que o TJ vai manter, este mês, com interrogatório de detentos no presídio Aníbal Bruno.

De acordo com o secretário, será preciso construir um prédio com 17 salas, em terreno vizinho ao Aníbal Bruno, onde as audiências de interrogatório seriam realizadas, evitando o transporte e a escolta dos presos. O projeto foi entregue ao desembargador Etério, que determinará estudos à Assessoria Técnica do Tribunal de Justiça, visando ao levantamento de custos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gouveia

Redatores:
Roberta Tavares e Rêgo Marcos

Fotografia:
Antônio Lúcia e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Praça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone/(081) 419-3281 Fax 426-1343
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 06 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 9 de janeiro de 1999

Ano Novo com novos serviços no Ambulatório

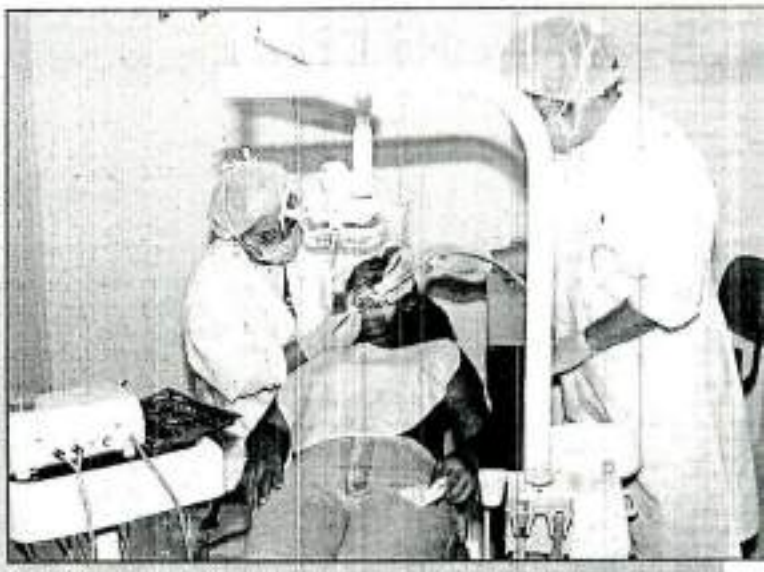
O Ambulatório Médico-Odontológico do Tribunal de Justiça iniciou o ano de 99 ampliando suas áreas de atendimento. São quatro novas especialidades já em funcionamento: Fonoaudiologia, Oftalmologia, Ortopedia e Traumatologia, além de Otorrinolaringologia, que tem atendimento previsto para início de fevereiro.

A exemplo do que ocorre nas demais especialidades, os novos serviços do Ambulatório atendem a todos os servidores do TJPE - efetivos, comissionados ou à disposição - e seus dependentes. O atendimento é extensivo aos funcionários de empresas prestadoras de serviço. No caso desses, porém, os dependentes não têm direito.

O Ambulatório de Oftalmologia, com consultas de segunda a quinta-feira, a partir das 13h30, dispõe, segundo o médico Fernandes Arteiro, coordenador de Saúde do TJPE, de equipamentos de última geração, com o que há de mais moderno, possibilitando completa e segura revisão oftalmológica aos usuários.

Os consultórios de Ortopedia e Traumatologia, onde são assistidos os casos de problemas de coluna, tendinites e dores articulares, estão disponíveis nos dias de segunda, terça e quinta-feiras, a partir das 14h.

As iniciativas do ambulatório refletem a preocupação do TJPE em oferecer serviço de qualidade ao usuário da unidade médico-odontológica. Há pouco tempo, 12 atendentes participaram, durante quatro meses, de um curso de formação em auxiliar de odontologia.



Juízes retornam para ouvir detentos no Presídio Aníbal Bruno

As audiências de réus presos serão realizadas diariamente até o final do mês de janeiro

O Presídio Aníbal Bruno voltou a receber, ontem, os juízes que estão trabalhando em regime de plantão, realizando audiências de réus presos. O trabalho, iniciado quinta-feira (7), vai até o final do mês, como reafirmou, ontem, o presidente do Tribunal, Etério Galvão, que garantiu, ainda, a devida intimação do Ministério Público das audiências, conforme determina a legislação.

Segundo o presidente, o MP foi devidamente intimado, em tempo hábil, não havendo razão para polêmica sobre o fato. "Com a realização das audiências no presídio o Judiciário está trabalhando, fazendo o que lhe compete", ressaltou.

Os interrogatórios foram determinados através de portaria do Tribunal de Justiça, diante da não realização de diversas audiências, nos últimos 60 dias, em virtude da falta de pessoal para escolta policial. Até o final de janeiro, pelo menos 200 detentos serão ouvidos no Aníbal Bruno e na Colônia do Bom Pastor.

Curtas

Consultoria - A Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça está, agora, sob o comando de Laiza Leão. Empossada pela secretária de Administração, Olga Cruz, a atual chefe da Consultoria assume o cargo com importantes serviços já prestados ao mesmo departamento, cujo quadro integra desde 95. Presidiu a Comissão Especial de Licitação executando, em menos de dois meses, o processo de seleção e contratação da construtora responsável pelas obras do novo Fórum do Recife. A mesma cerimônia deu posse a Angela Bezemat, na função de diretora adjunta da Secretaria de Administração.

Encoge - O corregedor geral, desembargador Mário Melo, vai coordenar todos os encontros nacionais que o Colégio de Corregedores Gerais de Justiça tiver de realizar durante o ano de 1999.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônia Gurgel

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 426.1163
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 07 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 12 de janeiro de 1999

Tribunal de Justiça inicia plantão judiciário na Colônia do Bom Pastor

Cinco detentas recolhidas à Colônia Penal do Bom Pastor, no Engenho do Meio, foram interrogadas, ontem, pelo juiz Idilio Oliveira, que está participando do trabalho de realização de audiências criminais nos presídios do Recife. O mutirão se estende até o final do mês, quando termina o recesso forense.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, compareceu ao interrogatório, acompanhado da secretária de Administração, Olga Cruz; do secretário Judiciário, Edson Galvão, e do assessor especial da presidência, Jones Figueiredo. O grupo visitou as dependências do Presídio e conversou com algumas detentas, que informaram sobre o trabalho de ressocialização que é desenvolvido no local.

As audiências nos presídios continuarão a ser realizadas até o final do mês, com possibilidade de serem permanentes

Os interrogatórios no Presídio Aníbal Bruno e na Colônia Penal vão ocorrer até o final do mês e foram determinados pelo presidente Etério Galvão, já que pelo menos 200 detentos deixaram de ser interrogados, nos últimos 60 dias, em virtude da falta de escolta policial para transporte dos presos. "As audiências nos presídios geram economia para os cofres do Estado, mas nosso objetivo maior é a economia processual", ressaltou Galvão, que irá submeter ao Conselho da Magistratura o projeto para realização, em caráter permanente, das audiências criminais nos presídios localizados no Recife.

Agenda Livre orienta em casos de desinformação

A desinformação é a maior dificuldade enfrentada pelos cidadãos. Pelo menos é o que se constatou em muitos dos 55 casos atendidos pelo desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça, durante o primeiro Agenda Livre do ano, sexta-feira.

Assim como Neildes Dias Leite (47), residente na Imbiribeira, que teve o marido, Francisco Sales de Avelino (51), preso desde 97 sob acusação de porte ilegal de arma, outras pessoas atendidas também revelaram desconhecer até a existência da Defensoria Pública, através da qual o Estado coloca advogados à disposição da sociedade, com o propósito de oferecer assistência gratuita a quem não pode pagar um profissional. Ela foi encaminhada à Defensoria Pública, onde deverá ser solicitado um habeas corpus em favor de Avelino.

A desinformação também atrapalha os planos de casamento do aposentado Luís Soares de Mendonça, 72 anos, residente no município de Aliança. Embora seja desquitado há muito tempo, Mendonça não conseguiu legalizar a situação civil com sua esposa anual, Josefa Avelina da Silva, com quem vive há 39 anos.

Ao procurar o Cartório de sua cidade, ele apresentou a Certidão de Óbito da primeira esposa, a qual quando faleceu já estava casada com outro, constando, portanto, sobrenome diferente do que era adotado no tempo em que vivia com Mendonça. Ele recebeu instruções de como deverá proceder, daqui por diante, podendo retornar ao Tribunal de Justiça, caso ainda encontre dificuldades.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asice@tjpe.gov.br

TJPE refaz cálculos de gratificação de incentivo

Por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça, serão revistos os cálculos da concessão de gratificação de incentivo à produtividade dos servidores à disposição do Poder Judiciário. Já a partir do contracheque de janeiro, esses servidores não mais receberão 120%, com limite de R$ 800,00, sobre todos os itens de remuneração do órgão de origem.

Segundo a diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, a Ordem de Serviço 01/99 determina que a gratificação de incentivo seja calculada apenas sobre o vencimento-base, padrão ou soldo do cargo do servidor. A DRH avaliará o impacto da medida sobre a folha de pagamento e a economia que será feita pelo Tribunal de Justiça. "O objetivo é adequar os gastos do Judiciário aos tempos de poucos recursos".

Também será revista a gratificação paga pelo Judiciário a servidores que trabalham em áreas que oferecem risco de vida e saúde, regulamentada nos decretos estaduais 11.860 e 11.983, ambos de 86. Como determina a Presidência, a Diretoria de Recursos Humanos tem o prazo de 90 dias, a contar de primeiro de janeiro, para rever e adequar a concessão do benefício.

A Diretoria de Recursos Humanos está revendo os cálculos da gratificação de incentivo e adequando a concessão da gratificação de servidores que trabalham com risco de saúde e vida, como determina a Presidência do TJPE

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 08 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 13 de janeiro de 1999

TJPE realiza compra de móveis para Fóruns e Juizados

Encontra-se em andamento, por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), um processo de licitação para compra de móveis. A iniciativa visa suprir as necessidades de mobiliário atualmente verificadas em Fóruns do interior e alguns Juizados.

Também serão beneficiadas diretorias dentro do próprio Palácio da Justiça, além da Bilbioteca e Ambulatório Médico-Odontológico do TJPE. Ao todo são 34 itens, entre poltronas, cadeiras, armários, estantes, arquivos, mesas de trabalho, balcões para recepção, entre outros, totalizando 5.028 unidades.

Segundo Amélia Carvalho, presidente da CPL, as empresas interessadas em participar da concorrência deverão entregar os envelopes da Habilitação de Propostas de Preços até às 14h do próximo dia 5 de fevereiro, quando então será realizada a sessão pública de abertura e análise dos conteúdos. A CPL funciona no 7º andar do Fórum Paula Batista, onde poderão ser obtidas outras informações e também pelos fones 224.8901 ou 419.3462.

De acordo com a Portaria 04/98, publicada pela Comissão Permanente de Licitação, a concorrência adotada é a do tipo menor preço, com critério de julgamento por item. Deste modo, entre as concorrentes pode haver mais de uma vencedora, uma vez que não será considerado apenas o valor total dos itens licitados. Em outras palavras, a empresa que vier a fornecer os armários em madeira, por exemplo, não será necessariamente a fornecedora dos armários de aço. Este, ou qualquer outro item, poderá ser comprado a outro fornecedor que apresentar o menor preço.

O Tribunal vai comprar móveis em aço e madeira, explica Amélia Carvalho, para melhoria de fóruns, juizados, departamentos e biblioteca

Esmape seleciona candidatos ao curso da magistratura

Mais de 400 candidatos, bacharéis em Direito, participam domingo do processo de seleção para o Curso de Preparação à Magistratura da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Até amanhã, ainda podem receber, na Escola de Administração da Fesp/UPE, o cartão de inscrição que será exigido com a identidade, na hora da prova. Com 100 questões objetivas, elaboradas e aplicadas pelo Instituto Pernambucano de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico - Ipadi, a prova começa às 8h, sem direito a consulta, na Faculdade de Enfermagem, no campus da Universidade de Pernambuco. Os candidatos devem chegar com uma hora de antecedência e terão cinco horas para responderem a prova. O curso de preparação à magistratura começa no dia primeiro de fevereiro, à noite, com duração de três semestres, onde funciona o Colégio Americano Batista. De acordo com o supervisor da Esmape, juiz Virgínio Marques, são 140 vagas.

Aplauso

Por unanimidade, a Câmara Municipal de Lajedo aprovou Voto de Aplauso ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão. O motivo é a campanha publicitária, veiculada em rádios, jornais e televisões, lançada pelo Poder Judiciário, ano passado, orientando a população a utilizar os serviços da Justiça e em defesa da cidadania. A homenagem foi proposta pelo vereador Jorge Welliagton de Matos, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela atual gestão do TJPE.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asicom@pe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 09 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 14 de janeiro de 199

Juizados Especiais passarão por mudanças

Roberta Tavares

Este será um ano especialmente movimentado para os Juizados Especiais. O processo de informatização, que será concluído em junho, trará mudanças na estrutura funcional de todos os 22 JECs cíveis e criminais em Pernambuco. Micros e impressoras já comprados, o Tribunal de Justiça dará início imediato à instalação dos equipamentos e os servidores, que serão todos treinados, estarão aptos a agilizar o serviço com a implantação de novas rotinas de atendimento.

De acordo com a coordenadora geral dos Juizados, Gisela Pires, instalados em junho e em novembro do ano passado, os de Garanhuns e de Caruaru já funcionam nesses novos moldes, servindo de parâmetro para as mudanças que o Tribunal de Justiça pretende implantar nos demais, tudo com o objetivo de manter a finalidade para a qual foram criados: agilizar os processos cíveis inferiores a 40 salários mínimos e os criminais de menor potencial ofensivo.

Em dezembro, os conciliadores de todo o Estado participaram de um curso de conciliação para aumentar o índice de acordo entre as partes e diminuir o número de processos encaminhados às audiências de instrução e julgamento. Análise da coordenação indica que a conciliação, hoje abaixo de 30%, é devido à grande demanda que os Juizados enfrentam atualmente sem estrutura adequada de atendimento.

Os resultados práticos do curso de conciliação serão vistos a partir de fevereiro, quando os conciliadores retornarão às salas de audiência depois do recesso forense. Os demais servidores também serão reciclados em suas áreas de atendimento, além de receberem treinamento em informática, item primordial das mudanças previstas. O TJ está avaliando a viabilidade de utilizar nos JECs pernambucanos um programa específico para Juizados Especiais, usado com sucesso pelo Judiciário de Santa Catarina e de Sergipe.

Foto: Ricardo Fernandes

Gisela Pires informa que o Tribunal de Justiça está fazendo o levantamento de todos os processos em tramitação nos fóruns do Interior. Os que forem relativos à Lei 9.099 serão transferidos para os Juizados Especiais

Juizados Especiais

Total - Pernambuco dispõe de 22 Juizados Especiais, cinco estão na Região Metropolitana (Cabo, Camaragibe, Cavaleiro, Olinda e Paulista) e oito na capital, incluindo o das Relações de Consumo e o de Execuções. Três em todo o Estado são Criminais (Recife, Garanhuns e Caruaru).

Execuções - O Juizado Especial das Execuções Cíveis vai se mudar. A partir de fevereiro (a data vai ser marcada) passa a funcionar na Rua Jacira, vizinho ao Juizado de Afogados. Instalado em 3 de junho, na Ilha do Leite, o JEC das Execuções recebeu mais de seis mil ações registradas até novembro. A demanda de processos, segundo a coordenadora Gisela Pires, é o motivo da mudança. As novas instalações oferecem maior comodidade ao usuário e melhores condições de trabalho.

Vitória de Santo Antão - O Judiciário vai dispor de mais um Juizado Especial Criminal. Vitória foi a Comarca escolhida, devendo beneficiar a população a partir de fevereiro. O JEC vai ser instalado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, no mesmo prédio do Juizado Cível, na Rua Joaquim Nabuco, 256, Centro, recebendo ações de menor potencial ofensivo. Os processos dessa natureza que tramitam no Fórum serão transferidos para o novo Juizado, informa a coordenação geral.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424-1565
e-mail: asis@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 10 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 15 de janeiro de 199

Judiciário vai movimentar contas no Banco do Brasil e Caixa Econômica

Por decisão do desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça, a partir de 1º de fevereiro os depósitos judiciais de execuções fiscais - ações que o Estado move para cobrar impostos atrasados - serão realizados em conta da Caixa Econômica Federal. Já os depósitos de execuções cíveis e de recursos em ações que transitam nos Juizados Especiais terão conta aberta no Banco do Brasil.

A novidade é uma decorrência da privatização do Banco do Estado de Pernambuco - Bandepe. Uma lei federal prevê que a movimentação de contas de órgãos públicos deve ser realizada exclusivamente em bancos oficiais. Como Pernambuco não dispõe de outra instituição financeira, o TJ recorreu aos bancos federais.

Esta, porém, não será a primeira vez que o Tribunal de Justiça estará mantendo relações financeiras com o BB e CEF. O recolhimento de receitas próprias, como custas processuais, taxas judiciais e de serviços notariais (pagas pelos cartórios extrajudiciais), além da folha de pagamento, há tempos já são distribuídas entre as três instituições. Atualmente ainda há funcionários que recebem pelo Bandepe, CEF ou BB. "Isso ocorre porque algumas cidades do interior não dispõem de agências do Bandepe ou porque o próprio funcionário optou por receber seu salário através de uma das outras duas instituições", explicou Aldo Ramos Filho, diretor financeiro do TJ. Também segundo Ramos Filho, ainda não há nenhuma decisão de excluir o Bandepe do pagamento de salários. Além disso, está em estudo a conveniência de se unir todas as contas dos salários num só banco ou mantê-las distribuídas. "Por enquanto não queremos ficar dependendo de uma só instituição", disse ele.

Servidores continuam recebendo em conta do Bandepe porque, segundo o diretor Aldo Ramos, ainda não há nenhuma decisão quanto a se excluir o ex-banco estadual do pagamento de salários

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio
- Recife-PE CEP-50.010-040
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: sore@ipe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 11 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 16 de janeiro de 1999

Bom Pastor terá esquema permanente de interrogatório

Convocado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, para realizar interrogatórios no Bom Pastor, durante o mês de janeiro, o juiz Idílio Oliveira de Araújo vai ser mantido em esquema permanente de audiências naquela colônia penal feminina.

Juiz substituto na Comarca de Santa Maria do Cambucá, a 130 km do Recife, Idílio Araújo virá todas as sextas-feiras, a partir daquele mês, realizar os interrogatórios. Ele aguarda ofício da direção do Bom Pastor, informando os processos em tramitação em todo o Estado, em que figuram detentas do Bom Pastor.

Os interrogatório podem ser realizados na colônia penal feminina até duas vezes por semana, desde que o juiz constate a necessidade de aumentar o número de audiências, em virtude da quantidade de processos existentes. Segundo ele, além dos processos em tramitação no Interior, há em andamento nas 13 Varas Criminais do Recife cerca de 90 ações de mulheres presas no Bom Pastor.

"A medida já devia ter sido tomada há mais tempo", disse o magistrado ao se referir à realização de interrogatórios no presídio Aníbal Bruno e na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, iniciativa que o presidente Etério Galvão implantou no mês de janeiro para agilizar o andamento de processos que se encontravam paralisados por falta de viaturas e policiais para escoltar presos às audiências no Fórum Paula Batista.

Segundo Idílio Araújo, a experiência também tem sido gratificante para as detentas do Bom Pastor que se vêem "livres do constrangimento de serem algemadas e transportadas em camburão", como acontecia quando eram intimadas para interrogatório fora do presídio.

TJPE e UFPE assinam convênio para curso de pós-graduação em Psicologia Jurídica

Helena orienta os interessados no curso a pedir informações no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE, pelos telefones 271.8371 e 271.8373

Numa iniciativa do Centro de Apoio Psicossocial, profissionais de Psicologia, Serviço Social e Direito que trabalham no Tribunal de Justiça serão selecionados para o primeiro curso de pós-graduação latu senso em Intervenção Psicossocial às Famílias no Judiciário.

Em fevereiro, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Mozart Neves, assinarão o convênio para a realização do curso que será coordenado por Ana Cristina Brito Arcoverde, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE.

Aprovada pelo MEC, a especialização terá 40 vagas, sendo 20 destinadas aos funcionários do Tribunal. Segundo Helena Ribeiro Fernandes, chefe do Centro de Apoio Psicossocial, será pré-requisito que os candidatos trabalhem na emissão de pareceres. As inscrições estarão abertas no período de 18 a 26 de fevereiro.

Os participantes, selecionados de primeiro a cinco de março pelos critérios de entrevista e análise de currículo, terão uma carga horária de 372 horas/aula, três unidades temáticas e dez disciplinas que incluem Instituição e Poder, Afetividade, violência doméstica e crime, Proteção social à criança e ao adolescente e Metodologia do ensino superior.

Entre os professores, nomes como Ada Pellegrino, terapeuta de família e integrante do Departamento Jurídico da PUC de São Paulo, e Dayse César Bernardi, do Tribunal de Justiça psulista e professora de Psicologia Jurídica. O curso de pós-graduação em Intervenção Psicossocial às Famílias no Judiciário terá duração de março a novembro.

Agenda

Rondônia - interessados na carreira pública em Rondônia podem se inscrever para o concurso que o Ministério Público vai promover naquele Estado. As inscrições estão abertas até o dia 26 de fevereiro e as informações podem ser obtidas pelo telefone 069-224.7404, pelo fax 069-224.6615 e ainda pela internet, no endereço http://www.mp.ro.gov.br.

Preparação à Magistratura - terá início no dia primeiro de fevereiro, o curso de Preparação à Magistratura, que a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco oferece a bacharéis em Direito. Os inscritos serão selecionados domingo, em prova elaborada e aplicada pelo Instituto Pernambucano de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico - Ipadi.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social: Mércia Gueres

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Anés Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP 50.010.040 Fone(081) 419-3218 Fax 424.1163 e-mail: cois@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 12 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 19 de janeiro de 1999

TJPE nomeia juízes

Seis novos juízes foram nomeados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, para assumir a magistratura estadual. Têm 30 dias, a contar da data da nomeação, para tomar posse como substitutos de 1ª Entrância. Aprovados em concurso público homologado em dezembro de 97, eles devem entregar à Secretaria Judiciária documentos como identidade, CPF, título de eleitor e comprovante de votação na última eleição.

Segundo a secretária judiciária adjunta, Ana Carolina Avellar Diniz, são exigidos comprovantes de declaração de renda e do pedido de exoneração, caso tenham outro cargo público, além de atestado do Ipsep de que estão aptos para exercer o cargo. Os novos juízes, conforme exigência do Tribunal de Justiça, fizeram o curso de iniciação à função judicante na Escola Superior da Magistratura, onde tiveram aulas teóricas e práticas sobre o dia-a-dia de um juiz.

Alexandre Pinto de Albuquerque, José Milton Bispo, Luís Correia da Silva, Cícero Everaldo Ferreira da Silva, Sílvia Maria de Lima Oliveira e Ricarda Maria Gaedes Alcoforado são os novos juízes pernambucanos.

Nomeados pelo presidente Etério Galvão, os novos juízes começam a entregar a documentação exigida para assumir o cargo

Processos de Câmara de Férias têm novo sistema de distribuição

Os processos de natureza urgente, competência da Câmara de Férias, serão agora distribuídos eletronicamente. O sistema permitirá também o imediato sorteio do relator entre os desembargadores plantonistas. A decisão é do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão.

A iniciativa, que altera o Regimento Interno, agiliza os serviços judiciais e elimina burocracias. Antes, os processos eram regularmente distribuídos e encaminhados à Câmara de Férias quando, só então, era sorteado o relator, ocasionando perda de tempo para julgamento das ações.

A Resolução modifica o horário da distribuição automática, durante o ano, que passou a ser feita diariamente às 11h e às 16h, conforme Instrução de serviço 02/99. A mesma IS determina que nas férias coletivas a distribuição será feita apenas às 15h.

Estacionamento ainda tem vagas no período de férias

Os servidores ainda podem ocupar as vagas fazendo um cadastro provisório

A Assessoria Policial Militar e Civil ainda está cadastrando servidores para estacionamento provisório no Tribunal de Justiça, durante o resto do mês de janeiro. De acordo com o capitão Chusa Júnior, em decorrência das férias de 50% dos funcionários, as vagas podem ser ocupadas provisoriamente neste período. A iniciativa será repetida nas férias de julho.

Apesar da reforma que a Prefeitura do Recife está realizando na Praça da República, que será mantida pelo TJPE após a conclusão dos trabalhos, continua liberado o estacionamento que margeia a praça, em frente ao Palácio da Justiça. Os interessados devem comparecer à Assessoria Policial com os documentos do carro e os dados funcionais, como nome, matrícula e setor de trabalho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gaspar

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040 Fone(081) 419.3251 Fax 424.1163 e-mail: asin@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 13 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 20 de janeiro de 1999

Ação coletiva vai agilizar informatização do Judiciário

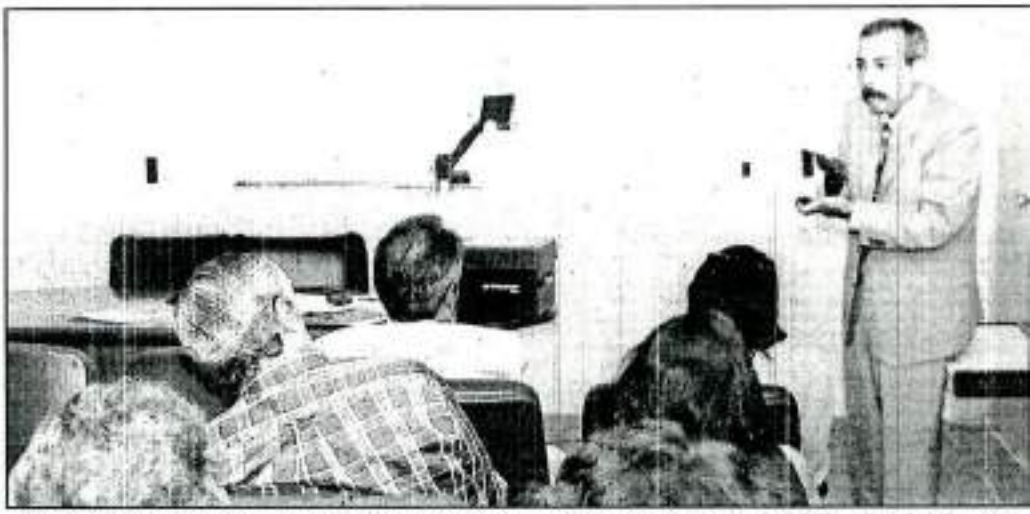
Secretarias e diretorias do Tribunal de Justiça estão desenvolvendo, desde o início de janeiro, ação conjunta com o propósito de agilizar o processo de informatização e modernização dos serviços do Judiciário pernambucano. Determinada pelo desembargador Etério Galvão, presidente do TJ, a iniciativa tem 250 ações previstas, com destaque para a implantação do Judwin em todo o Estado. Esse sistema vai interligar via Internet todas as Comarcas - do Interior à Capital -, Juizados Especiais e o 2º Grau.

O desembargador Og Fernandes, responsável pela coordenação do projeto de informatização do TJ, realizou sexta-feira uma reunião com a Coordenadoria de Planejamento e Organização, Secretaria de Administração e as diretorias de Informática, Financeira e de Recursos Humanos, além dos órgãos de assessoria, entre outros, para discutir estratégias de ação. Entre as programadas, algumas são imediatas, devendo ser concluídas ainda este semestre. Outras deverão acontecer até o final de 99.

Com o propósito de facilitar a execução, as metas imediatas foram distribuídas em cinco coordenações técnicas, ficando designado um responsável para cada coordenação: modernização do 2º Grau (Zélia Mendonça), modernização da 3ª Entrância e Comarcas-pólo (Joaquim Castro), modernização da 1ª e 2ª Entrâncias (Edmundo Godoy), modernização dos Juizados Especiais (Gisella Pires) e modernização do apoio à gestão (Solange Cavalcanti).

A modernização da prestação de serviços, buscando eficiência e agilidade, está entre as metas priorizadas pela atual gestão do Tribunal de Justiça. Para Edmundo Godoy, diretor de Informática, nos tempos atuais é impossível conceber serviços eficientes e ágeis desprovidos de uma estrutura devidamente informatizada, principalmente em um corpo administrativo com as dimensões do TJ, onde há uma enorme circulação de serviços e acúmulo de documentos.

Para levar o objetivo à prática, o Tribunal já adquiriu 1.200 computadores de última geração e equipamentos para dotar cada Fóram, Juizado e todo o 2º Grau com um moderno sistema de informática. O Judwin, utilizado dentro do TJ e que será expandido para as Comarcas, além de modernizar o controle processual, com distribuição automática e ágil, também facilitará o acompanhamento dos processos pelas partes, sem que elas precisem se deslocar ao Fórum. O programa estará interligado à Internet.



Coordenados pelo desembargador Og Fernandes, diretores e secretários planejam ações do TJPE na área de informática

Sensibilização - O Tribunal de Justiça vai realizar, nos dias 25 e 26, encontro de Sensibilização e Mobilização para a Modernização Institucional. Destinado a secretários, diretores e assessores, o Encontro teve uma primeira versão, em novembro, quando reuniu os desembargadores do Judiciário pernambucano.

Advogado elogia plantão de interrogatório

Inglaterra, Itália e Alemanha interrogam presos no próprio estabelecimento prisional, eliminando-se o risco do transporte de presos perigosos e reduzindo-se o custo operacional desse transporte. A informação é do advogado Bóris Trindade, em carta de elogio ao presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, pela criação do plantão judiciário no presídio Aníbal Bruno e na Colônia Penal Feminina de Bom Pastor. Embora experimental, para o advogado a idéia é capaz de melhorar a funcionalidade da Justiça pernambucana.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Márcio Maia

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040 Fone(081) 419-3291 Fax 424-3163 e-mail: sales@jpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 14 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 21 de janeiro de 1999

Biblioteca investe na informatização para agilizar atendimento

Roberta Tavares

Criada na década de 30, quando funcionava apenas numa pequena sala, a Biblioteca do Tribunal de Justiça é hoje uma das mais procuradas em todo o Estado. Com um acervo atual de 10 mil livros, afora as revistas jurídicas, a coleção de CD-Rom e toda legislação federal, estadual e municipal atualizada, recebe um público mensal de 1.200 usuários, que aumenta em mais de 50% em época de concurso.

É para esse público, interno e externo, que a Biblioteca vem informatizando seus serviços. A busca pela melhoria do atendimento passa pela implantação do sistema Libri, desenvolvido em conjunto por técnicos de informática e bibliotecários do Tribunal de Justiça. O sistema, que permite ao usuário pesquisar com facilidade além de diminuir a burocracia nas tarefas rotineiras, já despertou o interesse de outras bibliotecas.

Segundo a chefe, Cristiane Maria Silva, a implantação do Libri é gradativa e se encontra em andamento, automatizando o acesso aos livros, periódicos e legislação. O trabalho é grande, disse ela, considerando-se o acervo que dispõe, até, de leis do século passado. Para agilizar o trabalho, um outro computador será instalado pela Diretoria de Informática, já que a Biblioteca tem apenas dois micros, sendo um destinado ao usuário para consulta.

A Biblioteca começou, inclusive, a cadastrar servidores para empréstimo de livros, antes limitado apenas à magistratura. As regras para empréstimo são as mesmas, valendo um máximo de quatro publicações por funcionário e um prazo de cinco dias, podendo ser renovado por igual período, desde que não haja reserva. O cadastro é simples, bastando para isso o nome, matrícula endereço e lotação do funcionário. A Biblioteca também oferece o serviço de cópias de documentos ao preço unitário de R$0,10.

Segundo Cristiane Silva, está sendo implantado um banco de dados da magistratura. O serviço é pioneiro e motivado ao interesse que instituições do Brasil afora demonstram na biografia de desembargadores da ativa, aposentados e falecidos. O projeto é desenvolvido pela Diretoria de Documentação Judiciária e deve conter dados biográficos e bibliográficos dos desembargadores, muitos deles com livros publicados nas mais diversas áreas, jurídica ou não. A coleta de informações começou através de formulário criado pelo diretor de Documentação Judiciária, Rômulo Belém, e enviado aos desembargadores e famílias para devolução à Biblioteca o quanto antes.

Foto: Ricardo Fernandes

Cristiane informa que o atendimento ao público interno é das 7 às 18h. Para o externo, o horário é das 8 às 17h. O acesso pela Internet é pelo e-mail: bibl@tjpe.gov.br

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eurico Calvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143 e-mail: asis@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 15 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 22 de janeiro de 1999

Diretoria Cível muda de endereço para facilitar serviços oferecidos ao público

Diretoria Cível terá melhor ambiente de trabalho para atendimento ao público

Começa hoje a mudança da Diretoria Cível de suas atuais instalações, no andar térreo do Palácio da Justiça, para a sobreloja do Fórum Paula Batista. Em função disso, o atendimento ao público fica suspenso até terça-feira, 26, voltando à normalidade logo no dia seguinte.

Mais espaço para os servidores e melhores condições de atendimento ao usuário são, segundo Eduardo Carneiro Leão, diretor adjunto, as principais vantagens. "Essa Diretoria só dispunha de um ramal para atender todas as necessidades do setor. Com as novas instalações passaremos a funcionar com um ramal para cada seção, facilitando o trabalho de informação", disse o diretor, referindo-se aos 16 ramais que estão sendo instalados.

Com a estrutura de telefonia do Fórum Paula Batista interligada ao Tribunal de Justiça, desde o início de outubro passado, as ligações internas podem ser feitas de um ramal a outro, sem auxílio de telefonista. O sistema utilizado na telefônica do TJ é o DDR (Discagem Direta por Ramais), o que permite ao usuário se comunicar diretamente com o setor desejado. Para tanto, basta acrescentar, no caso das ligações externas, o prefixo 419 ao respectivo ramal. Veja ao lado os ramais da Diretoria Cível.

Diretoria -	**3419**
D. Adjunta -	**3476**
Apoio -	**3510**
Divisão de Câmaras/Recursos -	**3505**
Controle de Tramitação Interna de Processos -	**3500/3498/3514**
Controle de Precatórios -	**3501**
Recursos Cíveis STF/STJ -	**3502**
Divisão de Processos Cíveis -	**3508**
Controle da 1ª Câmara Cível -	**3505**
Controle da 2ª Câmara Cível -	**3468**
Controle da 3ª Câmara Cível -	**3469**
Controle da 4ª Câmara Cível -	**3513**
Controle da 5ª Câmara Cível -	**3507**
Secretaria das Câmaras -	**3515**

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eládio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

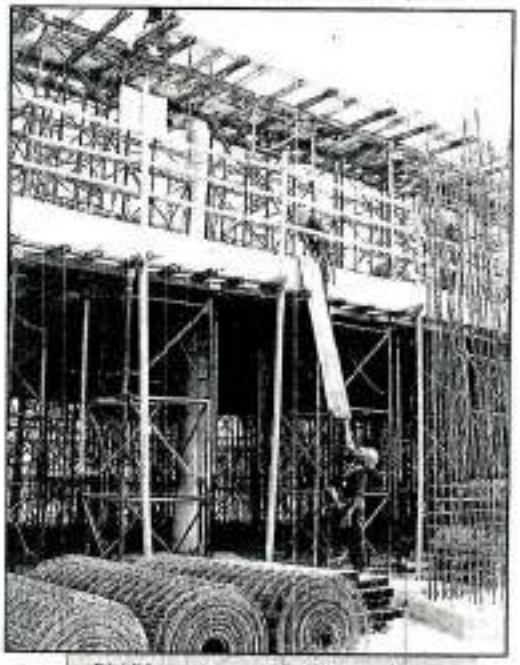
Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone/FAX: 419-3351 Fax 424.1163
e-mail: asics@tjpe.gov.br

TJPE altera cronograma para evitar atraso nas obras do Fórum



Divididos em turmas, os operários trabalham numa nova escala que garante a conclusão da obra no prazo estabelecido

O cronograma de obras do Fórum do Recife, implantado para evitar atraso na construção em decorrência das festas de final de ano, prevê também a diminuição do ritmo de trabalho no período de carnaval, já que muitos operários se deslocam para o interior onde moram com a família.

Segundo a assessora, engenheira Rogéria Magalhães, com a nova escala não haverá prejuízo aos prazos inicialmente previstos. Cerca de 570 operários trabalham no canteiro de obras da Ilha de Joana Bezerra, em três turmas alternadas, recebendo refeições fornecidas pela empresa construtora Sergen, embora a convenção trabalhista determine apenas o fornecimento do café da manhã.

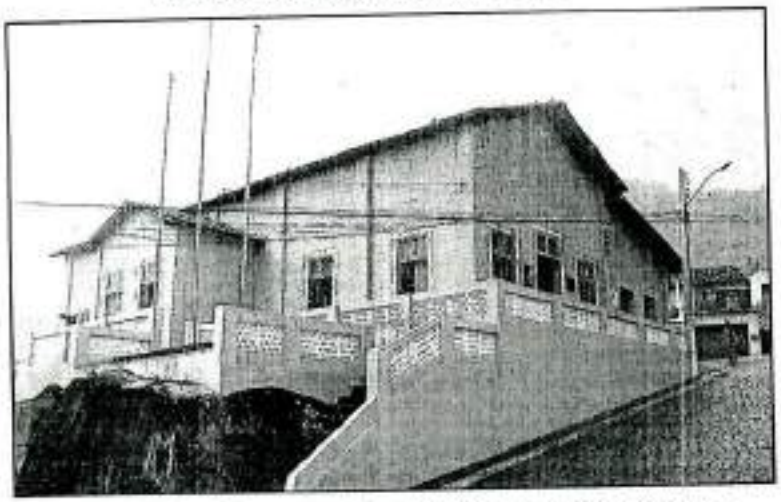
O Fórum do Recife, onde serão instaladas as Varas Cíveis e Criminais em funcionamento na Capital, tem condições de ser entregue à população em dezembro, no prazo estabelecido pelo TJPE. De acordo com a engenheira, a laje do segundo piso já está sendo levantada, ao mesmo tempo em que são concretados os pilares do andar seguinte.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 16 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 23 de janeiro de 1999

Pernambuco e Ceará encurtam distância entre Comarcas vizinhas

Os juízes de Comarcas pernambucanas situadas nos limites com o Ceará já podem executar, sem prévia autorização, atos judiciais em municípios situados na divisa cearense. A mesma prerrogativa é dada aos magistrados do Estado vizinho em Comarcas pernambucanas, que também poderão determinar o ingresso de seus oficiais de justiça em Pernambuco, especificamente nos municípios limítrofes, independente de consulta ao juiz local.



O acordo vai beneficiar comarcas vizinhas do interior pernambucano e do cearense

O sistema de trabalho recentemente adotado pelo Judiciário dos dois Estados, a partir de protocolo de cooperação assinado por seus respectivos corregedores gerais, desembargadores Mário Melo (PE) e José Ari Cisne (CE), beneficiará mais de uma dúzia de municípios. São José do Belmonte, Verdejante, Salgueiro, Cedro, Serrita, Moreilândia, Exu, Bodocó, Ipubi e Araripina são os municípios pernambucanos abrangidos pela iniciativa e que se limitam, no lado de lá, com Penaforte, Jardim, Juazeiro do Norte e Crato, entre outros.

A iniciativa, que na prática dispensa o uso da Carta Precatória - instrumento normalmente utilizado nesses casos - não é inédita. Pernambuco também já assinou convênio semelhante com Paraíba e Alagoas, ano passado, facilitando a execução de mandados de citação, intimação ou notificações - que são atos mais simples - nos municípios circunvizinhos.

O protocolo permite ao juiz agir no Estado vizinho em ações relativas à Infância e Juventude, mesmo no que se refere a execução penal em liberdade condicional. Em casos como este, o juízo natural poderá acompanhar o cumprimento das condições estabelecidas em sentença. A iniciativa resulta em maior agilidade e economia para o Poder Judiciário de ambas as partes.

Os casos mais complexos, como citação de penhora, prisão, levantamento de valores financeiros, e outros que impliquem em situação de constrangimento à parte, deverão ser cumpridos através dos procedimentos próprios da Carta Precatória. Trata-se de uma correspondência formal que o juiz utiliza quando precisa executar algum despacho em outra Comarca. Por seguir pelas vias postais, quando emitida para outro Estado, a CP tem que passar pelas duas centrais dos Correios, mesmo se o destino for um município vizinho.

Colégio Nacional de Corregedores discute mudanças práticas

A discussão de temas de ordem prática é o objetivo do desembargador pernambucano Mário Melo, que assumiu a coordenação dos eventos que serão realizados este ano pelo Colégio Nacional de Corregedores Gerais da Justiça. Segundo ele, a meta é diminuir a discussão de assuntos gerais e se concentrar em abordagens que tragam mudanças imediatas para as corregedorias. Os acordos entre Comarcas de Estados vizinhos, a exemplo do que Pernambuco vem realizando com a Paraíba e o Ceará, é um dos assuntos que o corregedor julga de interesse prático para a Justiça nacional. Entre outros, a implantação de medidas que agilizem processos, melhoria do funcionamento dos cartórios extrajudiciais e registro civil gratuito. Esta semana, Mário Melo vai ao Rio Grande do Norte discutir a implantação do convênio com as Comarcas limítrofes daquele Estado.

Notas

Esmape - Os 140 candidatos classificados para o Curso de Preparação à Magistratura têm segunda e terça para fazer a matrícula na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, localizada na Rua Dom Bosco, 1308, 1º andar, somente no horário das 18 às 22h. Devem levar currículo, duas fotos 3x4 e cópias autenticadas da identidade, do CPF e do diploma ou certificado de conclusão do curso de Direito. É preciso também o comprovante de depósito do pagamento da taxa de matrícula (R$140,00), na conta corrente nº 11.179-1, agência 1850-3 do Banco do Brasil.

Homenagem - *o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, recebeu homenagem do Cabanga Iate Clube de Pernambuco. Segundo o comodoro Sérgio Mota, a homenagem distingue personalidades que enaltecem a sociedade pernambucana em seus mais diversos setores.*

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gusmão

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aroni Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3051 Fax 424.1163
e-mail: asics@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 17 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 26 de janeiro de 1999

Biblioteca cadastra servidores para empréstimo de livros

Antes limitados ao direito de apenas consultar os livros da Biblioteca do Tribunal de Justiça, os servidores já têm garantida uma nova conquista: o empréstimo ao acervo daquela sala de leitura, atualmente, com mais de dez mil títulos.

O cadastramento começou este mês e vem sendo feito à medida em que os funcionários manifestam interesse em levar alguma obra. Nome, local de trabalho e matrícula são dados imprescindíveis na hora de fazer a ficha. O prazo de empréstimo é de oito dias, podendo ser renovado por igual período, desde que não haja reserva no nome de outra pessoa. O limite é de quatro livros por usuário. Agora, se os servidores querem mesmo é fazer uma simples consulta, a Biblioteca está aberta para eles das 7 às 18h, duas a mais do que para o usuário externo, que pode utilizar a sala das 8 às 17h.

Novas obras serão adquiridas para uso do servidor

Diretores trabalham pela reformulação do Judiciário

O indivíduo, o grupo social e o sistema organizado. Esses são os temas básicos do trabalho de sensibilização do qual participam, ontem e hoje, secretários, diretores e assessores do Tribunal de Justiça. A iniciativa é inovadora e dá seqüência a encontro similar, realizado em novembro entre os desembargadores, e tem o objetivo de sensibilizar os grupos para a necessidade da modernização do Poder Judiciário.

Coordenado pela psicóloga Gisella Pires, do Tribunal de Justiça, o encontro reúne 16 participantes. Através da técnica de dinâmica de grupo, são orientados pelo consultor Artur Marinho, da empresa paulista Tecnologia, Método e Procedimentos Organizacionais. O trabalho leva a uma reflexão sobre as mudanças que devem ocorrer no Judiciário para melhoria do seu funcionamento geral.

A iniciativa pioneira reúne 16 participantes durante dois dias

Novo folder conta a visitantes história do Palácio da Justiça

A imponente escadaria que liga o Salão dos Passos Perdidos ao segundo andar do Palácio da Justiça (foto), vendo-se ao fundo vitrais que representam a abertura do primeiro parlamento democrático da América, obra do artista alemão Heinrich Moser, compõe o novo folder do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Para distribuição com visitantes, entre eles os grupos que fazem o Tribunal Tour, o material conta a história da construção da sede do Judiciário estadual, datada de 1930, um dos mais belos monumentos arquitetônicos do País. Entre fotos dos mais variados detalhes da eclética arquitetura, o folder traz ainda um mapa com a localização do Palácio da Justiça. Situado na Praça da República, ao lado do Palácio do Campo das Princesas, do Teatro Santa Izabel e do Liceu de Artes e Ofícios, ele forma o que há de mais representativo na história da arte pernambucana.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Calvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gazeta

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040 - Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163 e-mail: asicom@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 18 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 27 de janeiro de 1999

Computador portátil vai auxiliar serviços da Justiça

O Tribunal de Justiça de Pernambuco deu mais um passo importante no processo de modernização da prestação dos serviços com a recente aquisição de 52 notebooks. Segundo Edmundo Godoy de Mendonça, diretor de Informática, esses computadores portáteis serão utilizados em um programa piloto, envolvendo juízes e desembargadores, com o propósito de avaliar a contribuição daqueles aparelhos na pretendida maior agilidade nos serviços da Justiça.

Os juízes designados para o interrogatório nos presídios foram os primeiros a utilizar os equipamentos

Dos computadores já distribuídos, oito foram entregues aos juízes que durante o mês de janeiro estão realizando interrogatórios com os presos do Presídio Professor Aníbal Bruno e da Colônia Penal Feminina do Bom Pastor. A praticidade que o notebook oferece no momento de ser transportado está facilitando a execução dos trabalhos daqueles magistrados, que estão se utilizando de instalações dos próprios presídios que, sendo improvisadas, dificultam o uso de instrumentos que necessitam de ambientes espaçosos.

O diretor de Informática lembrou que o juiz de Direito não trabalha somente no Fórum. Muitas vezes ele leva serviço para casa e outros ambientes de seu convívio pessoal, porque a demanda de trabalho torna o horário no Fórum insuficiente. "Redação de sentenças, elaboração de despachos são serviços cuja realização não depende da presença do juiz no trabalho. A idéia do notebook é agilizar a execução daqueles serviços onde não há dependência do ambiente geográfico", explicou Mendonça.

Ainda segundo avaliação do diretor de Informática, são grandes as chances do computador portátil assumir o papel de eficiente auxiliar do juiz de Direito no exercício de suas atividades. Contudo, a compra de novos aparelhos dependerá dos resultados observados a partir da experiência desses primeiros, dos quais pelo menos 40 serão distribuídos com juízes do 1º grau e desembargadores. "Depois disso, poderão ser comprados aparelhos em número suficiente para atender aos magistrados de todo o Estado", concluiu Mendonça.

Tribunal de Justiça recomeça atividades segunda-feira

Depois das férias coletivas de janeiro, que têm base no Código de Organização Judiciária, o Tribunal de Justiça recomeça suas atividades, realizando segunda-feira a primeira sessão plenária do ano. A partir das 14h, além de discussões sobre o Código de Organização Judiciária, do Regimento Interno e julgamento de editais de remoção e promoção, a pauta reserva a eleição de um juiz de 3ª Entrância (veja quadro ao lado) para ocupar a vaga deixada pelo desembargador Francisco Sampaio, que se aposentou este mês.

Eleição

Merecimento é o critério que será utilizado, segunda-feira, para escolha do juiz de 3ª Entrância que ocupará a vaga de desembargador deixada por Francisco de Sá Sampaio. Entre os 25 concorrentes, número que corresponde à primeira quinta parte dos 127 juízes da capital, apenas uma mulher: Magui Lins Azevedo, primeira representante feminina a ingressar na magistratura pernambucana, em 1966.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eldés Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: odet29@go.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 19 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 28 de janeiro de 1999

Licitações para reformas e construções serão retomadas em fevereiro

Os editais de licitação para as obras de construção, reformas e restauração de Fóruns e residências oficiais de Comarcas no interior de Pernambuco estão com publicações previstas para fevereiro. A informação é de Célia Moraes, atual presidente da Comissão Especial de Licitação (CEL) - cargo assumido com a designação da presidente anterior, Luiza Leão, para a chefia da Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

Criada para desafogar a Comissão Permanente de Licitação, sobrecarregada com o fluxo de licitações referentes a contratação de serviços e compra de materiais diversos, a CEL tem a responsabilidade de agilizar o início das construções e reformas projetadas em Comarcas do interior do Estado, algumas emergenciais devido à má conservação dos prédios. As precárias condições físicas em que funcionam alguns daqueles Fóruns motivaram a continuidade e ampliação das funções da CEL, a princípio criada apenas para presidir a contratação da construtora do Fórum do Recife. Dezenas de obras estão sendo programadas ainda para a primeira metade deste ano, entre elas a construção dos Fóruns de Comarcas tradicionais, como os de Águas Belas e Tuparetama. Um modelo padronizado deverá ser adotado para todos eles, visando facilitar o processo de licitação e a execução das obras. Algumas residências oficiais também estão relacionadas.

> Com as funções ampliadas, sob a responsabilidade de Célia Moraes, a CEL já tem programadas para este semestre dezenas de obras, entre construções e reformas de fóruns

Revista Época faz referência ao plantão de interrogatório

"Bom senso na Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Etério Galvão, mudou a rotina do interrogatório de presos que aguardam julgamento. Concluiu que não fazia sentido escoltar cada preso ao Fórum de Recife sempre que a Justiça precisava ouvi-lo. Organizou, então, um mutirão de juízes para ir ao Presídio Aníbal Bruno interrogar os detentos. Em um mês, o Tribunal espera ouvir os 204 presos que faltaram às audiências no ano passado. As faltas eram motivadas pela escassez de policiais para acompanhar os detentos. Cada interrogatório exigia a escolta de cinco policiais, nem sempre disponíveis. Para deixar os juízes a salvo de motins, os interrogatórios são feitos na sede administrativa da cadeia."

(Revista Época nº 36, 25 de janeiro de 1999, Periscópio, pág 15)

Legislação atualizada pode ser pedida por fax

Juízes do interior, sobretudo os que têm dificuldade de acesso a informações por se encontrarem em Comarcas mais afastadas, podem dispor de legislação federal, estadual e municipal atualizada. O serviço é prestado pela Biblioteca do Tribunal de Justiça, solicitado pelo fax 419.3292. Pode ser feito também pelo telefone 419.3273 ou mesmo pelos correios.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1383
e-mail: seacl@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 20 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 29 de janeiro de 1999

Uma sala foi especialmente montada para atender o cidadão interessado em utilizar o serviço oferecido pela Ouvidoria

Tribunal instala Ouvidoria Judiciária

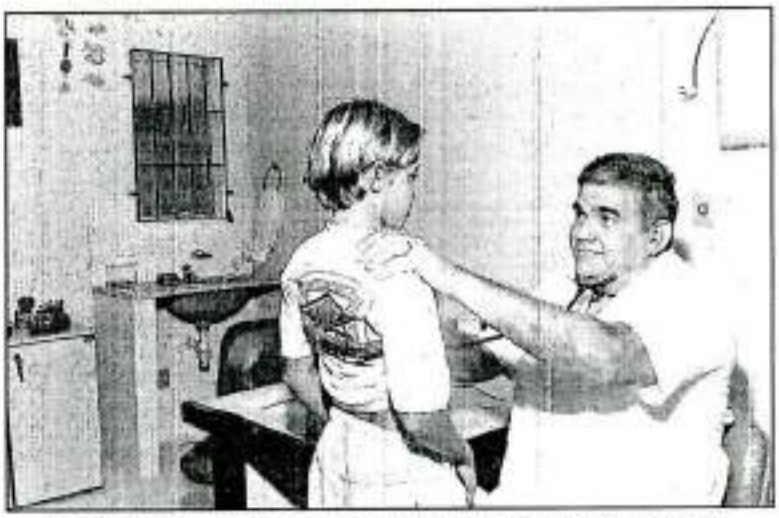
Ouvir reclamações, sugestões e denúncias quanto aos serviços prestados pelo Judiciário e buscar soluções para a constante melhoria do atendimento oferecido ao cidadão. Com esse objetivo, o Tribunal de Justiça instala, terça-feira, a Ouvidoria Judiciária que funcionará na sala do desembargador Og Marques Fernandes, designado para exercer a função de ouvidor.

Uma espécie de Ouvidoria já havia sido implantada, a título de experiência, ano passado, quando o presidente do TJ passou a atender a população através do programa Agenda Livre, iniciativa que mantém ainda hoje, com cerca de 80% de resolução dos problemas apresentados.

A Ouvidoria, que também será levada de forma itinerante aos bairros carentes, destaca Pernambuco como o primeiro Estado brasileiro a dispor de um órgão judiciário de representação especialmente montado para atender o público externo. As denúncias feitas pela população, se necessário, serão encaminhadas à Presidência do Tribunal ou à Corregedoria para que sejam apuradas através de sindicância, inquérito administrativo ou auditoria.

A criação da Ouvidoria foi aprovada pela Corte Especial do Tribunal de Justiça, em sessão plenária, realizada no mês de setembro. Incluída no Plano de Metas 1998/2000, faz parte do trabalho que o TJ desenvolve para melhorar a imagem do Judiciário e de oferecer maior proximidade entre a Justiça e o cidadão.

Ambulatório do TJ realizará medicina preventiva



A adolescência é um dos temas a serem abordados preventivamente pelo ambulatório

O Ambulatório Médico-Odontológico do Tribunal de Justiça estuda a possibilidade de estender suas atividades à área de saúde preventiva. O projeto, de iniciativa da Coordenação de Saúde em parceria com a Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia - Unesp - da Diretoria de Recursos Humanos, que inicialmente prevê a realização de palestras periódicas, encontra-se em fase de elaboração.

Tabagismo, alcoolismo, Aids, câncer de mama e útero, adolescência e drogas estão entre os temas que deverão ser abordados nas palestras, dirigidas aos usuários do ambulatório. Em uma etapa inicial, uma pesquisa será realizada com o objetivo de traçar um diagnóstico sobre a qualidade de vida do servidor, a partir do qual serão implantados serviços assistenciais de caráter preventivo.

Segundo José Fernandes Arteiro, coordenador de saúde do TJ, a pesquisa, já elaborada, será aplicada em cerca de 500 funcionários. "O questionário contempla diversas áreas, mas o objetivo final é traçar o perfil psicossocial do servidor e identificar possíveis patologias. A partir daí, definiremos o programa de ação", explicou Arteiro.

A iniciativa da Coordenação de Saúde é a continuidade da ampliação dos serviços ambulatoriais, observados desde o ano passado. Só no início deste ano já foram inauguradas quatro novas especialidades de atendimento médico (Fono, Oftalmologia, Ortopedia e Traumatologia). Otorrinolaringologia é outra especialidade que funcionará em breve.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aurea Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n. São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimj@jpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 21 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 30 de janeiro de 1999

"Sentenças e despachos foram devidamente cumpridos obedecendo os prazos legais"

Rivadávia Rangel

Vara de Família inicia 99 com processos atualizados

Sérgio Marcos

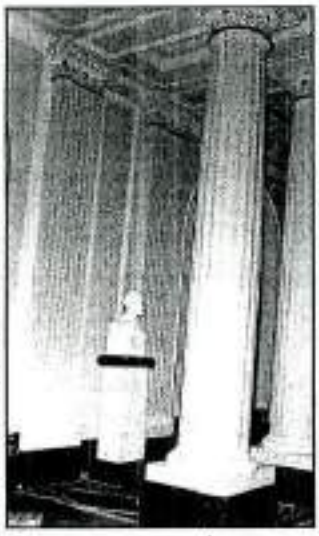
Não resta dúvida de que 98 foi cheio de acontecimentos importantes para o Judiciário pernambucano. A melhoria do serviço, uma das principais metas da atual gestão do Tribunal de Justiça, registrou vários avanços, ora justificados pela reestruturação de setores e investimentos em tecnologias, ora explicados pelas iniciativas - individuais ou coletivas - de servidores. Nesse segundo caso pode ser enquadrada a 4ª Vara de Família e Registro Civil Privativa de Assistência Judiciária, que encerrou o ano sem processos pendentes de julgamento ou despacho.

À primeira vista, esse fato pode parecer de pouca significância, considerando-se que é dever do juiz de Direito promover o cumprimento dos trâmites processuais com rapidez e eficiência, respeitando cada prazo legal. Afinal, divórcio, separação, investigação de paternidade, anulação de casamento, guarda de menores, retificação de registros de nascimento, alimentos e outros próprios das Varas de Família são problemas que, quando não solucionados rapidamente, costumam causar grandes transtornos aos requerentes.

Mas o feito da 4ª Vara é inédito no Judiciário estadual, segundo o juiz Rivadávia Brayner Rangel, e ganha outras dimensões se consideradas as dificuldades enfrentadas na rotina de um magistrado e servidores, a começar pelo volume de ações registradas. "Quando reassumi a 4ª Vara, em abril do ano passado, encontrei cerca de 900 processos para julgar e mais de 1.000 conclusos para despacho. Hoje ela está totalmente atualizada, sem nenhum processo para despacho ou sentença", declara Rivadávia, titular daquela Vara de Família desde a sua instalação, em 85. Entre 92 e 97, porém, esteve afastado, quando exerceu o cargo de corregedor-auxiliar.

Foram mais de 1.300 sentenças expedidas por Rivadávia Rangel, em 98; as audiências realizadas atingiram número superior a 300 e a publicação de despachos e sentenças feita rigorosamente em dia, de fevereiro a novembro. E em 99 promete mais: com sete audiências designadas diariamente, o titular da 4ª Vara de Família já tem a pauta lotada até abril de 2000.

Tribunal expõe acervo de fotografia



Quando, na próxima semana, magistrados e servidores retornarem das férias, encontrarão um ar de modernidade na tradicional e histórica sede do Judiciário estadual: uma mostra fotográfica das principais realizações de 1998. São 34 fotos em cor e em preto e branco, autoria dos fotógrafos Assis Lima e Ricardo Fernandes, que atuam no Tribunal de Justiça. A exposição fica até março no Salão dos Passos Perdidos, primeiro andar do Palácio da Justiça, onde estão os bustos de Paula Baptista (foto) e Gervásio Pires, obra do escultor pernambucano Bibiano Silva. A mostra é aberta ao público.

Plantão de interrogatório apresenta saldo positivo

As audiências de réus presos no Aníbal Bruno e na Colônia Penal Feminina do Bom Pastor foram concluídas no período de apenas 12 dias úteis, com 140 interrogatórios realizados. O término dos trabalhos ocorreu no dia 22 de janeiro, uma semana antes do previsto. Dos 178 detentos que seriam interrogados, 38 já haviam sido soltos.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e os oito juízes designados para o trabalho analisaram o resultado quinta-feira (foto). Considerado positivo pela Presidência do TJ, o interrogatório nos presídios será mantido para agilização de processos.

Agenda

O Tribunal de Justiça inicia, segunda-feira, as atividades judiciárias do ano de 1999. Em pauta, na sessão do Pleno, a escolha do desembargador que assume a vaga deixada por Francisco de Sá Sampaio. Às 14h.

O desembargador Etério Galvão recebe, segunda-feira, o secretário da Fazenda, Jorge Jatobá. Às 10h, no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça.

O programa Agenda Livre será realizado, terça-feira, na Conselho de Moradores do Córrego do Jenipapo, em Casa Amarela. Às 14h, o presidente do TJ começa a atender a população.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3151 Fax 426.1163
e-mail: asimc1@go.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 23 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 3 de fevereiro de 1999

População tem canal direto com o Judiciário

O povo pernambucano já tem a quem se dirigir quando quiser falar diretamente com o Tribunal de Justiça. Desde ontem a Ouvidoria Judiciária está em funcionamento, esclarecendo dúvidas e ouvindo reclamações e sugestões do público sobre o andamento dos serviços da Justiça.

A solenidade foi no canteiro de obras do Fórum da Capital

A Ouvidoria foi instalada pelo presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, e está sob a coordenação do desembargador Geraldo Og Fernandes. A solenidade contou com a presença de autoridades estaduais e municipais, como o prefeito Roberto Magalhães. O secretário de Justiça, Humberto Vieira, representou o governador Jarbas Vasconcelos.

Com a garantia da defesa dos direitos individuais e coletivos contra irregularidades cometidas pela Justiça, o novo setor permite à sociedade manter um controle maior sobre as ações do Judiciário. "A Justiça quer ouvir o que você tem a dizer" é o slogan da Ouvidoria que atende por caixas de coleta no TJ e fóruns, no Palácio da Justiça e pela internet na homepage: **www.tjpe.gov.br** e e-mail: **ouvidor@tjpe.gov.br**

Ouvidoria coordena programa itinerante

Os eventos de grande concentração popular como Carnaval, São João, Nossa Senhora da Conceição, Semana Santa e Natal, vão dispor de serviço itinerante da Justiça. Trata-se do programa A Justiça nas Ruas, iniciativa inédita, sob a coordenação da Ouvidoria Judiciária, que já começa a atuar na semana pré-carnavalesca em Olinda e Boa Viagem.

Uma unidade móvel que será deslocada, manhã, tarde e noite, mediante programação previamente elaborada, dotada de infra-estrutura de pessoal e equipamentos, dará atendimento civil e criminal à população, nos mais variados casos como drogas, infância e juventude, colisão de automóveis, porte de armas e outros.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, lançou o programa ontem durante a instalação da Ouvidoria Judiciária. A Justiça nas Ruas é resultado de convênio do TJ e Governo do Estado, através das secretarias de Justiça, Defesa Social e Planejamento e da Procuradoria Geral de Justiça.

Na semana pré, a unidade móvel estará no dia 7, em Boa Viagem, durante o desfile do Bloco da Parceria. No mesmo dia, desloca-se para Olinda, e durante o desfile das Virgens ficará na Casa da Cidadania prestando atendimento ao folião que precisar dos serviços da Justiça. Na semana de carnaval, ficará localizada na Praça do Jacaré, enquanto estrutura semelhante será montada no Fórum Paulo Batista, em Recife.

A unidade é dotada de estrutura de pessoal e equipamento

Juízes tomam posse durante solenidade

Os seis novos juízes que tomaram posse, ontem, têm um desafio pela frente. Segundo um dos empossados, Alexandre Pinto Albuquerque, que fez a saudação em nome dos demais, "diante da grave crise social, o desafio é cumprir o dever de prestar a Justiça com desempenho e coragem". A posse, no canteiro de obras do Fórum da Capital, na Ilha de Joana Bezerra, foi significativa porque ali, de acordo com o novo juiz, constrói-se o Judiciário do ano 2000.

Projeto Agenda Livre é estendido ao servidor

O Agenda Livre, que tem feito tanto sucesso entre a população, passa a ser também assunto de funcionário. A partir de hoje, e sempre às primeiras quartas-feiras do mês, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, reserva uma parte do dia para atender o servidor. O objetivo é o mesmo: o de abrir as portas do gabinete e ouvir sugestões, pedidos e queixas, desta vez, administrativas. O programa recebeu o nome de Fale com o Presidente.

Ontem, Etério Galvão foi ao Córrego do Jenipapo, conversar com a população. Questões de IPTU, desvio de função e pensão alimentícia foram alguns dos assuntos tratados. A presidenta do Conselho de Moradores, Iranete de Amorim, destacou a iniciativa do Tribunal junto à população. Para a comunidade, disse ela, a luta por uma Justiça ideal é tão importante quanto a luta pela chegada da água nas torneiras, pela construção de barreiras e pavimentação.

A população do Jenipapo pedia para ser atendida em audiência

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-5251 Fax 424.11[illegible]
e-mail: asimi2@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 24 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 4 de fevereiro de 1999

Ouvidoria tem telefone com ligação gratuita

Um 0800, portanto ligação gratuita, está à disposição do usuário da Justiça para entrar em contato com a Ouvidoria Judiciária. O telefone (veja quadro ao lado) já está funcionando, atendendo ligações de quem deseja reclamar e avaliar os serviços da Justiça.

Mas se você prefere utilizar as urnas espalhadas no Tribunal, fóruns e Juizados, é bom saber que há um formulário padrão para ser usado nesses casos. Como a identificação é opcional, o usuário só informa os dados pessoais se quiser. A avaliação, contudo, deve ser sincera e objetiva para que o Judiciário possa aperfeiçoar os serviços prestados.

A pessoa deve marcar o setor que está julgando, indicar o nível de qualidade de atendimento, das instalações físicas e do andamento dos serviços. O formulário deve ser depositado na urna da Ouvidoria.

Mas o novo setor do Poder Judiciário estadual tem outros endereços, pelos quais você pode se comunicar. Veja no quadro ao lado a opção que mais lhe convém.

O desembargador Og Marques Fernandes já iniciou a função de ouvidor

Como procurar a Ouvidoria

Para fazer valer o seu direito de cidadão, você pode procurar o **Atendimento Pessoal** da Ouvidoria no Palácio da Justiça, localizado na Praça da República. Se preferir, pode ser também pelo Tele-Atendimento **0800.81.5251**. Uma outra forma são as caixas de coleta instaladas nos fóruns, juizados e no Tribunal, mas elas só valem para solicitações por escrito. Há ainda a home-page **www.tjpe.gov.br** ou pelo endereço eletrônico **ouvidor@tjpe.gov.br**

Servidor é recebido no Agenda Livre

Apenas oem servidores do Executivo podem ser colocados à disposição do Judiciário e vice-versa. A explicação foi dada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, aos funcionários que ele recebeu ontem no gabinete, no primeiro Agenda Livre interno, dedicado ao pessoal do Judiciário.

Além da possibilidade de resolver pendências e de orientar o servidor, a iniciativa quebra barreiras e permite maior aproximação entre presidente e funcionários do Tribunal. Na agenda não faltaram elogios à administração, sobretudo à vontade política de Etério Galvão de construir o Fórum da Capital.

O Agenda Livre atrai o servidor do Tribunal, Juizados e fóruns

O Agenda Livre interno, no entanto, não é a única novidade no campo de abertura das relações entre o Tribunal de Justiça e seus servidores, que também ganham um outro canal de comunicação: sugestões e queixas sobre o funcionamento do Judiciário podem ser encaminhadas à Assessoria de Comunicação Social. O material será remetido aos setores competentes para as providências necessárias e respostas, caso o servidor se identifique. Mas se ele prefere se manter anônimo, o contato pode ser feito pelo telefone 419.3337.

Fórum tem data para ser inaugurado

O Fórum do Recife estará concluído no final de outubro. A data de inauguração, no entanto, está marcada para 4 de dezembro, conforme anúncio do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Maroni

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP 50.010-040
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: ouvi1@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 25 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 05 de fevereiro de 1999

Comarcas de 2ª passam a integrar a 1ª Entrância

Afogados da Ingazeira, Altinho, Araripina, Itambé, Ouricuri, Panelas, Salgueiro e São José do Egito - até então comarcas de 2ª - voltaram a integrar a Primeira Entrância Judiciária do Estado de Pernambuco. A modificação está na Lei Complementar 22, aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador Jarbas Vasconcelos.

De acordo com o secretário Judiciário do Tribunal de Justiça, Edson Galvão, algumas Comarcas apresentavam baixo movimento processual. Outras, embora maiores, mas por estarem em local de difícil acesso - como Afogados da Ingazeira, Araripina, Ouricuri, Salgueiro e São José do Egito - não despertam o interesse de juízes de 1ª Entrância em serem promovidos. A medida, portanto, abre a perspectiva da nomeação de juízes aprovados em concurso público.

Com a nova lei, a Secretaria Judiciária, segundo Galvão, fará o levantamento das vagas existentes para juízes substitutos

Juízes nomeados vão atuar nas Circunscrições Judiciárias

A posse dos novos juízes ocorreu esta semana, no canteiro de obras do Fórum do Recife, durante solenidade presidida pelo desembargador Etério Galvão

Os seis juízes substitutos, empossados esta semana, foram designados pelo Tribunal de Justiça para atuar nas 1ª, 2ª e 4ª Circunscrições Judiciárias do Estado. Diferente das designações anteriores, quando eles ocupavam uma Comarca específica, a medida de agora permite o remanejamento dos magistrados para qualquer Comarca dentro daquela referida circunscrição.

O Secretário Judiciário Edson Galvão explica que a movimentação será feita atendendo às necessidades da área. Como a Constituição determina que os magistrados em período probatório, como é o caso dos nomeados, morem na Comarca de atuação, "eles poderão fixar residência em qualquer uma dentro da área designada".

Os juízes Alexandre Pinto de Albuquerque e José Milton Bispo vão atuar nas 1ª e 2ª Circunscrições - Salgueiro e Arcoverde - que correspondem, respectivamente, a 11 e oito Comarcas. Luís Correia da Silva, Cícero Everaldo Ferreira da Silva, Ricardo Maria Guedes Alcoforado e Silvia Maria de Lima Oliveira vão ficar na 4ª (Petrolina), sede de seis Comarcas. Com apenas três juízes respondendo, atualmente, por nove Varas e um Juizado, Petrolina é a maior delas, o que explica, segundo o secretário Judiciário Edson Galvão, a decisão de enviar quatro novos magistrados para aquela área do Interior pernambucano.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Sálvio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gaspar

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: sead@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 26 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 06 de fevereiro de 1999

Jones assume na sessão do Pleno segunda-feira

O novo desembargador do Tribunal de Justiça, Jones Figueirêdo Alves, assume segunda-feira. A posse, às 16h, resgata uma tradição, aos poucos esquecida: a solenidade, que nos últimos anos vinha sendo realizada no gabinete da Presidência, acontece durante sessão do pleno. A escolha do local é do próprio magistrado que passa a ocupar a vaga do desembargador Francisco Sá Sampaio, aposentado em janeiro.

A saudação a Figueirêdo fica sob a responsabilidade do desembargador-presidente Etério Galvão, feita em nome do Tribunal de Justiça. Quem vai falar pela magistratura é a juíza Patrícia Rodrigues, representante da nova geração de juízes estaduais. De manhã, às 9h, uma missa na Ordem Terceira de São Francisco, Rua do Imperador, dá início à nova etapa na vida pública de Jones Figueirêdo.

Concursado, o novo desembargador assumiu a magistratura em 1975, na Comarca de São José do Belmonte, sendo sempre promovido por merecimento até chegar a Recife, dez anos depois. Prestou relevantes serviços em administração do Poder Judiciário, presidiu o Grupo de Informática Jurídica do TJPE, destinado à modernização dos serviços. Coordenou a execução do Plano Diretor e atuou como juiz assessor da Presidência nas administrações dos desembargadores Demócrito Ramos Reinaldo , hoje ministro do Superior Tribunal de Justiça, João Davi de Souza Filho e, atualmente, Etério Galvão. Foi juiz corregedor nas gestões (1992/93 e 1996/97) dos então corregedores Etério Galvão e Itamar Pereira.

Jones Figueirêdo, que também presidiu o I Colégio Recursal dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, participa intensamente de atividades intelectuais, sobretudo em processo civil, e é autor de diversos estudos e ensaios jurídicos, com três obras agraciadas com o Prêmio Poder Judiciário de Pernambuco.

Durante quatro anos (1990/94), Jones Figueirêdo foi representante do Judiciário no Conselho Estadual de Entorpecentes

A Justiça nas Ruas começa a atuar durante o carnaval

O carnaval, mais precisamente o desfile do bloco Parceria e das Virgens, domingo, dá início ao novo serviço que o Judiciário oferece à população. Uma unidade móvel, pronta a atender o folião, vai estar no 2º Jardim de Boa Viagem e na Casa da Cidadania, em Olinda, durante esse período. Um grupo de magistrados, servidores e apoio do Ministério Público vai oferecer atendimento nos casos que exigem a presença da Justiça.

Trata-se do programa A Justiça nas Ruas, que fará plantão judiciário nos eventos de grande concentração popular. Iniciativa do Tribunal de Justiça, é parte da Ouvidoria Judiciária instalada no início da semana com o objetivo de levar a Justiça mais perto do povo.

A programação da unidade móvel no período carnavalesco prevê atendimento em Boa Viagem, nos dias 7 a 12, no 2º Jardim: no Centro do Recife, dias 12 e 13, na Rua Siqueira Campos, e de 14 a 16 no Fórum Thomaz de Aquino. Em Olinda, A Justiça nas Ruas vai estar na Casa da Cidadania, Avenida Sigismundo Gonçalves, no dia 7, e de 14 a 16 na Praça da Preguiça.

Dividido em turmas, o plantão judiciário vai atender de manhã, tarde e noite, com equipe técnica da Fundarpe, com psicólogo e assistente social, para os casos de infância e juventude.

Agenda

- O Centro de Estudos Judiciários, encarregado da formação de juízes e procuradores da República portugueses, vai realizar as Terceiras Jornadas Luso-Brasileiras - Proteção Judiciária do Ambiente e do Consumidor.

A Escola Nacional da Magistratura, o Instituto Ibero Americano de Direito do Consumidor e o Instituto Brasileiro de Política do Consumidor dão apoio ao evento que se realiza em maio, nos dias 13 a 15, em Évora, Portugal.

Magistrados e integrantes do Ministério Público interessados nos temas do consumidor e do ambiente, podem se inscrever enviando currículo resumido acompanhado de solicitação de prématrícula a Eládio Lecey - Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, Rua Celeste Gobbato, 229, Porto Alegre, RS, CEP 90.110.160, fax (051) 224.7254.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Maroja

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3151 Fax 424.1163 e-mail: asicj@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI - Nº 27 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 9 de fevereiro de 1999

Jones Figueirêdo assume Corte Judiciária

Aos 51 anos, 23 de magistratura, Jones Figueirêdo Alves é o mais recente desembargador de Pernambuco. Empossado ontem, durante sessão do Pleno, é considerado, na opinião do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, um dos magistrados mais bem preparados de todo o Estado.

A afirmação é do próprio Etério, em discurso de saudação à chegada do novo integrante da Corte Judiciária. Conforme disse Galvão, falando de uma amizade pessoal e de uma capacidade profissional, "Jones é como um rio de planície que fertiliza tudo ao redor".

A pedido do novo desembargador, a posse resgatou uma antiga tradição do Tribunal, ao ser realizada numa sessão do Pleno. Quando saudou Jones Figueirêdo em nome da magistratura estadual, a juíza Patrícia Rodrigues disse que para quem não tem a percepção do ato, a posse pode significar apenas um momento festivo. No entanto, ela integra o instante maior na vida de um magistrado, "o de ascender ao último degrau de sua carreira", com o dever de "honrar o nome, a tradição e a cultura deste mais do que sesquicentenário Tribunal de Justiça."

> "Chego ao Tribunal de Justiça, ao encontro dos mais sábios..."
>
> Jones Figueirêdo

O novo desembargador chega ao TJ cheio de amigos. Como ele mesmo afirmou no discurso, a posse é a vontade unânime dos amigos que incentivaram e estimularam o seu trabalho. Para Jones Figueirêdo, que começou a vida pública na Comarca sertaneja de São José do Belmonte, em novembro de 1975, e agora, quase 24 anos depois, atinge o topo do Poder Judiciário estadual, o cargo que assume premia a carreira de um magistrado.

Depois de figurar em lista tríplice por três vezes consecutivas, Figueirêdo ocupa por merecimento a vaga de Francisco Sá Sampaio.

Tribunal de Justiça celebra Missa para homenagear novo desembargador

Os primeiros cumprimentos, o desembargador Jones Figueirêdo Alves recebeu de manhã, durante liturgia de Ação de Graças, na Igreja da Ordem Terceira do São Francisco. A missa foi celebrada por dom José Avelar que, durante a homilia, fez uma relação entre a "Justiça e o Deus que também é Justiça".

Abraçado por parentes, amigos e representantes da classe jurídica pernambucana, o novo desembargador foi também homenageado pelo coral do Tribunal de Justiça, regido pelo maestro Ricardo Farias, que apresentou repertório sacro-erudito, de Handel a Bach, de Mozart a Jill Jackson.

Ouvidoria Judiciário

Números de atendimento

Nos três primeiros dias de funcionamento, a Ouvidoria Judiciária, instalada na semana passada, recebeu 119 queixas: uma por carta, 56 nas caixas de coleta, 19 por e-mail, 32 por atendimento pessoal e 11 por telefone. Uma das queixas, a primeira delas, referia-se à implantação de horário para atendimento interno - das 12 às 14h- na 2ª Vara da Assistência Judiciária do Jaboatão dos Guararapes. O caso já foi resolvido pela Corregedoria Geral da Justiça, que determinou o cumprimento do horário estipulado por lei, ou seja, o funcionamento da Vara das 12 às 18h.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP:50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asscs20@go.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 28 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 10 de fevereiro de 1999

A Justiça nas Ruas pode inibir violência e prisões indevidas durante Carnaval

Sérgio Marcos

A conciliação é o objetivo do programa itinerante

O projeto A Justiça nas Ruas, criado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para atender a população durante o Carnaval, poderá inibir casos de violência nesse período. A previsão é do juiz Honório Rego Filho, um dos coordenadores do projeto, segundo o qual a iniciativa também agilizará a fase de apreciação, pelo juiz, das ocorrências registradas durante os festejos de Momo.

A Justiça nas Ruas se destina a resolver litígios - colisões de veículos, lesões corporais, ameaças, entre outros - no exato momento de suas ocorrências, quando as partes poderão estar ainda de ânimos alterados. Isso, porém, não tira o caráter conciliatório dos Juizados Especiais itinerantes - Cíveis e Criminais - que funcionarão durante eventos de concentração popular, como o carnaval. "O papel do conciliador não será diferente daquele exercido na rotina habitual dos Juizados distribuídos pelo Recife", enfatizou Honório Filho.

Apesar dos grandes índices de colisão de veículo em períodos de festas, no Carnaval prevê-se uma ocorrência maior de casos próprios dos Juizados Criminais, que tratam das infrações penais de menor potencial ofensivo. Por isso, os JECs funcionarão em unidade móvel em locais de maior concentração popular, para atender os casos que necessitam da intervenção da Justiça.

Contando com mesas, cadeiras e 4 computadores com impressoras, além de um programa de aplicativos, a unidade móvel utilizada pela A Justiça nas Ruas estará munida de uma estrutura que lhe permitirá funcionar com a mesma eficiência de qualquer um dos Juizados fixos da Região Metropolitana do Recife. Essa é a opinião de Tiago Cardoso, da Diretoria de Informática do TJPE. Segundo ele, os computadores, ligados em rede, dispõem de um sistema próprio de distribuição e controle de processos. Cardoso disse que a rede também terá disponibilidade de um banco de dados sobre pessoas que já foram beneficiadas pela transação realizada em processos anteriores. "No prazo de cinco anos, o infrator não poderá ser novamente beneficiado. O banco de dados disponibilizado permitirá ao juiz dar o encaminhamento previsto em lei, naqueles casos", disse ele.

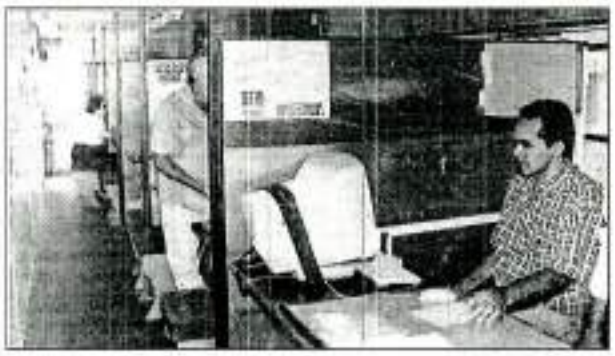


Foto: Assis Lima

Durante o carnaval, a unidade móvel da A Justiça nas Ruas vai a Boa Viagem, Centro do Recife e Olinda

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1363
e-mail: asin2@tjpe.gov.br

Diário Oficial

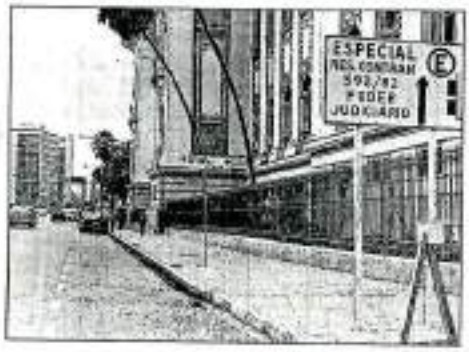
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 29 — Poder Judiciário — Recife, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999

Arthur Pio assume TRE

O desembargador Arthur Pio dos Santos é o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Tomou posse esta semana, tendo o desembargador Luiz Belém de Alencar como vice-presidente. Especialista em temas do Direito Agrário, Artur Pio comandará as eleições do ano 2000. É desembargador do Tribunal de Justiça desde 1991.

Carnaval modifica estacionamento



Somente na quinta-feira após o carnaval, o estacionamento do Tribunal de Justiça, em frente ao Palácio, voltará ao normal. Até lá, fica liberado apenas o trecho que vai da vaga destinada à Presidência até a esquina com a Rua do Imperador. O trecho anterior, esquina com a Dantas Barreto, serve agora a paradas de ônibus até que, depois do período de momo, a Ponte Duarte Coelho seja reaberta no sentido da Conde da Boa Vista.

Segundo o capitão Cassiano, da Assessoria Militar do TJ, por enquanto os servidores podem estacionar no trecho lateral do Palácio da Justiça, na Dantas Barreto.

Recife vai sediar seminário sobre proteção à testemunha

O desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), confirmou sua presença durante o II Seminário Nacional de Proteção à Testemunha, que acontece em Recife durante os dias 18 e 19 de março. O convite foi feito pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), através de seus coordenadores Jayme Benvenuto Júnior e Valdênia Brito Monteiro.

O presidente do TJPE - que durante o seminário fará parte da mesa Proteção à Testemunha e o Papel do Poder Judiciário e do Ministério Público, ao lado de Pietro Grasso, magistrado da Procuradoria Nacional Antimáfia da Itália, e Romero Andrade, procurador geral de Justiça de Pernambuco - elogiou a iniciativa do Gajop, que visa estimular o apoio ao testemunho.

> O seminário será realizado em março, com participação do Judiciário pernambucano

Os representantes do Gajop lembraram, ainda, que encontra-se em andamento a elaboração do projeto onde o Gajop propõe, em parceria com o TJPE, a implantação de um serviço de orientação à testemunha. O programa, que inicialmente poderá ser implantado no Fórum Paula Batista para posteriormente ser estendido a outras Comarcas, propõe um trabalho de informação sobre questões legais e acompanhamento psicológico para pessoas citadas para depor em juízo.

Segundo Jayme Benvenuto, "normalmente a testemunha não recebe encorajamento e esclarecimentos sobre a importância do seu papel em um tribunal. Este apoio serve para que a justiça seja feita", disse ele.

Mudanças de direção marcam início do ano administrativo do Tribunal de Justiça

Uma série de mudanças dentro dos cargos administrativos, com substituição de diretores, marcaram o início do ano do Tribunal de Justiça de Pernambuco, principalmente no mês de fevereiro.

A Diretoria Financeira, que desde o dia 2 está sob direção de Alexandre Baracho, foi a primeira a ser alterada. Consultor de empresas e recém-chegado da Fisepe (Empresa de Fomento da Informática do Estado de Pernambuco), onde exerceu o cargo de diretor administrativo e financeiro durante o governo de Miguel Arraes, Baracho fica no lugar de Aldo Ramos Filho.

A Secretaria de Administração também iniciou fevereiro com novidades. Para lá foi o ex-diretor financeiro, Aldo Filho, como secretário adjunto, função anteriormente ocupada por Joaquim Castro, que se ausentou mediante convite para assumir cargo no governo estadual. As mudanças ocorridas se deram em função da saída dos titulares anteriores para assumir outras funções, não porque eles não estivessem atendendo às expectativas gerenciais do TJPE.

A funcionária Ana Patrícia Oliveira, recém-nomeada diretora adjunta financeira, substitui Livino Tavares, que se ausentou para assumir novas funções no Executivo. Mesmas razões motivaram o afastamento de João Armando da Consultoria Jurídica do TJ, em janeiro, atualmente chefiada por Luiza Leão. No lugar desta, na presidência da Comissão Especial de Licitação, ficou Célia Moraes, antiga integrante daquele setor.

As mudanças, no entanto, não acabam por aí. A saída de Jones Figueirêdo, recém-empossado no cargo de desembargador, abre espaço para um novo assessor especial da Presidência do TJ. A substituição será definida, no mais tardar, depois do carnaval.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Nejo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419.3381 Fax 424.1163
e-mail: asim2@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 30 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 12 de fevereiro de 1999

Tribunal de Justiça faz contenção de gastos

Mais de R$ 6 milhões ao ano. Esse é o valor que o Tribunal de Justiça de Pernambuco está economizando depois de uma série de medidas que vêm sendo tomadas desde o ano passado, por determinação do presidente da instituição, desembargador Etério Galvão. Corte em cargos comissionados, devolução de servidores cedidos por outros órgãos e desativação de 22 Comarcas com baixa média de distribuição de processos. Só de despesas com aluguel, telefone, água, energia elétrica, material de expediente, entre outros gastos que deixaram de existir com a extinção daquelas Comarcas, o TJ teve uma economia de R$ 3,293 milhões. Além das medidas adotadas visando à redução de gastos, o presidente do TJPE informou também que muitos investimentos que vêm sendo realizados por sua administração, no sentido de melhorar a prestação de serviço à sociedade, estão acontecendo sem onerar o caixa do Judiciário. "Nos Juizados Especiais recentemente inaugurados em Garanhuns, Caruaru, outro a ser inaugurado em Vitória de Santo Antão, além dos Juizados de Execuções, em Recife, as vagas são preenchidas com o remanejamento de pessoal antes lotado em turnos que foram extintos em outros Juizados", exemplificou.

O Judiciário já entrou no esquema de economia desde o início da administração

Carnaval

Quarta-feira de cinzas é feriado no Tribunal de Justiça. O expediente se normaliza após o carnaval, na quinta-feira 18. O servidor folião pode brincar à vontade, não se esquecendo contudo que os excessos só prejudicam. Para quem não gosta de carnaval, o feriadão é um bom motivo para descansar e colocar as idéias em ordem.

Plantão

Quarta-feira 16, feriado de cinzas, haverá Plantão Judiciário na Capital e Região Metropolitana. Na Comarca do Recife, os casos urgentes serão resolvidos na 7ª Vara Cível, pelo juiz plantonista Nilson Nery. Em Olinda, estará funcionando a 3ª Cível; em Jaboatão, a 6ª Cível, e em Petrolina, a 1ª Criminal. Nessas Comarcas, serão responsáveis os juízes Clicério Bezerra, Lafs Fragoso e Marcos Bacelar.

Programa de economia será mantido

Este também será um ano de contenção no Judiciário. Além das medidas implantadas no ano passado, outras providências já foram determinadas, segundo Etério Galvão, dentro do programa de moderação de gastos adotado no Tribunal de Justiça. Suspensão de obras de infraestrutura no Palácio da Justiça e no Fórum Paula Batista, representando uma economia de R$ 600 mil. Nos Fóruns do Interior, onde estavam previstas várias obras de reforma e construção, além da aquisição de móveis e equipamentos de informática, R$ 5,7 milhões serão economizados com a suspensão daqueles investimentos.

O presidente disse, ainda, que graças ao saldo em caixa, resultante das reduções de gastos que vêm sendo feitas há algum tempo, o Judiciário conseguiu manter em dia seus compromissos financeiros do mês, apesar do repasse incompleto do duodécimo, por parte do Executivo. Enquanto o TJ tem uma folha de pagamento em R$ 9.681,00 milhões, o governo estadual repassou apenas R$ 9.615, quando deveriam ter sido enviados mais de R$ 12 milhões.

"Compromissos em dia, graças às providências adotadas".

Etério Galvão

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3253 Fax 424.1163 e-mail: sala2@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 31 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 13 de fevereiro de 1999

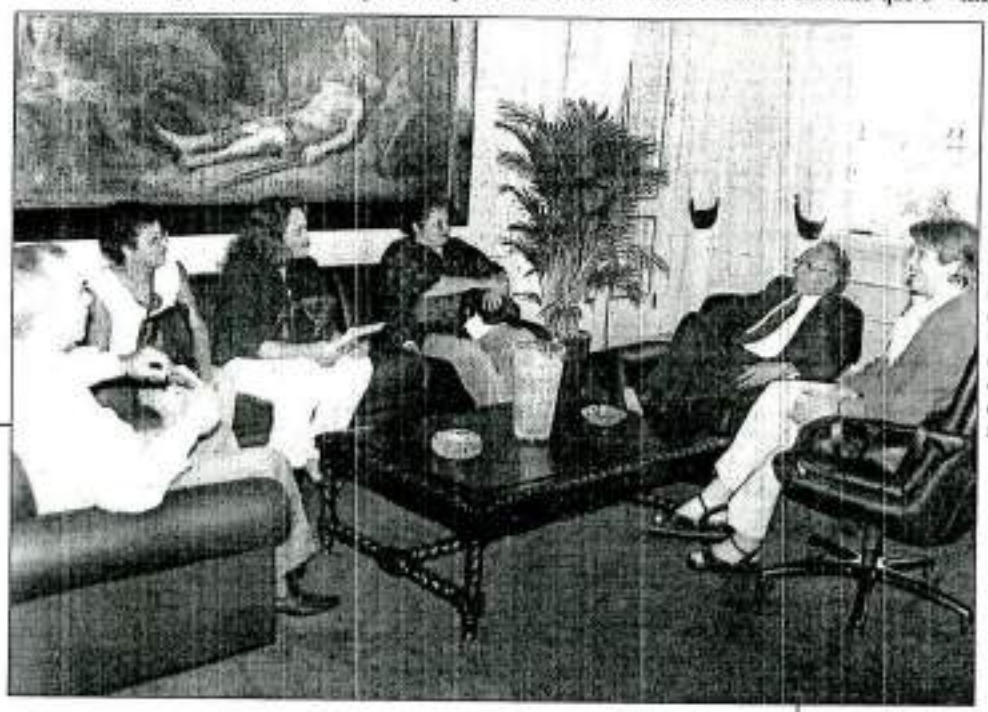
Familiares de detentos pedem audiências nos presídios

A Associação dos Familiares dos Presos quer a manutenção do projeto de audiências nos presídios do Recife. Representantes da entidade estiveram, na semana passada, com o presidente do TJPE, Etério Galvão, para elogiar a iniciativa e pedir que o trabalho tenha continuidade. "Os processos, muitas vezes, demoram a ser concluídos porque o acusado não é levado do presídio ao fórum", disse a vice-presidente da Associação, Sheila Carneiro.

Segundo ela, com a realização das audiências no presídio, há economia para o Estado, mas a maior vantagem é, sem dúvida, para os detentos que respondem a processo. "Eles não podem sair sozinhos. Só vão ao fórum se houver escolta, carro policial, o que nem sempre existe", lembrou Sheila, que esteve no Tribunal acompanhada de Eduardo Pereira Camargo e Maria Lourdes Paula, também integrantes da entidade; Raquel Araújo, da Secretaria Estadual de Justiça, e Amparo Araújo, do organização Tortura Nunca Mais.

O presidente Etério Galvão disse durante o encontro que o projeto será mantido. Para isto, vem contando com apoio da Secretaria de Justiça e já definiu a construção do primeiro fórum regional de Pernambuco, anexo ao Presídio Aníbal Bruno, que será usado para realização de audiências.

Ele lembrou que na Colônia Penal Bom Pastor o trabalho já está tendo continuidade, com o juiz Idílio Araújo, da primeira equipe de magistrados que foram aos presídios realizar interrogatórios de réus presos. O grupo de oito juízes ouviu 140 detentos, dando andamento a quase 100 processos que estavam parados aguardando a fase inicial da ação.



Os representantes da entidade enumeram as vantagens dos plantões judiciários nos presídios e pedem que a iniciativa tenha continuidade

Agenda

Itinerante - Terça-feira 16, último dia de carnaval, o Justiça nas Ruas vai estar na Praça da Preguiça, em Olinda, a partir das 10h. O atendimento vai ser feito na Unidade Móvel até as 04h da quarta-feira. No centro do Recife, o programa itinerante vai atender a população no Fórum Cirillo Wanderley, das 20 às 02h.

Rondônia - vão até o dia 26, as inscrições para o concurso do Ministério Público de Rondônia. Os interessados devem ser bacharéis em Direito e estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos. Informações podem ser obtidas na secretaria da comissão do concurso, em Porto Velho-RO, pelo telefone 069- 224.7404 ou pela Internet **htt://www.mp.ro.gov.br**

Congresso - O Bureau Jurídico e o Instituto Brasileiro de Estudos de Direito realizam, em maio, o Congresso Mundial de Direito Processual, no Centro de Convenções. Até 31 de março, as inscrições custam R$160,00 e R$ 80,00 para profissionais e estudantes; daí até 28 de abril, R$ 200,00 e R$100,00, e até 19 de maio R$280,00 e R$140,00. Informações : **227.4511.**

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gueiros

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia :
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP 50.010.040
Fone(081) 419-3211 Fax 424.1160
e-mail: sim2@go.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 32 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 19 de fevereiro de 1999

A página agiliza serviços e informações processuais da 4ª Vara da Fazenda Municipal

Vara da Fazenda Municipal ganha página na Internet

Roberta Tavares

Se você necessita de informações de processos em andamento na 4ª Vara da Fazenda Municipal, não precisa se preocupar em se dirigir até o Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, onde a Vara está localizada. Ela é a primeira no Estado a dispor de uma página na Internet, com todos os seus dados de funcionamento, desde a história de sua criação e instalação até informações processuais.

A iniciativa da equipe dirigida pelo juiz titular Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, tem o endereço eletrônico um pouco comprido, mas de fácil acesso - **http://www.geocities.com/WallStreet/Market/6880/**

A home-page é completa, informa o juiz. Nela estão todos os despachos diariamente atualizados, pesquisas feitas para melhor embasamento nas sentenças proferidas e os mais importantes links jurídicos do País, caso você tenha necessidade de se comunicar com outros tribunais, faculdades de Direito e revistas jurídicas.

Se acha pouco, é ainda possível encontrar notícias da Vara criada em 1992 e instalada em 1995, onde tramitam, hoje, cerca de 130 mil processos, dos quais 99% referem-se a execuções fiscais, basicamente cobranças de IPTU e ISS.

Seis meses foi o tempo que a equipe da 4ª Vara, sob a orientação do juiz Fernando Cerqueira, levou elaborando a página eletrônica. Considerada fator de agilização de consultas, a home-page moderniza a 4ª Vara da Fazenda Municipal e, segundo Cerqueira, serve ao público através da rede de computadores.

Iniciativas aceleram ritmo de trabalho

A primeira Vara a dispor de uma página na Internet tem quatro anos de funcionamento. A home-page, no entanto, não é a única iniciativa da equipe para modernizar os serviços.

Uma das modificações implantadas no ano passado, quando o juiz Fernando Cerqueira, depois de ocupar o cargo de assessor especial da Presidência do TJ, em administrações anteriores, entrou em exercício naquela Vara, foi o estabelecimento de uma Ordem Psicológica e de Cooperação entre a equipe.

A iniciativa, que dá acesso à discussão de problemas administrativos e funcionais, acelerou o ritmo de trabalho, com mais de dez mil sentenças proferidas no ano passado.

"É a primeira Vara do Estado de Pernambuco a dispor de uma página na Internet".

Fernando Cerqueira

A instalação de dois computadores com impressoras também ampliou a capacidade de produção, com a criação de um sistema de informática que melhor controla os processos de execução fiscal suspensos por parcelamento ou que precisam de providências administrativas.

O programa agiliza a extinção ou prosseguimento da execução fiscal porque permite saber, mensalmente, quais os prazos de suspensão que estão terminando. Foi ainda implantado o sistema de mala direta que compartilha dados entre diversos documentos, técnica de informática que racionaliza rotinas ao inserir dados no computador uma vez, compartilhando a informação com até cinco documentos diferentes.

Como acessar a home-page na Internet

Foto: Assis Lima

Para acessar a home-page o endereço é: **http://www.geocities.com/WallStreet/Market/6880/**

Para escrever e mandar sugestões para a 4ª Vara da Fazenda Municipal utilize o seguinte e-mail: **vfazmun4@.tjpe.gov.br**

A 4ª Vara da Fazenda Municipal está localizada no segundo andar do Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley. Os telefones são **224.0656** e **224.0121, ramal 2126.**

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fabio Colvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424-1383
e-mail: salo20@jpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 33 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 20 de fevereiro de 1999

População permanece com o programa A Justiça nas Ruas

A Semana Santa, com a realização da Paixão de Cristo em Fazenda Nova, os festejos juninos de Caruaru, o Festival de Inverno de Garanhuns e a Festa de Nossa Senhora da Conceição, em Casa Amarela estão entre os eventos que poderão ser beneficiados com os serviços itinerantes do A Justiça nas Ruas. A informação partiu do próprio presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, diante dos objetivos alcançados pelo programa durante o carnaval, em Olinda, Boa Viagem e Centro do Recife.

Mais do que registrar casos, A Justiça nas Ruas funciona como centro de orientação e esclarecimento à população, inibindo a violência durante a realização de festejos que reúnam grande concentração popular. Informar e tirar dúvidas dos interessados sobre como agir diante de situações em que se vêem desrespeitados em seus direitos é um dos fortes

objetivos da iniciativa. "Além disso, A Justiça nas Ruas é mais uma tentativa de aproximação com a sociedade", completou Galvão.

O presidente do TJPE avaliou como bastante positivos os primeiros resultados alcançados com os Juizados Especiais itinerantes (Cível e Criminal) durante o reinado de Momo. "Pelas informações que estamos prestando, já se alcançou o êxito", disse Galvão, justificando o desejo de estender o trabalho a outros eventos.

Instalados em um trailler munido de todo o equipamento necessário ao funcionamento e com uma equipe composta por 165 pessoas (veja quadro) durante o Carnaval, a unidade móvel do TJPE atuou nos principais focos de animação de Recife e Olinda. "Se dispuséssemos de várias unidades móveis, a experiência seria levada para os bairros de periferia, onde a violência é maior. Como dispomos de apenas um veículo, estamos atuando em locais estratégicos", esclareceu o presidente do TJPE.

O folião foi bem orientado

Números do programa A Justiça nas Ruas

Uma equipe de 165 pessoas trabalhou durante o carnaval, fazendo o Justiça nas Ruas.

20 juízes
48 conciliadores
48 pessoas na secretaria e secretaria adjunta
24 digitadores
22 policiais
02 funcionários de apoio
01 motorista

Agenda

Congresso Mundial de Direito

Os desembargadores Etério Galvão, Nildo Nery e Dário Rocha estarão presentes ao Congresso Mundial de Direito Processual que o Bureau Jurídico realizará de 19 a 22 de maio, no Centro de Convenções. Direito Processual Penal, Os Novos Aspectos da Criminalidade e Direito Processual Civil serão os temas que serão discutidos sob a coordenação dos magistrados.

O Congresso reunirá os mais renomados especialistas mundiais, como J. J. Gomes Canotilho, professor da Universidade de Coimbra, expositor do tema de abertura Globalização e Crise do Judiciário. Neoliberalismo e Exclusão Social terá como expositora a filósofa e professora da Universidade de São Paulo, Marilena Chauí, também na noite de abertura.

O Congresso Mundial de Direito Processual será realizado no Teatro Guararapes e trará, entre outros expositores pernambucanos, o juiz Luiz Carlos Figueiredo para falar de Tráfico e Prostituição da Criança e do Adolescente.

Interrogatório nos presídios recebe elogio

A notícia da implantação do interrogatório nos presídios foi bem recebida no Estado de São Paulo. O juiz paulista José Luiz Germano enviou e-mail ao TJPE elogiando a iniciativa.

Segundo o magistrado, é um absurdo o aparato que se faz para escoltar presos ao Fórum. "O interrogatório no presídio é uma lição de humildade, de aproximação. É a justiça saindo de seu trono."

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1165
e-mail: asicj@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dojpe

Ouvidoria - fone: 0800.81.5251

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 34 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 23 de fevereiro de 1999

Judiciário e Executivo fecham acordo no caso do duodécimo

Acordo firmado ontem fixou em R$ 10,9 milhões o valor do duodécimo que o Executivo repassa mensalmente ao Judiciário. A iniciativa colocou um ponto final no caso que já vinha se prolongando desde janeiro, quando o Governo do Estado repassou apenas R$ 9,6 milhões contra a cota de R$ 12,6 repassada mensalmente até o ano passado.

O acordo foi firmado entre o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e o governador Jarbas Vasconcelos, em reunião no Palácio do Campo das Princesas. Estavam presentes o vice-governador Mendonça Filho e o vice-presidente do TJ, desembargador Napoleão Tavares, além dos desembargadores Nildo Nery e Gilberto Gondim e secretários de Estado.

Também ficou acertado que a Lei 10.852, de 29 de março de 1992, será alterada para possibilitar a utilização das receitas de taxas em custeio e não apenas em investimento como atualmente é previsto. Além disso, a partir do ano 2.000, o sistema penitenciário será beneficiado pelo repasse de 20% dos recursos das taxas judiciárias.

A polêmica do duodécimo começou no início do governo Jarbas Vasconcelos, quando a Secretaria da Fazenda entendeu que, por necessidade de contenção de gastos, o repasse da cota financeira deveria corresponder a 75% e não a 100% da receita estadual. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, que defendeu um entendimento entre os Poderes, disse que o Judiciário já vem fazendo contenção de despesas há um ano e que, nesse período, já economizou mais de R$ 6 milhões.

A diminuição do duodécimo representa, segundo Etério Galvão, mais uma parcela de sacrifício do Judiciário para amenizar a crise estadual. A conseqüência da medida, no entanto, alerta o presidente do TJ, é a possibilidade de uma Justiça ainda mais demorada, sendo necessário que a população entenda que as cobranças, nesse caso, não devem ser feitas diretamente ao Judiciário.

Outras decisões

- Para o repasse de 20% dos recursos das taxas para aplicação no Sistema Penitenciário, o Tribunal de Justiça sugere que a transferência seja feita através de convênio.

- Haverá parceria entre a Secretaria da Fazenda e o Tribunal de Justiça no processo de arrecadação das taxas.

- Será fixado um limite de R$50,00 para a cobrança das taxas.

Estado do Amapá realiza Encontro Internacional sobre Direitos da Criança

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e as Novas Legislações é o tema do encontro que reúne magistrados, advogados e outros profissionais com atuação na área de Direito da Criança. Trata-se do Encontro Internacional da Criança e do Adolescente na Amazônia, quinta e sexta, em Macapá, capital do Amapá, no Teatro das Bacabeiras.

Promovido pela Escola da Magistratura do Amapá, o encontro tem a participação de membros da área jurídica que se destacam por suas contribuições na promoção dos direitos da criança e do adolescente. É o caso do pernambucano Luiz Carlos de Barros Figueiredo, juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, vencedor do Prêmio Abrinq 98, concedido pela Fundação Abrinq. Figueiredo vai falar sobre Ações Civis Públicas e a Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Direitos de crianças e adolescentes são discutidos quinta e sexta durante encontro no Amapá

O Encontro tem também a participação de juristas e magistrados estrangeiros, realizadores de trabalhos relevantes em seus países, como o uruguaio Rodrigo Quintana, presidente do Instituto Interamericano da Criança. Ele participa do painel A Convenção e os Novos Sistemas de Justiça/A Nova Justiça da Infância e da Juventude, ao lado do desembargador catarinense Antônio do Amaral e Silva e do juiz Ricardo Merinque, secretário da Corte Suprema do Uruguai.

Responsabilidade Penal Juvenil está entre outros temas, com participação de Haroldo Brito Cruz, ministro da Corte de Apelações de Santiago do Chile. O painel Direito da Criança e do Adolescente: Judiciário, Comunidade, Imprensa - Uma Integração Necessária, tem a participação de debatedores brasileiros e do presidente do Tribunal Superior Penal Juvenil da Costa Rica, Gilberto Armijo Sancho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: acm2@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 35 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 24 de fevereiro de 1999

Unidade de saúde e DRH iniciam medicina preventiva

Prevenção à saúde feminina é o assunto das palestras que serão ministradas no dia 8 de março, às 14h, no salão do 1º Tribunal do Júri do Fórum Thomas de Aquino. É uma iniciativa da Coordenação de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em conjunto com a Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia (Unesp) - subordinada à Diretoria de Recursos Humanos.

Embora se realize no Dia Internacional da Mulher, o evento não é reservado exclusivamente a elas. Homens (funcionários ou maridos de funcionárias e dependentes) também podem participar. Afinal, segundo Fernandes Arteiro, coordenador de saúde do Tribunal, é consensual a compreensão de que a preservação da saúde da mulher depende também da consciência que o parceiro tenha sobre o assunto.

O programa inclui atendimento preventivo a funcionários do Tribunal de Justiça

Ainda segundo Arteiro, a escolha do tema não se deve apenas à passagem da data. "A mulher tem uma incidência maior de câncer em órgãos como útero, ovário, mama, além da ostoporose e dos efeitos das doenças sexualmeate transmissíveis", justificou. Ministradas pela ginecologista/obstetra Simone Fitipaldi e pelo mastologista Marcus Antônio Araújo - integrante do quadro do Ambulatório do TJPE e médico credenciado, respectivamente - as duas palestras sobre saúde da mulher são as primeiras de uma série com realização prevista para datas comemorativas.

"É uma iniciativa inédita dentro do Tribunal. O Dia do Trabalho, da Luta Contra a Aids, da Criança, da Saúde Dentária, o Dia do Não Fumar são, entre outros, algumas datas que já temos em vista", disse Arteiro. O coordenador de saúde do TJPE adiantou, também, que os temas escolhidos não visam apenas aos pais. Alguns assuntos estarão voltados também para aos filhos dos funcionários, entre esses os que dizem respeito ao adolescente, como o envolvimento com os diversos tipos de drogas.

Emenda modifica contribuição previdenciária

O funcionário público que recebe vencimentos brutos superiores a R$ 360,00 não mais terá direito ao salário-família. A gratificação foi extinta pela Emenda Constitucional 20/98, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro passado. Os valores recebidos em janeiro/99 serão restituídos.

Pela mesma Emenda, a contribuição previdenciária dos servidores ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo com o Estado, passa a ser descontada em favor do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e não mais para o IPSEP. Os descontos efetuados nos vencimentos daqueles comissionados em janeiro/99 serão restituídos com os salários de fevereiro/99. Nos contracheques deste mês também constam dois descontos em favor do INSS, referentes a janeiro e fevereiro.

O funcionário à disposição do Tribunal de Justiça que já tenha sua contribuição previdenciária descontada, através do órgão de origem, para o INSS pelo teto máximo (R$ 132,00), poderá ficar isento do desconto neste Poder. Para isso, é necessário que comprove com a apresentação de cópia do contracheque junto à Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.

Amepe promove lançamento de livro de juiz pernambucano

O poeta paraibano Jessier Quirino e o lançamento do livro ***Um Pouco de Tudo***, de autoria de Adeildo Nunes, juiz da Comarca de Gravatá, fazem parte da programação da VIII Sexta Cultural, depois de amanhã. Promovido pela Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe), o evento sempre se realiza na última sexta-feira de cada mês, na sede administrativa da entidade, no Fórum Paula Batista, dando espaço a expressões artísticas regionais, especialmente pernambucanas.

Escola da magistratura forma mais uma turma

Mais uma turma de bacharéis em Direito concluiu, sexta-feira, o curso de preparação à magistratura, da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Realizada no Tribunal do Júri, no Fórum Thomaz de Aquino, a solenidade teve a presença do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Elério Galvão. Dos 43 alunos, 40 optaram pelo curso de preparação da Justiça Comum e o restante pela área trabalhista, segundo o coordenador da Esmape, juiz Laiete Iatobá.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberto Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163 e-mail: ssin20@tpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 36 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 25 de fevereiro de 1999

Servidores podem se inscrever em pós-graduação de área social

Funcionários do Tribunal de Justiça graduados em Serviço Social, Psicologia e Direito dispõem de 20 vagas no I Curso de Pós-Graduação Intervenção Psicossocial à Família no Judiciário, promovido pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal. O curso oferece um total de 40 vagas, mas uma parceria firmada com o Poder Judiciário permite que a metade seja utilizada por técnicos que atuam na emissão de pareceres em processos que tramitam nas Varas de Família e da Infância e Juventude.

Os interessados podem se inscrever até sexta-feira no Departamento de Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE. Haverá um processo seletivo que, segundo Helena Ribeiro Fernandes, chefe do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça de Justiça, inclui análise de currículo e entrevista com os candidatos, de 1 a 5 de março.

O curso tem duração de dez meses. Nesse período, os profissionais terão contato com professores dos mais qualificados, como Ada Pallegrini, Lucinda Macedo e Dayse Cesar Bernardi, da PUC de São Paulo, além de gente nossa como Anita Costa, Ilda Lopes, Mirtes Rocha e Roberto Faustino de Paula, das áreas de Psicologia e Serviço Social.

A inscrição custa R$20 e o curso todo R$1.600, divididos em dez parcelas. O funcionário selecionado, segundo Helena Ribeiro Fernandes, terá uma ajuda de R$100 por mês, devendo completar a mensalidade.

O Curso Intervenção Psicossocial à Família no Judiciário é uma iniciativa pioneira que tem por objetivo qualificar os profissionais da área do Serviço Social, da Psicologia, do Direito e das áreas afins para uma intervenção mais consistente e competente nos diversos campos de trabalho de aplicação da Justiça e da lei.

É objetivo também capacitar os profissionais do Social na realização de perícias técnicas junto a crianças e adolescentes, adultos e famílias envolvidas em processos civis e criminais.

Ao final, os participantes estarão aptos também para elaborar programas e projetos de atuação dos diferentes centros de apoio psicossocial do Judiciário e de refletir sobre a prática profissional no âmbito da Justiça.

Coordenado pela professora Ana Cristina Arcoverde, do departamento de Serviço Social da UFPE, o curso oferece 10 disciplinas e 372 horas/aula, de março a dezembro.

O curso de pós-graduação atualizará conhecimentos dos profissionais que trabalham na emissão de pareceres sócio-psicológicos de usuários das Varas Cíveis e Criminais

Disciplinas

- Instituição e Poder
- A Família na Sociedade Brasileira
- Afetividade, Violência Doméstica e Crime
- Proteção à Criança e ao Adolescente
- Metodologia da Pesquisa/Orientação à Monografia
- Metodologia do Ensino Superior
- Psicologia Jurídica
- Serviço Social Aplicado à Justiça
- Método e Técnica de Intervenção Profissional
- Terapia Familiar

Amapá

Corregedor explica funcionamento do sistema de informações da Infância e Juventude

O Sistema de Informações da Infância e da Adolescência - Sipia, projeto do Ministério da Justiça que interligará as 28 corregedorias gerais de Justiça do País, é um dos temas do Encontro Internacional sobre Direitos da Criança e do Adolescente que se realiza, hoje e amanhã, em Macapá, capital do Amapá.

O corregedor geral da Justiça estadual, desembargador Mário Melo, vai estar presente, com o juiz Luiz Carlos Figueiredo, explicando o funcionamento do Sipia que deve ser implantado até junho, através de uma rede de comunicação informatizada. A coordenação de implantação do programa está a cargo da Corregedoria de Pernambuco, em reconhecimento ao trabalho que o Estado realiza na área da infância e juventude.

Todas as corregedorias de Justiça do País estarão interligadas por uma rede de comunicação informatizada

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Gabrio

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anita Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Bo Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3214 Fax 424.1181
e-mail: asicom@pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 37 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 26 de fevereiro de 1999

Diretor amplia supervisão ao trabalho do Oficial de Justiça

A melhoria do cumprimento dos mandados é a principal preocupação do juiz Bartolomeu Bueno, que sexta-feira assumiu a diretoria do Fórum da Capital. A avaliação das atividades externas da Central de Mandados, que já vem sendo utilizada desde o final do ano passado e que consiste em uma supervisão ao trabalho dos oficiais de justiça, será mantida e ampliada, como instrumento para alcançar o objetivo.

O novo diretor do Fórum também disse que, além da fiscalização, a ampliação do quadro de oficiais de justiça é outro requisito sem o qual torna-se difícil melhorar o serviço. "Atualmente dispomos de aproximadamente 80 oficiais de justiça. Este número fica ainda mais reduzido se levarmos em conta os períodos de licenças ou férias, mais o fato de que há varas especializadas que exigem oficiais com lotação específica. Ainda há aquelas diligências em que a lei exige a participação de no mínimo dois oficiais, como nos casos em que há resistência ou necessidade de arrombamento ou, ainda, uma busca e apreensão a menores", avaliou.

Outra dificuldade apresentada por Bueno é o aumento de serviços decorrentes das reformas na legislação de organização judiciária, ampliando a atuação dos oficiais para todas as Comarcas dentro dos limites da Região Metropolitana do Recife. "Qualquer diligência em uma Comarca situada entre o Cabo e Itamaracá - no sentido Norte/Sul - ou entre Recife e São Lourenço da Mata - sentido Leste/Oeste - tem que ser cumprido pelo próprio servidor da Capital. Não se faz mais por Carta Precatória".

Justificando sua preocupação, Bueno argumentou que "o oficial de justiça é a peça fundamental para o andamento do processo. Ele exerce função importantíssima, e por isso tem que se otimizar o seu serviço". Ele disse que serão estudadas as viabilidades de realização de concurso público para preenchimento de vagas de oficial de justiça, quando também será feito um levantamento para identificar o número de contratações necessário.

O diretor do Fórum enfatizou, no entanto, que a preocupação com os serviços dos oficiais de justiça não significa o esquecimento de outros setores estratégicos dentro do órgão. É o caso do Núcleo de Distribuição e Informação Processual no 1º Grau (Progeforo) e o Depósito Judiciário. Neste último, a preocupação consiste na devida conservação dos bens confiados à guarda do Poder Judiciário em decorrência dos atos de penhora.

A mesma preocupação existe em relação à agilização do cumprimento de Cartas Precatórias. "Nós recebemos uma média de 500 Cartas Precatórias, a cada mês, vindas de Comarcas do interior e de outros estados. Apesar das dificuldades, temos a preocupação de cumpri-las devidamente, o que, aliás, já vem sendo feito pela Central de Precatórias. Resta mantê-la funcionando bem", informou Bueno.

A Justiça eficaz é o objetivo do trabalho dos juízes Bartolomeu Bueno (e), diretor do Fórum, e Fábio Eugênio, assessor especial do TJ

Fábio Eugênio estabelece rotinas do novo Fórum

O novo assessor especial da presidência do Tribunal de Justiça, juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima, assumiu sexta-feira com uma proposta bem definida: estabelecer as rotinas de funcionamento do novo Fórum do Recife, em construção na Ilha de Joana Bezerra, e trabalhar na modernização da gestão judiciária estadual. O objetivo é dar continuidade a esses projetos, em andamento desde que a função de assessor especial era ocupada pelo então juiz Jones Figueirêdo, hoje desembargador pernambucano.

Vindo de uma experiência administrativa na direção do Foro da Capital, onde implantou sistema de avaliação do serviço do Oficial de Justiça, Fábio Eugênio garante que as rotinas a serem implantadas no novo Fórum não apenas racionalizarão os serviços prestados, mas também permitirão melhor acesso às dependências do prédio. O fórum estará concluído em outubro, sendo entregue à comunidade em dezembro.

A modernização da gestão judiciária estadual, a outra prioridade do novo assessor especial da Presidência, inclui a implantação de uma tecnologia avançada, início da virtualização processual e a racionalização das rotinas de trabalho no Tribunal e Comarcas. Segundo o desembargador Jones Figueirêdo, que participa da implantação do programa, essas são medidas que garantem a celeridade dos serviços, com uma Justiça segura nos seus pronunciamentos e eficaz nas suas decisões.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Guedes

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gasco

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asjur2@ga.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 38 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 27 de fevereiro de 1999

Primeiro Colégio Recursal dos Juizados ultrapassa média de julgamentos

Dos 628 recursos distribuídos ao Primeiro Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, exatos 620 foram julgados. Relativos ao período de 31 de março a 18 de dezembro, os dados indicam um percentual de 99% de recursos julgados no ano passado, com uma média de 19 dias de julgamento por processo. Dos oito recursos não julgados, um recebeu pedido de vista e os sete restantes tiveram o julgamento convertido em diligência. Segundo o desembargador Jones Figueirêdo, o resultado demonstra bem o objetivo a que se propõem os Juizados Especiais: o de prestar atendimento rápido à população. O Primeiro Colégio Recursal compreende os sete Juizados Especiais Cíveis da Região Metropolitana. Dispõe de 20 juízes, sendo 12 titulares e oito suplentes, divididos em quatro turmas.

Rapidez é a filosofia dos Juizados, tanto no atendimento inicial quanto no grau de recurso

De acordo com o desembargador Figueirêdo, os três juízes de cada turma se reúnem uma vez por semana, julgando os processos cíveis de menor porte em grau de recurso.

Estes Juizados fazem parte do Primeiro Colégio Recursal

Além dos sete Juizados Especiais Cíveis do Recife - *Rosarinho, Afogados, Cordeiro, Casa Amarela, Boa Vista, Pina e do Consumidor* - também fazem parte do Primeiro Colégio Recursal os de *Olinda, Camaragibe, Vitória de Santo Antão, Paulista, Cabo e os dois de Jaboatão.*

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bívio Gutrão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Maurea

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone/fax(81) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: sole2@tjpe.gov.br

Agenda

Pós-graduação - ainda há tempo, hoje, de se inscrever no curso de pós-graduação Intervenção Psicossocial à Família no Judiciário. Promovido pela Universidade Federal de Pernambuco, o curso reserva 20 vagas a funcionários do Tribunal de Justiça que, formados em Psicologia, Direito e Assistência Social, trabalham na emissão de pareces em processos que tramitam em Varas Cíveis e Criminais. As inscrições custam R$20 e outras informações podem ser obtidas pelo telefone ***271.8373***, com Ana Cristina Arcoverde. Os inscritos serão selecionados através de análise curricular e entrevista. O curso, que tem suporte do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça, começa em março e termina em dezembro. Ao preço total de R$1.600, é dividido em 10 parcelas iguais, sendo que os funcionários selecionados do TJ terão uma ajuda de R$100 por mês.

Ministério Público - As inscrições do concurso do Ministério Público Federal, para provimento de cargos de Procurador da República, foram prorrogadas até 1º de março. A informação é do procurador Wellington Saraiva, presidente da Subcomissão Estadual do Concurso do MPF. Outras informações, pelo telefone ***424.8844***.

TJPE começa campanha de divulgação do novo Fórum do Recife

O Tribunal de Justiça está iniciando um projeto para divulgação do Fórum do Recife, em construção na Ilha de Joana Bezerra. O projeto visa, essencialmente, informar os mais diversos segmentos da população sobre o novo fórum da Capital, onde funcionarão, a partir de dezembro, todas as varas cíveis, criminais, de família, entre outras, atualmente instaladas nos fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino.

Para tanto, a maquete do Fórum será instalada em locais de grande movimentação de pessoas, como instituições, universidades e órgãos de classe, locais de grande demanda pública.

Dentro do projeto, a Ordem dos Advogados do Brasil/PE será a primeira entidade a receber a maquete. O Tribunal levou em consideração o fato de que a instituição recebe grande número de visitantes, em sua maioria público alvo do Judiciário e que irá, certamente, utilizar o novo fórum. A maquete deve permanecer na OAB até final do mês de março. Entre as instituições consultadas pelo TJ estão o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Universidade Federal.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 39 — Poder Judiciário — Recife, terça-feira, 02 de março de 1999

Olinda abre as portas para a informatização do Judiciário

O Tribunal de Justiça trabalha na implantação do novo projeto de Informática

Um curso de informática para juízes lotados em Olinda e, para os funcionários, um treinamento sobre procedimentos no atendimento ao público, que serão iniciados hoje, constituem o primeiro pontapé para a implantação do sistema de controle processual informatizado. O Judwin, como é denominado, permite o acompanhamento de qualquer processo pelas partes interessadas, desde o instante de sua autuação e distribuição, até o último despacho do juiz.

Já utilizado com sucesso no 2º Grau, onde os passos de qualquer ação processual podem ser acompanhados via Internet, o Judwin será aplicado experimentalmente em Olinda. Trata-se de um projeto piloto que servirá de carro-chefe para a implantação do sistema em todo o 1º Grau. A princípio, o usuário não poderá acessar o sistema em casa, pela Internet. Mas neste primeiro momento em que os funcionários estão sendo treinados para operar o sistema, os interessados já têm à disposição uma central com todas as informações processuais, poupando o usuário de deslocar-se até a vara onde tramita a ação.

O diretor de informática, Edmundo Godoy de Mendonça, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), justifica a escolha da Comarca de Olinda "pela sua proximidade com a Capital e pelo menor número de varas - um total de 16 - em relação ao Fórum do Recife". Outra característica que habilita Olinda ao propósito do projeto piloto é a diversidade de especializações das Varas instaladas naquela Comarca.

Cerca de sessenta computadores já estão devidamente instalados, em rede, naquele Fórum, auxiliados por 40 impressoras. São três terminais em cada vara. A Distribuição, a Central de Mandados, o Progeforo e a Central de Informações dispõem de dois computadores, cada um.

Os 20 mil processos que atualmente já tramitam em Olinda, ou seja, anteriores à informatização daquela Comarca, serão devidamente cadastrados e inseridos no sistema. O serviço será realizado através de um grupo de trabalho composto pelos próprios funcionários. O grupo atuará entre 8 e 12h, quando o Fórum ainda não está aberto ao público.

A caminho do interior - Do sucesso dessa experiência dependerá o prazo para a expansão do Judwin em todas as Comarcas do Estado de Pernambuco, unindo o Litoral ao Sertão. Se depender de força de vontade, o projeto será vitorioso. "Um esforço conjunto vem sendo empreendido, desde dezembro, por todas as diretorias e secretarias, sob a coordenação do desembargador Og Fernandes. Os treinamentos, por exemplo, estão sendo ministrados numa parceria da Diretoria de Recursos Humanos com a Informática", exemplificou Mendonça.

O treinamento da DRH, abrangendo aproximadamente 73 servidores do Fórum de Olinda, foi programado em 14 dias - com início hoje e encerramento no dia 15. Seu conteúdo visa à qualidade do atendimento ao público.

Já a Diretoria de Informática ministra dois treinamentos na área. Um mais abrangente para os magistrados, que vai até a próxima semana, com duas horas diárias, e outro específico no sistema, para os funcionários, quando aprenderão a operar o Judwin. Esses servidores já receberam um curso básico em Informática, preparando-se para a implantação definitiva do novo sistema.

Judiciário e Defensoria Pública estudam parceria para melhorar serviço

Etério vai estudar a proposta da Defensoria Pública

A Defensoria Pública do Estado poderá dispor de um lugar específico para atendimento no novo Fórum da Capital, na Ilha de Joana Bezerra. A solicitação da Defensora Pública Geral, Rosana Grinberg, será estudada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, a fim de que Judiciário, Ministério Público e Defensoria venham a trabalhar em parceria quando as obras do prédio estiverem concluídas. O assunto foi discutido, ontem, durante visita que Rosana Grinberg fez ao presidente do TJ, acompanhada da subdefensora geral Naura Reis. Com um local específico para trabalhar no Fórum, Rosana Grinberg espera agilizar os processos da Defensoria que tramitam na Capital e que representam cerca de 60% das ações nas Varas da Assistência Judiciária.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Dr. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Abdalaza e Sérgio Moraes

Fotografia:
Anna Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 429-3233 Fax 424-3343
e-mail: oficialpe@hotmail.com

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 40 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 03 de março de 1999

Judiciário tem Centro de Estudos para aprimoramento profissional

Criado em fevereiro de 1821 e instalado um ano depois, o Judiciário hoje não apenas se moderniza pelo uso da tecnologia avançada. Mais do que isso, ele se rende à necessidade do aprimoramento cultural, não somente no campo jurídico, mas também em outras áreas de conhecimento ligadas ao trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça.

Um novo passo foi dado esta semana, com a criação do Centro de Estudos Judiciários, aprovada pela Corte Especial. A intenção é dotar o Judiciário de um órgão especializado no desenvolvimento do estudo e pesquisa avançados. O objetivo: sempre a melhoria do serviço judicial e extrajudicial.

O Centro de Estudos é vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, destinado à realização de cursos, simpósios, promoção de pesquisas, beneficiando servidores e magistrados. Ao CEJ cabe também coordenar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento tecnológico integrado da biblioteca, do museu, do memorial e do banco de dados da Justiça, assim como editar o arquivo forense.

Um diretor e um vice, escolhidos dentre um desembargador e um juiz de 3ª Entrância, vão administrar o Centro de Estudos, cujo Regimento Interno, ainda em elaboração, será apreciado pela Corte Especial dentro de um mês. Quando entrar em funcionamento, o Centro vai ter cinco coordenadores responsáveis pela realização de cursos, treinamentos e evenios científicos e culturais. Aos coordenadores cabe, ainda, a responsabilidade de desenvolver - por meios de projetos e pesquisas - e divulgar aquele patrimônio científico e cultural.

Dentro de sua filosofia de aprimorar cultural e profissionalmente os integrantes do Poder Judiciário, o CEJ terá um símbolo - O Pensador -, uma escultura do parisiense August Rodin, nascido em 1840 e considerado um dos melhores artistas do século XIX.

O desembargador Jones Figueirêdo é o diretor do Centro de Estudos Judiciários, em escolha definida pela Corte Especial

Amepe traz Marta Suplicy para fazer palestra

"De tudo um pouco" não é o primeiro trabalho literário do paraibano Adeildo Nunes, juiz em Pernambuco desde 1990.

A Sexta Cultural de março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, tem programada uma palestra da ex-deputada federal petista Marta Suplicy. A iniciativa é da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, realizada na última sexta-feira de cada mês e que, até o momento, tem revelado valores culturais e artísticos dos magistrados da Justiça estadual.

A última Sexta Cultural lançou o livro "De tudo um pouco", do juiz Adeildo Nunes, da 1ª Vara da Comarca de Gravatá. A coletânea de textos sobre Direito Constitucional, artigos de jornais e comentários sobre poetas diversos, além de poesias do próprio autor, justifica o título da obra.

Reflexões sobre a Lei do Consumidor, ação de despejo, pena de morte, aborto, o Direito e a Ecologia ou comentários sobre personalidades jurídicas, como o ministro Demócrito Reinaldo, ou o repentista Louro do Pajeú são alguns exemplos da diversidade temática do livro que pode ser encontrado na sede da Amepe e em livrarias dos shoppings Tacaruna e Recife.

Em Gravatá "De tudo um pouco" pode ser encontrado nas livrarias e na sede da Academia de Letras da Comarca, da qual o juiz Adeildo Nunes é fundador. A carreira de jurista não reprimiu o poeta e escritor que tem publicados três outros livros de poesia.

Fale com o presidente

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, atende pessoalmente, hoje, em seu gabinete, funcionários que desejarem tratar de questões administrativas que lhes digam respeito. É o programa Fale Com o Presidente, iniciado em fevereiro e que se realiza a cada primeira quarta-feira do mês. Sempre pela manhã, a partir das 8h, por ordem de chegada, no gabinete da Presidência.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social
Márcia Gurgel

Redatores:
Roberta Tavares, Christiano Abrantes e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424-3161
e-mail: cinf@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 41 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 4 de março de 1999

Sipia pode ser lançado este mês

O Sistema de Informações da Infância e Adolescência (Sipia), programa on-line que vai centralizar todas as informações sobre os processos de adoção internacional e dados de menores autores de atos infracionários em todo o Brasil, despertou grande interesse, inclusive de participantes estrangeiros, durante o Encontro Internacional da Criança e do Adolescente na Amazônia, realizado no Amapá, na semana passada. O projeto, concebido pela Corregedoria de Justiça de Pernambuco, já está 99% pronto, segundo Humberto Vasconcelos Júnior, juiz da Infância e Juventude da Capital, com previ-são para lançamento em março.

A informação é confirmada pelo desembargador Mário Melo, corregedor geral de Justiça do Estado. "Já distribuímos os equipamentos para cada uma das 27 corregedorias do País. Em breve, a habilitação de um casal adotante, brasileiro ou estrangeiro, de qualquer estado valerá em todo o Brasil", disse ele.

Nesta quinta-feira, o juiz Luiz Carlos Figueiredo, também da Infância e Juventude, coordenador dos trabalhos de elaboração e implantação do Sipia, reúne-se com pessoal do Ministério da Justiça - financiador do projeto - e técnicos de Informática do Tribunal de Justiça. Desta reunião, Figueiredo pretende sair com data definida para o lançamento do Sipia.

Técnicos do Ministério da Justiça e da Vara da Infância e da Juventude definem hoje a data de lançamento do Sistema de Informações

Iniciativa inédita na América Latina - pelo menos não se tem conhecimento de outra experiência no gênero - o Sipia foi apresentado em Macapá por Figueiredo e Vasconcelos, que fizeram uma demonstração prática de operacionalização do sistema para os participantes do Encontro. Representantes dos judiciários de vários países, como a Guiana Francesa, Uruguai, Chile, Costa Rica, entre outros, solicitaram à representação pernambucana a cessão de cópia em CD-Room, tão logo o programa esteja definitivamente instalado no Brasil.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aurélio Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: ascs@tjpe.gov.br

Modernização e interação com a sociedade fazem os objetivos do Judiciário atual

" Em matéria de atuação, nunca estivemos melhor". A avaliação é do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, feita esta semana para integrantes do Clube de Diretores Lojistas (foto). Galvão se referia ao fato de que as duas metas prioritárias do Judiciário - modernização e interação com a sociedade - estão sendo atingidas. Segundo ele, até o final do ano, mais de 90% do que foi proposto pela administração terão sido alcançados.

Na sua opinião, contudo, os processos ainda andam devagar. Um dos maiores complicadores, disse ele, é a falta de espaço físico para acomodar todos os serviços e propiciar melhor atendimento ao usuário. A solução, ele espera com a entrega do novo Fórum da Capital, que fica pronto para funcionar em dezembro. Com o prédio da Ilha de Joana Bezerra abrigando todas as 72 Varas do Recife e mais algumas que serão instaladas, os fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino passam a anexo do Tribunal de Justiça. O Thomaz de Aquino, inclusive, vai ser a nova sede da Escola Superior da Magistratura, que atualmente funciona em algumas salas do Colégio Americano Batista, na Rua Dom Bosco.

Servidores do Interior também vieram ao TJ

Cresce interesse pelo Fale Com o Presidente

Realizado ontem pela segunda vez, o programa Fale com o Presidente deu mostras de que a iniciativa é do agrado e corresponde às necessidades do servidor. Implantado em fevereiro, quando o desembargador Etério Galvão passou a receber servidores, na primeira quarta-feira do mês, para trato de questões administrativas e funcionais, o atendimento de março registrou mais de 20 funcionários do Judiciário contra nove no mês passado. Houve gente até do interior do Estado, do distrito de Batateiras, de Belém de Maria, cujo interesse era a reativação da Comarca. Assim como no Agenda Livre, os casos atendidos no programa Fale com o Presidente, quando não resolvidos na hora, são encaminhados para estudo com garantia de breve resolução.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 42 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 05 de março de 1999

Comissão avalia desempenho de servidores

Funcionários de carreira serão beneficiados com a iniciativa

Uma Comissão de Eficiência foi constituída pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, para avaliar o desempenho dos servidores de carreira do Poder Judiciário. Segundo o assessor especial da Presidência, Ruy Patu, o objetivo é estabelecer regras para remoção, progressão e promoção de pessoal pelo critério de merecimento.

A diretora de Recursos Humanos, Da Paz Brasil, a secretária de Administração, Olga Cruz, e três servidores, José Roberto Vasconcelos, Raimundo Ferreira Filho e Anna Maria Santoro, formam a Comissão. "Com a medida, pretendemos incentivar a capacitação profissional dos servidores e democratizar o processo", explicou Ruy Patu.

Oficiais de Justiça, técnicos, assistentes e auxiliares judiciários estão entre os beneficiados com a iniciativa. Cada funcionário terá sua avaliação lançada em um boletim e será observada, além da capacidade e qualidade do trabalho desenvolvido, a realização de cursos e as atitudes de cada servidor no ambiente de trabalho.

Segundo Ruy Patu, a Comissão vai começar a atuar depois que um grupo de trabalho da Diretoria de Recursos Humanos tiver catalogado e digitado toda a titulação dos servidores de carreira do Judiciário estadual que correspondem a um total de 2.610 funcionários, de acordo com dados da divisão de controle de pessoal da DRH.

O assessor da Presidência afirmou ainda que, após a catalogação dos dados, a Comissão de Eficiência terá o prazo de 90 dias para concluir sua análise, ficando encarregada de elaborar e distribuir os boletins de avaliação entre as respectivas unidades de trabalho.

O objetivo é estimular a capacitação profissional dos servidores de carreira do Judiciário

A apuração do desempenho dos servidores de carreira será realizada até o dia 31 de outubro de cada ano. O levantamento vai levar em conta também a avaliação das chefias, além das informações coletadas pela Diretoria de Recursos Humanos.

"A iniciativa vai tornar o processo mais transparente, na medida em que, a partir de agora, haverá critérios específicos para promoção, remoção e progressão por merecimento. Ainda por cima, a participação dos servidores na Comissão de Eficiência democratiza o processo", concluiu o assessor Ruy Patu.

Ministério da Justiça homologa sistema de informações

Técnicos do Ministério da Justiça estiveram ontem no Recife para conhecer e homologar os módulos II e III do projeto Sistema Integrado de Planejamento para a Infância e Juventude. O Sipia vai fornecer estatísticas, gráficos, consultas e relatórios sobre adoções nacionais e internacionais e sobre menores infratores.

Desenvolvido pela Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça e Empresa de Fomento para Informática do Estado de Pernambuco - Fisepe, através de convênio com o Ministério da Justiça, o projeto será implantado nacionalmente. Segundo o juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, coordenador da elaboração e implantação dos dois módulos, o sistema vai funcionar via intranet do MJ, ligando aquele ministério às corregedorias de cada capital. Os dados pessoais, contudo, serão de uso privativo das Comarcas.

> *Pernambuco foi escolhido para implantar o programa por ter um trabalho reconhecido na área da infância e da juventude*

O Ministério da Justiça repassou cerca de R$ 500 mil ao Judiciário pernambucano para desenvolver e implantar o sistema que vai permitir, no módulo II, políticas e programas de adoção e, no módulo III, o conhecimento do perfil dos adolescentes infratores, as medidas adotadas e as causas que determinam sua recuperação ou reincidência nos atos infracionais.

O programa é uma ampliação do módulo I. Criado pelo Ministério da Justiça para a coleta de dados e conhecimento do perfil de crianças vítimas da violência, o modelo foi inicialmente implantado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Agora funciona também em outras capitais, como Recife, Cuiabá e Aracaju, sob a administração dos Conselhos Municipais.

Técnicos se reúnem para conhecer Sistema de Planejamento para Infância e Adolescência

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mario Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3351 Fax 424.1163
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 43 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 6 de março de 1999

palestras

Tribunal discute saúde no dia da mulher

Segundo a assistente social, a Unesp vem conscientizando as servidoras sobre o câncer na mulher

Repassar noções sobre técnicas preventivas e, principalmente, alertar sobre a necessidade da prevenção do câncer de mama e de colo do útero são os objetivos das duas palestras que acontecem segunda-feira, às 14h, no Salão do 1º Tribunal do Júri, primeiro andar do Fórum Thomaz de Aquino. A informação é da assistente social Ana Karla Brandão, da Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia (Unesp), órgão anexo à Diretoria de Recursos Humanos e que promove o evento em parceria com a Coordenação de Saúde do Tribunal de Justiça.

O tema Prevenção do Câncer de Colo Uterino será abordado por Simone Fitipaldi, ginecologista e obstetra do Ambulatório Médico-Odontológico do TJPE. Sobre a Prevenção do Câncer de Mama, a abordagem será feita pelo mastologista Marcus Antonio Araújo, médico credenciado pelo Ambulatório.

Segundo Ana Karla, apesar de acontecerem na data alusiva ao Dia Internacional da Mulher, as palestras não são uma iniciativa isolada. A Unesp já vem fazendo uso de outros recursos para conscientizar as servidoras sobre a seriedade do assunto. "O câncer de mama pode ser prevenido através de auto-exame. Mas o câncer de colo só é identificável através do exame preventivo em clínicas especializadas", justifica a assistente social.

Campanha

Com o propósito de sensibilizar o público alvo, a Unesp está utilizando murais em lugares estratégicos: nos andares térreos dos prédios do Tribunal, dos Fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino, onde são fixados cartazes e textos sobre o assunto. O Ambulatório do TJ também participa da campanha, onde além dos cartazes são distribuídos panfletos.

O material utilizado na campanha - cartazes, panfletos e outros informativos -, que também serão distribuídos na palestra, foram obtidos junto ao Hospital do Câncer e Secretaria de Saúde do Estado.

Esmape promove ciclo de estudos

O avanço das relações familiares e o ingresso da mulher no mercado de trabalho geraram a necessidade de se rever conceitos no Direito de Família, especialmente no que diz respeito à concessão de alimentos, fundamentada no Código Civil de 1917 e na Lei de Alimentos de 1968.

Pensando nisso, a Escola Superior da Magistratura e o Instituto de Direito de Família de Pernambuco realizaram, ontem, no Fórum Thomaz de Aquino, um ciclo de estudos destinado a juízes e promotores públicos. O objetivo foi padronizar procedimentos relativos à pensão alimentícia que, além de acompanhar a evolução dos costumes, possa agilizar a tramitação de processos no gênero, sem ferir a lei em vigor.

Silvio Neves falou sobre a origem do instituto de alimentos

Segundo o juiz Humberto Inojosa, coordenador da área de deontologia da Esmape, a legislação antiga não contempla, mas também não proíbe a revisão desses conceitos. Para Inojosa, além de beneficiarem as partes, novas rotinas impedem a sobrecarga de recursos processuais decorrentes das divergências de sentenças entre magistrados.

O ciclo de estudos foi aberto pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e teve o professor Silvio Neves Baptista falando sobre a origem e fundamentos do instituto de alimentos. Das 8 às 20h, os juízes Paula Malta e Sérgio Falcão abordaram temas polêmicos como concessão provisória e temporariedade de alimentos. A coordenação geral do encontro foi do desembargador Antônio Camarotti, presidente do Instituto de Direito de Família de Pernambuco.

Agenda

defesa

O assessor especial da Presidência, Ruy Patu, defende, segunda-feira, às 10 horas, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife, a dissertação de final de mestrado intitulada "Conciliação e Arbitragem: soluções para o problema da morosidade da Justiça no Brasil".

palestra

"As alternativas para a crise do Poder Judiciário" é a palestra que será proferida segunda-feira, às 17 horas, na sala Antônio de Brito Alves, no Palácio da Justiça, pelo professor Peter Massite, da Universidade de Baltimore, nos Estados Unidos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Praça da República, s/n, Santo Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1963
e-mail: asimp@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cope

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 44 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 9 de março de 1999

Medicina preventiva é aliada das mulheres

Prevenir é melhor do que remediar. Essa é a conclusão a que chegou o público, predominantemente feminino, que assistiu à palestra dos médicos Simone Fitipaldi, ginecologista, e Marcus Araújo, mastologista, ontem, no auditório do Tribunal do Júri, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A iniciativa foi uma parceria da Coordenação de Saúde do Tribunal de Justiça com a Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia - Unesp, da Diretoria de Recursos Humanos.

O tema geral da palestra - Prevenção ao Câncer - foi dividido em duas partes, de útero e de mama, mas o alerta dos médicos foi um só: alguns tipos de câncer têm cura, desde que descobertos a tempo. Daí, a necessidade de prevenir para não ter que remediar.

Sem citar números, a ginecologista e obstetra Simone Fitipaldi disse que Recife é a cidade conhecida como campeã mundial em mortalidade por câncer de útero. Em São Paulo, acrescentou, 35% das mulheres fazem os exames de prevenção, mas no Nordeste apenas 10% vão regularmente ao médico em caráter preventivo.

As mulheres, contudo, segundo Simone, já começam a se conscientizar dessa importância, através das campanhas do governo feitas nos meios de comunicação social e do trabalho desenvolvido por organizações-não-governamentais, entre elas, a SOS Corpo, no Recife.

Se esse trabalho de sensibilização ainda não foi capaz de reduzir o número de mortes por câncer, pelo menos, afirmou a médica, tem sido fundamental para o diagnóstico de doenças pré-malignas, permitindo o tratamento precoce e evitando que quase nada possa mais ser feito, como nos casos em que o câncer é diagnosticado em estágio superior a 50%.

Fazer do médico um aliado, buscar a medicina preventiva, observar-se melhor e não esperar pelo aparecimento de sintomas são alguns dos conselhos da médica Simone Fitipaldi a você, mulher, nessa campanha em favor de sua saúde e de uma melhor qualidade de vida.

Durante a palestra, os médicos informaram que apenas 10% das mulheres nordestinas fazem exames preventivos, apesar das campanhas de sensibilização veiculadas nos meios de comunicação

Dia das mulheres é resultado de muita luta

Foi com a distribuição de rosas, durante a palestra dos médicos Simone Fitipaldi e Marcus Araújo, que o Tribunal de Justiça homenageou as mulheres, ontem, no seu dia internacional.

A iniciativa, um reconhecimento a quem hoje detém cerca de 40% do mercado da Região Metropolitana do Recife, foi bem diferente da forma como foram recebidas as operárias da indústria têxtil americana que, em 8 de março de 1857, reivindicavam redução de 16 para 10 horas de jornada, licença maternidade e equiparação de salários: por ordem dos patrões, foram dispersadas pela polícia que colocou fogo dentro da fábrica Cotton, matando 120 mulheres.

Instituído em 1910, durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, capital da Dinamarca, o Dia Internacional das Mulheres, contudo, custou a ser mundialmente reconhecido. Isso só aconteceu em 1975, quando a Organização das Nações Unidas oficializou a data.

As mulheres no Tribunal

Dos 2.900 servidores do Tribunal de Justiça, ativos e efetivos, cerca de 1.600 são mulheres. Os dados fornecidos pela Diretoria de Recursos Humanos indicam 55% de maioria feminina, ocupando funções e cargos nos quadros do Judiciário pernambucano.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eládio Guilhon

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1043

e-mail: asins@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 45 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 10 de março de 199

Público atendido no Agenda Livre supera expectativas

Um mês após inauguração da Ouvidoria Judiciária (ligação gratuita 0800.81.5251), onde a sociedade pode reclamar soluções ou denunciar irregularidades constatadas em serviços do Judiciário estadual, o projeto Agenda Livre de março registrou um atendimento de 106 pessoas. O total superou os números de janeiro e fevereiro, quando foram atendidas respectivamente 57 e 79 pessoas. "Deve ser fruto da nossa civilização paternalista. As pessoas preferem falar pessoalmente com o presidente do Tribunal, quando na Ouvidoria têm as mesmas oportunidades", declarou o desembargador Etério Galvão, buscando justificar o fato.

Judiciário abre-se para alunos pernambucanos

O êxito do Tribunal Tour, instituído pelo Tribunal de Justiça para difundir, entre visitantes, a história e o funcionamento do Poder Judiciário, é responsável pela ampliação do programa: agora, para estudantes de primeiro e segundo graus das escolas públicas e particulares do Estado de Pernambuco.

O TJPE desenvolve projeto educativo para estudantes

Segundo a assessora de Cerimonial do TJ, Pollyana Torres, o programa tem capacidade para receber cerca de 60 alunos por visita semanal, às quartas-feiras. O primeiro colégio é o Cecília Meireles, de Piedade, marcado para a próxima semana, quando alunos de 5ª a 7ª séries, de idades variando entre 12 e 15 anos, terão uma aula sobre o funcionamento do Judiciário e farão uma visita ao Palácio da Justiça, construção de arquitetura eclética, datada de 1930. O colégios interesssados podem procurar a Assessoria de Cerimonial do TJ, telefone 419.3287 ou pelo fax 224.5747.

Legislativo faz visita ao Judiciário

A situação geral do Estado, com ênfase para o repasse do duodécimo, foi assunto de conversa, ontem, entre os presidentes do Tribunal de Justiça e da Assembléia legislativa, desembargador Etério Galvão e José Marcos Lima (PFL), que esteve em visita de cortesia ao Tribunal de Justiça, acompanhado do primeiro vice-presidente, deputado Bruno Araújo (PSDB), e do primeiro secretário do Poder Legislativo, deputado Guilherme Uchôa (PMDB).

Servidor deve ficar atento às mudanças temporárias no trânsito

Mudanças temporárias no trânsito, decorrentes da necessidade de se desviar o fluxo de carros em frente ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Executivo estadual, ocasionam a restrição do estacionamento reservado a servidores do Tribunal de Justiça. Nessas ocasiões, quando a Praça da República passa a ser mão-dupla no sentido Recife Antigo-Teatro Santa Izabel, o funcionário deve utilizar apenas as vagas existentes no beco e na calçada frontal ao Palácio da Justiça.

Segundo a Assessoria Policial do TJ, os juízes, que estacionam na rua que divide a Praça da República, devem se identificar aos policiais de trânsito para terem acesso às vagas reservadas à magistratura.

A restrição do estacionamento é apenas temporária

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moreno

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3293 Fax 424.1163
e-mail: asscom@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 46 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 11 de março de 1999

Judiciário faz levantamento de bens

TJPE quer dotar melhor as Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias

Uma equipe formada por técnicos das Diretorias de Infra-Estrutura e de Patrimônio do Tribunal de Justiça de Pernambuco começou o inventário de todos os bens móveis e equipamentos das 22 Comarcas extintas em todo o Estado e das 22 Comarcas que as anexaram. A informação é do diretor adjunto de Infra-Estrutura, Wellington Pedrosa. Segundo ele, esse levantamento deverá ser concluído no início de abril.

São Vicente Férrer, Passira, Primavera, Joaquim Nabuco e São José da Coroa Grande serão visitadas no decorrer desta semana. De acordo com Pedrosa, o Judiciário nunca fez um inventário dos seus bens, e o levantamento nas Comarcas extintas faz parte de um projeto piloto que, dependendo da sua viabilidade, deve se expandir para todas as Comarcas do Estado, inclusive para a Capital.

"O inventário vai atingir dois objetivos: o primeiro é conhecer o patrimônio do Judiciário e o outro é redistribuir os móveis e equipamentos para as Comarcas que estão mais carentes. Para isso, vamos nos basear nos ofícios enviados pelos juízes", explicou Wellington Pedrosa. Segundo dados da Diretoria de Infra-Estrutura, as Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias são as que mais necessitam de melhores condições de trabalho.

O diretor adjunto disse ainda que alguns móveis e equipamentos foram doados e não constam do número de tombo. "O levantamento desses bens e a inscrição do número de tombo são fundamentais para termos controle do patrimônio do Poder", ressaltou Pedrosa.

Restauração

Um trabalho que vem sendo realizado no Judiciário para suprir as necessidades das Comarcas é a restauração de móveis usados. Com isso, o Tribunal de Justiça tem garantido o atendimento à demanda.

Ao mesmo tempo, está sendo realizado um processo licitatório para aquisição de novos móveis e equipamentos. Até agora, já chegaram 167 aparelhos de ar condicionado que estão sendo distribuídos no Interior e na Região Metropolitana.

TJPE institui Sistema de Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços nas contratações para a aquisição de bens de consumo será adotado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Segundo a presidenta da Comissão de Licitação, Amélia Carvalho, a resolução vai assegurar maior agilidade dos procedimentos de compras realizadas pelo Judiciário estadual.

Novo sistema garante maior agilidade na aquisição de material no âmbito do Poder Judiciário

O sistema funciona através de uma licitação, segundo a modalidade de concorrência, do tipo menor preço. De acordo com Amélia Carvalho, a iniciativa garante que não sejam realizadas licitações contínuas para o mesmo objeto. O prazo de validade do registro de preço é de um ano, mas esses valores podem ser revistos se houver uma redução dos preços no mercado.

Amélia Carvalho afirmou ainda que, com o novo sistema, o processo de aquisição de material será desburocratizado.

Escola Nacional da Magistratura discute financiamento imobiliário

Os aspectos jurídicos e econômicos do sistema de financiamento imobiliário vão estar em discussão, entre os próximos dias 12 e 14, durante seminário que a Escola Nacional da Magistratura promove no Hotel Praia do Forte Resort, em Salvador. Alienação fiduciária de bens imóveis, a importância do equilíbrio econômico nos contratos de financiamento e rescisão da promessa de compra e venda imobiliária são alguns dos temas em destaque.

Intercâmbio

Também serão expostas experiências de outros países na aplicação de recursos no mercado imobiliário. Sobre a experiência européia nessa área, está prevista uma palestra com Diogo Leite Campos, administrador do Banco de Portugal. A experiência norte-americana será tratada por dois expositores: o advogado Willian Cristopher White e o jurista Peter Messite, ambos norte-americanos.

Debate

Como debatedores, participam ainda brasileiros já bastante conhecidos, como o ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal, Sérgio Cutolo, secretário de Estado, e o economista Mailson da Nóbrega.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eléito Oliveira

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Márcio Maia

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3253 Fax 424.3163

e-mail: asscs@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 47 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 12 de março de 1999

Convênio entre UFPE e Tribunal garante pós-graduação

O primeiro curso de pós-graduação Norte/Nordeste, destinado a profissionais que atuam na área de atendimento psicossocial do Judiciário, é fruto de convênio assinado esta semana pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, pelo reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Mozart Neves Ramos, e pelo secretário executivo da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE, professor Alfredo de Oliveira Soares.

O presidente Etério Galvão e o reitor da UFPE, Mozart Neves, assinam acordo para realização de curso de pós-graduação

Pelos termos do acordo, metade das vagas é destinada a servidores do Judiciário e a outra metade aberta ao público. Por cada servidor, o Tribunal de Justiça repassará R$100 mensalmente à UFPE, a título de bolsa parcial. O restante da mensalidade - R$60 - será pago pelo participante que, pelo período de dois anos, obriga-se a prestar serviço ao Tribunal.

Duração

Com uma carga horária de 372 horas/aula, de março a dezembro, os alunos terão aulas ministradas por 14 professores pernambucanos, cariocas e paulistas. Segundo o reitor Mozart Neves, o convênio tem duração de um ano, podendo ser prorrogado por igual período, caso haja interesse mútuo da Universidade Federal e do Poder Judiciário de Pernambuco.

Grande número de candidatos determina abertura de nova turma

Inicialmente previsto para apenas uma turma de 40 alunos, sendo 20 vagas destinadas a servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o primeiro curso de especialização - Intervenção Psicossocial à Família no Judiciário - superou as expectativas. Com 87 selecionados, foi preciso criar mais uma turma para atender à demanda de profissionais de psicologia, serviço social, direito e áreas afins.

O pioneirismo do curso explica o interesse demonstrado. É o primeiro que se realiza no Norte/Nordeste, a nível de pós-graduação, especializando profissionais que atuam nos diversos campos de aplicação da lei e em atividades de apoio a resoluções de conflitos familiares. A aula inaugural da primeira turma está marcada para o dia 22 de março, devendo ainda ser confirmado o início do curso do segundo grupo.

Com um total de 10 disciplinas - entre elas Instituição e Poder, A família na Sociedade Brasileira, Metodologia do Ensino Superior e Terapia Familiar - o curso possibilita aos participantes analisar e avaliar as políticas de apoio psicossocial para as instituições de Justiça de Pernambuco, desenvolver programas e projetos de atuação para os diferentes centros de apoio psicossocial do Judiciário e sistematizar todo o trabalho profissional realizado nas instituições judiciais.

Resultado de parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco e Tribunal de Justiça do Estado, o curso é coordenado pela professora Ana Cristina Brito Arcoverde, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE, com participação do Centro de Apoio Psicossocial do TJPE. A chefe do CAP, psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, informou que os servidores do Judiciário selecionados para o curso atuam na emissão de pareceres relativos a processos que tramitam na Varas Cíveis e Criminais.

TRF - Marcada para o dia 23, a posse da nova Mesa Diretora do Tribunal Regional Federal vai contar com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão. O convite foi feito pessoalmente pelos juízes federais eleitos José Maria de Lucena, presidente, e Geraldo Apoliano, vice e corregedor, durante visita de cortesia ao chefe do Judiciário estadual.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Cristiana Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Cristiana Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3195 Fax: 424-1163
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 48 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 13 de março de 1999

sistema avançado

Executivo aprova implantação do interrogatório on-line

É das mais avançadas a tecnologia utilizada no interrogatório on-line que o Tribunal de Justiça vai implantar ainda este ano. O sistema foi desenvolvido por empresa nacional e já recebeu aprovação do secretário de Justiça, Humberto Vieira de Melo, durante demonstração feita por técnicos da Fisepe.

A demonstração será feita entre promotores da área criminal e integrantes da OAB

A iniciativa da implantação do sistema, segundo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, vai agilizar o andamento dos processos de réus presos e reduzir custos na medida em que dispensa a escolta e o uso de viatura policial. Representa, além disso, respeito ao cidadão-detento e segurança para a população, uma vez que não mais haverá deslocamento do preso da penitenciária para o fórum.

A demonstração feita, semana passada, para o secretário da Justiça será estendida a promotores da área criminal e a integrantes do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil/PE, para comprovação da legalidade e eficiência do sistema. No que diz respeito ao Judiciário, está tudo pronto: salas reservadas no Fórum Paula Batista e no Presídio Aníbal Bruno e equipamentos comprados.

O Poder Judiciário pernambucano será o primeiro no País a utilizar a vídeo-conferência no interrogatório de presos. A tecnologia, no entanto, é usada com sucesso por instituições públicas e privadas. Segundo André Luís Albuquerque, diretor da empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema, a maioria das empresas de renome mundial está investindo, cada vez mais, no avanço tecnológico, inclusive, para uso doméstico.

A G E N D A

Promotor - As inscrições para o concurso para promotor da Justiça Militar serão encerradas no dia 30. O concurso será realizado para preenchimento de oito cargos em Bagé e Santa Maria (RS), Brasília, Manaus, Recife e São Paulo. As inscrições podem ser feitas nas sedes das Procuradorias da Justiça Militar em 14 estados e no Distrito Federal. Em Pernambuco, os interessados podem pedir outras informações pelos telefones 465.9852 ou 465.9761.

Mundial - De 19 a 22 de maio, no Centro de Convenções, o Congresso Mundial de Direito. As inscrições estão abertas e podem ser feitas no Bureau Jurídico. Informações detalhadas sobre preços e palestras, pelo telefone 227.4511. O congresso vai reunir os maiores especialistas em Direito processual, entre eles J.J. Gomes Canotilho, professor da Universidade de Coimbra, expositor do tema de abertura "Globalização e Crise no Judiciário".

Conheça o Judiciário - É o nome do programa que o Tribunal de Justiça inicia quarta-feira para escolas públicas e privadas. Está dentro da meta de aproximação com a sociedade, desta vez voltada aos alunos de primeiro e segundo graus que desejam conhecer a história e o funcionamento do Judiciário. O primeiro colégio é o Cecília Meireles, de Piedade. A programação consta de uma palestra sobre os Três Poderes e estrutura do Tribunal de Justiça, seguida de debates e visita ao Palácio, às 10h.

Encontro debate serviços do Judiciário

A total informatização do Poder Judiciário, em todos os estados brasileiros, é uma condição indispensável e urgente para melhorar a qualidade e agilidade em sua prestação de serviços. Essa foi uma das conclusões registradas na Carta de São Luís do Maranhão, onde estão resumidos resultados do XVII Encontro de Corregedores Gerais de Justiça, realizado nos dias 4 e 5 de março, naquele estado.

Um exemplo prático dos benefícios que podem ser oferecidos pelo uso da informática aos serviços judiciários foi dado pelo corregedor geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Mário Melo. Ele fez uma exposição sobre os módulos II e III do Sistema Integrado de Planejamento para a Infância e Adolescência. O Sipia interligará as corregedorias de todo o Brasil ao Ministério da Justiça, unificando nacionalmente o sistema de adoção de crianças brasileiras e informações sobre menores autores de atos infracionários.

Um programa de construção de presídios que comportem a atual população carcerária e a implantação de uma política de reeducação do sentenciado foram outros temas que estiveram entre as principais preocupações dos corregedores durante o Encoge, cujos assuntos foram propostos pelo desembargador Mário Melo.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e ChristianeAlcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163

e-mail: asimf@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/tjpe

Corregedoria Geral: 224-0599

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 49 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 16 de março de 1999

Diretoria Cível presta atendimento ao público

Um melhor atendimento ao público foi garantido com a mudança da Diretoria Cível do térreo do Palácio da Justiça para a sobreloja do Fórum Paula Batista. A avaliação é da diretora Regina Amorim. Segundo ela, não havia espaço físico suficiente para o funcionamento do setor no Palácio e o serviço prestado à população não era adequado.

Regina avalia um melhor desempenho da diretoria

Composta por duas divisões, oito seções e cerca de 40 funcionários, a diretoria trabalha junto a 15 desembargadores, setor de taquigrafia, jurisprudência, além da distribuição. Regina Amorim afirmou que, devido ao grande movimento na diretoria, foi necessário criar dois balcões: um de atendimento ao público externo e outro destinado à demanda interna.

O balcão de atendimento exclusivo ao público, que funciona das 12 às 18 horas, recebe uma média diária de 60 pessoas. Além disso, foi escolhido um número de telefone - ***419-3500*** - apenas para prestar pequenas informações. "Nosso objetivo é que, com a implantação do atendimento telefônico, as pessoas não precisem mais se deslocar para obter os dados de que necessitam", explicou a diretora.

Informações como publicação no Diário Oficial, confirmação do envio de ofícios e a movimentação dos processos estão disponíveis pelo telefone. "Os funcionários estão preparados para fornecer esses dados", ressaltou a diretora Regina Amorim. A seção de atendimento da diretoria é formada por um chefe e mais quatro servidores.

Técnicos de saúde se capacitam para atender dependentes de álcool

Sete servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco vão participar de uma capacitação para o tratamento de pessoas com dependência de bebidas alcoólicas. O curso começa amanhã e será ministrado, também nos dias 19, 24 e 26, pelo Centro de Prevenção, Tratamento e Reabilitação do Alcoolismo (CPTRA), sob a coordenação da terapeuta Maria do Carmo Pinheiro. A iniciativa é da Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia (Unesp) - ligado à Diretoria de Recursos Humanos - em conjunto com o Ambulatório Médico-Odontológico do TJPE.

O treinamento visa qualificar uma equipe para trabalhar com servidores ou dependentes do alcoolismo. "O programa abrange desde a sensibilização para o tema, conceito, origem, até chegar aos aspectos clínicos, neurológicos, psiquiátricos e psicossociais do problema" - informou a psicóloga Socorro Soares, da Unesp. Ela e a assistente social Ana Karla Brandão já atuam no acompanhamento a servidores envolvidos com o problema.

Até o momento, porém, o trabalho da equipe que integra a Unesp tem se limitado a detectar e avaliar os casos, que após a sensibilização e orientação são encaminhados ao próprio CPTRA, cujos serviços abrangem tanto o tratamento propriamente dito quanto a capacitação de outros técnicos, sem fins lucrativos. "Há anos esse órgão desenvolve trabalho de qualidade reconhecida, nessa área, constituindo uma referência em nível regional e talvez já nacionalmente", afirmou Socorro.

Ainda segundo a psicóloga, a partir da capacitação da equipe, a Unesp e o ambulatório do TJPE pretendem ampliar o trabalho que já é realizado. Nessa ampliação está prevista a intervenção junto à família da pessoa que busca o tratamento.

Seção de Benefícios

*A Seção de Administração de Benefícios, que anteriormente funcionava no térreo do Palácio da Justiça, ganhou novas instalações. Desde a semana passada, o atendimento está sendo realizado, em melhores acomodações, na sobreloja do Fórum Paula Batista. O usuário também pode se utilizar do telefone **419.3417**.*

Donativos

Servidores que queiram participar da campanha de arrecadação de donativos para moradores da Vila do Papel podem entregar roupas e alimentos não perecíveis à Assessoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça. Cerca de 50 famílias estão desabrigadas depois do incêndio que ocorreu, semana passada, naquela localidade do Coque.

Visita - O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebeu a visita dos membros do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Reginaldo Ribeiro, Henrique Ramos e Dulcilene Moraes. O motivo do encontro foi um convite do Sindicato para que o presidente do TJPE realize, em junho, uma palestra durante o seminário preparatório para o IV Congresso Estadual de Segurança no Trabalho, que deverá ser realizado entre os meses de agosto e setembro. A obra de construção do Fórum do Recife também foi discutida. Dulcilene Moraes ressaltou que o trabalho se encontra, atualmente, dentro dos padrões técnicos de segurança.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberto Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Maroni

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone (081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asimf@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 50 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 17 de março de 1999

Justiça vai às ruas do Coque

O Projeto A Justiça nas Ruas será realizado novamente. Desta vez, na comunidade do Coque, em frente à estação do metrô de Joana Bezerra, neste sábado, das 9 às 17 horas. O objetivo é atender às necessidades dos moradores.
Segundo a coordenadora dos Juizados, Gisela Pires, que também está envolvida com o projeto, os líderes comunitários fizeram um levantamento do tipo de serviços de que a população do Coque precisa e o projeto foi montado para atender a essa demanda.
Certidão de nascimento, título de eleitor, antecedentes criminais, carteiras de trabalho e de identidade, além da entrada na certidão de casamento, serão os serviços oferecidos durante o projeto.

Palestras sobre violência contra a criança, Direito de Família, drogas e maternidade e paternidade responsáveis também fazem parte da programação. Estão, entre os palestrantes, juízes, psiquiatra, psicóloga e assistente social.
Envolvendo a Ouvidoria Judiciária, Coordenadoria de Juizados, Assessoria de Comunicação Social e Centro de Apoio Psicossocial, A Justiça nas Ruas tem sido uma das tentativas do Poder Judiciário em se aproximar dos cidadãos, de acordo com Gisela Pires. Ela disse ainda que a expectativa é de que haja uma boa receptividade da população do Coque, já que houve uma participação da comunidade na discussão do trabalho.

De acordo com o ouvidor e desembargador Og Fernandes, o Coque é a primeira de outras comunidades que serão atendidas pelo projeto A Justiça nas Ruas.
"Temos sido procurados para prestar esse tipo de serviço em outras áreas e, aos poucos, pretendemos atender aos serviços de que a população precisa."
Esta é a segunda versão do projeto. Realizada pela primeira vez durante o carnaval, quando foram oferecidos serviços da competência dos Juizados Especiais, a iniciativa continua a ter um perfil de prestação de serviços, só que desta vez existe um público específico que tem necessidades previamente definidas, segundo Gisela Pires.

Para esta etapa de A Justiça nas Ruas, o Judiciário entrou em parceria com órgãos como a Associação dos Magistrados, TRE, SSP e cartórios

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Elênio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gaeoni

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto. Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-5251 Fax 424.1163
e-mail: ouvidge.gov.br

Ouvidoria registra quase 500 atendimentos em apenas um mês

Instalada no início de fevereiro, a Ouvidoria Judiciária de Pernambuco, iniciativa pioneira em todo o País, já registrou 495 atendimentos. O balanço foi apresentado esta semana, durante sessão do Pleno, pelo ouvidor geral, desembargador Og Fernandes.

Do total, o maior número foi relativo ao funcionamento dos Juizados Especiais: 173, entre queixas, sugestões e também elogios.

Contra a Justiça, foram registradas 189 reclamações, sendo que a maioria dos pedidos foi de agilização de processos - 118. As denúncias, num total de 23, foram encaminhadas para serem apuradas pela Corregedoria Geral da Justiça. Do público a utilizar os serviços da Ouvidoria, 160 pessoas não se identificaram.

O resultado foi inesperado porque, segundo Og Fernandes, como o serviço é pioneiro, foi implantado sem que o Tribunal tivesse parâmetros para manter expectativas quanto ao número de atendimentos. Uma coisa é certa: "a Ouvidoria Judiciária, que parte do princípio de não deixar ninguém sem resposta, tem cumprido o papel de ser um canal de comunicação dentro da proposta de abertura do Tribunal de Justiça para a sociedade", disse o desembargador acrescentando que houve, inclusive, consultas da Universidade de Cali, na Colômbia, e da Embaixada do Brasil em Praga, na República da Eslováquia.

STF nega liminar contra Tribunal de Justiça

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal negou liminar na ação direta de inconstitucionalidade contra partes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A ação - Adin 1936 - foi apresentada pelo procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, contra os trechos em que o Regimento Interno do Tribunal pernambucano permite julgamento de mandado de segurança e de habeas-corpus sem que haja manifestação do Ministério Público.

A decisão do STF foi unânime

Os ministros do Supremo acompanharam o voto do relator Néri da Silveira, entendendo que os dispositivos apresentados pelo procurador geral não ferem a Constituição nem o Código Civil.

Com o telefone 0800.81.5251, caixas de coleta nos fóruns e juizados, e-mail ouvidor@tjpe.gov.br, home-page www.tjpe.gov.br e ainda um atendimento direto no primeiro andar do Tribunal de Justiça, o ouvidor geral Og Fernandes acredita que o serviço atende a todos.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 51 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 18 de março de 199

Judiciário regulamenta exames de DNA

A primeira coleta para realização de exames de DNA deve ser realizada no início de abril, segundo informou o secretário judiciário, Edson Galvão.

Cerca de 140 pedidos já estão registrados pela Secretaria Judiciária, que vai ficar responsável pelo encaminhamento de todas as solicitações dos juízes.

Através do Diário Oficial, a Secretaria Judiciária vai informar as datas, horários e local previstos para a realização dos exames.

"O Laboratório de Genética Humana, da Universidade de Pernambuco, que vai prestar o serviço de investigação de paternidade, deve receber seis processos por semana", afirmou o secretário.

Os seis processos, que correspondem à realização de 18 exames, serão enviados toda quarta-feira ao laboratório, que vai realizar a coleta e a identificação das partes.

Gratuidade

Os pobres na forma da lei têm direito à gratuidade dos testes de DNA. A lei nº 1.060, de fevereiro de 1950, define normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.

Para cumprir a lei, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, assinou um convênio com a Universidade de Pernambuco(UPE).

Como parte do acordo, o investimento do TJPE é de R$ 112 mil. Em contrapartida, a UPE vai realizar 265 exames, durante o período de duração do convênio, que é de dois anos.

O secretário judiciário, Edson Galvão, vai coordenar o encaminhamento das solicitações dos juízes

Governo apresenta projeto de lei

O vice-governador de Pernambuco, Mendonça Filho, entregou ao presidente do Tribunal de Justiça, Etério Galvão, o projeto de lei que fixa o teto da remuneração dos servidores civis e militares, ativos e inativos, em R$ 7 mil e a emenda constitucional que adapta a Constituição Estadual a algumas modificações da Constituição Federal.

Segundo Mendonça Filho, as expectativas do Governo são no sentido de aprovar a fixação do teto, uma vez que a iniciativa do Executivo já havia sido discutida em reunião entre os três poderes.

Boa Vizinhança leva solidariedade para as vítimas da Vila do Papel

O Tribunal de Justiça de Pernambuco uniu-se à sociedade civil e foi ao Coque, através do Projeto Boa Vizinhança, prestar solidariedade aos desabrigados da Vila do Papel, vítimas do incêndio ocorrido na semana passada.

Com doações angariadas junto aos servidores, o TJPE contou com a parceria da Sociedade Beneficente Mista Areiense e da Associação das Esposas dos Magistrados, que também destinaram roupas, alimentos, calçados, colchões, camas, brinquedos e até eletrodomésticos usados, para os sem-teto alojados no Centro Comunitário do Coque.

Edmilson de França, 2º coordenador do Grupão, que reúne todas as associações e demais representações sociais daquele bairro, disse que das 60 famílias vítimas do incêndio, 48 encontram-se alojadas há nove dias no Centro Comunitário, concentradas em uma sala medindo 30x12 m, aproximadamente. As doações foram destinadas a essas pessoas, já que as demais estão distribuídas por casas de parentes e amigos.

O secretário do Grupão, Rildo Fernandes, elogiou a iniciativa da campanha, agradecendo às pessoas que foram fazer a entrega dos donativos. Agradeceu também à Presidência do TJ a carta em solidariedade à comunidade.

A entrega dos donativos contou com a participação dos servidores do TJPE

Errata

Por equívoco, informamos ontem que a Ouvidoria Judiciária está atendendo no primeiro andar. Na verdade, o novo local fica no térreo.

Treinamento

Servidores de Olinda concluíram ontem o treinamento em qualidade de atendimento. Realizado pela Diretoria de Recursos Humanos, o curso de 15 dias ofereceu novas técnicas e procedimentos de organização cartorária e módulo específico do sistema Judwin. O treinamento visa à implantação do programa de informática que interligará todas as Comarcas do Estado ao Tribunal de Justiça.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anaís Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 426.1363
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 52 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 19 de março de 1999

Planejamento realiza primeira reunião do ano

A Coordenadoria de Planejamento e Organização (Coplan) promove o primeiro encontro deste ano. A reunião começa às 8h30, no sexto andar do Fórum Thomaz de Aquino, e vai reunir todos os diretores e assessores do TJPE, além do presidente Etério Galvão, o corregedor geral, Mário Melo, e os desembargadores Og Fernandes, Jones Figueiredo e Nildo Nery.

Segundo informou a coordenadora de Planejamento, Zélia Mendonça, a reunião faz parte da sistemática de acompanhamento e avaliação do Plano de Gestão 1998/2000.

Na programação, está prevista a abertura do encontro pelo presidente do Tribunal de Justiça, seguida de apresentações da Assessoria de Comunicação Social, Coordenadoria dos Juizados Especiais e uma avaliação de Zélia Mendonça quanto à situação estatística de cada objetivo definido.

A segunda parte da programação está destinada a debates entre os participantes do encontro. A idéia, segundo a coordenadora, é discutir os resultados do trabalho realizado em todos os setores até agora.

Na avaliação, a Coplan vai apresentar os projetos que vão precisar de continuidade na próxima gestão. O coordenador adjunto Acácio Carvalho adiantou, porém, que a informatização, a construção do Fórum e o trabalho de comunicação estão entre os objetivos que vêm sendo alcançados dentro do prazo previsto.

Zélia Mendonça vai apresentar a situação de cada objetivo definido pelo Plano de Gestão 1998/2000

Expediente normal

O Tribunal de Justiça de Pernambuco funciona normalmente hoje, dia da Procissão dos Passos, segundo informação da Secretaria Judiciária. Está marcada também para esta tarde, sessão extraordinária do Pleno às 15 horas.

Instituições discutem programa de proteção a testemunhas

É preciso estabelecer parcerias para que se possa implantar uma política eficaz de direitos humanos no País. A afirmação é do secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, durante o II Seminário Nacional sobre Proteção a Testemunhas, realizado pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - Gajop, ontem e hoje, em Jaboatão, e que contou com a participação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão.

O seminário marca a importância que o programa tem na luta contra a violência e a impunidade no Brasil. O encontro analisa também outros programas de apoio e proteção a testemunhas, como os do Canadá, Inglaterra e Itália.

Elogiando o programa de proteção às testemunhas e vítimas de violência, implantado pelo Gajop há três anos, o secretário admitiu que, por mais boa vontade e sensibilidade do Governo, nada lhe é possível fazer se não puder mesmo contar com o apoio de outras instituições oficiais e de organizações não-governamentais.

Implantada em Pernambuco há três anos, a experiência do Gajop foi fundamental para a criação de programas semelhantes na Bahia e no Espírito Santo, além de estar em fase de expansão para o Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pará, com o nome de Provita Brasil. Em Pernambuco, o programa conta com a participação do Judiciário estadual, devendo os juízes agilizar processos em que há testemunhas sob proteção.

O II Seminário Nacional sobre Proteção a Testemunhas, promovido pelo Gajop, começou ontem e terá continuidade hoje, no município de Jaboatão dos Guararapes. De acordo com os organizadores do evento, o seminário marca a importância do programa na luta contra a violência e a impunidade no País.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Rapoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 53 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 20 de março de 1999

Magistrados fazem estágio na Geórgia

Da Paz Brasil vai coordenar o grupo que irá à Geórgia

Grupo de cinco juízes e dois funcionários do Tribunal de Justiça viajam, em abril, para os Estados Unidos. Durante duas semanas participam de treinamento em administração judiciária, resultado de convênio entre o Tribunal de Justiça e a Universidade da Geórgia. Desde o acordo, firmado em 1997, este é o segundo grupo a participar do programa de instrução sobre o funcionamento das diversas Cortes de Justiça daquele Estado.

A diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, informa que a fluência no Inglês foi um dos requisitos básicos para a formação do grupo. Afinal, será observado todo o sistema legal e administrativo inclusive na Suprema Corte e Corte de Apelação. Competência, jurisdição, importância e influência da Associação dos Advogados, audiências e julgamentos são algumas das atividades incluídas no roteiro.

O convênio foi firmado em 1997 entre o Tribunal de Justiça e a Universidade da Geórgia

A experiência, que tem objetivo de propiciar o conhecimento de outros sistemas legais e de levantar informações sobre programas que possam ser adaptados ao Judiciário pernambucano, já despertou o da Argentina que pretende firmar um convênio semelhante com a Geórgia.

Da viagem anterior, o programa de educação continuada, destinado a advogados, juízes e servidores das Cortes da Geórgia, mereceu destaque especial por parte do primeiro grupo, tanto que a juíza Karina d'Almeida Lins, que participou do estágio, está desenvolvendo projeto para o permanente aperfeiçoamento da magistratura estadual.

Na Geórgia, juízes e técnicos destinam 12 horas anuais ao treinamento continuado, com ênfase aos aspectos éticos e profissionais. Assim como os advogados que se recusam a participar do processo recebem suspensão da licença para o exercício da profissão, os magistrados recebem também sanções.

Os juízes André Oliveira, Maria Thereza Paes, Stella Gomes, Nalva Cristina e o desembargador Zamir Machado Fernandes estão entre os participantes.

Amepe promove palestra com Marta Suplicy

A sexóloga e feminista Marta Suplicy será a atração trazida pela Amepe, nesta segunda-feira, às 19h, no Salão do Tribunal do Júri do Fórum Thomaz de Aquino. A palestra da ex-deputada federal petista é, segundo o presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe), desembargador Gilberto Gondim, "uma homenagem às nossas associadas e, nelas, a todas as mulheres, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março".

Realizado em regra na última sexta-feira de cada mês, a Amepe antecipou o programa Sexta Cultural - que já promoveu palestras com nomes como Ariano Suassuna e promoveu lançamentos de livros - em função da agenda da palestrante. "Como não poderia ser na sexta-feira, achamos por bem colocar na segunda, para possibilitar a presença das juízas que atuam em Comarcas do Interior", justificou o presidente da Amepe.

Entre as atividades culturais já promovidas pela Sexta Cultural, está o lançamento de livros

Primeira profissional a realizar, na televisão brasileira, ainda nos anos 70, um programa específico para o público feminino, onde abordava questões relacionadas à sexualidade, algumas à época consideradas tabus, Marta Suplicy é, na opinião do desembargador Gondim, o nome mais indicado para homenagear as mulheres juízas. "No ano passado, fizemos uma homenagem modesta. Desta vez, no intuito de dar maior amplitude à passagem do Dia da Mulher, tinha que ser trazida uma mulher. E Marta Suplicy, pela sua cultura e combatividade, era a pessoa mais indicada", ressaltou.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvio Calvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e ChristianneAlcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE Fone/(081) 419-3201 Fax 424 3163 e-mail: assin@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 54 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 23 de março de 1999

Curtas

Pós-graduação - A aula inaugural do curso de pós-graduação "Intervenção Psicossocial à Família no Judiciário" foi realizada ontem no auditório do Centro de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Ministrada pelo professor da UFPE, Russel Parry Scott, o tema da aula foi intitulado "Família: aspectos éticos, morais e legais". A pós-graduação tem duração de dez meses e é resultado de um convênio realizado entre a UFPE e o Tribunal de Justiça de Pernambuco. O curso é o primeiro, no Norte/Nordeste, destinado a profissionais que atuam na área de atendimento psicossocial do Judiciário. A demanda é de profissionais de Psicologia, Serviço Social, Direito e áreas afins.

Carta Precatória - *Instrução de Serviço 05/99, da Presidência do Tribunal de Justiça, esclarece o artigo 4º da lei Complementar 22, que torna desnecessário o uso de carta precatória para citação, intimação, penhora e qualquer outro ato provisório, definitivo ou cautelar entre Comarcas da Região Metropolitana do Recife.*

A decisão já está em vigor, mas desde que haja necessidade ou que seja conveniente poderão ser cumpridas as que foram enviadas ou distribuídas antes da vigência da Lei Complementar.

A medida, segundo o assessor especial da Presidência do TJ, juiz Fábio Eugênio, atende à necessidade de agilizar o andamento processual cível e criminal, seja para simples comunicação ou cumprimento de decisões judiciais no Recife, Olinda, Igarassu, Paulista, Itamaracá, Itapissuma, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço, Cabo, Jaboatão, Ipojuca, Moreno e Abreu e Lima.

Infância e Juventude - amanhã, serão inauguradas as novas instalações da Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente. A solenidade, presidida pelo desembargador Etério Galvão, está marcada para às 11h, no prédio da Avenida Fernandes Vieira, onde funciona o Centro de Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente.

Comunidade do Coque recebe atendimento do Justiça nas Ruas

O Programa A Justiça nas Ruas atendeu a cerca de 700 pessoas (veja quadro ao lado), sábado, na Comunidade do Coque. O atendimento foi feito na unidade móvel do Tribunal de Justiça, com apoio voluntário da Delegacia Regional do Trabalho, Secretarias de Justiça e de Segurança Pública, Tribunal Regional Eleitoral e do Cartório de Registro Civil de São José.

O programa itinerante nas comunidades carentes começou pelo Coque

Programado para funcionar das 8 às 17h, o atendimento foi estendido até as 18h, tendo em vista o interesse da população que, desde cedo, já formava fila para tirar de graça registro de nascimento, título de eleitor, antecedentes criminais, carteira de trabalho e solicitar habilitação para casamento, cuja cerimônia está marcada para o dia 21 de abril.

Estacionado em frente à Estação do Metrô de Joana Bezerra, o caminhão do projeto A Justiça nas Ruas não foi o único local de atendimento. Funcionou também uma unidade móvel da Secretaria de Segurança Pública para solicitação de identidade. A Secretaria de Justiça colocou um fotógrafo à disposição dos moradores.

Segundo o ouvidor geral e coordenador do programa, desembargador Og Fernandes, as equipes trabalharam de forma voluntária, a título de colaboração para com a comunidade do Coque.

A experiência será repetida, disse o desembargador. O interesse tem sido manifestado pelas próprias comunidades, inclusive por associações da área metropolitana do Recife. Os pedidos estão sendo avaliados e a perspectiva, segundo Og Fernandes, é de que a prestação do serviço gratuito tenha continuidade.

A população também foi beneficiada com a realização de palestra de tema de interesse da comunidade. Na Igreja Católica São Francisco de Assis, do Coque, mais de 300 pessoas ouviram a psiquiatra Cláudia Pires falar sobre "Droga: problema para todos".

Estes são os números registrados

Fotos	264
Identidade	123
Eleitor	121
Trabalho	84
Nascimento	68
Casamento	40

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Dus. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1383

e-mail: asleit@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 55 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 24 de março de 1999

Público

Pleno aprova concurso para serviços extrajudiciais

O Tribunal Pleno aprovou uma resolução que regulamenta o concurso público de ingresso e de remoção de pessoal nas atividades notariais e de registro das serventias extrajudiciais. Segundo o assessor da Presidência, Fábio Eugênio, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, pretende realizar o concurso o mais rápido possível. O assessor ressaltou ainda que é a primeira vez que se regulamenta um concurso para ingresso e remoção nas atividades extrajudiciais e que a promoção não vai implicar em aumento de custos no orçamento do Judiciário, uma vez que os aprovados serão remunerados por meio de emolumentos cobrados pelos serviços notariais.

O concurso vai constar de provas escrita, prática e de títulos. Outras fases ainda constam de sindicância de conduta do candidato e exame de saúde física e mental, todas eliminatórias, com exceção da prova de títulos. O edital será publicado com a indicação das serventias notariais, constando ainda do programa de matérias sobre as quais serão realizadas as provas de conhecimento e os títulos que poderão ser apresentados.

Aprovada pelo Pleno, a regulamentação definiu os requisitos necessários ao concurso

A resolução definiu ainda os requisitos para inscrição ao concurso de ingresso nos serviços notariais. Entre eles, a idade mínima de 21 anos, ser bacharel em Direito, com diploma registrado, ou a comprovação de exercício em serviço notarial ou de registro por mais de dez anos, até a data da primeira publicação do edital. Já para efeito do concurso de remoção, é necessária a prova do exercício por mais de dois anos nas atividades de notário ou registrador, independentemente de Entrância, e o candidato não pode ter sofrido punição disciplinar nos últimos dois anos.

A Comissão de Concurso será composta por três magistrados, um titular do Sistema Notarial, um do Serviço de Registro, um representante do Ministério Público e outro da Ordem dos Advogados do Brasil. A avaliação dos conhecimentos será realizada mediante aplicação de provas teórico-objetiva e prática, que deverão abranger, entre outras, questões de Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Civil, Penal, Comercial, Lei de Custas e Emolumentos, além do Código de Organização Judiciária.

Etério Galvão recebe o relatório do primeiro mês de interventoria em Jaboatão

Byron faz relatório da intervenção e procura parcerias para melhor funcionamento do município

Toda a situação do Jaboatão dos Guararapes está documentada em relatório entregue, ontem, pelo interventor do município, Byron Sarinho, ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão.

Do relatório, constam apenas as medidas tomadas durante os primeiros 30 dias de intervenção, como demissões de cargos comissionados e levantamento das necessidades para resolver, de vez, os problemas do município.

Sarinho pretende interagir com os setores da sociedade, constituir Conselhos de fiscali-zação e estabelecer regras para o futuro da cidade, visando mudar o perfil atual de Jaboatão. Com o Tribunal de Justiça, ele propõe assinatura de convênio, prevendo a cessão de funcionários do Executivo para o perfeito funcionamento do Judiciário local.

Acompanhado do secretário municipal de Assuntos Jurídicos, Francisco de Sá Sampaio, o interventor admitiu que "não é tarefa fácil trazer Jaboatão à normalidade". Daí, segundo ele, a necessidade de instaurar novos hábitos para atingir o objetivo de que esta seja a última das quatro intervenções já sofridas pelo município "que tem história e potencial turístico".

A visita ao presidente do TJ foi classificada por Sarinho como um ato protocolar e de respeito ao Judiciário, quando a intervenção completa um mês.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asjur@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 56 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 25 de março de 1999

Judiciário inaugura novas instalações para Infância e Adolescência

A Justiça sem Demora, a Vara de Crimes Praticados contra a Criança e o Adolescente e o Centro de Atendimento Psicossocial (CAP) do Tribunal de Justiça têm mais um estímulo para a melhoria do serviço prestado. Com exceção do CAP, até maio no Fórum Thomaz de Aquino, já estão funcionando em novas instalações, no Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente, na Avenida Fernandes Vieira.

O prédio reformado foi inaugurado, ontem, durante solenidade que contou com a procuradora Helena Cahúla, representando o procurador geral da Justiça, Romero Andrade, além de magistrados e autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo. Ao presidir a inauguração, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, afirmou que as novas instalações devem estimular ainda mais o bom trabalho que Pernambuco já realiza na área da infância e da juventude.

Cerca de R$200 mil foram gastos na recuperação e informatização do prédio que dispõe, inclusive, de sala de permanência, onde ficarão os acusados durante a realização das audiências. A reforma permite a ampliação do programa A Justiça sem Demora que, antes, funcionava em sala única.

A partir de maio, o Centro de Apoio Psicossocial do TJ também estará nas novas instalações, embora seja mantido no Fórum Thomaz de Aquino um plantão diário, à tarde, para recebimento de processos e atendimentos emergenciais solicitados pelos juízes.

A mudança do CAP significa a possibilidade de funcionamento de um novo serviço. Ainda em estudo, a conciliação em família pode solucionar com maior rapidez processos em tramitação nas Varas da Família. Para a chefe do Centro de Apoio Psicossocial, Helena Ribeiro Fernandes, o trabalho deve também conscientizar as partes a enfrentar melhor suas dificuldades familiares.

Baseada em modelo semelhante ao da Justiça gaúcha, a conciliação pode ser a saída para evitar traumas entre as partes de um processo em família.

A equipe de psicólogas e assistentes sociais do Centro de Apoio Psicossocial tem, hoje, uma reunião de avaliação do projeto que pode vir a ser implantado, inicialmente, como experiência-piloto na 1ª Vara da Família.

Etério Galvão inaugurou as novas instalações na presença de autoridades estaduais

Infra-Estrutura continua levantamento de bens

O inventário de todos os bens móveis e equipamentos das 22 Comarcas extintas em todo o Estado e das outras 22 que as anexaram já entrou na sua segunda fase. A previsão é de que todo o trabalho seja concluído até o final do próximo mês. A informação é do diretor de Infra-Estrutura, Érico Iglesias. De acordo com Iglesias, já foi realizado o levantamento de todo o acervo das Comarcas de Macaparana, São Vicente Férrer, Passira, Cumaru, Primavera, Amaraji, Gameleira, Joaquim Nabuco, São José da Coroa Grande e Barreiros.

A equipe que vem fazendo o levantamento é formada por técnicos da Diretoria de Infra-Estrutura do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Nesta segunda fase, os envolvidos no projeto estão percorrendo as Comarcas de Belém de Maria, Lagoa dos Gatos, Ibirajuba, Altinho, Calçado, São João, Palmeirina, Angelim, Lagoa do Ouro e Correntes. Depois da segunda fase, ainda serão visitadas 19 Comarcas, de acordo com o diretor Érico Iglesias.

O trabalho que vem sendo realizado faz parte de um projeto piloto. Caso seja possível, o levantamento será expandido para todas as Comarcas de Pernambuco. Segundo Iglesias, o objetivo do trabalho realizado é de que o Poder Judiciário tenha controle do seu patrimônio.

Marta Suplicy defende mais conquistas para as mulheres

"O terceiro milênio será nosso." Assim Marta Suplicy encerrou sua palestra, realizada no Tribunal do Júri do Fórum Thomaz de Aquino, onde falou das principais conquistas e transformações realizadas pelas mulheres, no mundo inteiro, ao longo do século XX. "Este foi o século em que mais ocorreram transformações em todos os aspectos da vida humana: na Física, Química, Medicina, Eletrônica. No campo cultural, particularmente, a maioria das transformações estão relacionadas ao feminismo", destacou.

Trazida dentro da programação da Sexta Cultural, promovida pela Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe), a presença da ex-deputada petista foi uma homenagem da entidade às suas associadas pela passagem do Dia Internacional da Mulher. Mesmo assim, no auditório se registrou uma platéia mista, revelando o interesse também do público masculino pelo tema.

Apesar de reconhecer as conquistas já alcançadas, Suplicy disse que ainda há muito por se conquistar em relação aos direitos da mulher, enquanto cidadã, dentro e fora do lar. A violência contra a mulher, ainda hoje muito comum, e a discriminação sofrida no mercado de trabalho, onde recebe menos que o homem pelos mesmos serviços, foram dois exemplos citados por Suplicy.

Marta Suplicy fala pra juízes e servidores do Judiciário

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gueiros

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163

e-mail: asimi@pc.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 57 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 26 de março de 1999

Judiciário divulga produtividade dos juízes

Sérgio Marcos

A iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco de publicar a relação da produtividade dos magistrados vem apresentando resultados positivos. A avaliação é do assessor especial da Corregedoria, juiz Milton Neves, responsável pelo processo de apuração dos relatórios trimestrais.

A medida soma-se a outras já adotadas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), visando à melhoria e agilização do serviços do Judiciário estadual. Coordenada pelo corregedor geral de Justiça, desembargador Mário Melo, e pelo também desembargador Nildo Nery, responsável pela meta de moralização, prevista no Plano de Gestão 1998/2000 do TJPE, a iniciativa está entre as ações fiscalizadoras, sugeridas naquela meta.

Apesar disso, segundo Neves, a medida não se propõe a perseguir pessoas. "Não se pretende prejudicar ou expor ninguém a constrangimento. Ao contrário, o que se deseja é orientar e ajudar o magistrado a superar dificuldades que esteja enfrentando em sua Comarca - se for o caso. Por isso mesmo é que só publicamos os nomes dos 10 primeiros", esclarece.

A aferição da produtividade é feita a partir de relatórios obtidos junto aos diretores de secretaria de cada Vara (ou Comarca, quando de 1ª Entrância). São anotados os números de audiências realizadas, sentenças prolatadas, feitos distribuídos e, com base nisso, é calculado o percentual de produtivi-dade.

Método

Para fazer a classificação, no entanto, a Corregedoria leva em consideração o número exato de sentenças prolatadas. "Não há critério melhor, pois a sentença representa o final do processo", afirmou Milton Neves.

Para evitar injustiças no processo de classificação dos mais produtivos, os nomes são agrupados por Entrâncias e depois divididos por especializações. Isso porque as ações que tramitam na Comarca de 3ª Entrância tendem a ser mais complexas do que as registradas nas de 2ª, que, por sua vez, são mais complexas do que as registradas nas Comarcas de 1ª Entrância. O mesmo ocorre entre as ações da Vara de Família em relação, por exemplo, às matérias de Pequenas Causas.

Segundo Neves, o acompanhamento dos resultados do trabalho dos magistrados em suas Comarcas não é uma prática recente na Corregedoria. O fato novo está em se publicar a relação dos mais produtivos. Quanto aos menos produtivos, Milton Neves garante que são tomadas as providências cabíveis. "Em um primeiro momento enviamos um ofício aos magistrados que ficaram entre os dez menos produtivos. Neste ofício são solicitadas explicações sobre os baixos índices".

Ainda segundo o assessor especial, a baixa produtividade de um juiz pode decorrer de fatores circunstanciais. "Uma determinada Comarca ou Vara pode ser pouco produtiva em função, por exemplo, de problemas estruturais. Sem instalações adequadas ou sem o número suficiente de funcionários, com certeza o trabalho de um Fórum torna-se mais lento. Além disso tem que se considerar a complexidade de cada caso", explicou Neves.

O juiz Milton Neves avalia resultados positivos na publicação da produtividade

Até agora, a maioria das justificativas para os casos de baixa produtividade têm sido convincentes: "É comum um juiz, apresentando baixa produtividade em um trimestre, aparecer entre os primeiros no trimestre posterior. Isso pode ser já resultado do trabalho de acompanhamento e orientação que vem sendo realizado", afirmou o assessor da Corregedoria.

A simples análise dos números de sentenças proferidas por um determinado juiz, numa Vara ou Comarca, em comparação com os demais já serve como parâmetro. Isso possibilita a indicação de uma média de produtividade, o que permite ao próprio avaliado analisar seu trabalho. Neves completa, ainda, que a iniciativa faz parte da preocupação do Judiciário em prestar um atendimento que corresponda às expectativas da sociedade.

A produtividade é baseada em informações da Secretaria de cada Vara ou Comarca

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elpídio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anwis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424-3163
e-mail: ...@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 58 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 27 de março de 1999

Comissão discute Reforma do Judiciário

Ruy Patu é o representante de Pernambuco na Comissão de Reforma do Poder Judiciário

A Comissão de Reforma do Poder Judiciário da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), formada por juízes de vários Estados, reuniu-se novamente este mês. Segundo o representante de Pernambuco na Comissão, juiz Ruy Patu, esta foi a quarta reunião mensal para discutir as propostas apresentadas pelos magistrados que devem ser sistematizadas em forma de emendas à Constituição.

Segundo Ruy Patu, as propostas passam pela Comissão. Depois de aprovadas, são encaminhadas ao Conselho de Representantes da AMB. Em seguida, as propostas vão para uma comissão mista, composta por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da AMB. As propostas de interesse comum serão apresentadas pela comissão mista à sociedade como sugestões de emendas à Constituição.

Por outro lado, as emendas à Constituição, referentes apenas à magistratura, serão apresentadas pela AMB. De acordo com Ruy Patu,a previsão é de que, até maio, todas as propostas de emenda à Constituição já estejam aprovadas.

Algumas delas já têm a concordância do Conselho, como é o caso do fim do nepotismo no Judiciário, que proíbe a nomeação de parentes de magistrados da ativa até o terceiro grau e a extinção do cargo de juiz classista da Justiça do Trabalho. Além disso, os magistrados defendem eleição direta do presidente e vice dos Tribunais e de metade dos componentes da Corte Especial, com exceção dos Tribunais Superiores. A criação de um Conselho Nacional de Justiça, formado por integrantes da OAB, da magistratura e do Ministério Público, como forma de controle externo, também está prevista.

A perspectiva da magistratura é de aprovação das principais propostas, segundo Patu. Ele disse ainda que, como magistrado, defendeu a participação privada na composição de litígios, através de centros de conciliação e arbitragem para todas as ações patrimoniais. De acordo com Patu, os centros agilizariam o andamento dessas questões.

Justiça nas Ruas está em Nova Jerusalém

Desde ontem, o projeto A Justiça nas Ruas está funcionando em um anexo da delegacia do Distrito de Fazenda Nova, onde é realizado anualmente o espetáculo da Paixão de Cristo, em Nova Jerusalém. Três juízas se revezam no atendimento e contam com o apoio de um conciliador, um secretário e um funcionário da área administrativa.

Segundo a coordenadora dos Juizados Especiais, Gisela Pires, o projeto tem competência ampla, prestando serviços dos Juizados e oferecendo ainda um plantão judiciário. Hoje, A Justiça nas Ruas estará atendendo das 18 às 22 horas. Na próxima semana, nos dias 1 e 3, o funcionamento vai permanecer no horário das 18 às 22. Já no dia 2, o projeto estará atendendo o público das 16 às 4 horas.

As juízas de Brejo da Madre de Deus, Ana de Sena Lins, de Caruaru, Ana Paula Melo, e de Jataúba, Luciana Maranhão estão se revezando durante os dias programados para a realização do Justiça nas Ruas.

O projeto conta com a parceria do Ministério Público e da Secretaria de Justiça do Estado. Além disso, está sendo coordenado pela Secretaria de Administração, Coordenadoria dos Juizados, Ouvidoria Judiciária e Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

De acordo com Gisela Santos, o Justiça nas Ruas é mais um projeto que vem buscando aproximar Judiciário e sociedade, tornando a Justiça mais acessível à população.

Plantão

Durante o feriado da Semana Santa, o Poder Judiciário estará funcionando também em sistema de plantão nas Comarcas da Capital, Olinda, Jaboatão e Petrolina, no horário das 12 às 18, segundo informação fornecida pela Secretaria Judiciária.

AGENDA

Jornadas Luso-Brasileiras - O Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor e a Escola Nacional da Magistratura realizarão, em Évora, Portugal, as Terceiras Jornadas Luso-Brasileiras Proteção Judiciária do Ambiente e do Consumidor. O evento, que recebe o apoio do Instituto Ibero Americano de Direito do Consumidor, está marcado para o período de 13 a 15 de maio. Será destinado a magistrados e integrantes do Ministério Público de Portugal e do Brasil.

Globalização e Crise do Judiciário - É o tema central do congresso mundial de Direito Processual que será realizado, no Centro de Convenções, nos dias 19, 20 e 21 de maio. Organizado pelo Bureau Jurídico, o congresso vai trazer a Pernambuco alguns dos mais conceituados nomes do Direito nacional e internacional, como J. J. Gomes Canotilho, professor da Universidade de Coimbra, que vai abordar o tema de abertura. Até 31 de março, as inscrições custam R$ 160,00 para profissionais e R$ 80,00 para estudantes. Os interessados podem obter mais informações pelo telefone 227.4511, do Bureu Jurídico.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Cadete

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moreno

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e ChristianeAlcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3282 Fax 424.1163

e-mail: asimp@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 61 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira 1º de abril de 1999

Tribunal inicia contratação de estagiários

O Tribunal de Justiça de Pernambuco já está convocando aprovados no concurso para seleção de estagiários, realizado no final do ano passado. Até agora foram chamados oito estudantes, todos do curso de Direito. Cinco já se encontram na Diretoria Cível, onde realizam levantamento e cadastro de processos. Os outros três foram encaminhados ao Fórum de Olinda. Também se encontra em andamento a contratação de um estagiário de Jornalismo.

Segundo Luiza Leão, chefe da Consultoria Jurídica, a Resolução nº 98/98, que cria e regulamenta os estágios, permite contratação de até 482 estagiários, para atender as necessidades de pessoal no TJPE nas áreas de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Informática, Psicologia, Serviço Social e Jornalismo. As contratações, no entanto, estão sendo limitadas em função dos cortes e contenção de despesas atualmente praticados no serviço público. "Por enquanto estão sendo atendidas apenas as áreas mais carentes", explicou.

Além de atender às necessidades do TJPE, os estágios também estabelecem uma atuação conjunta do Judiciário com as instituições de ensino, trazendo como resultado imediato a transmissão de conhecimentos práticos aos acadêmicos. No caso específico dos estagiários da área de Direito, a orientação didático-pedagógica é de responsabilidade da Escola da Magistratura.

Com duração de um ano, que pode ser renovado por igual período, os contratos realizados entre o Tribunal e os estagiários são regidos de acordo com as normas previstas na lei federal 6.494/77, regulamentada pelo Decreto 87.497/82. A jornada diária de estágio é de 4 horas, de segunda a sexta-feira, em turno compatível com o expediente forense e o horário escolar. A bolsa paga a cada estagiário é de R$ 260,00.

A assiduidade, cumprimento de horários e a atenção às orientações pedagógicas são algumas das condições exigidas do estudante durante o estágio.

O acompanhamento dos estagiários é responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos

Semana Santa

Por causa da Semana Santa não haverá expediente no Tribunal de Justiça nesta quinta e sexta. O Diário Oficial relativo ao Poder Judiciário deixa de circular até segunda-feira, somente voltando à normalidade na terça 7 de abril.

Curso de Latim mostra origens e influência do idioma

A Escola de Advocacia Ruy Antunes promove, dia 14, curso de latim forense. A aula será ministrada pelo juiz Petrúcio Granja (foto), das 8 às 13h, para magistrados, advogados e representantes do Ministério Público. Frases, provérbios, sentenças e expressões costumeiramente usadas no Direito serão revistas pelos profissionais da área. Inscrições abertas - R$30,00 (R$20 para estudantes) - o curso tem programa extenso, desde as origens do Latim, passando pela influência que ele exerce sobre os idiomas modernos, sua importância para o campo jurídico, pronúncia e noções de literatura latina.

O juiz Petrúcio Granja, graduado em Letras Neolatinas pela Universidade Católica, informa que o curso é pioneiro e não se limita apenas à repetição de frases, mas aborda todo o conteúdo e tradução das expressões latinas. O juiz aposentado e professor de Direito Romano da Faculdade Pinto Ferreira esclarece que a aula será transformada em livro.

Juiz analisa lentidão do Judiciário

Algumas soluções para o problema da lentidão da Justiça brasileira foram propostas pelo assessor da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, juiz Ruy Patu, na sua dissertação defendida no curso de mestrado do Centro Jurídico da Universidade Federal de Pernambuco.

A dissertação, intitulada "Conciliação e Arbitragem: soluções para a morosidade da Justiça do Brasil", defende uma ampla reforma no Poder Judiciário e na legislação processual. O autor propõe a harmonia entre os três subsistemas de composição de litígios mundialmente aceitos: o conciliatório, o judiciário e o arbitral.

Ruy Patu defendeu, além da simplificação dos procedimentos e atos judiciais, outras opções que podem garantir a rápida solução dos conflitos. Entre elas, o desenvolvimento das atividades de conciliação e composição de litígios por instituições privadas, desde que em causas referentes a direitos indisponíveis de caráter estritamente privado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eládio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Milton Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgia Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Ramal 424-1161
e-mail: rotim@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 62 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 6 de abril de 1999

Judiciário abre espaço para coluna semanal

O Diário Oficial do Poder Judiciário vai contar, a partir de hoje, com uma coluna semanal para divulgação das decisões judiciais dos magistrados. A iniciativa tem o objetivo de prestar um serviço à sociedade, na medida em que vai informar as posições mais recentes da Justiça em relação a questões que interessem diretamente à população.

Todas as decisões judiciais que atinjam de perto os cidadãos, garantindo os seus direitos, serão divulgadas. Segundo o assessor da Presidência, juiz Fábio Eugênio, a inicistiva é válida porque muitas vezes o cidadão se encontra em uma situação e não sabe como agir perante a Justiça. A informação de que já existem algumas decisões judiciais sobre o assunto pode despertar o cidadão para os seus direitos.

Os magistrados que desejarem divulgar suas decisões devem enviá-las para Fábio Eugênio, na Assessoria da Presidência, até a quarta-feira de cada semana. O material enviado vai passar por uma triagem, uma vez que não há espaço para divulgar todas as decisões do Judiciário.

Na triagem, será observado se os julgamentos têm caráter abrangente ou se a decisão é inédita. Os critérios têm o objetivo de garantir a publicação de decisões que tenham repercussão na vida da população em geral e é mais uma tentativa do Judiciário pernambucano de se aproximar da sociedade, mantendo as pessoas informadas de suas decisões judiciais.

De acordo com o juiz Fábio Eugênio, a expectativa é de que a coluna seja um serviço à comunidade e torne o Poder mais acessível. "É importante que a população tenha conhecimento das ações da Justiça e, para isso, os juízes precisam se comunicar mais com a sociedade. A coluna vai nos dar essa chance", concluiu.

Justiça e Cidadão

Bancos
É ato abusivo contra o cliente o lançamento de débitos bancários em contas correntes inativas. A decisão foi tomada pelo Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis no mês passado e garante que os bancos não podem cobrar taxas para manutenção da conta.

Corte d´água
O corte do fornecimento de água potável do consumidor em dia com suas obrigações foi considerado pela Justiça como dano moral. Por isso, a Compesa foi obrigada a pagar a indenização equivalente a dez salários mínimos à consumidora prejudicada com o corte.

Consórcio
O consorciado inadimplente excluído do grupo deve receber a importância paga pelo bem, uma vez que não o tenha recebido. A decisão diz que nada justifica a indisponibilidade da quantia, uma vez que o bem não foi recebido e que não há prejuízo para o grupo.

Perdas e Danos
Um advogado deverá pagar indenização ao seu próprio cliente. Motivo: perdeu o prazo para entrar com um recurso, causando prejuízos ao cliente. O advogado deverá pagar 50% do valor de alçada atribuído à ação trabalhista, acrescido de juros e correção monetária.

Trabalho preventivo inibe violência

O trabalho preventivo do Justiça nas Ruas está presente na forma de orientação

A resolução jurídica de casos não tem sido a única forma de atuação do A Justiça nas Ruas. Criado para garantir o atendimento ao cidadão nas situações que exigem a presença do Judiciário, o programa tem se destacado pelo atendimento preventivo, orientando a população quanto às mais diversas questões. A experiência no carnaval em Olinda e Boa Viagem foi repetida e comprovada em Nova Jerusalém, no plantão realizado durante os espetáculos da Paixão de Cristo.

De acordo com a juíza Ane de Sena Lins, além dos flagrantes de direção perigosa e de desacato, que tiveram fiança arbitrada como permite a lei quando se trata de crimes de menor potencial ofensivo, a equipe do Justiça nas Ruas, incluindo policias civil e militar, foi também procurada para orientar a população em casos como perda de documentos e furtos de celulares. Para a juíza, a prevenção inibe a violência e mostra que o povo começa a demonstrar confiança na Justiça.

Laboratório inicia coleta para exames de DNA

O Laboratório de Genética da Universidade de Pernambuco começa amanhã, no horário das 8h30 ao meio-dia, a primeira coleta de material para os exames de DNA que serão financiados por meio de um convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Universidade. O laboratório funciona no Departamento de Biologia, que fica no Hospital Oswaldo Cruz.

A cada semana, o laboratório estará realizando 18 coletas para os testes de DNA, o que corresponde a seis processos de investigação de paternidade. Para que seja feita a investigação, é necessário que o pai, a mãe e o filho se submetam ao teste.

Segundo a bióloga Elizabete Malaquias, que será uma das técnicas responsáveis pelas amostras para realização dos testes, o laboratório estará fazendo semanalmente a coleta do material.

"Devemos atender entre 24 e 30 casos a cada mês, o que representa cerca de 90 exames, uma vez que temos que analisar as amostras dos pais e do filho envolvidos no processo de investigação de paternidade", afirmou a bióloga.

Ainda de acordo com Elizabete Malaquias, a Secretaria Judiciária do TJPE é a encarregada de definir uma planilha semanal com os nomes das pessoas que serão submetidas aos exames necessários ao teste.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eldo Gouvêa

Vice-Presidente:
Des. Nepomuceno Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anaís Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3231 Fax 426.1163
e-mail: asimj@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 63 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 7 de abril de 1999

Encontro de Presidentes

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, retorna hoje de Brasília, onde se encontra desde segunda-feira. Além de participar da reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Estaduais, Galvão também acompanhou parte das comemorações do décimo aniversário do Superior Tribunal de Justiça, que se estendem até o próximo sábado.

Projeto Escola

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai dar continuidade ao projeto Conheça o Judiciário, lançado em março através de uma experiência piloto com alunos do Colégio Cecília Meireles. Os primeiros visitantes nesta fase definitiva do projeto serão 40 alunos do 1º grau maior do Colégio Santa Helena, localizado no bairro da Tamarineira. A visita se realiza hoje, a partir das 14h.

O dia-a-dia na Universidade, costumes do povo, alimentação e transporte. Essas e outras dicas básicas que atenuam dificuldades, normalmente vividas em país estranho, constituíram a pauta da reunião entre o grupo de magistrados e servidores que viajou à Geórgia, ano passado, e o grupo que segue àquele mesmo Estado americano, no dia 17. Integrada pelos juízes André Oliveira, Maria Thereza Poca, Stella Gomes, Nalva Cristina, pelo desembargador Zamir Machado e servidoras Olga Cruz e Eliane Moura, a segunda equipe dará prosseguimento ao convênio de cooperação cultural entre o Judiciário pernambucano e a Universidade da Geórgia.

Pelo acordo, durante duas semanas, sem ônus para o Tribunal de Justiça, o grupo participará de treinamento em administração judiciária, observando o funcionamento das diversas Cortes de Justiça da Geórgia, incluindo a Suprema Corte e a de Apelação. Um dos pontos principais de observação do grupo é a exigência da educação continuada para juízes e servidores que são obrigados a destinar 12 horas anuais para treinamento, com ênfase aos aspectos éticos e profissionais. O grupo pernambucano ficará na cidade de Athens.

Convênio garante primeira coleta para teste de DNA

O interesse de mães solteiras pela agilização de processos de reconhecimento de paternidade, durante o programa Agenda Livre, foi a principal causa do convênio entre o Tribunal de Justiça e a Universidade de Pernambuco

Seis processos que envolvem investigação de paternidade já foram encaminhados para a fase de realização da coleta das amostras para os testes de DNA. A primeira coleta depois do convênio firmado entre a Universidade de Pernambuco (UPE) e o Tribunal de Justiça será hoje, no Laboratório de Pesquisa em Genética Humana da UPE, que fica no Hospital Oswaldo Cruz.

De acordo com a bióloga Elizabete Malaquias, o convênio prevê a análise de 240 casos, o que corresponde à realização de 720 exames. Ela afirmou ainda que, a partir de agora, serão realizadas coletas semanais. "Serão enviados entre 24 e 30 casos por mês para o laboratório, que vai fazer as coletas sempre às quartas-feiras, no horário da manhã", explicou.

Ainda segundo Elizabete Malaquias, o custo de um teste de DNA está orçado em cerca de R$ 1.200. Com o convênio, o Tribunal de Justiça vai garantir que a população - que realmente precisa do teste de DNA e não tem condições de arcar com as despesas - tenha acesso a esse tipo de prova pericial.

Primeiro teste

Antes do convênio, o Tribunal de Justiça já arcou com as despesas de um teste de DNA. O primeiro caso foi o da empregada doméstica Maria Cícera Honório da Silva, 25 anos, que procurou o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, durante o projeto Agenda Livre, no ano passado.

Depois desse caso, outros surgiram e, em cumprimento à lei nº 1060, de fevereiro de 1950, o presidente resolveu que o Judiciário deveria prestar mais esse serviço à comunidade pernambucana. Segundo Etério Galvão, o Código de Processo Civil confere gratuidade a todos os atos processuais para os reconhecidamente pobres.

O convênio tem duração de dois anos e a Secretaria Judiciária do Tribunal é a responsável pelo encaminhamento ao laboratório das planilhas com os nomes dos pais e filhos que serão submetidos à investigação, por meio da análise do DNA.

Agenda Livre

O feriado da Semana Santa foi o motivo do adiamento para sexta-feira, às 14h, do projeto Agenda Livre, que habitualmente ocorre à primeira sexta de cada mês. A iniciativa do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, de adiar a audiência para esta semana - garantindo, assim, sua realização mensal - ocorreu em função da grande procura, que se tem registrado mês a mês.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anaís Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3231 Fax 424.1163
e-mail: mim@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 64 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 8 de abril 1999

Agenda Livre atende mais de 80% dos casos

O projeto Agenda Livre completa um ano de funcionamento este mês com um índice de cerca de 87% de atendimento dos casos. A iniciativa é um dos trabalhos realizados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para aproximar a sociedade e o Judiciário estadual.

O Agenda Livre é um atendimento realizado pelo próprio presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, a qualquer pessoa, sem necessidade de marcar horário prévio, todas as primeiras sextas-feiras do mês.

Segundo a chefe de gabinete responsável pelo projeto, Paola Freitas, a maioria dos pedidos diz respeito a agilização de processos. Em segundo lugar, estão as questões referentes a solicitação de defensor público.

Paola Freitas afirmou que a maioria dos pedidos é de agilização de processos em andamento na Justiça

De acordo com um levantamento realizado pela Chefia de Gabinete, mais de mil atendimentos foram realizados pelo presidente. Os resultados têm sido positivos. Paola Freitas afirmou ainda que órgãos como o Ministério Público, Tribunal Regional do Trabalho e Instituto Nacional de Seguridade Social têm colaborado para o sucesso do Agenda Livre, quando alguns pedidos são encaminhados a esses órgãos.

Projeto visa aproximar Judiciário e cidadão

O projeto Agenda Livre é uma das tentativas do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, de aproximar o cidadão do Judiciário. A iniciativa é desburocratizante, na medida em que o presidente do TJPE recebe a população sem que seja necessária marcação prévia de horário.

"O presidente recebe a todos. Ouve e encaminha as questões. Muitas vezes os problemas não podem ser resolvidos no âmbito do Judiciário estadual, mas as pessoas são devidamente encaminhadas aos órgãos competentes. Quando se trata de assuntos da alçada do Tribunal de Justiça, recorremos aos magistrados que, de maneira geral, têm sido receptivos ao projeto", explicou Paola Freitas.

Ela disse ainda que os juízes e desembargadores têm sempre a preocupação em dar um retorno à Presidência, o que mostra uma sensibilidade da magistratura para a necessidade de se aproximar da população, prestando um serviço ágil e eficiente.

Além do Agenda Livre, o Judiciário tem executado projetos como a Ouvidoria Judiciária e, o mais recente, Conheça o Judiciário. A Ouvidoria tem um número de telefone disponível (0800-81.5251), pelo qual a população pode ter informações sobre processos em andamento na Justiça. Por meio da Ouvidoria, a população pode ainda fazer reclamações ou dar sugestões para a melhoria dos serviços prestados.

Pernambucanos fazem fila para falar com o presidente no Agenda Livre

O projeto Conheça o Judiciário é uma iniciativa que pretende receber, semanalmente, crianças do primeiro grau maior de escolas públicas e privadas no Palácio da Justiça. O objetivo é informar sobre a importância do Poder Judiciário para a democracia e despertar para o exercício da cidadania.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônica Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3211 Fax 424-1163
e-mail: aicor@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 85 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 8 de maio de 1999

População de Vitória já pode recorrer ao Juizado Criminal

A cidade de Vitória de Santo Antão recebeu como presente de aniversário a inauguração do Juizado Especial Criminal (JEC), na quinta-feira, 6, quando também completou 156 anos da sua emancipação política. A solenidade aconteceu no final da tarde, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, vários membros do Judiciário pernambucano e representantes de setores da sociedade local.

A diretora do Fórum da Cidade, Sandra Beltrão, falando em nome do presidente do TJPE, lembrou que a instalação do Juizado Criminal na Comarca era compromisso por ele firmado antes mesmo de assumir o cargo. O juiz Auziênio de Carvalho, que responde pelo JEC, citou os índices de criminalidade frequentemente altos naquela cidade. "A instalação deste Juizado será mais um fator inibidor desta realidade. Isto porque dentre as causas da criminalidade temos a impunidade, e esta só diminuirá estando a Justiça presente, agindo com rigor", disse ele.

Também participou da inauguração o corregedor geral de Justiça do Estado, desembargador Mário Melo, que lembrou o importante papel que os Juizados Especiais vêm desempenhando em todo o Brasil, tornando a Justiça mais rápida e acessível às camadas menos favorecidas. O município de Vitória esteve representado pelo prefeito Carlos Brekenfeld.

O corregedor Mário Melo lembrou a importância dos Juizados Especiais para população

Agenda

Quarta-feira

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, inaugura nesta quarta-feira, 12, às 17 horas, o novo Fórum da Comarca de Bonito que está situado na rua Félix Portela, no Bairro do Salgado. Segundo o juiz Severino Coutinho, existem cerca de 1.700 processos em tramitação na Comarca, sendo a maioria deles cíveis. O Judiciário vinha funcionando na Câmara Municipal de Bonito há cerca de cinco anos, segundo o juiz.

Capital se prepara para receber o Judwin

Quinze dias após a implantação do Judwin em Olinda, 460 servidores e 127 juízes da 3ª Entrância já estão sendo preparados para a implantação do sistema na Comarca da Capital. Um curso de Windows, que está sendo ministrado desde a última segunda-feira, é a primeira etapa de um treinamento que se estenderá até o próximo mês. Esse primeiro curso tem duração de 15 dias e aborda o básico da informática. Está voltado para os iniciantes, mas também servirá de reciclagem para quem já domina a matéria. A Diretoria de Informática preparou seis laboratórios e instalou 80 micros. As instruções, que estão sendo ministradas por funcionários do próprio TJPE, acontecem no período das 8h às 20h. Cada servidor, no entanto, recebe duas horas de aula por dia, e o grupo em treinamento está distribuído em turmas que se revezam a cada duas horas.

A parte do Judwin é dividida em módulos que atendem às atribuições específicas de cada setor do Fórum: Secretaria, Distribuição, Central de Mandados, Progeforo (setor que recebe as petições), Execuções Penais e Controle de Comarca. Este último ligado à Corregedoria e Secretaria Judiciária.

Quando o sistema entrar em funcionamento, todos esses setores estarão interligados, facilitando a execução das atividades processuais e o acesso do usuário às informações de seu interesse.

Segundo o diretor de Informática, Edmando Menclonça, o treinamento conta com a contribuição da Diretoria de Recursos Humanos (DRH), que vai ministrar para os mesmos servidores o curso "Atendimento com Qualidade e Prática Cartorária". "O esforço conjunto das duas diretorias visa garantir a inauguração do Judwin na Capital a partir de 1º de julho", segundo explicou o diretor de Informática do TJPE.

A Central de Mandados também está na programação do Judwin

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aaron Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Aranoia - Recife-PE

Fone/fax: (81) 419-3251 Fax 424.3163

e-mail: seinf@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 86 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 11 de maio de 1999

Tribunal inaugura novo Fórum

O Judiciário do município de Bonito terá, a partir de amanhã, sede própria. O novo Fórum da Comarca será inaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, às 17 horas, na rua Félix Portela, no Bairro do Salgado.

Etério Galvão estará presente à inauguração do Fórum de Bonito

O prédio tem 265 metros quadrados de área construída e tem espaço reservado para cartórios, sala da Promotoria, sala para Assistência Judiciária, cela, arquivo, Tribunal do Júri, sala de audiência e gabinete de juiz, de acordo com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

Construção

A obra do novo Fórum foi iniciada em dezembro de 1997 e concluída em março deste ano. Orçada em um total de R$ 109 mil, a construção do prédio teve a parceria da Prefeitura de Bonito, ainda segundo dados da Diretoria de Engenharia.

O Tribunal de Justiça já enviou, por meio da Diretoria de Infra-Estrutura, a maioria do mobiliário e equipamentos solicitados e o prédio já está pronto para o funcionamento do Fórum que, há cerca de cinco anos, vinha funcionando na Câmara Municipal, de acordo com o juiz da Comarca, Severino Coutinho. O magistrado informou também que quase 1.700 processos tramitam atualmente na Comarca de Bonito. Ele disse ainda que a maioria dos processos são cíveis.

Justiça e Cidadão

Locação

De acordo com o Código Civil, se o locatário empregar o imóvel de forma diferente da que havia sido ajustada ou danificá-lo, o locador pode rescindir o contrato e exigir indenização por perdas e danos.

Excursão

Consumidora com excursão marcada teve que adiá-la no dia da viagem por motivos de doença. A agência de turismo não quis negociar a devolução do dinheiro já pago. A Justiça definiu a devolução de 70% do valor.

Celpe

A energia elétrica não pode ser cortada no dia seguinte ao do vencimento da fatura. Segundo decisão judicial, o atraso reiterado de pagamento da conta não pode ser motivo para o corte imediato de energia.

Cartão

O bloqueio indevido do cartão de crédito por falta de repasse do pagamento da fatura pelo banco constitui-se em dano moral, devido ao constrangimento causado ao cliente, que sofreu, sem motivo, a restrição do crédito.

Agenda Livre bate recorde com 127 pessoas atendidas

Cento e vinte e sete pessoas foram atendidas pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, durante a última audiência do projeto Agenda Livre, realizada na sexta-feira, 7. O número é recordista e confirma uma tendência de regularidade nos índices de procura registrados desde o início do programa, em abril do ano passado.

A demanda registrada levou a auxiliar de enfermagem Iraci Ferreira, do Centro Integrado de Saúde do TJPE, a atender seis pessoas que não se sentiram bem. "A maioria do pessoal chega aqui muito cedo, ficando longo período sem se alimentar. Isso, somado à ansiedade e a outros problemas muito comuns, como hipertensão arterial, pode resultar até em desmaio", disse ela.

A grande procura pelo Agenda Livre vai de encontro ao que se esperava a partir da criação da Ouvidoria Judiciária. Instalada em fevereiro passado, a Ouvidoria se propõe a realizar de forma institucionalizada e mais abrangente o serviço inaugurado pelo presidente do TJPE, que é ouvir os problemas enfrentados pela sociedade em relação aos serviços do Judiciário. Ao contrário, em março, um mês após a início dos trabalhos do novo órgão, Galvão atendeu 106.

Internet agiliza publicação de atos processuais

Juízes de Comarcas informatizadas devem utilizar a Internet para enviar sentenças para publicação na imprensa oficial. A determinação é da Presidência do Tribunal de Justiça, na Instrução de Serviço 07/99. Segundo o assessor especial, juiz Fábio Eugênio, a medida tem o objetivo de agilizar a publicação dos atos e de cumprir os prazos determinados por lei.

A iniciativa se refere especialmente às sentenças em ações de interdição e ausência, sujeitas a publicações consecutivas, com intervalo previamente fixado em lei. Às secretarias das Comarcas, cabe o controle dessas republicações, encaminhando o material à Companhia Editora de Pernambuco nas respectivas datas legais.

Das 113 Comarcas, 26 já estão interligadas à Internet. Com uma média semanal de três Comarcas ligadas à rede de computadores, a previsão é de que até o final do ano todas elas já estejam utilizando a Internet para envio do material a ser publicado no Diário Oficial. Esta semana, a previsão é de que a Diretoria de Informática faça a instalação da rede em Toritama e Bonito.

Comarcas ligadas à Internet

Petrolina, Garanhuns, Bezerros, Camocim de São Félix, Gravatá, Cupira, Lagoa dos Gatos, Vitória, Triunfo, Bom Jardim, Cachoeirinha, São Caetano, Caruaru, Palmares, Agrestina, Belo Jardim, Moreno, Glória de Goitá, Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga, Santa Cruz do Capibaribe, Altinho, Panelas, Condado, Sanharó e Chã Grande.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Mota

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gouveia

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: André Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane/Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1462

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/cpge

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 87 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 12 de maio de 1999

Construção do Fórum valoriza Joana Bezerra

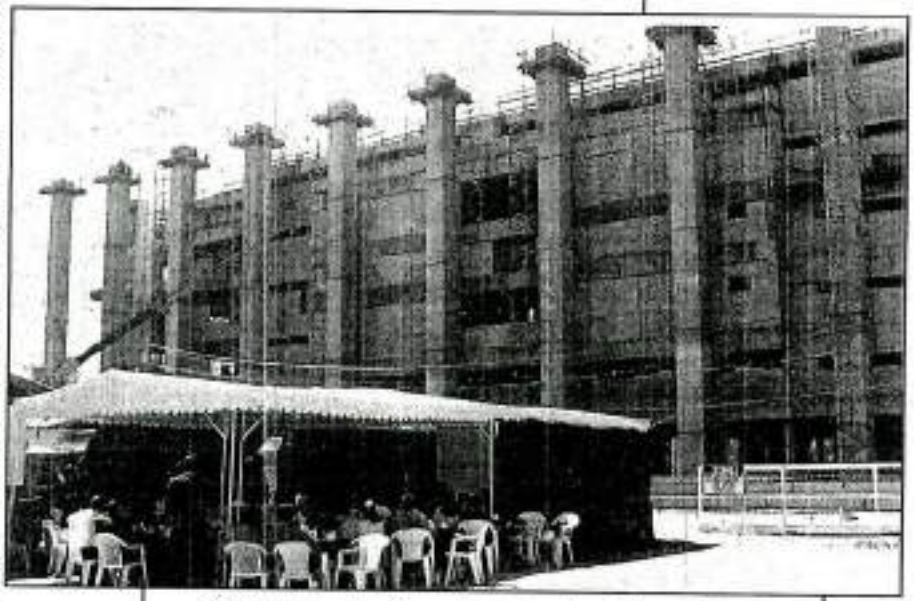
Com a construção do Fórum do Recife, iniciada em julho do ano passado, o complexo Joana Bezerra, localizado em uma área até então não muito valorizada, passou a receber investimentos privados e públicos da ordem de R$ 100 milhões. Além dos R$ 39 milhões orçados para o Fórum, R$ 13 milhões estão sendo aplicados na construção do Hospital de Ajuda às Crianças Deficientes, R$ 27 milhões na ampliação do metrô e R$ 20 milhões no complexo viário, construído pela Prefeitura do Recife, que facilitará o acesso da população à localidade.

As iniciativas têm causado impactos positivos no Coque. São quase 800 empregos diretos - 200 deles de pessoas da comunidade - e 300 indiretos. Após a conclusão da obra, a estimativa é de que sejam gerados mais de 300 empregos diretos. Além disso, todos os materiais estão sendo adquiridos na Região Nordeste. Por mês, são injetados cerca de R$ 2,8 milhões no mercado da construção civil.

Os dados foram apresentados, ontem, durante encontro que o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, teve com jornalistas e autoridades, no canteiro de obras. O objetivo foi anunciar a conclusão da primeira etapa do novo Fórum e prestar contas à sociedade dos recursos aplicados. O prédio - que terá seis pavimentos - foi projetado pelo arquiteto pernambucano Paulo Andrade, e lembra a arquitetura da Roma antiga, local de origem do Direito, no Ocidente.

O material utilizado na obra é de alta durabilidade e baixo custo de manutenção, uma vez que o prédio é uma obra que deve atender a população do Recife durante muitos anos, sem que sejam necessárias reformas ou adequações. Como afirma o desembargador Etério, o novo Fórum visa atender a população, uma vez que vai oferecer melhores condições de trabalho aos juízes e servidores.

Atualmente, Pernambuco tem algo em torno de 630 mil processos, sendo mais de 400 mil só no Recife. Por outro lado, são apenas 337 juízes em todo o Estado. "Se compararmos a população pernambucana (7,3 milhões) com a quantidade de magistrados, teremos um juiz para cada 21 mil habitantes. O número reduzido de juízes, aliado às atuais condições de trabalho, resulta diretamente na baixa produção de sentenças", avaliou o presidente do Tribunal de Justiça. O terreno do Fórum, de 42 mil metros quadrados, foi doado em 1984 pelo Governo do Estado ao Poder Judiciário que já tinha, na época, o objetivo de destinar a área à construção de um Fórum, pois já se constatava a forma precária de funcionamento da Justiça em Pernambuco.



O terreno onde está sendo construído o Fórum ficou abandonado durante muito tempo, servindo para abrigar estacionamento, feirão de veículos e até para instalação de um circo

Justiça nas Ruas atende comunidade de Santo Amaro

Exatas 321 pessoas da comunidade de Santo Amaro foram atendidas pelo programa A Justiça nas Ruas, este final de semana, na unidade móvel do Tribunal de Justiça, das 9 às 17h. Segundo a Coordenação dos Juizados, que apóia a Ouvidoria Judiciária na realização do projeto, 112 carteiras de identidade foram emitidas. Outros documentos, como carteira profissional (46), certidão de nascimento (14), antecedentes criminais (55), título de eleitor (77) e habilitação para casamento (17) também foram solicitados e emitidos. O Justiça nas Ruas atuou em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Regional do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral e Cartórios de Registro Civil e de Casamento. Outras comunidades serão atendidas pelo programa. Os pedidos são avaliados e atendidos pela Ouvidoria de acordo com a ordem de chegada.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Nepomuceno Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gazeta

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Santo Amaro - Recife-PE. Fone/fax (081) 425-3251

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 88 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 13 de maio de 1999

Famílias são prioridade na hora da adoção

Roberta Tavares

Os solteiros ainda são minoria na lista de pretendentes a pais adotivos, segundo dados registrados pela 2ª Vara da Infância e da Juventude

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, todas as pessoas maiores de 21 anos podem adotar uma criança, desde que sejam pelo menos 16 anos mais velhas que o adotado. A lei não proíbe a adoção por solteiros, mas pelas estatísticas da 2ª Vara da Infância e da Juventude pessoas sozinhas ainda são minoria na lista de pretendentes a pais adotivos.

Nenhum solteiro figura nas 42 adoções cadastradas feitas, ano passado, na 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital. Este ano, apenas uma mulher brasileira adotou uma das seis crianças pernambucanas, três das quais foram adotadas por estrangeiros, que se encontravam à espera de uma família substituta.

De acordo com o juiz titular Luiz Carlos de Barros Figueiredo, embora a lei não discrimine os solteiros, as portarias 01/93 e 02/96 de alguma forma limitam esse tipo de cadastramento, porque determinam que a prioridade pertence a pessoas casadas ou de união estável. O objetivo, segundo o magistrado, é fazer da adoção o modelo mais aproximado possível da família natural, constituída de pai, mãe e filho.

As portarias são exclusivas no Recife, mas com a implantação do Sistema de Informações da Infância e Adolescência (Sipia), programa on-line que vai centralizar dados de processos de adoção em todo o País, já está sendo discutida a sua aceitação em outros estados. Ceará e Rio Grande do Norte já deram sinal verde à sua aplicação.

Esta semana, representantes do Judiciário pernambucano viajam para apresentar e discutir a viabilidade da implantação da seqüência preferencial no Maranhão e Piauí, já que o Sipia recomenda a uniformização de dados nos processos de adoção. Os Judiciários estaduais serão gradativamente visitados, entre eles Paraíba, Alagoas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, que já integram a programação de viagem até julho.

A seqüência de preferência não contempla apenas os casados sobre os solteiros. Também são preferidos os brasileiros sobre os estrangeiros; os pedidos de adoção terão prioridade sobre qualquer outra forma de colocação em família substituta, e pretendentes a grupos de irmãos também são os preferidos sobre candidatos interessados em apenas um ou uma parte do grupo de irmãos.

Outros casos previstos são os de pretendentes sem filhos que têm preferência sobre aqueles que já são pais e, quando todos os interessados tiverem filhos, conta ponto para quem os tem em quantidade menor; pretendentes mais novos terão preferência sobre os mais velhos; o casamento ou a união estável mais antiga tem preferência sobre a mais recente e, finalmente, se todos estiverem em igualdade de condições, a prioridade vai para o primeiro que tiver se cadastrado.

Processos tramitam na 2ª Vara da Infância

Todos os processos de adoção antes distribuídos para a 1ª Vara da Infância e da Juventude são, agora, competência da 2ª Vara. São processos que não exigem o prévio cadastramento de pais pretendentes à adoção, uma vez que já existe a convivência com os filhos, faltando apenas legalizar o fato.

A decisão está no Provimento 01/99 da Corregedoria Geral da Justiça, atendendo recomendação do Sistema Integrado de Planejamento da Infância e Juventude - Sipia -, que está em implantação nacional e vai concentrar todas as informações dos processos de adoção no País.

A 2ª Vara - que já responde pelos processos de pretendentes nacionais e estrangeiros à adoção, e exige cadastramento dos futuros pais adotivos - passa a atuar também naqueles casos em que as crianças já vivem em alguma família substituta.

Os processos que se encontravam em tramitação, antes do dia 25 de março, data da publicação do provimento, terão continuidade na 1ª Vara, até sua conclusão. Segundo a psicóloga Sônia Proto, da equipe multidisciplinar, a 1ª Vara regularizou no ano passado a situação de 105 crianças, havendo dois irmãos que permaneceram juntos numa mesma família.

Entre os pais adotivos, havia 46 casais. O restante, 27 homens (um solteiro) e 31 mulheres, sendo sete solteiras e uma viúva, que realizaram a adoção unilateral, ou seja, adotaram o filho do companheiro. Segundo Sônia, entre os casos houve apenas três mães biológicas que confessaram a dificuldade de conviver com o fato de terem entregue seus filhos para adoção.

Com a mudança, a 1ª Vara passa a coordenar a distribuição dos feitos entre as duas Varas, a fiscalizar as entidades de atendimento e apurar infrações administrativas, expedir alvarás de viagem, exercer jurisdição de guarda e tutela e administrar as instalações físicas do Centro Integrado da Infância e da Juventude da Capital.

O juiz Luiz Carlos Figueiredo responde pela 2ª Vara da Infância e Juventude

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Gálvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gusmão

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: ...@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 90 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 15 de maio de 199

Congresso Mundial reúne especialistas do Direito no Estado

"A crise do Judiciário diante da globalização, do impacto tecnológico e dos novos conflitos sociais" é o tema central do Congresso Mundial de Direito Processual que será realizado, no Centro de Convenções, entre os dias 19 e 22. O evento, que tem um público estimado em mais de cinco mil pessoas, vai reunir os maiores especialistas em processo civil, penal, trabalhista e administrativo.

Promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Brasileiros (IBED) e por outras instituições da área jurídica, como a Escola Nacional da Magistratura e Faculdade de Direito do Recife, o congresso é uma realização do Bureau Jurídico e terá solenidade de abertura presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves.

Convidados mais de cem juristas nacionais e estrangeiros para participação em conferências e painéis, o evento terá os desembargadores Etério Galvão, Nildo Nery e Dário Rocha na coordenação dos temas Direito Processual Penal, Os Novos Aspectos da Criminalidade e Direito Processual Civil. Entre os expositores, encontra-se o juiz pernambucano Luiz Carlos Figueiredo para falar sobre Tráfico e Prostituição da Criança e do Adolescente.

Maiores informações sobre as inscrições para o Congresso Mundial de Direito podem ser obtidas pelo fone 227.4511, pelo fax 227.9991 ou ainda através da internet, na home-page do evento. O endereço eletrônico é http://www.bureaujuridico.com.br.

O desembargador Nildo Nery está entre os desembargadores que vão participar do evento

TJPE aprova novo Código de Organização Judiciária

O Tribunal Pleno concluiu a fase de apreciação das emendas ao Código de Organização Judiciária (COJ). Após a sistematização, o texto será submetido a uma revisão geral para detectar possíveis incorreções em sua redação. O documento será novamente apreciado pelos desembargadores, quando então será enviado à Assembléia Legislativa. Segundo o relator do anteprojeto, desembargador Og Fernandes, a matéria chegará aos deputados estaduais ainda este ano.

O COJ hoje em vigor já conta mais de 18 anos, contendo, portanto, dispositivos que já não atendem à realidade atual. O texto foi aprovado em dezembro de 1970. A justificativa para alterar o documento é de que parte de seu conteúdo está em desarmonia com a Constituição Federal de 1988.

O Código dispõe sobre a organização judiciária de Pernambuco, disciplina o funcionamento dos seus órgãos administrativos, serviços auxiliares de Justiça, Juizados Especiais e serviços públicos delegados, como os cartórios extrajudiciais. Por isso mesmo, essa fase do processo de alteração do Código contou com ampla abertura à participação dos interessados possíveis. A Ordem dos Advogados do Brasil - PE, Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, juízes e servidores individualmente, Ministério Público, entre outros, puderam apresentar propostas.

Os trabalhos de alteração do COJ tiveram início em fevereiro do ano passado, quando a Presidência do Tribunal de Justiça publicou a Resolução 90/98, estabelecendo um limite para apresentação de propostas. O Regimento Interno do TJPE também começou a ser alterado na atual gestão do presidente Etério Galvão.

Agenda

Esmape
A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) oferece cem vagas para os interessados no curso de preparação para o ingresso na magistratura. Os manuais podem ser adquiridos na sede da Esmape, no Colégio Americano Batista, a partir de segunda-feira. O manual custa R$ 5 e vem com ficha de inscrição para recolhimento no Bandepe.

Passagem
O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, estará presente à passagem do cargo de capitão dos Portos de Pernambuco a Luís Abelardo Leão. A cerimônia será na Capitania dos Portos, na rua São Jorge, nº 25, Bairro do Recife, nesta segunda-feira, às 10 horas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e ChristianeAlcântara

Redação: Tjpe da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/tjpe

Bureau Jurídico: fone: 227-4511

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 91 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 18 de maio de 1999

Ouvidoria Judiciária registra mil atendimentos em cem dias de atividades

O ouvidor Og Fernandes atribui o sucesso da iniciativa também à parceria de órgãos públicos

A instalação de um serviço telefônico para informar sobre o andamento de processos foi a sugestão apresentada por Jorge Luiz Santos de Lima, no atendimento de número 1000 realizado pela Ouvidoria Judiciária. Em funcionamento desde a primeira semana de fevereiro, o novo órgão do Tribunal de Justiça de Pernambuco contava 100 dias de sua instalação, na semana passada, quando fez o milésimo registro, perfazendo uma média de 10 atendimentos registrados por dia.

Segundo Hugo Mendonça, assessor da Ouvidoria Judiciária, na realidade a média diária de atendimentos é superior à registrada. Há aquelas situações em que a resposta ou orientação desejada é transmitida ao interessado de imediato, dispensando formalidades. São, por exemplo, casos que competem a outros órgãos - como delegacias, OAB ou Ministério Público - e para os quais o usuário é encaminhado, sendo informado do endereço ou telefone.

O mais importante, salienta Mendonça, é que ninguém fica sem resposta, exceto nos casos em que a parte interessada não se identifica, nem deixa endereço ou telefone. "Há, por exemplos, pessoas que sequer informam o número do processo que desejam agilizar. Aí, não há o que se fazer", afirma o assessor.

A sugestão do usuário Jorge Lima, de implantação de uma central telefônica para atendimento ao público, vai ao encontro de uma das principais metas da atual gestão do TJPE, que é a melhoria da qualidade dos serviços. A idéia seria possível se as atuais 72 Varas da Comarca da Capital já estivessem devidamente informatizadas e interligadas à uma central de informações - que não é o caso. A partir de julho, no entanto, quando o Judwin estiver funcionando na Capital, a resposta poderá ser outra.

Justiça e Cidadão

Norma de segurança - A colocação de dispositivos eletrônicos que detectam metais nas portas de entrada de estabelecimentos privados não ofende a nenhuma garantia e direito individual, mas ao contrário atende ao próprio interesse coletivo de segurança em locais de acesso público.

Pré-datados - Em se tratando de cheques pré-datados, largamente utilizados nos dias de hoje, as partes negociantes estabelecem um compromisso que deve ser respeitado. A apresentação antecipada prejudica o emitente, principalmente quando o cheque é recusado por improvimento de fundos, caracterizando o dano moral.

Dano moral - não se pode, por erro de digitação ou falha do sistema bancário, levar o consumidor a pagar o alto preço que é a restrição de seu crédito. O dano moral, segundo o magistrado que julgou a ação de recurso no Juizado Cível de Prazeres, é sem dúvida de gravidade, o que levou a ré a pagar R$ 4.800 ao autor.

Corte de serviço - A empresa concessionária de serviço público deve ser penalizada quando, injustamente, cortar a prestação do serviço. A penalização é também uma forma de controle, chamando-a à responsabilidade no sentido de que o procedimento somente seja adotado em último caso, constatada a inadimplência do usuário.

Caixas de coleta recebem a preferência do usuário da Ouvidoria

Para reclamar ou sugerir, o usuário pode dirigir-se diretamente à Ouvidoria, no andar térreo do TJPE, ou se utilizar do telefone ***0800815251*** *e do e-mail* ***ouvidor@tjpe.gov.br****. O recurso mais utilizado, no entanto, ainda tem sido as caixas de coleta distribuídas pelos Juizados Especiais e nos Fóruns Paula Batista e Cirillo Wanderley.*

Nos Juizados, os chamados Formulários de Avaliação do Serviço do Poder Judiciário são recolhidos um dia na semana, quarta-feira. No Tribunal de Justiça e nos Fóruns da Capital, isso acontece às terças e sextas. Segundo o assessor Hugo Mendonça, as sugestões, reclamações e solicitações do interior e de outros estados são feitas por telefone, e-mail e carta.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Túlio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gaspar

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Estagiária: Anaís Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Praça da República, s/n, Bairro Santo Antônio - Recife-PE

Fone: (081) 419-3283 **Fax:** 424-1165

e-mail: asimp@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 92 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 19 de maio de 1999

As aprovações do Pleno modificam o capítulo 19 do Regimento Interno e compõem o anteprojeto do novo Código de Organização Judiciária

Tribunal define idade para ingresso na magistratura

Mínimo de 25 e máximo de 45 anos. Essa é a exigência aprovada pelo Tribunal de Justiça para bacharéis em Direito se inscreverem nos concursos públicos para a magistratura pernambucana. A decisão é do Pleno e consta do anteprojeto do Código de Organização Judiciária e do Regimento Interno do TJ, segundo informação do desembargador Og Fernandes.

Decisões anteriores do Supremo Tribunal Federal, dando conta de que não é inconstitucional estabelecer idades máxima e mínima para o ingresso de candidatos nos quadros da magistratura, serviram de base para o resultado apresentado pelo Pleno. Entre outras justificativas, o Judiciário entende que a idade mínima de 25 anos pressupõe a maturidade necessária ao exercício do cargo.

A decisão altera inclusive o capítulo 19 do Regimento Interno que tratava de forma geral sobre os concursos públicos para o ingresso no Judiciário. Com a modificação, o capítulo passa a ter dois artigos e uma seção única de concursos, incluindo o ingresso na magistratura.

Conforme as alterações no capítulo, o limite máximo de idade será verificado no dia da abertura da inscrição e o mínimo, no dia do encerramento. O ingresso na magistratura será feito no cargo de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, organizado pelo Tribunal de Justiça, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

Outra novidade é a exigência de, pelo menos, dois anos de prática forense ou advocatícia. Sem essa experiência mínima, os bacharéis em Direito não mais poderão participar de concurso público para a magistratura pernambucana. Haverá concurso após a constatação da existência de vagas. O desembargador Og Fernandes explicou ainda que, de acordo com a alteração, os candidatos aprovados em seleções anteriores não serão suficientes para preencher as vagas, sendo observada a programação anual de instalação de Comarcas, Varas e Juizados Especiais no Judiciário pernambucano.

Esmape realiza concurso

Inscrições - Em agosto próximo, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) dá início a mais um curso dirigido a bacharéis de Direito que desejam ingressar na carreira de juiz. As inscrições para a seleção, abertas desde a última segunda-feira, vão até o dia 4 de junho. O valor das inscrições é de R$ 65,00 e o manual de instruções, por R$ 5,00, pode ser obtido na sede da própria Esmape.

Seleção - O curso, com 908 horas/aula previstas, tem duração de três semestres, durante os quais são ministradas 35 disciplinas. Ao todo são 100 vagas disponíveis, distribuídas em duas turmas de 50. O processo de seleção é feito através de prova escrita, marcada para 11 de julho. O teste contém 100 questões objetivas de múltipla escolha com cinco alternativas.

Endereço - Cada questão respondida corretamente vale um ponto, sendo que cada conjunto de cinco erros verificados elimina uma resposta correta. É considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação igual ou superior a 50.

A Esmape, cuja sede funciona no Colégio Americano Batista, atende das 10 às 22h, podendo o interessado obter informações também pelos telefones 421.8457, 421.1816 e 421.7678.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Túlio Galvão

Vice-Presidente: Des. Nepomuceno Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3351 Fax: 424.1163
e-mail: dioficial@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/base

TJPE - fone: 419.3311

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 93 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 20 de maio de 1999

Legislativo aplaude trabalho social do Judiciário pernambucano

Antes da cerimônia, uma conversa com o juiz Alexandre Assunção sobre direitos e deveres no casamento

A oficialização de 40 casamentos de pessoas de baixa renda, realizada na comunidade do Coque por iniciativa do projeto A Justiça nas Ruas, recebeu menção elogiosa da Assembléia Legislativa do Estado. No voto de aplauso, aprovado pelo plenário a partir de proposição do deputado Eudo Magalhães, os integrantes do Legislativo parabenizaram o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Esse não é o primeiro trabalho social realizado pelo Judiciário estadual no Coque. Várias iniciativas visando beneficiar aquela comunidade vêm sendo desenvolvidas desde as primeiras visitas de membros do TJPE ao local, com o início da construção do novo Fórum do Recife na Ilha de Joana Bezerra. Entre essas iniciativas destaca-se a prioridade de contratação de operários da comunidade para as obras do Fórum, recomendada pelo próprio presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, à construtora contratada.

A partir do projeto Boa Vizinhança, o TJPE implementou uma série de atividades com os moradores do Coque, através de suas lideranças comunitárias. Uma das últimas ações do TJPE foi um gesto de solidariedade. Em março passado, quando os moradores da Vila do Papel foram vítimas de um incêndio provocado em seus barracos, o Boa Vizinhança realizou entre os servidores do Judiciário uma campanha de arrecadação, destinando os donativos para os desabrigados. A iniciativa também contou com a parceria da Sociedade Beneficente Mista Areiense e da Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco.

Casamento atraiu 40 casais do Coque

Segundo a diretora do Centro de Apoio Psicossocial do TJ, Helena Fernandes, o Judiciário estadual desfruta, hoje, de uma relação de confiança entre os moradores do Coque em função dos trabalhos realizados. "Foi estabelecida uma boa parceria. Nós temos sido procurados como mediadores em relação a muitos assuntos do interesse da comunidade, como pedidos de agilização de processos, orientação para obtenção de documentos pessoais, certidões diversas, a exemplo de antecedentes criminais", disse ela.

Outra prova da relação de confiança existente entre o Tribunal e a comunidade ocorreu, há duas semanas, quando a chefe do Núcleo de Serviço Social do CAP, Joelma Lapenda, participou, a convite, de uma reunião realizada no Coque - com a presença também de líderes do Cabanga - para estudar as possibilidades de realização de uma Gincana pela Paz. "O objetivo é mobilizar os moradores das duas áreas e sensibilizar entidades governamentais e não-governamentais que atuam nesses bairros", esclareceu a diretora do CAP.

Encontro do Legislativo e Judiciário trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias

O prazo para apresentação de emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias encerrou-se ontem. O assunto esteve na pauta do encontro, esta semana, entre o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e o deputado Paulo Rubem Santiago, relator do capítulo que trata da divisão dos recursos do Estado entre Executivo, Legislativo e Judiciário. O parlamentar falou de sua preocupação quanto ao equilíbrio na participação dos Poderes na receita do Tesouro e destacou duas emendas de sua autoria como fundamentais para o projeto: uma mantém o dia 20 para repasse do duodécimo, e a outra garante a permanência dos percentuais destinados aos Poderes, como assegura a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente este ano. Já o presidente Etério Galvão ressaltou que a fixação do repasse para os Poderes Legislativo e Judiciário em valores absolutos, como propõe o Executivo, é contrária à independência dos Poderes.

DRH atende aposentado até junho

O recadastramento dos servidores aposentados do Judiciário vai até o dia 23 de junho. O atendimento, agora, está sendo feito na sala de treinamento da Diretoria de Recursos Humanos, localizada no quarto andar do Fórum Paula Batista. A diretora adjunta Marluce Correia chama a atenção dos inativos para a importância da atualização dos dados pessoais. Os inativos do interior devem comparecer ao Fórum mais próximo ao município de residência. Será suspenso o salário de quem não participar do recadastramento.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gaspar

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Manso

Fotografia: Alves Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Boa Vista - Recife/PE

Fone(081) 419.3201 Fax 424.1163

e-mail: ...@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 94 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 21 de maio de 1999

Segundo o assessor da Presidência, Fábio Eugênio, o projeto tem o objetivo de se adequar a decisões e orientações recentes do Judiciário Estadual e Federal

Tribunal envia projeto à Assembléia Legislativa

O projeto de lei ordinária que altera a Lei de Custas, enviado pelo Poder Judiciário ao Legislativo, já foi distribuído para as Comissões de Constituição, Legislação e Justiça, de Finanças e de Administração Pública que devem dar seus pareceres, segundo informou o Departamento Legislativo da Assembléia.

De acordo com a Assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, responsável pela elaboração do projeto de Lei, o objetivo do novo projeto é corrigir algumas imprecisões técnicas das Leis 10.852, de 29 de dezembro de 1992 e de 11.404, de 19 de dezembro de 1996 e adequar a Lei de Custas a decisões recentes do Judiciário estadual e federal.

A lei atual estabelece uma taxa judiciária de 1%, sem limite quanto aos valores absolutos que esse índice representa. A orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) é de que deve ser estabelecido um valor máximo de 50 mil ufirs, uma vez que considera a falta de limite para a taxa judiciária inconstitucional. O projeto de lei enviado ao Legislativo já garante essa modificação que visa cumprir a orientação do STF, segundo informou o assessor da Presidência do TJPE, juiz Fábio Eugênio.

O projeto assegura também que 20% da receita própria do Judiciário estadual serão destinados ao Fundo de Desenvolvimento da Justiça e Segurança da Secretaria de Justiça e Cidadania. "Esse valor deverá ser aplicado especificamente no sistema penitenciário", ressaltou Fábio Eugênio.

A criação de uma indenização para Oficiais de Justiça é outra novidade do projeto. A indenização, que pode variar entre uma e dez ufirs, é referente a transporte e será paga aos Oficiais quando o mandado for cumprido positivamente, segundo informou o assessor da Presidência.

Ele disse ainda que toda parte não-beneficiária da Assistência Judiciária vai pagar 40 ufirs quando o processo implicar em diligência por Oficial de Justiça. De acordo com Fábio Eugênio, o valor estipulado deverá cobrir também as diligências gratuitas.

Caso seja aprovado, o projeto vai garantir ainda que os cartórios de registros, títulos e documentos façam a diligência por, no máximo, 40 ufirs. Com isso, o TJPE pretende desafogar os trabalhos da Central de Mandados e agilizar a tramitação do processo, segundo explicou o assessor da Presidência.

Comissão vai definir critérios para concurso no extrajudicial

A primeira reunião da comissão de Concurso de Ingresso e Remoção nas atividades notariais e de registro no estado de Pernambuco será realizada hoje, às 10 horas, no Convivium, no Palácio da Justiça. A convocação é do presidente da Comissão, juiz Luís Mário. Segundo o magistrado, o cronograma do concurso, a publicação de edital, o programa das provas estão na pauta do encontro. A previsão é de que a seleção seja concluída ainda este ano.

A expectativa da comissão é de que todo o processo de seleção esteja concluído ainda este ano

A Comissão, formada por três juízes, um notário, um registrador, um membro da Ordem dos Advogados do Brasil e um membro do Ministério Público, deve discutir ainda as propostas de algumas instituições que poderão ficar responsáveis pela organização do concurso e pela elaboração de provas. Entre as possíveis instituições, estão a Cespe-UnB, a Fundação Carlos Chagas e a Escola de Administração Fazendária (Esaf), do Ministério da Fazenda. Durante a reunião, os integrantes da Comissão vão assinar também um termo de compromisso.

Judiciário e UPE inauguram laboratório

O Tribunal de Justiça de Pernambuco inaugura no próximo dia 4 o Laboratório de Genética da Universidade de Pernambuco (Upe). O novo laboratório é resultado de um convênio entre as duas instituições.

Segundo a professora e bióloga da Upe, Elizabete Malaquias, a análise das amostras coletadas para os exames de DNA já vai começar na semana que vem. A professora afirmou que, a partir daí, as pessoas envolvidas no processo de investigação de paternidade terão acesso ao laudo em um prazo de 30 dias.

"O trabalho de análise está sendo iniciado agora porque faltavam alguns equipamentos básicos para o funcionamento normal do laboratório, que só chegaram esta semana porque estávamos dependendo da licitação", explicou Elizabete Malaquias. Cerca de 42 processos foram enviados pelo Tribunal de Justiça para que fossem coletadas as amostras nos pais e no filho. "Deveríamos ter realizado 126 coletas, mas muitos réus faltaram. Em alguns casos, famílias inteiras não compareceram. Realizamos, então, 69 coletas, o que corresponde a mais de 50% do total enviado pelo Judiciário", concluiu a bióloga.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Hélio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Alexis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Amaro - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3203 Fax 424.1163
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 95 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 22 de maio de 1999

Sipia já funciona em quase todo o Nordeste

Pernambuco, Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte são os estados nordestinos cujos procedimentos relacionados a processos de adoção ou de menores autores de atos infracionários já estão sendo administrados pelo Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia). Na próxima semana, o Judiciário alagoano também já terá instalado o software em seus computadores, restando apenas Paraíba e Bahia. "Acredito que até junho a gente completa a região Nordeste", informou o juiz Humberto Vasconcelos, da 1ª Vara da Infância e Juventude da Capital.

Para implantação do Sipia nos outros estados, Vasconcelos tem se alternado nas viagens com Luiz Carlos Figueiredo, juiz da 2ª Vara da Infância. Entre os dias 13 e 16 deste mês, Vasconcelos percorreu as capitais do Piauí e do Maranhão, onde o Sipia foi implantado por último. Com ele viajaram o diretor de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Edmundo Godoy de Mendonça, e os técnicos responsáveis pela instalação e treinamento de pessoal.

Segundo Vasconcelos, o Sipia está sendo bem recebido nos estados nordestinos. O sistema é apresentado em palestra, durante a qual servidores e magistrados são sensibilizados sobre sua importância. Após a palestra, é feita uma demonstração prática com números fictícios. Um treinamento é realizado durante dois dias, por técnicos da Fisepe, o órgão de informática do governo de Pernambuco, contratado através de processo licitatório pela Diretoria de Informática do TJPE. "Esse projeto é financiado pelo Ministério da Justiça, mas toda sua operacionalização, desde a compra e distribuição dos micros para todos os estados do Brasil, foi confiada à Informática do TJPE, devido ao pioneirismo do Judiciário pernambucano em vários assuntos relacionados à Justiça", esclareceu Edmundo Mendonça.

Após a total instalação do sistema no território nacional, quando funcionará integrado, caberá ao Ministério da Justiça a administração do fluxo de informações disponibilizadas pelas Corregedorias de Justiça de cada estado.

O juiz Humberto Vasconcelos garante que o software desenvolvido pelo Fisepe é um programa com muita informação, porém de fácil manuseio. Segundo ele, isso tem facilitado a assimilação por parte dos operadores em cada estado. "Apesar disso, estamos sempre à disposição dos tribunais pelos quais passamos, para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir", avisou Vasconcelos.

O juiz Humberto Vasconcelos tem divulgado o Sipia em todo o País

Agenda

O advogado americano Frederick Woodbridge vai estar no Recife, segunda 24, para discutir com magistrados pernambucanos as vantagens e desvantagens da utilização do instituto arbitral no sistema nacional.

A palestra, seguida de mesa-redonda, começa às 9h, no auditório da Corregedoria Geral da Justiça. A iniciativa faz parte do intercâmbio cultural entre a Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça e a embaixada americana.

Congresso discute o Sipia

O trabalho que o Judiciário pernambucano realiza na área da Infância e Juventude tem o reconhecimento das autoridades internacionais

Desenvolvido pela Diretoria de Informática do TJPE, o Sipia foi apresentado, ontem, aos participantes do Congresso Mundial de Direito, no Centro de Convenções. O expositor, o juiz Luiz Carlos Figueirêdo, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude, falou do sistema on-line que, em dois módulos, vai agregar informações sobre políticas e programas de adoção e ainda dispor de dados sobre adolescentes infratores, medidas adotadas e as causas que determinam sua recuperação ou reincidência nos atos infracionais.

As corregedorias gerais de Justiça de todo o País terão acesso aos dados pela Internet do Ministério da Justiça. As informações pessoais, contudo, serão de uso privativo de cada Comarca brasileira. O programa é uma ampliação do módulo I, implantado inicialmente no Rio Grande do Sul, para a coleta de dados e conhecimento do perfil das crianças vítimas da violência. Atualmente, o programa está funcionando também no Recife e em outras capitais.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aldo Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1163

e-mail: sabr@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 96 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 25 de maio de 1999

Judiciário e Ministério Público instruem distribuição de residências oficiais

Juízes e promotores terão direitos iguais às residências oficiais no interior. Em cada Comarca, onde houver um número par de casas, cada metade caberá respectivamente ao Judiciário e Ministério Público. É o que diz uma das cláusulas de recente acordo assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Etério Galvão, e o procurador geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MP), Romero Andrade.

O documento prevê ainda que nas Comarcas onde o número de imóveis for ímpar, haverá um levantamento da situação dos imóveis. O trabalho de identificação será realizado com participação de representantes dos dois órgãos. Os atuais ocupantes permanecerão provisoriamente nas residências até que se estabeleça a divisão definitiva.

Os imóveis de que trata o protocolo firmado pelo TJPE e MP foram construídos ou adquiridos pelo governo do Estado, na década de 70, em diversas Comarcas, para acomodar juízes e promotores. A iniciativa do Executivo estadual, na época, se dava com base na legislação em vigor. Era o Executivo que respondia por toda a infra-estrutura de funcionamento daqueles órgãos.

Ao instruir a distribuição daquelas residências, o Protocolo de Intenção e Diretrizes resolve as dúvidas que em alguns momentos até motivaram ações judiciais.

A partir da autonomia administrativa obtida pelo Judiciário e Ministério Público com a legislação atual, cada um passou a administrar também os imóveis que abrigavam seus serviços. Cada Fórum, por exemplo, alugado ou próprio, ficou sob total responsabilidade do Judiciário. No caso dos imóveis residenciais, no entanto, que se destinavam a promotores ou juízes indiscriminadamente - ocupados por esses ou aqueles de acordo com a circunstância - permaneciam com suas partilhas indefinidas até a semana passada, quando o protocolo foi assinado pelas instituições.

Justiça e Cidadão

Resultado falso
A emissão de um exame laboratorial com resultado falso implica em indenização ao paciente, uma vez que causa constrangimento e dano moral, segundo decisão tomada pelo Colégio Recursal.

Cobrança
O consumidor inadimplente não pode ser exposto ao ridículo ou a ameaças. A provocação desse tipo de constrangimento pode até acarretar reparação ao cliente que sofreu a ameaça.

Imagem
A veiculação da imagem de uma pessoa pela imprensa sem sua autorização é considerada violação de privacidade. O cidadão que sofrer esse dano moral pode recorrer à Justiça e ser indenizado.

Calúnia
Um empregado, acusado pela empresa em que trabalhava, de ter sido flagrado realizando furto sem que a empregadora tivesse comprovado o furto, recebeu indenização por dano a sua honra.

Pernambuco colabora para reforma do Judiciário

O fim dos privilégios da Fazenda Pública e do nepotismo no Judiciário, além da defesa da eleição direta para presidente e vice dos Tribunais de Justiça foram algumas propostas de Pernambuco para emenda à Constituição referente à reforma do Judiciário. A informação é do assessor da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, juiz Ruy Patu, representante de Pernambuco na Comissão de Reforma do Judiciário da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

A proposta da AMB, que contou com a participação de juízes de vários estados do Brasil, foi entregue ao relator que trata da questão na Câmara Federal para que ele dê parecer e apresente seu relatório até o final de julho, levando a plenário para discussão. Segundo Ruy Patu, a expectativa é de que as sugestões apresentadas pela magistratura sejam bem recebidas pelo Congresso Nacional.

"A Comissão que elaborou a emenda substitutiva à proposta de emenda à Constituição de 92 procurou estar sintonizada com as expectativas da sociedade e buscou alternativas para que a Justiça possa funcionar de forma mais ágil, prestando um bom serviço à população", explicou o assessor da Presidência do TJPE. Como exemplo, Patu citou um dos incisos do artigo 5º, também sugestão dos magistrados pernambucanos, que busca inibir os recursos como forma de retardar o andamento dos processos.

Segundo Ruy Patu, para chegar ao resultado final, a comissão formada por juízes se reuniu cinco vezes para discutir e aprovar as propostas que foram encaminhadas ao Conselho de Representantes da AMB e depois a uma comissão mista, formada por integrantes da Associação dos Magistrados e da Ordem dos Advogados do Brasil. As emendas à Constituição referentes apenas à magistratura foram apresentadas pela AMB.

Ruy Patu ressaltou a participação de Pernambuco na elaboração da emenda

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Nunes

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1383
e-mail: asimp@pc.pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 97 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 26 de maio de 1999

Ambulatório realiza campanha de vacinação

A Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco comemora, na próxima semana, a passagem do Dia Nacional da Imunização, com uma campanha gratuita de vacinação contra tétano e difteria (DT). Os beneficiários são os servidores do Judiciário, inclusive funcionários prestadores de serviços. Dois postos vão funcionar, das 8 às 18h, nos andares térreos do Palácio da Justiça e Fórum Thomaz de Aquino.

No mesmo dia, a vacina contra gripe será ministrada exclusivamente para os 21 funcionários que trabalham no arquivo do TJPE. "Quem trabalha no arquivo, onde são guardados processos antigos, está sujeito à poeira e ácaros. Por isso, mais exposto aos riscos de doenças respiratórias", justificou o médico Fernandes Arteiro, coordenador de saúde do TJPE.

Fernandes Arteiro disse que a vacinação será realizada em servidores e prestadores de serviço

A campanha não implicará em despesas para o TJPE. O pessoal responsável pela aplicação das vacinas será do próprio Ambulatório Médico-Odontológico do Tribunal de Justiça, além de dois funcionários cedidos pela Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife. O material para vacinação foi adquirido através do Programa Nacional de Imunização.

A iniciativa, que a princípio beneficiará os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco e funcionários da prestadora de serviço, posteriormente será estendida a outros órgãos. "Em junho, iniciaremos a aplicação da vacina DT nos Juizados Especiais da Capital", afirmou Fernandes Arteiro.

Quem desejar tomar outros tipos de vacinas - como do tipo hepatite B, BCG, coqueluche, sarampo, poliomielite, ou até mesmo gripe, entre outras - poderá obtê-las a preços reduzidos. A Coordenadoria de Saúde firmou parceria com duas clínicas de vacinação, Vacine e Imunicenter. Segundo a coordenadora adjunta, Simone Belo, através delas, os servidores e dependentes podem se vacinar a preço abaixo dos praticados no mercado. "Para isso, as pessoas devem se dirigir a uma das clínicas e apresentar a carteira do ambulatório do TJPE", informou Simone Belo.

Justiça nas Ruas recebe aplausos

A Assembléia Legislativa do Estado voltou a reconhecer o trabalho do Judiciário junto à população. Desta vez, o voto de aplausos foi para o projeto A Justiça nas Ruas. O requerimento foi do primeiro secretário da AL, deputado Guilherme Uchôa, do PMDB. Segundo ele, a iniciativa, que tem como objetivo aproximar o Judiciário e a sociedade, é um passo importante para tornar a Justiça mais acessível à população.

O deputado ressaltou ainda a parceria do Tribunal de Justiça com outras instituições, o que dá uma competência ainda mais ampla ao Justiça nas Ruas. Ele mencionou as várias ações que o programa vem desenvolvendo, como a sua instalação em comunidades do Recife e o plantão judiciário realizado em Nova Jerusalém, no espetáculo da Paixão de Cristo.

Casamento

A iniciativa da Justiça de realizar 40 casamentos na Comunidade do Coque, também resultado do projeto A Justiça nas Ruas, já tinha merecido uma menção da Assembléia Legislativa, por proposição do deputado Eudo Magalhães, do PFL.

Posse no STF

Os ministros Carlos Mário da Silva Veloso e Marco Aurélio Mendes de Farias Mello são, respectivamente, os próximos presidente e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Os cargos serão transmitidos aos novos dirigentes pelo ministro Celso Mello, atual presidente, amanhã, às 16h, no Plenário da Corte, na sede do STF, em Brasília. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, confirmou sua presença na solenidade. O chefe do Judiciário estadual viaja hoje.

Amepe promove debate sobre juros

Os juízes pernambucanos vão debater, amanhã, questões relacionadas à aplicação de juros. Aspectos como limitação constitucional e repercussão econômica serão expostos por Alexandre Rands, doutor em Economia pela Universidade de Oxford, e Pedro Lapa, diretor do Banco Central em Pernambuco, a mediadora convidada é a professora da Universidade Federal de Pernambuco e ex-secretária da Fazenda do Estado, Tânia Barcelar. O debate, que será realizado no Salão do Júri do Fórum Thomás de Aquino, é uma iniciativa realizada em conjunto pela Escola Superior da Magistratura e Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe).

O interesse pelo tema é resultado do grande número de ações sobre o assunto existente em Varas da Comarca da Capital, segundo explicou o vice-presidente da Amepe, Mozart Valadares. Entre outros debates já promovidos pela Amepe, foi realizado um com a sexóloga Marta Suplicy, em comemoração ao Dia da Mulher e outro com o senador Roberto Freire, sobre a Reforma do Poder Judiciário.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Bélo Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Cavalcanti

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maroja

Fotografia: Ângelo Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE Fone/FAX: 419-3231 Fax 424.1643 e-mail: redacao@tj.pe.gov.br

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tj.pe.gov.br/dof.asp

Ambulatório - Fone: 465-1772

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 98 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 27 de maio de 1999

Conselho da Magistratura passa por mudanças

Roberta Tavares

A descentralização de funções, medida administrativa que o Judiciário vem adotando desde o início do ano passado, tem agilizado a tramitação de processos no Conselho da Magistratura. De acordo com a secretária Ana Brito, já é possível perceber que as ações caminham bem mais rápido.

Se alguns processos demoravam até quatro anos, esse tempo hoje pode ser reduzido em cerca de 70%, avalia a secretária, lembrando que as medidas adotadas permitem ao Conselho dedicar maior tempo à função disciplinadora, o que resulta no julgamento mais rápido dos processos em tramitação.

Dentre as modificações, os processos de remoção, promoção, nomeação e aposentadoria de servidores são agora da competência exclusiva do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, permanecendo apenas aqueles que já estavam em andamento.

O Conselho da Magistratura já não mais exerce função administrativa, mas disciplinar, sobretudo no que diz respeito à orientação de conduta dos magistrados e servidores, dentro da meta de moralização do Judiciário, imposta pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Pelo Conselho, passam reclamações e representações contra a magistratura, devidamente transformadas em processos e apuradas. De acordo com a secretária, as reclamações podem ser feitas por qualquer pessoa, mas os processos também são resultado da fiscalização que o Judiciário mantém sobre seus integrantes.

Agora, por exemplo, é obrigatória a realização de um relatório trimestral sobre o comparecimento dos juízes ao trabalho. Qualquer ausência deve ser comunicada, informa Ana Brito, inclusive comprovada, se o motivo for doença ou mesmo participação em congressos e seminários.

A Corte Especial tem competência para avaliar processos e recursos originários de decisões do Conselho

O objetivo das medidas moralizadoras não tem a punição como objetivo principal. Segundo Ana Brito, a fiscalização e a orientação fazem parte das novas atribuições do Conselho da Magistratura, sem que isso signifique abrir mão da necessidade de punir, quando for o caso.

Um juiz, por exemplo, em gozo de licença médica por mais de dois anos ininterruptos tem aberto um processo de verificação de invalidez, o que lhe pode conferir uma aposentadoria ou mesmo um afastamento do cargo se ficar comprovado, assim como em outros casos, que houve infração disciplinar. A Corte avalia esses casos, assim como os recursos originários das decisões do Conselho.

De janeiro a maio, o Conselho da Magistratura recebeu 54 novos processos, todos distribuídos de acordo com as novas atribuições do órgão julgador. Desse total, apenas 11 referem-se a reclamações contra juízes, o que permite avaliar, segundo Ana Brito, os bons resultados das medidas de moralização. "Ressaltamos, ainda, que este número é percentualmente muito pequeno com relação ao total de magistrados do Estado, em torno de 500 na capital e interior", completou a secretária do Conselho da Magistratura.

Composição

São membros efetivos do Conselho da Magistratura os desembargadores Etério Galvão (presidente), Napoleão Tavares (vice), Mário Melo (corregedor geral), Antônio Camarotti, Fausto Freitas, Rodrigues de Castro e Alves da Rocha

Tramitação

1997 - 70 processos contra magistrados foram julgados; em dois, houve penalidade.
1998 - 68 processos contra magistrados foram julgados; em 16, foram aplicadas penalidades. Quatro, encaminhados à Corte Especial.
1999 - 54 diferentes processos distribuídos, sendo 11 contra juízes.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gueiros

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moreno

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone: (081) 419-3351 **Fax** 424.1362

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 99 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 28 de maio de 1999

Magistrados discutem lei de arbitragem

A Lei 9.307, que regulamenta o Juízo Arbitral, é motivo de estudos pelo Tribunal de Justiça. Em vigor desde setembro de 1996, sem que tenha havido ainda nenhum caso concreto no Estado, começa a despertar o interesse de juízes que procuram aprofundar conhecimentos sobre o assunto. Com esse objetivo, a Diretoria de Recursos Humanos promove uma série de encontros para debates sobre as vantagens e as desvantagens da legislação no cenário nacional.

O advogado norte-americano Frederick Woodbridge, especialista em arbitragem com experiência internacional, marcou presença no primeiro encontro, semana passada, no auditório da Corregedoria Geral da Justiça. Oito juízes reunidos, sob a presidência do desembargador Etério Galvão, discutiram a lei que propõe soluções alternativas para conflitos referentes ao Direito patrimonial. Com a juíza Paula Malta funcionando como relatora, mais dois encontros serão marcados. O último será aberto a todos os interessados.

A Lei 9.307 regulamenta o que já era previsto no Código de Processo Civil, ou seja, a resolução de conflitos sem interferência do Poder Judiciário, em que qualquer pessoa escolhida pelas partes pode funcionar como árbitro. Segundo o juiz Alexandre Assunção, um dos participantes da mesa-redonda, na arbitragem as questões podem ser decididas através do Direito ou dos princípios da eqüidade.

Enquanto nos Estados Unidos ela é estendida, cada vez mais, a outras áreas do Direito - como mercado de capitais, família, franquia, falências, esportes - no Brasil, apenas o estado de Goiás, segundo a juíza Paula Malta, criou normas de arbitragem, havendo participação do Judiciário para homologação dos resultados. Uma das queixas contra a arbitragem é que as decisões são irrecorríveis, havendo apenas a possibilidade de serem anuladas pelo Judiciário.

Os encontros servem, segundo a diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, para amadurecer as opiniões da magistratura sobre as vantagens e desvantagens da jurisdição privada. O advogado Frederick Woodbridge sustenta que a arbitragem desafoga conflitos, mas a sentença é exclusiva para as partes e não pode servir de jurisprudência.

Segundo Maria da Paz, o objetivo é amadurecer o debate na magistratura pernambucana

Corregedores se reúnem no Piauí

O corregedor Mário Melo participa do Encontro que termina hoje

Hoje é o último dia do encontro do colégio de corregedores gerais de Justiça dos estados brasileiros (Encoge), iniciado ontem, em Teresina, Piauí. O corregedor geral de justiça de Pernambuco, desembargador Mário Melo, participa do evento.

Além dos temas relativos à rotina das corregedorias, como gratuitade no registro civil e selo de fiscalização, os desembargadores colocaram em pauta aspectos da Corregedoria nos 27 estados. Entre eles, o relacionamento com a sociedade.

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que a cada encontro têm sido debatidos como instrumentos facilitadores do acesso da população menos favorecida aos serviços do Judiciário, também foram apreciados. Na discussão, uma avaliação dos avanços e retrocessos da lei 9099/95, que trata dos JECs.

Maranhão

O último Encoge foi em São Luís do Maranhão, em março, quando foi discutida a informatização do Judiciário e o corregedor Mário Melo falou sobre o Sistema Integrado de Planejamento para Infância e Adolescência (Sipia).

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Flávio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Cazuza

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anselmo Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Bairro Santo Antônio - Recife-PE

Fone/fax(081) 419-3351 Fax 424.1163

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cose

Corregedoria - fone: 224.0656

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 100 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 29 de maio de 1999

Tribunal de Justiça determina uso de crachás

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai implantar, a partir do próximo semestre, o uso de crachá para magistrados e servidores durante o expediente. Uma foto colorida digitalizada, o nome mais usado pelo portador, o cargo e o número de matrícula, além do brasão do estado de Pernambuco na parte superior, são os dados que vão compor a frente do crachá. No verso, vai constar o nome completo, número da carteira de identidade e CPF, tipo sanguíneo e a assinatura do presidente do Judiciário.

Segundo a diretora de Recursos Humanos Maria da Paz Brasil, o objetivo é identificar o portador e facilitar a comunicação para o usuário. "Quem chega a uma repartição tem necessidade de saber quem é o funcionário, ou seja, como se chama e o que faz", justificou. "A primeira via é gratuita. Mas, em caso de perda, o magistrado ou servidor pagará pela segunda via", afirmou.

Entre servidores e magistrados, o TJPE dispõe de 3.500 pessoas do Interior à Capital, sem contar os funcionários cedidos de prefeituras e outros órgãos. Para facilitar a produção do material fotográfico de todo esse pessoal, a Diretoria de Recursos Humanos vai escolher 15 Comarcas pólo. A escolha leva em consideração a localização centralizada, distância e acesso viário para as Comarcas circunvizinhas. Em dia estabelecido e previamente comunicado aos interessados, eles deverão se dirigir à Comarca indicada para serem fotografados.

As informações cadastrais de cada integrante do Judiciário, que vão constar nos crachás, já estão sendo sistematizadas pela Diretoria de Recursos Humanos. O processo de licitação para contratar a empresa que vai confeccioná-los já se encontra em sua fase final, aguardando o término do prazo para recursos. Com isso, Da Paz prevê que até agosto cada crachá tenha sido distribuído ao respectivo dono.

O uso do crachá vai facilitar a comunicação entre os servidores e a população

Agenda

Vacinação
Em comemoração ao Dia Internacional da Imunização, a Coordenadoria de Saúde e a DRH do Tribunal vão vacinar servidores e prestadores de serviço, ao dia 2, no térreo dos Fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino, das 8 às 18h.

Fale com o Presidente
Mais uma oportunidade para o servidor conversar com o desembargador Etério Galvão. O Fale com o Presidente será dia 2, a partir das 9h, no gabinete da Presidência, quando poderão ser discutidas questões administrativas.

Corpus Christi
O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai funcionar durante o feriado religioso de Corpus Christi, quinta-feira, 3. Conforme determinação da Presidência do TJPE, o expediente vai ser normal em todo o Poder Judiciário estadual.

Agenda Livre
O desembargador Etério Galvão atende o público mais uma vez no programa Agenda Livre. A audiência é sexta, 4, a partir das 14h. Sem necessidade de marcação prévia, o atendimento é feito por ordem de chegada.

Laboratório
O Tribunal de Justiça e a Universidade de Pernambuco (Upe) inauguram no próximo dia 4, às 10 horas, o Laboratório de Genética da Upe. O laboratório é resultado de um convênio entre as duas instituições.

Cachoeirinha
A inauguração das novas instalações do Fórum de Cachoeirinha está marcada para 15 de junho, às 17h. O prédio que vai abrigar a Justiça da cidade está localizado na Rua Diva Valença de Melo, 118, Centro.

Mato Grosso I
Estão abertas as inscrições para o XVI Concurso de provas e Títulos do Ministério Público do Mato Grosso do Sul. As inscrições vão até 23 de junho. Maiores informações pelo telefone *(067)720.2014*.

Mato Grosso II
O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul também vai realizar concurso. São 12 vagas para juízes, e as inscrições podem ser feitas até o dia 14 de junho. Mais informações pelo telefone *(067)726.4160*.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gusmão

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcus

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

...IOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 101 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 1ª de junho de 1999

Presidido pelo desembargador Etério Galvão, o Conselho da Magistratura criou medidas necessárias à orientação dos magistrados para análise dos pedidos de garantia para segurança física e patrimonial de pessoas

Juízes pernambucanos analisam pedidos de garantia policial

Atendendo solicitação do Governo do Estado, o Conselho da Magistratura determinou que os pedidos de garantia de vida sejam analisados pelos juízes pernambucanos. A análise de cada pedido será encaminhada à autoridade policial da localidade em que residem os interessados na preservação de sua segurança pessoal ou patrimonial.

O Poder Executivo entende que a participação do Judiciário é necessária. Conforme justificativa apresentada, os pedidos de garantia policial são, na maioria, de políticos do interior, sendo difícil avaliar a situação a distância. O objetivo, segundo ofício do governador Jarbas Vasconcelos, encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, é receber informações idôneas, de fontes imparciais, para que a administração estadual possa avaliar os conflitos com prudência e isenção.

Os magistrados, contudo, só deverão analisar os pedidos se forem solicitados. A determinação do Conselho da Magistratura já está em vigor desde o início de maio, conforme o Provimento Especial 02/99, que orienta as autoridades judiciárias do Estado quanto a pedidos de segurança policial para preservação da integridade física e patrominal das pessoas. Ao Conselho, cabe referendar a análise feita pelos juízes.

Justiça e Cidadão

Cheque especial
O cancelamento de cheque especial sem aviso prévio ao cliente é considerado conduta abusiva. Segundo a decisão, a devolução de cheque e anotação negativa caracterizam o dano moral causado.

Celular
O bloqueio indevido e excessivo de linha celular quando a fatura havia sido liquidada exige a reparação de danos, uma vez que o bloqueio causou reflexos nas relações do usuário.

Cartão de crédito
O cidadão que tiver seu cartão de crédito recusado em qualquer estabelecimento, embora já tenha efetuado o pagamento do cartão, pode ser indenizado por não ter tido seu crédito acatado.

Seguro saúde
O contrato de seguro de saúde torna-se nulo quando é verificado que, por ocasião da firmação do contrato, o segurado esconde a existência de doença que pode influir na aceitação da proposta.

Corpus Christi não é feriado

O Poder Judiciário estadual vai funcionar normalmente durante o feriado religioso de Corpus Christi, nesta quinta-feira, dia 3. A determinação é do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, que cumpre legislação municipal.

Comissão do concurso do extrajudicial se reúne nesta quarta-feira

Uma convocação extraordinária foi feita pelo presidente da Comissão do Concurso do Extrajudicial, juiz Luís Mário, para esta quarta-feira, no Palácio da Justiça. Durante a reunião dos integrantes da comissão, serão debatidas questões como a elaboração do edital e o programa das provas.

A discussão de propostas que vêm sendo apresentadas por empresas para realização do concurso também consta da pauta da reunião extraordinária. O concurso deve ser concluído ainda este ano, segundo informou o juiz Luís Mário.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424-1183
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 102 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 02 de junho de 1999

Recursos Humanos quer evitar filas no recadastramento de inativos

Marluce Ribeiro (sentada) faz o alerta do prazo de recadastramento

O prazo de recadastramento dos 800 aposentados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) poderá ser antecipado do dia 23 para 18 de junho. A informação é da diretora adjunta, Marluce Ribeiro, da Diretoria de Recursos Humanos (DRH). Segundo ela, apesar de ainda não estar definida a antecipação do encerramento, que depende da definição do recesso forense, o aposentado deve se apressar, 'não deixando para atualizar seus dados pessoais à última hora.

A diretora adjunta lembrou que a DRH recorreu a uma série de medidas para facilitar o serviço de atualização cadastral. "Tudo foi feito para o conforto dos aposentados, a começar do prazo, que teve início em 3 de maio. Para os que moram no Interior, ficou determinado que poderiam se recadastrar na Comarca mais próxima de sua residência. Já na Capital, onde mora metade dos aposentados, foi reservado o horário da manhã, quando praticamente não existe movimento no Fórum Paula Batista, para atender os servidores inativos", disse ela.

O alerta tem um outro motivo: dos atuais 400 aposentados que moram na Capital, apenas aproximadamente 130 procuraram a DRH, até esta data. Isto significa uma média de 8 pessoas recadastradas a cada dia. Considerando que ainda restam 270 inativos que não atualizaram seus dados pessoais, isso significa uma média de mais de 20 pessoas para serem atendidas a cada dia útil, até 18 próximo.

A diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, também se mostrou preocupada com a possibilidade de muitos inativos deixarem para atualizar seus dados pessoais na última hora. Quem não se apresentar até o dia estabelecido, terá a aposentadoria automaticamente cortada, o que por si só já é um grande transtorno.

Para efetuar o recadastramento, o aposentado deve se dirigir ao quarto andar do Fórum Paula Batista - quem mora na Capital - ou ao Fórum mais próximo, para as pessoas do Interior, levando identidade e CPF acompanhados de fotocópias. Também é necessária a apresentação de um comprovante de residência que conste o nome do aposentado, que pode ser uma conta telefônica, de energia elétrica, água ou, ainda, de uma agência bancária. Quem não puder comparecer pessoalmente poderá se utilizar, ainda, de procuração específica, com data atualizada.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônica Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n (Sto Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: ajm@tjpe.gov.br

Etério recebe servidor no Fale com o Presidente

O programa Fale Com o Presidente, criado no início deste ano pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, continua justificando sua existência. Realizado sempre na primeira quarta-feira de cada mês, o programa será realizado hoje, no horário da manhã, para atender os servidores do Judiciário com exclusividade.

Comunidade descobre o Justiça nas Ruas

O programa A Justiça nas Ruas já definiu a próxima comunidade que será atendida pelos serviços de emissão de documentos que vêm sendo prestados pelo Poder Judiciário estadual, em parceria com outras instituições. A previsão é de que o caminhão do Justiça nas Ruas esteja na comunidade de Nova Descoberta antes do final deste mês. Segundo a coordenadora dos Juizados, Gisela Pires, entre os documentos que poderão ser tirados, estão a carteira de identidade e o título de eleitor. Os moradores podem ainda dar entrada na documentação para casamento.

A escolha das comunidades que são beneficiadas pelo programa é feita de acordo com a ordem de chegada dos ofícios à Ouvidoria Judiciária. Segundo o ouvidor, desembargador Og Fernandes, a definição de onde o programa será instalado obedece a duas normas: primeiro, o recebimento de um ofício da comunidade, solicitando a realização do projeto ao ouvidor; segundo, a observação da ordem de chegada dos pedidos.

Depois que é realizado o contato entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e os líderes comunitários da localidade, a organização do Justiça nas Ruas entrega fichas para que seja realizado um levantamento das necessidades da população. "Assim, temos condições de avaliar quais são as expectativas da comunidade", explicou Gisela Pires, que também é uma das coordenadoras do projeto. Ela disse ainda que os líderes de Nova Descoberta já começaram esta semana a fazer o trabalho de sondagem junto aos moradores do bairro.

Casamento

A última comunidade visitada pelo Justiça nas Ruas foi a de Santo Amaro, quando 321 pessoas foram atendidas. Durante a realização do projeto, 17 pessoas deram entrada na documentação para casamento. O Justiça nas Ruas vai realizar a cerimônia civil dos casais no próximo dia 11, quando um juiz de Família fará a solenidade no Fórum Thomáz de Aquino. O Tribunal de Justiça já casou, como parte do projeto Justiça nas Ruas, 40 casais da comunidade do Coque, em abril.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 103 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 03 de junho de 1999

DNA

Maria Cícera foi a primeira pessoa que procurou o Judiciário para realização do teste de DNA, durante o projeto Agenda Livre. A partir daí, o Judiciário instituiu a gratuidade dos exames.

Judiciário garante exames de DNA

Christianne Alcântara

Desde que Maria Cícera Honório da Silva, 25 anos, foi ao projeto Agenda Livre para pedir a realização de um exame de DNA como forma de comprovar a paternidade de seu filho de 6 anos, em junho do ano passado, muita coisa mudou no Judiciário estadual.

O processo, que se arrastava desde 1995 na 5ª Vara da Assistência Judiciária do Recife, tomou impulso com o resultado positivo do exame de DNA, custeado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. Mais sensível ao problema, o Judiciário foi além e instituiu o teste de DNA gratuito para os reconhecidamente pobres na forma da lei.

Agora, os pernambucanos já não precisam esperar tanto tempo pelos resultados dos exames que só eram realizados em Curitiba, Belo Horizonte e no Distrito Federal. A Universidade de Pernambuco (Upe) inaugura amanhã, às 10 horas, no Hospital Oswaldo Cruz, o Laboratório de Pesquisa em Genética Humana, que deverá realizar a investigação de paternidade por meio da análise do DNA.

O Laboratório de Genética é resultado de um convênio de cooperação técnica, financeira e operacional entre o TJPE e a Upe, segundo informou o secretário judiciário do TJPE, Edson Galvão. Como parte do acordo, o Tribunal de Justiça investiu R$ 112 mil. Por outro lado, a Upe vem realizando exames para casos de reconhecimento de paternidade que tramitam no Judiciário.

No convênio, que tem um prazo de dois anos, a Universidade ficou responsável pela destinação de pessoal técnico especializado e pela reserva de espaço físico para implantação do laboratório. Já o investimento financeiro realizado pelo TJPE se destinou à aquisição de equipamentos e à estrutura de apoio.

De acordo com dados da Secretaria Judiciária do TJPE, até o final de agosto, já estão agendadas as coletas referentes a 154 processos. A secretária adjunta, Ana Carolina Avellar, afirmou que cerca de 33 Comarcas serão atendidas também até o final de agosto. Entre elas, estão as do Interior, Amaraji, Escada, Condado, além da Comarca de Jaboatão e da Capital.

"O Judiciário está fazendo sua parte, encaminhando as famílias para a coleta, semanalmente, mas muitos dos envolvidos não comparecem", lamentou a secretária adjunta. O levantamento da Secretaria aponta ainda que, até maio, apenas 50% das pessoas envolvidas compareceram.

Segundo a professora e bióloga da Upe, Elizabete Malaquias, responsável pelo laboratório, a partir de agora, a análise das amostras já poderá ser feita e a previsão é de que os resultados sejam divulgados em 30 dias, a contar da coleta do material.

Exame gratuito

O Código de Processo Civil confere gratuidade a todos os atos processuais para os reconhecidamente pobres. O teste de DNA, como é uma prova pericial, deve ser acessível, conforme entendimento do Tribunal de Justiça.

"A lei nº 1060, de fevereiro de 1950, estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, o que implica nesse tipo de atendimento por parte do Judiciário", explicou o presidente do Tribunal, desembargador Elério Galvão.

Ele ressaltou ainda a importância do convênio, uma vez que a Universidade obteve condições de montar seu laboratório e, ao mesmo tempo, o TJPE terá os testes de investigação de paternidade realizados por preços abaixo dos praticados no mercado.

As expectativas do Judiciário são de que, com a realização gratuita dos testes, os processos pendentes nas Varas de Assistência Judiciária, privativas de Família e Registro Civil sejam agilizados e possam corresponder à urgência que esses casos exigem, já que envolvem famílias e, na sua maioria, crianças.

A orientação do Tribunal de Justiça aos juízes é de que só sejam encaminhados à Secretaria Judiciária processos em que haja realmente a necessidade do teste de DNA para solução do conflito. Deve-se observar também se a pessoa envolvida no caso é reconhecidamente pobre na forma da lei, segundo o presidente do TJPE.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3253 Fax 424.3163

e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 104 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 04 de junho de 1999

Vacinação de servidores supera expectativa

A primeira campanha de vacinação realizada entre os funcionários do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na quarta-feira 2, foi um sucesso, superando a expectativa da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e Coordenadoria de Saúde, responsáveis pela iniciativa. "Tivemos fila durante todo o dia", comemora a psicóloga Lúcia Carneiro Leão, da DRH, que integrou a equipe responsável pela aplicação das vacinas.

A execução dos trabalhos foi de auxiliares de enfermagem do Ambulatório do TJPE e da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Esta última, que também forneceu o material utilizado, como as vacinas e seringas, ainda não informou o número exato de aplicações realizadas. Mesmo assim, a equipe da DRH, que acompanhou os trabalhos durante todo o dia, acredita que a campanha atingiu cerca de 900 funcionários. O número esperado era de aproximadamente 500 pessoas.

A vacina aplicada nos servidores do TJPE foi a DT - que previne a Difteria e o Tétano e deverá ser repetida em agosto. No entanto, segundo Lúcia Carneiro Leão, houve procura por outros tipos. "A vacina contra gripe foi a mais procurada", disse ela.

A vacinação foi realizada no dia 2 de junho por ser a data em que se comemora o Dia Internacional da Imunização. Das 8 às 16:30h, dois locais estiveram à disposição dos interessados: um próximo à recepção principal do Palácio da Justiça, outro no Fórum Thomáz de Aquino, facilitando o acesso dos servidores.

O Fórum funcionou como posto de vacinação durante o expediente

Fale com o Presidente mantém diálogo entre servidor e Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebeu, este mês, 14 servidores durante o projeto Fale com o Presidente. O objetivo do programa, realizado toda primeira quarta-feira do mês, é criar um canal de comunicação entre os funcionários da Justiça e o presidente do TJPE para que o Judiciário tenha condições de avaliar quais são as principais necessidades dos funcionários. Com a iniciativa, os servidores têm procurado a Presidência para discutir vários assuntos administrativos.

O programa funciona desde fevereiro

Entre eles, estão questões relacionadas a processos, transferência de lotação e gratificações.

Segundo um levantamento da Chefia de Gabinete, o projeto, iniciado em fevereiro deste ano, já atendeu 55 servidores. De acordo com a chefe de Gabinete, Paola Freitas, todos os pedidos foram encaminhados pelo presidente para resolução.

Executivo elogia decisão do Conselho

O Provimento Especial 02/99, que orienta as autoridades judiciárias pernambucanas a analisar os pedidos de garantia policial para preservação da integridade física e patrimonial de pessoas que se julgam ameaçadas, repercutiu da melhor forma no Governo do Estado.

Em reconhecimento à importância da decisão do Conselho da Magistratura, o governador Jarbas Vasconcelos enviou ofício ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão. No documento, o chefe do Executivo estadual diz que a decisão "confirma a correta percepção das respectivas competências dos Poderes Judiciário e Executivo e a disposição de fortalecer a harmonia e colaboração dos Poderes do Estado, a serviço da comunidade dos pernambucanos".

O agradecimento foi extensivo aos desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura

Ao sugerir a participação dos juízes na análise dos pedidos de garantia de vida, o Executivo afirmou que dessa forma o Judiciário "oferece relevante colaboração ao Governo do Estado na importante missão de defesa da cidadania dos pernambucanos".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Queiroz

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia: Ariel Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/DDD 419-3251 Fax 424.1383

e-mail: asicom@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 105 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 05 de junho de 1999

Fórum discute atuação dos Juizados Especiais

Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de todo o Brasil se reuniram em Salvador. O objetivo do encontro foi debater propostas e uniformizar procedimentos.

A necessidade do funcionamento dos Juizados Especiais com juízes titulares e serventias próprias, a importância de convênios com as prefeituras e universidades para instalação de postos avançados de Juizados Especiais e a criação de um Fundo de Aparelhamento que proporcione aos órgãos recursos financeiros para projetos, programas e encontros foram algumas das propostas do V Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco foi representado pelo desembargador Jones Figueiredo, que faz parte da Comissão de Assuntos Legislativos do Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados. Ele destacou que a Comissão apresentou pareceres sobre as propostas referentes a projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados. Os pareceres já foram encaminhados aos deputados autores dos mais de 20 projetos sobre Juizados Especiais.

Uma proposta do desembargador Jones Figueiredo já foi também encaminhada pela Associação dos Magistrados do Brasil ao Congresso Nacional. A sugestão é de que o artigo 8º da Lei 9.099/95 seja alterado e o usuário possa prestar queixas contra órgãos públicos.

Durante o encontro, também foi proposta a redução do número de turmas recursais para uma maior concentração da jurisprudência e a alternância periódica de seus membros. Os coordenadores registraram ainda a necessidade de uma maior divulgação dos Juizados, por meio das assessorias de imprensa dos Tribunais de Justiça. A idéia é divulgar dados estatísticos, atos e decisões referentes aos órgãos.

Desembargadores são designados para a Câmara de Férias

José Antônio Macêdo Malta, Fausto Valença de Freitas e Manuel Alves da Rocha são os desembargadores que integram a Câmara de Férias do mês de julho.

Designados pela Presidência do Tribunal de Justiça, serão os responsáveis pelo andamento das ações de maior urgência, em tramitação na 2ª Instância, durante as férias forenses. Criada em 1993 e integrada sempre por três desembargadores em sistema de rodízio nos meses de janeiro e julho, a Câmara de Férias dará continuidade aos serviços judiciais cíveis e penais. O objetivo do funcionamento da Câmara é, nesse período, evitar a demora no andamento de feitos como mandado de segurança, agravo regimental e ação cautelar.

Agenda

Cidadão - *O juiz de Direito Adeildo Nunes, da 1ª Vara de Execuções Penais, recebe, nesta quarta-feira, às 18h30, o Título de Cidadão de Pernambuco. A solenidade de entrega será realizada no plenário da Assembléia Legislativa do Estado. O deputado Geraldo Melo, do PMDB, é o autor da proposição.*

Casamento - *O Tribunal de Justiça de Pernambuco realiza, nesta sexta-feira, às 14 horas, no Fórum Thomáz de Aquino, o casamento civil de moradores do bairro de Santo Amaro. Os 17 casais se habilitaram para a cerimônia durante o projeto A Justiça nos Ruas, realizado no mês passado, na comunidade.*

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edmo Gabião

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia:
André Lima

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n, Santo Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3211 Fax 424-1163
e-mail: oficial@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 65 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 9 de abril 1999

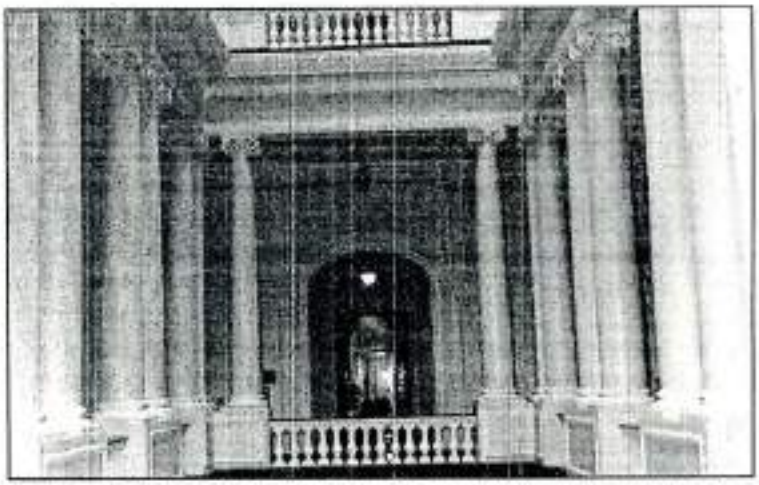
Participantes do Conheça o Judiciário debatem com o presidente do Tribunal

Além de uma palestra mi-nistrada pela coordenadora de Planejamento e Organização, Zélia Mendonça, sobre o funcionamento do Judiciário estadual, os alunos do Colégio Santa Helena conversaram com o desembargador Etério Galvão. O encontro entre os colegiais e o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, esta semana, fez parte da programação do Conheça o Judiciário, projeto que consiste na abertura do Palácio da Justiça à visita de estudantes cursando o 1º grau maior ou do 2º grau.

Demonstrando estar à vontade, os alunos vestiram a toga - traje oficial dos magistrados - e posaram para as câmeras de jornais locais. Com idade média de 12 anos, o grupo também se mostrou desinibido ao dirigir perguntas a Etério Galvão, fazendo do encontro um descontraído debate.

Quebrando as formalidades próprias dos tribunais, e também à vontade em meio ao público infanto-juvenil, o presidente do TJPE falou das dificuldades estruturais enfrentadas pelo Judiciário no Brasil e sobre os princípios de independência exigidos ao exercício da Justiça. Ele citou números da Justiça brasileira, onde há um juiz para cada 23 mil habitantes, quando em alguns países é possível encontrar um juiz para cada 7 mil pessoas.

Diante do questionamento de uma aluna, sobre a desinformação da sociedade em relação às leis vigentes no país, Galvão disse ser uma verdade lamentável, citando exemplos corriqueiros. Ele ressaltou, no entanto, que atualmente o TJPE tem procurado despertar no cidadão pernambucano o interesse em conhecer o Judiciário. "A presença de vocês aqui, neste momento, é uma iniciativa nesse sentido", argumentou. Após o debate, os visitantes foram conhecer todas as dependências do Palácio.



A beleza arquitetônica do Palácio é uma das atrações do programa. As escolas interessadas devem procurar a Assessoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça.

DRH intensifica campanhas de prevenção

A informação é a base do programa de prevenção contra doenças como tabagismo, alcoolismo, câncer e Aids, que a Diretoria de Recursos Humanos realiza entre os servidores do Tribunal de Justiça. Através da Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia - Unesp - e em parceria com o ambulatório médico-odontológico, o serviço tem o objetivo de conscientizar para a importância da medicina preventiva, inclusive, no combate ao estresse e a doenças que assumem características epidêmicas pelos prejuízos que causam à saúde mundial.

> A prevenção contra doenças passa, muitas vezes, pela mudança de estilos de vida

Esta semana, o serviço marcou mais um ponto ao distribuir mil panfletos no Tribunal, Fóruns e Juizados da Capital. A iniciativa, segundo a psicóloga Socorro Soares, da Unesp, registrou os dias Mundial da Saúde e de Combate ao Câncer, 7 e 8. En-caminhados aos vários setores para distribuição interna, os panfletos foram também diretamente entregues durante o horário de entrada e saída dos servidores no local de trabalho.

Tabagismo, Aids, alcoolismo e câncer foram o motivo da campanha. A Unesp e o ambulatório, no entanto, inovaram quando incluíram também os cuidados de prevenção contra a osteoporose, uma doença que se caracteriza pela perda de massa óssea e que, embora ocorra em ambos os sexos, tem nas mulheres o seu alvo predileto.

A consulta periódica ao médico e a adoção de estilo saudável de vida fazem parte das orientações que a Diretoria de Recursos Humanos tem repassado aos servidores. O ambulatório está, inclusive, capacitado ao atendimento clínico e psicoterápico de portadores de alcoolismo, que são encaminhados a unidades de convênio para desintoxicação.

Em caso de suspeita ou dúvida de alguma doença, não custa procurar o médico. O atendimento no ambulatório é gratuito a servidores e depen-dentes e a descoberta de doenças com antecedência só aumenta a chance de cura. Não fumar, reduzir o consumo do álcool, submeter-se a exames preventivos anualmente, alimentar-se de maneira saudável e em períodos regulares e não fazer uso de tranqüilizantes sem orientação médica são medidas que você pode adotar para uma vida melhor.

Judiciário repudia CPI

Os presidentes dos tribunais estaduais de Justiça não deverão mais se pronunciar sobre a CPI do Judiciário. A decisão foi tomada esta semana, durante reunião do Colégio Permanente de Presidentes, em Brasília. Por unanimidade, os integrantes do órgão repudiam a proposta de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito por julgá-la inconstitucional e abusiva. Ainda consideram ser legítima a recusa de qualquer membro do Poder Judiciário a uma eventual convocação da comissão, "sem embargo da competência de cada Tribunal de posicionar-se diferentemente".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maroca

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e ChristianeAlcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimc@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 66 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 10 de abril 1999

Convênio assinala parceria entre Judiciário e Prefeitura

A secretária de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura do Recife, Celecina Pontual, fará segunda-feira, ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, uma apresentação do projeto arquitetônico da Praça da República. O local foi adotado pelo Judiciário que, por acordo com a Prefeitura do Recife, fará a fiscalização da área.

O assunto foi discutido, ontem, no gabinete do prefeito Roberto Magalhães, quando o Tribunal de Justiça e a Prefeitura do Recife assinaram acordo para, através da URB, iniciar as negociações para a urbanização de terrenos na Ilha de Joana Bezerra, nas imediações das obras do novo Fórum.

Pelo acordo de cooperação técnica, administrativa, financeira e de apoio institucional, assinado na presença de todo o secretariado municipal, o Judiciário repassará R$ 880 mil à PCR para, inclusive, a construção de ruas de acesso ao Fórum, com repasse inicial de 30%. Segunda-feira, a URB dará início ao levantamento urbanístico da área que compreende a quadra XIX da Ilha de Joana Bezerra.

Secretários municipais estiveram presentes à assinatura do acordo entre TJPE e PCR

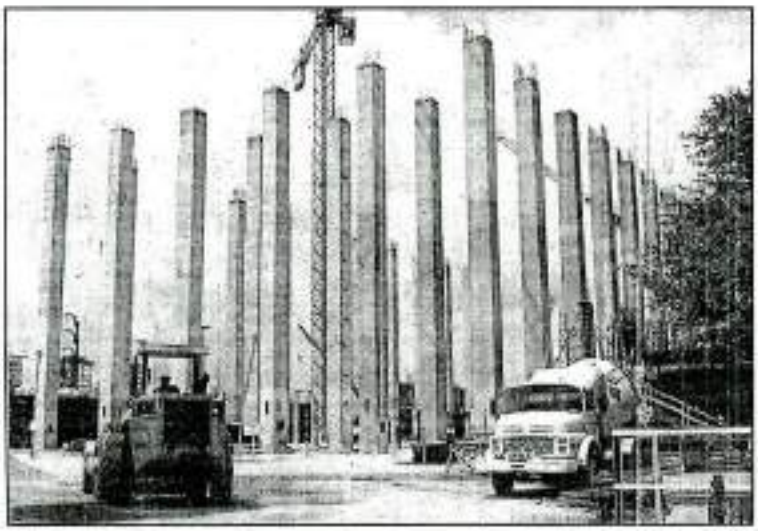
Novo Fórum é necessário para melhoria do serviço da Justiça

A partir de dezembro, o usuário da Justiça já será atendido no novo Fórum. O prédio, em construção no bairro da Ilha de Joana Bezerra, é a primeira obra própria do Judiciário ao longo dos últimos 70 anos. Durante esse período, contou apenas com imóveis reformados e alugados. O novo Fórum, cujo projeto arquitetônico foi escolhido em concurso nacional, não vai apenas melhorar os serviços prestados à população.

Com a transferência de todas as Varas atualmente instaladas no Paula Batista e no Thomaz de Aquino, facilitará o trabalho de servidores e magistrados. O prédio tem ainda espaço para receber a Corregedoria Geral da Justiça, biblioteca, auditório e amplo estacionamento.

Já conhecido como "o Judiciário do ano 2000", o novo Fórum é uma necessidade imperiosa para o bom andamento da Justiça pernambucana. Os prédios do Paula Batista e Thomaz de Aquino, onde atualmente funcionam as Varas da Capital, não mais comportam a demanda de público.

Estilo arquitetônico de influência clássica, que não tem função apenas estética, mas também de redução de custos, o projeto é de autoria do pernambucano Paulo Andrade, que baseou seu trabalho nas construções romanas, pois foi Roma o berço do Direito ocidental. O dia 4 de dezembro é a data marcada para inauguração do Fórum da Capital.



A função das colunas, que não é apenas estética, permite a redução de custos com refrigeração

Agenda

Terça-feira
O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Fernando Correa, e o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, acompanhados pelas suas equipes de engenheiros, vão visitar a obra do novo Fórum do Recife, nesta terça-feira, às 9 horas.

Quarta-feira
"O Papel da Engenharia de Segurança do Trabalho - perspectivas para o terceiro milênio" é o tema da palestra que será realizada nesta quarta-feira, às 20 horas, no CREA, na avenida Agamenon Magalhães. O palestrante será o consultor da Fundação José Silveira, da Bahia, engenheiro Roberto Fonseca de Jesus.

Presidência: 419-3213

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônica Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiano Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiano Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone:(081) 419-3231 Fax 424-3163
e-mail: ascs@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/tjpe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 67 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 13 de abril 1999

Justiça estadual leva distribuição gratuita de registros a detentos

Uma campanha de distribuição gratuita de registros civis, carteira de trabalho e de identidade para a população carcerária do Presídio Barreto Campelo resultou na distribuição de aproximadamente 300 documentos civis. A campanha, realizada quarta-feira - dia em que normalmente ocorrem os encontros conjugais naquela casa de detenção - beneficiou também esposas e filhos dos detentos.

A iniciativa de beneficiar presidiários e familiares com a expedição gratuita de documentos partiu da Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco e da Secretaria de Justiça do Estado (Seju). Além das duas instituições, a medida conta com a parceria do cartório extrajudicial - no caso, o Cartório de Registro Civil de Itamaracá, onde está localizado o Presídio Barreto Campelo.

De acordo com o gerente do Departamento de Promoção e Defesa da Cidadania da Seju, Edvaldo Alves, foram realizados os registros de nascimento de cerca de 202 menores e encaminhada a expedição de segunda via dos registros de outras 52 pessoas, 30 carteiras de identidade e 12 carteiras profissionais. As fotos também são gratuitas. Por falta de tempo, outras 130 pessoas, aproximadamente, ficaram para ser atendidas esta semana.

Segundo o corregedor geral, desembargador Mário Melo, o serviço prestado à população carcerária já vem sendo realizado desde o ano passado, quando foram beneficiados detentos do presídio Aníbal Bruno. A intenção da Corregedoria é estender a iniciativa às comunidades carentes da Região Metropolitana do Recife.

"A distribuição gratuita daqueles documentos básicos e essenciais ao exercício dos direitos do cidadão está prevista em lei. Trata-se, portanto, de uma ação de cidadania que a Corregedoria, em parceria com a Secretaria de Justiça, pretende estender aos bairros periféricos. Para isso, queremos contar com a ajuda de outras instituições estratégicas, como a Legião Assistencial do Recife, através da senhora Jane Magalhães, que já tem penetração nesses bairros", disse Melo.

O corregedor-auxiliar para o extrajudicial, juiz Alexandre Aquino, reforça a posição de Melo lembrando que o registro civil itinerante está previsto na Lei 9.534/97. "O artigo 7 da lei da gratuidade diz que os tribunais estaduais poderão instituir junto aos cartórios serviços itinerantes de expedição de registros, apoiados pelo poder público estadual e municipal, para provimento da gratuidade prevista na Lei", disse Aquino.

A iniciativa da Corregedoria em levar os serviços de expedição de registros civis aos bairros poderá contribuir para o descongestionamento dos corredores do Fórum Thomaz de Aquino, para onde se dirigem diariamente muitos interessados. As pessoas de baixa renda também serão beneficiadas, evitando despesas de deslocamento até o centro do Recife.

Mário Melo diz que documentos básicos são um direito indispensável à cidadania

Justiça e Cidadão

Educação
O aluno de qualquer colégio tem direito a receber documentos referentes à transferência escolar definitiva, mesmo que esteja inadimplente com a escola. A decisão é do Colégio Recursal dos Juizados.

Aviação
Uma companhia aérea teve que pagar indenização a um dos seus clientes. Além de ter sido submetido a um atraso de 24 horas para o embarque, o passageiro teve sua bagagem extraviada pela companhia.

Saúde
Uma doença congênita não isenta o seguro-saúde de cobrir o tratamento. Algumas decisões judiciais têm se baseado no entendimento de que a cláusula que garante a isenção da seguradora é abusiva.

Show
A espectadora de um show do "Só Pra Contrariar" recebeu indenização de uma produtora de eventos. O motivo foi a falta de segurança durante a apresentação, quando uma escada caiu, lesando a espectadora.

Agenda Livre

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebeu 76 pessoas durante o projeto Agenda Livre na última sexta-feira. Entre os pedidos registrados, os mais freqüentes foram os referentes à agilização de processos e pedidos de exames de DNA. Várias pessoas aprovadas nas provas realizadas para seleção de estagiários também recorreram ao presidente do TJPE. O projeto Agenda Livre completou um ano de funcionamento este mês, com mais de mil atendimentos realizados no período.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n, Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asimel@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 68 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 14 de abril 1999

O aconselhamento psicólogico toma menos tenso o momento da separação

Psicologia ajuda casais na hora da separação

Casais em processo de separação amigável têm agora uma nova oportunidade para repensar a decisão de terminar o casamento. A partir do dia 19, marido e mulher que já têm marcada a audiência de conciliação terão, antes, um encontro com psicólogas do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça.

A idéia da juiza Paula Malta, que vai ser posta em prática apenas na 3ª Vara de Família da Capital, tem o objetivo de permitir aos casais confirmar ou modificar a decisão, muitas vezes, precipitada. A iniciativa permite também que, durante a audiência, os dois se encontrem de forma mais consciente e menos tensa.

O comparecimento à entrevista não é obrigatório, mas quando forem informados da data da audiência, os casais serão orientados quanto à importância do aconselhamento prévio. Testemunha da insegurança que muitos apresentam em momentos como esses, a juiza Paula Malta acredita que o serviço pode eliminar dúvidas e diminuir mágoas nos processos de separação consensual.

Os casais serão atendidos na sessão de aconselhamento durante a semana quando, também, pensarão nas bases do acordo, caso estejam mesmo decididos pela separação. Ao final da entrevista, a psicóloga responsável pelo atendimento fará um relatório que será encaminhado à juiza antes das audiências de conciliação da separação consensual, sempre às sextas-feiras, quando serão atendidos dez casais.

TCE visita canteiro de obras do Judiciário 2000

As obras do Fórum seguem o ritmo programado

Uma comitiva do Tribunal de Contas do Estado visitou ontem as obras do novo Fórum do Recife. Acompanhado de sua equipe de engenharia, o presidente do TCE, conselheiro Fernando Correia, foi recebido pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão. Classificado de "O Judiciário do ano 2000", o Fórum da Capital está com as obras adiantadas. Dentro de dois meses, estará concluída sua estrutura de seis andares, com cobertura metálica. Outros serviços estão em andamento, como instalações elétricas e hidráulicas, revestimento e alvenaria.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gueiros

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maron

Fotografia:
Assis Lins e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: asimail@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dopa

Psicossocial - fone: 224.0656 - r. 2156

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 69 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 15 de abril de 1999

TJPE participa do projeto de revitalização da Praça da República

Em torno da praça, estão o Palácio da Justiça, o do Governo e o Teatro de Santa Izabel

Uma pesquisa histórica que inclui dados desde 1637 vai devolver a Praça da República revitalizada e transformada em centro cívico. O projeto foi apresentado esta semana ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, pela equipe de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura, responsável pela obra.

Orçado em R$ 800 mil, o projeto será iniciado tão logo a Prefeitura conclua a definição de parcerias, entre elas a do Tribunal de Justiça, que será responsável pela limpeza, manutenção e fiscalização. As obras serão realizadas em duas etapas, prevendo-se sua conclusão em cinco meses, respeitando-se o traçado atual da Praça, de 1937, do arquiteto e paisagista Burle Max.

O atual traçado da Praça da República é de 1937 e foi projetado pelo arquiteto e paisagista Burle Max

Segundo a diretora de Projetos Urbanos da Urb, Rúbia Campelo, a primeira etapa prevê a recuperação dos jardins, incluindo a do jardim que fica em frente ao Tribunal de Justiça; iluminação; recuperação das 19 estátuas de personagens da história pernambucana e divindades gregas; interligação das calçadas dos jardins e o plantio de vegetação rasteira, arbustos e palmeiras.

A Praça da República, de acordo com a diretora, vai ser devolvida ao povo com "uma marca de final de século" - um pier e um mirante, "resgatando a relação do Recife com o Rio Capibaribe". Isso, no entanto, fica para a etapa posterior, para quando está prevista também a recuperação do jardim onde fica localizado o Teatro de Santa Izabel, projetado no ano de 1860 pelo arquiteto francês Luiz Vauthier.

Vice-presidente do TJPE é eleito para Academia Jurídica

O vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Napoleão Tavares, 64 anos, é um dos futuros integrantes da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas (APLJ). Sua posse está prevista para amanhã, às 10h, no auditório Ministro Walter Costa Porto, na sede da Academia.

Contando 36 anos de magistratura, Tavares é desembargador desde 1992. Considerado um grande conhecedor em questões relacionadas a acidente do trabalho, falência e concordata, traz em seu currículo diversas atividades acadêmicas em cursos de Direito, através de aulas, palestras e conferências - incluindo preparatórios para candidatos de concursos públicos para o exercício das funções de promotor.

Tavares tem ainda colaborações registradas nas revistas Direito Concreto e Arquivo Forense - esta última editada pelo TJPE. Com trabalhos no campo da poesia, foi vencedor do I Salão de Poesia de Pernambuco, com o soneto "O Sonho e a Rosa".

Comunidades procuram A Justiça nas Ruas

A comunidade de Santo Amaro, é a próxima localidade que será atendida pelo projeto A Justiça nas Ruas até o início do próximo mês. A informação é da coordenadora dos Juizados, Gisela Pires, que também trabalha no projeto. Segundo um levantamento da Ouvidoria Judiciária, já existem 11 pedidos de associações de moradores para a realização do programa em suas comunidades.

A Federação das Mulheres da Imbiribeira, a Associação de Moradores de Brasília Teimosa e a Associação Comunitária do Bairro do Fosfato, do município de Abreu e Lima, são algumas das comunidades que já requereram, por meio de ofício, a implantação do programa, que deverá expedir gratuitamente documentos como certidões de nascimento, carteira de trabalho, de identidade, título de eleitor.

De acordo com o ouvidor, desembargador Og Fernandes, para a implantação do projeto em cada comunidade, será observada a ordem de chegada dos ofícios, que devem ser endereçados à Ouvidoria Judiciária, no térreo do Palácio da Justiça, na rua do Imperador. O ofício deverá constar de informações sobre a quantidade de moradores e pessoas que podem vir a ser beneficiadas diretamente. A comunidade deve, ainda, informar se existe um local disponível para implantação do projeto.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Cavalcanti

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1663
e-mail: asscs@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 70 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 16 de abril de 1999

Corregedorias de Justiça do Brasil realizam encontro sobre adoção

Luiz Carlos Figueiredo fará palestra sobre o Sipia durante o V Encontro

A integração familiar e social nos países de acolhimento e a uniformização dos procedimentos para habilitação de pretendentes estrangeiros e instituições colaboradoras são algumas das preocupações do V Encontro Nacional das CEJAs (Comissões Estaduais de Adoção), que acontece em Florianópolis (SC), nos próximos dias 21, 22 e 23. A Convenção de Haia, da qual o Brasil é signatário definitivo desde fevereiro passado, norteará os debates.

O corregedor geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Mário Melo, e o juiz Luiz Carlos de Figueiredo, da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital - respectivamente presidente e secretário executivo da CEJA em Pernambuco - irão representar o Estado. Escolhido para coordenar o Encontro, Mário Melo entende que o evento vai se constituir em um marco histórico para a Justiça da Infância e da Juventude brasileira, face a recente ratificação do texto da Convenção de Haia por parte do governo federal.

O secretário da CEJA pernambucana participa do encontro também na condição de coordenador dos trabalhos que resultaram na elaboração do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia). Trata-se de um programa on-line que centraliza informações sobre os processos de adoção internacional e dados de todos os menores autores de atos infracionários em qualquer parte do território nacional.

Em sua palestra, Figueiredo fará uma exposição sobre o sistema, cuja implantação, iniciada por Pernambuco, deve abranger todo o Nordeste até o final de maio. A elaboração do Sipia foi confiada a Pernambuco pelo Ministério da Justiça.

Presidente do TJPE é membro da Academia de Letras Jurídicas

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, será empossado hoje, às 9h30, como integrante da Academia de Letras Jurídicas, no auditório Ministro Walter Costa Porto, que fica na av. João de Barros, 361.

Etério Galvão toma posse hoje, às 9h30, na Academia, na av. João de Barros

Desembargador desde 1988, Etério Galvão já foi diretor da Escola Superior da Magistratura, membro da Comissão de Sistematização e Legislação da Assembléia Legislativa, membro da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno do Tribunal de Justiça e corregedor geral da Justiça de Pernambuco.

O presidente do TJPE também já atuou na área da Educação, como professor de português, matemática e latim e como diretor de escola municipal.

Já no cargo de desembargador, Etério Galvão participou de várias bancas examinadoras de concurso para juiz de Direito, inclusive na condição de presidente.

Simpósios, encontros e congressos, nacionais e internacionais, tiveram a participação do presidente do Tribunal de Justiça, como painelista, palestrante e conferencista.

Como membro atuante do Poder Judiciário, Etério Galvão chegou, inclusive, a prestar consultoria ao Judiciário da Guiné Bissau, a convite do seu ministro da Justiça, em 1995.

Visita

Em viagem para estreitamento de relações comerciais, o embaixador da Bélgica no Brasil, Frans Michils, esteve ontem no Palácio da Justiça, durante visita protocolar. Acompanhado do cônsul honorário no Recife, Jozef Michael Bamps, o diplomata foi recebido pelo desembargador-presidente Etério Galvão. A conversa girou em torno das possibilidades do incremento da importação/exportação entre os dois países. No final da visita, o presidente e o diplomata trocaram livros. O embaixador recebeu ainda um quadro de autoria de Ariano Suassuna.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônica Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Martins

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e ChristianeAlcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.1383

e-mail: ssi.tj@pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 71 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 17 de abril de 1999

Justiça inaugura novo sistema em Olinda

A cidade de Olinda, reconhecida nacionalmente como berço dos estudos jurídicos, vai ficar na história também como marco da modernização tecnológica do 1º Grau do Judiciário Pernambucano. A partir desta segunda-feira, entra em funcionamento naquela Comarca o projeto piloto do JudWin. O programa já vinha sendo utilizado experimentalmente desde o início de março, quando também foram ministrados cursos e treinamentos para servidores e magistrados.

O início desta nova fase, que constitui passo decisivo para a informatização da Justiça estadual, foi marcado por uma reunião, no Fórum de Olinda, quinta-feira, com a presença de funcionários, magistrados e diretores do Tribunal de Justiça. Com auxílio de um projetor, a equipe da Diretoria de Informática fez uma demonstração prática da operacionalização do sistema.

Segundo o diretor de Informática, Edmundo Mendonça, 60 computadores integram a rede, auxiliados por impressoras e scaners. São três terminais em cada uma das 16 Varas existentes, mais a Distribuição, a Central de Mandados, o Progeforo e a Central de Informações, cada um com dois aparelhos.

O JudWin permite o acompanhamento de qualquer processo pelas partes interessadas, desde o instante de sua autuação e distribuição, até o último despacho do juiz de Direito. Nesse primeiro momento, qualquer informação pode ser obtida em um mesmo lugar: a Central de Informações. Com isso, a parte não precisa percorrer vários lugares, como ocorria antes, em alguns casos. Quando o sistema estiver ligado à internet, o usuário não terá que ir ao Fórum para saber do processo.

No caso particular de Olinda, segundo a diretora do Fórum, Maria Tereza Machado, atualmente há cerca de 20 mil processos em tramitação, que já estão sendo devidamente cadastrados. "Das Varas Cíveis, serão cadastrados os processos que estão em andamento. Os arquivados só entram no cadastramento mediante petição. Nas Varas Criminais, no entanto, todos os processos do prazo de 20 anos para cá serão inseridos no sistema", informou.

O desembargador Jones Figueiredo, falando em nome do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, afirmou que a iniciativa não é uma experiência de laboratório. A versão de Olinda deverá ser adotada em todo o primeiro grau.

O diretor de Informática, Edmundo Mendonça, explica que 60 computadores formam a rede

Agenda

CAP - O Centro de Apoio Psicossocial está de mudança para a rua Fernandes Vieira, onde funciona o Centro de Atendimento Integrado da Infância e Juventude. A mudança ocorre nesta segunda-feira, 19. O CAP, no entanto, terá plantão diário no Fórum Thomaz de Aquino.

Pesquisa - começou e vai até o dia 28 a pesquisa de qualidade de vida e de saúde que o Tribunal de Justiça está fazendo, através da Diretoria de Recursos Humanos, para identificar os fatores de risco nas condições de vida e de trabalho de seus funcionários.

Geórgia - já se encontra na cidade de Athens o grupo de cinco juízes e dois servidores, dando prosseguimento ao acordo de cooperação cultural que o Tribunal de Justiça mantém com a Universidade da Geórgia. O grupo vai pesquisar o funcionamento da Justiça daquele Estado.

Ciclo - As inscrições para o XXX Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, promovido pela Adesg, estão abertas até o dia 30 do próximo mês. O curso será realizado no período de julho a novembro. Maiores informações podem ser obtidas pelos telefones 221-1866/0961.

Corregedor do Extrajudicial visita Comarcas do Estado

Com cerca de dois meses de atuação junto às serventias extrajudiciais, o corregedor Alexandre Aquino já realizou inspeções em mais de trinta Comarcas do Sertão, Agreste e Zona da Mata. De acordo com Aquino, esse trabalho vai ser realizado em todo o Estado. Caruaru é a próxima Comarca que será inspecionada, segundo programação da Corregedoria das serventias extrajudiciais.

"As visitas têm, em primeiro lugar, o objetivo de orientar a execução dos serviços e só depois é realizada a fiscalização do recolhimento das taxas", explicou Aquino. Ele disse que a orientação é fundamental para o trabalho que vem sendo realizado pela Corregedoria do Extrajudicial, uma vez que a maior preocupação é com a prestação dos serviços.

Com as inspeções, o corregedor encontrou algumas distorções que vêm sendo corrigidas: erros nos cálculos das taxas sobre serviço notarial e de registro, falta de recolhimento em alguns cartórios e a utilização do código financeiro do judicial pelo extra.

No caso dos erros nos cálculos, Alexandre Aquino afirmou que o procedimento é orientar os cartórios sobre como os cálculos devem ser feitos. Quando não há recolhimento, o corregedor do extrajudicial levanta os atos praticados nos últimos anos, calcula o valor devido e o responsável pelo cartório é notificado para pagar o débito no prazo de cinco dias. Já nos casos em que a serventia está utilizando o código financeiro do judicial, o corregedor se comunica com a Diretoria de Finanças do Tribunal de Justiça e é feito o cadastramento do cartório através de um número.

Alexandre Aquino disse ainda que tem se colocado à disposição dos cartórios para tirar dúvidas quanto à execução dos serviços do extrajudicial e para orientar sobre o cálculo do recolhimento das taxas sobre serviço notarial e de registro até mesmo por telefone.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Afonso

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-5251 Fax 424-1163
e-mail: asim@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/cijus/

Extrajudicial: 224-0656 (r. 2108)

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 72 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 20 de abril de 1999

Saúde de servidor é prioridade administrativa

O Tribunal de Justiça quer saber como andam a saúde e as condições de trabalho dos servidores do Judiciário pernambucano. Tanto que já iniciou, através da Diretoria de Recursos Humanos, uma pesquisa entre 17 grupos de 30 funcionários. O objetivo, diante dos fatores de risco identificados, é desenvolver e implantar programas de assistência e prevenção, visando a uma melhor qualidade de vida dos serventuários.

Convocados por ofício, os servidores de 3ª Entrância serão entrevistados até o dia 28. Aplicada pela Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia - Unesp - da DRH, em parceria com a Coordenação de Saúde do TJ, a pesquisa será dividida em duas áreas: Ambiente de Trabalho e Qualidade de Vida e de Saúde no Trabalho.

O comparecimento e a pontualidade são dois itens importantes para o levantamento das informações. O epidemiologista Paulo Roberto Guedes será responsável pela análise e conclusão da pesquisa, com relatório sobre índice de doenças mais freqüentes entre os servidores do Judiciário.

Mais de 500 servidores da Capital foram selecionados para participar da pesquisa sobre qualidade de vida e de saúde no trabalho

Justiça e Cidadão

Infecção hospitalar
Uma decisão da 9ª Vara Cível condenou um hospital por dano moral e material. O paciente recebeu uma indenização de R$ 150 mil porque, além de ter contraído infecção hospitalar, não corrigiu um problema estético, motivo pelo qual se submetera à cirurgia plástica.

Cheque pré-datado
A apresentação antecipada de cheque pré-datado causando a improvisão de fundos em outros cheques é considerada dano moral. Nesses casos, os clientes têm recebido em média R$ 3 mil como indenização.

Seguro
O cliente que faz o seguro de um veículo, em caso de perda do bem, deve ser restituído de acordo com o valor nominal segurado e não de acordo com o valor do veículo no mercado. A decisão foi da 8ª Vara Cível, que obrigou a empresa a restituir a diferença ao cliente.

Leasing
Quem tiver realizado um contrato de leasing e tiver atrasado suas prestações de pagamento, causando a retomada do bem, não precisa pagar as parcelas ainda não vencidas, como têm exigido muitas empresas.

JUSTIÇA REALIZA CASAMENTO COMUNITÁRIO NO COQUE

O Tribunal de Justiça irá realizar, amanhã, o casamento comunitário de 40 casais inscritos no projeto A Justiça nas Ruas, que esteve no bairro do Coque no início de março. A cerimônia será no canteiro de obras do novo Fórum do Recife, às 10h, mas antes os noivos participarão de uma palestra com psicólogos do Judiciário para analisar prós e contras do casamento.

Os noivos que vão se casar se inscreveram no início de março, quando a unidade móvel do A Justiça nas Ruas - projeto desenvolvido pela Ouvidoria Judiciária e Coordenação dos Juizados - esteve na comunidade. Neste projeto, os moradores de áreas carentes do Recife podem tirar documentos como certidão de nascimento, antecedentes criminais, título de eleitor, além de dar entrada na documentação para casar.

O trabalho do Tribunal de Justiça na comunidade do Coque já é realizado desde o ano passado, quando foi implantado o projeto Boa Vizinhança

No Coque, muitos dos noivos já convivem sob o mesmo teto há vários anos, alguns até com filhos. "Para estas pessoas, o encontro - que acontecerá antes da cerimônia - será um momento de reflexão sobre o relacionamento a dois", explica a psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, da equipe que vai organizar a palestra com os noivos, antes do casamento. "Tentamos mostrar a responsabilidade do casal com a família, e o juiz Alexandre Assunção falará sobre os aspectos legais do casamento civil", completou Helena.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivaldo Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Mônia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcoforado e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcoforado

Redação:
Pça da República, s/n São Amaro - Recife-PE
Fone(081) 419-1251 Fax 414.3163
e-mail: asimj@pj.pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 73 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 21 de abril de 1999

Estudo analisa causas de acidentes do trabalho

Problemas decorrentes da saúde mental são a segunda maior causa de afastamento do emprego, podendo vir a ser a primeira até o final do século. A previsão do laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília, utilizada pela juíza Jeanine Sodré, da Vara Privativa de Acidentes do Trabalho da Capital, justifica o interesse do Tribunal de Justiça de Pernambuco pela utilização da Psicologia Judiciária nos seus serviços.

Com mais de quatro mil processos em tramitação e cerca de 30 para sentenças semanais, Jeanine Sodré sempre solicita o apoio da perícia psicológica quando constata perturbações de ordem emocional no trabalhador vítima de acidente de trabalho. Fornecido pelo Centro de Apoio Psicológico do TJPE, o laudo permite uma melhor fundamentação da juíza na hora do julgamento.

Esse trabalho é feito desde 1995, com encaminhamento de cerca de 100 processos de acidentes do trabalho, nos quais se constatou necessidade de avaliar ou comprovar seqüelas. Cabe à juíza solicitar a perícia psicológica que, em geral, consta de uma entrevista e de testes projetivos que revelam as necessidades e sentimentos inconscientes.

De acordo com a chefe do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça, Helena Ribeiro Fernandes, as probabilidades de falso resultado são mínimas. O parecer, no entanto, não determina a concessão ou não da aposentadoria. A sentença está condicionada também a outras provas, inclusive a perícias médicas oficiais do TJ e do INSS.

Localizada na sobreloja do Paula Batista, a Vara de Acidentes do Trabalho tem 4.300 processos em tramitação

Anteriormente realizada fora do Tribunal de Justiça, a perícia psicológica hoje não apenas reduz os custos do processo, mas também oferece maior celeridade na medida em que o TJPE deixa de utilizar serviços credenciados. Para a juíza de Acidentes do Trabalho, Jeanine Sodré, "em matéria acidentária, dificilmente o juiz dará a sentença sem levar o laudo psicológico em consideração".

Colégio Recursal funciona em novo endereço

O Colégio Recursal dos Juizados Especiais está funcionando desde ontem em duas salas do 5º andar do Fórum Paula Batista. A informação é do presidente do Colégio, juiz José Fernandes.

Segundo Fernandes, a secretaria e as sessões de julgamento estavam funcionando numa das salas do Juizado do Consumidor, na Benfica. "Estávamos sem estrutura, era difícil atender os advogados e as partes" explicou o presidente.

O Colégio existe para que as partes possam, quando acharem necessário, recorrer das decisões dos Juizados Especiais. De acordo com José Fernandes, o órgão é composto por 12 juízes e quatro turmas, cada uma formada por três magistrados.

O presidente do Colégio disse ainda que são julgados cerca de 15 processos por sessão e que o acervo do órgão se encontra atualizado. "Podemos dizer que a tramitação nos Juizados, mesmo nos casos em que há recurso de uma das partes, é rápida", afirmou José Fernandes.

Ele disse também que o trabalho dos Juizados é fundamental para a população, uma vez que apresenta agilidade e resolve os conflitos de maneira que atende às expectativas da sociedade em relação aos serviços do Judiciário.

Feriado

Em virtude do feriado de 21 de abril, Dia de Tiradentes, não haverá expediente no Tribunal de Justiça. Deixa de circular a página do Diário Oficial relativa ao Poder Judiciário, que somente estará normalizada quinta-feira.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvio Calvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Márcio Mello

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alkmim e Sérgio Marcos

Fotografia: Paulo Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane/Alkmim

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/DDG: 419-3551 Fax: 424-3163

e-mail: asimp@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 74 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 23 de abril de 1999

Justiça nas Ruas casa 80 noivos no Coque

A cerimônia foi realizada no canteiro de obras do novo Fórum do Recife

O canteiro de obras do novo Fórum do Recife foi o local escolhido para a cerimônia de casamento comunitário, na quarta-feira (21), dos 80 noivos moradores do Coque e inscritos no projeto A Justiça nas Ruas, coordenado pela Ouvidoria Judiciária. Muitos já acompanhados de filhos e até netos, os casais foram surpreendidos com um bolo, doado pela empresa Santista Alimentos/Farinha de Trigo Boa Sorte/Sol.

Os casais chegaram ao novo Fórum uma hora antes da cerimônia para participar do Encontro com Noivos, quando a psicóloga Helena Ribeiro, a assistente social Joelma Lapenda, do Centro de Apoio Psicossocial e o juiz Alexandre Assunção, da 1ª Vara de Família do Recife, falaram sobre os aspectos emocionais e legais do casamento.

Após a palestra, os noivos foram encaminhados à área reservada na obra para o casamento, onde os parentes, convidados e autoridades os aguardavam. "Sempre pensei um dia poder casar, mas nunca sobrava dinheiro", afirmou, emocionada, a viúva Francisca Rafael Lima, 58 anos, que vivia há mais de 8 anos com o também viúvo José Vieira Lima, 64 anos.

Os noivos se inscreveram no Projeto A Justiça nas Ruas, realizado em março na Comunidade do Coque

O juiz Alexandre Assunção ouviu de cada um dos 80 noivos o 'sim' e, ao final, as certidões foram entregues pelos oficiais de registro civil e pelo presidente do TJPE, Etério Galvão. "Acreditamos que, com iniciativas como esta, o Judiciário fica mais próximo da sociedade, prestando eficientemente seus serviços àqueles mais carentes", disse Galvão.

Os noivos e convidados comemoraram com bolo e refrigerantes - doados à comunidade pela empresa Refrigerantes Frevo. A Associação de Magistrados de Pernambuco (Amepe) também colaborou com os casais para a realização da cerimônia.

Presidente debate reformas com empresarios

A reforma do Judiciário é necessária pelo simples fato de ele existir e porque o próprio Estado brasileiro precisa ser reformado. A declaração é do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Etério Galvão, feita durante palestra realizada na Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), na semana passada. Galvão disse que, no entanto, cabe ao poder político realizar as reformas pretendidas. "O Judiciário não pode se reformar, porque depende de questões legislativas. Há três anos acompanhei um processo que já havia sofrido 50 recursos", disse ele, ao dar exemplos de artifícios legais que resultam na morosidade processual.

Mas, segundo o presidente do TJPE, o Brasil precisa de uma reforma geral nas suas instituições e inclusive os poderes Executivo e Legislativo necessitam de reformas.

O presidente da Fiepe, Armando Monteiro Neto, justificou o convite ao presidente do TJPE para debater com os industriais pela atualidade do tema. "O objetivo é colocar nossos associados em contato com outras realidades, diferentes do mundo empresarial. Hoje se discute muito a reforma do Judiciário, mas nem sempre a questão é colocada com o equilíbrio necessário", disse Monteiro, elogiando a forma como Etério Galvão vem se conduzindo à frente do Tribunal de Justiça.

Etério Galvão falou sobre a necessidade de reforma nas instituições brasileiras

Concordando com o presidente da Fiepe sobre o equilíbrio com que as reformas institucionais devem ser conduzidas, Galvão afirmou que durante dez anos se preparou para as iniciativas que vêm sendo implementadas no Judiciário estadual desde 1998, quando assumiu a presidência do TJPE.

Entre os principais desafios identificados e priorizados por sua administração, o presidente destacou a baixa produtividade. "As principais iniciativas que temos desenvolvido visam tornar o Judiciário pernambucano ágil, de modo que atenda a sociedade na aplicação da lei", disse ele.

Dentre as medidas para garantir maior agilidade dos serviços da Justiça, Galvão citou o projeto de informatização iniciado pela Comarca de Olinda, cujo sistema será estendido ao Recife até julho próximo. A construção do Fórum do Recife é outra iniciativa considerada de grande importância. Sua inauguração está prevista para dezembro deste ano.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asicom@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 75 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 24 de abril de 1999

Judiciário acelera informatização

Julho é o mês previsto para implantação do sistema Judwin em toda a 3ª Entrância. O projeto piloto de implantação do sistema já foi viabilizado na Comarca de Olinda e os treinamentos devem ser iniciados no próximo mês, tendo continuidade até junho.

"Ainda no próximo mês, o sistema para controle de movimentação processual, que deverá atender as Comarcas com menos de cinco Varas e os Juizados, estará concluído", anunciou o diretor de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Edmundo Mendonça.

Segundo ele, estão sendo viabilizados todos os recursos necessários para a aquisição dos produtos e serviços para a conclusão da informatização do Judiciário estadual.

Nos Juizados Especiais, a informatização vai ocorrer de acordo com a quantidade de processos em tramitação em cada órgão, estando previsto o início da implantação do sistema também em julho.

Edmundo Mendonça explicou que a 3ª Entrância e as Comarcas de Olinda, Jaboatão, Paulista, Cabo, Caruaru, Garanhuns e Petrolina serão informatizadas utilizando o sistema Judwin. Já nas demais Comarcas, será utilizado o sistema desenvolvido pela própria Diretoria de Informática do TJPE.

Edmundo Mendonça ressaltou ainda o empenho da Justiça em acelerar a informatização de todas as Comarcas e Juizados do Estado, apesar do corte do orçamento sofrido pelo Poder Judiciário no início deste ano.

O início da informatização nos Juizados Especiais está previsto para julho

Comarcas recebem microcomputadores

Todas as Comarcas e Juizados do Estado receberam microcomputadores semana passada como parte do processo de informatização do Poder Judiciário, segundo explicou o diretor de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Edmundo Mendonça.

De acordo com a Secretaria de Administração do TJPE, a entrega dos equipamentos, recentemente adquiridos pelo Tribunal, não deve implicar na instalação e uso dos computadores sem prévia liberação do diretor de Informática.

A orientação do secretário de Administração em exercício, Aldo Ribeiro, é de que os magistrados e servidores que estão recebendo os equipamentos os mantenham nas caixas lacradas até a visita do técnico encarregado da instalação. A programação para que se instalem os equipamentos será estabelecida pela Informática do TJPE.

"O objetivo dessa orientação é evitar danos aos equipamentos e a perda da garantia do material adquirido", explicou Aldo Ribeiro. Ele disse ainda que as pessoas que assinaram os termos de recebimento do material serão os responsáveis por observar as instruções da Secretaria.

Infância e juventude desperta interesse de jornalista da IstoÉ

O Centro de Atendimento Integrado da Infância e Juventude, referência internacional no trabalho que desenvolve com crianças e adolescentes do Recife, foi novamente alvo de interesse. Convidado da Fundação Abrinq para conhecer projetos na área, o jornalista Gilberto Nascimento, sub-editor Brasil da Revista IstoÉ, veio confirmar a atuação da Justiça pernambucana na recuperação de menores infratores através da aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto.

A reciclagem da equipe multiprofissional é fator de importância para os resultados do trabalho no área de infância e juventude no Recife

Vencedor de prêmios como o Vladimir Herzog, em 97, por matéria sobre trabalho infantil na Bahia, Pernambuco e São Paulo, o jornalista afirmou que a atuação do Centro mostra que é possível recuperar o adolescente infrator, dando-lhe condições de reintegração à sociedade.

Especializado na área da criança e do adolescente, conhecendo outras experiências da Justiça implantadas no País, Gilberto acredita que o "confinamento puro e simples não leva a nada." Segundo ele, as medidas sócio-educativas com acompanhamento diário evitam o confinamento que leva ao aprendizado do crime.

Agenda

Palestra - Revisão Judicial dos Contratos sob a ótica da nova Lei de Usura é o tema da palestra, nesta quinta, 29, às 18h30, no auditório do 2º Tribunal do Júri, no Fórum Thomaz de Aquino. O palestrante é o advogado Joaquim Ernesto Palhares, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Bancário.

Biodiversidade - O Conselho da Justiça Federal promove, de 11 a 14 de maio, Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. As inscrições podem ser feitas pelo telefone 061-348.3037, fax 061-349.7641 e e-mail www.cjf.gov.br

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eládio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Mello

Assessoria de Comunicação Social:
Márcio Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone:(081) 419-3251 Fax 426.1163

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tj.pe.gov.br

Informática- fone: 324-0407

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 76 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 27 de abril de 1999

Vitória de Santo Antão instala Juizado Criminal

A Comarca de Vitória de Santo Antão terá mais um órgão da Justiça prestando serviços à população. Será inaugurado, no próximo dia 6, às 17 horas, o Juizado Criminal. Segundo a coordenadora dos Juizados, Gisela Pires, o Criminal vai funcionar no mesmo prédio do Juizado Cível, que fica localizado na rua Joaquim Nabuco, 351, Bairro Matriz.

Segundo a coordenadora, a iniciativa de implantar um Juizado Criminal no município foi conseqüência de uma série de visitas de supervisão realizadas ano passado por todo o Interior do Estado. "Em Vitória, constatamos uma grande quantidade de processos, na Vara Criminal, relativa a crimes de pequeno potencial ofensivo, ou seja, feitos que teriam uma solução mais rápida se houvesse um Juizado Criminal no município", explicou Gisela Pires.

De acordo com um levantamento realizado, existem atualmente cerca de 1.500 feitos em tramitação na Vara Criminal. Desses, 500 processos são referentes a crimes de menor potencial ofensivo. Com a criação do novo Juizado, a Vara vai trabalhar com um acervo menor, o que deverá implicar em uma maior agilidade da Vara na resolução de questões mais complexas.

Estrutura

Para que o Juizado Criminal funcionasse nas mesmas dependências do Juizado Cível, o prédio sofreu algumas pequenas adaptações e foram feitas instalações na área de informática. "Para agilizar os serviços do Juizado, o Tribunal tratou de entregar o novo órgão já informatizado. O Cível, instalado em 96, também estará informatizado. Os servidores foram inclusive treinados no novo sistema por técnicos da Diretoria de Informática que devem acompanhar todo o processo de adaptação dos funcionários ao sistema", informou a coordenadora.

O Juizado Criminal vai trabalhar com uma estrutura composta por um conciliador, um secretário e um adjunto, no horário das 12 às 18 horas. Gisela Pires afirmou ainda que as pessoas que vão trabalhar no Juizado foram treinadas no Criminal do Recife. "Elas tiveram noções sobre os procedimentos dos Juizados, informações sobre a tramitação processual e entraram em contato com a prática do dia-a-dia", informou a coordenadora.

Gisela Pires disse que o novo Juizado vai desafogar a Vara Criminal

Juizados Criminais

Em Pernambuco, existem atualmente três Juizados Criminais: o da Capital, o de Caruaru e o de Garanhuns. Instituídos com a lei 9.099/95, os Juizados têm competência para julgar casos de menor potencial ofensivo, em que a pena máxima a ser atribuída não ultrapasse um ano.

Os Juizados Especiais têm se transformado na forma mais ágil de prestação de serviços da Justiça. No Estado, já são 22 órgãos em funcionamento. Eles estão espalhados pela Capital, Região Metropolitana e Interior. As audiências de conciliação são marcadas ao máximo em 15 dias e o índice conciliatório tem sido em média de 71%.

De acordo com a coordenadora dos Juizados, vários trabalhos têm sido desenvolvidos pela Coordenadoria para melhorar ainda mais a prestação dos serviços. Segundo Gisela Pires, a primeira providência tomada pela Coordenadoria foi em relação aos índices de conciliação. "Realizamos curso para conciliadores, passamos a divulgar os percentuais de conciliação no Diário Oficial e temos feito visitas semanais aos Juizados. Acreditamos que, com essas medidas, conseguimos melhorar o funcionamento dos JECs, investindo principalmente nos índices de conciliação, que é, na verdade, o diferencial desses órgãos", concluiu.

Justiça e Cidadão

SPC
A manutenção do nome do consumidor no SPC depois do pagamento do débito tem sido efetuado é considerada dano moral. A indenização média nesses casos gira em torno de R$ 2 mil.

Condomínio
Qualquer furto ocorrido nas dependências de um condomínio é responsabilidade do mesmo, desde que não haja uma cláusula na convenção que o exima da obrigação legal.

Saúde
O plano de saúde que não cobrir o previsto no contrato está sujeito a pagar, além das despesas, uma indenização por dano moral. Razão: o desgaste emocional e a perda de tempo.

Defesa
A limitação de tempo para internação em UTI, que consta nos contratos de planos de saúde, é considerada nula em razão de defesa do consumidor, segundo o art. 12 da Lei 9.656/98.

Amepe

O senador Roberto Freire (PPS) estará na sede administrativa da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), na próxima segunda-feira (03.05), no térreo do Fórum Paula Batista.
A CPI e a reforma do Judiciário serão debatidas pelo senador a partir das 18h30.
A Amepe tem realizado palestras sobre diversos temas. A última foi no mês passado e teve como palestrante a sexóloga Marta Suplicy, em comemoração ao Dia das Mulheres.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Elório Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mafra

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anais Lins

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: coinf@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 77 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 28 de abril de 1999

Fórum tem obras aceleradas e prazo estabelecido será cumprido

O sexto e último pavimento do edifício do novo Fórum do Recife deverá ser concluído até o final do mês de maio, com a colocação da laje de coberta. A previsão é da diretora de Engenharia e Arquitetura, Rogéria Magalhães, do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Ainda segundo a diretora, já foram iniciados também os trabalhos de revestimentos em granito dos pilares da fachada. O revestimento dos pilares internos, que será em gesso, tem execução iniciada também a partir desta semana.

O atual estágio da obra garante, segundo a diretora de Engenharia e Arquitetura, a inauguração do novo Fórum para dezembro, dentro da previsão inicialmente apresentada pela construtora Serviços de Engenharia Ltda, responsável pela construção. Segundo o diretor de Informática do TJPE, Edmundo Godoy de Mendonça, quando iniciadas as atividades nas novas instalações, em janeiro do próximo ano, o Fórum do Recife já estará totalmente informatizado, dispondo do sistema Judwin, recém-inaugurado na Comarca de Olinda.

Na fase atual da construção, já está sendo executado o revestimento das paredes das escadas e sanitários, que compreende uma média de seis blocos de banheiros por pavimento. Isso inclui a colocação das tubulações hidros-sanitárias e de ar condicionados, já iniciada.

Os trabalhos de pavimentação das vias de acesso ao novo Fórum já estão sendo realizados, por determinação da Prefeitura da Cidade do Recife.

TJPE amplia programa de divulgação do Fórum

Em continuidade ao projeto de divulgação do novo Fórum da Capital, a maquete do prédio em construção na Ilha de Joana Bezerra vai ficar em exposição, durante o mês de maio, na Faculdade de Direito do Recife, na praça Adolfo Cirne. A iniciativa é do Tribunal de Justiça e tem o objetivo de informar a população sobre o andamento das obras e sobre os serviços que ali funcionarão, a partir de dezembro, quando o prédio for inaugurado. O programa de divulgação começou em março, quando a maquete ficou na OAB e depois na sede do Ministério Público. Outros locais estão agendados, incluindo a Comarca de Caruaru. Em novembro, a maquete será exposta no Fórum Thomaz de Aquino.

Em exposição itinerante, a maquete divulga o novo Fórum

Recursos Humanos recadastra aposentados

Cerca de 800 aposentados do Judiciário - capital e interior - serão recadastrados. O censo começa no dia 3 de maio e vai até 23 de junho, período em que todos devem preencher e entregar formulário para atualização de dados. Serão convocados através do contracheque, segundo informações da diretora adjunta de Recursos Humanos, Marluce Correia Ribeiro. Os servidores inativos da capital deverão entregar o formulário pessoalmente no setor de Benefícios da DRH, primeiro andar do Fórum Paula Batista. Os do interior, também pessoalmente, farão a entrega no Fórum mais próximo a sua residência. A Diretoria de Recursos Humanos já solicitou a colaboração dos diretores dos fóruns no sentido de que o prazo estabelecido seja cumprido. Segundo a diretora adjunta, o objetivo é atualizar os dados pessoais dos servidores inativos e "criar um sistema de comunicação entre o TJ e os aposentados para melhor servi-los". A Diretoria de Recursos Humanos pretende estabelecer atualizações periódicas e suspender o salário de quem não participar do recadastramento.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Dário Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiano Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiano Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone: (081) 419-3251 **Fax:** 424.1163

e-mail: asimp@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 78 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 29 de abril de 1999

Judiciário adota novas medidas de economia na Capital e Interior

Roberta Tavares

Depois do fechamento de 22 Comarcas com baixa distribuição de processos e de medidas para redução de gastos com pessoal, como corte em cargos comissionados e devolução de servidores cedidos por outros órgãos, no início do ano, trazendo uma economia anual da ordem de R$ 6 milhões, o Tribunal de Justiça faz novas restrições para adequar ainda mais suas despesas, tendo em vista os recentes cortes em sua receita e as dificuldades econômicas do Estado.

O objetivo é, em um ano, economizar mais R$ 4,8 milhões nas despesas de custeio, segundo explicação do secretário adjunto de Administração do Tribunal de Justiça, Aldo Ribeiro. Essas despesas, que em dezembro chegaram a R$ 1,2 milhão, serão reduzidas a R$ 800 mil a partir deste mês.

A construção do Fórum do Recife e a informatização do Judiciário passam à prioridade absoluta. Para estes dois itens indispensáveis, o Tribunal conta com a arrecadação anual de R$ 22 milhões de custas e taxas judiciárias, mais R$ 25 milhões de saldo do anterior e uma provisão de R$ 14 milhões.

Foram suspensos os serviços de recuperação, adaptação ou ambientação do Tribunal de Justiça, dos fóruns da Capital e Interior, Memorial da Justiça, Centro Integrado da Infância e da Juventude e Juizados Especiais, com exceção dos que já foram iniciados, contratados ou autorizados.

As restrições fazem parte da Instrução de Serviço nº 06/99, que suspende ainda quaisquer obras nas residências oficiais de juízes no Interior, novas licitações e compras de equipamentos e materiais permanentes. As exceções ficam por conta do material de informática, telecomunicações e de recursos audiovisuais para treinamento de servidores.

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura já tem pronto todo um levantamento da situação dos fóruns no Interior e somente os reparos urgentes serão autorizados, porque a ordem é gastar pouco, apenas no que é indispensável. As medidas já vinham sendo postas em prática desde o início do ano, informalmente. Os meses de janeiro e fevereiro, por serem de pouco movimento na Justiça, são considerados atípicos, mas em março a economia já foi de R$ 350 mil, segundo Aldo Ribeiro.

As medidas atingem também a concessão de suprimentos individuais, limitados apenas a um juiz ou servidor de Comarca e Juizados Especiais, a cada 30 dias, para uso em pequenos reparos e substituições de lâmpadas, fusíveis, tomeiras, confecção de chaves e em emergências que impliquem paralisação do serviço ou risco para alguém. Os suprimentos não serão concedidos às Varas Ordinárias da Capital.

O secretário adjunto Aldo Ribeiro disse que os tempos são de economia e que os servidores devem se conscientizar da necessidade de mudanças. O texto integral da Instrução de Serviço nº 06/99 foi publicado no Diário Oficial, na sexta-feira de 23 de abril, e deve ser lido por todos os que fazem o Judiciário.

Veja aqui algumas das medidas anunciadas na Instrução de Serviço 06/99

- Serviços de recuperação, adaptação ou ambientação foram suspensos. A medida atinge o Tribunal de Justiça, Fóruns da Capital e Interior, Juizados Especiais, Centro Integrado da Infância e da Juventude e o Memorial da Justiça, no Brum.

- Ficam suspensas as autorizações para serviço extraordinário em feriados e finais de semana.

- Os suprimentos individuais para despesas de alimentação do júri, limitados a R$ 50 por sessão, deverão ser solicitados à Secretaria de Administração, até o dia 25 de cada mês, com relação às sessões a serem realizadas no mês seguinte.

- A aquisição de material de consumo, inclusive de expediente, de limpeza e de informática, bem como de combustíveis e peças para veículos, com a utilização de suprimento individual, só será permitida mediante comprovada necessidade imediata e impossibilidade de atendimento normal pela Diretoria de Infra-Estrutura.

Foto: Ricardo Fernandes

A ordem é gastar pouco, avisou o secretário adjunto Aldo Ribeiro

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Gidvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/(081) 419-3251 Fax 424-1162
e-mail: assinfo@tj.pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 79 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 30 de abril de 1999

Justiça nas Ruas volta às comunidades

Depois de ter ido a Nova Jerusalém, realizado um casamento comunitário e atendido a população do Coque, o projeto A Justiça nas Ruas leva seu caminhão à Praça do Escorrego, em Santo Amaro, no sábado, dia 8, no horário das 8 às 17 horas.

Durante o projeto, serão emitidos documentos como carteira de identidade, de trabalho, certidão de nascimento, título de eleitor. Os interessados também podem dar entrada nos documentos para realização do casamento civil.

O caminhão do projeto A Justiça nas Ruas estará na Praça do Escorrego, na comunidade de Santo Amaro

De acordo com a coordenadora dos Juizados, Gisela Pires, que também está envolvida com o Justiça nas Ruas, dentro da comunidade de Santo Amaro, serão atendidos os moradores das áreas da Ilha de João de Barros e Campo do 11. Ela informou também que a Ouvidoria Judiciária já registrou vários pedidos de outras comunidades para implantação do projeto.

Segundo informação da Ouvidoria Judiciária, já existem 11 ofícios de associações de moradores que requerem a implantação do programa em suas comunidades. Brasília Teimosa, Imbiribeira e o Bairro do Fosfato, no município de Abreu e Lima, estão entre as localidades que já pediram a realização do projeto.

O ouvidor, desembargador Og Fernandes, afirmou que a implantação do Justiça nas Ruas em cada comunidade vai obedecer à ordem de chegada de pedidos realizados pelas associações de moradores e endereçados à Ouvidoria Judiciária.

Palácio da Justiça é cenário de gravação

O prédio de 1930, que abriga o Poder Judiciário pernambucano, na Praça da República, é cenário de um filme que fala sobre a atual violência urbana na periferia do Recife, com paralelos em São Paulo e Rio de Janeiro.

"O Rap do Pequeno Príncipe contra as Almas Sebosas" é um documentário longa-metragem, com duração de 70 minutos, dirigido pelos cineastas Paulo Caldas e Marcelo Luna.

Segundo o diretor Marcelo Luna, as cenas feitas no Palácio da Justiça têm o objetivo de mostrar a Justiça oficial. "Dois motivos nos levaram a querer filmar no Palácio. O primeiro tem relação direta com a imponência, grandiosidade e beleza estética do prédio. O segundo motivo tem a ver com o roteiro do filme. O filme fala de justiças e injustiças. O Palácio é representativo da justiça dos homens", explicou o cineasta.

Filme discute a violência urbana na periferia da cidade do Recife

As cenas foram filmadas nos corredores e no Salão do Pleno. De acordo com Luna, foram captadas também imagens da fachada do Palácio e das estátuas que representam a Justiça. Entre as cenas, está uma do advogado Eduardo Triadade, que deu uma entrevista para o documentário.

Luna disse ainda que o documentário deve estar pronto até o final do ano. Segundo o diretor, o filme é um estímulo à reflexão sobre o papel de cada cidadão na formação de uma sociedade mais segura e mais humana.

Cândido Pinto quer esclarecer fatos históricos

O assassinato do padre Henrique e o atentado que deixou paraplégico o então presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, Cândido Pinto, devem ser apurados até as últimas conseqüências. A opinião é do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, que defende o restabelecimento da verdade histórica. Segundo ele, mesmo que os crimes estejam prescritos, nada impede que se busque a verdade dos fatos.

Os crimes aconteceram há 30 anos e jamais foram devidamente esclarecidos, "apesar das evidências da participação de setores para militares em atuação no Estado", conforme documento que o ex-dirigente da UEP entregou ao chefe do Judiciário estadual.

Acompanhado de Izaías Pereira da Silva, mãe do padre Henrique, e de integrantes do Fórum contra a impunidade, que mobiliza diversos setores da sociedade civil estadual, Cândido Pinto de Melo vê, na celebração desses 30 anos, a oportunidade de esclarecer os fatos, sem que as vítimas permaneçam na história como integrantes de mais uma "gangue da bolinha".

O atentado a Cândido, com 22 anos, foi no dia 28 de abril de 1969; o do padre Henrique Pereira Neto, assistente da Arquidiocese de Olinda e Recife aconteceu um mês depois, dia 28 de maio, ambos líderes da juventude de então.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fabio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor Geral: Des. Mário Mello

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Ana Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Bairro Santo Antônio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163

e-mail: asimof@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 80 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 1º de maio de 1999

Tribunal de Justiça regulamenta acesso ao ambulatório médico

O servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco em gozo de licença sem vencimentos ou à disposição de outros órgãos sem ônus para o Judiciário não poderá mais utilizar os serviços do Ambulatório Desembargador Ângelo Jordão. A decisão tem o objetivo de disciplinar o uso dos recursos públicos, segundo o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão.

A iniciativa, que vale também para os dependentes do servidor afastado naquelas mesmas condições, está em vigor desde quinta-feira, 28, data da publicação da ordem de serviço 04/99.

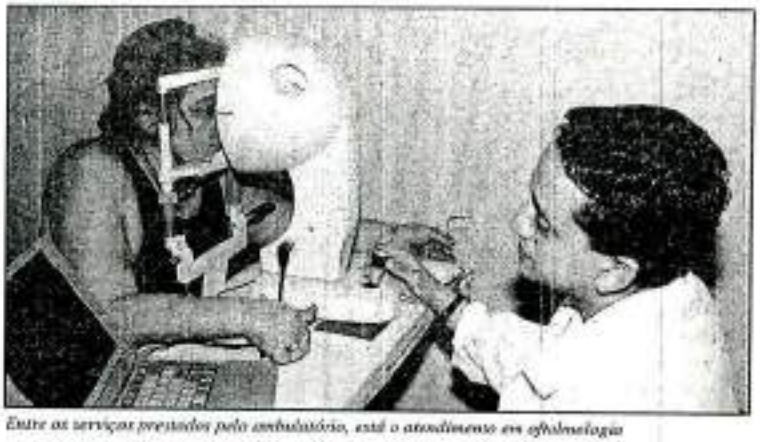
Os servidores exonerados ou devolvidos ao órgão de origem, assim como os seus dependentes, também ficam sem acesso ao ambulatório. A exclusão se estende, ainda, aos dependentes de servidores falecidos e aos filhos com mais de 21 anos de idade, de ambos os sexos, de servidores da ativa.

No texto assinado pelo presidente do TJPE, as novas determinações constituem uma adaptação do regulamento do ambulatório "às exigências da sociedade moderna, que reclama rigor no disciplinamento e uso dos recursos públicos". No mesmo texto, a medida é justificada, ainda, pela "necessidade de diminuir a demanda que atualmente supera o potencial de atendimento e com isso manter a qualidade dos serviços prestados".

A decisão prevê, no entanto, que os beneficiários excluídos a partir da ordem de serviço 04/99 poderão concluir o tratamento iniciado antes do dia 28 de abril, data da publicação.

Ampliação

Ao mesmo tempo em que regula o acesso ao ambulatório, o TJPE procura ampliar os serviços para prestar um melhor atendimento aos funcionários. A partir da próxima semana, o atendimento psicológico do ambulatório do Tribunal de Justiça passará a dispor de dois profissionais. Segundo o coordenador de saúde, Fernandes Arteiro, a ampliação deve-se à procura pelo serviço psicológico por parte dos funcionários.



Entre os serviços prestados pelo ambulatório, está o atendimento em oftalmologia

Aemepe distribui óculos

O benefício foi possível devido a um convênio, entre a Associação e o Lafepe, que vai atender os prestadores de serviço do Tribunal de Justiça

A gratuidade de óculos de grau é o mais recente benefício que vem sendo prestado pela Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Aemepe) aos funcionários de empresas que prestam serviço ao Tribunal de Justiça estadual. O benefício já vem sendo oferecido desde o mês passado, através de convênio firmado entre a Aemepe e o Laboratório Farmacêutico de Pernambuco S/A (Lafepe).

Segundo a presidente da Aemepe, Valéria Freitas, para receber os óculos, o prestador de serviço deve se dirigir à sede da associação, no térreo do Palácio da Justiça, e apresentar a receita médica. O interessado é encaminhado ao Lafepe, onde são produzidas as lentes a um custo médio de R$ 18 reais, cuja despesa é remetida à Aemepe ao final de cada mês. "As armações também são custeadas pela associação, que dispõe de mostruário em sua sede. Ao receber o encaminhamento, o funcionário já sai daqui com a armação que escolher", informou Valéria Freitas.

Cesta básica

O trabalho assistencial da Aemepe vem aos poucos sendo ampliado. A distribuição de cestas básicas já vem sendo feita mensalmente, quando são distribuídas 150, em média. Em abril, no entanto, esse número subiu para 170 cestas. "Como ainda não dispomos de condições para atender a todos, estamos adotando um sistema de rotatividade, visando atender os cerca de 400 prestadores de serviço que ganham até dois salários mínimos. Quem deixou de ganhar num mês recebe no mês seguinte, e assim todos terminam sendo beneficiados", explicou.

Agenda

Segunda-feira
A Associação dos Magistrados de Pernambuco promove nesta segunda-feira (3), na sua sede, um debate com o senador Roberto Freire (PPS) sobre a CPI e a reforma do Judiciário, às 18h30.

Sexta-feira
O projeto Agenda Livre, em que o presidente do TJPE atende a população sem marcar horário prévio, será realizado nesta sexta-feira (7). No mês passado, o projeto completou um ano.

Quinta-feira
O Tribunal de Justiça de Pernambuco instala, nesta quinta (6), o Juizado Criminal de Vitória de Santo Antão. O órgão vai funcionar no mesmo prédio do Juizado Cível, na rua Joaquim Nabuco, 351.

Sábado
A Justiça nas Ruas vai à comunidade do Santo Amaro no próximo sábado (8). O caminhão vai ficar localizado na Praça do Escorrego e vai atender os moradores na emissão de documentos.

Ambulatório: fone - 465.8117

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dopje

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Cezana

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3281 Fax 424.1163
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 81 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 4 de maio de 1999

Estatística revela dados da Ouvidoria Judiciária

Em pouco mais de um mês de funcionamento, a Ouvidoria Judiciária já prestou mais de 800 atendimentos, através de telefone 0800, caixa de coleta, fax, e-mail e pessoalmente, segundo levantamento realizado pela Ouvidoria Judiciária e pela Coordenadoria de Planejamento e Organização.

De acordo com os números observados, as caixas de coleta - que estão distribuídas em todos os Juizados da Capital, nos fóruns Paula Batista, Thomaz de Aquino e no Palácio da Justiça - são o meio de acesso à Ouvidoria mais utilizado, representando 68% dos atendimentos ou, em números, mais de 550.

Com uma média diária de dez a 14 ligações telefônicas pelo número 0800.81.5251, há um registro de 150 ligações durante o período analisado, embora, segundo a Ouvidoria Judiciária, esse registro não corresponda ao total de ligações atendidas, já que só são computadas aquelas que não são resolvidas em pronto-atendimento.

As caixas de coleta são o meio de comunicação mais utilizado pela população para falar com a Ouvidoria Judiciária e estão espalhadas em todos os Juizados, nos Fóruns e no Palácio da Justiça

A Ouvidoria registrou ainda 101 atendimentos pessoais. Segundo o levantamento, em média, são atendidas entre oito e dez pessoas diariamente. Esse número se limita também àquelas questões que não são resolvidas de imediato. Do total de atendimentos, 12% são realizados deste modo.

Por outro lado, os dados mostram que houve apenas 11 atendimentos por e-mails e cartas, embora tenham sido recebidos 161 e-mails que foram prontamente atendidos.

O levantamento analisa ainda os atendimentos segundo a natureza de cada assunto tratado com a Ouvidoria Judiciária. De acordo com esses dados, foram registradas 301 reclamações, 249 pedidos de agilização processual, 186 sugestões, 48 elogios e 39 denúncias.

Justiça e Cidadão

Jogo do Bicho
A prática do jogo do bicho, embora formalmente proibida pela legislação, é tolerada pelo Estado e legitimada socialmente pelos costumes, segundo o Colégio Recursal dos Juizados Especiais.

Consumidor
A Lei do Consumidor afirma que, no prazo de sete dias a contar da assinatura do contrato ou do ato de recebimento do produto ou serviço, o consumidor pode desistir do contrato, sempre que a contratação ocorrer fora do estabelecimento comercial.

Desemprego
As demissões negociadas entre empregador e empregado, por justa causa ou por solicitação, não estão incluídas nas condições gerais de proteção do seguro desemprego, segundo o Colégio Recursal.

Código
O Código de Defesa do Consumidor proíbe, em contrato de consumo, que um representante conclua ou realize outro negócio jurídico pelo consumidor. Qualquer cláusula de contrato que permita a representação é abusiva.

Juizados Especiais lideram atendimentos

As ações de competência da Coordenadoria de Juizados Especiais lideram o índice de atendimentos realizados pela Ouvidoria Judiciária. Do total, 38% - que correspondem a 320 atendimentos - são relativos a questões dos Juizados. Em segundo lugar, vem a Corregedoria Geral de Justiça, com 31% dos atendimentos ou, em números absolutos, 255.

A estatística por órgão demonstra ainda que, em seguida, vêm os atendimentos relativos à Diretoria de Recursos Humanos - 49, ao todo; ao Gabinete da Presidência - 25; à administração do Fórum Paula Batista - 16; à Diretoria de Informática - 12. Quanto a órgãos externos, a Ouvidoria realizou 30 atendimentos, encaminhando as solicitações aos órgãos competentes, como uma forma de colaboração.

A Ouvidoria Judiciária e a Coordenadoria de Planejamento e Organização traçaram ainda o tipo de pessoa que recorre aos serviços: 70% das pessoas se identificam, enquanto 30% são anônimas. Por grau de escolaridade, 23% são de nível superior, 19% cursam o segundo grau e 6% o primeiro. Já 1% é de pós-graduados e 52% não são especificados de acordo com o grau de escolaridade.

Do total de atendimentos prestados pela Ouvidoria, 91% já foram concluídos e apenas 9% ainda se encontram pendentes.

De acordo com o ouvidor e desembargador Og Fernandes, a filosofia da Ouvidoria Judiciária é não deixar a população sem uma resposta para as suas dúvidas, reclamações ou sugestões. O novo órgão, que é pioneiro no Brasil, tem sido um dos canais de comunicação do Judiciário estadual com a sociedade. A Ouvidoria é ainda uma das formas que o Tribunal de Justiça de Pernambuco encontrou de aproximar o Judiciário da população, tornando o Poder mais acessível e atento às necessidades dos cidadãos.

O maior índice de atendimentos realizados pela Ouvidoria, está relacionado aos Juizados

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Guedes

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gurjão

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 82 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 5 de maio de 1999

TJPE inaugura novo Juizado Criminal

O Tribunal de Justiça de Pernambuco inaugura amanhã, às 17 horas, o mais novo Juizado Criminal do Estado, em Vitória de Santo Antão. O órgão vai funcionar no mesmo prédio do Juizado Cível, que fica localizado na rua Joaquim Nabuco, nº 351, Bairro Matriz, no horário das 12 às 18 horas.

O novo Juizado de Vitória de Santo Antão vai desafogar a Vara Criminal que, segundo a coordenadora dos Juizados Especiais, Gisela Pires, tem atualmente 1.500 processos em tramitação. A instalação do órgão vai implicar em uma diminuição do acervo da ordem de 500 feitos. "Esses processos são relativos a crimes de menor potencial ofensivo, que podem tramitar, a partir de agora, no Juizado Criminal, apresentando uma solução mais rápida", explicou a coordenadora. Instituídos com a lei 9.099/95, os órgãos têm competência para julgar casos em que a pena máxima a ser atribuída não ultrapasse um ano.

Com a inauguração em Vitória, amanhã, a quantidade de Juizados Criminais em Pernambuco sobe para quatro, distribuídos ainda pela Capital, Caruaru e Garanhuns. Além deles, existem 18 Cíveis em funcionamento em todo o Estado. Considerados como a forma mais ágil de prestação de serviços do Judiciário, os Juizados se baseiam na conciliação das partes, que tem apresentado um índice de 71%. Gisela Pires afirmou ainda que o Criminal de Vitória será entregue à população completamente informatizado e que amanhã será inaugurada também a informatização do Juizado Cível do município.

Os Juizados, segundo Gisela, são a forma mais ágil da prestação do serviço Judiciário

Senador Roberto Freire discorda da CPI do Judiciário

O Judiciário tem problemas que precisam ser resolvidos, mas o caminho não é este. A declaração é do senador Roberto Freire, reafirmando sua posição contrária à CPI instalada pelo Congresso Nacional para investigar o Poder Judiciário. "Se há enriquecimento rápido por parte de algum magistrado, a Receita Federal pode investigar o suspeito, porque não há nenhum impedimento legal para isso. A Receita pertence ao Executivo, mas ele não faz nada", disse o congressista, durante o debate realizado pela Associação dos Magistrados de Pernambuco - Amepe, segunda-feira.

O senador pernambucano afirmou, ainda, que o episódio tem servido principalmente para o Congresso aparecer no cenário nacional, ocupando o espaço na mídia. "O Congresso aparece nas polêmicas. Há, hoje, uma pressão social e aí ele se movimenta", declarou Freire, criticando particularmente o senador Antonio Carlos Magalhães, a quem classificou de personalista. Freire lembrou que, há vários anos, tramita no Congresso Nacional um projeto que propõe o fim do nepotismo em todos os poderes. "ACM votou contra", disse.

> Roberto Freire
>
> *"A Receita pode investigar o magistrado suspeito. Não há impedimento legal"*

Numa crítica a certos congressistas aos quais classificou de meros "negocistas". Freire disse que há gente que, mesmo beneficiada pelas mazelas do poder, é capaz de se colocar na vanguarda das mudanças pela pressão das circunstâncias. "O fim do juiz classista já foi aprovado na Comissão de Justiça. Em outro momento, o mesmo projeto poderia ser rejeitado", declarou o senador Roberto Freire, encerrando a palestra promovida pela Amepe.

Esmape abre inscrições para magistratura

A partir do dia 17, bacharéis em Direito interessados no curso de preparação à magistratura podem adquirir o manual do candidato, na sede da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. O manual custa R$ 5 e vem com ficha de inscrição para recolhimento no Bandepe. A Esmape oferece 100 vagas, divididas em duas turmas. A prova, que dessa vez vem com ponto de corte, está marcada para 11 de julho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fabio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aurel Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

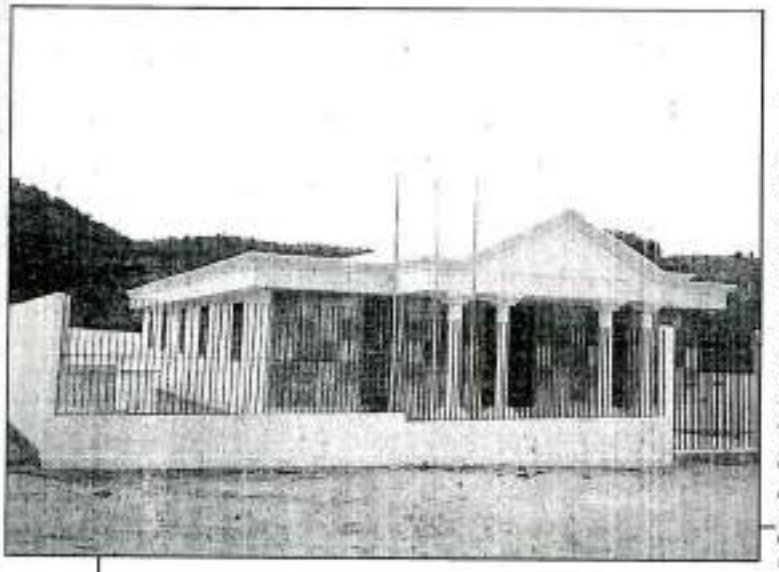
Redação: Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.116

e-mail: azza@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 84 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 7 de maio de 1999



O novo Fórum de Bonito tem uma área construída de 265 m²

Bonito ganha novo Fórum

Depois de cinco anos funcionando na Câmara Municipal, o Poder Judiciário de Bonito tem agora sede própria. A inauguração está marcada para quarta-feira, às 17 horas, na rua Félix Portela, no Bairro do Salgado. A construção do novo Fórum, iniciada em dezembro de 1997, foi concluída no final de março deste ano, e o Tribunal de Justiça já enviou a maioria do mobiliário e equipamentos requisitados, de acordo com informação da Diretoria de Infra-Estrutura.

Segundo o arquiteto Hugo Paixão, da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, o prédio tem uma área construída de 265 m² e terá espaço em suas dependências para um cartório único, cartório eleitoral, sala da Promotoria, sala de audiência e gabinete de juiz, sala para Assistência Judiciária, cela, arquivo, Tribunal do Júri com capacidade para 70 pessoas, banheiros públicos, copa e recepção. Orçado em um total de R$ 109 mil, o investimento na construção do Fórum contou com a parceria da Prefeitura de Bonito. Um levantamento da Comarca - formada por um magistrado, um chefe de secretaria e um oficial de Justiça - constatou que existem cerca de 1.700 processos tramitando na Vara única do município. O juiz Severino Coutinho, que responde pela Comarca, afirmou que a maioria dos feitos são cíveis e que, com dependências próprias, o Fórum poderá atender a população de forma apropriada. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura informou ainda que foi iniciada a construção de um Fórum nos mesmos padrões na Comarca de Tuparetama.

TRE tem novo integrante

O juiz Fernando Cerqueira Norberto, da 4ª Vara da Fazenda Municipal, é o mais recente integrante do Tribunal Regional Eleitoral. Escolhido pelo colégio de desembargadores durante reunião do Tribunal Pleno, Norberto vai compor o TRE, como membro substituto, durante o próximo biênio em substituição a Jovaldo Nunes Gomes, que teve o mandato expirado.

Comunidades recebem o Justiça nas Ruas

A Ouvidoria Judiciária, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia Regional do Trabalho, o Tribunal Regional Eleitoral e o Clube das Mães Carentes de Santo Amaro, realiza neste sábado o projeto A Justiça nas Ruas. O caminhão, que já esteve na comunidade do Coque, estará na Praça do Escorrego, das 8 às 17 horas, atendendo os moradores do Campo do 11 e da Ilha de João de Barros. O programa recebe também o apoio das Associações de Moradores, de Idosos, Adolescentes e Deficientes e do Espaço Cultural Ilha de João de Barros.

Hoje tem Agenda Livre para a população

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, volta a guardar sua agenda, hoje, para o público no projeto Agenda Livre. As portas do gabinete serão de novo abertas sem hora marcada, para atendimento por ordem de chegada.

O índice de atendimento do Agenda Livre é de 87% dos casos

Esta semana - quarta-feira - foram atendidos sete servidores que desejavam tratar de assuntos de seu interesse. É o programa Fale com o Presidente, iniciado em fevereiro, para tratar de questões administrativas e funcionais, sempre na primeira quarta-feira de cada mês, pela manhã. Não é necessário agendamento prévio e, assim como o Agenda Livre, o Fale com o Presidente tem o objetivo de transformar o Judiciário num Poder mais aberto e mais próximo do cidadão. O atendimento é feito pessoalmente por Etério Galvão, buscando uma solução mais rápida para as queixas e problemas apresentados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gomes

Redatores: Roberto Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE

Fone (081) 419-3251 Fax 424.1663

e-mail: ascom@tje.pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 83 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 6 de maio de 1999

Justiça vai a Santo Amaro

Santo Amaro é a comunidade que vai receber neste sábado o projeto A Justiça nas Ruas, a partir das 8 horas. O caminhão ficará estacionado na Praça do Escorrego durante todo o dia até as 17 horas, atendendo os moradores das áreas da Ilha de João de Barros e Campo do 11 na emissão de documentos. Entre as necessidades detectadas na comunidade, está a emissão de carteira de identidade, de trabalho, certidão de nascimento, título de eleitor e entrada nos documentos para a realização de casamento civil.

O projeto A Justiça nas Ruas está diretamente ligado à Ouvidoria Judiciária. Todo o trabalho de implantação do programa nas comunidades conta ainda com o apoio da Coordenadoria Geral dos Juizados e da Assessoria de Comunicação Social. As associações de moradores têm solicitado, por meio de ofício, a realização do projeto nos seus respectivos bairros, com o objetivo de atender a demanda da população. Como a quantidade de pedidos tem ultrapassado a expectativa do Tribunal de Justiça, eles serão atendidos rigorosamente por ordem de chegada.

Segundo a coordenadora dos Juizados Especiais, Gisela Pires, antes da implantação do projeto nas comunidades, é feito um levantamento das necessidades dos moradores da área quanto ao trabalho proposto pelo Justiça nas Ruas. "Nós temos ido à comunidade para definir com os líderes o local que o caminhão vai ficar estacionado e para sentir as expectativas da população", explicou Gisela Pires.

Avaliação

Por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça, os pedidos são atendidos por ordem de chegada, além de serem submetidos a uma avaliação técnica

A Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia Regional do Trabalho e o Tribunal Regional Eleitoral estão entre os órgãos que dão apoio ao projeto. Na comunidade de Santo Amaro, o Justiça nas Ruas é feito em parceria com o Clube das Mães Carentes de Santo Amaro, presidido por Edilene da Silva Andrade. O projeto recebe ainda o apoio das Associações de Moradores, de Idosos, Adolescentes e Deficientes e do Espaço Cultural Ilha de João de Barros.

Instalado em fevereiro, como parte da Ouvidoria Judiciária, o Justiça nas Ruas já esteve na Comunidade do Coque, onde atendeu mais de 700 pessoas, resultando no casamento comunitário de 80 noivos, no dia 21 de abril.

Olinda orienta familiares de menores em conflito com a lei

A realização de seminários voltados para familiares de crianças e adolescentes autores de atos infracionais, um serviço inédito no Judiciário, está sendo desenvolvida pela equipe de psicologia do Fórum de Olinda com o objetivo de ajudar na reabilitação daqueles menores em conflito com a lei. A iniciativa vem sendo posta em prática desde abril, quando foi realizado o 1º Seminário Sobre Estruturação da Família, organizado pela Equipe Interprofissional (EI). Do evento, participaram parentes de pelo menos 60 adolescentes.

O lúdico faz parte dos seminários da Infância e da Juventude de Olinda

Em Olinda tramitam, atualmente, 632 ações de atos infracionais cometidos por adolescentes ou crianças. Na maioria, os envolvidos nesses processos vêm de famílias de baixa renda, sem acesso a informação, portanto sem noção do que é a adolescência e menos ainda do que vem a ser um divã. "Em regra esses pais desconhecem que a adolescência é uma fase de muitos conflitos. Não sabem que esse momento de vida demanda um cuidado maior por parte de pais e educadores", esclarece Daniele Sátiro, que integra a EI, ao lado Vânia Loureiro e Fátima Carneval, psicólogas.

Foi a constatação dessa realidade que inspirou a juíza Dilza de Barros, titular da Vara da Infância e Adolescência - à qual a Equipe Interprofissional é subordinada - e a promotora de Justiça Nébia Braga, donas da idéia dos seminários. A realização ficou a cargo das três psicólogas, que elaboraram e abraçaram o projeto de forma praticamente voluntária, já que a iniciativa, sem trazer ônus para o Estado, vai além das obrigações delegadas à equipe.

Criada para auxiliar os trabalhos da Vara da Infância e Juventude, as atribuições iniciais do grupo consistiam basicamente em, a partir de entrevistas com os menores e os responsáveis por eles, elaborar laudos técnicos. Quando solicitada, também atua em outras Varas, naqueles processos em que de alguma forma haja menores envolvidos, como nos casos de separação, reconhecimento de paternidade ou guarda de filhos.

A iniciativa dos seminários parte do princípio de que a mera punição não coíbe a reincidência. Assim, a equipe vai ao encontro da principal base de convívio social do adolescente em conflito com a lei, o ambiente familiar, para levar informações que ajudem na relação entre pais e filhos. A idéia é realizar seminários em número suficiente para abranger as famílias dos envolvidos de todos os processos em andamento na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Olinda.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elcio Gabão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Cunha

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia: Ana Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3288 Fax 424.3163

e-mail: ascom@tj.pe.gov.br

...TECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 106 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 08 de junho de 1999

TJPE implanta sistema JudWin na Capital

A partir do próximo mês, o JudWin - sistema de controle de movimentação processual que está sendo adotado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) - entrará em funcionamento na Comarca da Capital, segundo afirmou o diretor de Informática, Edmundo Mendonça. Já sendo utilizado com sucesso na Comarca de Olinda, desde abril, em Recife, o JudWin começou a ser implantado no mês passado, quando a Diretoria de Informática do Tribunal promoveu um curso básico em informática para servidores e magistrados. Atualmente acontece um curso específico, onde os servidores são treinados para operar o programa.

O novo sistema foi desenvolvido com tecnologia de última geração, com o padrão Windows. Da junção dos dois nomes - Judiciário e Windows - vem a denominação JudWin. Composto de seis módulos - Distribuição, Secretarias, Progeforo, Central de Mandados, Controle de Comarca e Execuções Penais - o programa de informatização abrange toda a tramitação de processos no 1º grau. Segundo o diretor Edmundo Mendonça, com o JudWin o usuário vai dispor de diversos canais para acompanhar cada passo do processo de seu interesse.

"A parte interessada poderá fazer sua consulta na própria Vara, na Central de Informação do Fórum, em cabines de auto-atendimento que serão implantadas em locais de grande movimentação de pessoas, como shoppings centers, ou ainda pela Internet", diz Mendonça. Para ele, o resultado final se refletirá na qualidade dos serviços jurisdicionais que, entre outras vantagens, reduzirá o fluxo de pessoas ao Fórum em busca de informações. "Esse é um dos primeiros passos para a consolidação de um novo modelo para a Justiça em Pernambuco", comemora o diretor de Informática.

Distribuição suspensa

Por causa da implantação do JudWin em Recife, onde começa a funcionar a partir do dia 5 do próximo mês, a distribuição de feitos na Capital ficará suspensa de 21 de junho a 4 de julho. Durante este período, todos os dados depositados no atual sistema de informática da Capital serão transferidos para o JudWin. A medida, baixada pelo presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, através do ato 705/99, publicada no Diário Oficial do último dia 2, prevê que apenas os casos urgentes deverão ser distribuídos.

São considerados urgentes recursos como habeas corpus, mandados de segurança, citação, ações envolvendo crianças, entre outras.

Todas as medidas, inclusive as consideradas urgentes, antes de distribuídas deverão ser submetidas à supervisão do juiz de Direito. "Como o prazo de suspensão das distribuições coincide com as férias forenses, cada caso será apreciado pelo magistrado de plantão", informou o diretor do Fórum do Recife, juiz Bartolomeu Bueno.

O sistema JudWin, tecnologia das mais avançadas, vem sendo cuidadosamente implantado pela diretoria de Informática

Justiça e Cidadão

Crédito - O cancelamento da inscrição do consumidor junto às entidades de proteção ao crédito é de responsabilidade daquele que promove a restrição e deve ser procedida imediatamente após a quitação ou em tempo razoável.

Interesse protegido - o dano moral é a lesão de um interesse ou bem juridicamente protegido, e seu ressarcimento visa à compensação pela injusta lesão ao patrimônio imaterial do indivíduo, visando com isso diminuir o sofrimento causado.

Dano moral - a partir da Constituição de 88, o dano moral ganhou autonomia. Para sua ocorrência, basta que tenha havido lesão a um dos direitos fundamentais com capacidade de causar aprensão, constrangimento sofrimento, dor.

Saúde - as seguradoras de saúde não podem eximir-se do pagamento do prêmio contatado sob alegação de doença preexistente, se o segurado desconhecia o seu verdadeiro estado de saúde quando assinou o contrato, o que configura sua boa-fé.

Nova Diretoria visita Etério

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebeu os novos diretores da Associação dos Servidores do Judiciário estadual, eleitos na semana passada. Ao grupo, integrado por Dayse Cordeiro (presidenta), Rafael Barbosa (vice), Marcos Heliodoro (do conselho fiscal) e Oto Siqueira (tesoureiro), o presidente do TJPE desejou êxito: "Espero que a entidade cresça e que mantenhamos um bom relacionamento, embora com divergências e sem nenhuma subordinação". Os diretores, por sua vez, afirmaram que a intenção é estabelecer uma relação amistosa com o TJPE.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mirtes Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Cristiane Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia:
Ana Lima

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: cristi@jpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 107 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 09 de junho de 1999

Laboratório de Genética atende população carente

Aqueles que não têm condição de pagar exames de DNA e tiverem ação na Justiça serão encaminhados, por meio da Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado, ao novo Laboratório de Genética Humana, inaugurado pela Universidade de Pernambuco

O Laboratório de Genética Humana da Universidade de Pernambuco (UPE), resultado de um convênio entre a UPE e o Tribunal de Justiça, foi inaugurado sexta-feira. O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, participou da inauguração que contou com a presença do reitor da UPE, Emanuel Dias.

Durante a inauguração, o reitor lembrou que, há cerca de 20 anos, a Universidade de Pernambuco planeja a criação e instalação do laboratório que só foi possível agora, com a ajuda do Judiciário pernambucano.

O presidente Etério Galvão lamentou que a pesquisa e a ciência precisassem esperar tanto pelo laboratório. Ao mesmo tempo, Etério comemorou o fato do Tribunal de Justiça ter tido condições de ajudar na instalação da unidade.

"O investimento que fizemos é pequeno, perto dos benefícios que um laboratório como esse trará, não só para o funcionamento da Justiça, como para todo o Estado", ressaltou o presidente do TJPE. O Tribunal investiu R$ 112 mil que foram utilizados para equipamentos e estrutura do novo laboratório, que funciona no Hospital Oswaldo Cruz.

O presidente Etério Galvão participou da inauguração do laboratório da UPE

Esmape prorroga inscrições para exame de seleção

A Escola da Magistratura prorrogou até sexta-feira, 11, o prazo de inscrições para o exame de seleção ao curso de preparação à magistratura. A prova está marcada para julho, também no dia 11.

Destinado a bacharéis em Direito, o curso tem duração de três semestres, dois deles voltados à Justiça comum e o último, à área trabalhista. O juiz Humberto Inojosa, supervisor de Deontologia da Esmape, informou que são cem vagas. Atualmente, a Escola tem 365 alunos.

As inscrições podem ser feitas à noite, no Colégio Americano Batista, onde funciona a sede provisória da Esmape. A inscrição custa R$ 65 e o manual, R$ 5.

> As inscrições para o curso de preparação à magistratura podem ser feitas até sexta-feira, na sede da Esmape, no Colégio Americano Batista

Seminário - também na sexta 11 termina o I Seminário Regional Sobre Sistema de Segurança e Justiça, organizado pela Defensoria Pública e Instituto do Ministério Público, com apoio da Escola da Magistratura e da Associação dos Magistrados de Pernambuco. Realizado em Serra Talhada, tem objetivo de discutir o aperfeiçoamento das instituições que integram o sistema de segurança e justiça do estado.

O juiz Humberto Inojosa participa do seminário como representante da Esmape e da Amepe. Ele é um dos debatedores do painel "A proteção dos oprimidos" que se realiza amanhã. O seminário reúne magistrados, promotores, defensores públicos, polícias militar e civil e integrantes do Direito.

Mais de cem pessoas procuram Agenda Livre

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, atendeu cerca de 125 pessoas, na última sexta-feira, durante o projeto Agenda Livre.

Realizado a cada primeira sexta-feira do mês, o projeto Agenda Livre continua mantendo os índices de procura registrados desde o seu lançamento, em abril do ano passado. Segundo a chefe de gabinete da Presidência do TJPE, Paola Freitas, a regularidade da média de procura mensal pelo Agenda Livre é reflexo da credibilidade que a iniciativa do presidente do TJPE alcançou junto à sociedade. "A média de solução dos problemas que chegam aqui ultrapassa os 88%", justifica.

Ainda segundo Paola, quase todas as pessoas que procuram o Agenda Livre vêm ao Tribunal pela primeira vez. "O número de pessoas que retorna, para agradecer ou porque surgiu um fato novo diante do problema, é mínimo", disse ela.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora da Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: ssinf@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 108 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 10 de junho de 1999

Pernambuco participa da reconstrução do Judiciário moçambicano

Roberta Tavares

Um grupo de juízes moçambicanos vem a Pernambuco no final do ano. A visita deve coincidir com a inauguração do novo Fórum da Capital, oportunidade que os representantes daquele Judiciário terão para conhecer de perto a Justiça estadual. O programa inclui visitas aos Juizados Especiais, Comarcas e Tribunal de Justiça, oferecendo uma idéia do funcionamento do Judiciário nas 1ª e 2ª Instâncias.

A viagem é parte do programa de reestruturação do Judiciário moçambicano, do qual participam o desembargador Og Fernandes e Zélia Mendonça, representantes do Tribunal de Justiça, e o consultor jurídico Ivon Pires Filho, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO. O grupo esteve em Moçambique, em outubro passado, avaliando as suas condições e necessidades.

O programa de reestruturação é resultado do interesse que a Organização das Nações Unidas vem demonstrando desde 1993, quando o país assinou acordo de paz. Moçambique vivia em constantes guerras internas, mesmo depois de declarado independente de Portugal em 1973.

A participação pernambucana teve início depois das eleições livres em 1994, quando o consultor jurídico Ivon Pires Filho elaborou uma nova legislação fundiária, capaz de adequar o país à realidade política que se configurava com apoio da comunidade internacional.

Sem estrutura para atender à demanda seria decorrente da nova legislação sobre terras, meio ambiente e recursos naturais, o governo moçambicano sentia a necessidade de fortalecer o sistema jurídico nacional. Pernambuco foi então escolhido para participar da reconstrução do Judiciário da ex-colônia portuguesa.

Representantes do TJPE viajaram a Moçambique

Mudanças

O sucesso do cumprimento da nova legislação, que prevê inclusive uma lei sobre florestas e fauna brava, ainda em discussão, depende de uma conscientização pública, de acordo com o relatório elaborado pelo grupo. O esclarecimento à população, contudo, não será suficiente para evitar os conflitos naturais no momento em que se inova a sistemática jurídica de um país que ainda decide os conflitos segundo os costumes de cada localidade.

De acordo com o desembargador Og Fernandes, o Judiciário de Moçambique não está acostumado a lidar com os conflitos coletivos decorrentes da nova legislação, podendo-se prever o aumento da situação crítica em que se encontra a Justiça daquele país. O Tribunal Supremo costuma, inclusive anular muitas decisões de instâncias inferiores, o que agrava os problemas.

Zélia Mendonça foi a Moçambique para discutir projeto para o Judiciário

O projeto de apoio ao sistema judiciário de Moçambique propõe a publicação de artigos e livros com comentários sobre a lei de terras, do meio ambiente e dos recursos naturais, para servir como fonte do direito e da jurisprudência. A nova legislação também deverá ser amplamente divulgada para orientar os cidadãos, especialmente os das comunidades locais, não apenas sobre seus direitos, mas como ter acesso ao novo judiciário.

Troca de experiência

O processo de mudanças da Justiça pernambucana, que tem como marca a abertura à sociedade, serve de base para o grupo apresentar propostas da reestruturação judiciária moçambicana. Com experiência em planejamento e organização judiciárias, Zélia Mendonça prevê que a partir do próximo ano, o governo moçambicano dê início ao projeto. A Justiça em Moçambique é integrada pelos Tribunais Comunitários, Distritais e Provinciais. Nos dois primeiros, os juízes são pessoas da comunidade, sem formação jurídica e sem receber qualquer remuneração dos cofres públicos. A deficiência de treinamento é nítida, o número de magistrados é insuficiente e existem críticas sobre a qualidade das sentenças, com uma crescente sobrecarga de serviço.

Somente os Tribunais Provinciais dispõem, em cada Corte, pelo menos de um juiz com formação jurídica completa. Segundo o consultor Ivon Pires, eles deverão facilitar a compreensão dos conceitos da nova legislação. O projeto inclui a formação de juízes e integrantes do ministério público, de oficiais de justiça, de servidores quanto às leis e procedimentos administrativos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edésio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia: André Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3204 Fax 424.1163

e-mail: oficial@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 109 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 11 de junho de 1999

Reunião avalia andamento do Plano de Gestão

O percentual de realizações previstas para este ano no Tribunal de Justiça subiu de 48%, avaliados em março, para cerca de 60%. A nova situação estatística do Plano de Gestão foi apresentada, esta semana, pela Coordenadoria de Organização e Planejamento. O resultado inclui os cinco objetivos da administração: melhoria de serviços, abertura do Judiciário para a sociedade, moralização, melhoria da infra-estrutura e valorização profissional.

Embora muita atividade tenha sido provisoriamente suspensa, em razão do corte de recursos, a situação é positiva, conforme avaliação da coordenadora Zélia Mendonça. Das 509 atividades previstas no Plano de Gestão, mais de 260 estão em dia ou concluídas e apenas 63 estão em atraso e outras 60, representando 12% do total, ainda serão iniciadas.

TJPE já cumpriu 60% do previsto pelo Plano de Gestão

A informatização está praticamente em todas as atividades dos cinco objetivos específicos. O projeto já está 59,5% implantado contra 42,6% da situação em março. Todos os micros das Varas da Capital e Interior já foram distribuídos e o projeto-piloto do sistema Judwin, implantado em maio em Olinda, encontra-se em fase de adequação e melhorias.

A previsão é de que até 5 de julho o Judwin entre em funcionamento na capital e depois seja estendido a Comarcas de 2ª Entrância, interligando setores e facilitando a execução de atividades processuais e o acesso dos usuários a informações de seu interesse. Quando estiver em funcionamento, representará uma economia de quase metade do tempo que hoje é gasto pelos funcionários.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, participou da reunião com secretários, diretores e assessores. Segundo ele, os meses que faltam para completar sua gestão de dois anos é tempo suficiente para ainda fazer muita coisa.

Etério Galvão visita Academia de Polícia

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, visitou, na última terça-feira, 8, a Academia de Polícia Civil do estado. Recebido pelo diretor da instituição, Edson Nogueira, e pelo deputado Antonio Moraes, Galvão atendeu ao convite da Academia para conhecer as novas e modernas instalações da instituição.

Salas para treinamento de tiro e um ginásio esportivo com capacidade para 2 mil pessoas integram, entre outras, as novidades adquiridas para a Academia de Polícia. Os recursos foram obtidos através de doações de empresas particulares, sem qualquer ônus para os cofres públicos. A sede da Academia fica na rua Tabira, Boa Vista.

Tribunal realiza hoje casamento comunitário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco realiza, hoje, a partir das 13h, no auditório do Fórum Thomaz de Aquino, o segundo casamento comunitário para pessoas de baixa renda. Desta vez, a iniciativa beneficiará 17 casais residentes em Santo Amaro. Os noivos se habilitaram por ocasião do projeto A Justiça nas Ruas, realizado naquele bairro no mês passado.

Antes da formalização do casamento, os candidatos participarão de duas palestras. Na primeira, ministrada pela coordenadora do Centro de Apoio Psicossocial, psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, os casais vão ouvir uma exposição sobre os aspectos emocionais da convivência a dois. "O conteúdo dessa palestra é o mesmo apresentado durante os encontros com noivos, realizados a cada terça-feira", disse Helena.

A segunda palestra será ministrada pelo juiz Alexandre Assunção, da 1ª Vara de Família. Assunção, que também realizará o casamento, vai abordar os aspectos legais da união civil, com o objetivo de conscientizar os noivos dos direitos e deveres de cada um na relação a dois.

Gratuidade

O principal objetivo do casamento comunitário, instituído como um dos serviços oferecidos pelo Justiça nas Ruas, é oferecer às pessoas de baixa renda oportunidade de oficializarem sua situação civil.

Realizada pela primeira vez no bairro do Coque, a iniciativa beneficiou principalmente casais que já conviviam maritalmente. "A taxa de R$ 79,00, cobrada em cartório para um casamento civil, é elevada para essas pessoas. Por isso, a maioria dos candidatos são casais que já vivem maritalmente e aproveitam a gratuidade oferecida pelo Tribunal de Justiça para legalizar a situação perante a sociedade", avalia a coordenadora do CAP.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gueiros

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anaí Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE. Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.1163 e-mail: asin@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 110 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 12 de junho de 1999

Estacionamento abre vagas provisórias

A partir de segunda, 14, a Assessoria Policial Militar e Civil do Tribunal de Justiça começa a cadastrar servidores para o estacionamento provisório de julho. As vagas no Palácio da Justiça e fóruns Paula Batista e Thomáz de Aquino são decorrentes das férias de 50% dos funcionários e têm validade apenas para aquele mês.

O cadastramento dos interessados será feito durante a semana ou até que sejam preenchidas as vagas. O TJ está fazendo o levantamento para saber quantos dos funcionários em férias dispõem de estacionamento autorizado.

Para o cadastro provisório que o Tribunal de Justiça implanta nos meses de janeiro e julho, o servidor deve procurar a Assessoria Militar das 8 às 12 e das 14 às 18h, com os documentos do carro e dados funcionais, como nome, matrícula e setor de trabalho.

DRH prorroga prazo para recadastramento de inativos

Os servidores inativos do Tribunal de Justiça de Pernambuco terão até o próximo dia 22 para se recadastrarem. O prazo - antes previsto para o dia 18 - foi prorrogado em função do recesso forense, que começa no dia 23. A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) lembra que, não se recadastrando até a data estabelecida, o aposentado poderá ter seus pagamentos suspensos. Para evitar filas, os interessados também devem se antecipar, não deixando para última hora a atualização de seus dados.

Para fazer o recadastramento, os aposentados que residem na Capital devem se dirigir ao 4º andar do Fórum Paula Batista, no horário da manhã. Quem mora no Interior deve procurar a Comarca mais próxima de sua residência. O aposentado também pode fazer seu recadastramento através de procuração.

Tribunal retira projeto de custas e emolumentos

O Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu retirar da Assembléia Legislativa o projeto de lei 124/99, que trata de alterações na lei de custas e emolumentos, por não ser mais da conveniência do Poder Judiciário a sua aprovação. O projeto será reavaliado pela Assessoria Técnica do TJPE nos próximos dias e novo projeto, mais abrangente, deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo.

O projeto 124/99 foi encaminhado à AL no mês passado, após negociação prévia com representantes do Executivo, entre eles o vice-governador Mendonça Filho; o secretário de Justiça, Humberto Vieira de Melo; o procurador geral do Estado, Silvio Pessoa, e o secretário de Governo Dorany Sampaio. No projeto, estava prevista a destinação de 20% dos recursos para o Poder Executivo e não haveria reajuste dos valores atualmente cobrados.

Agenda

Cidadão

O ministro Demócrito Ramos Reynaldo, do Superior Tribunal de Justiça, vai receber o Título de Cidadão de Pernambuco. A solenidade está marcada para o dia 14, na Assembléia Legislativa do Estado. A proposta é do deputado Eudo Magalhães. Paraibano do município de Monteiro, ingressou na magistratura em 1962, quando aprovado em primeiro lugar no concurso público.

Cachoeirinha

A melhoria do Judiciário no Interior do estado se confirma novamente, terça, 15, com a inauguração das novas instalações do Fórum de Cachoeirinha. Marcada para as 17h, a solenidade vai se realizar na sede da Justiça local, Rua Diva Valença de Melo, 118, Centro. Acompanhado de assessores, o desembargador Etério Galvão, vai presidir a cerimônia.

Encontro

Temas atuais, com ênfase para a reforma do Poder Judiciário, integram a pauta de discussões da XL Reunião do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, que se realiza nos dias 17, 18 e 19, em Belo Horizonte-MG. O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, já confirmou sua presença na reunião.

Jornadas Brasileiras

O Instituto Brasileiro de Direito processual realiza, de segunda à sexta, as III Jornadas Brasileiras de Direito Processual Civil. O encontro reúne, em Salvador-BA, os maiores especialistas nacionais em processo civil. Divididas em três módulos, as Jornadas são uma organização do Instituto Brasiliense de Ensino e Pesquisa. Informações - http://www.ibep.com.br

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n (Sto Antônio - Recife-PE)

Fone(081) 419-3281 Fax 424-3163

e-mail: asins@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 111 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 15 de junho de 1999

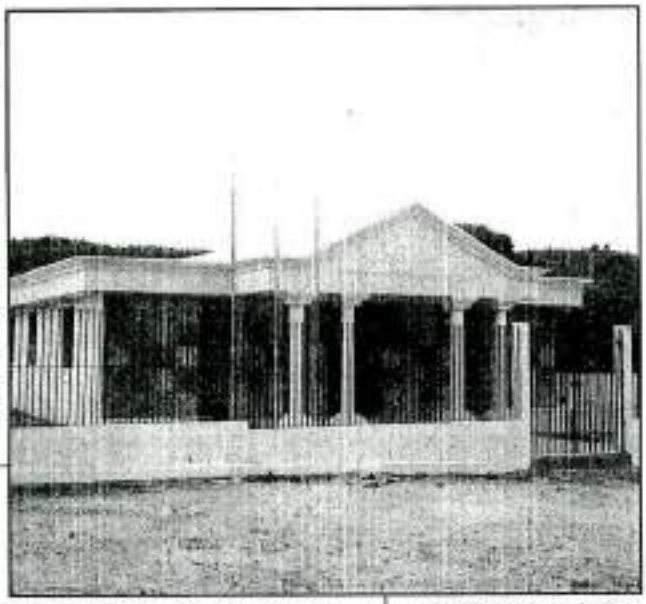
TJPE inaugura Fórum em Cachoeirinha

O município de Cachoeirinha, no Agreste do Estado, a cerca de 160 km do Recife, ganha hoje um Fórum totalmente reformado. O prédio, que já tem mais de dez anos desde a sua construção, será inaugurado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco às 17 horas.

As obras, iniciadas em novembro do ano passado, foram concluídas no final de março. Com 200 metros quadrados, o edifício tem sala para advogados, sala de audiências, gabinete do juiz, gabinete do promotor, salão do Júri, copa, banheiro e um cartório único.

Segundo um dos engenheiros da Diretoria de Engenharia e Arquitetura do TJPE, Hilton Wanderley, o investimento na reforma foi de cerca de R$ 26 mil. "O Fórum foi pintado e tivemos ainda que recuperar toda a coberta, as instalações elétricas e hidráulicas", informou Wanderley.

O engenheiro disse também que foram construídos balcões para os cartórios e recepção, além de ter sido feita uma adequação das salas.



Bonito, também no interior, teve suas novas instalações inauguradas em maio

O Tribunal de Justiça instalou, na fachada do prédio, uma placa luminosa que identifica o Fórum do município de Cachoeirinha.

Tuparetama

O TJPE está construindo ainda o Fórum de Tuparetama. De acordo com Hilton Wanderley, as obras estão na fase de fundação e a previsão é de que esteja pronto em novembro.

Justiça e Cidadão

Conta Bancária I
Uma correntista recebeu R$ 2.500 por ter sido submetida a constrangimento pelo banco, que passou a movimentar sua conta livremente, fazendo depósitos fantasmas e estornos sucessivos.

Conta Bancária II
A devolução de cheque, com motivação "conta encerrada" ou "sem fundos", quando existe saldo suficiente constitui constrangimento que pode implicar em condenação do banco por dano moral.

Carro novo
O fato de um carro 0km ter quebrado algumas vezes não se constitui em constrangimento ao comprador, se a empresa vendedora tiver prestado a assistência necessária para reparação.

Saúde
Os planos de saúde têm de cobrir doenças preexistentes caso não seja demonstrada má fé do segurado. O fato de ser uma doença congênita não caracteriza o conhecimento do segurado.

*Decisões do Colégio Recursal dos Juizados Especiais

Antologia de poetas inclui obra de desembargadores do TJPE

Os desembargadores Napoleão Tavares (ao lado) - vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco - e Manoel Rafael Neto (abaixo) estão entre os autores pernambucanos citados em Poemas de Sal e Sol - II Antologia de Poetas Nordestinos e Contemporâneos. O lançamento da obra, publicada pela União Brasileira de Escritores - Seção Pernambuco (UBE-PE), será realizado nesta quarta-feira, 16, às 19h, na sede da entidade.

Com reconhecida facilidade com versos e métrica, Tavares - que participou da primeira antologia publicada pela UBE-PE, no ano passado - e Rafael Neto terão, cada um, cinco poemas inéditos publicados. A sede UBE-PE fica na Rua Santana, 202, no bairro de Casa Forte.

Justiça itinerante chega a Nova Descoberta

Sábado 19, moradores de Nova Descoberta terão a oportunidade de tirar gratuitamente documentos de identidade, carteira do trabalho, título de eleitor e de dar entrada nos papéis para casamento civil. Tudo isso na própria comunidade, conforme proposta do programa a Justiça nas Ruas, do Judiciário pernambucano em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral, Delegacia do Trabalho, Secretaria de Segurança Pública e cartórios de Registro Civil. Das 8 às 17h.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gaspar

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
André Lima

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3301 Fax 424.3162
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 113 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 17 de junho de 1999

Produtividade mostra moralização judiciária

Sérgio Marcos

O juiz Milton Neves analisa as razões do crescimento da produtividade no Judiciário

Em dezembro passado, durante avaliação das atividades desenvolvidas em 1998, concluiu-se que a moralização do Judiciário foi, dos cinco objetivos específicos para o biênio 1998/2000, o que alcançou maiores índices de realização. Foram 82% das metas alcançadas dentro do objetivo que prevê maior fiscalização das ações do Judiciário. O resultado dos esforços empreendidos durante o primeiro ano da atual gestão do Tribunal de Justiça de Pernambuco já pode ser quantificado: o número de sentenças proferidas pelos juízes no Estado registrou um aumento médio de 34% no primeiro trimestre deste ano em relação aos três primeiros meses de 1998.

As Comarcas de 2ª Entrância foram as que atingiram os maiores crescimentos de produtividade. Entre janeiro e março de 1998, os juízes dessas comarcas deram 7.219 sentenças enquanto que de janeiro a março deste ano foram totalizadas 11.352. Isso significa um aumento de 57,25%. Na 3ª Entrância, o aumento foi 28,41%, ficando a terceira colocação para a 1ª Entrância, que registrou um crescimento de 15,88% na produtividade.

"Isso é o resultado de um ano de trabalho que vem sendo desenvolvido sob a coordenação dos desembargadores Nildo Nery e Mário Melo, no sentido de sensibilizar nossos magistrados", analisa o assessor especial da Corregedoria Geral de Justiça, juiz Milton Neves. "O resultado demonstra que o nosso apelo foi aceito. Sem uso de pressão ou ameaça, porque o objetivo não é punir", esclarece Neves. O juiz acredita que a sociedade tem sido atendida nas suas exigências. Sem querer citar nomes, Milton Neves mencionou o caso de um magistrado que esteve entre os menos produtivos no primeiro trimestre de 98 e aparece entre os quatro primeiros nos dois últimos levantamentos realizados entre outubro e março.

O número de sentenças, segundo Neves, não é o único critério a ser considerado para avaliar a atuação de um juiz. Ele lembra que na rotina de um Fórum há outras atividades igualmente importantes. "Realização de audiências - com as quais se perde muito tempo e se exige grande esforço -, administração do cartório e de todo Fórum são alguns exemplos, sem contar que no interior o juiz é procurado até para resolver brigas domésticas", diz para lembrar que as atividades do magistrado não se limitam à redação de sentenças.

De fato, não há como se dizer que uma sentença vale mais do que uma audiência, ou vice-versa. Mas o próprio juiz Neves reconhece: "Infelizmente não há outro critério mais adequado para se mensurar a produtividade do que o número de sentenças. Ela representa o final de uma ação, e isso é o que a sociedade mais exige".

Aumento do índice de produtividade entre 1998 e 1999, nas três Entrâncias:

57,25% - Terceira Entrância

28,41% - Segunda Entrância

15,88% - Primeira Entrância

"A sentença representa o final de uma ação"

Milton Neves

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n, Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 426.1163

e-mail: assis@tjpe.gov.br

TECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 114 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 18 de junho de 1999

População já é atendida na sede do Fórum de Cachoeirinha

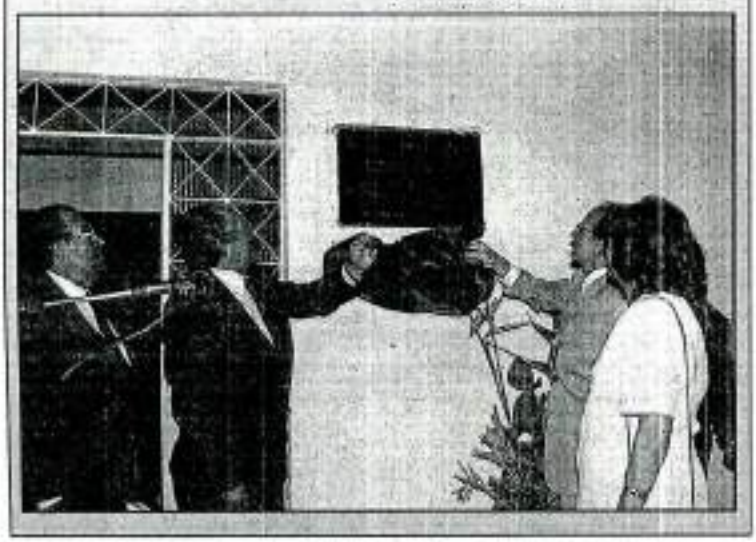
Teto trincado, rachaduras nas laterais e salão do júri sob ameaça de desabamento. Essa era a situação em que se encontrava o Fórum da Comarca de Cachoeirinha, segundo relato do juiz Adilson Agrícola Nunes, antes da reforma realizada durante o primeiro trimestre deste ano. A inauguração das novas instalações, na última quarta-feira, contou com a presença do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, do corregedor geral de Justiça do Estado, desembargador Mário Melo, juízes de Comarcas circunvizinhas e representantes do município.

O presidente do TJPE explicou que a demora para realização da reforma do Fórum de Cachoeirinha deve-se à falta de recursos do Poder Judiciário. "A Justiça ainda não conquistou a sua completa autonomia. Falta-lhe até o necessário para a manutenção dos prédios que abrigam seus serviços", disse.

Construído em 1984, pela Prefeitura Municipal, o Fórum de Cachoeirinha chegou a ser interditado pelos engenheiros do Tribunal de Justiça. Os problemas, no entanto, não se limitavam à deterioração do prédio. Sua infra-estrutura era totalmente precária, com móveis velhos e faltando até equipamentos básicos e indispensáveis ao funcionamento de qualquer repartição pública. Até a máquina de escrever utilizada nas sessões de julgamento era emprestada.

Respondendo pela Comarca desde o ano passado, Adilson Nunes agradeceu ao presidente do TJPE e à secretária de Administração, Olga Cruz, pelo rápido atendimento ao seu pedido para reforma do Fórum. "Hoje estamos instalados com um imóvel digno de receber a sociedade de Cachoeirinha e condições de trabalho. Temos telefone, fax, ar condicionado e computadores", comemorou o titular da Comarca.

O presidente Etério Galvão inaugurou a reforma do Fórum de Cachoeirinha



Nova Descoberta recebe o Justiça nas Ruas

A Ouvidoria Judiciária continua amanhã o trabalho de emissão gratuita de documentos. Os beneficiados são agora moradores de Nova Descoberta, onde se estima inicialmente um atendimento a cerca de 600 pessoas.

Em parceria com o Tribunaal Regional Eleitoral, Delegacia do Trabalho, Secretaria de Segurança Pública e cartórios de Registro Civil, será possível, mais uma vez, tirar carteiras de identidade e trabalhista, título de eleitor e dar entrada nos papéis para casamento. O trabalho faz parte do programa A Justiça nas Ruas, instituído pela Ouvidoria Judiciária e Coordenação dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça pernambucano.

As equipes de trabalho vão estar no largo do terminal de ônibus do Córrego do Inácio, localidade de Nova Descoberta, atendendo a população das comunidades vizinhas do Alto da Brasileira, Guabiraba, Estrada do Reservatório e Córregos do Inácio, da Areia, Pedro Cocada e Manoel Menino.

Segundo o presidente da Associação Comunitária do Córrego do Inácio, Severino Astrogildo, o trabalho tem participação também da Associação Comunitária do Córrego do Inácio, da Liga de Moradores do Córrego do Joaquim e da Liga de Moradores do Alto do Refúgio.

O atendimento vai ser feito no horário das 9 às 16h, segundo informou a Coordenação dos Juizados. Nova Descoberta é a terceira comunidade beneficiada com o programa A Justiça nas Ruas para as comunidades carentes.

Etério Galvão está no Encontro de Presidentes

Etério Galvão vai trazer a Pernambuco o Encontro Nacional de Presidentes que se realiza em dezembro

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, participa desde ontem do XL Encontro do Colégio Permanente de Presideates de Tribunais de Justiça do Brasil, que está sendo realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. Durante a reunião, os chefes do Judiciário têm discutido, entre outros temas, a reforma do Poder. O Colégio se reúne mensalmente para discutir assuntos atuais sobre o funcionamento do Judiciário em todo o País.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mércia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Márcio Marcos

Fotografia:
Anna Lima

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Bo Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3233 Fax: 424.1183
e-mail: adm@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 115 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 19 de junho de 1999

TJPE doa computadores para Defesa Social

O Tribunal de Justiça de Pernambuco doou 27 computadores para as Secretarias de Justiça e Defesa Social, por meio de um convênio intermediado pela Diretoria de Informática.

Na assinatura do convênio com a Secretaria de Defesa Social, o secretário Adalberto Bueno falou da importância da doação para os trabalhos do Tavares Buril e, consequentemente, para a população do Estado.

Assinado pelo presidente do TJPE, Etério Galvão, e secretário de Defesa Social, Adalberto Bueno, o convênio teve coordenação do diretor de Informática do Tribunal de Justiça, Edmundo Godoy

Os computadores vão para presídios e para o Instituto Tavares Buril

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, disse, por sua vez, que tudo é Estado e que os equipamentos não têm um proprietário. O dono é Pernambuco. "No lugar de estarem se deteriorando, os computadores serão utilizados para servir melhor a sociedade", avaliou o presidente.

Segundo o diretor de Informática, Edmundo Godoy, os computadores são usados, mas estão em bom estado de conservação. "A questão é que eles já são incompatíveis com o sistema usado no Tribunal", explicou Godoy.

Do total de computadores doados, 17 serão utilizados em presídios. Os dez restantes vão para o Instituto Tavares Buril, para agilizar o programa de emissão de carteira de identidade.

O Tavares Buril tem sido um dos parceiros do Judiciário no programa A Justiça nas Ruas, implantado pela Ouvidoria Judiciária, que emite carteiras de identidade gratuitas, entre outros documentos.

De acordo com o diretor, outros convênios estão sendo providenciados e há previsão de mais doações de computadores.

Informatização

O novo sistema de informática do Judiciário vai entrar em funcionamento na Comarca da Capital até 5 de julho, segundo informação da Diretoria.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424-1143
e-mail: asin@ipe.gov.br

AGENDA

Recesso I- De quarta-feira até o dia 30 de junho, o Poder Judiciário estadual estará em recesso, com plantões no Recife, Olinda, Jaboatão e Petrolina.
No próximo mês, são as férias forenses do 2º Grau, quando estará funcionando uma Câmara de Férias designada pela Presidência do TJPE. Os fóruns terão seu funcionamento no horário normal, das 12 às 18, em julho.

Recesso II- Durante o próximo mês, não será realizado o projeto Agenda Livre, quando o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebe a população sem marcar horário prévio. O motivo são as férias forenses de julho.

Recesso III - O ambulatório médico e odontológico do Tribunal de Justiça vai funcionar durante o recesso de julho com capacidade reduzida, em função das férias de metade dos servidores e profissionais da área de saúde. É bom confirmar a consulta marcada para aquele mês.

Ambulatório em reforma - A recepção do ambulatório médico-odontológico vai estar em reforma durante o mês de julho. As obras estarão concluídas antes de agosto, para melhor acomodar os pacientes que aguardam a hora de serem atendidos. As obras são decorrentes do aumento da demanda, segundo o diretor Fernandes Arteiro que espera, em agosto, contar também com mais três dentistas para ocupar o consultório recentemente instalado. Com os novos profissionais, o diretor acredita que será normalizado o tempo de marcação de consulta para tratamento dentário. No segundo semestre, todos os usuários do ambulatório serão recadastrados pela Diretoria de Recursos Humanos.

OTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 116 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 22 de junho de 1999

Ambulatório mantém atendimento durante recesso

O ambulatório do Tribunal de Justiça vai funcionar no horário normal, das 7 às 19h, durante o recesso forense, que tem início no próximo dia 23. Apenas na quinta-feira, 24, considerado dia santo no Recife com base em lei municipal, não haverá atendimento. Durante todo o mês de julho, o ambulatório estará também funcionando.

Segundo o coordenador de saúde do TJPE, Fernandes Arteiro, várias iniciativas vêm sendo adotadas visando à melhoria dos serviços prestados pelo Ambulatório do Tribunal. Entre as mais recentes pode ser citada a instalação de mais um consultório odontológico, que deverá funcionar em tempo integral das 7 às 19h. "Para isso, estamos dependendo da disponibilidade de três dentistas, os quais já estão sendo requisitados junto ao Poder Executivo", informou Arteiro.

Ainda segundo o coordenador de saúde, a chegada de mais três odontólogos, que implica no aumento da disponibilidade de consultas, vai equilibrar a oferta desse serviço em relação à procura, que tem sido muito grande. "No ambulatório, são atendidas em média duas mil pessoas por mês. Desse total, pelo menos 1200 são consultas odontológicas", disse Arteiro.

Homeopatia

A Homeopatia é uma das especialidades mais recentemente colocadas à disposição dos servidores, através de credenciamento feito pelo Ambulatório com o consultório do médico, Sylvio Pinho. Com a apresentação da carteira funcional, o interessado tem acesso a consultas pela tabela da Associação Médica Brasileira (AMB), que é de R$ 25,00. Uma consulta homeopática pode chegar a R$ 100,00.

O consultório de homeopatia fica na Rua do Sossego, 588, e os servidores do TJPE podem ser atendidos nas segundas, quartas e quintas-feiras. A marcação de consultas pode ser feita pelo telefone 221-5147.

Ortopedia

Já as consultas em Ortopedia e Traumatologia, para os problemas de coluna, tendinite e dor articular, estão sendo marcadas para as segundas, terças e quintas-feiras, a partir das 14h, no próprio ambulatório, gratuitamente, de acordo com informação do coordenador de saúde.

Justiça e Cidadão

Seguro - o contrato de seguro pressupõe, mais do que qualquer outro contrato, uma completa e recíproca boa fé entre segurado e subscritor, tanto no momento de sua formação quanto no curso de sua execução.

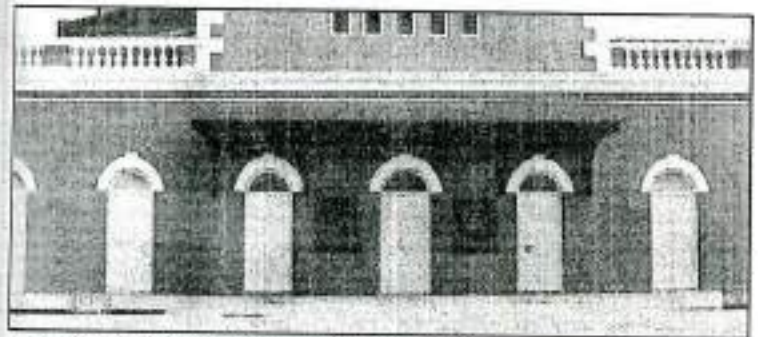
Parto - entenda-se por "despesas de parto" não apenas as da parturiente, mas também aquelas com o recém-nascido, na ocasião do seu nascimento, obrigado a permanecer no hospital em decorrência de complicações.

Saúde - empresas de saúde que compram carências de outros planos e aceitam o candidato sem examiná-lo o fazem com todos os males que o segurado possa ter. A decisão é do Colégio Recursal dos Juizados

Restituição - A recusa de restituição de valores pagos com o tratamento de saúde de associado de plano de saúde é abusiva quando é baseada em tratamento clínico ou cirúrgico imprevisível principalmente quando existe risco de vida.

*Decisões do Colégio Recursal dos Juizados Especiais

Memorial recebe visitantes



A antiga Estação do Brum foi restaurada pelo Poder Judiciário

Trinta participantes do 12º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito visitaram o Memorial da Justiça na última sexta-feira. Recepcionados pelo diretor de Documentação Judiciária, Rômulo Belém de Alencar, e por outros integrantes do Poder Judiciário, os visitantes conheceram a antiga Estação do Brum, construída no século XIX, que foi completamente restaurada pelo Poder Judiciário e onde atualmente funciona o Memorial da Justiça.

Durante a visita, foi realizada uma palestra pelo arquiteto e autor do projeto de revitalização, José Luis da Mota Menezes.

Segundo o diretor Rômulo Belém de Alencar, o Memorial, que ainda será inaugurado, conta com uma parte do acervo administrativo e iconográfico. O diretor disse ainda que o Memorial vai receber, com marcação prévia, grupos limitados de pessoas que queiram conhecer o prédio.

TJPE suspende distribuição processual

A distribuição e movimentação eletrônica processual ficam suspensas até o dia 4 do próximo mês, nas Comarcas do Recife e Olinda. A decisão é do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão. O motivo é a implantação do sistema JudWin na Comarca da Capital, uma vez que será realizado o processo de conversão e atualização dos dados do atual sistema de informática da Comarca do Recife.

Como Recife e Olinda estão interligadas por um mesmo sistema, a distribuição e movimentação de feitos foram suspensas nas duas Comarcas.

Os pedidos urgentes e as causas que devem ter prosseguimento nos feriados forenses serão distribuídos por processamento eletrônico de dados, por meio de um sistema especial desenvolvido. Esse trabalho terá a supervisão do diretor do Foro.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social: Márcia Cuenca

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife/PE
Fone/FAX: 455-3225 Fax: 424-1385
e-mail: cinet@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 117 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 23 de junho de 1999

Justiça nas Ruas realiza cerca de 600 atendimentos

Mais de cem casais deram entrada na documentação para casamento

Cerca de 600 atendimentos foi o saldo do projeto A Justiça nas Ruas, que esteve em Nova Descoberta, no último sábado, segundo um levantamento da Coordenação dos Juizados.

Serviços como emissão de carteiras de identidade, carteiras profissionais, certidões de nascimento, antecedentes criminais, títulos de eleitor, documentação para casamento foram oferecidos durante o projeto, que funcionou das 9 às 16 horas.

A novidade desta vez foi o Instituto Tavares Buril ter colaborado com dois ônibus, o que dobrou a capacidade de atendimento na emissão de carteiras de identidade. De acordo com os dados da Coordenação, foram providenciadas mais de 200 identidades.

A procura para dar entrada na documentação de casamento também foi grande: 107 casais se habilitaram para a cerimônia civil.

Para coordenadora dos Juizados e uma das organizadoras do projeto, Gisela Pires, o resultado da ida a Nova Descoberta foi positivo e a demanda da comunidade pelos serviços oferecidos mostra a importância do trabalho que vem sendo realizado pela Ouvidoria Judiciária.

Foram emitidas mais de 200 carteiras de identidade e cerca de cem títulos de eleitor, segundo levantamento

Ainda segundo o levantamento realizado, foram emitidas 57 carteiras profissionais, 35 certidões de nascimento, 68 antecedentes criminais e ainda 97 títulos de eleitor.

Gisela Pires afirmou que a idéia é de que o projeto seja realizado mensalmente para atender às comunidades que têm enviado ofícios à Ouvidoria Judiciária, solicitando os serviços.

Comunidades

Nova Descoberta já é a terceira comunidade atendida pelo Justiça nas Ruas, projeto que foi implantado pela Ouvidoria Judiciária pela primeira vez na comunidade do Coque. Já no mês passado, foi a vez da comunidade de Santo Amaro.

Og Fernandes apresenta experiência da Ouvidoria durante Encontro de Presidentes

O desembargador e ouvidor Og Fernandes participou, junto com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça.

Durante a reunião, foi aberto um espaço para que o desembargador Og Fernandes fizesse uma exposição sobre a experiência da Ouvidoria Judiciária e seus resultados em Pernambuco.

Para o ouvidor, a implantação da Ouvidoria é sobretudo um passo para estreitar as relações entre o Judiciário e a sociedade. Segundo ele, o órgão funciona como um canal de comunicação. "A importância da Ouvidoria pode ser avaliada se observarmos as mais de 1.300 solicitações já realizadas pela população", explicou Og Fernandes.

O ouvidor falou também sobre a visão do Judiciário quanto a esse tipo de serviço. Segundo ele, aos poucos, os integrantes do Poder têm se sensibilizado para a necessidade de uma maior aproximação com a sociedade e têm se mostrado receptivos ao trabalho desenvolvido pela Ouvidoria Judiciária.

Cinco estados ficaram interessados pela experiência pioneira de Pernambuco, de acordo com Og Fernandes. Amazonas, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Espírito Santo vão receber um material que explica mais detalhadamente a atuação da Ouvidoria Judiciária e o seu trabalho junto à população que procura a Justiça.

Moradores de Nova Descoberta fazem fila para serem atendidos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Dra. Mária Maia

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163

e-mail: asimp@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/cojo

Ouvidoria Judiciária: 0800.81.5251

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 122 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 2 de julho de 1999

palestra

Judiciário debate estresse

O estresse foi apontado como um problema, segundo Da Paz

"Estresse. Você pode ser o próximo" é o tema da palestra que será promovida nesta terça-feira, às 17 horas, no auditório do I Tribunal do Júri, no Fórum Thomáz de Aquino.

A iniciativa é da Diretoria de Recursos Humanos em conjunto com a Coordenadoria de Saúde. O palestrante é instrutor de relações interpessoais, João Vilas Boas.

De acordo com a diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, a palestra tem o objetivo de atender a demanda observada na pesquisa recentemente realizada sobre a qualidade de vida dos servidores da Capital.

"Na pesquisa, percebemos que o estresse foi o principal problema apontado pelos funcionários do Judiciário", explicou Da Paz Brasil.

Ela disse ainda que a proposta é de uma palestra descontraída, com uma abordagem simples do tema, enfocando as possibilidades de encontrar soluções práticas para as tensões do dia-a-dia.

Os interessados que quiserem participar da palestra devem procurar o Setor de Seleção do DRH para fazerem suas inscrições. O telefone é 419-3439.

TJPE volta do recesso

O Tribunal de Justiça de Pernambuco retomou, ontem, suas atividades depois do recesso entre os dias 23 e 30, que é garantido pela Lei 8034/79 do Código de Organização Judiciária Estadual.

Durante o período, funcionou o Plantão Judiciário, nas Comarcas do Recife, Olinda, Jaboatão e Petrolina e o Centro Integrado de Saúde. Com o retorno, o funcionamento dos Fóruns passa a ser normal.

No Tribunal de Justiça, devido às férias forenses garantida aos desembargadores nos meses de janeiro e de julho, vai funcionar uma Câmara de Férias, durante todo o mês. Criada em 1993 e formada por três desembargadores, a Câmara de Férias existe para dar andamento às ações urgentes que tramitam na 2ª Instância, como mandado de segurança, agravo regimental e ação cautelar.

Os desembargadores José Antônio Macedo Malta, Fausto Freitas e Manuel Alves da Rocha foram designados pelo presidente do TJPE, desembargador Étério Galvão, para responder pela Câmara.

Segundo informação da Secretaria Judiciária, os setores que integram o Tribunal de Justiça vão funcionar em horário normal.

Servidores dos Juizados fazem treinamento

A Coordenação dos Juizados Especiais e a Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco realizaram treinamentos nos JECs. O último foi com os servidores do Juizado da Boa Vista, que fizeram o curso com os instrutores da Diretoria de Informática do TJPE, segundo informou a coordenadora dos Juizados, Gisela Pires.

São conciliadores, secretários, auxiliares e assistentes que estão sendo treinados. "O objetivo é de que todos os funcionários aprendam a digitar para que os serviços sejam agilizados", explicou Gisela Pires. Atualmente, os conciliadores têm um assistente. A idéia da Coordenação é de que os próprios conciliadores passem a digitar suas audiências.

Outra inovação no funcionamento dos juizados será o atendimento de queixas já no computador. Hoje, o atendente preenche um formulário manualmente e depois passa para outra pessoa que se encarrega de digitar as informações sobre a queixa. "Esse procedimento já não se justifica com todos os recursos que dispomos. Além disso, torna o trabalho lento", analisou a coordenadora. Esse tipo de treinamento já foi realizado também no Juizado do Consumidor, em Vitória de Santo Antão e Caruaru, de acordo com Gisela Pires, e será expandido por todos os Juizados Especiais.

Gisela Pires informou que todos os Juizados vão passar pelo treinamento

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Clóvilo

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Clotildeane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asscom@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 123 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 3 de julho de 1999

Vara implanta conciliação para litígios em família

Alexandre Assunção diz que o projeto vai oferecer uma chance de conciliação

Dos cerca de 65 processos mensalmente distribuídos para a 1ª Vara de Família da Capital, 50 são ações litigiosas. É para essas que o juiz Alexandre Assunção pretende implantar, a partir de quarta-feira, um projeto diferenciado, buscando quebrar resistências e oferecer uma chance para acordo entre as partes envolvidas.

Baseado na experiência gaúcha, o projeto aqui recebeu adaptações para melhor resolver questões familiares como divórcio, separação e alimentos que tramitam em litígio. Com uma audiência preliminar de conciliação, realizada apenas no horário da manhã - para evitar atraso nas audiências marcadas regularmente à tarde - as partes serão ouvidas e conscientizadas para a importância do acordo na resolução do conflito.

O juiz vai contar com a colaboração da Ouvidoria Judiciária que designou dois conciliadores para as audiências preliminares. O projeto, que será implantado a título de experiência, conta também com a participação da equipe de psicólogas e assistente social do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça, responsáveis por uma palestra de aconselhamento antes da audiência.

Ações litigiosas terão tratamento especial da 1ª Vara de Família da Capital, a partir de quarta-feira

De acordo com o juiz Alexandre Assunção, a audiência de conciliação será marcada no máximo um mês após a distribuição do processo para a 1ª Vara. O objetivo, segundo ele, é realizar pelo menos dez audiências dia. A conciliação vai funcionar em sala reservada no térreo do Fórum Thomaz de Aquino, onde estão as Varas de Família da Capital.

Corregedores divulgam Carta de Teresina

A reforma do Judiciário, ressocialização de presos sentenciados, critérios para promoção de juízes, alienação de imóveis e gratuidade do registro de nascimento foram alguns dos temas abordados durante o XVIII Encontro Nacional de Corregedores Gerais de Justiça, em Teresina (PI). O evento reuniu 25 desembargadores que representavam os 24 estados, além do Distrito Federal.

Na Carta de Teresina, documento que resume as conclusões dos debates realizados, os corregedores afirmam que a reforma do Poder Judiciário, há bastante tempo esperada, é muito necessária. Os participantes do encontro entendem que sua realização não pode acontecer sem a efetiva participação do próprio Judiciário.

Sobre a ressocialização de encarcerados, os corregedores entendem que só poderá ser alcançada com a participação de todos os segmentos da sociedade. A criação de Conselhos da Comunidade em todas as Comarcas é apontada como um dos instrumentos imprescindíveis para se alcançar o objetivo desejado. Eles afirmam, ainda, que cabe às autoridades judiciárias apoiarem ao máximo a implantação daqueles conselhos.

Os Juizados Especiais, Cíveis e Criminais, foram mais uma vez apontados pelos corregedores como instrumento democratizador da Justiça. O colégio de corregedores se fundamenta no fato de que os Juizados estão colocados ao alcance também das camadas economicamente mais carentes da sociedade.

Sobre a emissão de registros civis, os corregedores reafirmaram que se constitui em ato jurídico essencial ao reconhecimento do exercício da cidadania. Por isso entendem que cabe ao poder público o compromisso de garantir a efetiva gratuidade da emissão dos documentos de registro de nascimento, certidão de óbito e tantos quantos considerados primários, conforme previstos pela Lei Federal 9.534/97.

Agenda

Maquete
Durante todo o mês de julho, a maquete do novo Fórum do Recife estará exposta na Defensoria Pública, na rua José de Alencar, nº 620.

Estresse
O Tribunal de Justiça realiza nesta terça uma palestra sobre estresse no I Tribunal do Júri do Fórum Thomáz de Aquino, às 17 horas.

Turismo
O Senac está promovendo um curso de pós-graduação lato sensu, na área de Turismo, que começa em agosto. Maiores informações pelo fone 423-2277.

1ª Vara de Família: 224-0656

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Túlio Calvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Amaro - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424-1165
e-mail: cdoe@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 124 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 6 de julho de 1999

Encontro com Noivos completa um ano

Instituído em junho do ano passado como projeto-piloto da 1ª Vara de Família da Capital, o Encontro com Noivos completa um ano. Com total aprovação de quem se prepara para um casamento civil, a experiência também desperta o interesse das outras três Varas de Família que funcionam no Fórum Thomáz de Aquino e já se estuda a possibilidade de sua ampliação.

O aniversário e a aceitação do programa não passam em branco. A partir de hoje, a palestra que a equipe do Centro de Apoio Psicossocial promove para os casais inscritos não será mais realizada no Fórum Thomáz de Aquino, mas no auditório do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CAP), na Rua Fernandes Vieira.

Segundo a chefe do CAP, psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, a mudança vai trazer maior dinamismo às palestras, utilizando-se recursos audiovisuais para projeção de filmes que enfocam a vida familiar. A reunião permanece às terças-feiras, das 13 às 15 horas, quando os noivos forem assinar a documentação do casamento civil que será realizado sempre no dia seguinte.

> O Encontro com Noivos, que funciona na 1ª Vara de Família da Capital, deverá ser expandido para as outras três Varas

O Encontro com Noivos foi idealizado pelo juiz Alexandre Assunção, da 1ª Vara de Família. Através da discussão de temas variados, o objetivo é preparar os noivos quanto aos aspectos legais, sociais e emocionais do casamento. Pioneiro no Norte/Nordeste, o projeto realiza um encontro para cada grupo de casais.

Durante os primeiros 15 minutos da reunião, a equipe do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça utiliza técnicas de dinâmica de grupo para estimular a receptividade dos noivos em discutir valores familiares e temas como responsabilidades conjugais e informações legais quanto à maternidade e paternidade, contrato emocional e legal do casamento, seus direitos e deveres.

Justiça e Cidadão

Consumo
A legislação que rege as relações de consumo exige que o contrato seja redigido de maneira que o consumidor fique ciente de todas as suas obrigações. Caso contrário, o contrato pode ser rescindido.

Choque
A batida de um guindaste de alta tonelagem em uma parede de quarto residencial com conseqüências para uma criança ocasionou indenização por dano material e moral.

Exames
A cobrança ao paciente de quantia superior àquela acertada para a realização de exame de saúde é indevida. Por isso, uma vez comprovado o pagamento, o consumidor poderá reaver a importância superior.

Dono da rua
A colocação de obstáculo em via pública, sem autorização municipal, causou danos a um automóvel. O proprietário do veículo foi indenizado pelo condomínio que colocou o obstáculo.

*Decisões do Colégio Recursal dos Juizados

debate

Magistrados realizam audiência pública sobre reforma

A Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe) e a Associação dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região (Amatra VI) estão promovendo uma audiência pública sobre a reforma do Judiciário sexta-feira, às 9 da manhã, no Salão do Júri da Capital, localizado no Fórum Thomaz de Aquino.

O vice-presidente da Amepe (à dir.) e o presidente da Amatra, Hugo Melo, coordenam a audiência pública

A audiência será coordenada pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho.

Segundo o vice-presidente da Amepe, juiz Mozart Valadares, a iniciativa visa debater com toda a sociedade uma proposta de reforma para o Judiciário. "Nós, como magistrados, temos debatido o assunto constantemente, mas agora esperamos ouvir quais são as expectativas da sociedade a respeito da reforma do Poder", ressaltou.

Valadares disse ainda que estão sendo convidados vários segmentos da sociedade para debater o tema que está na pauta nacional. Entre eles, jornalistas, representantes sindicais, membros das organizações não-governamentais e ainda integrantes da OAB e do Ministério Público. A audiência pública vem sendo realizada em várias capitais do País.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvaldo Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Praça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(PBX) 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: asimf@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 125 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 7 de julho de 1999

Sistema Judwin começa a funcionar na Capital

O novo sistema de informática do Poder Judiciário começou a funcionar na Capital, segunda-feira. De acordo com o diretor de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco e responsável pela implantação do sistema, Edmundo Mendonça, esse trabalho vai representar a modernização do Judiciário estadual.

"Substituímos um sistema que vinha sendo utilizado há 12 anos e que já estava obsoleto. Além disso, não contemplava todas as fases do controle processual", explicou Mendonça.

A expectativa é de que, com o Judwin, o usuário tenha mais facilidade no acesso às informações referentes aos processos e possa acompanhar a sua tramitação sem precisar se deslocar.

Todos os servidores da Capital e de Olinda, onde o Judwin foi implantado pela primeira vez como um projeto piloto há dois meses, foram capacitados para utilizar o sistema adequadamente.

Segundo Edmundo Mendonça, foi feito um recadastramento de todos os processos pelos próprios servidores para que possa ser oferecida uma informação completa ao usuário.

A Diretoria de Informática ainda vai instalar o sistema em seis Comarcas: Jaboatão, Cabo, Paulista, Caruaru, Petrolina, Garanhuns. O critério levado em conta foi a quantidade de Varas em cada uma delas: "As Comarcas têm acima de cinco Varas e esse dado definiu a implantação do Judwin", afirmou o diretor.

Já as outras Comarcas e os Juizados estão sendo informatizados com um sistema desenvolvido pela própria Diretoria de Informática. Edmundo Mendonça disse ainda que a previsão é de que o Judwin possa prestar um melhor serviço à sociedade.

Por outro lado, o Judiciário vai oferecer, com o novo sistema, melhores condições de trabalho aos servidores e, ao mesmo tempo, terá um maior controle da sua arrecadação.

Segundo os cálculos da Diretoria de Informática, o Judiciário investiu cerca de R$ 8 milhões em todo o processo de informatização realizado no Estado. Foram adquiridos computadores, impressoras e software. Mendonça disse ainda que vem sendo realizado um trabalho de capacitação e que foi preciso ainda oferecer uma infra-estrutura para a informatização.

Edmundo Mendonça disse que o Judwin é um passo fundamental para o Judiciário do ano 2000

Carta defende independência do Judiciário

Os presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, reunidos no mês passado em Belo Horizonte, durante o encontro do Colégio Permanente, produziram a Carta de Minas. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, participou da reunião.

A Carta, assinada pelos 27 chefes do Judiciário do País, repele todas as tentativas de desestabilizar o Poder. De acordo com os presidentes, o objetivo dessas ações é tirar a autoridade dos membros do Judiciário e o respeito do Supremo Tribunal Federal.

Etério Galvão participou do encontro do Colégio Permanente de Presidentes

Etério Galvão ressaltou que, ainda na Carta, foi confirmada a garantia dos direitos assegurados pela Constituição e pelas leis, como um compromisso da magistratura nacional.

Os presidentes alertaram a nação para a importância de um Poder Judiciário forte e independente. "Não podemos ter um arremedo de Judiciário, que apenas referende atos imunes a qualquer controle", afirmou o presidente.

A Carta de Minas defende também uma reforma para o Poder. Segundo os presidentes dos tribunais estaduais, os magistrados precisam reclamar ao Congresso Nacional uma reforma amadurecida, que vem sendo exigida pela sociedade e desejada pelos membros do Poder.

Colégio

Os encontros do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil têm sido realizados mensalmente. Entre os debates previstos, estão temas como a melhoria dos serviços do Judiciário, a reforma e o funcionamento dos Juizados.

A penúltima reunião foi em Brasília. Já Pernambuco se prepara para receber os presidentes em dezembro, quando o Colégio Permanente será recebido por Etério Galvão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gusmão

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Murilo

Fotografia:
Ariel Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3253 Fax 424-3160
e-mail: ariel@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 126 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 8 de julho de 1999

Judiciário agiliza concurso do extrajudicial

Comissão acelera preparação do edital, e o Concurso de Ingresso e Remoção nas Atividades Notariais e de Registro em Pernambuco deve ser concluído até o final do ano

O concurso vai regulamentar os serviços extrajudiciais

O concurso vai ser formado de três fases: uma prova teórico-objetiva, uma prova prática que vai constar de redação de ato notarial ou registral e uma prova de títulos. O candidato vai passar ainda por uma investigação e por exame médico.

A informação é do presidente da Comissão, juiz Luis Mário. Segundo ele, a seleção será válida para todo o estado de Pernambuco e as provas serão realizadas no Recife. O objetivo da comissão é concluir todo o concurso ainda este ano.

Ele disse também que, de acordo com resolução da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para se inscrever no concurso de provas, o candidato deve ser maior de 21 anos, formado em Direito ou com exercício comprovado em serviço notarial ou de serviço por mais de dez anos.

Ainda relativo à inscrição, a resolução garante ao candidato o direito de se inscrever para uma ou mais especialidades de serviço. Os aprovados poderão indicar, de acordo com sua ordem de classificação, a serventia de sua preferência, dentre aquelas listadas no edital do concurso.

A Corte decidiu também que será assegurada a reserva constitucional de vagas aos portadores de deficiência de que trata o artigo 37, inciso VII da Constituição Federal.

Preparação

Os candidatos interessados em se inscrever para o concurso precisam se preparar para questões em Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal, Comercial, Lei de Registros Públicos, Lei dos Serviços Notariais e de Registro, Código de Organização Judiciária, Lei de Custas e ainda legislações estaduais e federais que disponham sobre emolumentos.

> O candidato precisa ser bacharel em Direito ou ter comprovado exercício no serviço notarial ou de registro por mais de dez anos

De acordo com a resolução nº 122, só serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem a pontuação mínima de cinco por prova e média global igual ou superior a seis.

Segundo o presidente Luis Mário, já existe uma proposta da Fundação Carlos Chagas para preparar as provas do concurso. A proposta, que foi analisada pelo Tribunal, já passou pela Comissão Permanente de Licitação que aprovou e encaminhou para a Presidência autorizar a contratação da empresa.

Edital fica pronto ainda este mês

O presidente da Comissão, juiz Luis Mário, informou que a previsão é de que o edital do concurso fique pronto ainda este mês. Segundo o magistrado, só se tem conhecimento de seleção para o extrajudicial em Pernambuco e em São Paulo até agora. "Na verdade, a promoção do concurso é um cumprimento à Lei Federal nº 8935/94, que regulamentou os serviços extrajudiciais", explicou Luis Mário.

Luis Mário defendeu o concurso como uma forma democrática de preenchimento de vagas

Ele ressaltou também a importância democrática da realização de concursos como forma de acesso a uma função pública.

Para o presidente da comissão, as provas vão garantir a seleção dos mais preparados, o que deverá assegurar uma melhor prestação dos serviços extrajudiciais.

Luis Mário disse também que a comissão está trabalhando no programa do concurso que deverá constar do edital.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edésio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberto Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anaíz Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberto Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça do Republicano, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: sobre@jpe.gov.br

128

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 127 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 9 de julho de 1999

CAP pesquisa modelo de família recifense

Às vésperas do terceiro milênio e de ser testemunha de tantas mudanças sociais, o casamento ainda está na moda, pelo menos no Recife. Este é o resultado da pesquisa que a equipe do Centro de Apoio Psicossocial (CAP) do Tribunal de Justiça realizou com 64 casais do Encontro com Noivos e da comunidade do Coque.

Apesar do aumento do número de divórcios, a legalização de uma situação, muitas vezes preexistente, ainda é o caminho escolhido pelas pessoas que querem obter o reconhecimento da sociedade, passando a ser vistas como família legítima, independente da idade dos noivos. A família recifense pesquisada corresponde ao modelo nuclear, ou seja, aquele que mantém as crianças junto aos pais e que valoriza a instituição.

O trabalho é parte da disciplina A Família na Sociedade Brasileira do curso de especialização Intervenção Psicossocial à Família Judiciária e teve o objetivo de identificar o modelo de casamento recifense, as condições de vida de seus integrantes, idade, escolarização, participação no orçamento doméstico e outros fatores de composição familiar, assim como os conflitos existentes na família judiciária.

Quem se casa é, na maioria, jovem. Pela pesquisa, 61% das mulheres e 59% dos homens estão na faixa etária dos 20 aos 30 anos. Nem por isso, os mais velhos desistem de um parceiro: 3% dos homens e 2% das mulheres com mais de 60 anos buscam a segurança do matrimônio. A pesquisa mostra um dado interessante: entre os entrevistados, 13% das mulheres tinham 19 anos, enquanto que nenhum homem nessa faixa etária está casado.

Para a psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, chefe do CAP e participante da pesquisa como aluna do curso de especialização, o trabalho é importante para que a Justiça conheça melhor o público com o qual trabalha, sobretudo no momento em que a psicologia judiciária começa a ganhar força e a receber o reconhecimento por sua atuação como mediadora nos conflitos.

Mais de 50% dos casais entrevistados são do Coque, onde o Tribunal de Justiça realizou gratuitamente, em abril, o casamento de 80 pessoas. A isenção das taxas funcionou como segunda motivação para 25% dos que queriam casar, principalmente para os que já viviam juntos e pretendiam legalizar a situação. O valor de R$ 79 cobrado pelos cartórios é inacessível para os que têm renda incerta e salário instável, segundo reconhece Helena Ribeiro.

Na família judiciária pesquisada, o amor é o terceiro motivo que leva as pessoas ao casamento, atingindo 14% dos entrevistados, contra 25% dos que foram motivados pela gratuidade e 30% dos que pretenderam legalizar a situação. Da amostragem, 67% dos casais têm casa própria, mesmo que construída em terreno invadido; 20% moram em casa alugada e 13% afirmam que vão investir em financiamento para a garantia de, um dia, serem proprietários de um imóvel, segundo retratam os dados da pesquisa realizada.

Recifense ainda valoriza a instituição matrimonial

TJPE quer isonomia para policiais à disposição

Um projeto de Lei Ordinária que dispõe sobre a gratificação de representação dos policiais militares e civis vinculados à Assessoria Policial Militar e Civil do Tribunal de Justiça foi encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Segundo o assessor da Presidência do TJPE, juiz Fábio Eugênio, o objetivo é estabelecer uma isonomia entre os policiais à disposição do Poder Judiciário, do Legislativo e da Casa Militar.

Ao mesmo tempo, o Judiciário pretende assegurar aos policiais uma gratificação de representação observando o limite fixado por um decreto do Poder Executivo. De acordo com Fábio Eugênio, o projeto vai tramitar no Legislativo no mês que vem.

Fábio Eugênio disse que o projeto começa a tramitar no Legislativo no próximo mês

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edésio Galvão

Vice-Presidente:
Dra. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Maia

Assessora da Comunicação Social:
Márcia Gueiros

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aurin Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1383
e-mail: asicos@jtpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 128 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 10 de julho de 1999

Convênio

Judiciário e Executivo agilizam processos fiscais

A iniciativa deve desafogar o trabalho das centrais de mandados

Convênios estabelecidos entre o Poder Judiciário e os Executivos Municipais e Estadual podem agilizar o andamento de ações fiscais nas Varas da Fazenda Pública. Esse é o objetivo do provimento 02/99 do Conselho da Magistratura, que permite a designação de funcionários públicos para trabalhar como oficiais de Justiça quando os quadros das centrais de mandados da Capital e de outras Comarcas forem insuficientes para atender à demanda de processos.

Cabe aos juízes com competência para execuções fiscais solicitar a formalização dos convênios à Presidência do Tribunal de Justiça, indicando a necessidade por meio da apresentação de dados quantitativos referentes aos processos em andamento e ao número de oficiais de Justiça na Comarca. A prestação do serviço é de caráter eventual, sem ônus para o Judiciário, com vigência de um ano, podendo ser renovado pelo mesmo período.

Os servidores devem ser, de preferência, militares ou integrantes de Guarda Municipal e todas as designações feitas, devido à necessidade do serviço, serão comunicadas ao Conselho da Magistratura. As custas dos executivos fiscais serão contadas e recolhidas à conta única do Judiciário, não podendo ser atribuídas aos oficiais de Justiça "ad hoc". O mesmo tipo de convênio pode ser feito para o cumprimento de mandados relativos a processos de Juizados Especiais.

Rápidas

Concurso I
O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Luis Fernando Ribeiro, divulgou os nomes dos classificados no Concurso Nacional de Fotografias promovido pela Associação.

Concurso II
O resultado do concurso, que leva o nome de Dom Hélder Câmara, foi divulgado na residência do homenageado, sexta-feira. A seleção premiou três fotógrafos que se basearam no tema "Fome de Justiça".

Concurso III
A mostra nacional das fotografias será realizada no Recife, em agosto, segundo informou o coordenador do concurso, José Carlos Laitano. Em setembro, as fotos vão para o XVI Congresso Nacional da Magistratura.

Tribunal de Justiça realiza leilão

Um leilão de 42 carros foi realizado, quinta-feira, pelo Tribunal de Justiça. As propostas foram entregues à Comissão Permanente de Licitação que irá analisá-las. A expectativa é de que o TJPE arrecade mais de R$ 200 mil com o leilão. Segundo o secretário adjunto de Administração, Aldo Ribeiro, alguns dos veículos já haviam se transformado em sucata e os demais causavam gastos excessivos em manutenção. O objetivo do leilão foi diminuir os custos do TJPE com o conserto de carros e, ao mesmo tempo, arrecadar um valor que será reinvestido na compra de novos veículos que devem ser utilizados nos serviços do Judiciário. De acordo com a Seção de Transportes do Tribunal, os gastos com manutenção chegavam a R$ 30 mil mensais.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ênio Calvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberto Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberto Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3351
email: diario@pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 129 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 13 de julho de 1999

Judiciário concilia 75% dos casos litigiosos

O Tribunal de Justiça de Pernambuco conseguiu atingir a sua meta: concilioa 75% dos casos envolvendo conflitos de família, no projeto piloto implantado na semana passada (8) para evitar litígios judiciais entre casais.

Nos dois primeiros dias de atendimento, foram realizadas 16 audiências, com 12 conciliações. Deixaram de ser realizadas duas audiências que estavam marcadas, em virtude do não comparecimento de um dos envolvidos no processo.

O juiz Alexandre Assunção, da 1ª Vara de Família e um dos coordenadores do projeto, comemorou o percentual de conciliação e lembrou que em um dos casos o sucesso foi ainda maior. "Conseguimos a conciliação de um casal que estava se separando, mas que após a conversa com as psicólogas já chegaram à audiência dispostos a continuar juntos", afirmou. "Isto mostra que às vezes basta uma orientação, uma palavra para se evitar uma briga", comentou.

O juiz pretende, nos próximos dias, se reunir com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para divulgar detalhadamente o projeto, passando a contar com maior participação dos advogados no trabalho de conciliação. "Com o acordo entre as partes, o Judiciário ganha mais tempo para as causas em que realmente há litígio e que são naturalmente mais demoradas", explicou Assunção.

Além do juiz, atuam no projeto o Ministério Público, Defensoria Pública, Ouvidoria Judiciária e técnicos do Centro de Apoio Psicossocial (CAP). São as psicólogas que conversam com os envolvidos no caso, antes da audiência de conciliação, para sensibiliá-los da importância de evitar o conflito. "Mostramos o desgaste emocional para todos, principalmente quando há crianças, além do custo financeiro que é maior num processo litigioso", explicou Helena Ribeiro, do CAP.

Foram realizadas 16 audiências na primeira semana de implantação do projeto

Magistrados defendem reforma do Judiciário

A reforma do Judiciário é necessáriia. Nisso, os magistrados brasileiros concordam. Esse consenso pôde ser observado durante a audiência pública realizada sexta-feira, no Fórum Thomaz de Aquino, e promovida pelas Associações dos Magistrados de Pernambuco e dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região.

O evento contou com a presença do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Luís Fernando Ribeiro, e do presidente do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo Castro. Essa foi a quarta audiência pública realizada no Brasil sobre esse mesmo tema. Antes, a AMB discutiu o assunto no Rio de Janeiro, São Paulo e Belém do Pará. Segundo o presidente Luís Fernando, o objetivo é promover uma audiência em todas as capitais do Brasil. "Queremos discutir com a sociedade quais são as sugestões para uma reforma adequada", afirmou.

Ele disse ainda que o Judiciário tem percebido cada vez mais a necessidade de se aproximar da sociedade e criar uma consciência de cidadania na população. Luís Fernando ressaltou também que o Poder precisa manter sua independência e a reforma deve garantir isso.

A AMB pretende, com as audiências, ouvir sugestões que possam ser apresentadas ao relator do projeto de reforma, Aluísio Nunes Ferreira. Entre os pontos do projeto que os magistrados consideram negativos, está a extinção da Justiça do Trabalho, a súmula vinculante e a quebra da vitaliciedade por decisão administrativa do Conselho Nacional de Justiça.

Os magistrados afirmam ainda que o relator não acolheu nenhuma das propostas da AMB/OAB que visam à autonomia e independência financeira do Judiciário.

Magistrados e sociedade civil discutiram a reforma durante audiência pública

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elório Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maron

Fotografia: Aaron Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1383

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.funepe.gov.br/page

Varas de Família: 224-0656

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 130 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 14 de julho de 1999

AMB divulga resultado de concurso fotográfico

O resultado do Concurso Fotográfico Dom Hélder Câmara, sobre o tema "Fome de Justiça", foi divulgado sexta-feira, na residência de Dom Hélder. O concurso nacional foi promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que premiou os três primeiros lugares com viagens a Roma, Nova Iorque e Buenos Aires.

Além dos primeiros colocados, os demais classificados serão suas fotos expostas em uma mostra nacional que será realizada no Recife no próximo mês, segundo informou o diretor cultural adjunto da AMB, José Carlos Laitano.

O concurso fotográfico, realizado em março, teve como objetivo, de acordo com José Carlos Laitano, permitir a aproximação do artista a um universo às vezes distante: a justiça no seu sentido mais amplo.

"Sai de Cima" é o título da fotografia do carioca Vanor Correia do Nascimento, que tirou o primeiro lugar. Concorrendo com mais de 300 trabalhos, "Sai de Cima" retrata o abandono da criança e do adolescente brasileiros.

Já o segundo lugar ficou com o repórter fotográfico Alberto César de Souza, do jornal A Crítica, de Manaus. O trabalho "Admirável Mundo Novo" foi premiado com uma viagem a Nova Iorque.

A foto mostra o confronto entre uma dona de casa e policiais durante a retirada de sem-tetos do bairro Mundo Novo, em Manaus. Durante o confronto, cerca de 300 casas foram destruídas em outubro do ano passado.

Já o terceiro lugar retornou o tema da infância e registrou crianças de rua admirando fotos de outras crianças através de uma vitrine. O trabalho "Sonhos Coloridos" é do fotógrafo cearense Eurico de Alencar Filho, que ganhou uma viagem a Buenos Aires. Ainda foram concedidas menções honrosas a outras 11 fotografias. Entre elas, "Silêncio", de Francisco Lameirão Jr., do Rio de Janeiro; "Difícil Alegria", de Carlos Eduardo Spacov, do Recife; e "Criança Feliz, de Luciano Ribeiro, de Minas Gerais.

A comissão julgadora do concurso foi formada por um artista plástico gaúcho e por dois fotógrafos, sendo um carioca e outro paulista. Depois da mostra nacional no Recife, as fotos devem seguir para Gramado (RS), onde serão expostas durante o XVI Congresso Brasileiro de Magistrados, que será realizado entre os dias 27 e 30 de setembro, segundo informou o diretor cultural da associação, José Carlos Laitano.

A divulgação do resultado foi realizada sexta-feira, na residência do bispo emérito de Recife e Olinda, Dom Hélder Câmara, que foi o grande homenageado pelo concurso fotográfico da AMB

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moreira

Fotografia:
Anita Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax: 424.1163
e-mail: asim@jpe.gov.br

TECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 131 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 15 de julho de 1999

Juízes avaliam novo sistema de informática

O Tribunal de Justiça de Pernambuco promoveu, segunda-feira, uma reunião com os juízes da Capital, diretores do Tribunal, desembargadores e o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão. O objetivo do encontro foi avaliar o novo sistema de informática implantado na 3ª Entrância, na semana passada: o Judwin.

De acordo com o diretor de Informática, Edmundo Meadonça, de maneira geral, a avaliação foi positiva. Os magistrados fizeram algumas observações sobre problemas apresentados pelo sistema na sua primeira semana de funcionamento, mas, segundo a Diretoria de Informática, os problemas já eram previsíveis, uma vez que sua implantação é recente.

Edmundo Mendonça disse ainda que o sistema está funcionando conforme o esperado. Segundo o diretor, na próxima semana, já deverá ser iniciado o recadastramento dos cerca de 150 mil processos da Capital. Com isso, o Judiciário pretende oferecer uma informação completa quanto aos processos. "Nós utilizamos os dados do sistema antigo, mas muitas informações estão faltando. O recadastramento vai fornecer informações completas aos usuários", explicou.

> Juízes da Capital afirmam que a informatização é uma das principais iniciativas da atual gestão

Questionário

Ainda durante a reunião, o diretor do Foro, Bartolomeu Bueno, distribuiu entre os juízes um questionário sobre o treinamento realizado com os servidores pela Informática do Tribunal, sobre o novo sistema e ainda sobre a equipe responsável pelo treinamento.

Segundo as respostas levantadas pelo questionário, a avaliação geral é boa. "Os juízes chegaram a reclamar das quedas do sistema na primeira semana, mas isso era previsível e já está sendo solucionado pela Informática do Tribunal. Uma outra observação dos juízes da Capital é quanto à pequena quantidade de funcionários para operar o sistema", afirmou Bueno.

O diretor do Foro disse ainda que os juízes apontaram a informatização como uma das principais iniciativas do presidente. Para os magistrados, o Judwin é quase tão importante quanto a construção do novo fórum.

Diretores, juízes e desembargadores debateram a modernização do Judiciário

Corregedoria autoriza incineração de drogas

A Corregedoria Geral de Justiça autorizou a incineração de todas as drogas apreendidas constantes de uma relação fornecida pelo Departamento de Polícia Federal, através da Superintendência de Pernambuco.

A incineração das drogas foi realizada esta semana, em comemoração a uma campanha nacional anti-drogas.

Segundo a resolução 001/99 do corregedor Mário Melo (foto), a autorização foi para todo o material que não serve para uso medicinal e que foi submetido a exame pericial, com os laudos definitivos.

A autorização é resultado de um pedido do Departamento de Polícia Federal à Corregedoria, uma vez que várias Comarcas estão sendo acumuladas por um mesmo juiz.

Fóruns fecham durante feriado

Todas as unidades do Poder Judiciário instaladas no Recife estarão fechadas amanhã, em virtude do feriado municipal de comemoração da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo.

Nas demais cidades de Pernambuco - inclusive as que integram a Região Metropolitana do Recife, como Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Paulista - o expediente será normal.

O feriado atinge apenas os fóruns Paula Batista e Tomaz de Aquino, Centro Integrado da Criança e do Adolescente, Juizados Especiais e o Tribunal de Justiça.

Nos fóruns e no Tribunal, no entanto, será mantido plantão para atendimento de causas de urgência, como mandados de prisão, habeas corpus e ainda viagens internacionais.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
André Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 426.1865
e-mail: ascel@tjpe.gov.br

JUSTIÇA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 132 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 16 de julho de 1999

Projeto altera divisão judiciária do Estado

Mudança nas Entrâncias, aumento do número de Varas da Capital, criação de cargos técnicos. Essas são algumas das alterações previstas em um projeto em discussão no Pleno, que introduz alterações na organização e divisão judiciária do Estado, segundo informou o assessor da Presidência, juiz Ruy Patu.

O Poder Judiciário, que hoje é dividido em três Entrâncias, poderá passar a ter apenas duas: a Entrância da Capital e a Entrância do Interior, que vai abranger todas as demais Comarcas. De acordo com Ruy Patu, essa divisão é geográfica.

O objetivo é de que é de que o projeto permita algumas repercussões de ordem funcional, como o aumento das opções de escolha para Capital, diminuição do número de promoções e maior mobilidade aos juízes do Interior. Com a alteração, as Comarcas mais distantes serão ocupadas pelos juízes substitutos.

O assessor da Presidência adiantou também que, caso o projeto seja aprovado, dos 63 juízes substitutos da Capital, 43 passarão a ser titulares; e os cargos de juízes substitutos de 2ª Entrância serão extintos. Os Juizados Especiais, por sua vez, passam a ter juízes titulares, vinculados à respectiva Entrância.

Ao mesmo tempo, o Judiciário cria 74 cargos de técnico judiciário, 74 cargos de assistente e 40 funções de chefe de Secretaria e transforma cargos de operador e programador, de taquígrafa e de apoio. Será criada também a função de assessor de juiz na Capital, que só poderá ser exercida por funcionários de carreira do Poder Judiciário.

Outra alteração é quanto às ações dos presidentes escolhidos para administrar o Tribunal de Justiça. "Todas as ações dos chefes do Judiciário vão precisar estar vinculadas a planos plurianuais de gestão", explicou Ruy Patu.

Com todas as mudanças previstas, o Tribunal de Justiça espera economizar em torno de R$ 2 milhões ao ano.

Ruy Patu disse que, com as mudanças, o TJPE pode economizar R$ 2 milhões

Judiciário colabora com a Operação Asa Branca II

O comandante militar do Nordeste, general Joélcio de Campos, fez um agradecimento oficial ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão.

Segundo o comandante, a Operação Asa Branca II, realizada entre os dias 18 e 21 do mês passado, contou com apoio do Judiciário estadual, que atendeu à solicitação do Comando Militar do Nordeste e enviou o juiz-corregedor Alfredo Jambo para acompanhar a operação e oferecer suporte jurídico.

De acordo com Joélcio de Campos, a operação foi importante para manter a segurança pública na área, durante o período, e combater, ao mesmo tempo, o crime organizado.

Etério Galvão enviou um juiz corregedor para participar da operação

TJPE doa computadores para o Tortura Nunca Mais

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai doar oito computadores para a organização não-governamental Tortura Nunca Mais.

O pedido foi de uma das responsáveis pela ong, Amparo Araújo.

Segundo ela, os computadores serão utilizados para aulas de informática e cidadania com familiares de presos. "Esses familiares vão funcionar como agentes da Justiça e devem transmitir para as comunidades noções de direitos e deveres", explicou Amparo Araújo.

Presidente do TJPE vai dar aulas de ética a soldados da PM e a militantes do MST em agosto

Durante a audiência em que o presidente do Tribunal, desembargador Etério Galvão, comprometeu-se com a doação dos computadores, Amparo convidou o chefe do Judiciário para dar aula de ética a 300 soldados da Polícia Militar e para militantes do Movimento Sem-Terra. As aulas estão previstas para agosto, segundo anunciou Amparo Araújo.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elmo Calvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mércia Cuenet

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419.3381 Fax 424.1163

e-mail: asimf@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA!

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 133 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 20 de julho de 1999

Judiciário divulga resultado de leilão

O Tribunal de Justiça divulgou quinta-feira o resultado do leilão de veículos. Os interessados podem obter informações sobre os vencedores através de relatório afixado no hall do Fórum Paula Batista, no centro do Recife e divulgado no Diário Oficial de sexta-feira ou ainda através da Internet (www.tjpe.gov.br).

Os valores apresentados pelos participantes do leilão surpreenderam os técnicos da Comissão Permanente de Licitação (CPL). O veículo mais barato, uma Belina, ano 85, em péssimo estado de conservação e avaliado por R$ 400 chegou a ser vendido por R$ 770; e o mais caro, um Explorer, 97, avaliado em R$ 27 mil, foi comercializado por R$ 36 mil.

Foram leiloados 42 veículos que não eram mais utilizados pelo Poder Judiciário. O resultado do leilão estava inicialmente previsto para ser divulgado no início da semana, mas em virtude da apresentação de mais de 400 propostas, algumas com dados confusos, a Comissão de Licitação precisou adiar um pouco o anúncio dos vencedores. "Isto para que o trabalho saia sem qualquer incorreção", afirmou o presidente da CPL em exercício, Marcelo Novo. Com o leilão, o Tribunal irá arrecadar mais de R$ 260 mil, que serão aplicados na compra de novos veículos, mais econômicos, e na reforma de instalações físicas de prédios do Judiciário. De acordo com a Seção de Transportes, o TJPE vinha gastando cerca de R$ 30 mil na manutenção dos veículos.

> O Tribunal de Justiça vai arrecadar mais de R$ 260 mil que serão aplicados na compra de novos veículos, mais econômicos e simples, e na reforma de prédios do Judiciário

Corregedoria investiga cartório da Boa Vista

A Corregedoria Geral de Justiça determinou uma investigação no 4º Cartório das Pessoas Naturais, instalado no bairro da Boa Vista. A audiência de abertura foi realizada ontem, no próprio cartório. A audiência foi presidida pelo corregedor geral de Justiça, desembargador Mário Melo.

O corregedor destacou a importância do trabalho, desenvolvido rotineiramente, e lembrou as cobranças que o Judiciário vem enfrentando por parte da sociedade. "Através de ações como esta é que damos uma resposta positiva", afirmou Mário Melo.

O trabalho de correição ficará sob a responsabilidade do juiz Alexandre Aquino, corregedor-auxiliar, que terá 20 dias para a inspeção. Durante este período, o atendimento do cartório será mantido no horário normal.

O Cartório de Pessoas Naturais da Boa Vista passa por correição rotineira

Ambulatório oferece mais um serviço

O Centro Integrado de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco começa a oferecer, a partir de hoje, o atendimento em otorrinolaringologia. A informação é da coordenadora adjunta Simone Belo.

Com essa nova especialidade, o Centro passa a ter sete especialidades médicas, além dos atendimentos que oferece em fonoaudiologia, psicologia e odontologia.

"Foi realizada uma pesquisa junto com a Diretoria de Recursos Humanos do TJPE para sentirmos quais eram as especialidades mais procuradas pelos servidores. Segundo o nosso levantamento, os servidores apontaram três serviços: oftalmologia, ortopedia e otorrinolaringologia. Já tínhamos atendido os dois primeiros. Só faltava o de otorrino", explicou Simone Belo.

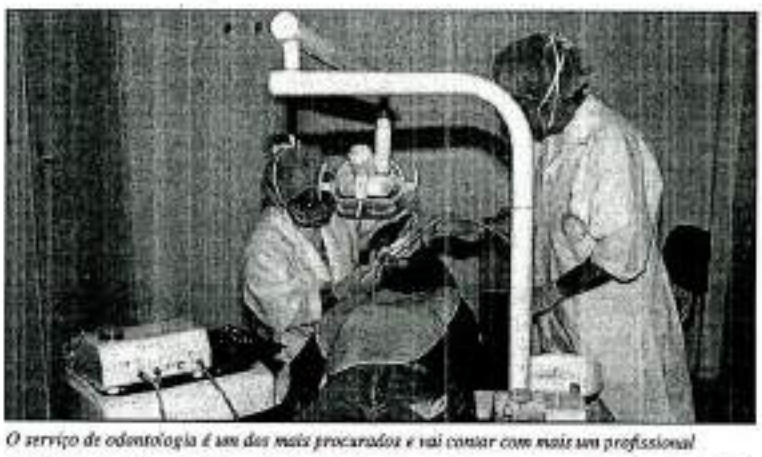
O Centro Integrado ainda oferece consultas em pediatria, cirurgia, clínica, cardiologia e ginecologia.

A nova médica, Danúsia Lins da Costa, vai ficar atendendo no turno da manhã, segundo a coordenadora.

Simone Belo informou também que a reforma pela qual o ambulatório está passando deve acabar esta semana. A expectativa é de inaugurar, no próximo mês, as modificações físicas realizadas no prédio.

De acordo com Simone Belo, para melhorar também o atendimento em odontologia, que tem uma procura muito grande por parte dos servidores do Judiciário, mais um dentista vai começar a atender no ambulatório.

"O objetivo é expandir os serviços e prestar um atendimento cada vez mais eficiente aos funcionários que recorrem ao Centro Integrado", justificou a coordenadora adjunta Simone Belo.



O serviço de odontologia é um dos mais procurados e vai contar com mais um profissional

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Ednio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Cunha

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aloni Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/Fax(081) 419-3201 Fax 424-3163

e-mail: ainf@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 134 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 21 de julho de 1999

Justiça nas Ruas

Imbiribeira é a próxima comunidade

A proposta do Tribunal de Justiça de Pernambuco de facilitar o acesso da população mais carente à Justiça continua. O programa A Justiça nas Ruas, implantado pela Ouvidoria Judiciária, será realizado mais uma vez. Agora, no bairro da Imbiribeira.

Segundo a coordenadora dos Juizados Especiais e uma das organizadoras do projeto, Gisela Pires, o Justiça nas Ruas não vai chegar a atender todos os setores do bairro. "A Imbiribeira é muito grande, mas vamos atender uma boa parte", explicou.

Tijolos, Coqueiral, Vila Nossa Senhora de Fátima, Vila da Coragem, Guarabira e Aritana são algumas das áreas que devem ser atendidas pelo programa.

De acordo com Gisela Pires, outras áreas da Imbiribeira haviam solicitado a realização do Justiça nas Ruas, mas como a ordem de chegada dos ofícios tem sido rigorosamente obedecida, outros setores da Imbiribeira devem ser atendidos posteriormente.

Gisela Pires informou que o objetivo é realizar o Justiça nas Ruas mensalmente

Ela informou também que uma equipe da Ouvidoria Judiciária vai à Imbiribeira para escolher o local em que será instalado o caminhão do Justiça nas Ruas.

"A idéia é de que o caminhão fique na avenida Mascarenhas de Morais, mas a localização exata ainda está sendo analisada", explicou Gisela Pires.

Os líderes comunitários devem levar ainda para a população as fichas que vão oferecer um levantamento das maiores necessidades da comunidade.

Embora a data ainda não esteja marcada, a expectativa, segundo Gisela Pires, é de que o Justiça nas Ruas seja realizado ainda este mês.

A tentativa da Ouvidoria Judiciária é de realizar o programa em comunidades diferentes a cada mês. Em junho, foi em Nova Descoberta. Durante a realização do projeto nas comunidades, são emitidos documentos de identidade, título de eleitor, carteira profissional.

Os moradores das comunidades têm mostrado também um grande interesse em dar entrada nos documentos para casamento civil, serviço que o Justiça nas Ruas também vem prestando.

Governo Federal altera lei sobre tráfico de drogas

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, alterou o artigo 34 da lei nº 6.368, de 1976, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de drogas.
A iniciativa foi tomada por meio de uma medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional.
Com a modificação, qualquer meio de transporte ou instrumento utilizado para prática desse tipo de crime ficará sob custódia da autoridade de polícia judiciária, excetuadas as armas, que serão recolhidas segundo a legislação específica.
Feita a apreensão, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade policial que estiver presidindo o inquérito deverá requerer ao juízo competente a intimação do Ministério Público.
Já o MP deverá requerer ao juízo a conversão do numerário apreendido em moeda nacional, se for o caso, a compensação dos cheques emitidos e o depósito das correspondentes quantias em conta judicial.
Segundo o secretário nacional antidrogas, Wálter Fanganiello, a medida provisória foi recomendada pela Organização das Nações Unidas.
"A título de incentivo decorrente da iniciativa da medida, a Secretaria Nacional Antidrogas recebeu do Programa das Nações Unidas para o Combate às Drogas a quantia de 50 mil dólares, que já foram empregados na publicação intitulada "Um Guia para as Famílias" ", explicou o secretário nacional.
Ele disse ainda que, devido à qualidade do material produzido pela Secretaria Nacional, o Programa das Nações Unidas vai distribuir o guia para todos os países de língua portuguesa.
De acordo com a Secretaria, essa mesma medida provisória já foi adotada pela Argentina, também por recomendação das Nações Unidas.

DRH tira fotos para crachás

A Diretoria de Recursos Humanos deu início ao processo de confecção de crachás que também vão servir como carteira funcional para os magistrados e servidores do Poder Judiciário. Hoje, segundo o cronograma da DRH, serão tiradas as fotos nas Comarcas de Carpina e Vitória.

A partir de amanhã, será a vez da Comarca do Recife. As fotos serão tiradas nos Fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino, e ainda no Palácio da Justiça.

Diretora do DRH, Da Paz Brasil

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eldo Gálvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gueiros

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marins

Fotografia: Aziz Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

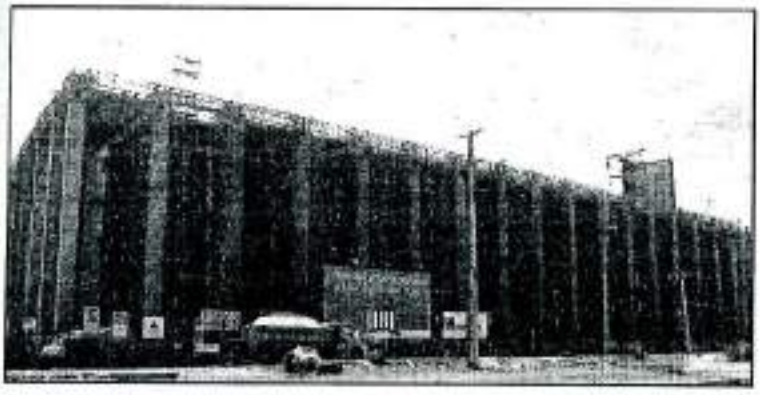
Redação: Praça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3223 Fax 424-1163
e-mail: ascom@tj.pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 135 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 22 de julho de 1

Fórum do Recife

Obras completam um ano



A conclusão da obra está prevista para o final do ano

As obras do Fórum do Recife se encontram na fase de revestimento externo, segundo a diretora de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Rogéria Magalhães. Todo o granito avermelhado que deverá dar o tom do novo Fórum já começou a ser colocado.

Iniciada há pouco mais de um ano, a obra deve ser concluída em dezembro. O prédio vai abrigar 80 Varas, salas para jurados, celas, guaritas, além de dois salões do Júri, auditório, biblioteca, correios, banco, restaurante. Dividido em seis níveis, o edifício vai contar com um total de 470 ambientes.

De acordo com Rogéria Magalhães, ao mesmo tempo em que está sendo realizado o revestimento externo, já foi iniciada a colocação do piso de cerâmica internamente. "Temos dado andamento também às calhas elétricas e à estrutura do forro", adiantou a diretora.

Rogéria Magalhães informou também que 60% das esquadrias internas, onde serão colocadas as portas, posteriormente, já estão assentadas. Além disso, boa parte das instalações de ar condicionado estão prontas, segundo o levantamento da Engenharia.

> As instalações contra incêndios já estão sendo executadas, segundo Rogéria Magalhães

A estrutura da torre central, onde vão ficar o auditório e a biblioteca, também já está sendo providenciada. Entre os trabalhos executados, está uma boa parte da impermeabilização dos banheiros e as instalações contra incêndios.

De acordo com a engenheira, a obra tem várias fases que estão sendo executadas paralelamente. Com uma área construída de 43 mil metros quadrados e capacidade de estacionamento para 650 veículos, a expectativa do Judiciário é de que o prédio desafogue os Fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino.

Desde 1930, o Poder Judiciário não constrói nenhuma obra para atender as suas necessidades de espaço físico. O último prédio construído foi o Palácio da Justiça. Orçada em cerca de R$ 40 milhões, a obra é resultado de um concurso nacional de arquitetura realizado em 1997, quando foi vencedor um escritório do Recife, tendo à frente o arquiteto Paulo Andrade, que idealizou a feição do novo Fórum.

Os trabalhadores já estão colocando a cerâmica do novo Fórum

TJPE realiza ações emergenciais no Interior

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura está realizando obras no Interior. Na Comarca de Tuparetama, está sendo construído um fórum padrão, com cartório único, gabinete do juiz, sala para os jurados, sala para o promotor, salão do Júri e cela para presos.

De acordo com a diretora Rogéria Magalhães, o objetivo é dotar as Comarcas do Interior de melhor infra-estrutura e melhores condições de atendimento à população.

Segundo um levantamento realizado pela Engenharia, outras Comarcas também precisam de ações emergenciais por não se encontrarem em condições de funcionamento adequado. É o caso das Comarcas de Belém do São Francisco, Afrânio e Ouricuri. Segundo a Comissão de Licitação, já existe um processo licitatório para a realização das obras nas Comarcas.

De acordo com Rogéria Magalhães, o Tribunal só está podendo investir em trabalhos emergenciais e, segundo afirmou, as três Comarcas estão incluídas nesse quadro de urgência. O TJPE também está reformando residência utilizada por juízes na Comarca de Limoeiro.

Inaugurações

Bonito e Cachoeirinha estão entre as Comarcas do Interior contempladas com reformas e construção do novo fórum.

O trabalhos foram inaugurados este ano pelo presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão.

Nos dois casos, a situação era precária. Em Bonito, o fórum estava instalado precariamente há cinco anos na Câmara de Vereadores do Município. Já em Cachoeirinha, havia rachaduras por toda parte e o risco de desabamento do teto.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mélo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Chaves

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maron

Fotografia:
Amin Lima e Marcos Cava

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Praça da República, s/n, São José - Recife-PE
Fone/fax (81) 419-3250
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 136 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 23 de julho de 1999

Correição nos cartórios é prática de rotina

Durante toda a semana, o corregedor do extrajudicial, juiz Alexandre Aquino, vem realizando o trabalho de correição junto ao 4º Cartório das Pessoas Naturais. A audiência de abertura foi realizada segunda-feira. De acordo com o corregedor geral de Justiça, desembargador Mário Melo, os trabalhos de correição e de inspeção que a Corregedoria promove são rotineiros.

A audiência de abertura foi presidida pelo desembargador Mário Melo

No ano passado, foi realizada uma correição no 1º Tabelionato de Notas da Capital, mas não foram encontradas irregularidades. Segundo registros da Corregedoria do Extrajudicial, foram realizadas também 30 inspeções em cartórios do Interior.

Já este ano, foram realizadas cem inspeções em 60 Comarcas de todo o Estado. De acordo com Alexandre Aquino, o objetivo é orientar a execução dos serviços e fiscalizar o recolhimento das taxas.

O corregedor do extrajudicial afirmou ainda que a maior preocupação do Poder Judiciário é com a prestação dos serviços e, portanto, a orientação vem sendo fundamental para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

Segundo Aquino, quando é detectado algum erro nos cartórios, o procedimento da Corregedoria é a orientação, já que essa é uma das funções do órgão do Judiciário. O corregedor disse ainda que tem se colocado à disposição dos cartórios para tirar dúvidas quanto à execução dos serviços que implicam em cálculo das taxas sobre serviço notarial e de registro, no recolhimento e na utilização do código financeiro do extra, já que muitas vezes o cartório usa o do judicial.

Casamento

O Tribunal de Justiça de Pernambuco resolveu ainda expandir para os 15 cartórios de registro civil da Comarca do Recife a realização de casamentos. Antes do ato do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, o casamento civil era realizado em apenas quatro cartórios privativos.

Com a decisão do presidente, o Judiciário pretende facilitar o acesso da população a esse tipo de serviço e ampliar também a oferta dos cartórios. Já as taxas e emolumentos previstos na legislação específica serão pagos por ocasião do requerimento da habilitação.

Presidente assina contrato com Fundação Carlos Chagas

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, assinou o contrato com a Fundação Carlos Chagas para realização do Concurso de Ingresso e Remoção nas Atividades Notariais e de Registro. De acordo com o presidente da comissão do concurso, juiz Luís Mário, segunda-feira o contrato será analisado pelo presidente da Carlos Chagas.

O juiz informou ainda que será enviada uma minuta do edital preparada pela comissão que deve ser estudada pela Fundação.

A expectativa é de que o edital saia ainda este mês.

"Na segunda-feira, eu devo receber um cronograma oficial do concurso", adiantou o presidente da comissão.

Regras

Embora o edital ainda não esteja pronto, algumas regras já foram definidas pela Corte Especial do Tribunal de Justiça.

O candidato deve ser maior de 21 anos, estar formado em Direito ou ter exercício comprovado em serviço notarial ou de registro por mais de dez anos.

Uma outra norma já definida é a de que o interessado pode se inscrever em uma ou mais especialidades.

A Corte garantiu também as vagas para portadores de deficiência, segundo manda a Constituição Federal.

Entre as matérias, estão Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Civil, Penal, Comercial, Lei de Registros Públicos e Código de Organização Judiciária.

Apenas os candidatos que obtiverem a pontuação mínima de cinco por prova e média global igual ou superior a seis serão considerados aprovados.

Luís Mário afirmou também que o objetivo é concluir todo o concurso ainda este ano, uma vez que é necessário regulamentar urgentemente os serviços extrajudiciais em Pernambuco.

Juizado de Execuções muda de endereço

Sem espaço físico suficiente para funcionar no mesmo prédio do Juizado Criminal, o Juizado Especial de Execuções Cíveis da Capital terá, a partir de segunda-feira, novo endereço. Ele vai passar a funcionar na rua Jacira, nº 364, Afogados, telefone 447-1475.

De acordo com ato do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, o atendimento ao público ficou suspenso no Juizado desde o dia 12 até hoje. Enquanto isso, os móveis já foram para Afogados e estão sendo realizadas as instalações de computadores. Segundo informação do diretor de Informática, Edmundo Mendonça, os trabalhos estão dentro do prazo e segunda-feira o Juizado deverá estar funcionando normalmente.

O juiz Luís Mário, que responde pelo Juizado de Execuções Cíveis, afirmou que a unidade tem um acervo de mais de dez mil processos. "Chega uma média de 500 feitos por mês", ressaltou o magistrado.

Execuções Cíveis: 447-1475

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aurélio Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3351 Fax 424.1163

e-mail: acs@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/do/do

TECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 137 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 24 de julho de 1999

Poder Judiciário completa 177 anos no Estado

O Tribunal de Justiça de Pernambuco completa, no dia 13 de agosto, 177 anos. Para marcar a data, está programada, além da sessão solene com a outorga da medalha do mérito Judiciário a autoridades e conferência do jurista Saulo Ramos, uma homenagem aos servidores mais antigos do Poder Judiciário estadual.

Na próxima terça-feira (27), o Pleno se reúne, extraordinariamente, para escolher os homenageados com a medalha do mérito Joaquim Nunes Machado. A sessão solene de entrega das medalhas acontecerá no dia 13 de agosto, a partir das 16h. Na mesma ocasião, o jurista Saulo Ramos irá proferir conferência sobre o Poder Judiciário. A escolha do conferencista foi do presidente do Tribunal, desembargador Eté-rio Galvão, que justificou a iniciativa afirmando que o jurista tem sido um defensor do Judiciário.

Em seguida, no Salão dos Passos Perdidos, haverá apresentação do octeto Retratos, do Conservatório Pernambucano de Música, convidado especialmente para a ocasião. Ainda no dia 13, será realizada missa de ação de graças, celebrada pelo padre Normando Pignataro, na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, às 9h.

A abertura das comemorações, no entanto, será no dia 12, às 18h, no Salão Nobre, com a entrega de um broche alusivo ao aniversário e um diploma aos servidores mais antigos do Judiciário e que não tenham registro de advertência ou outra punição funcional em sua ficha. A partir das 19h, no mesmo local, haverá a noite de autógrafos do livro "A Justiça", da escritora Maria Lúcia Pontes, vencedora do prêmio literário Potiguar Matos, em 1998.

Em virtude das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado, o prêmio não será realizado este ano. "Toda a programação de aniversário foi idealizada de forma simples, sem excessos, para evitarmos gastos", explicou o presidente do TJPE, que acompanhou pessoalmente a organização do evento, sob a responsabilidade das Assessorias de Cerimonial e Comunicação Social.

Tribunal de Justiça de Pernambuco faz aniversário e comemora com simplicidade

Medalha do Mérito foi criada em 1985

Destinada a homenagear pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que se destacaram pelos serviços prestados à Justiça ou pelos seus méritos na área jurídica, a Medalha do Mérito Judiciário Des. Joaquim Nunes Machado foi criada em 1985 pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, na gestão do então presidente, desembargador Benildes de Souza Ribeiro.

A homenagem é feita anualmente e, segundo a tradição, durante as comemorações de aniversário do TJPE. Instituída pela Resolução 17/85, a medalha compreende três graus que são denominados de classes ouro, prata e bronze, além de uma alta distinção, representada por um colar.

> A medalha compreende três graus: classes ouro, prata e bronze

Desembargador

O nome da medalha é uma homenagem ao advogado, que posteriormente recebeu o título de desembargador, Joaquim Nunes Machado. Ele é considerado uma das figuras mais marcantes da história de Pernambuco.

Veja aqui quem já foi homenageado

Entre as personalidades e instituições homenageadas com a Medalha do Mérito Des. Joaquim Nunes Machado, estão:

* Assembléia Legislativa do Estado;
* Arnar Carvalho (advogado);
* Antônio de Pádua Ribeiro (ministro do STJ);
* Carlos Wilson (senador);
* Henrique Cruz (médico);
* Joaquim Francisco (ex-governador do Estado);
* João Carlos Paes Mendonça (empresário);
* Marcos Vilaça (ministro do TCU);
* Mozart Neves Ramos (reitor da UFPE);
* Roberto Magalhães (prefeito do Recife);
* Real Hospital Português.

Presidência: 419-3213

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eterio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1383

e-mail: adm@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cepe

BIBLIOTECA!

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 138 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 27 de julho de 1999

Pleno realiza hoje sessão extraordinária

Desembargadores escolhem novo membro do TJPE e se preparam para o aniversário de 177 anos do Judiciário pernambucano

O Tribunal de Justiça de Pernambuco realiza hoje, às 14 horas, uma sessão extraordinária do Tribunal Pleno, na sala desembargador Antônio de Brito Alves.
Em pauta, está a promoção de juiz de direito para o cargo de desembargador, a proposta de orçamento do Poder Judiciário para o exercício do próximo ano, a organização judiciária e, ainda, já como parte dos preparativos para o aniversário de 177 anos do TJPE, será realizada a escolha daqueles que serão homenageados com a medalha do mérito judiciário Des. Joaquim Nunes Machado e dos servidores mais antigos que vão receber o diploma Honra ao Mérito Judiciário.

Escolha
Entre as decisões que o Tribunal deverá tomar, está a substituição do desembargador Gilberto Gondim, que se aposentou no início deste mês.

Pleno decide hoje quem será o mais novo desembargador do Tribunal de Justiça

Para preencher a cadeira que ficou vaga com a aposentadoria de Gondim, será promovido um juiz de carreira pelo critério de antigüidade.

Aniversário
Os desembargadores estarão reunidos também para tomar algumas iniciativas quanto ao aniversário do Tribunal de Justiça, no próximo dia 13.
Eles vão escolher as personalidades que devem receber a medalha Joaquim Nunes Machado. O Judiciário instituiu a homenagem em 1985 para todos aqueles que têm serviços prestados à Justiça.
Como uma tradição, essa homenagem vem sendo realizada a cada aniversário do Tribunal de Justiça.
Também serão lembrados os funcionários mais antigos que vêm prestando, reconhecidamente, bons serviços à causa do Poder Judiciário.
É ainda o Tribunal Pleno quem deverá escolher os servidores que serão contemplados com o diploma Honra ao Mérito Judiciário, também como parte das comemorações do aniversário do Tribunal de Justiça.

Defensores públicos se reúnem com presidente do TJPE

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebeu em seu gabinete o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado, Edmundo Siqueira, acompanhado de sua diretoria. Na audiência solicitada pela Associação, os defensores públicos pediram ao presidente Etério Galvão que fosse destinada uma sala, no novo Fórum do Recife, para Defensoria Pública. Eles afirmaram que o espaço seria fundamental para agilizar os serviços que o órgão presta à população mais carente. Etério Galvão, por sua vez, reafirmou o papel democrático que a Defensoria exerce e garantiu aos defensores que vai ceder um espaço para eles no novo Fórum.

Judiciário cria plantão de Registro Civil

O serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais vai funcionar em sistema de plantão aos sábados, domingos e feriados, segundo determinação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão.
De acordo com a decisão do TJPE, o plantão vai funcionar na sede da serventia indicada, no horário das 9 às 17 horas, seguindo uma escala definida pela Presidência do Tribunal que já foi publicada no Diário Oficial, no último dia 23 de julho.
O sistema de plantão vai funcionar mediante rodízio entre os 15 cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais, espalhados pelo Recife.
O cartório de plantão poderá lavrar registros de óbito e, ainda, por determinação do juiz plantonista, outros atos de urgência que sejam da sua competência. O sistema de plantão começou sábado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aurea Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Boa Vista - Recife-PE
Fone/fax(81) 419-3558 Fax 414.1163
e-mail: asimp@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/do.htm

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 139 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 28 de julho de 1999

Sociedade quer inibir violência no Estado

Os Parceiros da Paz pediram ao presidente a criação de uma Vara de Penas Alternativas

Em 1998, foram 54 mil crimes em Pernambuco. Pouco mais de oito mil chegaram ao Judiciário. Com esses números, o Comitê Nacional de Vítimas da Violência, Parceiros da Paz, visitaram o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão.

Entre os pedidos do comitê formado por vários segmentos da sociedade civil, está a agilização de processos criminais, uma vez que, segundo os membros do comitê, a impunidade vem gerando mais violência.

O coordenador do comitê, Ernani Borba, entregou a Etério Galvão um documento assinado pelos Parceiros da Paz, reivindicando providências do Judiciário, algumas que, inclusive, já vêm sendo tomadas.

Segundo o presidente Etério Galvão, o Judiciário, através da Corregedoria Geral de Justiça, vem exercendo o controle quanto à presença dos juízes em suas respectivas Comarcas. Ao mesmo tempo, o TJPE tem dado andamento ao processo de informatização da Justiça com o objetivo de obter uma radiografia dos feitos.

Etério Galvão ressaltou ainda a importância da sociedade civil se mobilizar em torno dessas questões. De acordo com o presidente, o problema deve ser realmente discutido com a população. "É importante para democracia que a sociedade se organize em torno de questões como a da violência", afirmou Galvão.

O Comitê Nacional pediu ao presidente a criação de uma Vara com competência específica para execução de penas alternativas. Segundo Ernani Borba, a Vara poderia obter melhores resultados, tanto para o apenado, quanto para a sociedade.

Os Parceiros da Paz sugeriram também a realização de uma audiência pública, com a presença de juízes e desembargadores para que se inicie um debate sobre a criminalidade entre o Judiciário e a sociedade.

Para os membros do comitê, é preciso ainda uma ampla reforma na legislação que eles consideram ultrapassada. A comissão disse também que está à disposição do Judiciário para colaborar para uma maior agilidade da Justiça.

Vacinação continua no próximo mês

A segunda etapa de vacinação contra difteria e tétano, que será aplicada nos servidores e prestadores de serviço, já está marcada para o dia 18. As pessoas serão atendidas das 8 às 16 horas, mediante a apresentação da carteira funcional, nos postos instalados no térreo do Fórum Thomaz de Aquino e do Palácio da Justiça. A campanha é uma iniciativa conjunta da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e da Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Resultados

O saldo da primeira etapa de vacinação contra difteria e tétano, em junho, foi comemorado. Segundo o levantamento da DRH, a campanha atingiu cerca de 900 funcionários, quando o número esperado era de aproximadamente 500 servidores.

O trabalho foi executado por auxiliares de enfermagem do ambulatório do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Saúde do Estado, que é responsável ainda pela doação do material utilizado na aplicação: vacinas e seringas.

Para essa segunda fase, a coordenadora adjunta do ambulatório, Simone Belo, avisa que só poderão se vacinar aqueles funcionários que já receberam a primeira dose em junho.

DRH inicia treinamento para servidores e magistrados

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) tem programado para a segunda quinzena de agosto um treinamento que deverá ser realizado com servidores, magistrados, chefias do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Corregedoria Geral de Justiça. O programa de treinamento para servidores da Capital vai abordar o tema "Qualidade no Atendimento". Já para os juízes e aqueles que ocupam cargos de chefia, o treinamento vai ser realizado em torno do tema "Desenvolvimento Gerencial", segundo informou a DRH.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gaeres

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: André Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424-1182

e-mail: ainf@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/diario

Dir. de Recursos Humanos: 419- 3458

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 140 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 29 de julho de 1999

Pleno quer mudar organização judiciária

O Tribunal de Justiça de Pernambuco aprovou, durante sessão extraordinária do Pleno, mudanças na organização e divisão judiciária do Estado. O projeto deve ser enviado agora para Assembléia Legislativa para apreciação.

Entre as modificações propostas pelo TJPE, está a alteração na divisão judiciária de Pernambuco. Se for aprovado, o Estado passará a ter duas Entrâncias, a da Capital e do Interior, no lugar das três que existem atualmente.

Segundo o assessor da Presidência, juiz Ruy Patu, a mudança pode significar o aumento das opções de escolha para Capital e uma diminuição do número de promoções.

Com a iniciativa, o Judiciário pretende ainda extinguir cargos de juízes substitutos, transformando 43 desses 63 cargos da Capital em juízes titulares. Ao mesmo tempo, os Juizados Especiais devem passar a ter juízes titulares vinculados à respectiva Entrância.

O projeto sugere ainda a criação de cargos de técnico e assistente judiciários, além da criação de 40 funções de chefe de Secretaria. Será criada também a função de assessor de juiz na Capital, que deverá ser exercida por funcionários de carreira do Poder Judiciário.

Com todas as modificações previstas, o Tribunal de Justiça espera fazer uma economia de cerca de R$ 2 milhões, de acordo com os cálculos do juiz Ruy Patu.

O Pleno se reuniu para votar a organização judiciária do Estado e escolher o novo desembargador do TJPE

Orçamento

Ainda durante a sessão, foi aprovada por unanimidade a proposta orçamentária do próximo ano, calculada em cerca de R$ 218 milhões.

Aquino Reis é o novo desembargador

O Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco escolheu o nome do juiz Aquino de Farias Reis para ocupar a vaga deixada pelo magistrado Gilberto Gondim, recentemente aposentado. A votação ocorreu durante sessão do Pleno, que contou com a presença de 21 desembargadores.

A posse será na próxima segunda-feira. Aquino Reis, atualmente titular da 3ª Vara Criminal do Recife, foi promovido pelo critério de antiguidade, já que figurava na lista de juiz mais antigo em atividade no Judiciário estadual. Ele chega ao TJPE aos 67 anos, depois de integrar a magistratura por cerca de 24 anos.

O novo desembargador nasceu em Manáus, no Amazonas, e chegou a Pernambuco em 1950. Concluiu o curso de Direito em 1968 pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife, hoje UFPE, e prestou concurso para Juiz de Direito em 1975, indo atuar na Comarca de Águas Belas, onde ficou até 1976, sendo removido para Sirinhaém e depois promovido para o Cabo de Santo Agostinho. Foi promovido para Capital em 1985, por merecimento, até ser eleito desembargador.

TJPE aprova homenagens

O governador Jarbas Vasconcelos, o jurista Saulo Ramos e os desembargadores Jones Figueiredo, Márcio Xavier, Laiz Carlos Medeiros e o recém-promovido Aquino Reis, receberão a medalha do Mérito Judiciário - no mais alto grau de distinção, o Grão Colar - no próximo dia 13 de agosto, dentro das comemorações de aniversário do TJPE.

A indicação dos nomes dos homenageados foi feita durante sessão do Pleno, terça-feira. Foram aprovados, ainda, os nomes do presidente do Tribunal Regional Federal (TRF), 5ª Região, José Maria Lucena para receber a medalha de ouro e do presidente do Tribunal de Contas do Estado, Fernando Correia, para a medalha de prata.

Durante o Pleno, também foram votados os nomes dos servidores mais antigos e que serão agraciados com um broche comemorativo à ocasião e com um diploma. São eles: o técnico judiciário Severino Lins Moraes; o oficial de Justiça Joaquim Mendes da Silva e a técnica judiciária Virgínia Viana. A homenagem aos serventuários será realizada no dia 12 de agosto, no Salão Nobre, a partir das 18h.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edilio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3213 Fax 424.1163

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 141 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 30 de julho de 1999

Convênio garante especialização para magistrados

A Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), a Escola Superior da Magistratura (Esmape) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) assinam na próxima sexta-feira, às 18h30, na sede da Amepe, um convênio que vai garantir aos magistrados uma pós-graduação lato sensu.

Segundo o coordenador do curso, juiz Ruy Patu, o nível é de especialização e o término do curso, que tem duração de um ano e meio, vai garantir um diploma de magistério superior.

Os interessados devem se inscrever até o dia 31 do próximo mês, na sede da Amepe. Ruy Patu adiantou que não será cobrada taxa de inscrição. O magistrado deve levar apenas um currículo resumido que será examinado.

Com 60 vagas, o curso dará preferência aos magistrados que já são professores da Esmape, de acordo com Ruy Patu. O coordenador informou que essa preferência se explica pela necessidade da Escola adquirir o registro de Escola de Ensino Superior junto ao Ministério de Educação.

"Com professores que tenham o diploma de magistério superior, será possível adquirir o registro e implantar um mestrado profissionalizante para atender especificamente a magistratura. Por isso, a preferência", ressaltou o coordenador.

Um outro aspecto que será analisado na hora da seleção, além do currículo, é o tempo de magistratura. Os mais antigos também têm preferência, segundo Ruy Patu. Na hipótese das 60 vagas disponíveis não serem preenchidas, a especialização será aberta para servidores do Judiciário que serão indicados pelo Centro de Estudos Judiciários.

> O curso, com nível de especialização, será iniciado em outubro e terá duração de um ano e meio

Custo

"O curso, que deve ser iniciado em outubro, é subsidiado pela Amepe e Esmape, mas os magistrados que forem selecionados terão R$ 115 descontados em folha, mensalmente, o que corresponde a 57% do custo da pós-graduação", explicou Ruy Patu. Já no caso dos servidores, o custo é integral: cerca de R$ 220.

Ruy Patu alertou ainda para o fato de que o curso vai garantir poetuação para efeito de promoção e remoção pelo critério de merecimento.

Embora com duração de um ano e meio, o curso será ministrado no período de uma semana, a cada mês, no horário da manhã, das 9 às 12h15, na sede do mestrado em Direito, na rua do Hospício.

Ao final da especialização, o aluno deverá redigir monografias que serão publicadas pelo Centro de Estudos Judiciários, dirigido pelo desembargador Jones Figueiredo.

Disciplinas

Entre as disciplinas que compõem a carga horária do curso, estão Teoria Geral do Direito, Direito Constitucional, Teoria Geral do Processo, Deontologia Jurídica, Hermenêutica Jurídica, Metodologia da Pesquisa em Direito, Didática do Ensino Superior e Direito Alternativo.

Segundo o coordenador do curso, Ruy Patu, os professores também já estão definidos: Eduardo Rabenhost, Ivo Dantas, Zélio Furtado, Raimundo Juliano, Sérgio Torres, Ubiratan do Couto, Dário Rocha, Lourival Vilanova, João Maurício Adeodato, George Browne, Cláudio Souto. Maiores informações podem ser obtidas na Amepe.

Juizado de Execuções funciona normalmente

O Juizado de Execuções Cíveis retomou seu funcionamento normal desde segunda-feira. Agora em novo endereço, no bairro de Afogados, a unidade tem mais espaço para desenvolver seus serviços, segundo informou o juiz Luís Mário, que responde pelo Juizado.

O atendimento ao público começa ao meio-dia e vai até as 17h30.

Segundo dados do órgão, desde que começou a funcionar em Afogados, passaram por lá cerca de 500 pessoas.

Em um ano de funcionamento, o Juizado de Execuções já contabiliza no seu acervo mais de dez mil processos. O novo endereço é rua Jacira, 364.

O juiz Luís Mário responde pelo Juizado de Execuções

DRH encerra hoje fotos para crachás

Hoje é o último dia para os funcionários do Tribunal de Justiça de Pernambuco tirarem as fotos para os crachás. O fotógrafo está no Convivium, que fica no segundo andar do Palácio da Justiça.

A informação é da Diretoria de Recursos Humanos do TJPE. Aqueles que, por algum motivo, não tiverem tirado as fotos, devem se dirigir à DRH e solicitar um encaminhamento para Foto Beleza.

Os crachás vão servir como carteira funcional para os magistrados e funcionários do Poder Judiciário.

As fotos começaram a ser tiradas no início do mês. Primeiro, foram as Comarcas do Interior até que o trabalho começou a ser feito na Capital, nos Fóruns Thomáz de Aquino e Paula Batista e agora no Palácio da Justiça.

A primeira via dos crachás é gratuita, mas em caso de perda o magistrado ou servidor terá que pagar pela segunda via.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Dra. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE

Fone/fax(081) 429-3251 Fax 424-1163

e-mail: amepe@pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 142 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 31 de julho de 1999

Informática

Judwin completa um mês de funcionamento

O Judwin, novo sistema de informática do Poder Judiciário, já está há cerca de um mês em funcionamento. A avaliação do desempenho do sistema será realizada com os juízes da Capital, no próximo dia 12.

De acordo com o diretor de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Edmundo Mendonça, a evolução do processo de implantação do Judwin tem sido normal. "Os ajustes necessários vêm sendo feitos, mas é preciso ouvir o usuário para termos uma idéia exata de como o Judwin vem funcionando e se atende às expectativas dos juízes e servidores", explicou Mendonça.

Ele disse ainda que a Diretoria de Informática está tentando facilitar a consulta dos processos por parte dos que têm ações na Justiça. Para isso, deverá estar disponível, a partir de segunda-feira, um terminal de computador nos balcões de atendimento dos Fóruns Thomáz de Aquino e Paula Batista. Por meio do número do processo, o usuário terá condições de saber em que estágio se encontra a questão na Justiça. "Queremos tornar o acesso às informações mais ágil", ressaltou Edmundo Mendonça.

> Em setembro, o TJPE deve lançar a consulta processual via Internet para os usuários

Ainda como uma forma de facilitar o acesso ao Judiciário, o Tribunal de Justiça deverá lançar, em setembro, durante a Infonordeste, a consulta processual dos feitos da Capital via Internet, segundo previsão da Diretoria de Informática. Enquanto isso, o TJPE tenta operacionalizar uma forma de recadastrar todos os processos da Capital, com o objetivo de suprir o sistema com dados mais completos e atualizados.

A expectativa é de que os próprios servidores sejam responsáveis pelo recadastramento.

Funcionários da Diretoria de Informática têm trabalhado para fazer os ajustes no Judwin

Tribunal de Justiça suspende plantões judiciários

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, determinou a suspensão dos plantões judiciários nas Comarcas do Interior e da Capital durante os feriados e finais de semana. O TJPE pretende, com isso, conter despesas. O chefe do Judiciário estadual determinou ainda que, apesar do plantão está suspenso, o juiz escalado fique de prontidão em sua residência para atender aos casos que forem de sua competência. Já a chefia da Secretaria da Vara, que foi designada para o plantão, vai permanecer na serventia com o oficial de Justiça, no horário de funcionamento já previsto, devendo se comunicar com o juiz, todas as vezes que for necessário.

Presidente Etério Galvão tenta conter despesas do Judiciário

Agenda

Fale com o presidente
Na próxima quarta-feira, o projeto Fale com o Presidente recomeça. Depois do período das férias de julho, o desembargador Etério Galvão recebe servidores do Poder Judiciário em seu gabinete, sem prévio agendamento de audiência.

Agenda Livre
Também o projeto Agenda Livre continua agora em agosto. O atendimento será nesta sexta-feira (06). O Agenda Livre não funcionou no mês de julho. No mês anterior, o presidente do TJPE chegou a atender mais de cem pessoas.

Secretaria Judiciária: 419-3217

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia: Ariel Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Fax: 424.1165
e-mail: ...@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/cpge

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 112 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 16 de junho de 1999

TJPE realiza casamento comunitário no Thomáz de Aquino

Trinta e quatro moradores da comunidade de Santo Amaro se casaram sexta-feira, no Fórum Thomáz de Aquino. A cerimônia de casamento civil, realizada pelo juiz da 1ª Vara de Família, Alexandre Assunção, é parte do projeto A Justiça nas Ruas, programa que foi realizado, no mês passado, em Santo Amaro. Antes de se casarem, os candidatos participaram do Encontro com Noivos, realizado pelo juiz Alexandre Assunção e pela coordenadora do Centro de Apoio Psicossocial, psicóloga Helena Ribeiro Fernandes.

Esta é a segunda vez que o Tribunal de Justiça de Pernambuco oficializa casamento comunitário. A primeira foi no Coque, quando 40 casais tiveram sua cerimônia realizada no canteiro de obras do novo Fórum do Recife.

De acordo com o juiz Alexandre Assunção, o projeto é de grande importância porque garante à população carente o casamento civil, ao qual muitas vezes eles não têm acesso devido à falta de recursos.

Se não fosse através do programa, o pessoal da comunidade teria que pagar em cartório R$ 79, para oficialização de casamento civil, conforme a tabela de preços do extrajudicial.

O juiz acrescentou ainda que, em muitos casos, os casamentos que vêm sendo realizados regularizam uma situação que já existe de fato. "Muitos dos casais já convivem maritalmente e têm até filhos", explicou Assunção.

Segundo o casal Marcílio Pereira, 27 anos, e Martelina Araújo, 23, que já moram juntos há mais de oito anos, a iniciativa do TJPE é importante para aqueles que ainda sonham com o casamento formal.

Demócrito recebe cidadania pernambucana

A capacidade intelectual e sobretudo o compromisso com a prática da justiça foram as principais características atribuídas pela Assembléia Legislativa ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Demócrito Ramos Reinaldo, 67 anos, na segunda-feira, 14, durante a entrega do título Cidadão de Pernambuco, proposto pelo deputado Eudo Magalhães. "Nas suas ações há sempre a marca de um servidor da Justiça e da cultura que se firmou como advogado, professor, magistrado, presidente do Tribunal de Justiça e que, por seus méritos, integra o STJ", justificou o deputado José Marcos, presidente do Legislativo. Paraibano de Alagoa do Monteiro, Demócrito Reinaldo se estabeleceu em Pernambuco há mais de 40 anos. Seu serviço à Justiça deste estado começou em 1959, como advogado de presos pobres em São José do Egito. Nesta Comarca atuou como Promotor Público a partir de 1960. Em 1962 já era juiz, passando pelas comarcas de Bodocó, Tabira, Afogados da Ingazeira e Limoeiro. Em 1974 foi promovido a Juiz da Capital, tornando-se desembargador em 1983. Presidiu o TJPE no biênio iniciado em 1990, afastando-se em junho do ano seguinte, nomeado para o STJ.

Cerimonial divulga resultados do projeto Tribunaltur

História e beleza do Tribunal de Justiça atraem turistas nacionais e estrangeiros e alunos de colégios e faculdades do Recife

Cerca de 400 turistas visitaram o Tribunal de Justiça de Pernambuco, segundo um levantamento realizado pela Assessoria de Cerimonial, em relação ao período entre janeiro e o mês passado.

O projeto Tribunaltur, implantado pelo Cerimonial em janeiro deste uno, mostra aos interessados em conhecer o Palácio da Justiça toda a arquitetura e história do prédio construído em 1930.

São turistas brasileiros e estrangeiros. Entre os visitantes nacionais, estão pessoas que vêm de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Já os estrangeiros vêm de países como Estados Unidos, Argentina, Canadá e França.

Conheça o Judiciário

O levantamento também atingiu o projeto Conheça o Judiciário, que é direcionado a alunos de escolas de 1º e 2º graus e de faculdades.

Segundo informação do Cerimonial, o projeto, que teve início em março, inclui um passeio pelo Palácio da Justiça, uma palestra sobre o prédio e ainda sobre o papel do Poder Judiciário como instituição democrática.

Mais de 150 alunos já participaram do programa. Foram estudantes de escolas públicas e privadas. Entre elas, a Escola Cecília Meireles, o Colégio Santa Helena e as Escolas São José e São Cristóvão.

Também participaram do programa, alunos de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e estudantes da Universidade de Pernambuco, segundo os registros da Assessoria de Cerimonial.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvino Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gurjão

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anna Lima

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n, São Antônio - Recife PE

Fone(081) 419-3251 Fax: 424.2163

e-mail: asicom@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 143 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 3 de agosto de 1999

novo desembargador

Aquino Reis toma posse no TJPE

O mais novo integrante do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Aquino Reis, tomou posse ontem, pela manhã, no gabinete da Presidência do TJPE.

O magistrado assume a vaga deixada pelo desembargador Gilberto Gondim que se aposentou no mês passado.

Juiz de Direito há 24 anos, Aquino Reis foi promovido a desembargador por antiguidade, na semana passada, durante sessão do Pleno.

Nascido em Maués, no Amazonas, o novo desembargador do TJPE vive em Pernambuco desde 1950. Durante seu discurso, Aquino Reis ressaltou seu amor pelo Estado e afirmou que conclui suas atividades na magistratura do 1º Grau para integrar o corpo da segunda instância da Justiça Estadual, permanecendo magistrado e professando a sua verdade: "a verdade da consciência".

A solenidade de posse do novo desembargador foi realizada na Presidência do TJPE

Colégio Recursal passa a funcionar no Palácio da Justiça

A partir de hoje, o Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis começa a funcionar no Palácio da Justiça. As reuniões, que antes vinham sendo realizadas no 5º andar do Fórum Paula Batista, devem acontecer todos os dias, pela manhã, na nova Sala de Sessões, localizada no 1º andar do Palácio, segundo a secretária de Administração, Olga Cruz.

O Colégio Recursal precisou se mudar para o Palácio devido às precárias condições de funcionamento no Paula Batista, segundo ressaltou o assessor da Presidência, juiz Fábio Eugênio.

Órgão de 2º Grau dos Juizados Especiais Cíveis, o Colégio Recursal, formado por cinco turmas, sendo cada uma composta por três magistrados, julga por mês mais de cem recursos, de acordo com dados da Assessoria da Presidência.

Fábio Eugênio explicou ainda a importância do Colégio na agilidade das questões que são levadas aos Juizados: "O recurso é julgado e tem o acórdão publicado em média no período de 20 dias".

Justiça nas Ruas está marcado para este mês

O projeto vai beneficiar o bairro da Imbiribeira e deve atingir um número alto em emissão de documentos, segundo expectativa dos líderes comunitários

A Ouvidoria Judiciária realiza o projeto A Justiça nas Ruas no próximo dia 14, no bairro da Imbiribeira. O caminhão vai estar no Campo do Vigia, que fica localizado na avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, em frente à concessionária Renault.

Desta vez, a iniciativa vai atender a população de 18 setores da Imbiribeira, segundo informou o líder comunitário Ubiratan da Silva. Segundo ele, de acordo com o levantamento realizado junto à população, o Justiça nas Ruas vai prestar serviço a mais de 500 pessoas.

"Esse projeto veio em boa hora porque é difícil para população mais carente ter acesso a documentos e se tornar um verdadeiro cidadão", afirmou Ubiratan da Silva.

Entre as comunidades da Imbiribeira que serão atendidas pelo Justiça nas Ruas, estão Tijolos, Coronel Fabriciano, todo trecho da Avenida Sul, beiru da linha e a Sete de Maio, de acordo com o líder comunitário.

Da última vez, o caminhão do projeto esteve na comunidade de Nova Descoberta. Foram cerca de 600 documentos emitidos. Desses, 200 carteiras de identidade e cem títulos de eleitor. Com a Imbiribeira, o Justiça nas Ruas completa o atendimento a sua quarta comunidade, segundo a Ouvidoria Judiciária.

O caminhão do Justiça nas Ruas estará na Imbiribeira no próximo dia 14

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elpídio Calvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aaes Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Ilha de Antonio - Recife-PE

Fone/fax: (081) 419-3231 Fax: 424.1163

e-mail: sistdirge.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 144 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 4 de agosto de 1999

TJPE reinicia sessões do semestre

O fórum da Comarca de Ouricuri e o de Exu serão nomeados Juiz Josué Custódio de Albuquerque e Juiz Valdir Barbosa, respectivamente. As duas propostas foram aprovadas na última segunda-feira, pelos membros da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, durante a primeira reunião do colegiado após as férias forenses de julho, quando a maioria das matérias apreciadas trataram de assuntos administrativos.

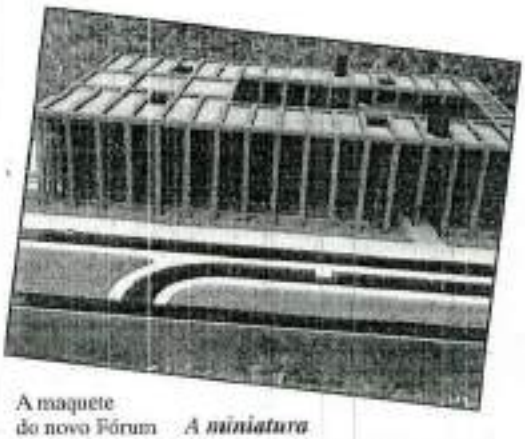
Falecido em 1981, em um acidente automobilístico, Albuquerque ingressou na magistratura em 68. A indicação de seu nome para o Fórum de Ouricuri deu-se em função de sua atuação naquela Comarca. Razões semelhantes definiram a indicação e aprovação do nome do juiz Valdir Barbosa para o Fórum de Exu, primeira Comarca por ele assumida logo que ingressou na magistratura pernambucana.

Na mesma sessão, os desembargadores aprovaram o nome do escrivão Lupicínio de Carvalho para a sala que abriga o 3º Ofício de Notas e Escrivania de Caruaru, em cuja Comarca atuou entre os anos 1948 e 1962, quando faleceu. No Fórum da Comarca de Pesqueira uma sala recebeu o nome Oficial de Justiça Tárcio Monteiro. Com indicação justificada pela qualidade dos serviços prestados, Monteiro, falecido em 94, atuava naquela Comarca desde 91.

Integrada pelos quinze desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça, a Corte Especial se reúne extraordinariamente às segundas-feiras, a partir das 14h. Nos mesmos dias costumam acontecer as sessões do Tribunal Pleno, quando se reúnem todos os 27 desembargadores do TJPE.

Assuntos administrativos predominaram na primeira sessão semestral da Corte

Exposição itinerante fica este mês no TJPE



A miniatura vai dar aos convidados uma idéia de como ficará o novo Fórum.

A maquete do novo Fórum do Recife permanece este mês no Palácio da Justiça. O motivo é o aniversário de 177 anos do Tribunal de Justiça que será comemorado nos próximos dias 12 e 13.

A maquete itinerante tem o objetivo de mostrar à sociedade como vai ficar o novo Fórum da Ilha de Joana Bezerra.

Durante o aniversário, ela ficará no Salão dos Passos Perdidos. Entre os lugares em que a maquete esteve exposta, estão o Ministério Público, a Universidade Federal de Pernambuco e a Defensoria Pública.

Judiciário comemora 177 anos com programação modesta

Com sua programação já definida, o aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco será comemorado de forma simples, devido à contenção de despesas que vem sendo implementada pelo Poder Judiciário.

A abertura das solenidades será no dia 12, às 18h, no Salão Nobre, quando serão homenageados os servidores mais antigos do Tribunal de Justiça. No mesmo dia, a partir das 19h, será o lançamento do livro "A Justiça", da autora Maria Lúcia Pontes. A escritora ganhou o prêmio literário Potiguar Matos do ano passado.

Já no dia 13, data do aniversário do TJPE, a programação começa às 9h, com a tradicional missa de ação de graças na Ordem Terceira de São Francisco. Quem vai celebrá-la é o padre Normando Pignataro. A partir das 16h, será a vez da sessão solene de entrega das Medalhas do Mérito Judiciário Des. Joaquim Nunes Machado. Em seguida, o jurista Saulo Ramos fará uma conferência sobre o Poder Judiciário. Fechando as comemorações, o octeto Retratos, do Conservatório Pernambucano de Música, faz uma apresentação no Salão dos Passos Perdidos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Hélio Gídelo

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419.3381 Fax 424.1163

e-mail: ascs@tjpe.gov.br

186

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 145 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 5 de agosto de 1999

Aumenta o número de sentenças em Pernambuco

As medidas adotadas pela Corregedoria incluem a publicação do nome dos magistrados que mais produziram no trimestre. Os nomes foram agrupados por Entrâncias e, depois, por matérias cíveis e criminais.

Sérgio Marcos

A Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco obteve um crescimento de aproximadamente 40% no número de sentenças proferidas pelos juízes no Estado. O aumento foi registrado no primeiro trimestre de 99 em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o corregedor geral de justiça, desembargador Mário Melo, a constatação resulta em ganho para a sociedade pernambucana e para o próprio serviço jurisdicional, que se torna merecedor de maior credibilidade junto à opinião pública.

O corregedor atribui o saldo positivo à iniciativa de se publicar trimestralmente a relação dos dez juízes mais produtivos, o que vem sendo feito desde o ano passado através do Diário Oficial. "Esse trabalho está tendo o melhor dos resultados porque não se restringe à mera publicação do levantamento feito. Além da divulgação da produtividade, a Corregedoria visita regularmente as Comarcas para verificar as condições de trabalho, orientar e até cobrar explicações naqueles casos em que os resultados apresentados não são satisfatórios", esclarece Melo.

Ainda segundo o corregedor geral, transparência é a palavra que melhor define a iniciativa do TJPE em publicar a produtividade de seus magistrados. Mas esclarece: mais do que castigar, a iniciativa termina por premiar os que apresentam os melhores resultados. "Apenas o dez mais produtivos são publicados. Os dez menos produtivos são procurados pessoalmente, onde a primeira atitude é cobrar os motivos da baixa produtividade. Havendo reincidência e dependendo da gravidade, o caso é enviado ao Conselho da Magistratura, para as medidas cabíveis.

Entre as constatações que provam a eficiência do acompanhamento da produtividade dos juízes - que é coordenado conjuntamente pelo corregedor geral e o desembargador Nildo Nery, este responsável pela meta estabelecida pela Presidência do Tribunal de Justiça que cuida da moralização dos serviços do Judiciário - são observadas mudanças radicais de posição de avaliados que saem da lista dos dez que menos produziram em um trimestre para, em trimestre posterior, aparecerem entre os dez primeiros. Mudanças como essas reforçam a idéia de que o trabalho da Corregedoria Geral de Justiça tem servido de motivação.

Essa avaliação não deve, no entanto, passar a idéia de que os índices de produtividade verificados entre os magistrados se devam apenas ao interesse de cada um em ter o nome publicado entre os mais produtivos. Para descartar essa possibilidade basta verificar que vários nomes aparecem no início da lista desde a primeira publicação. É o caso do juiz Cícero Bittencourt de Magalhães, da 2ª vara de Execuções Penais, que encabeça a lista dos dez mais produtivos na soma das sentenças criminais da 3ª Entrância realizada nos 3º e 4º trimestre de 98 e 1º de 99.

Na soma das sentenças cíveis, o destaque fica com o juiz Rivadávia Rangel, titular da 4ª Vara da Assistência Judiciária. Ele é o segundo na publicação referente ao terceiro trimestre de 98, aparecendo na condição de primeiro nos dois trimestres subseqüentes. "A Corregedoria está trabalhando de acordo com aquilo para o qual foi criada", diz Rivadávia, aprovando a iniciativa. Ele atribui a boa colocação obtida até agora ao trabalho realizado com organização e praticidade.

Foto: Marcos Costa

O trabalho implantado tende a agilizar o andamento dos processos e promover maior credibilidade do Judiciário junto à população

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Jovino Galindo

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mércia Gueiros

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n, São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419.3383 Fax 421.5163
e-mail: asimf@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 146 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 6 de agosto de 19

TJPE formaliza Coordenadoria

A Coordenadoria dos Juizados Especiais passa a ser um órgão de assessoramento à Presidência do Tribunal de Justiça

Para Gisela Pires, a resolução dá respaldo às ações da Coordenadoria dos Juizados

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu que a Coordenadoria dos Juizados Especiais faz parte, agora, da estrutura organizacional do TJPE, funcionando como um órgão de assessoramento da Presidência.

Segundo a coordenadora dos JECs, Gisela Pires, essa iniciativa foi um avanço, já que dá mais respaldo às ações do órgão e mostra que o Judiciário está ciente da necessidade de uma instância de supervisão e gerenciamento dos Juizados Especiais.

Com a Coordenadoria, o Tribunal de Justiça passou a ter uma avaliação dos índices de produtividade e de conciliação dos órgãos. Além disso, foi possível padronizar as rotinas e procedimentos dos Juizados.

Funções

De acordo com Gisela Pires, as funções do órgão continuam as mesmas: coordenar, planejar e supervisionar o funcionamento dos JECs. "As atribuições que competem à Coordenadoria já vinham sendo implementadas, independente do órgão só existir de fato", explicou Gisela Pires.

Com 22 Juizados Especiais espalhados pelo Interior e pela Capital, o Judiciário pernambucano ainda deve expandir o número de Juizados no Estado, segundo a própria resolução da Corte Especial do TJPE.

A decisão se baseia ainda na importância do papel que os Juizados vêm assumindo em Pernambuco, com uma prestação de serviços rápida, informal e econômica.

Autoridades confirmam presença no aniversário do Tribunal de Justiça

Está confirmada a presença do governador do Estado, Jarbas Vasconcelos, nas solenidades de aniversário dos 177 anos do Tribunal de Justiça. O convite foi feito pessoalmente, ontem, pelo presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, durante visita, no Palácio do Campo das Princesas. O governador Jarbas será um dos agraciados com a Medalha do Mérito Judiciário Des. Joaquim Nunes Machado. Teve o mesmo objetivo, a visita que o desembargador fez, esta semana, ao prefeito recifense

Roberto Magalhães, e aos presidentes do Tribunal Regional Federal, José Maria Lucena, e do Tribunal Regional do Trabalho, Josias Figueiredo de Souza. As comemorações serão realizadas nos dias 12 e 13, no Palácio da Justiça.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Soc
Mônica Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane
Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anísio Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e
Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Anto
- Recife-PE
Fone/FAX: (081) 419-3251 Fax: 424.5
e-mail: cai@tjpe.gov.br

OK

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 147 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 7 de agosto de 1999

Projeto de Lei

TJPE encaminha mensagem para Assembléia Legislativa

O projeto de lei, aprovado pelo Pleno e que prevê uma economia de cerca de R$ 2 milhões ao ano para os cofres do Judiciário, será encaminhado à Assembléia Legislativa na próxima semana, segundo informou o assessor da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Ruy Patu.

A iniciativa pretende fazer alterações na organização judiciária do Estado, dispondo sobre a carreira dos juízes, o planejamento de ações administrativas, a competência, a criação, a transformação e a extinção de órgãos, cargos e funções.

Entre as principais modificações propostas, está a divisão judiciária de Pernambuco. De acordo com o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, atualmente, as três Entrâncias existentes dividem as Comarcas. Se o projeto for aprovado pelo Poder Legislativo, as Entrâncias vão passar a dividir a carreira da magistratura.

As divisões serão chamadas de Entrâncias da Capital, do Interior e Inicial. A da Capital será integrada pelos juízes de Direito e substitutos com jurisdição no Recife; a do Interior será integrada pelos juízes com jurisdição nas Comarcas; e a Inicial será integrada pelos juízes substitutos.

O projeto muda também o conceito de juiz substituto, segundo ressalta a mensagem. O juiz só deixa de ser substituto após titularizado em Vara por promoção ou remoção. De acordo com o Tribunal de Justiça, essa modificação adequa a natureza do cargo à orientação da Constituição Federal. Além disso, o juiz concursado para a integrar a Entrância Inicial como substituto só passa para Entrância do Interior na condição de titular.

Um outro aspecto que o projeto poderá garantir é que as ações administrativas do Tribunal de Justiça sejam orientadas e vinculadas a planos plurianuais de gestão, de acordo com uma norma já existente no Regimento Interno do TJPE.

O assessor da Presidência explicou que o Judiciário pretende ainda criar 33 novas Varas na Capital, sendo 21 Cíveis, seis da Administração Pública Estadual e seis da Administração Pública Municipal. "Busca-se, com a proposta, amenizar o problema crônico da morosidade da Justiça e, ao mesmo tempo, incrementar a melhora dos serviços judiciais na Capital", afirmou o presidente Etério Galvão.

O Poder Judiciário espera ainda extinguir alguns cargos: um de médico, três de médico legista traumatologista, um cargo de médico psiquiatra, um de distribuidor e contador da Capital e 47 cargos de taquígrafa. No caso das taquígrafas, o Tribunal de Justiça acredita que elas poderão ser substituídas por meios eletrônicos e informatizados de registro de voz.

Ruy Patu ressaltou, porém, que as transformações e extinções de cargos e funções só vão acontecer à medida que vagarem. O assessor garantiu também que os direitos adquiridos dos servidores serão preservados.

Ruy Patu garantiu que os direitos adquiridos dos servidores, que terão seus cargos extintos, serão preservados

Agenda Livre volta a atender

O Agenda Livre voltou a funcionar após um mês de recesso devido às férias de julho

Mais de 180 pessoas procuraram o projeto Agenda Livre, realizado ontem à tarde depois de um mês de recesso por causa das férias forenses do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A agilização de processos tem sido uma das principais razões que levam as pessoas a procurarem o Agenda Livre. Outras questões que não têm a ver diretamente com o Judiciário estadual também são motivo da procura de algumas pessoas. Nesses casos, o presidente pede ao órgão competente que tome as providências cabíveis.

Criado no ano passado, com o objetivo de prestar atendimento direto ao público externo, o Agenda Livre apresenta hoje um índice de resolução de casos em torno de 87%.

A iniciativa tem versão similar ao atendimento feito ao servidor do Judiciário, intitulado Fale com o Presidente, também reaberto essa semana. Na audiência interna, realizada na última quarta-feira, o presidente Etério Galvão recebeu 14 servidores. Informações sobre possíveis extinções de cartórios, pedidos de transferências para outras Comarcas e agilização de processos administrativos foram os assuntos das audiências.

O projeto Fale com o Presidente, que dá ao servidor do Judiciário estadual oportunidade de ser recebido em audiências em dia e horário reservados e sem marcação prévia, acontece mensalmente.

Agenda

Aniversário - O Tribunal de Justiça comemora, dias 12 e 13, seus 177 anos de criação. As solenidades, no Palácio da Justiça, marcam a história do Poder Judiciário em Pernambuco.

Servidor - Como parte das solenidades do aniversário, os servidores mais antigos do TJPE serão homenageados no dia 12. A cerimônia foi criada pelo presidente Etério Galvão, que instituiu a entrega de um broche e um diploma.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia: Anco Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n, Sto Antônio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183

e-mail: acs@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 148 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 10 de agosto de 1999

parcerias

Judiciário faz convênio para garantir estágios

Um convênio entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Faculdade de Direito de Olinda (FADO) vai permitir que 32 alunos da faculdade façam estágios nas Varas da Comarca de Olinda sem ônus para o Judiciário. Cada uma das 16 Varas do município terá dois estudantes do quarto ano do curso de Direito trabalhando em suas dependências. O convênio foi assinado semana passada entre o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, e a diretora da FADO, Ivânia Barros.

Atualmente restrito à Comarca de Olinda, o convênio poderá ser ampliado para Comarca da Capital. Segundo a diretora da faculdade, o estágio faz parte da grade curricular e é obrigatório. "Nós temos uma preocupação com a prática profissional. Por isso, essa iniciativa é importante", explicou Ivânia Melo. Etério Galvão, por sua vez, disse que os estudantes estarão nas Varas para aprender, mas que vão também colaborar para a agilização dos trabalhos do Judiciário.

O presidente disse ainda que esse tipo de convênio, que não implica em ônus para o Judiciário, pode ser realizado com outras faculdades ou universidades que tenham interesse em expor os alunos à prática jurídica.

Esmape

Já o primeiro curso de especialização como resultado de convênio firmado entre a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), será iniciado ainda este ano, entre setembro e outubro. Com duração de 18 meses, oferecerá 60 vagas para magistrados da ativa e aposentados. A informação é do juiz Laiete Jatobá, representante da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). A Esmape e o Centro de Estudos Judiciários do Tribunal de Justiça de Pernambuco também subscrevem o convênio - assinado na última sexta-feira - como entidades intervenientes.

A cerimônia de assinatura, realizada na sede da Amepe, contou com a presença do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, um dos incentivadores do projeto. Representando as partes conveniadas participaram o presidente em exercício da Amepe, Mozart Valadares, o vice-reitor da UFPE, Amílcar Bezerra, e o desembargador Jones Figueiredo, representando o TJPE. Da formalidade também participaram os juízes Humberto Inojosa e Laiete Jatobá, que repeesentaram o desembargador Dário Rocha, diretor da Esmape.

Ao saudar os signatários do convênio e associados presentes, o presidente da Amepe disse que a parceria recém-firmada representa o início de uma nova etapa na magistratura pernambucana. "A Esmape, que até hoje funcionava como mero curso preparatório de advogados para concurso, começa agora a cumprir o papel para qual foi criada: o aperfeiçoamento dos magistrados", disse Valadares.

Em nome da UFPE o professor Jorge Browner disse que "o Direitro tem forte interação com outras ciências, inclusive a Filosofia. Sempre procuramos seguir esse princípio, interagindo teoria e prática", disse ele. Browner ressalhou a seriedade e qualidade do ensino que a UFPE busca transmitir para a sociedade pernambucana.

Especialização

Assinado sexta-feira, o convênio garante as inscrições até o dia 31 de agosto

juízes,

Etério Galvão faz visita ao TCE

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, entregou pessoalmente ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Fernando Correia, o convite de aniversário dos 177 anos do Judiciário estadual. Fernando Correia será homenageado com a Medalha do Mérito Judiciário Joaquim Nunes Machado nesta sexta-feira, durante as solenidades de comemoração do aniversário do TJPE.

Amanhã é feriado no Judiciário

Como todos os anos, o Poder Judiciário não funciona amanhã, dia 11, data da criação dos Cursos Jurídicos, que começou a funcionar no ano de 1827, no Mosteiro de São Bento, Olinda.

Na quinta-feira, começam as solenidades de comemoração dos 177 anos do Tribunal de Justiça em Pernambuco, quando serão feitas homenagens aos servidores da Justiça pernambucana.

No dia 13, sexta-feira, as homenagens continuam com a entrega da Medalha do Mérito Judiciário Joaquim Nunes Machado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Dário Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aurea Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Ste Antonio Recife-PE

Fone/(081) 419.3251 Fax 424.1163

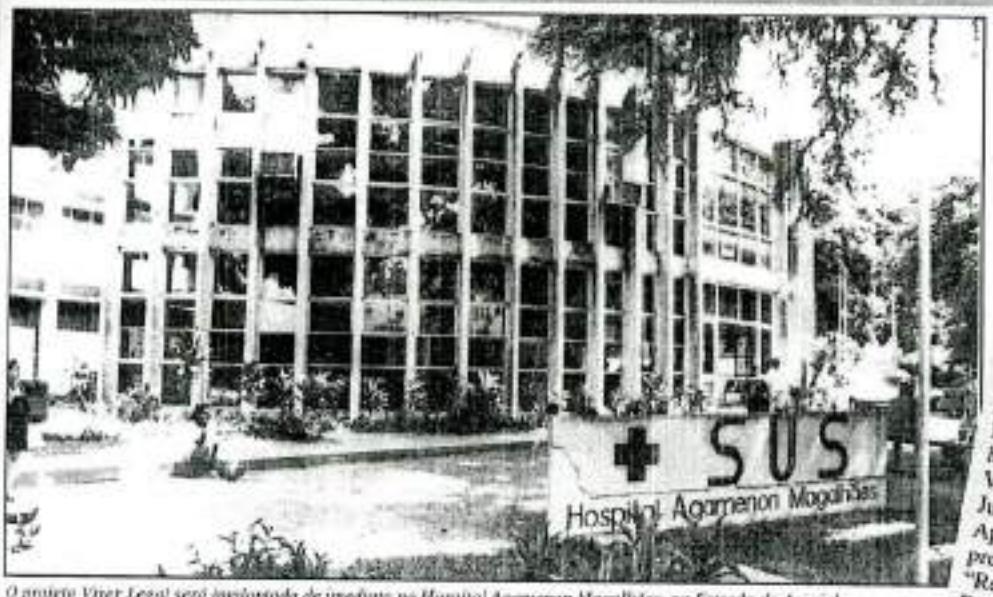
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 149 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 11 de agosto de 1999

Registro Civil



O projeto Viver Legal será implantado de imediato no Hospital Agamenon Magalhães, no Estado do Arruda

Projeto Viver Legal garante cidadania

Tribunal de Justiça assina convênio que prevê o registro civil de crianças que nascem nas maternidades públicas

Todas as crianças que nascerem nas maternidades públicas do Recife sairão da unidade já com um documento que garanta seu registro civil. Um projeto - que ganhou o nome de Viver Legal - desenvolvido pelo Tribunal de Justiça em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde, Justiça, Secretaria de Saúde do Recife, Associação dos Cartórios de Registro Civil e a empresa Elógica, irá assegurar o documento gratuitamente, sem necessidade de enfrentar filas ou demora.

A assinatura do convênio será nesta sexta-feira (13), às 11h, no gabinete do presidente do Tribunal de Justiça, Etério Galvão, e contará com a presença de representantes de todas as secretarias, órgãos e setores envolvidos no projeto. Todo o trabalho está sendo coordenado pela Ouvidoria Judiciária.

Já na próxima semana será iniciado o treinamento dos funcionários da Maternidade Bandeira Filho - no bairro de Afogados - e do Hospital Agamenon Magalhães onde será implantado, de imediato, o projeto. Aos poucos, as demais unidades públicas do Recife e, posteriormente, do Estado, se integrarão ao trabalho.

A idéia consiste na instalação de equipamentos de informática - cedidos pela empresa Elógica, bem como os softwares - nas unidades de saúde, possibilitando o envio, pela Internet, de informações dos nascimentos ocorridos diariamente, para os cartórios de cada área. Ao deixar a maternidade, a mãe da criança receberá uma guia indicando dia e horário para assinatura do livro de registro, como determina a lei.

"Se a mãe não comparecer, a Ouvidoria Judiciária irá enviar uma convocação para que ela venha assinar a documentação no prazo legal", explica o desembargador Og Fernandes, lembrando que este projeto objetiva, fundamentalmente, assegurar o que prevê o artigo 1º da Declaração dos Direitos Humanos. "Queremos acabar com a desigualdade, assegurando o direito de cidadania a todos", diz o desembargador.

Também serão tomadas providências para a paternidade legal, encaminhando ao Ministério Público os casos em que sejam feitos registros sem a indicação do pai. Outra vantagem do projeto é para a área de saúde pública, já que será possível o mapeamento de todos os nascimentos e o planejamento de estratégias preventivas no setor de saúde. "Com isto evitaremos, ainda, um grande problema que é a existência de cemitérios clandestinos, principalmente no interior do Estado", diz o presidente do TJPE, Etério Galvão, destacando o grande avanço na busca da cidadania para todos os pernambucanos. "Isto sim, uma responsabilidade do Poder Judiciário", afirmou.

Aniversário

O convidado do Tribunal de Justiça de Pernambuco para realizar a tradicional conferência durante o aniversário do TJPE é o jurista Saulo Ramos. O título da palestra é "Reforma do Judiciário: Súmulas Vinculantes".

Advogado militante há mais de 35 anos, Saulo Ramos é hoje um dos maiores juristas do País. Ministro da Justiça no período de 1989 a 1990, Saulo Ramos é autor de inúmeros projetos de lei enviados pelo Governo ao Congresso Nacional. O jurista foi ainda autor de 97 pareceres jurídicos sobre direito público, aprovados pelo presidente da República.

A conferência será realizada sexta-feira, em meio às solenidades que comemoram os 177 anos da instalação do Poder Judiciário em Pernambuco. No mesmo dia, Saulo Ramos - entre outros homenageados, como o governador Jurbas Vasconcelos - vai receber a Medalha do Mérito Judiciário Des. Joaquim Nunes Machado.

Após a solenidade de entrega das medalhas, está prevista também a apresentação do octeto "Retratos", do Conservatório Pernambucano de Música, às 18 horas, no Salão dos Passos Perdidos.

Feriado

Por conta do feriado de hoje, 11 de agosto, dia da criação dos cursos jurídicos no Brasil, o Diário Oficial do Poder Judiciário não circula amanhã.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Cuenca

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anaís Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Ilha do Retiro - Recife-PE. Fone/fax (081) 419-3251 Fax 424-1163 e-mail: assesjor@tjpe.gov.br

OK

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 151 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 13 de agosto de 1999

Aniversário

Comemorações marcam 177 anos

O Tribunal de Justiça de Pernambuco comemora hoje a data da instalação do Judiciário no Estado. Na programação, que começa pela manhã, está a missa de Ação de Graças, às 9 horas, e a assinatura do convênio que vai garantir que as crianças nascidas em maternidades públicas saiam com um documento que lhes possibilite o registro civil. No período da tarde, as solenidades começam às 16 horas, quando serão entregues as Medalhas do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, na Sala do Pleno. Depois, será a vez do jurista Saulo Ramos realizar sua conferência "Reforma do Judiciário: súmulas vinculantes".

Para concluir as comemorações, foi convidado o octeto "Retratos", do Conservatório de Música de Pernambuco, no Salão dos Passos Perdidos.

Ontem, o TJPE fez uma solenidade especial para os funcionários do Judiciário.

Servidores

O técnico judiciário Severino Lins Mornes, da Comarca da Capital; o oficial de Justiça Joaquim Mendes da Silva, de Santa Maria da Boa Vista; a técnica judiciária Virgínia Viana, do município de Pedra, e Lourival Costa, de Altinho, foram os grandes homenageados do primeiro dia das comemorações dos 177 anos do TJPE.

Servidores do Poder Judiciário há anos, eles foram escolhidos pelo Pleno e receberam um diploma e um broche como reconhecimento da instituição aos serviços que têm prestado à Justiça durante todo o tempo de dedicação ao Judiciário.

A homenagem aos servidores foi instituída no ano passado pelo presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão. Foi a primeira vez que os servidores foram incluídos nas comemorações do aniversário do Tribunal.

A iniciativa tem o objetivo de integrar os funcionários e lembrar a importância do seu papel para um Judiciário mais ágil e eficiente.

Etério Galvão disse que a noite foi de união, em torno de uma data que é de grande importância para o Tribunal de Justiça, não só para os magistrados, mas para todos aqueles que dedicam os seus dias à melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

De acordo com Virgínia Viana, o momento foi de emoção e de alegria por ver que todo o trabalho e tempo investidos não foram em vão: "O reconhecimento é um estímulo às atividades que desenvolvemos ao longo de todos esses anos", afirmou.

Prêmio

A noite foi também de autógrafos. A vencedora do Prêmio Potiguar Matos, referente ao concurso literário realizado no ano passado, foi a escritora Maria Lúcia de Pontes.

O trabalho premiado deu origem ao livro "A Justiça", que foi editado pelo TJPE. A escritora autografou ontem os exemplares no primeiro dia das comemorações do aniversário do TJPE. Maria Lúcia teve outros trabalhos premiados e publicados na área da literatura. Ela foi primeiro lugar em outros concursos.

O conto "A Grande Festa" foi um dos trabalhos premiados com o primeiro lugar. Já "A História da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco" está em elaboração.

O Palácio da Justiça abre as portas para a sociedade e comemora mais um aniversário de instalação do Poder Judiciário em Pernambuco.

Na programação de hoje, a apresentação do Octeto Retratos, a partir das 18h, no Salão dos Passos Perdidos.

Pernambuco também comemora criação de cursos jurídicos

Cinco anos depois de instalado o Tribunal de Justiça, em 13 de agosto de 1822, então com o nome de Tribunal da Relação, a Lei de 11 de agosto de 1827 criava em Pernambuco e em São Paulo os primeiros cursos jurídicos do País.

De acordo com o historiador Nilo Pereira, mais do que uma conseqüência "das iniciativas culturais da Assembléia Legislativa e Constituinte de 1823", o fato decorria da necessidade de, através do ensino das ciências jurídicas e sociais, oferecer uma ordem legal adaptada à realidade do Brasil independente. Afinal, o ensinamento jurídico da época vinha da Universidade de Coimbra, em Portugal.

Os cursos jurídicos de São Paulo e de Pernambuco foram ambos instalados no ano seguinte, nos respectivos meses de março e maio.

Aqui no Estado, funcionou inicialmente no Mosteiro de São Bento, em Olinda, somente transferido para Recife em 1854, quando passou a funcionar num sobrado do então Largo do Hospício.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gurgel

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone: (081) 419-3281 **Fax** 428.1163

e-mail: oficial@tjpe.gov.br

E - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 152 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 14 de agosto de 1999

177 anos Sessão solene encerra comemorações

A palestra do jurista Saulo Ramos e a entrega da Medalha do Mérito Judiciário a autoridades que se destacaram pelos serviços prestados à causa da Justiça constituíram a sessão solene de comemoração dos 177 anos de instalação do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Realizada, ontem, no salão do Pleno, a sessão deu continuidade a uma programação iniciada quinta-feira, quando servidores tiveram seu mérito funcional reconhecido, seguida na manhã de sexta por uma missa em ação de graças.

Celebrada pelo padre Normando Pignataro, na Ordem Terceira de São Francisco, a missa foi prestigiada por servidores, magistrados e autoridades convidadas. Entre elas, o procurador geral de Justiça, Romero Andrade; o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Roldão Joaquim; e a vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Ana Schuler.

O padre fez questão de lembrar os magistrados de sua missão: "interpretar as leis dos homens em benefício do seu irmão". Normando Pignataro disse ainda que as leis humanas devem ser compreendidas à luz do Evangelho para serem aplicadas.

Depois da missa, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, assinou um convênio que vai garantir às crianças nascidas em maternidades públicas o direito ao registro civil (ver box).

À tarde, durante a sessão solene, o governador Jarbas Vasconcelos foi homenageado com a medalha des. Joaquim Nunes Machado, a mais alta comenda Judiciária. Foram também condecorados os desembargadores Luís Carlos Medeiros, Márcio Xavier, Jones Figueiredo e Aquino Reis. A honraria foi ainda concedida aos presidentes dos tribunais Regional Federal e de Contas, José Maria Lucena e Fernando Correia, e ao jurista Saulo Ramos, conferencista da tarde.

Ex-ministro da Justiça no período 1989 e 90, Ramos falou sobre súmulas vinculantes, um dos aspectos da reforma do Judiciário. Segundo ele, a solução para a Justiça - atulhada de processos e acusada de lenta - está na simplificação do sistema recursal.

"Reforma do Judiciário: súmulas vinculantes" foi o tema da palestra do jurista Saulo Ramos durante a solenidade que homenageou autoridades, entre elas, o governador Jarbas Vasconcelos e desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Convênio dá início ao projeto Viver Legal

O convênio que permite às parturientes saírem das maternidades públicas com o documento de garantia do registro civil do filho recém-nascido foi assinado, ontem, pelo Tribunal de Justiça e Secretarias de Saúde e de Justiça do Estado e do Município, Associação dos Registradores Civis e Elógica, entidades ligadas ao projeto Viver Legal. Desenvolvido pelo TJPE, o projeto será inicialmente implantado no Hospital Agamenon Magalhães e na maternidade Bandeira Filho, com treinamento dos servidores lotados nas unidades. Durante a solenidade, o secretário de Saúde do Estado, Guilherme Robalinho, ressaltou a importância da iniciativa para o exercício da cidadania.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mércia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Martins

Fotografia: André Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Praça da República, s/n, São Antônio - Recife-PE

Fone: (081) 419-3251 **Fax:** 424-1163

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 153 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 17 de agosto de

177 anos

Retratos apresenta o melhor da música

O toque de informalidade das comemorações do 177º aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco ficou por conta do Octeto Retratos, que integra a área de câmara do Conservatório Pernambucano de Música. A apresentação do grupo, formado por professores e alunos do CPM, foi no início da noite de sexta-feira, encerrando a programação desse dia, logo após a sessão solene de entrega da Medalha do Mérito Judiciário aos homenageados do ano, na sala do Tribunal Pleno.

O Octeto Retratos brindou os convidados com autores nacionalmente consagrados da música instrumental, como Waldir Azevedo, de quem foram executadas Brasileirinho e Mágoas de Cavaquinho. Ainda me Recordo, de Pixinguinha em parceria com Benedito Lacerda, e O vôo da Mosca, de Jacob do Bandolim - que completou 30 anos de morte na data de aniversário do Tribunal de Justiça - também integraram o repertório. A apresentação incluiu, ainda, os pernambucanos Edgar Moraes, com a música A dor da Saudade, e Ivanildo Moraes, de quem se executou a composição Marcelinho no Frevo.

Ressaltando a pertinência da inclusão do grupo nas comemorações do aniversário do TJPE, o professor Marco César, diretor e músico do grupo, citou a participação do Octeto Retratos em eventos nacionais e internacionais, como o festival da Cultura Caribenha, realizado em Cuba, integrando uma delegação de 125 músicos pernambucanos que representaram o Brasil.

Ainda segundo o diretor, o aperfeiçoamento de alguns dos integrantes no exterior e a apresentação de outros ao lado de brasileiros conhecidos internacionalmente credenciam ainda mais a qualidade do trabalho oferecido pelo grupo ao TJPE na programação de aniversário. O flautista Rogério Acioly, por exemplo, fez especialização na França; o percussionista Lucas dos Prazeres, de apenas 15 anos, recentemente acompanhou Elba Ramalho durante apresentação em Portugal, e o próprio Marco César esteve, também recentemente, em Avignon, cidade francesa, apresentando-se ao lado do pernambucano Antonio Carlos Nóbrega.

A apresentação do grupo levou a boa música nacional aos convidados do Tribunal de Justiça

Justiça nas Ruas atende população da Imbiribeira

Mais de 600 pessoas. Esse foi o resultado do atendimento prestado, sábado, na Imbiribeira, pelo Tribunal de Justiça em parceria com a Folha de Pernambuco, dentro do programa A Justiça nas Ruas. O serviço mais procurado foi o de emissão de carteira de identidade, 215 solicitações. Foram emitidas 130 carteiras profissionais; 45 certidões de nascimento; 75 pedidos de antecedentes; 32 habilitações para casamento e 133 títulos de eleitor. A comunidade da Imbiribeira foi a quarta, na cidade do Recife, a receber o projeto A Justiça nas Ruas, que já visitou os bairros do Coque, Santo Amaro e Nova Descoberta.

Prefeitura do Recife homenageia Etério e Demócrito Reinaldo

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, receberá, em outubro, a Medalha da Ordem do Mérito Capibaribe, maior honraria concedida pela Prefeitura do Recife a pessoas que se sobressaem pelo conjunto de ações que engrandecem a capital pernambucana. Será também homenageado o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, Demócrito Ramos Reinaldo. O anúncio foi oficialmente feito, sexta-feira, durante o encerramento das comemorações de aniversário do Tribunal.

TJPE e Amepe fazem exposição fotográfica

As fotografias v
doras no concurs
cional promovido
Associação dos M
trados Brasileiros
rão expostas, de h
sexta, no salão de
da do Tribunal de
ça, numa iniciativ
TJPE com a Assoc
dos Magistrados de
nambuco. A expo
será aberta com pa
de Ariano Suassun
bre "Fome de Just
tema que serviu de
tivo para o concu
cujo prêmio foi de
nado Dom Hélde
mara.

PODER JUDICIÁ

Presidente:
Des. Fabio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação:
Mércia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane
Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aline Lima e Marcos Cost

Diagramação:
Roberta Tavares e
Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto A
- Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 4
e-mail: asim@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 155 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 19 de agosto de 1999

Encoge

Corregedores discutem experiências do Maranhão e Amazonas

Coordenador de estudos e projetos especiais do Colégio de Corregedores, o desembargador Mário Melo antecipa temas prioritários do Encoge, em Brasília, como as experiências de oficialização de cartórios

A troca de conhecimentos sobre inovações tecnológicas e metodologias de trabalho adotadas e aprovadas nos serviços judiciários de outros estados constitui um dos principais objetivos dos encontros regularmente realizados pelo Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil. Durante XIX Encontro Nacional de Corregedores Gerais (Encoge) - que acontece em Brasília, entre 26 e 28 de agosto - os participantes terão a oportunidade de conhecer e discutir a experiência de oficialização dos cartórios realizada pelo Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Segundo o corregedor geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Mário Melo, que neste próximo Encoge participa na condição de coordenador de Estudos e Projetos Especiais, outra matéria que promete despertar a atenção dos integrantes daquele colegiado será a discussão sobre a possibilidade de Juizados Especiais itinerantes para a Amazônia. "A idéia prevê tanto o uso de vias terrestres quanto de meios fluviais, de acordo com as necessidades específicas daquela Região", adianta o corregedor pernambucano.

A automação dos cartórios judiciais e extrajudiciais, ainda segundo Melo, é outro importante assunto pautado para o XIX Encoge.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Cintra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
André Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3311 Fax 424.1363
e-mail: ascs@tjpe.gov.br

Curtas

Etério recebe hoje Medalha do Mérito Joaquim Nabuco

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebe hoje a Medalha Especial do Sesquicentenário de Nascimento do Abolicionista Joaquim Nabuco. Instituída pela Assembléia Legislativa por ocasião da passagem do aniversário de nascimento do patrono do Legislativo pernambucano, a medalha se presta a homenagear pessoas físicas ou jurídicas com relevantes serviços prestados ao Brasil, especialmeate ao Estado de Pernambuco.

A solenidade de entrega da Medalha classe Ouro - que traz em relevo uma escultura de Nabuco, com frase alusiva à passagem da data comemorativa - começa às 17h, no dia em que de fato se completam os 150 anos de nascimento do abolicionista e ex-parlamentar pernambucano. A escolha dos homenageados é feita pela mesa diretora da Assembléia Legislativa.

TJPE analisa projeto de proteção a testemunha

A Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça de Pernambuco está analisando o projeto de apoio à testemunha proposto pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares. A informação é do desembargador, Etério Galvão, durante visita que os coordenadores do Gajop, Valdênia Brito e Jaime Benvenutto, fizeram ao presidente do Judiciário pernambucano. Assunto principal durante o encontro, o projeto será depois encaminhado à diretoria financeira do TJPE para ser estudada a viabilidade econômica de sua implantação. A previsão, segundo Etério Galvão, é de que as definições sobre o projeto aconteçam até o início do próximo ano.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 154 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 18 de agosto de 1999

Pleno

Tribunal decide que a vaga de Belém de Alencar é do Ministério Público

Um representante do Ministério Público vai ocupar a vaga do desembargador Luiz Belém de Alencar, que deixou o Tribunal de Justiça por motivo de aposentadoria. A Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco queria que o lugar fosse preenchido por um juiz de 3ª Entrância, mas por uma maioria de 18 votos a oito o Pleno entendeu que o cargo pertence ao MP.

Ao pleitear que a vaga fosse ocupada por um juiz, a Amepe se baseou na Constituição Federal que prevê que, a cada cinco desembargadores, um seja representante da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público. Como o Tribunal de Justiça tem 27 desembargadores, cinco dos quais já são provenientes do quinto constitucional, a Associação dos Magistrados entende que com a nova vaga serão não apenas cinco mas seis lugares.

A interpretação do Pleno, no entanto, durante a sessão de segunda-feira, mantendo a sexta vaga para o Ministério Público, foi a de que o número decimal 5,4 resultado da divisão do total de desembargadores pelo quinto, deve ser arredondada para mais. No caso, será mantida a composição atual de seis representantes da OAB e Ministério Público e 21 juízes de 3ª Entrância.

O resultado abre espaço para uma nova decisão: no dia 30, o Tribunal se reúne para eleger dentre os seis nomes enviados pelo Ministério Público, aqueles que comporão a lista tríplice a ser encaminhada ao governador Jarbas Vasconcelos para escolha definitiva de quem ocupará a vaga de Belém de Alencar. Concorrem Nelson Santiago, Renato da Silva Filho, Itabira de Brito Filho, Helena Caúla Reis, Alderita Ramos e Marília Fragoso.

O Pleno manteve a composição atual do TJ

Comarca do Cabo realiza Fórum de Debates de Jovens

O Fórum é resultado das palestras que Abner Apolinário vem realizando para os jovens da Comarca

Mais de três mil estudantes das redes pública e particular do Cabo de Santo Agostinho se reúnem hoje e amanhã, no Sesi municipal, para debater assuntos como drogas, sexualidade, violência, conflitos da relação familiar, Estatuto da Criança e do Adolescente e Ética do Estudante, quando serão observados os aspectos da interação do aluno com o professor e a escola.

A iniciativa é do juiz Abner Apolinário da Silva, da Vara Privativa da Infância e da Juventude do Cabo. O que se procura, segundo o magistrado, é inibir o comportamento infracional infanto-juvenil na Comarca, através do esclarecimento.

O Fórum tem a participação de psiquiatras, psicólogos, ginecologistas e promotores de Justiça, além de estar programada uma palestra-depoimento de um ex-drogado. Os debates vão das 9 às 17h.

Judiciário prossegue implantação do Sipia

O Centro de Atendimento à Infância e Juventude da Capital iniciou o treinamento de funcionários de 13 Comarcas da Região Metropolitana do Recife, cumprindo mais uma etapa da implantação do Sistema de Informações para a Infância e Juventude - Sipia. O sistema vai funcionar em todo o País, com banco nacional de dados sobre adoções e atos infracionais cometidos por adolescentes. Já programado para estar em funcionamento no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o Sipia tem também o interesse dos Judiciários do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, onde serão realizados treinamentos em agosto e setembro.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Ubiratan Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora da Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n, 5º Andar - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424-1343

e-mail: amm@tpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 156 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 20 de agosto de 1999

Associação de Magistrados quer se aproximar do povo

A exposição fotográfica Fome de Justiça, que esteve até ontem aberta ao público, no salão principal do Tribunal de Justiça, constitui parte de projeto da Associação dos Magistrados de Pernambuco para encurtar distâncias entre a magistratura e a sociedade. A idéia é promover outros eventos, visando abrir espaço entre Justiça e mundo político-social. Segundo o desembargador Gilberto Gondim, é necessário que o cidadão veja no juiz alguém de seu ambiente. Como disse Ariano, somos uma elite e devemos descer à planície".

A citação feita pelo representante dos magistrados pernambucanos refere-se a uma palestra do escritor Ariano Suassuna, sobre a elitização do Poder Judiciário, proferida na abertura da exposição fotográfica, quarta-feira. "Não é só o Judiciário que está distante do povo, mas todos nós. Isto é fruto da sociedade patriarcalista, forjada desde a chegada dos europeus ao Brasil", observou Suassuna.

As fotografias expostas foram vencedoras no concurso nacional denominado Dom Hélder Câmara, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros e deverão percorrer os demais estados brasileiros. Além da mostra nacional, os vencedores também foram premiados com viagens a Roma, Nova Iorque e Buenos Aires.

Dentre as 14 fotos que percorrerão o País, encontra-se Difícil Alegria, do recifense Carlos Eduardo Spacov, único pernambucano selecionado entre o total de 300 concorrentes. Os três primeiros lugares foram conquistados pelo carioca Vanor Correia, com Sai de Cima; pelo repórter-fotográfico Alberto César, de Manaus, com Admirável Mundo Novo; e Sonhos Coloridos do fotógrafo cearense Eurico de Alencar Filho. De 27 a 30 de setembro, a exposição fica em Gramado, no Rio Grande do Sul, durante o XVI Congresso Brasileiro de Magistrados.

Notas do Judiciário

Juventude - O interesse que meninos e meninas de escolas do Cabo de Santo Agostinho demonstraram pela discussão de temas como drogas e sexualidade, durante o Fórum de Debates de Jovens, encerrado ontem, deve resultar em iniciativas semelhantes a essa que foi realizada no Sesi, numa promoção do juiz Abner Apolinário da Silva, da Vara da Infância e da Juventude daquela Comarca. O evento reuniu cerca de três mil alunos, terça e quarta-feiras, com participação de profissionais da saúde e do direito.

Dia do Soldado - O novo comandante militar do Nordeste, gal. Joélcio Silveira, esteve esta semana no Tribunal de Justiça, sendo recebido pelo desembargador-presidente Etério Galvão. Durante a visita protocolar, o general fez a entrega do convite oficial para que o desembargador participe das solenidades alusivas ao Dia do Soldado, 25 de agosto.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mirela Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE. Fone/fax(081) 419-3151 Fax 424.8163 e-mail: asin@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 157 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 21 de agosto de 1999

Etério recebe Medalha Joaquim Nabuco

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, foi um dos primeiros homenageados a receber a Medalha Especial do Sesquicentenário de Nascimento do Abolicionista Joaquim Nabuco, nesta quinta-feira, 19. Concedida pela Assembléia Legislativa Estadual, a honraria foi criada para homenagear pessoas físicas ou jurídicas com reconhecidos serviços prestados ao Brasil ou particularmente ao Estado de Pernambuco.

O representante do Judiciário pernambucano integrou a mesa durante a sessão solene de entrega da medalha Classe Ouro ao lado do procurador geral da República, Geraldo Brindeiro; do prefeito do Recife, Roberto Magalhães; do deputado Severino Cavalcanti, representante da Câmara Federal; do governador e presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, Targino Maranhão e Nominano Diniz; além do vice-governador de Pernambuco, Mendonça Filho, e do deputado Guilherme Uchoa, representante do Legislativo estadual.

Diversas personalidades de destaque na vida política ou artística, como o escritor Ariano Suassuna e os compositores Dominguinhos e Alceu Valença, foram agraciadas com a medalha. Gente quase anônima, como Amaro Divino, descendente de escravos, ainda hoje residente no Engenho Massangana, onde Nabuco nasceu, e Afrânio Franco Nabuco, neto do abolicionista, também receberam a homenagem pela relação histórica que guardam com o jornalista, escritor, advogado, político e diplomata defensor das causas libertárias.

A homenagem prestada pelo Legislativo também é histórica. Aludindo ao sesquicentenário do escritor pernambucano, ela foi instituída para ser concedida exclusivamente neste ano de 1999, em que se completam 150 anos do nascimento de Joaquim Nabuco.

Em seu discurso, o presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, José Marcos de Lima, lembrou que em sua militância, principalmente como político, jornalista e escritor, Joaquim Nabuco não se limitava ao abolicionismo. "As suas idéias, expressas nos textos, revelam um defensor também dos direitos dos índios, no combate ao projeto de exploração do Xingu", disse ele.

Diversas instituições e entidades de efetiva participação na vida social e política do país, também foram prestigiadas com a entrega da Medalha - que traz em relevo uma escultura de Nabuco e frase que marcam a passagem da data comemorativa.

Agenda

Casamento - 32 casais de noivos de Nova Descoberta se casam segunda-feira, dentro do Programa A Justiça nas Ruas. O casamento se realiza no auditório Oscar Pereira do Centro Integrado da Criança e do Adolescente, celebrado pelo juiz Alexandre Assunção. Antes, os noivos participam de palestra sobre o os direitos e deveres e a responsabilidade de cada um na formação de uma família, com análise sobre os prós e os contras de um casamento. A união dos noivos de Nova Descoberta é a terceira do Programa A Justiça nas Ruas, iniciativa do Tribunal de Justiça. As cerimônias anteriores beneficiaram a comunidade do Coque e a de Santo Amaro.

Ano 2000 - Judiciário do ano 2000 é o tema da palestra que o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, faz no dia 25, durante almoço do Caxangá Ágape. Nesse dia, o Tribunal de Justiça recebe homenagem pelos seus 177 anos de instalação.

Família - A Vara da Infância e da Juventude de Olinda realiza, no dia 3 de setembro, o II Seminário sobre a Estruturação da Família. Participam familiares de adolescentes que praticaram atos infracionais e que têm processos naquela Vara.

Agentes de Cidadania - Oito entidades não governamentais de Defesa dos Direitos da Mulher da Região Metropolitana do Recife reúnem-se, dia 30, no Tribunal de Justiça, para a aula inaugural do Curso de Formação das Promotoras Legais Populares ou Agentes de Cidadania. O curso objetiva capacitar lideranças comunitárias femininas para prestação de assessoria jurídica a mulheres. O projeto foi iniciado em Porto Alegre em 1993 e, pelos resultados obtidos, o Ministério da Justiça propôs sua ampliação para outros Estados. As participantes serão oferecidos conhecimentos básicos em Direito e Cidadania, Direitos Reprodutivos e Saúde da Mulher, Trabalho e Geração de Renda, Participação Comunitária e Transformação Social.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gueiros

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: André Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone/DDD 419-3251 Fax 424-1165

e-mail: asscomjpe.gov.br

OK

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 158 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 24 de agosto de 1999

Independência marca a história da Justiça pernambucana

De vários lugares do Brasil continuam chegando mensagens ainda parabenizando o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pela passagem do 177º aniversário de sua instalação, completos no último dia 13. As congratulações, geralmente extensivas também aos membros da casa, têm chegado através de telegramas, cartas e e-mail, na maioria enviadas por pessoas ligadas à vida política brasileira, particularmente do Estado de Pernambuco, bem como profissionais direta ou indiretamente ligados ao exercício de atividades jurídicas.

A maior parte das mensagens foi remetida por desembargadores e parlamentares de diversos estados, ressaltando o compromisso histórico do TJPE na defesa e luta pela preservação dos princípios legais, principal base das sociedades democráticas. Também entidades privadas ou públicas, como a Associação Latinoamericana de Faculdades de Odontologia, Unimed e Caixa Econômica Federal, e instituições beneficentes e religiosas, como a Ordem Terceira do São Francisco, com a qual o TJPE mantém uma secular relação de vizinhança.

Do senador Carlos Wilson Campos, o Tribunal recebeu telegrama que destaca a importância dos serviços prestados à comunidade ao longo das gerações, desempenhando importante papel na promoção da Justiça. A observação do senador tem respaldo histórico, segundo o vice-presidente do TJ, desembargador Napoleão Tavares. Durante sua existência, o Tribunal sempre zelou, através da coragem de seus integrantes, pelo princípio de independência que constitucionalmente se exige na sua relação com os demais Poderes.

Instalado em 13 de agosto de 1822, o antigo Tribunal da Relação - primeira designação adotada - sempre teve muito o que comemorar, como o caso citado em livro do desembargador falecido Augusto Duque, que ocorreu por volta dos anos 30. O governador Carlos de Lima Cavalcanti ameaçou exonerar o desembargador José Martins Pereira, se este, na condição de relator, concedesse habeas corpus em favor de um advogado preso ilegalmente.

O relator não só acatou a liminar como, em seguida, apresentou seu pedido de exoneração. Todos os integrantes do órgão julgador acompanharam o voto do relator e, por isso, também perderam seus cargos. Após o mandato de Lima Cavalcanti, os exonerados foram convidados a retornar. José Martins não aceitou.

Exemplos semelhantes fazem parte da história do Tribunal, ressaltando o destemor e coerência de homens que fizeram o Judiciário pernambucano. Desde o desembargador Joaquim Nunes Machado, morto em combate durante a Confederação do Equador; Luís Marinho - que durante o Estado Novo decretou a reabertura da redação do Diário de Pernambuco, fechada por ordem do Executivo; Jordão Emerenciano, até chegar, mais recentemente, a Antônio de Brito Alves.

Este último, antes de ocupar o cargo de desembargador, defendeu diversos presos vítimas dos abusos do Regime de 64 - alguns famosos, como o arcebispo Dom Hélder Câmara e o ex-governador Miguel Arraes.

Fundado em 1822, o TJPE guarda em sua história exemplos de coragem e independência de seus integrantes também em períodos de governos autoritários

Suspensão condicional do processo é tema de dissertação em mestrado

O Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima defende hoje sua tese de mestrado em Direito Penal. A suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89 da Lei 9.099, é o tema da dissertação que ele apresenta como um marco no sistema criminal brasileiro. Auxiliar da 12ª Vara Criminal, Flávio Augusto é o primeiro juiz em Pernambuco a defender tese na área penal. A partir das 9h, na Faculdade de Direito do Recife, diante da banca examinadora presidida pelo professor Nilzardo Carneiro Leão, ele justifica o instituto da suspensão condicional como um direito subjetivo do acusado cuja pena mínima seja diferente ou igual a um ano de detenção.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Gabaldo

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gueiros

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Macedo

Fotografia: Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1161

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 159 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 25 de agosto de 1999

Ambulatório diversifica serviço odontológico

Um total de 110 pessoas, entre funcionários e dependentes, já foi beneficiado com aparelhos ortodônticos, desde que o ambulatório do Tribunal de Justiça de Pernambuco implantou este serviço, inteiramente gratuito, no início do ano. Outras 100 pessoas também se encontram em fase de tratamento para implantação de próteses, serviço também gratuito que a Coordenadoria de Saúde do Tribunal implantou há cerca de oito meses.

Segundo o coordenador de saúde, Fernandes Arteiro, tanto o serviço de ortodontia quanto o de prótese registram uma procura muito grande. Essa demanda tem provocado uma sobrecarga na marcação de consultas nas duas especialidades, tornando demoradas inclusive as remarcações para quem já iniciou o tratamento. "A procura excessiva se explica pelo pouco tempo de existência dos novos serviços. Eles nunca existiram antes e só estamos com eles desde o primeiro semestre deste ano", justifica.

Nem mesmo a chegada, no mês passado, de mais um profissional da área de prótese conseguiu solucionar o problema. Atualmente são 350 pessoas aguardando o tratamento. Diante disso, a Coordenação de Saúde resolveu estabelecer um limite na marcação de consultas nessa especialidade para os dependentes. De cada dez consultas, oito são reservadas aos próprios funcionários e duas para os dependentes.

"O objetivo maior do Ambulatório do Tribunal é garantir a seus servidores uma boa qualidade de saúde, de modo que isso reflita positivamente também na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Por isso, priorizamos o próprio servidor", esclarece o coordenador de saúde do TJPE, que espera normalizar a situação nos próximos três meses.

Próteses e aparelhos ortodônticos são os serviços mais procurados

TJPE casa 136 pessoas

Os 68 casais de Nova Descoberta que deram entrada na documentação para casamento durante o projeto A Justiça nas Ruas, em junho, tiveram a cerimônia civil realizada segunda-feira, no auditório Oscar Pereira, no Centro Integrado da Infância e da Juventude. O casamento foi oficializado pelo juiz da 1ª Vara da Família, Alexandre Assunção. Antes da cerimônia, os casais participaram do Encontro com Noivos, realizado pelas assistentes sociais e psicólogas do Centro de Apoio Psicossocial.

O Justiça nas Ruas já casou 80 pessoas no Coque; 34, em Santo Amaro; e agora 136 moradores de Nova Descoberta. A previsão é de que o Tribunal de Justiça de Pernambuco realize o casamento de 64 pessoas da Imbiribeira, última comunidade visitada pelo caminhão do Justiça nas Ruas. Os proclamas referentes aos casamentos dos moradores desse bairro já estão correndo. O serviço é um dos mais procurados durante a realização do projeto nas comunidades.

Embaixador visita Palácio da Justiça

Política e economia foram a tônica da visita do embaixador de El Salvador, Martin Rivera Gomez, e do cônsul geral Vidal Rubio ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão.

Durante o encontro, foram discutidos ainda aspectos nacionais e regionais da cultura brasileira.

Os diplomatas convidaram também o presidente Etério Galvão para uma visita a El Salvador, em outubro, com o objetivo de estabelecer um intercâmbio entre os dois países. Segundo o presidente, o Judiciário vai buscar atender o convite.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberto Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: (081) 419-3251 Fax 424-1963
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 160 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 26 de agosto de 1999

TJPE e Cemape firmam convênio para treinamento de mediadores

O Tribunal de Justiça e o Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco assinarão convênio, em setembro, garantindo estágio e treinamento prático aos mediadores e árbitros do Cemape. Durante seis meses, desempenharão atividades de mediação e conciliação nas Varas Cíveis e Juizados Especiais, procurando resolver prévia e amigavelmente qualquer tipo de conflito em direito patrimonial.

De acordo com o juiz Ruy Patu, assessor especial da Presidência do TJPE, os mediadores serão indicados pelo Cemape, um dos primeiros centros brasileiros especializados na atividade de mediação e arbitragem, dirigido pelo advogado Petrônio Muniz. Os estagiários, contudo, só poderão atuar se houver concordância das partes envolvidas no processo.

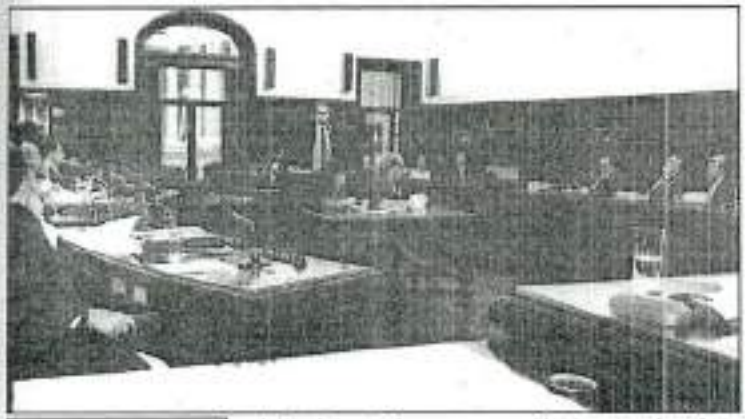
A participação dos mediadores e árbitros será gratuita, sob a orientação de juízes e conciliadores, e cabe ao Tribunal de Justiça regulamentar a atividade.

Segundo previsão do juiz Ruy Patu, os trabalhos serão iniciados até o fim de setembro no Recife, podendo ser estendidos à Região Metropolitana.

Os resultados da experiência serão analisados pelo Tribunal de Justiça, visando a uma possível campanha de incentivo para criação de centros de mediação e arbitragem nas Comarcas. Qualquer pessoa, segundo Ruy Patu, pode trabalhar na atividade, desde que maior de idade, que seja capaz e apresente habilidade para mediar conflitos.

Segundo o assessor especial da presidência, Rui Patu, a iniciativa abrangerá todo o Grande Recife

Corte altera resolução sobre afastamento de juízes



A proposta de modificação foi apresentada pela Amepe

A Corte Judiciária decidiu:cabe, agora, ao presidente do Tribunal de Justiça autorizar o afastamento de magistrados para elaboração e defesa de dissertação ou tese de cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Para requerer o afastamento, de até dois meses, os interessados devem informar o curso e comprovar que se encontram aptos à defesa da tese.

A decisão, publicada como Resolução 129/99, modifica a Resolução 108/98, que dispõe sobre o afastamento de magistrados para freqüência de cursos, seminários e demais encontros de estudos.

A proposta de modificação é da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, com parecer favorável da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Dentre as modificações está uma nova redação no parágrafo único do artigo 4º. Ela estabelece que, além do Tribunal Pleno e Corte Especial, também o presidente deve examinar, dentro das respectivas competências estabelecidas, a oportunidade e a conveniência da freqüência ou do afastamento dos magistrados por motivo de curso, seminário ou qualquer encontro de estudo.

Especialização

As inscrições para o curso de especialização para magistrados estão abertas até o dia 31, na Associação dos Magistrados de Pernambuco. O início das aulas está previsto para outubro.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Ubiratan Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Hélio

Assessora de Comunicação Social: Márcia Chaves

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aurea Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n (Ilha de Antonio Vaz) - Recife-PE

Fone/fax(081) 419-3281 Fax 424-1143

e-mail: asicn@tjpe.gov.br

UPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 161 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 27 de agosto de 199

agilidade

Juizados iniciam processo de informatização

Os funcionários do Juizado do Consumidor começaram esta semana um treinamento no novo sistema de informática que vai atender todos os Juizados Especiais e as Comarcas com menos de cinco Varas. O sistema, desenvolvido pela própria equipe da Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco, está direcionado para as rotinas e procedimentos dos Juizados e para as necessidades das Comarcas que têm um menor volume de processos.

Um novo sistema foi desenvolvido para atender os Juizados Especiais

Segundo o diretor de Informática, Edmundo Mendonça, a iniciativa deve garantir a informatização de todo o Poder Judiciário estadual. Ele afirmou que, com a implantação do Judwin no Recife e em Olinda, cerca de 72% dos feitos já haviam sido informatizados. Agora que o Judwin será implantado em Jaboatão, Paulista, Cabo, Caruaru, Garanhuns e Petrolina, esse índice sobe para 80%. "As demais 106 Comarcas são responsáveis por um total de 20% dos processos em tramitação em Pernambuco", informou Mendonça.

Na próxima semana, o novo sistema já será implantado no Juizado do Consumidor, como um projeto piloto. De acordo com a previsão da Diretoria de Informática, até fevereiro do próximo ano, todos os Juizados estarão informatizados. Já em outubro, o mesmo sistema será implantado em uma Comarca de 1ª Entrância, também como uma experiência piloto, para depois ser expandido para as demais Comarcas com menos de cinco Varas.

Licitação

Edmundo Mendonça anunciou ainda que na próxima semana será iniciada uma licitação para aquisição de equipamentos que possibilitem a instalação de rede. "Com essa infra-estrutura, vamos atender o novo Fórum do Recife, as Comarcas e Juizados. A licitação será um passo definitivo para informatização plena do Poder Judiciário em Pernambuco", concluiu Mendonça.

A previsão é de que todos os Juizados estejam completamente informatizados até fevereiro

Caxangá Ágape homenageia TJPE

O sucesso de projetos pioneiros no Judiciário estadual, como o Agenda Livre, a Ouvidoria Judiciária e A Justiça nas Ruas foram os principais assuntos abordados na palestra do presidente do Tribunal de Justiça, Etério Galvão, durante almoço na última quarta-feira, no Restaurante Pescatore, em Boa Viagem, no qual o TJPE foi homenageado pela passagem dos seus 177 anos de instalação pelo Clube Caxangá Ágape. Também foi destacada a importância da construção do novo fórum do Recife e anunciada a data de inauguração: 03 de dezembro próximo.

O presidente Etério Galvão estava acompanhado do vice, Napoleão Tavares, e de vários desembargadores, juízes, assessores e diretores que fizeram questão de prestigiar a homenagem. "Para nós, esta ocasião é uma honra", afirmou Galvão, enaltecendo o Caxangá Ágape, entidade criada há mais de um século no Recife.

O advogado José Paulo Cavalcanti Filho, falou em nome do Caxangá Ágape, destacando o esforço do Judiciário pernambucano, nos últimos meses, para melhoria dos serviços e de aproximação com a sociedade. Já o presidente da entidade, Nelcy Campos, lembrou a importância histórica do TJPE.

O presidente do Caxangá Ágape (à esq.), Nelcy Campos, Etério Galvão e José Paulo

Fórum de Camaragibe ganha novo nome

Por decisão da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Fórum da Comarca de Camaragibe será chamado de Fórum Desembargador Agenor Ferreira de Lima.

A homenagem, aprovada por unanimidade, foi proposta pelo juiz Robinson de Albuquerque Lima, da Vara da Assistência Judiciária daquela Comarca, filho do desembargador falecido no ano passado.

"Foi um dos mais brilhantes magistrados que já passaram por esta casa", disse o desembargador Artur Pio, ao justificar seu voto favorável.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aura Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/FAX: 419-3391 Fax: 424-1163

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 162 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 28 de agosto de 1999

Projeto de alteração do COJ resultará em um Judiciário mais eficiente

A Assembléia Legislativa deverá, na próxima semana, apresentar o parecer sobre o Projeto de Lei Complementar 138/99, encaminhado há vinte dias pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco que introduz alterações na organização judiciária do Estado.

O projeto foi distribuído na última quarta-feira. Sete deputados apresentaram 40 emendas, aproximadamente, que já estão sendo apreciadas pelo relator, deputado Bruno Rodrigues.

Segundo o assessor da Presidência do TJ, juiz Ruy Patu, o projeto apresentado à Assembléia se baseou no anteprojeto do novo Código de Organização Judiciária (COJ). "O objetivo é agilizar as grandes transformações introduzidas pelo anteprojeto do COJ", afirmou Patu.

Ele disse ainda que o Judiciário do ano 2000 exige uma estrutura moderna, versátil e à altura das necessidades de uma nova época.

O projeto de lei, se for aprovado pela Assembléia Legislativa, vai garantir uma economia de R$ 2 milhões ao ano para os cofres do Judiciário, segundo os cálculos do assessor da Presidência.

A iniciativa dispõe sobre a carreira dos juízes, o planejamento de ações administrativas, a competência, a criação, a transformação e a extinção de órgãos, cargos e funções.

Ainda de acordo com Patu, a reformulação da carreira do juiz e a transformação dos cargos de juiz de Direito substituto têm sido os pontos mais controvertidos do projeto.

A proposta desvincula a Entrância de áreas territoriais. Com essa modificação, a Entrância passa a constituir apenas graus da carreira do juiz. Essa reformulação, segundo Patu, impõe que os chamados juízes substitutos se interessem pelas promoções e, com isso, todas as vagas existentes no Interior do Estado serão preenchidas.

Para se titularizar, o juiz terá que ser promovido. Os atuais juízes da 1ª Entrância não vão ser atingidos pela norma porque já foram titularizados nas suas respectivas Comarcas.

Na proposta do Judiciário, são criados ainda 148 cargos de nível superior e médio, um cargo comissionado de coordenador dos Juizados Especiais, 40 funções gratificadas de chefe de secretaria, sete funções de oficial de Justiça supervisor e ainda 111 funções de assessor de gabinete de juiz da Capital. Por outro lado, o projeto extingue 39 cargos de juiz de Direito substituto e 47 de taquígrafa.

Entre as inovações que a proposta traz, está a obrigatoriedade de planos plurianuais de gestão; a criação de Juizados Especiais itinerantes ou temporários; serviços de conciliação, mediação e arbitragem. Ainda como inovação, todos os juízes da Capital serão assessorados por servidores bacharéis em Direito ou acadêmicos de Direito, o que deve agilizar os trabalhos.

De acordo com Ruy Patu (à esq.), se a Assembléia Legislativa aprovar o projeto de lei complementar encaminhado pelo Tribunal de Justiça, a economia será de R$ 2 milhões para os cofres do Poder Judiciário.

Agenda

Ministério Público - O Tribunal Pleno se reúne segunda-feira. Na pauta, está a escolha da lista tríplice de candidatos do Ministério Público à vaga de desembargador do TJPE.

Seminário - A Estruturação da Família é o tema do seminário que acontece no Fórum de Olinda, nesta quinta-feira, às 13 horas. A iniciativa é da Vara da Infância e da Juventude.

Agentes de Cidadania - Segunda-feira é dia da aula inaugural do curso de formação das agentes de cidadania, projeto do Ministério da Justiça. No Tribunal, a partir das 9h.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eládio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Praça da República, s/n, Bairro Santo Antônio - Recife-PE

Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424-1163

e-mail: asco@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 163 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 31 de agosto de 1999

Pleno relaciona candidatos a desembargador

Durante sessão do Pleno, ontem, o Tribunal de Justiça escolheu os nomes dos procuradores Itabira Brito Filho, Nelson Santiago Reis e Renato Silva Filho, compondo a lista tríplice para escolha do novo integrante do TJ. A relação será encaminhada ao governador Jarbas Vasconcelos que, de acordo com a Constituição Estadual, tem um prazo de 20 dias para nomear quem vai ocupar a vaga destinada ao Ministério Público.

A indicação da lista tríplice foi feita em sessão aberta, na Sala do Pleno do TJPE, mas a votação ocorreu através de pleito direto e secreto. Itabira Brito recebeu 19 votos, Nelson Santiago, 16, e Renato Silva, 15. Os nomes foram votados dentre uma lista sêxtupla, proveniente da Procuradoria Geral do Ministério Público, e que incluía também os nomes das procuradoras Helena Cahúla, Alderita Oliveira e Marília Fragoso.

Dom Hélder

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Etério Galvão, abriu a sessão do Pleno do TJPE prestando uma homenagem ao arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, falecido na última sexta-feira. O desembargador decretou luto por três dias, com hasteamento da Bandeira Brasileira a meio-pau.

Impossibilitado de comparecer ao sepultamento do religioso por estar participando do Encontro Nacional de Presidentes dos Tribunais de Justiça, em Vitória (Espírito Santo), Galvão fez questão de lamentar a perda do arcebispo. "Dom Hélder não foi apenas um nome na Igreja. Ele teve importante papel na história recente do país, lutando contra o autoritarismo, sempre com coragem e determinação, em busca de uma sociedade mais humana. Isto o fazia ser diferente, ser o dom Hélder", afirmou.

Antes da escolha da lista tríplice, o Pleno prestou homenagem a Dom Hélder, com quem Etério Galvão esteve em julho, por ocasião do concurso fotográfico Fome de Justiça, promovido pela Associação de Magistrados Brasileiros

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mafra

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aurélio Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: aurel@tjpe.gov.br

Decisão do STF não pode ser usada para veto da LDO

A tese de sustentação do veto governamental a dispositivos do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), invoca acórdão do STF que não tem adequação lógica e substancial para tal defesa. "Muito ao revés, serve em direção exatamente oposta", afirma o desembargador Jones Figueirêdo, que discutiu a matéria perante a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa.

"Naquele acórdão, o Ministro Relator Marco Aurélio enfatizou, para suspender dispositivos da Constituição da Bahia, que aqueles preceitos constitucionais, de índole estadual, tinham abrangência de previsão que colidiam com o teor do artigo 165, § 2º da Carta Magna, de vez que afastavam o entendimento entre os Poderes".

O pretendido precedente refere-se à Ação Direta de Inconstitucionalidade 463-8, cujo Acórdão publicado em 6 de setembro de 1991, suspendeu da Constituição Estadual da Bahia, por liminar, os seus artigos 69 e 112 que vinculavam, a título de dotação orçamentária, parte da receita arrecadada pelo Estado, de determinados impostos referidos pelo artigo 151, em percentual fixo, ao Legislativo e Judiciário.

O Acórdão atendeu, em verdade, à efetiva consideração do cumprimento do artigo 99 da Constituição Federal diante do qual a elaboração da proposta do Poder Judiciário pressupõe estipulação conjunta com os demais Poderes mediante elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mais ainda porque não se poderia contemplar na Constituição baiana matéria própria da lei reguladora das dotações orçamentárias dos Poderes e que orienta a lei orçamentária, a cada exercício financeiro - afirma Figueirêdo.

Acrescentou o desembargador Jones Figueirêdo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento de superior alcance, definidor das dotações orçamentárias, mediante o entendimento concertado pelos Poderes de Estado, pelo que a fixação de percentuais serve de ordenação regular sobre a previsão da receita, no efeito do repasse dos duodécimos.

Figueirêdo esclarece fundamentos da decisão à CCJ da Assembléia Legislativa

Ponderou, afinal, que a forma de prescrever um valor monetário máximo de dotação orçamentária anual ao Legislativo e Judiciário, sem qualquer relação direta com as receitas obtidas, desfigura a adequada e constitucional participação desses Poderes na programação orçamentária do Estado.

OK

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 164 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 1º de setembro de 1999

Tribunal de Justiça, Ministério Público e Prefeitura

Tríplice parceria agiliza processos em Jaboatão

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, a Procuradoria Geral de Justiça e a Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes assinaram, ontem, um convênio que vai garantir a instalação de um birô judicial de conciliação para os processos que tramitam nas duas Varas da Assistência Judiciária de Jaboatão. Os birôs começam a funcionar no próximo dia 14 e serão realizados sempre às terças, quartas e quintas, das 8 às 12h.

Cerca de mil processos serão, inicialmente, agilizados

Segundo a juíza de Jaboatão e diretora do Fórum, Nalva Cristina, existem atualmente mil feitos nas Varas da Assistência Judiciária do município que serão objeto desse convênio. De acordo com a juíza, o objetivo é criar um clima de conciliação entre as partes que têm, principalmente, ações na área de família tramitando nas Varas de Assistência Judiciária.

O trabalho será desenvolvido por 16 juízes voluntários que vão atuar no birô e darão expediente em horário diferente do período de funcionamento do Fórum, que é à tarde. Segundo Nalva Cristina, até o final do ano, os juízes esperam diminuir em 80% o acervo existente. Ela disse ainda que a conciliação é a principal arma para garantir esse resultado.

Galvão defendeu soluções alternativas e elogiou juízes voluntários

Durante a solenidade de assinatura do convênio, que contou também com a presença do vice-presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares, e do corregedor geral de Justiça, desembargador Mário Melo, o prefeito de Jaboatão, Fernando Rodovalho, falou da importância de uma Justiça mais ágil na prestação dos serviços à população. Já o procurador geral de Justiça, Romero Andrade, reafirmou o apoio do Ministério Público para esse tipo de iniciativa.

Por sua vez, o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, apontou uma única saída para a lentidão da Justiça: as soluções alternativas. Ele elogiou ainda a disposição dos magistrados de se voluntariarem para um trabalho que é de fundamental importância para a população mais carente.

Fale com o Presidente é hoje à tarde

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, recebe hoje servidores do Judiciário estadual, dentro do programa Fale com o Presidente, realizado sempre a cada primeira quarta-feira do mês. Excepcionalmente, hoje, o atendimento será feito à tarde, a partir das 14h, por ordem de chegada.

Informação vai combater violência contra mulheres e crianças

Em funcionamento no Rio Grande do Sul desde 1993, o projeto Promotoras Legais Populares desperta o interesse do Ministério da Justiça para implantação em todo o País. Trata-se de um programa de conscientização feminina sobre seus direitos e deveres nas áreas da educação, saúde, saneamento e direitos humanos. Segunda-feira, o projeto começou a ser implantado em Pernambuco.

Cerca de 240 mulheres de oito organizações não-governamentais participam de um curso de noções gerais de Direito, direitos humanos e formas de acesso à Justiça. A aula inaugural foi realizada no auditório do Tribunal do Júri, e contou com a presença do diretor do Fórum da Capital, juiz Bartolomeu Bueno, e do vice-presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, juiz Mozart Valadares.

Segundo a coordenadora do programa no Nordeste, Suely Carvalho, o objetivo é combater a violência contra mulheres e crianças, utilizando o acesso à informação e ao conhecimento dos direitos de cada um. Organizado pelo Fórum de Pernambuco, movimento que reúne mais de 30 grupos femininos de Direitos Humanos, o projeto recebe o apoio da Associação dos Magistrados.

Depois de concluído o curso, as promotoras legais populares deverão difundir os conhecimentos adquiridos, orientando mulheres para que elas defendam seus direitos de cidadania. A iniciativa, que tem a participação de representantes femininas de cerca de 20 municípios, deve ser gradativamente estendida ao restante do Estado, segundo a advogada e conselheira da OAB, Nadeje Domingues, uma das integrantes do Fórum de Pernambuco.

Cidadania numa Perspectiva de Gênero e Raça; Direitos Humanos e Cidadania; Direitos Reprodutivos e Saúde da Mulher; Trabalho e Geração de Renda; e Participação Comunitária e Transformação Social são o programa do curso. As entidades participantes são Cais do Parto, AMHOR, CAMPO, Casa Menina Mulher, Centro das Mulheres do Cabo, Coletivo Mulher Vida, Associação Cristã Feminina e Manaíra.

Promotoras populares contam com apoio da Associação dos magistrados

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anaí Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone/fax: (081) 419-3251 Fax 424.1163

e-mail: asco@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 165 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 2 de setembro de 1999

Corregedores Gerais defendem indenização para cobrir gratuidade de certidões

As deficiências do sistema carcerário do país e a crise dos cartórios de registros civis decorrente da lei federal da gratuidade foram os temas mais polêmicos tratados durante o XIX Encontro Nacional de Corregedores Gerais de Justiça (Encoge), que aconteceu durante a quinta e sexta-feira passadas.

Realizado em Brasília, o encontro incluiu em um dos painéis a participação dos ministros José Serra, da Saúde, e José Carlos Dias, da Justiça. E foi exatamente sobre gratuidade e sistema penitenciário que os representantes do governo Federal trataram.

Como era de se esperar, a maioria das cobranças estavam relacionadas à superpopulação carcerária, problema crescente em todo o Brasil. Após ampla discussão sobre a situação e possíveis soluções, os representantes do governo propõem que as corregedorias estaduais encaminhem ao Ministério da Justiça um diagnóstico geral do problema em cada estado, possibilitando um estudo em busca de possíveis soluções.

Sobre os registros civis, os desembargadores observaram que a gratuidade prevista em lei não pode ser mantida a custa de prejuízos para os cartórios. "É dos valores cobrados por sua prestação de serviços que esses cartórios tiram suas despesas mensais, desde o aluguel e energia elétrica até o pagamento de pessoal", adverte o corregedor pernambucano.

Os corregedores foram informados pelo senador Conde Reis (SC) da tramitação de um projeto de lei, no Congresso Nacional, visando a criação de obrigações para a União, estados e municípios a fim de promover indenização aos titulares dos cartórios, cobrindo, deste modo as despesas decorrentes da gratuidade.

Segundo o desembargador Melo, a reflexão sobre os problemas enfrentados pelas Corregedorias de todo o Brasil, buscando soluções possíveis, é um dos maiores méritos dos Encoges. Além disso, a troca de experiências entre os Judiciários dos diversos estados, principalmente relacionadas às inovações tecnológicas, constitui outro aspecto de grande importância dos encontros freqüentemente promovidos nacionalmente pelo colegiado.

O corregedor Mário Melo vê na indenização aos cartórios garantia à gratuidade de registros

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/fax(081) 419-3233 Fax 424.1143

e-mail: asscom@tje.pe.br

Presidente recebe servidores do Judiciário

Dez servidores procuraram ontem à tarde o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, durante o Fale com o Presidente.

O projeto consiste no atendimento dos servidores do Poder Judiciário para tratar sobre qualquer assunto, sem agendamento prévio.

Entre as solicitações dos funcionários, está a agilização de processos administrativos e judiciais. A presença de servidores do Interior foi registrada durante o Fale com o Presidente.

Fórum Paula Batista recebe exposição itinerante

Depois de permanecer por um mês no Palácio da Justiça, a maquete do Fórum do Recife está, desde ontem, em exposição no Fórum Paula Batista. Mantém, dessa forma, o programa de divulgação do novo Fórum, em construção na Ilha de Joana Bezerra. A exposição itinerante tem o objetivo de informar a população sobre o andamento das obras e serviços que serão instalados no prédio.

O Fórum do Recife vai abrigar 80 varas cíveis, criminais e de família, atualmente funcionando no Paula Batista e no Thomaz de Aquino, além de receber todo o atendimento prestado pela Corregedoria Geral da Justiça. Construído em área de 40 mil m2, o Fórum vai ter seis andares, estacionamento para 700 carros, acesso para deficiente físico, oito elevadores, biblioteca, auditório e dois tribunais do Júri.

Advogado lança obra sobre Juizados Criminais

Já se encontra nas livrarias especializadas "A Lei dos Juizados Especiais Criminais". De autoria do advogado e professor carioca Antônio Mário Lobato de Paiva, o livro pode ser também adquirido pelo site da Editora Forense (http://www.forense.com.br/).

Segundo o autor, a obra é de suma importância para o sucesso do funcionamento dos Juizados Especiais. Para se comunicar com o professor Mário Lobato, enviando inclusive comentários sobre o livro, utilize o endereço eletrônico malp@interconet.com.br.

TJPE - BIBLIOTECA

OK

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 166 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 3 de setembro de 1999

Presidente do Tribunal empossa novo desembargador

Nelson Santiago Reis é o novo desembargador pernambucano. Ele tomou posse, ontem, durante solenidade presidida pelo desembargador Etério Galvão, na presença de magistrados, integrantes do Ministério Público e representantes do meio jurídico estadual.

A escolha foi feita pelo governador Jarbas Vasconcelos, que fez questão de comunicar, por telefone, ao presidente do TJPE, ainda na noite de quarta-feira, a nomeação de Santiago Reis. O procurador assume a vaga destinada ao Ministério Público, deixada pelo desembargador Luís Belém de Alencar, aposentado em junho.

O novo desembargador entrou no Ministério Público em 1982, por concurso, atuando nas comarcas de Bom Jardim, Limoeiro, Vitória de Santo Antão, Orobó, Serra Talhada e Ouricuri. Passou a procurador de Justiça em 1995, onde ocupou a coordenação do centro de Apoio às Promotorias de Defesa do Consumidor.

Segundo Galvão, a escolha de Santiago Reis foi acertada e se justifica pela competência com que exercia suas funções como membro do Ministério Público. "Trata-se de um profissional competente. Afirmo porque conheço o trabalho que realizava naquele órgão. Vem para aumentar a credibilidade do Judiciário".

O desembargador empossado falou da importância dos quase 20 anos de exercício profissional no Ministério Público, que concorrerão positivamente para o êxito da nova missão. "Venho trazendo a experiência acumulada e tudo farei para honrar o cargo que me foi confiado".

Nelson Santiago traz para o Tribunal de Justiça quase 20 anos de experiência no Ministério Público

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anaíl Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Redação: Praça da República, s/n São Antônio - Recife-PE

Fone/FAX: 419-3051 Fax 424.1163

e-mail: ...@tjpe.gov.br

Agenda Livre

O presidente Etério Galvão atende hoje a população, sem agendamento prévio. É o Agenda Livre, projeto realizado toda primeira sexta-feira do mês, quando o chefe do Judiciário estadual recebe a população em seu próprio gabinete para ouvir sugestões, pedidos e reclamações.

Tribunal de Justiça extingue serventias

As 1ª, 2ª, 3ª e 4ª serventias privativas de casamento da Comarca do Recife estão extintas desde ontem. Devido à existência de 15 cartórios de registro civil das pessoas naturais na Capital com competência para lavrar certidões de nascimento, casamento e óbito, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, decidiu facilitar o acesso da população aos serviços do Judiciário.

Com a extinção, o acervo da 4ª serventia foi anexado ao da 3ª e foram criados três arquivos provisórios do acervo de casamentos da Comarca. De acordo com o presidente do TJPE, o objetivo dos arquivos é guardar e conservar o acervo dos cartórios. Os arquivos vão funcionar nas mesmas instalações das serventias extintas, segundo o ato publicado no Diário Oficial.

Já os escreventes estatutários lotados nas serventias extintas vão permanecer vinculados aos arquivos provisórios, mas não poderão realizar a distribuição e o processamento de novos pedidos de habilitação de casamento, sendo preservada a competência para anotações, averbações, expedições de certidão e a prática de atos necessários à continuidade dos registros existentes e à prestação de serviço. O presidente assegurou ainda que os pedidos de habilitação de casamento que tiverem dado entrada nas serventias extintas até a data de ontem sejam concluídos.

Bom Jardim

Também em relação ao extrajudicial, Etério Galvão resolveu unificar o 1º e 2º serviços de Bom Jardim, formando assim o serviço único de atos notariais e de registro da Comarca, com as funções acumuladas de tabelionato de notas, de protesto de títulos, registro de imóveis, registro de títulos, documentos e civil de pessoas jurídicas.

A medida adotada visa facilitar o acesso da população aos serviços do Judiciário

OK

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 167 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 4 de setembro de 1999

Reunião de presidentes discute Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em tramitação na Câmara dos Deputados, que garante 7% da receita líquida dos estados para o Poder Judiciário foi um dos principais assuntos discutidos durante o Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado em Vitória do Espírito Santo. De acordo com o chefe do Judiciário pernambucano, Etério Galvão, o projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara.

Segundo ele, a reunião dos presidentes se concentrou na discussão sobre a Reforma Constitucional. "Uma das preocupações manifestadas foi com o fortalecimento e prestígio dos tribunais de Justiça estaduais", afirmou Etério Galvão. Ele disse também que o Superior Tribunal de Justiça é um órgão que deverá se limitar a julgar apenas as grandes questões jurídicas.

Outro debate registrado durante o encontro é a proposta de alteração da idade da aposentadoria compulsória dos desembargadores, assunto que vem ganhando terreno na Câmara dos Deputados. Atualmente, eles se aposentam aos 70 anos. Com a alteração, a idade passaria a ser de 75, com prévia aprovação dos Tribunais de Justiça por dois terços dos desembargadores.

A eleição da mesa diretora dos TJs, que hoje é realizada por meio da votação apenas dos desembargadores, também pode sofrer modificação. Se a alteração for aprovada, todos os magistrados do estado poderão escolher o presidente, vice e corregedor geral, por meio do voto direto.

O presidente Etério Galvão mencionou também a revogação da súmula 394 como um aspecto relevante discutido no encontro. Ele explicou que, com a anulação, os detentores de mandato, processados por crime, deixarão de ser julgados por foro especial ao final do mandato.

Atendimento ao público registra aumento

Desde a implantação da Ouvidoria Judiciária, em fevereiro passado, pelo Tribunal de Justiça, a população pernambucana dispõe de caixas de coleta de cartas em lugares estratégicos, linha telefônica e até e-mail, além de poder se encaminhar pessoalmente, tudo visando facilitar a apresentação de reclamações sobre assuntos do Judiciário. Apesar disso, a procura pelo Agenda Livre, onde o presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, a cada primeira sexta-feira do mês atende a população pessoalmente, sem agendamento prévio, tem se mantido alta. Na tarde da última sexta-feira foram atendidas 173 pessoas, em agosto 179, em junho 117 e em maio 127 atendimentos.

Galvão atendeu 173 pessoas em audiência que teve início no horário da manhã

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Nicle

Assessora de Comunicação Social: Mônica Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Redação: Praça da República, s/n, Rio Antonio - Recife-PE. Fone/FAX: 419-3251 Fax: 424-1163 e-mail: asscom@tjpe.gov.br

Agenda

Feriado
Terça-feira não haverá expediente no Poder Judiciário. Nesse dia, comemora-se o 7 de Setembro, data da Independência do Brasil.

Saúde
Para melhor conforto do usuário, a Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça reinaugura, quarta 8, a recepção das instalações do ambulatório médico-odontológico, onde foram realizadas reformas recentes. Rua Manoel de Brito, 311 - Pina, às 17h.

Esafi
Compras na Administração Pública Mediante Registro de Preços e Contratos Administrativos e Gestão do Desempenho e da Qualidade Total na Administração Pública são alguns dos cursos programados para o mês de setembro pela Escola de Administração e Treinamento (Esafi). Informações e inscrições pelo e-mail: esafi@sigma.tropical.com.br e pelo telefone 0(xx) 27 223.6619.

Formação de Juízes
O Tribunal de Justiça do Espírito Santo vai realizar, entre 19 a 23, um curso internacional para formação de juízes. Organizado pelo Instituto Internacional para o Poder Judicial da Fundação Justiça no Mundo, é o primeiro no gênero a se realizar no País.
Apenas três brasileiros vão participar como palestrantes - os ministros Sálvio Figueiredo (STJ) e Francisco Rezek (STF), além do desembargador capixaba Pedro Valls, conhecido internacionalmente por causa do programa que desenvolveu chamado Juiz Eletrônico. Informações pelos fones 0(xx) 27 334.2261 / 2262

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 168 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 7 de setembro de 1999

Prefeito e Etério Galvão visitam Praça da República

A revitalização da Praça da República e as obras do novo Fórum do Recife foram os assuntos que marcaram o encontro, ontem, entre o prefeito do Recife, Roberto Magalhães, e o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão.

O presidente foi ao gabinete do prefeito e, depois, eles seguiram para a Praça da República, que foi alotada pelo Poder Judiciário estadual e que deverá estar pronta ainda este mês, segundo informação da Prefeitura.

A revitalização está sendo feita pela equipe de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura. Orçado em R$ 800 mil, o projeto respeitou o traçado atual da Praça, que foi pensado pelo arquiteto e paisagista Burle Marx.

O trabalho da Prefeitura inclui a recuperação dos jardins, da iluminação, recuperação das 19 estátuas de personagens da história pernambucana e divindades gregas e o plantio de vegetação rasteira, arbustos e palmeiras.

Quando a revitalização for concluída, a praça será entregue ao Tribunal de Justiça , que vai ficar responsável pela limpeza, manutenção e fiscalização.

Novo fórum

As obras do novo Fórum do Recife foi outro assunto discutido durante o encontro.

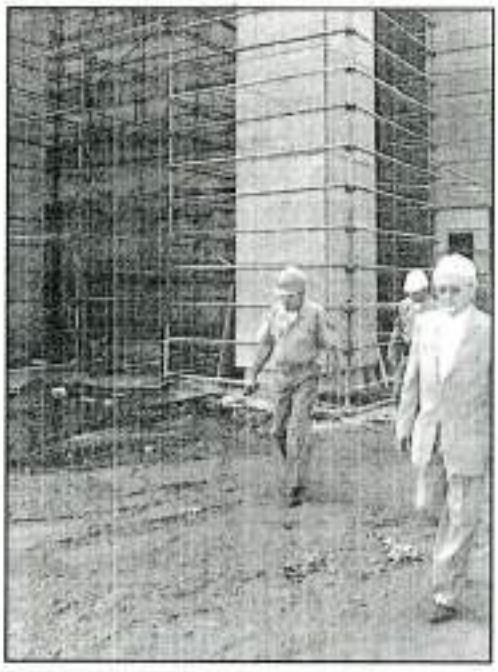
O presidente do TJPE, que esteve pessoalmente visitando as obras do prédio, disse a Roberto Magalhães que os trabalhos estão adiantados e que a inauguração do edifício será em dezembro.

Roberto Magalhães afirmou que a iniciativa é muito importante para o cenário urbano da cidade e para o surgimento de um novo pólo de serviços na cidade, que irá se concentrar na área do Joana Bezerra.

O presidente Etério Galvão lembrou que o terreno, onde hoje está sendo construído o Fórum do Recife, foi uma doação do próprio Roberto Magalhães, quando governador de Pernambuco.

Galvão explicou ainda que o edifício tem capacidade para 89 Varas e que vai facilitar o acesso da população do Estado ao Judiciário.

Etério Galvão e Roberto Magalhães (à dir.) falaram sobre a revitalização da praça e sobre as obras do novo Fórum do Recife, que o presidente do TJPE visitou na semana passada



Tribunal de Justiça inaugura novas instalações do ambulatório

O Ambulatório Médico-Odontológico do Tribunal de Justiça de Pernambuco atende aproximadamente cem pessoas por dia. Essa média foi o principal motivador da recente reforma realizada na recepção daquela unidade que, com mais espaço e número maior de cadeiras, teve sua capacidade aumentada para melhor acomodar seus usuários.

A inauguração das instalações acontece amanhã, às 17h, com a presença do presidente do Tribunal, desembargador Etério Galvão. Segundo o coordenador de saúde, Fernandes Arteiro, também serão inaugurados oficialmente os vários novos serviços que o Ambulatório vem implantando desde o início do ano, como os atendimentos nas especialidades de psicologia, fonoaudiologia, otorrinolaringologia, ortopedia, oftalmologia e ortodontia.

Sete de setembro

Em virtude do feriado nacional de 7 de setembro, deixa de circular amanhã - quarta 8 - o caderno do Diário Oficial relativo ao Poder Judiciário, voltando à normalidade na quinta-feira.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social: Mônia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia : Anwar Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone:(081) 419-3291 Fax 424.1163

e-mail: asimf@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cnpe

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 169 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 9 de setembro de 1999

Trabalho inédito une Judiciário a escolas do Cabo

Roberta Tavares

A preocupação de um grupo de educadores do Cabo de Santo Agostinho com o crescente índice de violência deu início a uma parceria inédita entre o Judiciário e escolas públicas e particulares daquela Comarca.

Foto: Assis Lima

A comissão de diretores falou sobre os novos planos

Com a constatação de casos de vandalismo, ameaças a professores e colegas, uso de drogas e mau rendimento escolar aliados à falta de orientação em casa, a solução foi buscar ajuda na Vara da Infância e da Juventude. Iniciado em março de 1997 com palestras do juiz Abner Apolinário da Silva, sobre ética estudantil, Estatuto da Criança e do Adolescente, direitos e deveres do cidadão, o trabalho - que já rende resultados e deve ser ampliado, recebe alogios de toda a comunidade. De seis agressões diárias em sala, o número foi gradativamente baixando até que nenhum caso mais fosse registrado entre as 30 escolas atualmente mobilizadas. Diminuiu também o número de alunos que chegavam embriagados e que fumavam nas escolas. A apatia, natural em quem faz uso de drogas e no jovem sem perspectivas, foi trocada por uma maior participação do aluno em sala de aula. Além das palestras que o juiz realiza semanalmente nas escolas, algumas com apoio de psicólogos, promotores e médicos, a iniciativa das escolas com a Vara da Infância e da Juventude do Cabo de Santo Agostinho inclui uma conversa pessoal e direta do magistrado com pais e alunos, nas questões mais graves. Até agora, nenhum caso foi transformado em processo.
Uma comissão de diretores, encarregada de discutir soluções para a diminuição do índice de violência infanto-juvenil nas escolas da Comarca, vai iniciar o levantamento dos dados estatísticos que comprovem a melhoria do quadro. Os resultados serão utilizados para manter o interesse dos alunos e garantir a adesão de novas escolas ao trabalho. A comissão pretende ainda estudar as causas da violência nos colégios e, com o juiz Abner Apolinário, intensificar o atendimento.

Ampliação -Três novas ações já estão definidas: a realização anual do Fórum de Debates de Jovens, como o que foi realizado em agosto, quando cerca de seis mil jovens se reuniram com o juiz Abner Apolinário, no Sesi do Cabo, para discutir questões como drogas e sexualidade; a extensão do programa às crianças de rua; e a criação de sub-comissões para descentralização da assistência. Segundo a diretora da escola estadual Zumbi dos Palmares, Analice Pereira de Souza, o objetivo é resgatar os valores morais da juventude.
A desestruturação familiar é apontada como uma das causas mais fortes da violência entre os estudantes, informou a diretora da escola municipal José Alberto de Lima, Ana Cláudia Batista, baseada em estudo preliminar feito pela comissão. Desemprego, falta de assistência aos filhos e a inexistência de uma política cultural e de lazer são também algumas dos causas detectadas.

> *O trabalho vai ser ampliado para garantir assistência a um maior número de jovens estudantes das escolas do Cabo de Santo Agostinho, atendendo inclusive crianças de rua*

Levantamento inicial dá conta da existência de, pelo menos, 10 mil adolescentes nas cerca de 100 escolas públicas e privadas de educação infantil e ensinos médio e fundamental. A faixa etária varia dos seis aos 23 anos, sem que se tenha idéia do número de alunos com distorção entre série/idade.
O Centro das Mulheres, organização não-governamental do Cabo de Santo Agostinho, também faz parte da iniciativa, oferecendo apoio psicológico aos jovens. A parceria é inédita, afirma a diretora da Escola Des. Antônio da Silva Guimarães, Fátima Oliveira.

Juiz lança novos livros

Limitações Internacionais à Aplicação de Normas Tributárias Nacionais e A Responsabilidade Civil do Estado por Danos Causados aos Agentes Econômicos são os novos livros do juiz pernambucano Jackson Borges de Araújo. As obras são lançadas amanhã, a partir das 19h, na Rua dos Arcos, 150, Poço da Panela.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Guedes

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419.3201 Fax 424.1163
e-mail: assis@ge.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cpoe

Infância e Juventude - fone: 521.0070

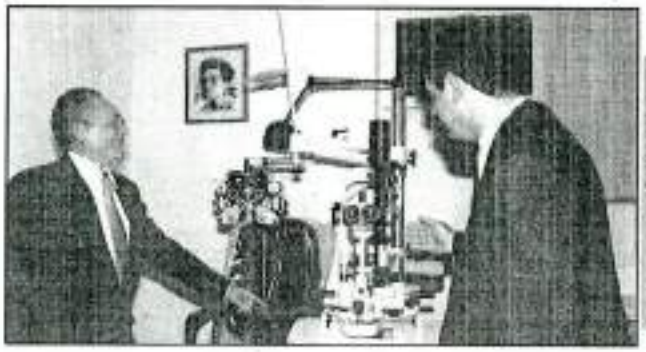
TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 170 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 10 de setembro de 1999

Novas instalações garantem mais conforto aos usuários

Ampliação de espaço físico e de serviços, com novas especialidades médicas, integram o conjunto de novidades que o Centro Integrado de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco vem implantando desde o início da atual gestão. "Foram feitas lentamente, com dificuldades, mas todas no sentido de prestar melhor atendimento ao servidor", observou o coordenador de saúde do TJPE, Fernandes Arteiro, durante a cerimônia de inauguração, realizada na quarta-feira com a presença do presidente do Tribunal, desembargador Etério Galvão, além do corregedor geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Mário Melo, e do desembargador Jones Figueiredo.



Etério Galvão conheceu os novos equipamentos do Centro Integrado de Saúde do Tribunal de Justiça, acompanhado pelo coordenador de Saúde, Fernandes Arteiro

A secretária de administração, Olga Cruz, falando em nome do presidente do TJPE, lembrou que hoje a marcação de consultas já pode ser feita por telefone, não mais sendo necessário que o servidor chegue ao consultório no início da manhã para conseguir uma vaga. "Para que isso fosse possível, providenciamos novas linhas telefônicas. Além disso, os serviços agora diversificados foram também melhorados em qualidade, através de treinamento de pessoal", concluiu a secretária de administração.

Além dos novos serviços, foram inauguradas as novas instalações da recepção, que teve seu espaço aumentado para o dobro da área antes disponível.

A ampliação, que incluí um número maior de cadeiras, era uma necessidade decorrente da crescente procura de usuários pelos serviços do ambulatório do Centro Integrado de Saúde do TJPE, onde atualmente é registrada uma demanda mensal de aproximadamente 2 mil pessoas.

Após o descerramento da placa inaugural, o desembargador Etério Galvão visitou cada sala do ambulatório, conferindo pessoalmente os novos equipamentos, entre eles os aparelhos de oftalmologia, em funcionamento desde o semestre passado com grandes índices de procura. Entre os novos serviços, estão, ainda, psicologia, otorrinolaringologia, ortopedia e ortodontia.

Encontro reúne familiares de adolescentes infratores

A falta de acompanhamento por parte dos pais se destaca entre os fatores que levam o adolescente a desvios de comportamento ao ponto de tornar-se um infrator. Essa é uma das conclusões dos organizadores do II Seminário Sobre a Estruturação da Família, realizado no Fórum da Comarca de Olinda, na última sexta-feira, 3. Organizado pelos profissionais de psicologia que integram a Comissão Interprofissional da Vara Privativa da Infância e Juventude em parceria com a Promotoria da Infância e Juventude daquela Comarca, o evento contou ainda com o apoio da Fundac e da Defensoria Pública daquele município.

O objetivo do seminário é reunir familiares de menores que respondem a processo por prática de atos infracionais. Segundo a psicóloga Danielle Sátiro, da Comissão Interprofissional, a ausência dos pais no dia-a-dia do filhos é hoje uma realidade quase inevitável, imposta por questões sociais. "Atualmente tanto o pai quanto a mãe são obrigados a trabalhar fora, muitas vezes além da carga horária normal, passando maior parte do tempo ausentes de casa".

Danielle Sátiro, uma das integrantes da Comissão, coordenou um dos grupos de pais e mães

Essa situação impede que o pai ou a mãe, principais responsáveis pela educação da criança ou adolescente, disponham do tempo necessário para acompanhar os filhos, ouvi-los, conhecer seus grupos de relacionamento, acompanhar sua vida escolar.

Ainda segundo a psicóloga, a pouca disponibilidade de tempo também impossibilita que os pais percebam as mudanças de comportamento do adolescente. Muitas dessas mudanças são observadas já um pouco tarde. "A ausência cria dificuldades para os pais colocarem limites para os filhos", adverte.

Fátima Carneval, que também integra a equipe de psicólogos da Comissão Interprofissional, afirma que os pais devem procurar transmitir harmonia familiar, compartilhando os bons e maus momentos vividos. Ela ressalta ainda a importância de uma vida produtiva.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Chacon

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anísio Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone/FAX: 419-3021 Fax: 424.1163

e-mail: asicom@tjpe.gov.br

UFPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 171 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 11 de setembro de 1999

Tribunal de Justiça treina mediadores de conflitos

Evitar que algumas questões sejam transformadas em processos é o objetivo do convênio assinado, essa semana, entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Centro de Mediação e Arbitragem de Pernambuco (Cemape). Pelo acordo, o TJ dará treinamento prático aos mediadores e árbitros indicados pela entidade. Os estagiários poderão ser designados para atuar na mediação e conciliação de um conflito, desde que as partes interessadas concordem.

A participação dos mediadores nas Varas Cíveis e Juizados Especiais será gratuita, sempre sob a coordenação de juízes e conciliadores do Judiciário pernambucano. Os resultados serão analisados pelo Tribunal de Justiça, visando à criação de centros de mediação e arbitragem nas Comarcas. O presidente do Cemape, Petrônio Muniz, afirmou que a iniciativa é pioneira e constitui o esforço da sociedade privada de colaborar para a melhoria do serviço prestado pela Justiça ao cidadão.

O convênio tem duração de um ano, podendo ser prorrogado. Durante seis meses, os estagiários atuarão gratuitamente, procurando resolver os conflitos patrimoniais de forma amigável. Após esse período, a remuneração deverá obedecer a tabela de custas e honorários adotada pelo Cemape, ficando as partes cientes das condições e regras estabelecidas para a prestação do serviço.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, assinou o convênio com os presidentes do Cemape, Petrônio Gonçalves Muniz; da Federação das Associações Comerciais do Estado de Pernambuco (Facep), Gustavo Pinto Coelho; e ainda do diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), desembargador Dário Rocha, na presença de representantes dos setores público e privado.

Segundo o acordo assinado, o Tribunal vai oferecer um treinamento prático

AGENDA

Palestra -
O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, participou, ontem pela manhã, de uma palestra proferida por Cristóvão Buarque, realizada no Tribunal de Contas do Estado.

Concurso em Minas -
Estão abertas as inscrições para o concurso de juiz de Direito substituto do Judiciário mineiro, podendo ser feitas até o dia 14 de outubro. Informações estão disponíveis na Internet, pelo endereço www.tjmg.gov.br

Corregedoria apóia campanha do Governo Federal

O corregedor geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Mário Melo, recebeu na última quarta-feira o assessor da Casa Civil da Presidência da República, Ivanildo Tajra Frazosi. O motivo da visita é uma campanha que o Governo Federal pretende deflagrar com o objetivo de estimular a emissão de registros civis de pessoas naturais com base na lei da gratuidade. Além da Casa Civil, estarão engajados na campanha os Ministérios da Justiça, da Saúde, Educação, a Associação Nacional dos Notários e Registradores (Anoreg), e o Unicef.

Melo afiançou o total apoio do Judiciário pernambucano, lembrando que iniciativas neste sentido já são desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. "Trata-se de assegurar uma condição básica ao exercício da cidadania àqueles que não contam com recurso financeiro para dispor de documentos de identificação. Todos temos que nos esforçar para resolver o problema. O presidente Etério Galvão tem procurado minimizar o problema em nosso estado através de ações administrativas", disse o corregedor geral referindo-se ao programa Justiça nas Ruas e ao projeto Viver Legal, implantado no mês passado em maternidades públicas do Recife. A campanha terá início, em novembro próximo, e serão utilizados os meios de comunicação.

> Mário Melo ressaltou a importância de garantir o exercício da cidadania à população

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Cuenca

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aécio Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n 3o Andar - Recife-PE

Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.1163

e-mail: ...@tjpe.gov.br

OK

TE - BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 172 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 14 de setembro de 1999

Tribunal e Caixa assinam convênio que possibilita casa própria ao servidor

Magistrados e servidores vão poder usar produtos e serviços da Caixa Econômica Federal, inclusive fazer financiamento para aquisição de casa própria e reforma de imóvel. Convênio nesse sentido já foi assinado, à semana passada, entre o Tribunal de Justiça e a instituição, garantindo prazos, taxas e percentuais de participação financeira diferenciados em relação ao mercado

O acordo prevê o pagamento das prestações por averbação em folha ou débito em conta corrente, regulamentado em termo aditivo ao contrato. A iniciativa, segundo a diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, faz parte do programa de valorização do servidor, implantado pelo Tribunal de Justiça, por enquanto em funcionamento apenas na Capital.

O convênio, que foi assinado pelos presidentes do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e da Caixa Econômica, Emílio Carazzai, integra o programa "Caixa do Trabalhador", lançado pela instituição. Entre os serviços que ficam ao alcance do servidor também se incluem cartões de crédito e talão de cheque. A partir da próxima semana, os interessados já podem se inscrever. Informações no setor de Benefícios da DRH.

Foto: Marcos Costa

Assinado pelos presidentes Etério Galvão e Emílio Carazzai, o convênio faz parte do programa de valorização de servidores

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anaís Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Ao Amando - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: oficial@tjpe.gov.br

Etério recebe homenagem do Comando Militar do Nordeste

Foto: Marcos Costa

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, recebeu ontem homenagem do Comando Militar do Nordeste. A solenidade foi realizada no 7º Depósito de Suprimento, unidade onde o magistrado serviu como soldado do Exército, antes de prestar concurso público e entrar para o Judiciário pernambucano. Etério Galvão foi recebido pelo comandante geral, general Joélcio Silveira.

Nota da AMB rebate acusações ao Supremo

O Judiciário pernambucano recebeu, esta semana, nota da Associação dos Magistrados Brasileiros. A AMB rebate acusações dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Ramez Tabet (PMDB-MS), que responsabilizam o Supremo Tribunal Federal pela morte do juiz Leopoldino Marques do Amaral.

O caso, segundo a Associação, está sob investigação policial e "qualquer tipo de pré-julgamento é inoportuno e prejudicial ao completo esclarecimento do crime, representando um perigo para o resultado da apuração".

Para a AMB, que acompanha diretamente o caso e defende uma apuração rigorosa e isenta, "responsabilizar o Supremo Tribunal Federal pelo trágico episódio equivale à leviandade de acusar a CPI do Judiciário por não ter convocado o juiz Leopoldino Marques do Amaral para depor, apesar da ampla divulgação das denúncias.

A tentativa de subtrair a atividade parlamentar de qualquer controle constitucional tem caráter autoritário e, por ser uma forma de corrupção dos costumes políticos, é totalmente incompatível com a verdadeira moralização".

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cepe

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 173 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 15 de setembro de 1999

Parceria

Tribunal de Justiça busca certificado Iso 9000

A parceria entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Petrobrás é o primeiro passo do Poder Judiciário estadual rumo à certificação Iso 9000 da 2ª Câmara Criminal. Com a parceria, a Petrobrás vai ficar responsável pelo suporte técnico de capacitação do pessoal que estará participando do projeto piloto da Câmara.

Segundo a coordenadora de Organização e Planejamento do TJPE, Zélia Mendonça, que está gerenciando e supervisionando todo o processo, o certificado Iso 9000 é um padrão internacional de qualidade e a certificação da Câmara Criminal está incluída no Plano de Gestão, elaborado no ano passado. A capacitação vai dividir os funcionários em dois grupos. Uma reunião será entre os dias 6 e 8 do próximo mês. A outra, de 20 a 22, também de outubro. Entre os que vão ser capacitados, estão funcionários da Diretoria Criminal, Distribuição, servidores ligados aos três gabinetes dos desembargadores que fazem parte da 2ª Câmara Criminal - Og Fernandes, Nildo Nery e Fausto Freitas -, Diretoria de Documentação Judiciária - taquigrafia e jurisprudência - e um representante da Secretaria de Administração do TJPE.

"O trabalho que será realizado com a 2ª Câmara Criminal faz parte de um projeto piloto e o objetivo é padronizar os procedimentos de acordo com as normas Iso 9000", afirmou Zélia Mendonça. Ela disse também que o Tribunal pretende, em seguida, estender essa iniciativa para todo o 2º grau.

Zélia estima que o certificado deve ser adquirido em dezembro do próximo ano. O primeiro encontro que reuniu, entre outros, desembargadores, assessores e secretários foi realizado sexta passada, em Suape.

O primeiro encontro foi realizado em Suape, na última sexta-feira

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edésio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/fax(081) 419-3220 Fax 424-5163

e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Etério Galvão participa de palestra no TCE

"Reforma no Estado e Ética na Política" foi o tema da palestra do professor e ex-governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, realizada no Tribunal de Contas do Estado, na última sexta-feira. A palestra, que teve a participação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, debateu a situação do País às portas do 3º milênio. Segundo Buarque, o Brasil tem condições de erradicar a miséria em dez anos, dando prioridade a questões como a educação, habitação, reforma agrária. Segundo o professor, nesse espaço de tempo, é possível realizar o assentamento de famílias sem-terra, colocar crianças nas escolas, estimular os jovens a produzir e ainda providenciar habitação para quem não tem onde morar. Ele defendeu um maior envolvimento dos políticos e da sociedade civil com esses problemas e disse ainda que, para a democracia brasileira se consolidar, é preciso acabar com os excluídos do País.

Magistrados conhecem Judiciário americano

Um grupo de juízes viaja no dia 2 aos Estados Unidos para conhecer o funcionamento do judiciário de Washington e Baltimore. A iniciativa, que tem o apoio da embaixada americana, não traz nenhum ônus ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. Durante duas semanas, coordenado pela Diretora de Recursos Humanos do TJ, Maria da Paz Brasil, o grupo vai conhecer aquelas cortes estaduais e participar de mesa-redonda sobre os dois sistemas judiciais - americano e brasileiro. O juiz americano federal Peter Massiti também participa do encontro. A diretora de Recursos Humanos diz que o objetivo do programa, à semelhança do que foi realizado duas vezes consecutivas no Estado da Geórgia, é conhecer experiências diferenciadas no campo do judiciário e propiciar condições à magistratura de solucionar conflitos cada vez mais globalizados.

O grupo é formado pelo desembargador Macêdo Malta e pelos juízes Laiete Jatobá, Virgínio Carneiro Leão, Fábio Eugênio Oliveira e Karla Fabíola Peixoto.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 174 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 16 de setembro de 1999

Tribunal conclui pesquisa de saúde do servidor

Sérgio Marcos

A pesquisa revelou que os serviços do ambulatório do TJPE são considerados de bons a excelentes por cerca de 70% dos servidores que solicitam programas preventivos de saúde. Revelou ainda que estresse, saúde da mulher, Aids, saúde do homem, alcoolismo e tabagismo são temas considerados prioritários em futuros programas de prevenção.

Numa iniciativa conjunta da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e a Coordenadoria de Saúde (CS), o Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar, entre outros aspectos, como anda a saúde física e psíquica dos servidores da Capital. Informações gerais sobre os entrevistados, ambiente de trabalho e qualidade de vida constam nos três tópicos que integram o trabalho que resultou, agora, em uma ampla amostragem do perfil sócio-cultural dos servidores, suas expectativas e impressões sobre a instituição e o ambiente de trabalho do qual fazem parte.

Elaborado por uma equipe de técnicos da Seção de Readequação e Reabilitação Funcional (Serad), setor subordinado à DRH, antes denominado Unesp, o questionário que serviu de base para a pesquisa foi aplicado a 383 servidores lotados na 3ª Entrância. Foram entrevistados cerca de 40% do total de servidores da Capital.

A maioria das perguntas (mais de 60) aceitava respostas múltiplas. O método adotado, segundo a psicóloga Ana Karla Brandão, da Serad/DRH, garante a fidelidade dos resultados. As informações poderão ser tomadas por base para definição de futuros programas nas áreas de saúde e de políticas de capacitação de pessoal.

Perfil

A primeira parte da pesquisa levanta dados pessoais dos entrevistados, resguardando o anonimato. A maioria dos que responderam ao questionário é do sexo feminino (57,5%). Quanto à idade, a pesquisa revelou uma maior concentração de servidores na faixa etária dos 30 aos 39 anos (46,5%), seguido de 29,9% entre 40 e 49 anos e, em terceiro, somando 15% do total, estão os servidores com faixa entre 20 e 29 anos.

Sobre a escolaridade, enquanto mais da metade dos cargos existentes é de nível médio, sem exigência de curso superior, aproximadamente 65% dos seus ocupantes são portadores de título universitário.

Ambiente

A jornada de trabalho, a estabilidade profissional e o serviço prestado à sociedade constituem as principais vantagens de se trabalhar no TJPE, na avaliação dos entrevistados. Outro aspecto assinalado, e que constitui motivo de satisfação para os que integram os quadros do Poder Judiciário, é o fato de tratar-se de uma instituição respeitada.

A pouca valorização do servidor, ausência de um plano de cargos e salários, poucos benefícios e má distribuição de funções foram as queixas mais citadas pelos entrevistados. A maioria considera os salários baixos, e esse foi o aspecto mais citado entre os principais problemas.

Quando perguntados sobre a imagem da chefia imediata, 97,1% das respostas foram positivas. O mesmo relacionamento amigável é constatado na relação entre colegas. "O baixo índice de conflitos favorece a produtividade e contribui para melhorar o relacionamento pessoal no ambiente de trabalho", analisa o relatório que foi apresentado ao presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão.

Embora mais da metade das respostas indiquem boas impressões sobre o ambiente de trabalho, uma análise final indica a necessidade de uma padronização nas dependências do judiciário da Capital, particularmente no que diz respeito a mobiliário. Essa uniformidade já é prevista a partir da inauguração do novo Fórum do Recife, prevista para dezembro próximo.

Saúde

Tabagismo, consumo de café, prevenção de doenças, cuidados com a visão, uso de medicamentos, freqüência de consultas odontológicas foram os assuntos tratados no tópico Qualidade de Vida e Saúde no Trabalho. De um modo geral, os servidores do sexo masculino revelam muito menos cuidado com a saúde do que o sexo feminino. Enquanto 86,1% das mulheres vão periodicamente ao ginecologista, apenas 13,2% dos homens procuram o urologista com freqüência.

Aproximadamente 30% dos entrevistados declararam fazer uso de bebida alcoólica. Deste total, 37% diz já ter apresentado problemas com o seu uso. A maioria destes (75%) são do sexo masculino.Considerando a estimativa média de que 30% da população adulta é fumante, o problema do cigarro não chega a ser considerado grave entre os servidores, registrando-se uma média de 15,1% de fumantes. Apesar disso, tanto fumantes (69,09%) quanto não fumantes (99,3%) reconhecem que o fumo no trabalho incomoda.

Dor de cabeça, doenças gastrointestinais, insônia, tendinite, hipertensão e problemas respiratórios, de visão e emocionais foram, nesta ordem, os campeões entre os distúrbios que afetam a saúde dos servidores.

Aids

Quando o assunto é Aids, 98,5% dos servidores demonstram uma boa conscientização sobre os fatores de risco de contágio.

Compartilhamento de seringas, transfusão de sangue e as relações sexuais foram os meios de transmissão mais citados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anne Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/fax: 0811 419-3281 Fax 424-3163

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cspe

Centro de Saúde - fone: 465.8117

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 175 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 17 de setembro de 1999

Deputados votam projeto até o dia 20

Foto: Alexandre Lima

O Projeto de Lei 198/99 foi assunto principal do encontro no TJ

Uma comissão de deputados estaduais - formada por Sérgio Leite (PT), Sebastião Rufino (PFL), Romário Dias (PFL), Guilherme Uchôa (PMDB) e Bruno Araújo (PSDB) - esteve, terça-feira, no gabinete do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão. Na pauta do encontro, o projeto de lei 198/1999.

Durante a visita, os deputados se comprometeram com o presidente a votar a proposta, que tramita nas 1ª, 2ª e 3ª comissões da Assembléia Legislativa, até o dia 20 deste mês. O líder do Governo, Romário Dias, ressaltou que, neste momento, não estão em jogo os interesses do Legislativo ou do Judiciário, mas da sociedade.

O projeto trata, entre outros assuntos, de alterações na Organização Judiciária do Estado. Caso seja aprovada, a proposta vai garantir a instalação de 23 novas Varas, sendo 15 Cíveis, quatro de Família, três da Fazenda Estadual e uma Vara Privativa de Sucessões, segundo informou o assessor da Presidência, juiz Fábio Eugênio. Ele disse também que as Varas devem ir para o novo Fórum do Recife.

Atualmente, a Capital reúne 68 Varas. Com o término da construção do prédio na Ilha de Joana Bezerra, serão transferidas 66, já que duas são da Infância e da Juventude e devem permanecer no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, na rua Fernandes Vieira. Com a instalação das 23 novas Varas, o Fórum do Recife vai abrigar um total de 89 serventias.

Mato Grosso pede prorrogação de CPI

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) pediu ao Senado a prorrogação do prazo de encerramento da CPI do Judiciário. Em nota oficial assinada pelo desembargador-presidente Wandyr Clait Duarte, publicada na imprensa brasileira, com cópia enviada aos Tribunais de Justiça estaduais, o TJMT afirma que "as denúncias levadas a termo pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral contra membros desta instituição sejam investigadas e esclarecidas até que não haja sombra de dúvida sobre a integridade dos senhores desembargadores".

A nota classifica de insano e repulsivo o assassinato do juiz Leopoldino Marques e "reitera e ratifica às autoridades policiais responsáveis pela apuração deste crime hediondo o pedido de máximo empenho nas investigações", afirmando que a impunidade não pode ser tolerada.

No entanto, o TJMT afirma que "não vai permitir que sua instituição centenária seja maculada, nem pela violência atroz nem pela leviandade das suspeitas que hoje são levantadas sobre os membros desta Casa em declarações irresponsáveis propagadas à opinião pública por meio da imprensa".

IBDFAM discute direito de Família na OAB/PE

O Instituto Brasileiro de Direito de Família promove, amanhã, encontro sobre Direito de Família e Psicologia. A partir das 9h, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o juiz Humberto Vasconcelos Júnior, a psicóloga Helena Ribeiro Fernandes e o juiz Alexandre Assunção fazem palestra, abrindo debates sobre Violência Familiar, A Interface entre a Psicologia e o Direito e Conciliação na Família.

Os palestrantes vão falar sobre os programas implantados com apoio da psicologia jurídica pelo Judiciário pernambucano. Humberto Vasconcelos é juiz de Direito da Vara da Infância e da Adolescência, Helena Ribeiro é diretora do Centro Psicossocial do TJPE e o juiz Alexandre Assunção é da 1ª Vara de Família do Recife.

As inscrições são gratuitas e ainda podem ser feitas na OAB, rua do Imperador, 235. Informações pelo telefone 424.1012.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Christiane Alcântara, Roberta Tavares, Sérgio Marcos

Fotografia: Alexandre Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Praça da República, s/n, Santo Antônio - Recife-PE
Fone/fax (081) 419-3251 Fax 424.1863
e-mail: [illegible]

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 176 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 18 de setembro de 1999

Presidente do TJPE faz palestra no Rotary

"O Poder Judiciário e a Modernidade" foi o tema da palestra proferida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Etério Galvão. A palestra, realizada na última quarta-feira, foi promovida pelo Rotary Club de Boa Viagem, na sala de reuniões do Hotel Savaroni. "O objetivo desse encontro é promover uma experiência maior de reflexão sobre os novos rumos do Poder Judiciário no estado", justificou o desembargador Jones Figueiredo, presidente em exercício do Rotary Club.

O programa de modernização, que vem sendo posto em prática na atual gestão do TJPE, foi exposto em detalhes. O presidente falou do projeto Judiciário do Ano 2000, desde o Planejamento Estratégico, que contou com a participação de diversos setores sociais. "Ouvimos não somente os juízes, como diversas organizações da sociedade civil", enfatizou Etério Galvão, citando ainda uma pesquisa de opinião realizada no início de sua gestão.

A partir da pesquisa, segundo o presidente do TJPE, percebeu-se a necessidade de adotar medidas práticas visando tornar a Justiça pernambucana mais eficiente, ágil e democrática. Ele apontou a criação da Ouvidoria Judiciária, dos programas Agenda Livre, Conheça o Judiciário e do Justiça nas Ruas como as iniciativas que têm contribuído para uma maior aproximação da sociedade com o Judiciário.

"A Ouvidoria Judiciária é pioneira em todo território nacional. Ela tem atendido não só assuntos da competência do Judiciário, como também tem se prestado a orientar pessoas com problemas que competem às mais diversas esferas dos poderes públicos", disse Galvão. O presidente mostrou também que desde a criação do programa Agenda Livre, em abril do ano passado, já foram atendidas 1.651 pessoas, das quais 87% já tiveram seus problemas definitivamente resolvidos.

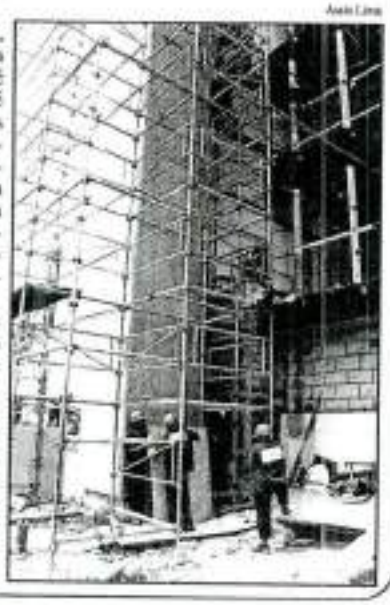
Marcos Costa

Etério Galvão mostrou as medidas adotadas pelo Judiciário para se aproximar da sociedade

Através do programa A Justiça nas Ruas, o TJPE, em parceria com cartórios de registro civil e órgãos do Governo estadual, já contemplou 1.942 pessoas de comunidades periféricas do Recife com a emissão de documentos. Nesta mesma linha, ele citou ainda o programa Viver Legal, em parceria com as Secretarias de Saúde do estado e do município e a Secretaria de Justiça vai garantir o registro de nascimento sem demora às crianças nascidas em maternidades públicas do Recife.

TJPE inaugura fórum em dezembro

Assis Lima



As obras do Fórum do Recife, em andamento na Ilha de Joana Bezerra, deverão ser concluídas até o dia 3 de dezembro. A previsão é feita pela própria Sergen - Serviços Gerais de Engenharia S/A - empresa responsável pela construção. Segundo a engenheira Cíntia EnKa, com 90% da infra-estrutura do prédio já concluídos, as instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e sistema anti-incêndio também já estão sendo adiantados.

Ainda de acordo com a engenheira, os serviços de revestimento interno e externo, à base de cerâmica, granito, mármore e pintura, também já estão bem encaminhados, com aproximadamente 55% dos trabalhos realizados. O sistema de ar condicionado, dos mais modernos e econômicos disponíveis no mercado, já está com aproximadamente metade das instalações adiantadas.

AGENDA

Casamento comunitário
O Tribunal de Justiça de Pernambuco casa 88 pessoas, nesta segunda-feira, 20. Desta vez, os noivos são da comunidade da Imbiribeira. O casamento será no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, na rua Fernandes Vieira. Antes da solenidade, os casais vão participar do Encontro com Noivos. A cerimônia será realizada pelo juiz da 1ª Vara de Família, Alexandre Assunção.

Mérito Capibaribe
O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebe no próximo dia 5 a Medalha do Mérito Capibaribe, que será entregue pelo prefeito da Cidade do Recife, Roberto Magalhães. O ministro Demócrito Ramos Reinaldo também vai ser homenageado. A solenidade será no Salão Nobre do Palácio da Justiça, às 17h.

Presidência: 419-3213

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Mylo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Christiane Alcântara, Roberto Tavares e Sérgio Maceu

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3291 Fax: 424-1163
e-mail: xxxx@xx.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 177 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 21 de setembro de 1999

Conselho dispensa juízes que comparecerem ao Congresso de Magistrados

Os magistrados pernambucanos inscritos no XVI Congresso Brasileiro serão dispensados de suas atividades judiciais. A decisão unânime é do Conselho da Magistratura, em atendimento à proposta do desembargador-presidente Etério Galvão. O Congresso se realiza na cidade gaúcha de Gramado, de 27 a 30. O Conselho decidiu também que as audiências já marcadas para esse período serão remanejadas. Os magistrados devem comprovar que participaram do Congresso.

"Justiça, Ética e Democracia - Judiciário Independente, Garantia do Cidadão" é o tema de abertura do XVI Congresso Brasileiro de Magistrados. A palestra tem coordenação do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, e participação do ex-presidente José Sarney, do escritor Leonardo Boff e do ex-presidente da Costa Rica, Oscar Arias Sanches, prêmio Nobel da Paz, como painelistas.

A independência do Judiciário estará em debate no tema de abertura, quando também serão discutidas ética e democracia

Proteção Internacional de Direitos Fundamentais, Reformas Constitucionais, Limites do Poder Constituinte Derivado, A Reforma do Judiciário, Poder Econômico e Poder Estatal são alguns dos temas também pro-gramados. Também participam do encontro o ministro do STJ, Paulo Galloti; o procurador de Justiça de São Paulo, Hermann Benjamim; o economista Luiz Gonzaga Belluzo e o senador Roberto Freire, do PPS/PE.

O Congresso é uma promoção da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul. Inscrições e informações pelo telefone (51) 226.8600, pelo fax (51) 211.3631 e pelo e-mail officemk@zaz.com.br

Assis Lima

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, apresentou o projeto de dispensa dos magistrados

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n, Sto Antonio - Recife-PE. Fone/fax(081) 419.3251 Fax 424.1163 e-mail: ascom@tjpe.gov.br

ABMP programa 18º Congresso da Infância e Juventude

A Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude promoverá, no período de 14 a 17 de novembro, o 18º Congresso. Serão temas centrais o Direito à Educação, Convenção de Haia e Execução das Medidas Sócio-Educativas. O congresso será realizado em Gramado, no Rio Grande do Sul, reunindo não apenas magistrados, promotores e advogados, mas estudiosos, técnicos e acadêmicos das diversas áreas interprofissionais do sistema de garantias jurídicas da infância e da juventude.

Os participantes poderão inscrever trabalhos de qualquer natureza para debate e divulgação. As teses sobre assuntos relacionados à defesa ou promoção dos direitos e interesses da criança e do adolescente devem ter cinco páginas no máximo, título, enunciado e a respectiva fundamentação. Devem ser enviadas até o dia 22 de outubro pelo e-mail ***congresso@abmp.org.br*** ou texto impresso e gravado em disquete na linguagem Word.

O Congresso promoverá uma Feira de Idéias, oportunidade para participantes ou instituições mostrarem o que está sendo feito para melhorar a efetivação dos direitos das crianças. Durante a Feira, haverá exposição mural de fotos, cartazes ou outras formas de comunicação visual; tribuna livre com palestras no auditório principal; painéis temáticos, apresentação de projetos, idéias ou experiências com adoção, educação, liberdade assistida; e exposição de vídeos, podendo surgir comentários e debates.

Informações pelo www.abmp.org.br

Direito de Família em discussão na OAB

Desintegração da família, preconceitos, álcool, drogas e conflito de autoridade são algumas das causas da violência familiar. A análise é do juiz Humberto Vasconcelos, da 1ª Vara da Infância e da Adolescência, durante palestra-aula sábado na OAB/PE. Também o juiz da 1ª Vara de Família, Alexandre Assunção, e a psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, chefe do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça, participaram da iniciativa que faz parte do curso de Direito de Família para advogados, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), presidido pelo advogado Eduardo Sertório.

Na ocasião, foi discutida a atuação do psicólogo nas áreas jurídica e afins. No Estado, são 86 profissionais, 15 dos quais trabalham no Poder Judiciário emitindo pareceres referentes a questões familiares, infância e adolescência e saúde junto a 14 assistentes sociais.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 178 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 22 de setembro de 1999

Justiça nas Ruas

Programa vai às ruas de Paulista

A Justiça chega às ruas de Paulista neste sábado. Certidão de nascimento, título de eleitor, antecedentes criminais, carteira de trabalho e de identidade, além da entrada na documentação para casamento civil serão os serviços prestados gratuitamente pelo projeto A Justiça nas Ruas. O caminhão ficará na frente da Escola Municipal Agamenon Magalhães, das 9 às 17 horas.

Segundo os dados da Coordenadoria Geral dos Juizados, órgão que dá apoio à iniciativa, desta vez, a expectativa é chegar ao atendimento do usuário de número dois mil. Até agora, o Justiça nas Ruas atendeu 1.976 pessoas. Iniciado em março deste ano, o projeto já percorreu as comunidades do Coque, Santo Amaro, Nova Descoberta e Imbiribeira. De acordo com a Ouvidoria Judiciária, responsável pelo projeto, o objetivo é garantir cidadania às comunidades mais pobres.

Entre os documentos mais requisitados, estão carteira de identidade e título de eleitor. Nas quatro comunidades, foram emitidas 655 identidades e 428 títulos. Os noivos também têm buscado os serviços do projeto para dar entrada na documentação para casamento.

Para o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, o Justiça nas Ruas é uma das iniciativas da sua gestão que tem aproximado o Poder Judiciário da sociedade.

O caminhão ficará estacionado em frente à Escola Agamenon Magalhães

Casamentos habilitados em agosto já foram oficializados

O Poder Judiciário pernambucano realizou, segunda-feira, mais 44 casamentos comunitários. Os moradores do bairro da Imbiribeira, que participaram do projeto A Justiça nas Ruas, em agosto, para se habilitarem para casar, tiveram sua cerimônia civil realizada no auditório Oscar Pereira, no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, na rua Fernandes Vieira. Antes da cerimônia, que foi realizada pelo juiz da 1ª Vara da Família, Alexandre Assunção, os casais participaram do Encontro com Noivos, realizado pelas assistentes sociais e psicólogas do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, onde eles receberam orientação sobre as implicações jurídicas e emocionais que envolvem o casamento.

Já soma 338 o total de matrimônios oficializados no roteiro do Justiça nas Ruas

Os noivos que se inscrevem para os casamentos comunitários, realizados por meio do Justiça nas Ruas, não arcam com nenhuma despesa que normalmente é cobrada pelos cartórios para a cerimônia civil. O TJPE já havia casado 250 pessoas, entre moradores do Coque, Santo Amaro e Nova Descoberta. Agora, com a comunidade da Imbiribeira, esse número sobe para 338.

Os 44 casais da imbiribeira encaminharam os papéis para casamento através do programa Justiça nas Ruas, realizado naquele bairro em agosto

Desembargadores pernambucanos auxiliam reforma do Código Civil

Os desembargadores Jones Figueiredo e Macedo Malta estão hoje em Brasília-DF. Eles foram convidados pelo deputado federal João Castelo (PSDB-MA) e presidente da Comissão Especial de Reforma do Código Civil para fazerem uma exposição no plenário da Câmara dos Deputados. O relator da comissão é o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Malta é um dos que fará exposição no plenário da Câmara dos Deputados Federais

Os desembargadores devem analisar as 366 emendas à reforma do Código Civil, apresentadas pelo Senado Federal. Entre as pessoas que já foram chamadas a dar sua contribuição na Câmara dos Deputados a respeito do assunto, está o jurista Miguel Reale, supervisor da comissão que apresentou o anteprojeto de 1975, e o ministro Moreira Alves, responsável pela parte geral do Código Civil.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Cleidiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anaí Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Sérgio Marcos

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: ...@tjpe.gov.br

UFPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 179 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 23 de setembro de 1999

Bureau de Conciliação atinge índice de 40%

Christianne Alcântara

Um levantamento dos três primeiros dias de funcionamento do Bureau de Conciliação, implantado em Jaboatão dos Guararapes pelo Poder Judiciário, em parceria com a Prefeitura Municipal e o Ministério Público, já oferece um panorama dos resultados que podem ser alcançados com a iniciativa.

A juíza Nalva Cristina (centro) conduz o Bureau de Conciliação instalado em Jaboatão dos Guararapes

O Bureau, que começou a atender na semana passada, é um trabalho voluntário dos juízes da Comarca de Jaboatão que selecionaram cerca de mil processos acumulados nas duas Varas da Assistência Judiciária. A maioria é referente a divórcios, alimentos, e investigação de paternidade. O Bureau funciona das terças às quintas-feiras, das 8 às 12 horas.

A diretora do Fórum de Jaboatão, juíza Nalva Cristina, afirma que o objetivo é acelerar o julgamento dos processos e atender a população mais carente que recorre às Varas. De acordo com as estatísticas, os magistrados têm chegado a uma média de 25 sentenças por dia, alcançando um índice de conciliação que gira em torno de 40% dos processos designados.

"As partes que vêm ao Fórum chegam a um acordo. A nossa maior dificuldade, porém, é com as intimações", explica a diretora. Segundo ela, apesar da Prefeitura ter colocado funcionários à disposição para realizarem o trabalho de oficiais de Justiça, o número ainda é insuficiente. Além disso, eles têm tido problemas em localizar as partes para que compareçam às audiências. Nalva Cristina afirma ainda que uma das medidas que vêm sendo tomadas para contornar o problema é a divulgação do Bureau de Conciliação, por meio de carro de som. Outra alternativa é o envio de um pedido de comparecimento ao Fórum através de uma das partes.

A avaliação dos juízes é de que o projeto já demonstra bons resultados. A idéia é, inclusive, expandi-lo para as duas Varas da Fazenda Municipal, que contam com um acervo de seis mil feitos. O juiz Humberto Inojosa, um dos voluntários, ressalta que o Bureau é válido, não apenas pelos resultados que vem apresentando, mas também porque mostra a mudança da mentalidade da magistratura e dos servidores públicos (ver box), que têm trabalhado, durante os dias do Bureau, dois expedientes, sem qualquer vantagem financeira. "A nossa tentativa é de prestar um serviço de qualidade à população, agilizar o andamento dos processos e desafogar as Varas", afirma Humberto Inojosa.

Os promotores do Ministério Público e os funcionários da Prefeitura também são voluntários, segundo informação da juíza Nalva Cristina. "A Justiça tem buscado alternativas que garantam uma maior agilidade na prestação dos serviços à sociedade, e o Bureau é um bom exemplo dessa tentativa", completa a diretora do Fórum e coordenadora do projeto.

Confira os nomes dos voluntários

Magistrados

Adriano Oliveira	Margarida Fonseca
Alfredo Bertoni	Nalva Cristina
Fernanda Moura	Paulo Machado
Francisco Julião	Paulo Onofre
Humberto Inojosa	Sebastião Siqueira
Katia Veloso	Sérgio Oliveira
Laís Monteiro	

Servidores

Gilberto Valença	Lúcio Almeida
Julieta Pereira	Marcia Resende
Lenilda Cavalcanti	Mª do Carmo Veloso
Lenira de Aguiar	Mª José Barbosa

As partes que comparecem ao Fórum têm chegado a uma solução para seus conflitos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gurgel

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anaís Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone:(081) 419-3251 Fax 424.1163

e-mail: ascom@tj.pe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 180 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 24 de setembro de 1999

Fórum do Recife terá painéis de Brennand

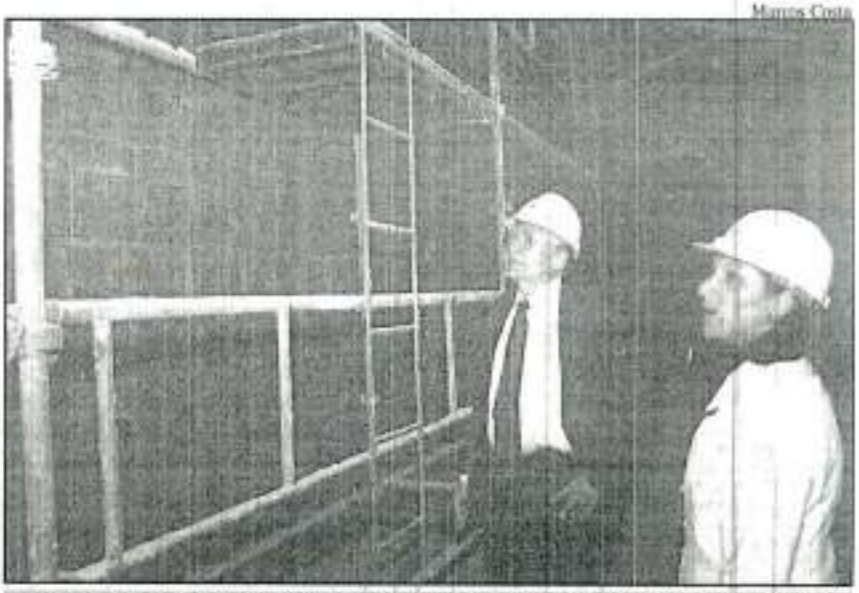
Cerca de cinco mil pedras, cada uma em tamanhos e formatos diferentes, compõem os dois painéis do artista Francisco Brennand, que já estão sendo montados no Salão dos Passos Perdidos, primeiro pavimento do novo Fórum do Recife, na Ilha de Joana Bezerra. O conjunto das pedras forma ícones à semelhança de inscrições rupestres e tem, como figura mais evidente, um círculo em cada painel.

A obra, mais um mural do que propriamente uma pintura, é toda em cerâmica. A queima do material a altas temperaturas permitiu que se obtivesse um efeito muito próximo ao do granito usado no revestimento do prédio. Os painéis são montados da mesma forma como se aplica cerâmica à parede. As peças, ao entanto, todas em alto relevo, são numeradas para garantir sua colocação sem erro.

De acordo com o arquiteto pernambucano Paulo Raposo, autor do projeto arquitetônico do Fórum que já previa a existência do painel, embora não fuja ao estilo do autor, a obra é inovadora e difere de tudo quanto já foi feito por Brennand até hoje.

O trabalho foi feito em quatro meses. Com cerca de 250m², cada painel, serão necessários pelo menos 45 dias para sua montagem e aplicação no Fórum do Recife. O engenheiro Jaziel Mendes, responsável pela fiscalização da obra na Ilha de Joana Bezerra, informa que as peças são como um quebra-cabeça que ocuparão parte das paredes esquerda e direita do salão principal do Fórum.

Marcos Costa



O desembargador Etério Galvão e a secretária de Administração, Olga Cruz, em visita às obras do Fórum, observam a montagem dos painéis de Brennand

Paulista recebe Justiça nas Ruas

Mais uma vez, o Poder Judiciário vai prestar serviços de emissão de documentos nas comunidades. Agora é na Região Metropolitana, no município de Paulista, em Sítio do Fragoso. O caminhão e a equipe do projeto A Justiça nas Ruas estarão amanhã em frente à Escola Municipal Agamenon Magalhães, das 9 às 17 horas. O projeto da Ouvidoria Judiciária conta com o apoio da Assessoria de Comunicação Social e da Coordenação dos Juizados.

O objetivo é garantir que a população tenha acesso a certidões de casamento, títulos de eleitor, antecedentes criminais, carteiras de trabalho e de identidade. Os moradores podem ainda dar entrada na documentação para casamento civil. A assistência prestada é gratuita e tem parceria com a Secretaria de Segurança Pública, Tribunal Regional Eleitoral e Ministério do Trabalho.

Segundo um dos líderes comunitários, Paulo Arcanjo, a população de Sítio do Fragoso é de cerca de três mil moradores. "Nós fizemos o levantamento das maiores necessidades da comunidade com quase 400 pessoas e a expectativa é de que a procura pelos serviços prestados seja grande", afirma Paulo Arcanjo.

De acordo com as estatísticas de outras comunidades visitadas pelo Justiça nas Ruas, os documentos mais solicitados são carteiras de identidade e títulos de eleitor. Os dados do projeto mostram também uma crescente procura pela habilitação de casamentos civis.

Medalha do Mérito Capibaribe homenageia Judiciário

A solenidade de entrega da Medalha do Mérito Capibaribe ao desembargador Etério Galvão e ao ministro Demócrito Ramos Reinaldo será realizada no dia 5, no Salão Nobre do Palácio da Justiça e não na Prefeitura do Recife, que concedeu a honraria. A decisão é do prefeito Roberto Magalhães que, dessa forma, homenageia não apenas aos dois integrantes do Judiciário, mas à Justiça como um todo, segundo informações do Cerimonial da PCR. A entrega da Medalha está marcada para as 17h.

A Ordem do Mérito Capibaribe é a mais alta condecoração da cidade do Recife. Foi criada pela Lei 14.743/85 e regulamentada pelo decreto 13.318/85, pelo então prefeito Joaquim Francisco, para homenagear personalidades nacionais e estrangeiras que prestam relevantes serviços à capital pernambucana. Leva o nome do rio que corta a cidade porque, segundo o regulamento, "nada é mais recifense que o Capibaribe".

A Medalha foi criada para homenagear personalidades que prestam serviços à capital pernambucana

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e o ministro aposentado do STJ, Demócrito Reinaldo, ex-integrante do TJ, serão agraciados com o grau Grã Cruz.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gaiesc

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone/fax: 0xx81 419-3251 Fax 424-3163

e-mail: asc@tj.pe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 181 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 25 de setembro de 199

Judiciário amplia Encontro com Noivos

Marcos Costa

Uma reunião entre o juiz da 1ª Vara de Família, Alexandre Assunção, a psicóloga do Centro de Apoio Psicossocial, Helena Ribeiro Fernandes, e os donos de cartórios de registro civil da Capital, foi realizada, quinta-feira, no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, na rua Fernandes Vieira. O objetivo foi informar os cartórios, que agora vão passar a realizar casamentos, sobre o Encontro com Noivos.

Com a extinção das quatro Varas privativas de casamento, os 15 cartórios de registro civil existentes no Recife começam a habilitar os noivos que desejam se casar. Com a mudança, ficou mais fácil e barato para população, segundo observa o juiz corregedor do extrajudicial, Alexandre Aguino. Agora, um dos noivos se dirige ao cartório mais próximo da sua residência e dá entrada na documentação. "Ficou 10% mais barato, já que não é mais necessária a distribuição, como acontecia anteriormente", explica.

O Encontro com Noivos também sofreu algumas modificações, de acordo com a psicóloga Helena Ribeiro. Antes, era obrigatório e realizado uma vez por semana, imediatamente antes da celebração da cerimônia civil. "Depois de mais de um ano do início do projeto, percebemos a necessidade de alterar alguns aspectos", afirmou a psicóloga. A participação dos noivos passa a ser voluntária. Os interessados podem se dirigir ao Auditório Oscar Pereira, no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, toda terça e quarta-feira, das 13 às 15 horas.

Outra mudança é a realização do encontro com antecedência. "Isso vai dar tempo para que os casais reflitam e façam suas opções de forma consciente", ressaltou a psicóloga. Por sua vez, o juiz da 1ª Vara de Família, Alexandre Assunção, explicou aos representantes dos cartórios que o Encontro com Noivos busca orientar os casais sobre os aspectos emocionais e legais do matrimônio, com a participação das assistentes sociais e psicólogas do Centro de Apoio Psicossocial e dos magistrados.

O projeto, que vinha sendo realizado apenas na 1a Vara de Família, será expandido para mais duas Varas. A divulgação do encontro será feita nos próprios cartórios. Quando os casais procurarem as serventias com a finalidade de se unirem legalmente, devem receber um panfleto que explica o que é o projeto. Dos 15 cartórios da Capital, 11 foram representados durante a reunião. Os demais serão novamente contatados.

O projeto foi apresentado aos donos dos cartórios durante reunião com o juiz Alexandre Assunção e a psicóloga Helena Ribeiro Fernandes

Marcos Costa

Os noivos podem procurar um dos 15 cartórios de registro civil da Capital

AGENDA

Gramado - A cidade gaúcha recebe, de 27 a 30, magistrados de todo o País. Eles participam do XVI Encontro Brasileiro de Magistrados, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros.

Washington - Cinco magistrados seguem, dia 2, para os Estados Unidos. Eles vão conhecer o Judiciário de Washington e Baltimore. O programa é semelhante ao que foi realizado na Geórgia.

Capibaribe - A Prefeitura do Recife homenageia o Judiciário. No dia 5, a partir das 17h, o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, e o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, Demócrito Ramos Reinaldo, recebem a medalha do mérito Capibaribe, que será entregue no Salão Nobre pelo prefeito Roberto Magalhães. É a maior comenda concedida pelo Executivo Municipal.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Nicó

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gaspar

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anon Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone: (081) 419-3251 **Fax:** 424-1163

e-mail: asimp@pe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 182 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 28 de setembro de 1999

Congresso de Magistrados discute reforma judiciária

O relatório da deputada federal Zulaiê Cobra, que acolhe cerca de 80% das propostas de reforma do Poder Judiciário apresentadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros e Ordem dos Advogados do Brasil, vai ser tema de debates durante o XVI Congresso Nacional de Magistrados, que se realiza até o dia 30, em Gramado-RS.
Algumas foram pioneiramente defendidas por Pernambuco, como a eleição direta e secreta para presidentes de tribunais estaduais, dando aos juízes vitalícios o direito a voto. O assunto entrou em pauta no congresso de magistrados realizado no Recife, há dois anos, ganhando adesões em todo o País.
Segundo o assessor especial da Presidência do TJPE, juiz Ruy Patu Júnior, a importância da proposta está em "democratizar os tribunais, fazendo com que seus dirigentes tenham compromissos para com toda a magistratura, inclusive a de primeiro grau". Para o juiz, a eleição direta fará com que as propostas de gestão sejam concretizadas pelos que ocuparem o cargo de presidente.
O relatório da deputada está na homepage da Associação dos Magistrados de Pernambuco delio@elogica.com.br . O objetivo, segundo Ruy Patu, é divulgar as propostas e permitir discussão mais aprofundada e apresentação de sugestões. O juiz é o único pernambucano a integrar a comissão criada pela Associação dos Magistrados Brasileiros para acompanhar o processo de reforma do Judiciário.

Marcos Costa/Arquivo

Ruy Patu faz parte da comissão que acompanha o processo de reforma do Judiciário

Pernambuco é também autor da proposta de criação de serviços de conciliação, mediação e arbitragem para solucionar litígios especialmente trabalhistas. Os birôs, disse Ruy Patu, funcionarão como pré-requisito, buscando a resolução prévia e amigável dos conflitos.
Pelo relatório de Zulaiê Cobra, que reformula inteiramente o relatório anterior do deputado Aloysio Nunes, o juiz Ruy Patu prevê o fim do nepotismo já que parentes de até terceiro grau ficam proibidos de ocupar cargos em comissão em todos os Poderes.
O assessor da Presidência do TJPE e integrante da comissão da AMB, juiz Ruy Patu, concorda também com a proposta de que o Judiciário venha a funcionar ininterruptamente, sendo vedadas as férias coletivas e o recesso. Nos dias em que não houver expediente forense, os juízes estarão em plantão permanente.

Colégio Recursal Cível tem novo regimento interno

A Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco já deu parecer favorável ao projeto de resolução que dispõe sobre o Regimento Interno do I Colégio Recursal Cível, órgão integrante da estrutura dos Juizados Especiais. O próximo passo agora é o projeto ser encaminhado à Corte Especial para aprovação.
Segundo o juiz e integrante do Colégio Recursal, Fábio Eugênio, o novo regimento se justifica pelo fato do Colégio não dispor de um instrumento diretor das suas atividades.
Caso seja aprovado, o projeto de resolução vai traçar diretrizes acerca da organização, composição, funcionamento, competência e ainda do processamento e julgamento dos feitos atribuídos, pela legislação federal, aos Colégios Recursais.
Atualmente, o I Colégio Recursal recebe em torno de 120 processos por mês. Com a proposta, o Colégio será composto por 15 juízes da 3ª Entrância, divididos em turmas, convocados pelo Tribunal de Justiça para um mandato improrrogável de dois anos.

O objetivo do regimento é atender a demanda do Colégio Recursal, que recebe 120 processos por mês

Outro aspecto é a presidência do Colégio, que será indicada pelo chefe do Poder Judiciário a um membro titular. Ainda para cada titular, haverá um suplente para assumir as funções em caso de impedimento, suspeição, ausência ocasional ou afastamento.
Já as turmas serão divididas em número de cinco, devendo se reunir em sessões ordinárias semanais.
De acordo com Fábio Eugênio, o antigo regimento, que é de 1990, já não atendia as demandas do Colégio, que passou a ter uma função importante com a procura da população pelos serviços dos Juizados.
"Com o projeto, esperamos disciplinar vários aspectos técnicos do funcionamento do I Colégio Recursal", explicou o juiz Fábio Eugênio.
Ele afirmou ainda que este regimento se aplica aos demais Colégios Recursais do Estado. Ao todo, são quatro em Pernambuco. O primeiro é o da Capital; o segundo funciona em Caruaru; o terceiro, em Petrolina, e o quarto em Garanhuns.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fabio Guedes

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Mota

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gaiesa

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax: 419-3281 Fax: 424-1643
e-mail: asis@tjpe.gov.br

OK

UPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 183 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 29 de setembro de 199

Justiça nas Ruas atende 389 pessoas

A Ouvidoria Judiciária pretende levar o programa a todas as comunidades que solicitarem, desde que o local disponha de estacionamento para o caminhão

A comunidade de Sítio do Fragoso, em Paulista, recebeu sábado o programa A Justiça nas Ruas. Das 9 às 18h, equipes do Tribunal de Justiça, Fórum da Comarca, Secretaria de Segurança Pública, Tribunal Regional Eleitoral, Miaistério do Trabalho e Cartório de Registro Civil de Paulista emitiram gratuitamente cerca de 400 documentos aos moradores da comunidade. Criado no início do ano pela Ouvidoria Judiciária, o programa distribuiu desta vez 185 carteiras de identidade, 66 profissionais, 46 títulos de eleitor, 35 habilitações para casamento, 30 certidões de nascimento e 27 antecedentes criminais.

A Ouvidoria Judiciária continua recebendo pedidos para a realização do Justiça nas Ruas em diversas localidades da Região Metropolitana. Segundo o ouvidor, desembargador Og Marques Fernandes, as solicitações serão "rigorosamente atendidas por ordem de recebimento de ofício", desde que o local disponha de condições para estacionamento do caminhão e de atendimento a grande número de pessoas. A Ouvidoria está avaliando alguns locais, devendo garantir, possivelmente ainda em outubro, a emissão gratuita de documentos à população de comunidades carentes.

O projeto A Justiça nas Ruas, tem o apoio da Assessoria de Comunicação Social e da Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais. Como das outras vezes, a identidade continua despertando o maior interesse, sendo o documento mais solicitado.

A emissão gratuita de documentos de identidade, carteira de trabalho e título de eleitor foram os serviços mais procurados

Reforma muda Código Civil

O novo Código Civil, que vem sendo elaborado pelo Congresso Nacional, prevê muitas mudanças, principalmente no que se refere ao direito de família. A observação é do desembargador Jones Figueirêdo.

Ele e o também desembargador Macedo Malta estiveram, na semana passada, na Câmara de Deputados, em Brasília, para expor sobre o projeto de reforma do Código Civil. Os desembargadores entregaram ao deputado federal João Castelo (PSDB-MA), presidente da Comissão Especial de Reforma do Código Civil, e ao relator, Ricardo Fiúza (PFL-PE), documento com análise das 336 emendas apresentadas pelo Senado Federal, apontando a necessidade de readequação do código em virtude de alterações introduzidas com a Constituição Federal de 1988.

Desembargadores do TJPE dão sugestões para o Código civil

A explanação realizada no plenário da Câmara contou com a presença de dezenas de parlamentares interessados em conhecer os argumentos apresentados pelo Judiciário de Pernambuco. Na ocasião, os deputados informaram aos magistrados que até o fim de outubro serão concluídos relatórios parciais sobre a matéria e até 04 de novembro o relatório final estará pronto.

Livros de Jackson Borges estão nas livrarias do Recife

Dois novos livros jurídicos já se encontram nas livrarias especializadas do Recife: "A Responsabilidade Civil do Estado por Danos Causados aos Agentes Econômicos" e "Limitações Internacionais à Aplicação de Normas Tributárias Nacionais". Ambos, do juiz Jackson Borges de Araújo, da 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual, são monografias apresentadas pelo autor nas disciplinas de Direito Econômico e Tributário do mestrado em Direito, recomendadas à publicação.

Os livros oferecem uma reflexão sobre os temas. O primeiro, segundo Jackson Borges, procura traçar os limites da ação do Estado sobre o domínio econômico e fixar o grau de responsabilidade pelos prejuízos que causam aos agentes econômicos. O segundo, conforme prefácio do professor José Souto Maior Borges, constitui-se da maior atualidade, sobretudo a partir dos fenômenos tão modernos quanto irreversíveis da globalização. O trabalho está aberto a críticas e sugestões.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fabio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Macedo

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: asimf@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 184 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 30 de setembro de 1999

Fórum do Recife está em fase final

A previsão é de que, já na próxima semana, seja desmontado o canteiro de obras para que os operários possam trabalhar mais livremente na parte externa da obra.

Sérgio Marcos

O novo Fórum do Recife, cuja inauguração está prevista para o dia 3 de dezembro, já se encontra em fase de acabamento. Desde a semana passada, foram iniciados os trabalhos de revestimento da parte externa com pele de vidro, que consiste em uma cortina de vidro temperado e espelhado com espessura de 10 milímetros. O material será aplicado nas paredes laterais e posteriores do edifício, em quase toda sua extensão horizontal e vertical, com exceção das colunas, que já se encontram praticamente cobertas por granito, como previsto no projeto arquitetônico.

Também já foram iniciados os trabalhos de cobertura da torre de ferro do pátio central. Contando com três pavimentos, a torre comportará o funcionamento, no térreo, de um almoxarifado; uma biblioteca no primeiro andar e, no segundo, um auditório com capacidade para 250 pessoas sentadas.

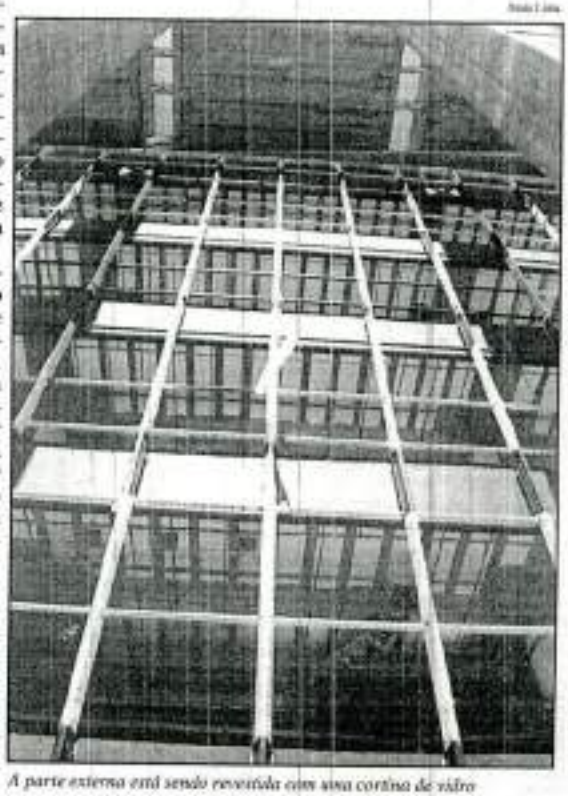
Todas as salas dos seis pavimentos que compõem o edifício em construção estão com os trabalhos de acabamento em curso. Forros no teto, granito no piso, cerâmicas e mármores nas paredes são alguns dos serviços que estão sendo efetuados simultaneamente.

> A área de estacionamento do novo fórum vai comportar um total de 650 veículos

Na maioria dos ambientes, o piso é dividido em duas partes: uma revestida em granito e outra coberta por placas metálicas forradas com paviflex, também chamado de piso elevado, por onde passam as tubulações interligando todo o sistema de informática, além da rede elétrica e linhas telefônicas.

Diante do ritmo em que estão caminhando os trabalhos, a previsão, segundo a diretora de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Rogéria Magalhães, é de que na próxima semana já seja desmontado o canteiro de obras em que funcionam as instalações provisórias da equipe de fiscalização e escritório da empresa responsável pela construção. "Essas instalações serão removidas para permitir o gerenciamento da parte externa, que dará lugar ao estacionamento e onde serão levantadas as grades e portões de acesso", informou a diretora.

A área de estacionamento do novo Fórum do Recife terá capacidade para 650 veículos. Com a mudança das varas para o novo prédio, o Poder Judiciário espera também desafogar o trânsito no centro da cidade, onde atualmente funcionam os Fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino, além do próprio Palácio da Justiça, onde vão permanecer os desembargadores e parte do pessoal administrativo do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



A parte externa está sendo revestida com uma cortina de vidro

O edifício, na Ilha de Joana Bezerra, será inaugurado já em dezembro

Conheça as dependências e acessos ao novo Fórum

Você vai encontrar:

* 80 varas;
* 02 salões do Júri;
* auditório;
* biblioteca;
* correios;
* banco;
* restaurante.

Acessos ao prédio:

* Complexo Viário de Joana Bezerra;
* Metrô do Recife.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Túlio Cavalcanti

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social: Márcia Gaines

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Aldo Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424-1163

e-mail: asimp@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cepe

Diretoria de Engenharia: 224-3022

OK
TJPE BIBLIOTECA

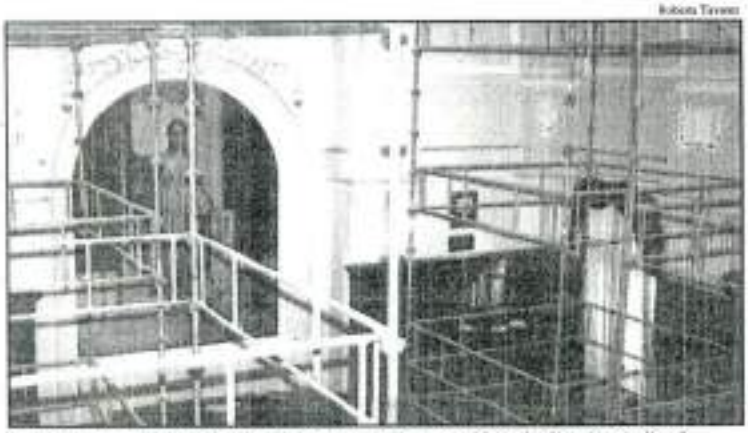
Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 185 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 1º de outubro de 1999

Tribunal conclui reforma do Pleno

Depois de um mês utilizando, provisoriamente, a sala das sessões cíveis, os desembargadores voltam, em novembro, a se reunir na Sala do Pleno, primeiro andar do Palácio da Justiça. A reforma do local deve ser concluída ainda na primeira quinzena do mês, segundo previsão do diretor-adjunto de Infra-Estrutura, Wellington Pedrosa.
A colocação de filtragem especial no sistema de refrigeração atende a novas regras do Ministério da Justiça, permitindo a circulação de um ar mais puro.
Com dois novos equipamentos foi também ampliada a capacidade de climatização da sala. A colocação de exaustores supre deficiência antiga de ar refrigerado nas arquibancadas.
O projeto é do arquiteto Francisco Duntas, autor também do projeto de climatização do Fórum do Recife. A diretoria de Infra-Estrutura aproveitou o período de fechamento para pintar o teto e recuperar o piso e as luminárias. Segundo Wellington Pedrosa, as tradicionais lâmpadas incandescentes foram trocadas por lâmpadas especiais que oferecem 20% a mais em durabilidade e consumo inferior a 30% em relação às outras.

Roberta Tavares



A reforma, que também incluí pintura do teto, amplia a capacidade de climatização da sala

TJ faz convênio de lazer para servidor

Convênio da Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça com o Veneza Water Park beneficia servidores, mesmo os que não são inscritos no peó-lazer. O parque aquático de Maria Farinha está dando 10% de abatimento nos ingressos com pagamento em cheque para 30 e 60 dias, de acordo com o prazo da visita. O consumo não está incluído.
O acordo já está em vigor e os interessados devem se dirigir ao setor de benefícios da DRH, na sobreloja do Fórum Paula Batista. O atendimento é feito às segundas, quartas e sextas, a partir do meio-dia, e às terças e quintas das 14 às 18h. É preciso observar, no entanto, uma antecedência de pelo menos cinco dias em relação ao passeio programado. Os ingressos têm preços diferenciados para adultos e idosos e são, ainda, oferecidos pacotes promocionais para família com dois a quatro filhos.

Aemepe antecipa comemorações da criança

Marcos Costa

A distribuição dos presentes foi feita com antecipação

O dia das crianças teve comemoração antecipada para os filhos de funcionários de empresas que prestam serviço ao Tribunal de Justiça. Desde a última quinta-feira, a Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Aemepe) está fazendo a entrega de presentes com artigos infantis aos funcionários daquelas empresas prestadoras de serviço com lotação em setores do Judiciário.
Segundo a presidente da Aemepe, Valéria Freitas, foram adquiridos 500 presentes para serem distribuídos exclusivamente com os funcionários que têm filhos e que sejam lotados no Palácio da Justiça e Comarca da Capital, bem como em Fóruns e Juizados Especiais da Região Metropolitana. "Estamos nos antecipando à data exata em que se comemora o dia das crianças, mas os pais podem guardar os presentes até lá, se não quiserem estragar a surpresa", observou a presidente da Associação.
Ainda segundo Valéria Freitas, os presentes só são distribuídos entre funcionários cadastrados. O cadastramento prévio garante informação sobre a quantidade de filhos e nível salarial dos funcionários.

Utilidade pública

No ano que vem, a Aemepe completa o 20º aniversário de sua fundação. Apesar disso, somente em 1998 conseguiu sua classificação como entidade de utilidade pública. "A partir daí, nosso trabalho se ampliou. Conseguimos um convênio com o TJ, e isso nos tem permitido assistir melhor o nosso público alvo, que são aqueles prestadores de serviço com salários médios de R$ 150,00", informou Valéria Freitas. A distribuição mensal de cestas básicas e de óculos de grau são alguns dos benefícios que a Associação tem oferecido regularmente.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christianne Alcântara

Redação:
Rua da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/(081) 419-3251 Fax 424.1165
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 186 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 2 de outubro de 1999

Magistrados pernambucanos lançam manifesto em Gramado

*O vice-presidente da Amepe, **Mozart Valadares**, foi um dos que elaboraram o manifesto*

Os magistrados da Justiça Estadual pernambucana, presentes ao XVI Congresso Brasileiro dos Magistrados, que ocorreu em Gramado (RS), lançaram manifesto - distribuído por todo o país - no qual afirmam que "o juiz, como modelo de justiça e de liderança político-jurídica na sua comunidade, não tem direito ao desespero nem de ser o primeiro a fechar as portas da Justiça".

No documento - que se encontra disponível na Internet (www.amb.gov.br/novidades) os juízes lembram ainda que "confundindo-se com o Estado, pois dele é parte indissociável, ao juiz são dadas prerrogativas, garantias, mas em contrapartida, exige-se-lhe uma postura política de medir a dimensão, a oportunidade e as conseqüências de seus atos". E seguem destacando que "não é a participação em assembléias que transmuda o juiz em empregado de si mesmo. A sociedade e ele próprio são os únicos a sofrerem os efeitos provenientes da sua ação, ou omissão".

Os magistrados vinculados à Justiça Estadual Pernambucana afirmam, ainda, que o dispositivo constitucional que prevê a fixação de um teto único para limitar a remuneração, não só de magistrados, mas também de todos os servidores civis e militares do Brasil, tem revelante função social e moralizadora na administração pública do país. "O Judiciário tem que lutar, incondicionalmente, sem tréguas, contra qualquer ato atentador de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, sem a qual permanecerá de pés e mãos atadas, imobilizado e esperando, como um réu indefeso, que o Poder Executivo tenha a sensibilidade de redirecionar recursos que desperdiça com obras eleitoreiras e propaganda enganosa".

Os representantes do Judiciário pernambucano encerram o manifesto defendendo o Supremo Tribunal Federal: "É preciso dar um voto de confiança ao presidente do STF na condução desse processo", completaram referindo-se às negociações sobre a fixação de teto salarial para a categoria.

Juízes concluem processo de vitaliciamento

A Corte vai avaliar os relatórios da Corregedoria

Foi concluído o processo de vitaliciamento de 27 juízes. Aprovados no último concurso público, eles passaram o período em estágio probatório. Os processos com relatório de atuação de cada um, já enviados ao Conselho da Magistratura para apreciação prévia, serão julgados pela Corte Especial.

O prazo vai até 15 de dezembro, data em que se completam os dois anos de nomeação do grupo. A Corte vai avaliar os relatórios e verificar se os juízes estão em condições de adquirir a garantia constitucional da vitaliciedade. O resultado pode ser satisfatório ou não, tudo depende da atuação profissional e intelectual de cada um durante o estágio.

Segundo o juiz Eudes França, supervisor do processo de vitaliciamento, a Corte pode se decidir pelo sobrestamento do processo, se houver ainda alguma exigência a ser cumprida. Pode também exonerar o juiz que tenha demonstrado inadaptação ao cargo ou decidir-se pela demissão em caso de processo disciplinar.

Durante o estágio, os 27 juízes foram avaliados trimestralmente pela Corregedoria Geral da Justiça. Foram observados itens de produtividade, assiduidade, conteúdo das sentenças cíveis e criminais, aproveitamento no curso de aperfeiçoamento de magistrados e adaptação ao cargo.

AGENDA

Homenagem - O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, Demócrito Ramos Reinaldo, recebem, terça, 5, a Medalha do Mérito Capibaribe, concedida pela Prefeitura do Recife. A entrega será feita pelo prefeito da cidade, Roberto Magalhães, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça. A solenidade está marcada para as 17h. A medalha é a mais alta honraria concedida pelo município a pessoas que se destacam pelos serviços prestados à cidade.

Iso 9000 - Um dos grupos de integrantes do Tribunal de Justiça, que vai participar da capacitação para o Iso 9000, começa o treinamento na próxima quarta-feira, 6. A capacitação vai até o dia 8, no auditório da Fisepe. A Petrobrás é a responsável pelo suporte técnico e a Coordenadoria de Organização e Planejamento do TJPE está grrenciando todo o processo. O projeto piloto visa a certificação Iso 9000 da 2ª Câmara Criminal do TJPE.

Ciências Criminais - O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais realiza, no período de 6 a 9, em São Paulo, o V Seminário Internacional de Ciências Criminais. Considerado um dos mais importantes eventos na área penal, reúne especialistas renomados do mundo inteiro na discussão de temas da atualidade, como lavagem de dinheiro, novas tendências da criminologia, Direito Penal e direitos humanos. Informações pelo telefone 011. 3105-4607.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberto Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Antônio Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424-3163

e-mail: asin@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 187 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 5 de outubro de 199

Tribunal e Prefeitura assinam convênios para agilizar cobrança tributária

Tribunal de Justiça e Prefeitura do Recife fazem acordo dividido em três protocolos de cooperação técnica, com objetivo de agilizar a cobrança de créditos tributários. A ser assinado hoje, no canteiro de obras do Fórum da Capital, na Ilha de Joana Bezerra, o acordo prevê a criação de um mutirão fiscal nas 3ª e 4ª Varas da Fazenda Municipal da Capital, identificando-se processos e agilizando-se cobranças; a cessão de pessoal da Prefeitura para exercer a função de Oficial de Justiça ad hoc naquelas Varas; e a arrecadação simultânea de custas e taxas judiciárias no momento e na mesma guia que serve para o recolhimento do imposto decorrente da execução fiscal.

Assinado pelo presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, e pelo prefeito Roberto Magalhães, o convênio tem também a participação da Secretaria de Assuntos Jurídicos da PCR e da Corregedoria Geral da Justiça.

Medalha - À tarde, a Prefeitura do Recife homenageia o desembargador Etério Galvão e o ministro aposentado do STJ, Demócrito Ramos Reinaldo. Ambos, recebem a Medalha do Mérito Capibaribe, a maior honraria concedida pela PCR a pessoas físicas ou jurídicas que se destacam pelos relevantes serviços prestados à capital pernambucana. A solenidade se realiza, a partir das 17h, no Salão Nobre do Palácio da Justiça. Cabe ao prefeito Roberto Magalhães fazer a entrega das medalhas no grau Grã Cruz.

Ana Lima | Arquivo

O acordo é assinado hoje no canteiro de obras do Fórum

Fonoaudiologia contribui para maior atendimento no ambulatório do TJ

O Centro Integrado de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que vem ampliando os serviços na atual gestão, tem registrado uma média de dois mil atendimentos mensais. Um dos mais procurados é o consultório de fonoaudiologia. Com atendimentos de segunda a sexta-feira, essa especialidade tem mantido uma média regular de sete pacientes diariamente, no período das 15 às 19 horas.

A grande procura pela fonoaudiologia, serviço inédito no CIS, pode ser justificada pela relação que essa especialidade mantém com a ortodontia, outro serviço recém-inaugurado. A correlação é confirmada pela fonoaudióloga Rebeca Raposo. "Há casos em que para corrigir uma dificuldade na fala, o paciente tem que se submeter antes a uma correção da arcada dentária. Em sentido contrário, há também casos em que essa correção sem uma posterior terapia terminará acarretando o retorno do problema ortodôntico".

Apesar dos problemas da fala se manifestarem com maior freqüência na fase infantil, o setor de fonoaudiologia do Centro Integrado de Saúde do TJPE tem registrado uma procura grande por parte de adultos. É o caso da técnica judiciária Liderfrance Oliveira, 34 anos, vítima de distúrbio articulatório decorrente de repetidos problemas alérgicos.

A dificuldade em respirar afetou o sistema motor oral de Linderfrance, comprometendo as funções da mastigação, deglutição e fala. "Iniciei o tratamento em agosto, mas hoje já pronuncio as palavras com maior clareza e noto que melhorei bastante", comemora a técnica judiciária.

Marcos Costa

Rebeca Raposo informa que o serviço de fonoaudiologia do Centro de Saúde atende crianças e adultos no período da tarde

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 188 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 6 de outubro de 1999

Etério Galvão e Demócrito Reinaldo recebem Medalha do Mérito Capibaribe

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça, Demócrito Ramos Reinaldo, receberam ontem a Medalha do Mérito Capibaribe, no grau Grã Cruz. Concedida pela Prefeitura da Cidade do Recife, a medalha foi entregue pelo prefeito Roberto Magalhães, que justificou a iniciativa citando os relevantes serviços que os homenageados, "dois homens, dois magistrados, dois paraibanos, dois brasileiros" têm prestado à capital pernambucana.

Ao citar os feitos do presidente Etério Galvão, o prefeito mencionou o novo Fóeum do Recife, em construção em terreno adquirido para o Judiciário, pelo então governador Roberto Magalhães, há 13 anos. "Não é apenas uma obra arquitetônica. Fará do complexo de Joana Bezerra um pólo, reorientando o crescimento empresarial do Recife".

Realizada no Salão Nobre do Palácio da Justiça, a solenidade contou também com uma homenagem à parte que o Tribunal de Justiça de Pernambuco prestou ao ministro Demócrito. Falando em nome do Judiciário estadual, o desembargador Og Fernandes destacou o vasto currículo do ministro que, durante sua vida pública, ocupou as funções de vereador, promotor, governador interino e desembargador antes de integrar o STJ. Demócrito Reinaldo agradeceu as homenagens recebidas, lembrando que dos seus 51 anos de vida pública quase 40 foram dedicados ao Judiciário, 20 dos quais ao Tribunal de Justiça.

Marcos Costa

Etério Galvão e Demócrito Reinaldo recebem a Medalha do Mérito Capibaribe

Rua do novo Fórum já tem nome

Ana Lima

Desembargador João Batista **Guerra Barreto**, ex-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco em 1973, falecido em 1983, é o nome da rua do novo Fórum do Recife. O ato foi assinado ontem pelo prefeito Roberto Magalhães, atendendo solicitação do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão. A solenidade foi realizada no canteiro de obras da Ilha de Joana Bezerra (foto), quando Judiciário e Prefeitura assinaram ainda protocolo de cooperação técnica para agilizar a cobrança de processos tributários que tramitam nas 3ª e 4ª Varas da Fazenda Municipal.

Servidores do município serão colocados à disposição do Judiciário para, como estagiários e Oficiais de Justiça designados exclusivamente para esses casos, fazer o levantamento dos processos nas Varas e sua posterior cobrança. Com o mutirão, já iniciado, cerca de cem mil dos 300 mil processos existentes serão extintos até o fim do ano, conforme estimativa do juiz Fernando Cerqueira, titular da 4ª Vara.

TJ e PCR vão implantar sistema simultâneo de arrecadação de custas e taxas judiciais, utilizando modelo único de guia e adequando o sistema de informática para acompanhamento dos valores arrecadados. O presidente do Tribunal, desembargador Etério Galvão; o corregedor geral da Justiça, desembargador Mário Melo; o prefeito Roberto Magalhães; e o secretário de Assuntos Jurídicos, Geraldo Neves, assinaram o protocolo.

TJ realiza Fale com o Presidente

Hoje, a partir das 9 horas, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, volta a atender os servidores do Poder Judiciário. Como acontece todo mês, Galvão abre as portas do seu gabinete para ouvir reclamações, pedidos e sugestões dos funcionários. O projeto Fale com o Presidente é uma iniciativa pioneira da atual gestão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alvelenza e Sérgio Marcos

Fotografia: Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/fax(081) 419-3283 Fax 424.3163

e-mail: asscom@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 189 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 07 de outubro de 1999

Magistrados participam de encontro antidrogas

Juízes e promotores de Justiça participam, nos próximos dias 14 e 15, de um encontro que deverá abordar a execução dos projetos Moxotó-Pajeú e Mandacaru, voltados para erradicação do plantio ilícito em Pernambuco. A reunião será realizada na sala do Conselho Superior do Ministério Público, na rua do Imperador, 473. O encontro é uma promoção da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) da Presidência da República.

Além da tentativa de extinguir o plantio de drogas, na região, os projetos propõem ainda a abertura de linhas de crédito pelo Banco do Nordeste para o estímulo a culturas alternativas. O objetivo da reunião é apresentar os projetos e discutí-los com os juízes e promotores das respectivas comarcas que devem ser beneficiadas pelas propostas, de acordo com o secretário antidrogas, Wálter Fanganiello.

Ao todo, são 27 comarcas. Entre elas, estão as de Afogados da Ingazeira, Araripina, Belém de São Francisco, Bodocó e São José do Egito. As passagens e diárias para os participantes do encontro serão custeadas pela Senad, sem que haja qualquer ônus para o Tribunal de Justiça que, por decisão do Conselho da Magistratura, dispensou os juízes do expediente nas suas comarcas, durante os dias da reunião.

Segundo o vice-presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares, o número de vagas por comarca é limitado e terá preferência o juiz competente para julgar os processos relativos a tóxicos. Ele afirmou que outros magistrados, com competência para apreciar feitos sobre a matéria, que desejem participar voluntariamente do encontro do Senad também serão dispensados.

Segundo o vice-presidente, desembargador Napoleão Tavares, o número de vagas é limitado. Terão preferência os juízes que julgam processos relativos a tóxicos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberto Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anna Lima e Moacir Costa

Diagramação: Roberto Tavares

Redação: Fja da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1165

e-mail: asco@tjpe.gov.br

Presidente realiza Agenda Livre no próximo mês

O Agenda Livre só será realizado em novembro. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, está em Brasília, participando do seminário "A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil". Etério Galvão será o debatedor do tema "Os Direitos Humanos e o Direito Interno Brasileiro: Processo Civil e Penal".

Por esse motivo, o projeto Agenda Livre, realizado mensalmente às primeiras sextas-feiras, só será promovido no próximo mês. Iniciativa da atual gestão, o Agenda Livre tem como objetivo abrir as portas do Poder Judiciário para a sociedade.

As pessoas que desejam falar com o presidente do TJPE para dar sugestões, fazer pedidos ou reclamações não precisam marcar horário previamente. Elas são recebidas pelo presidente Etério Galvão no seu próprio gabinete, de acordo com a ordem de chegada.

Iniciado em abril do ano passado, o projeto já recebeu quase 2 mil pessoas e tem um índice de cerca de 90% de solicitações atendidas. Ele já foi realizado também em cidades do Interior.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 190 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 8 de outubro de 1999

Inscrições para concurso estão com data marcada

Luís Mário informa que os interessados podem se inscrever nas agências dos Correios

As inscrições para o concurso de ingresso e remoção nas atividades notariais e de registro em Pernambuco estarão abertas a partir do dia 20, encerrando-se no dia 30 de outubro. Mais de 140 cartórios estão sendo disponibilizados pelo Poder Judiciário no Estado.

De acordo com o edital do concurso, que aparece publicado nas três últimas edições do Diário Oficial, os interessados podem se inscrever em qualquer agência dos Correios. No mesmo local, recebem manual e ficha de inscrição

A primeira fase do concurso, constituída de duas provas - objetiva e prática - será nos dias 27 e 28 de novembro, respectivamente. A divulgação dos resultados dessas duas provas está prevista para o dia 27 de dezembro, no Diário Oficial do Estado, caderno do Judiciário. Os aprovados ainda serão submetidos aos exames de títulos e de saúde física e mental, além de sindicância sobre seus antecedentes civis e criminais.

A realização das provas pela Fundação Carlos Chagas, segundo o juiz Luís Mário Moutinho, que preside a comissão organizadora do concurso, garante total credibilidade ao processo seletivo. "É uma entidade com 30 anos de experiência em assuntos dessa natureza".

Os delegatários das serventias extrajudiciais são remunerados pela cobrança dos serviços prestados. A grande rentabilidade dos cartórios, disse Luís Mário, garante remunerações superiores às pagas ao servidor público.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ricardo Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3291 Fax 424.3163
e-mail: assof@go.gov.br

Tese de mestrado será transformada em livro

A suspensão condicional do processo penal no direito brasileiro, tese de mestrado defendida pelo juiz Flávio Augusto Fontes, vai ser transformada em livro. A decisão partiu do próprio magistrado, em decorrência do interesse que o tema despertou na magistratura pernambucana. Com uma parte doutrinária e modelos de formulários práticos, o livro vai ser uma fonte de esclarecimento e manual de consulta.

Juiz auxiliar da 12ª Vara Criminal, Flávio Augusto considera o instituto da suspensão do processo penal um marco da legislação brasileira. Prevista no artigo 89 da Lei 9.099, a mesma que criou os Juizados Especiais, "permite ao Brasil entrar numa nova política criminal, inédita, derrubando o mito da obrigatoriedade da ação penal e adotando o princípio da oportunidade regrada".

A suspensão condicional do processo penal beneficia o acusado não reincidente em crime doloso, não processado por outro crime, portador de bons antecedentes e incurso em tipo penal com pena mínima de até um ano. Desde que as partes concordem, o processo pode ser suspenso de dois a quatro anos, tempo que a Justiça pode, na opinião de Flávio Augusto Fontes, utilizar no andamento de processos mais graves. Cerca de 76% dos crimes previstos no Código Penal são passíveis de suspensão condicional.

Embora aplicada no dia-a-dia da Justiça pernambucana, a suspensão condicional do processo ainda está sendo discutida pela jurisprudência e pela doutrina. O juiz acredita que ela propicia uma nova mentalidade brasileira - desperaliza, desburocratiza, agiliza e permite a reintegração social do acusado antes que seja dada uma sentença condenatória. O juiz, no entanto, registra uma crítica: a de que um mecanismo tão abrangente e potencialmente extintivo de punibilidade seja previsto em apenas um capítulo da Lei 9.099, que completou quatro anos de vigência em 26 de setembro, quando a medida é aplicável dentro e fora das hipóteses da legislação referente aos Juizados Especiais.

A suspensão condicional do processo virou tema da dissertação de mestrado do juiz Flávio Augusto por se tratar "de algo com raros precedentes no direito comparado". O trabalho foi dividido em três etapas - sua origem no ordenamento jurídico brasileiro; operacionalização do instituto; e influência das causas de alteração da pena para concessão da medida, com inclusão de jurisprudência.

O juiz Flávio Augusto vai publicar sua tese de mestrado em forma de livro

OK

BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 191 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 9 de outubro de 1999

TJPE faz treinamento para certificação Iso 9000

Terminou ontem o treinamento com o primeiro grupo de servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco que vai dar andamento ao projeto piloto da 2ª Câmara Criminal. A iniciativa tem o objetivo de alcançar a certificação Iso 9000.

O treinamento, que teve início na última quarta-feira, foi realizado na Fisepe, por técnicos da Petrobrás, que é parceira do TJPE nesta iniciativa e está responsável pela capacitação do pessoal que vai participar do projeto piloto.

O gerenciamento de todo o processo é por conta da Coordenadoria de Organização e Planejamento do TJPE.

O Iso 9000 é um padrão internacional de qualidade e o trabalho em busca da certificação já estava previsto no Plano de Gestão 1998/2000.

Segundo a coordenadora de Organização e Planejamento do Tribunal, Zélia Mendonça, são ao todo 25 funcionários que compõem este primeiro grupo. Entre eles, servidores dos gabinetes dos desembargadores que trabalham na 2ª Câmara Criminal, Diretoria Criminal, Diretoria de Documentação Judiciária, Distribuição e Coordenadoria de Planejamento.

De acordo com uma das participantes, a servidora Maria José Alves, que é secretária do gabinete do desembargador Og Fernandes, o treinamento é importante, não apenas para a instituição, mas também para o próprio servidor, que está se capacitando. Ela ressaltou ainda o estímulo das pessoas envolvidas no projeto.

Zélia Mendonça informou que o outro grupo, formado por pessoas dos mesmos gabinetes e departamentos, deve se reunir entre os dias 20 e 22 deste mês. A previsão é de que o Tribunal de Justiça adquira o certificado até dezembro do próximo ano.

O primeiro grupo, que vai participar do projeto piloto envolvendo a 2ª Câmara Criminal, reuniu-se na Fisepe

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Estêvão Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3281 Fax 424-1663
e-mail: acscs@tjpe.gov.br

Curtas

Vacinação - A DRH vai promover, no próximo dia 19, a aplicação da última dose de vacina contra tétano e difteria. A vacinação se realiza das 8 às 16h, no andar térreo do Palácio da Justiça e no Fórum Tomaz de Aquino, sendo a aplicação restrita a quem recebeu as 1ª e 2ª doses.

Impressoras - Encontra-se em fase final a licitação para aquisição de impressoras e estabilizadores que irão munir todo o Judiciário estadual. As novas impressoras, do tipo laser, substituirão as antigas, a jato de tinta, até a 1ª quinzena de novembro. A montagem da infra-estrutura de rede, que interligará o Judiciário em todo Estado, até novembro também terá licitação concluída.

Pós-graduação - De 20 a 22 de outubro, estarão abertas as matrículas para os juízes inscritos no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu. Devem ser feitas no Memorial da Medicina, auditório 1, na Rua Amaury de Medeiros, 206, Derby. Os 117 magistrados inscritos devem levar cópias da identidade e CPF, duas fotos 3x4 e pagar taxa de reserva da matrícula.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/dojepe

Agenda Agenda

Projeto Moradia - *A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco realiza, nesta quarta-feira, 13, às 11h, reunião com técnicos da Caixa Econômica Federal. Aberto a todos os servidores e magistrados, o encontro será realizado no auditório da Comissão de Licitação, no 7º andar do Fórum Paula Batista, e se destina a tirar dúvidas sobre o Projeto Moradia. Resultado de convênio assinado, em setembro, pelos presidentes da CEF, Emílio Carazzai, e do TJPE, desembargador Estério Galvão, o projeto prevê empréstimos facilitados aos servidores deste Poder para aquisição ou reforma da casa própria. Além de financiamentos com taxas e prazos diferenciados, o convênio garante outros serviços e produtos aos servidores, como cartões de crédito e talões de cheque.*

Recadastramento - A Diretoria de Recursos Humanos e a Coordenadoria de Saúde estão recadastrando servidores e dependentes atendidos no ambulatório médico-odontológico do Tribunal de Justiça. A nova ficha de inscrição foi distribuída com o contracheque de setembro. O prazo de devolução foi prorrogado até o fim de outubro. O objetivo do recadastramento é obter maior controle do número de beneficiários e oferecer melhor qualidade de atendimento. Os que têm direito a utilizar os serviços ambulatoriais do Tribunal de Justiça, receberão uma nova carteira com foto. O prazo de validade da atual carteira vai até primeiro de dezembro. O formulário de recadastramento deve ser entregue no setor de protocolo da DRH, primeiro andar do Fórum Paula Batista, no horário das 13 às 17h.

Imposto de Renda - *Os servidores que têm dependentes declarados no Tribunal de Justiça devem preencher o Termo de Responsabilidade que a Diretoria de Recursos Humanos anexou ao contracheque de setembro. O objetivo é a inclusão dos dependentes para efeito de dedução de Imposto de Renda, conforme artigo 35 da Lei 9.250/95. É necessário informar nome, matrícula, CPF e local de trabalho dos servidores, nome e relação de dependência dos beneficiários. No Termo de Responsabilidade devem constar, ainda, data de nascimento, grau de instrução, sexo, nacionalidade e estado civil dos dependentes. Qualquer alteração nas informações, ocorrida após a devolução do formulário preenchido, deve ser comunicada à Diretoria de Recursos Humanos.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 192 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 12 de outubro de 1999

Zélia Mendonça ressaltou a importância desta reunião

Coplan promove reunião de planejamento

A Coordenadoria de Organização e Planejamento (Coplan) do Tribunal de Justiça de Pernambuco promove nesta sexta-feira, às 8h30, no Mar Hotel, a última reunião de acompanhamento do Plano de Gestão. De acordo com a coordenadora Zélia Mendonça, o encontro vai reunir todo o grupo executivo para fazer um balanço do que já foi feito e do que ainda poderá ser concretizado até janeiro.

"Esta reunião tem uma característica diferente: vamos fazer um levantamento do que pode ser agilizado até o fim da atual gestão", explicou Zélia Mendonça. A primeira etapa é o balanço. Em um segundo momento, serão estabelecidas prioridades, considerando as restrições financeiras. Segundo a coordenadora, a definição do que é prioritário é importante porque indica onde os esforços devem ser concentrados.

Por outro lado,

O encontro fará uma avaliação do que ainda pode ser agilizado até o mês de janeiro

Zélia Mendonça avalia ainda que essa definição vai servir de subsídio para o planejamento que será elaborado para a próxima gestão. Ela ressaltou também que essa será a última reunião de acompanhamento, mas que em janeiro todo o grupo deverá se reencontrar para uma avaliação do trabalho desenvolvido durante a gestão 1998/2000.

Periodicidade

A Coordenadoria tem realizado reuniões periódicas que consistem em acompanhamento das metas e dos objetivos a serem atingidos pelo corpo executivo da atual gestão.

Odontologia preventiva garante economia

Os filhos de servidores que têm acompanhamento odontológico através do Centro Integrado de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco apresentam saúde bucal com qualidade acima da média observada em crianças atendidas por outros centros de saúde. A conclusão é da dentista Sandra Fitipaldi, do setor de odontopediatria do ambulatório do TJPE. "As crianças que eu atendo aqui têm dentes muitos saudáveis. Isso é resultado do trabalho de prevenção contra cárie que há muito tempo é realizado pela equipe de odontólogos do Tribunal", avalia.

Sandra Fitipaldi fundamenta sua avaliação sobre o trabalho realizado no ambulatório ao comparar com resultados observados em locais onde trabalhou anteriormente. "Inclusive com públicos de alguns planos de saúde privados, onde também tenho atuado, não tenho encontrado qualidade superior a dos serviços aqui disponíveis", ressalta.

O trabalho preventivo realizado pela odontopediatria do ambulatório baseia-se na aplicação de flúor e selante. O flúor, segundo Sandra, apresenta bons resultados quando aplicado nas superfícies lisas dos dentes, principalmente dos incisivos. Já para os dentes posteriores - molares e pré-molares -, que também possuem superfícies sulcadas, o flúor não garante a mesma eficácia. Os profissionais do Centro Integrado de Saúde têm conseguido superar essa deficiência utilizando o selante, que funciona como uma resina protetora.

Além de garantir aos pacientes mirins bocas mais saudáveis, o tratamento preventivo também resulta em economia para o Tribunal de Justiça. "O tratamento curativo, através de restauração ou colocação de prótese, representa um custo muito superior ao verificado com a aquisição e aplicação do flúor e selante", observa Sandra Fitipaldi. O Centro de Saúde do TJPE conta com dois odontopediatras à disposição de seus usuários que atendem em horários alternados.

Hoje é feriado no TJPE

Devido ao feriado de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, o Poder Judiciário Estadual não funciona hoje. Por esse motivo, o Diário Oficial só voltará a circular normalmente na quarta-feira.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eládio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone/PABX: 419-3281 Fax: 424-1163
e-mail: asin@go.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.itaspe.pe.gov.br/cepe

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 193 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 14 de outubro de 1999

Investigação de Paternidade é tema de palestra

Jones Figueirêdo defendeu a necessidade de dinamizar as políticas públicas de definição da paternidade como forma de proteger a dignidade humana

Entre as crianças que nascem anualmente no Brasil, mais de um milhão é de mães solteiras. A informação é do desembargador Jones Figueirêdo, que fez uma palestra sobre investigação de paternidade durante o 2º Encontro de Direito de Família realizado no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, na sexta-feira passada.

No seminário intitulado "Direito ao Pai", promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família, o desembargador defendeu a necessidade de dinamizar as políticas públicas de definição da paternidade. Figueirêdo afirmou que o reconhecimento do estado de filiação é direito que deve ser exercitado, sem quaisquer restrições, nos termos do artigo 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

"Esse direito constitui-se em prioridade pública, que deve garantir proteção à dignidade humana daqueles que buscam sua verdade biológica", ressaltou o desembargador Jones Figueirêdo. Ele apontou ainda a lei nº 8.560 de 1992 como instrumento adequado ao reconhecimento da paternidade e defendeu também formas dinâmicas de investigação oficiosa da paternidade.

Ele disse ainda que o Estado deve oferecer assistência jurídica integral aos necessitados, incluindo a gratuidade da perícia genética do DNA nas investigações como prova decisiva. Jones Figueirêdo lembrou, durante a palestra, que o Tribunal de Justiça de Pernambuco, na atual gestão do presidente Etério Galvão, foi um dos pioneiros em assegurar gratuitamente o exame nas ações investigatórias.

Segundo o palestrante, o convênio entre o TJPE e a Universidade de Pernambuco (UPE) vem garantindo as perícias sem ônus aos necessitados e, ao mesmo tempo, possibilitou a instalação do Laboratório de Genética Humana da UPE.

Marcos Costa

Jones Figueirêdo proferiu a palestra no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil

Credibilidade

O desembargador concluiu suas observações, ressaltando a relevância do exame genético: "É preciso ressaltar a imperiosa necessidade de normatização das técnicas periciais para uma absoluta credibilidade dos laudos, a partir do uso de tecnologia adequada e das metodologias adotadas, com a certificação dos laboratórios para habilitação à realização dos exames", explicou Jones Figueirêdo.

A exigência de um controle de qualidade que requer, inclusive, a titulação de pós-graduação dos técnicos envolvidos, além da descrição do método laboratorial utilizado, é fundamental para garantir a credibilidade ao processo, segundo Jones Figueirêdo.

Os laudos devem incluir ainda a indicação de como foi realizado o cálculo estatístico para apresentar a probabilidade da exclusão, as fotografias das bandas de DNA para o exame visual do resultado, além de informar o banco de dados usado para o cálculo do índice de paternidade.

A iniciativa do Tribunal de Justiça de garantir o exame de DNA por meio de um convênio com a Universidade de Pernambuco foi lembrada

A decisão do TJPE de garantir o direito ao exame de DNA partiu da demanda registrada no Agenda Livre

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social: Márcio Guedes

Redatores: Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Maccos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Bo Antonio - Recife-PE

Fone/(081) 419-3251 Fax 424.1163

e-mail: ascol@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 194 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 15 de outubro de 1999

Tribunal de Justiça acerta detalhes do Fórum do Recife

Marcos Costa

Etério Galvão acompanhou os desembargadores do TJPE na visita à obra do novo Fórum do Recife, que será inaugurado no dia 3 de dezembro

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, reuniu-se quarta-feira com o diretor-presidente da construtora responsável pela obra do novo Fórum do Recife, Sérgio Gomes de Vasconcellos. Na pauta, uma avaliação do andamento dos trabalhos e a discussão dos últimos detalhes quanto ao cronograma de entrega. No dia 3 de dezembro, o Fórum será inaugurado. Antes da reunião, os desembargadores do TJPE visitaram a obra acompanhados de Etério Galvão e ouviram uma palestra da coordenadora de Organização e Planejamento do Tribunal, Zélia Mendonça, sobre o histórico do prédio e sua importância para o Poder Judiciário.

A visita faz parte de um projeto do TJPE, iniciado na semana passada, com a presença do prefeito Roberto Magalhães, de mostrar a segmentos da sociedade o que a obra vai representar para a população no que se refere à melhoria do atendimento. Segundo a engenheira Cynthia Azevedo, está previsto para a próxima semana o início da montagem das passarelas, que vão ligar a ala norte do prédio ao auditório, localizado no segundo pavimento.

CEF dá dicas sobre Projeto Moradia

Funcionários tiram dúvidas sobre aquisição da casa própria

Uma reunião entre gerentes da Caixa Econômica Federal e servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi realizada quarta-feira no 7º andar do Fórum Paula Batista. O objetivo do encontro foi esclarecer dúvidas sobre o Projeto Moradia, que é resultado de um convênio assinado pelos presidentes da CEF e do TJPE, no mês passado.

O projeto vai facilitar aos funcionários do Poder Judiciário a compra ou a reforma da casa própria. Durante a reunião, o gerente Silvio Romero afirmou que a exigência inicial da CEF é de que os servidores recebam seus proventos pela Caixa.

Normalmente, a CEF só financia 80% do valor dos imóveis. Para os funcionários que tenham conta na Caixa, esse financiamento será total. Quem ganha acima de 12 salários mínimos, paga juros de 10,5% ao ano, mais a TR. Os que recebem até 12 salários, poderão financiar o imóvel no valor de até R$34 mil, em 300 meses, com juros de 8% mais a TR.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aurea Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/(081) 419.3283 Fax 424.1343
e-mail: acs@tjpe.gov.br

Servidor tem espaço para oração

Todas as sextas-feiras, das 12h30 às 13h, funcionários do Tribunal de Justiça de Pernambuco se reúnem no 2º andar do Palácio da Justiça, na sala do Convivium, para ler a Bíblia e orar. Segundo a funcionária do TJPE, Maryanne Briano, o objetivo do encontro, que vem sendo chamado de "Momento com Deus", é a confraternização e o conforto espiritual. Maryanne explicou ainda que a maioria dos participantes é formada pelos evangélicos, mas que o espaço é aberto para qualquer religião. "Quem estiver precisando de consolo, poderá encontrá-lo na palavra de Deus", afirmou a servidora.

Marcos Costa

Planejamento reúne corpo executivo do Tribunal de Justiça

A última reunião de acompanhamento do Plano de Gestão está sendo realizada hoje, no Mar Hotel, durante todo o dia.

O corpo executivo do Tribunal de Justiça de Pernambuco está reunido para discutir o que ainda poderá ser feito até janeiro.

No encontro, promovido pela Coordenadoria de Organização e Planejamento, serão definidas prioridades. Segundo a coordenadora Zélia Mendonça, a reunião terá basicamente duas etapas: em um primeiro momento, será feito um balanço do que foi possível realizar; depois, serão estabelecidas prioridades, tendo em vista as limitações financeiras do Poder Judiciário.

Para Zélia Mendonça, a definição das prioridades é importante porque indica onde os esforços devem ser concentrados até janeiro do próximo ano, quando será realizado o último encontro com todo o corpo executivo para um momento de avaliação dos resultados obtidos durante o biênio 1998/2000.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 195 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 16 de outubro de 1999

DRH promove palestra sobre tabagismo

Com base nos resultados da pesquisa sobre melhoria da qualidade de vida dos funcionários do Tribunal de Justiça, em que até os próprios fumantes reconhecem que o fumo prejudica o ambiente de trabalho, a Diretoria de Recursos Humanos e a Coordenadoria de Saúde já têm programada uma palestra sobre tabagismo. Com data prevista para 24 de novembro, a equipe da Seção de Readequação e Readaptação Funcional (Serad), responsável pela organização do evento, vai trazer a coordenadora do Programa de Controle do Tabagismo do Hospital das Clínicas, Maristela Menezes, para ministrar a palestra, segundo informou a assistente social Ana Karla Brandão.

De acordo com a pesquisa, 15% dos servidores do TJPE lotados na Capital (Fóruns, Juizados Especiais e Palácio da Justiça) fumam. Desse total de fumantes, quase 70% entendem que o cigarro no ambiente de trabalho causa danos não só a eles, fumantes diretos, como também aos indiretos, que respiram do ar poluído com a fumaça. Essa opinião é partilhada por mais de 99,3% dos não-fumantes.

Somados esses dois percentuais ao fato de que mais da metade (59,6%) dos fumantes que trabalham no TJPE desejam largar o vício, a Serad priorizou o tema tabagismo dentre as palestras que deverão acontecer nos próximos meses. A segunda palestra, prevista para dezembro, será sobre Aids, outro tema bastante citado pelos entrevistados na pesquisa sobre qualidade de vida.

Outros assuntos solicitados são alcoolismo, saúde do homem, saúde da mulher e estresse. Os dois últimos já foram tratados anteriormente. O primeiro, sobre saúde da mulher, foi abordado em março passado e, durante junho e julho, uma série de palestras sobre estresse foi realizada para servidores da Capital, do Fórum de Olinda, além de uma palestra específica que foi ministrada para equipe da DRH e outra para a Diretoria Cível e Comissão Permanente de Licitação.

Marcos Costa

***Ana Karla Brandão** informou que a escolha do tema tabagismo foi baseada nos resultados da pesquisa sobre melhoria da qualidade de vida, realizada com os funcionários do Tribunal de Justiça pela Diretoria de Recursos Humanos*

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivitro Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Chaves

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christiane Alcântara

Redação:
Praça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/(081) 419-3191 Fax 416-1563
e-mail: assof@tjpe.gov.br

Judiciário emite documentos em Monsenhor Fabrício

A comunidade de Monsenhor Fabrício recebe, no próximo sábado, a partir das 9h, o caminhão do Justiça nas Ruas. A equipe do Tribunal de Justiça ficará ao lado do posto de saúde da Vila União até as 17h. Está previsto o atendimento de moradores da Vila União, Barbalho, Detran, Novo Detran, Iputinga, Sky Lab 1 e Sky Lab 2, Caiara, Santa Marta, São João e Ayrton Senna.

> O caminhão vai ficar das 9 às 17h, na Vila União

Durante todo o dia, estarão sendo emitidos documentos gratuitamente para os moradores dessas localidades. O projeto A Justiça nas Ruas é coordenado pela Ouvidoria Judiciária e tem o objetivo de atender a população carente, garantindo sua cidadania.

Certidão de nascimento, título de eleitor, antecedentes criminais, carteiras de trabalho e de identidade são os documentos disponíveis. Os casais interessados podem também dar entrada na documentação para casamento civil.

Contando com a parceria da Secretaria de Segurança Pública, do Tribunal Regional Eleitoral e do Ministério do Trabalho, o projeto vem sendo realizado mensalmente em diversas comunidades. Da última vez, o caminhão esteve em Paulista, onde foram atendidas cerca de 400 pessoas. A Ouvidoria Judiciária registrou uma procura maior pela emissão de carteiras de identidade e de títulos de eleitor.

AGENDA

Imposto de Renda
O último dia útil de outubro é a data limite para o recadastramento dos dependentes de servidores do Tribunal de Justiça declarados para efeito de Imposto de Renda. Até a sexta-feira, 29, portanto, cada interessado deve entregar à Diretoria de Recursos Humanos o Termo de Responsabilidade, distribuído com o contracheque de setembro.
Por tratar-se de recadastramento, a medida é de interesse exclusivo dos servidores que já têm dependentes declarados. Dúvidas sobre outros casos devem ser esclarecidas através da própria DRH, pelo telefone 419.3456 ou 419.3459.

Vacinação
A terceira dose da vacina contra tétano e difteria, que a Coordenadoria de Saúde e a DRH vão ministrar no próximo dia 19, terça-feira, é a última da série e tem validade de 10 anos. Os servidores e prestadores de serviço do Tribunal de Justiça só precisarão tomar nova dose da vacina no ano 2009. A vacinação acontece das 8 às 16h, nos andares térreos do Palácio da Justiça e do Fórum Tomaz de Aquino.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 196 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 19 de outubro de 1999

Amepe abre matrículas para pós-graduação

Ruy Patu é o coordenador do curso de especialização que já tem 117 magistrados inscritos

Os magistrados inscritos no curso de pós-graduação *latu sensu* em nível de especialização, promovido pela Associação dos Magistrados de Pernambuco e pela Escola Superior da Magistratura podem fazer a matrícula a partir de amanhã. A informação é do coordenador do curso, juiz Ruy Patu.

Até sexta-feira, os inscritos podem se matricular das 9 às 12h e das 13 às 19h, no Memorial da Medicina, auditório 1, situado na Rua Amaury de Medeiros, 206, Derby.

O curso terá duas turmas. A primeira começa no dia 25 deste mês. A segunda tem seu início previsto para 21 de fevereiro.

Segundo o coordenador do curso, juiz Ruy Patu, já existem 117 magistrados inscritos. O direito à opção pela turma vai obedecer rigorosamente ao critério de melhor currículo, dando preferência aos professores da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

Os currículos estão sendo examinados, para efeito de classificação dos matriculados, por uma comissão presidida pelo professor George Browne e integrada por Raimundo Juliano e Alexandre Maia, todos da Universidade Federal de Pernambuco.

O curso terá duração de 18 meses e garante a especialização dos magistrados

Ruy Patu ressaltou, entretanto, que em caso de empate será observada a posição do magistrado na última lista de antigüidade publicada no Tribunal de Justiça, atendida a ordem das entrâncias.

Para a matrícula, os inscritos devem levar cópias da identidade e do CPF, além de duas fotos 3x4. O curso tem um total de 120 vagas. Faltam apenas três para serem preenchidas. De acordo com o coordenador do curso, os três interessados estão tendo seus currículos apreciados pela comissão formada pelos professores da UFPE.

Os magistrados deverão, ainda, pagar uma taxa de reserva, que vai corresponder à primeira parcela da mensalidade, no valor de R$ 115, preferencialmente por meio de cheque nominal à AMEPE/ESMAPE.

O curso, que terá duração de 18 meses, com cinco a seis dias ininterruptos de aula por mês, será, segundo Ruy Patu, de extrema importância para o aperfeiçoamento da magistratura.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edésio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

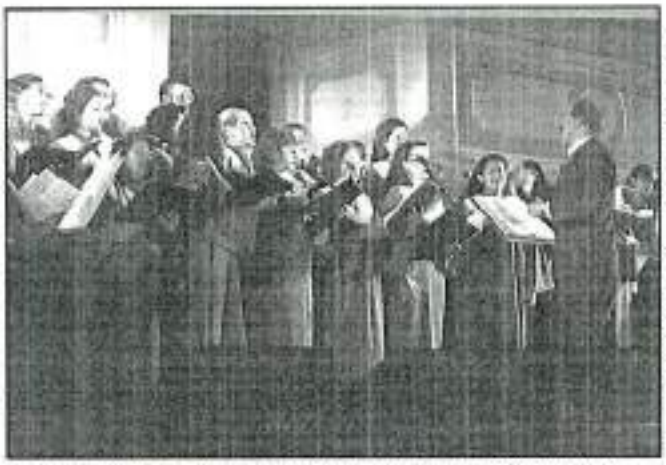
Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christiane Akkiman, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christiane Akkiman

Redação:
Pça da República, s/n Bto Antonio
Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1363
e-mail: asco@tjpe.gov.br

Coral do TJPE faz apresentação amanhã

*O coral do TJPE já fez diversas apresentações sob a regência de **Ricardo Farias***

Um repertório eclético, composto por músicas clássicas e populares, vai dar o tom da apresentação do Coral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, amanhã, no auditório do Tribunal Regional Federal, às 19h, durante a abertura da 2ª Semana de Estados Jurídicos.

Entre as músicas clássicas selecionadas, estão Glória, de Vivaldi, e Kyrie, de Schubert. A seleção popular, por sua vez, estará marcada por composições de Luiz Gonzaga, como Sabiá e Xaxado, segundo informou o maestro, Ricardo Farias.

O coral, que existe há cerca de sete anos, é formado por 35 componentes que se reúnem duas vezes na semana. De acordo com Farias, os integrantes praticam quatro horas semanais. "O coral já ganhou vários troféus e medalhas", ressaltou.

Ele disse ainda que a próxima premiação será em novembro, quando os componentes vão receber o Troféu Nordeste 99, instituído pelo jornalista Wilson Barbosa há 12 anos. O troféu é entregue a personalidades, artistas ou grupos que se destacaram ao longo do ano.

"O prêmio é um reconhecimento ao talento, esforço e dedicação dos servidores que formam o coral do Tribunal de Justiça", afirmou o maestro Ricardo Farias.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 197 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 20 de outubro de 1999

Informática

TJPE agiliza informações por meio da homepage

A homepage do TJPE vai disponibilizar as informações instantaneamente, a partir de novembro. O objetivo é garantir a atualidade dos dados fornecidos aos usuários.

A homepage do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que em outubro do ano passado recebeu designer e serviços novos, está novamente prestes a trocar de cara e ampliar a lista de itens oferecidos a seus usuários. Elaboradas por uma equipe do próprio corpo técnico da Diretoria de Informática do TJPE, as novidades deverão estar disponíveis ao usuário no próximo mês. Segundo o diretor de Informática, Edmundo Mendonça, as mudanças previstas devem ser atribuídas principalmente ao processo de modernização tecnológica implementado no Judiciário pernambucano, nos últimos dois anos.

Consultas a processos em tramitação no 2º Grau, pesquisas à jurisprudência, legislação normativa e estrutura organizacional do Judiciário estadual, notícias do dia, além de acompanhamento aos processos de licitação deste Poder estão entre os itens atualmente disponíveis. Sob o endereço eletrônico http://www.tjpe.gov.br, a página do Tribunal tem registrado médias de 1.500 consultas diárias.

Apesar de bastante solicitados, tanto por usuários como pelo próprio funcionário, esses serviços dependem da disponibilidade de tempo das várias fontes que gerenciam cada conjunto de informações, cabendo à Diretoria de Informática apenas a função de prover a homepage com os dados recebidos dos diversos setores. A situação atual, segundo a técnica de informática, Claudia Sanzochi, que faz parte da equipe responsável pela modernização da página do TJPE, compromete a eficiência dos objetivos desejados.

"Atualmente, se houver alguma mudança na composição do Tribunal Pleno ou da Corregedoria Geral, por exemplo, essas alterações só serão incluídas na homepage quando nos forem remetidas pela Secretaria Judiciária, que é a responsável por esses assuntos. Isso dificulta a dinâmica de atualização de dados, principalmente onde as alterações ocorrem a todo instante", exemplifica Claudia, lembrando que hoje ainda é possível encontrar informações defasadas em alguma das páginas do site.

Uma das principais novidades que serão acrescidas à homepage do TJPE vem exatamente para corrigir essa deficiência. Trata-se da instantaneidade de disponibilização das informações, que a partir de novembro já poderão ser acessadas pelo usuário à medida que ocorrem. Tais informações incluem tanto o andamento de processos em grau de recurso como em primeira instância, a partir da interligação no sistema de todas as Varas em funcionamento na Capital e, posteriormente, em todo o Estado, segundo informou o diretor de Informática, Edmundo Mendonça.

Marcos Costa

Claudia Sanzochi diz que, com as mudanças, os usuários terão informações precisas

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvirgens Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE. Fone/fax(081) 419-3291 Fax 424.1163 e-mail: asscom@tjpe.gov.br

Poder Judiciário participa de campanha de donativos

Anna Lima

O Tribunal de Justiça de Pernambuco está realizando uma campanha de doação de alimentos em parceria com o Palácio dos Manguinhos, sede administrativa da Arquidiocese de Olinda/Recife. A campanha se destina a angariar junto aos servidores do Judiciário alimentos não perecíveis para distribuição junto a famílias carentes em comunidades do Grande Recife.

Segundo a diretora de Cerimonial do TJPE, Pollyana Torres, toda doação é válida, independente da quantidade ou tipo de alimento, desde que não perecível. O funcionário que quiser colaborar pode deixar sua doação, até o dia 16 de novembro, na sede da Associação das Esposas de Magistrados do Estado de Pernambuco (Aemepe).

"Ao Tribunal de Justiça e à Aemepe, caberá apenas a iniciativa de receber os donativos, que depois serão enviados ao Palácio dos Manguinhos, a quem caberá a distribuição nas comunidades mais necessitadas", informou Pollyana.

OK

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 198 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 21 de outubro de 1999

Curso garante integração do TJPE ao Siafem

A capacitação dos funcionários do Tribunal de Justiça que deverá integrar o Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios será realizada até dezembro

Sérgio Marcos

Dezoito servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco estão participando de um curso de capacitação cujo objetivo é integrar o serviço contábil do Judiciário ao Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem). Promovido pela Secretaria da Fazenda, através da Contadoria Geral (CGE), o curso é estruturado em três módulos. O primeiro - Introdução ao Siafem-PE - vai até o dia 26 de outubro; o segundo acontece de 3 a 12 de novembro e o terceiro e último será realizado entre 6 e 10 de dezembro.

Segundo o diretor financeiro do TJPE, Alexandre Baracho, o Siafem foi desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) com base no sistema utilizado pela administração financeira do governo federal. "O Siafem já funciona em Pernambuco no âmbito da administração direta, a exemplo do que ocorre na maioria dos estados brasileiros. Agora, o sistema será estendido aos demais poderes e órgãos da administração indireta", esclarece Baracho, para quem a uniformização da execução financeira dos órgãos públicos resultará em simplificação operacional.

Parte da movimentação contábil do TJPE já está integrada ao sistema adotado pela Fazenda Estadual, segundo a diretora financeira adjunta, Patrícia Oliveira, mas as informações geradas aqui ainda não são processadas instantaneamente. "Além disso, há outra parte de informações que continua sendo reunida em relatório próprio e repassada mensalmente à Contabilidade Geral do Estado. Uma vez integradas ao Siafem, as informações passarão a ser processadas à medida que forem sendo geradas", esclarece Patrícia, que também enxerga grandes benefícios em se integrar a execução financeira do TJPE ao Siafem.

Destinado a integrar também os pequenos e médios municípios, modernizando e padronizando os procedimentos administrativos, o Siafem possibilita maior eficácia e transparência na gestão dos recursos públicos, sem contar que os serviços serão realizados com maior rapidez e a menor custo. Ainda segundo Patrícia, também garante maior segurança às informações. "O sistema critica possíveis erros de digitação ou totalização de valores, rejeitando mensagens incorretas. Isso diminui a margem de erros, tornando as informações mais confiáveis", justificou.

Judiciário 2000

A iniciativa da Secretaria da Fazenda de modernizar o sistema de controle das contas públicas reflete a tendência muito presente nas administrações em geral, públicas ou privadas, de melhorarem seus procedimentos operacionais, adequando-se às exigências impostas pelas novidades tecnológicas deste final de século. O Tribunal de Justiça de Pernambuco, sintonizado com os novos tempos, nos últimos dois anos implementou uma série de melhoramentos técnicos nos diversos setores da sua estrutura administrativa.

A iniciativa de integrar o serviço contábil do Judiciário ao sistema de administração financeira envolve servidores do TJPE

Essa preocupação é bastante visível na área de informática, onde a implantação de avançados sistemas, combinados com equipamentos de última geração, estão sendo direcionados no sentido da melhor prestação de serviço ao cidadão. O acesso rápido a informações seguras é o principal medidor dessas melhorias.

O JudWin, já em experiência nas Comarcas de Olinda e Recife, que em sua fase final possibilitará o acompanhamento de movimentações processuais através de terminais de consultas instalados nos Fóruns ou via Internet, dispensando o deslocamento, é um exemplo da ousadia administrativa que hoje marca a Justiça pernambucana. "O Judiciário do Ano 2000 não fica só na reestruturação física de seus Fóruns. Passa também pela melhoria da prestação de serviços e modernização dos serviços internos administrativos", observa o diretor de Informática, Edmundo Mendonça.

Para possibilitar o projeto da Fazenda Estadual, de uniformizar toda a gestão financeira dos órgãos públicos estaduais a partir de janeiro, a Diretoria de Informática do TJPE já está preparando o ambiente tecnológico que servirá aos funcionários que estão sendo capacitados. A Diretoria Financeira recebeu 12 novos micros de última geração.

Marcos Costa

Para o diretor financeiro do TJPE, Alexandre Baracho (C), o sistema desenvolvido pelo Serpro vai simplificar as operações contábeis no serviço público

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvin Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christianne Alcântara Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christianne Alcântara

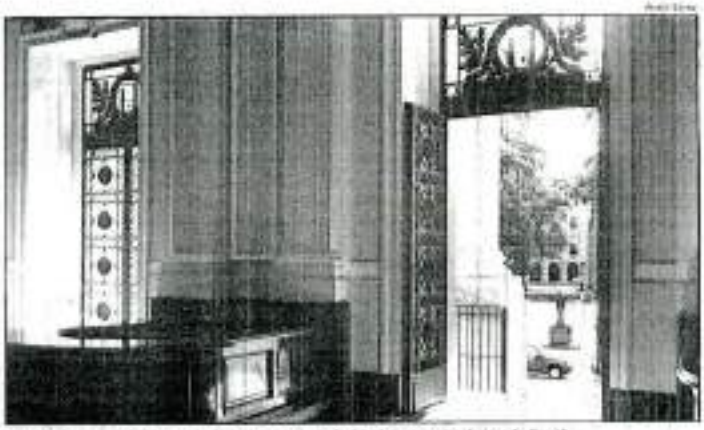
Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3151 Fax 424.1163
e-mail: asin@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 199 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 22 de outubro de 1999

Palácio da Justiça está aberto à visitação diariamente



Quem visitar o prédio vai conhecer um pouco da história arquitetônica do Recife

A Assessoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça de Pernambuco disponibilizou uma pessoa para atender os turistas que visitam o Palácio da Justiça. Segundo a assessora, Pollyana Torres, antes os visitantes eram recebidos às terças e quintas. "Nós decidimos colocar uma pessoa, que fala inglês, à disposição pela manhã e à tarde para acompanhar os interessados em conhecer o edifício porque avaliamos que fica difícil agendar previamente com turistas", explicou Pollyana Torres.

Foi percebida ainda a necessidade de atender a demanda, que tem sido grande, tanto da parte de turistas estrangeiros quanto brasileiros.

Segundo os registros do Cerimonial, há visitantes inclusive do Recife e de Olinda. Dois dias apenas eram insuficientes para receber todo mundo, conforme avaliou a assessora.

Os dados mais recentes da Assessoria do Cerimonial mostram que 659 turistas participaram do Tribunal Tour, projeto do Tribunal de Justiça que garante o acesso das pessoas interessadas em visitar o Palácio. Desse total, 476 são nacionais e 183 estrangeiros.

Entre os brasileiros, estão turistas de São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo, Brasília, Rio Grande do Sul, além de vários estados do Nordeste.

Já entre os visitantes de países estrangeiros, o Cerimonial registrou a presença de americanos, portugueses, franceses, espanhóis. A maior procura registrada, entretanto, é de turistas americanos.

Tour

Durante a visita, os turistas recebem informações sobre a construção e a arquitetura do Palácio da Justiça, conhecem as principais salas, têm acesso ao Salão Nobre e ao Salão do Pleno.

Os visitantes passam ainda a conhecer a importância histórica e arquitetônica do Palácio da Justiça.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ênio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gueiros

Redatores:
Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Bx Antonio - Recife-PE
Fone/(081) 419-5251 Fax 423.1161
e-mail: ascof@go.gov.br

Justiça nas Ruas estará amanhã em Mons. Fabrício

A comunidade de Monsenhor Fabrício terá acesso amanhã à emissão gratuita de documentos. São carteiras de identidade e de trabalho, títulos de eleitor, certidão de nascimento. Os moradores podem ainda dar entrada na documentação para casamento.

O projeto A Justiça nas Ruas tem levado à população carente a chance de tirar documentos e garantir o exercício de sua cidadania, segundo avaliação da Ouvidoria Judiciária, responsável pela realização do projeto.

O Justiça nas Ruas tem sido promovido mensalmente em diferentes comunidades. O Coque foi a primeira delas, em março.

De acordo com levantamento da Ouvidoria Judiciária, nas várias comunidades em que o projeto foi realizado, os documentos mais solicitados são a carteira de identidade e o título de eleitor.

Para receber o projeto, as comunidades enviam um ofício à Ouvidoria Judiciária, localizada no Palácio da Justiça. A Ouvidoria tem atendido os pedidos das comunidades de acordo com a ordem de chegada dos ofícios.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 200 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 23 de outubro de 1999

Ouvidoria completa dois mil atendimentos

Com o telefonema da professora Herênia Pereira Silva, 68 anos, solicitando a agilização de uma Apelação Cível, a Ouvidoria Judiciária completou o atendimento de número dois mil na última terça-feira. O total, referente ao período que vai da criação do órgão, em fevereiro passado até esta data, contabiliza apenas os atendimentos registrados. "Esses números não contemplam os casos resolvidos na hora nem os que consistem em esclarecimentos sobre uma situação jurídica ou encaminhamento aos órgãos competentes, quando o problema apresentado não cabe ao Poder Judiciário", esclarece o assistente da Ouvidoria, Hugo Mendonça.

Segundo Hugo Mendonça, durante o mês de setembro, quando se verificou uma média diária de 10 atendimentos pessoais, apenas dois, aproximadamente, eram registrados a cada dia. Dos atendimentos telefônicos, onde foi observada uma média de 15 ligações ao dia, apenas cinco eram registrados. "Essa estatística não pode ser apresentada com exatidão porque só cuidamos de registrar os casos que não são resolvidos de imediato, como agilização de processo, denúncias de atendimentos errados, entre outros assuntos que demandam tempo", observa o assistente da Ouvidoria.

A Ouvidoria foi criada para servir como um canal de comunicação entre a sociedade e o Poder Judiciário e tem atendido cerca de 15 ligações diariamente

Dos 1994 atendimentos registrados até o mês passado, 1247 chegaram via caixas de coleta, 453 por telefone, 226 por atendimento pessoal, 32 via e-mail, 31 por cartas e o restante através de fax. Esses totais, no entanto, não representam 20% dos atendimentos que de fato foram realizados. Mesmo assim, os números oficiais não a afirmação de êxito da iniciativa de se criar a Ouvidoria. Dos processos registrados até setembro, 1838 já foram concluídos e apenas 156 encontram-se em andamento.

Embora criada para dar vez às reclamações, a Ouvidoria também tem registrado significativa quantidade de elogios e sugestões. Juntos, os dois assuntos somam 26,4% do total de atendimentos. O primeiro lugar, no entanto, pertence aos pedidos de agilização de processos, com 35,6% das procuras, seguido de reclamações diversas, com o percentual 34%.

Perfil

Criada para servir de canal às reclamações de usuários dos serviços da Justiça estadual, a Ouvidoria Judiciária também acata denúncias anônimas. Cerca de 23,7% das pessoas que fizeram reclamações até esta data recorreram ao anonimato. Quanto ao perfil escolar, dos que especificaram o grau escolaridade, 55% têm ou frequentam curso superior, 30% contam com 2º grau completo e aproximadamente 15% concluíram ou cursam o 1º grau. Na classificação por sexo, ficou evidente que os homens reclamam mais do que as mulheres. Foram 897 reclamações deles contra 609 delas. As 488 reclamações restantes foram anônimas ou partiram de instituições.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eletério Galvão

Vice-Presidente: Des. Nascimbo Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gurgel

Redatores: Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Maurício

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE. Fone/FAX: 419-3251. Fax: 424-1363. e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Documentação Judiciária acelera atendimento a varas

A Diretoria de Documentação Judiciária desenvolveu um sistema de entrega e recolhimento de malotes para atender a demanda dos varas e departamentos do Poder Judiciário. O objetivo é acelerar o atendimento a pedidos de desarquivamento de processos.

Segundo o diretor de Documentação Judiciária, Rômulo Belém de Alencar, com a instalação do Arquivo Geral na Imbiribeira e com a transferência do acervo de processos arquivados no prédio do Diário da Manhã, ficou mais difícil de atender com rapidez. "Com o novo sistema, a vara ou departamento solicitante deverá relacionar os processos ou documentos desejados, informando os nomes das partes, número do processo, número do pacote e data de encaminhamento ao Arquivo Geral", explicou Belém de Alencar.

As solicitações podem ser feitas pelos telefones 428-2590 ou 428-2440, de segunda a sexta.

AGENDA

Feriado

Por decisão do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Eletério Galvão, o Judiciário funciona normalmente nesta quinta-feira, 28, dia do funcionário público. O feriado ficou transferido para o dia 1 de novembro.

Sexta Cultural

Um recital de violão com o pernambucano Henrique Annes é a programação da Sexta Cultural da Associação dos Magistrados de Pernambuco. O projeto é realizado sempre na última sexta-feira do mês. A apresentação está prevista para 18h30.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 201 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 26 de outubro de 1999

Pernambuco auxilia na elaboração do novo Código Civil

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebeu, na última sexta-feira, o relator do projeto de reforma do Código Civil, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). O parlamentar entregou carta assinada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, em que solicita a cessão dos desembargadores Macedo Malta e Jones Figueiredo para que possam participar da elaboração do relatório geral da comissão responsável pelo projeto.

Os dois magistrados devem permanecer em Brasília por 30 dias, a partir de 1º de novembro. Eles já estiveram no Distrito Federal, no mês passado, quando outros estados também participaram, fazendo palestras na Comissão de Reforma e analisando as 336 emendas apresentadas pelo Senado Federal, mas somente os dois pernambucanos foram solicitados para esse segundo momento.

Na carta remetida ao presidente do TJPE, Michel Temer declara que a participação dos desembargadores pernambucanos "quando ali ministraram palestras, em 22 de setembro último, trouxe relevantes subsídios aos trabalhos daquela Comissão, em contributo significativo à modernização do projeto em exame".

Atualização

Nessa fase de relatório final, Jones Figueiredo e Macedo Malta devem trabalhar na atualização e compatibilização do projeto com as leis que surgiram durante os 30 anos em que a matéria tramita no Congresso Nacional. Apresentada em 1969, quando ainda era um anteprojeto, somente em 75 o projeto propriamente dito foi encaminhado à Câmara, onde recebeu mais de mil emendas. Em 84, remetido ao Senado, foram acrescidas outras 336 emendas, voltando à Câmara somente em 97.

O Código Civil atualmente em vigor no Brasil é de 1916 e nele são detectadas muitas defasagens. De acordo com vários juristas, a necessidade de readequação do Código ocorre devido, inclusive, às alterações introduzidas com a Constituição Federal de 1988.

Segundo o deputado Fiúza, o projeto de reforma será enviado para votação até o final de novembro. "O país estará no próximo século com um Código Civil novo, porque o projeto em discussão deverá ser aprovado", disse ele.

Se confirmadas as previsões do relator, o novo texto, sendo homologado pelo presidente da República em janeiro próximo, só estará em vigor em janeiro de 2001. Uma vez aprovado e homologado o projeto, é dado um ano de vacância para que a nova lei possa ser devidamente difundida para toda a população.

Mudanças

De acordo com Jones Figueiredo, o novo Código Civil, que vem sendo elaborado pelo Congresso Nacional, vai provocar muitas mudanças, principalmente no que se refere ao Direito de Família.

Anete Lima

Os desembargadores do TJPE, Jones Figueiredo (acima) e Macedo Malta, foram os convidados para passar um mês em Brasília, colaborando para o relatório geral da comissão responsável pelo projeto

Anete Lima/Arquivo

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Cristiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anete Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Cristiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Ilha Antônio Vaz - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1543
e-mail: asicom@go.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.faepe.go.gov.br/cejur

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 202 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 27 de outubro de 1999

Justiça nas Ruas já visitou seis comunidades

Roberta Tavares

Em Monsenhor Fabrício, o programa Justiça nas Ruas emitiu 175 carteiras de identidade. O projeto tem o objetivo de garantir a emissão de documentos à população carente

A Ouvidoria Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realizou, no último final de semana, mais um Justiça nas Ruas. Desta vez, o bairro Monsenhor Fabrício foi o beneficiado. Mais de 400 documentos foram distribuídos gratuitamente com moradores das comunidades de Vila União, Iputinga, Santa Marta, Ayrton Senna, Sky-Lab 1 e 2, Vila Detran, Novo Detran, Vila São João e Caiara.

Na opinião do presidente da Associação de Moradores de Vila União, Eduardo da Silva Souza, a distribuição gratuita de documentos realizada pelo programa "é uma oportunidade do povo carente descobrir que também é cidadão". Eduardo lembrou que diante dos altos índices de desemprego, a obtenção de documentos pagos torna-se ainda mais difícil. "Além disso, com documentos em mãos, fica mais fácil essas pessoas conseguirem trabalho", completou.

Segundo a coordenadora dos Juizados Especiais, Gisela Pires, que integra a equipe responsável pela execução do projeto Justiça nas Ruas, foram distribuídas em Monsenhor Fabrício 175 carteiras de identidade, 79 carteiras profissionais, 30 certidões de nascimento, 92 certidões de antecedentes criminais, 18 encaminhamentos com documentação para casamento e 49 títulos de eleitor.

Ainda de acordo com Gisela, até dezembro, pelo menos mais dois bairros deverão ser beneficiados pelo programa. O número de comunidades atendidas pelo Justiça nas Ruas já sobe para seis, desde a sua implantação, em março deste ano.

Marcos Costa

A distribuição gratuita dos documentos, que beneficiou mais de 400 pessoas de Monsenhor Fabrício, foi um pedido da Associação dos Moradores de Vila União

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Guedes

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônica Gomes

Redatores:
Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Alexis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Bairro Santo Antônio - Recife-PE
Fone/(081) 419-3251 Fax 424.1163
email: asco@tjpe.gov.br

Conselheiros do Tribunal de Contas visitam as obras do Fórum

Acompanhando a obra desde o início da construção, os membros do Tribunal de Contas do Estado estiveram ontem no novo Fórum do Recife.

A visita faz parte do projeto do Tribunal de Justiça de Pernambuco que consiste em mostrar a vários segmentos da sociedade o andamento dos trabalhos do Fórum. Entre os presentes, estiveram o presidente do TCE, Fernando Correia; o futuro presidente que deverá assumir em janeiro, Adalberto Farias, e o auditor geral Luiz Arcoverde.

Alexis Lima

Fernando Correia defendeu a importância da obra e ressaltou que o TCE tem fiscalizado de perto os trabalhos, no que o TJPE tem colaborado bastante.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 203 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 28 de outubro de 1999

Coplan avalia andamento do Plano de Gestão 1998-2000

"A preparação de toda uma infra-estrutura tecnológica para o Judiciário do Ano 2000 e a construção do novo Fórum do Recife constituem as mais importantes ações realizadas pela atual gestão do Tribunal de Justiça de Pernambuco". A avaliação é do coordenador adjunto de Organização e Planejamento, Acácio Carvalho, com base nos relatos apresentados durante a reunião de acompanhamento e avaliação do Plano de Gestão do biênio 1998/2000, com a participação de diretores, secretários, assessores, diretores e membros da Corregedoria Geral de Justiça.

O Tribunal de Justiça, em convênio com a Petrobrás, está preparando servidores que vão dar andamento aos trabalhos que devem garantir o certificado Iso 9002. Toda a preparação vem sendo gerenciada pela Coordenadoria de Organização e Planejamento do TJPE

O coordenador adjunto justifica sua opinião pela influência direta que as iniciativas destacadas passarão a exercer de forma crescente sobre a qualidade dos serviços prestados, a partir das ações complementares que forem sendo adotadas pelos próximos presidentes. "O maior mérito alcançado na atual gestão do TJPE foi o de preparar o terreno para administrações que virão. E isso foi resultado da implantação de uma cultura de planejamento, trazendo uma gestão profissional para o Judiciário pernambucano", completou.

O coordenador adjunto de Planejamento lembrou, também, que com a infra-estrutura implantada pela Diretoria de Informática do TJPE, a Justiça pernambucana hoje tem condições de adotar o documento digitalizado, dando início ao processo virtual. "Foi adquirida toda a estrutura de informática, além de já ter sido executado o processo de licitação para os trabalhos de interligação das comarcas em todo o estado, através da rede estruturada de computadores", enfatizou.

Mas, segundo Acácio, não foi somente no campo tecnológico que o TJPE registrou avanços. Ele cita os Juizados Especiais Cíveis, que a partir da criação da Coordenadoria dos Juizados passou por uma série de mudanças, que vão desde a mudança de horários de atendimento ao treinamento de conciliadores, refletindo em um maior número de atendimentos. "Vários novos Juizados foram criados, na atual gestão e até o próximo ano deverá ser lançado um novo sistema de computação para os JECs que está sendo desenvolvido por técnicos do próprio Tribunal", disse Acácio.

O coordenador adjunto também informou que o Tribunal de Justiça, graças ao conjunto de iniciativas adotadas de fevereiro do ano passado até hoje, está prestes a receber o certificado das normas internacionais NBR Iso 9002. Ele também destaca a iniciativa da Presidência do TJPE pelo convênio firmado com a Petrobrás, em setembro passado, para realização de treinamentos de pessoal.

Previsão

As perspectivas para o Plano de Gestão, até o final do biênio 1998-2000, é de 60 a 70% de realizações. Apesar das dificuldades observadas e do limitado prazo que resta para o final da gestão, Acácio disse que na previsão para janeiro estão incluídos treinamentos de pessoal, produção de um filme institucional sobre o Poder Judiciário, além da integração ao Sinfem, o sistema pelo qual a Secretaria da Fazenda acompanha a movimentação financeira dos órgãos públicos. Maior destaque, entretanto, será reservado à inauguração do Fórum do Recife, que será realizada em 3 de dezembro.

Acácio Carvalho fez uma avaliação dos resultados da reunião de planejamento realizada no Mar Hotel com todo o corpo executivo do Tribunal de Justiça. O grupo definiu, durante o encontro, as ações prioritárias que devem ser desenvolvidas até janeiro.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Guedes

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gueiros

Redatores: Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Anaí Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone/(081) 419-3231 Fax 424.3163

e-mail: coje@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 205 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 30 de outubro de 1999

Corregedoria prepara relatório de ações

A Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco já está preparando o seu relatório sobre as atividades relativas ao biênio 1998/2000. Embora só deva ser apresentado ao término da atual gestão do Tribunal de Justiça, em fevereiro do próximo ano, já se sabe que o texto final, fruto de um trabalho de equipe, sob a orientação do corregedor geral de Justiça, desembargador Mário Melo, terá sua maior parte reservada ao relato e balanço dos resultados de medidas moralizadoras adotadas pelo órgão nos dois últimos anos.

Criação de uma corregedoria auxiliar para o extrajudicial, com objetivo de fiscalizar as atividades dos cartórios de notas e registros civis, e o monitoramento das atividades dos magistrados estão entre as iniciativas destacadas pelo corregedor geral. As medidas referentes às atividades de cartórios extrajudiciais garantiram a gratuidade dos documentos civis, além de ter aumentado a arrecadação de custas, antes prejudicada pela ausência de mecanismos eficientes de fiscalização.

Em 1997, por exemplo, o chamado Fundo de Gratuidade, destinado a cobrir despesas referentes à expedição gratuita de certidões de nascimento e de óbitos, somou uma receita de quase R$ 129 mil. Apenas nos três primeiros bimestres deste ano, já foram arrecadados mais de R$ 251 mil. Para facilitar a fiscalização sobre o recolhimento feito pelos cartórios, a Corregedoria individualizou o sistema de cobrança, atribuindo para cada cartório com um código diferente. A individualização dos códigos facilitou a identificação dos que deixam de recolher. Antes o recolhimento era feito através de código único para todas as serventias.

A segunda das iniciativas mais importantes, está relacionada ao acompanhamento mais constante às atividades dos juízes. Uma das primeiras medidas adotadas pela Corregedoria foi exigir de cada magistrado a fixação de residência na comarca, requisito constitucional algumas vezes ignorado. Simultaneamente, a Corregedoria Geral passou a publicar relação trimestral dos dez juízes mais produtivos. Aos dez menos produtivos são solicitadas explicações sobre os fatores que motivaram o baixo desempenho.

O resultado disso foi um significativo aumento do número de sentenças proferidas no estado. Enquanto as comarcas de 2ª Entrância apresentaram um total de 6.767 sentenças no 1º trimestre de 98, em 1999, também no mesmo período, foram proferidas 8.565 sentenças.

As iniciativas moralizadoras da Corregedoria Geral de Justiça não pararam por aí. A gratuidade na expedição de documentos civis, por exemplo, não esteve entre as principais preocupações da Corregedoria, apenas no sentido de garantir o direito. "Também criamos controle para conter o abuso dos serviços gratuitos por parte de pessoas que vinham repetidamente solicitar a folha de antecedentes criminais. Sem deixar de respeitar o direito dos carentes, passamos a cobrar por esse serviço, como previsto na Lei de Custas. Isso resultou em receita superior a R$ 217 mil nos primeiros 12 meses", observa o corregedor.

Marcos Costa

O corregedor Mário Melo está à frente da equipe que vem desenvolvendo o relatório sobre todas as atividades do biênio 1998/2000

Entre as principais iniciativas, a Corregedoria Geral de Justiça enfatizou as medidas moralizadoras que foram adotadas durante os dois últimos anos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gusmão

Redatores: Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcus

Fotografia: Anti Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone/FAX: 419-3251 Fax: 424-1167

e-mail: xxxx@pe.gov.br

Agenda

Simpósio
Os juízes e professoes Marupiraja Ribas e Flávio Fontes de Lima participaram ontem do painel "A despenalização do Direito Penal no contexto das garantias constitucionais", durante o I Simpósio Regional de Direito Constitucional e Filosofia do Direito, em Caruaru.

Serra Talhada
O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, inaugura, no próximo dia 19, às 17 horas, o Fórum da Comarca de Serra Talhada, localizado à rua Inério Inácio, s/n.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fiepe.pe.gov.br/cepe

Corregedoria Geral - fone: 224-0656

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 206 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 4 de novembro de 1999

Tribunal presta serviços em dia de mobilização nacional

Marcos Costa

A reforma do Judiciário foi pauta de audiência pública realizada em julho pela Amepe e Amatra

O funcionamento do Tribunal de Justiça será normal, hoje, Dia Nacional de Paralisação e Protesto do Poder Judiciário. A data, no entanto, será registrada com a prestação de serviços à comunidade, com participação das Justiças estadual e federal. A partir das 8h, a unidade móvel do Poder Judiciário estacionará na Praça 17, próximo ao Fórum Thomaz de Aquino. Nos cinco boxes destinados à Delegacia Regional do Trabalho, ao Tribunal de Justiça do Estado e ao Tribunal de Justiça Trabalhista, equipes de funcionários prestarão serviços de consulta, orientação e agilização de processos, emissão de antecedentes criminais e de carteira do trabalho. Está marcada também uma reunião, às 9h, no auditório do Tribunal do Júri, em sessão aberta à sociedade. O objetivo é discutir a reforma do Judiciário e chamar a atenção da população para os problemas que a categoria enfrenta. A iniciativa é da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco - Amepe, e Associação dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região - Amatra, sob a coordenação dos juízes Carlos Magno Cysneiros, do TJ, e Hugo Melo, da Justiça Trabalhista. Encontro semelhante foi realizado em julho, quando a sociedade participou dos debates sobre a Reforma do Judiciário. Desta vez, igualmente, haverá participação de vários segmentos, como imprensa, representação sindical, organizações não-governamentais, Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público.

A sociedade foi convidada a participar dos debates sobre a reforma do Poder Judiciário

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anon Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n, São Antonio - Recife PE
Fone/fax(081) 419-3201 Fax 424.1363
e-mail: sinst@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/diario

DRH já programa viagem à Flórida

O projeto de intercâmbio, implementado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, por meio da Diretoria de Recursos Humanos será realizado novamente em janeiro. Desta vez, no estado da Flórida.

A iniciativa de promover uma troca de informações sobre os sistemas brasileiro e americano já garantiu a ida de três grupos de juízes e servidores aos Estados Unidos.

Segundo a coordenadora dos grupos e diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, os dois primeiros grupos conheceram a Geórgia. Já este último, formado pelo desembargador Macedo Malta, juízes Virgínio Carneiro Leão, Karla Fabíola Peixoto, Laiete Jatobá, Fábio Eugênio Dantas e pela diretora Da Paz Brasil, visitou Washington, Baltimore e Filadélfia.

"Desta vez, foi possível termos uma idéia de como funciona a Justiça Federal americana. O que não havia acontecido antes", afirmou Da Paz. Ela disse ainda que os juízes tiveram uma visão do funcionamento da Justiça estadual em Baltimore e na Filadélfia.

Recebidos pelo Departamento de Estado, os integrantes participaram de uma programação que contou com palestras, mesas-redondas e visita à Suprema Corte Americana.

De acordo com Da Paz Brasil, os participantes se reúnem amanhã com o objetivo de preparar o relatório final sobre a viagem.

Marcos Costa

O grupo foi a três estados americanos, informou Da Paz

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 207 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 5 de novembro de 1999

Magistrados discutem Reforma do Judiciário

As Associações dos Magistrados do Estado de Pernambuco, Amepe, e dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região, Amatra, reuniram-se ontem no Tribunal do Júri, no Fórum Thomaz de Aquino, para discutir com órgãos de classe a Reforma do Judiciário e protestar contra o tratamento que está sendo dispensado à Justiça nos âmbitos federal e estadual.

Não é uma greve, disse o desembargador Gilberto Gondim, representante da Amepe, adiantando que os juízes estaduais não foram dispensados das audiências marcadas para o dia de ontem. Segundo ele, "a mobilização teve o objetivo de reivindicar melhores condições de trabalho".

A reformulação dos códigos para dar maior agilidade ao processo judicial é uma das medidas reivindicadas. Gilberto Gondim afirmou que os juízes querem julgar o maior número de ações e prestar, assim, uma melhor assistência à população. Na opinião do desembargador, o obsoleto sistema processual tolhe a consciência cívica da magistratura.

O encontro teve a coordenação dos juízes Carlos Magno Cysneiros, da Amepe, e Hugo Melo, da Amatra. Da mesa de debates, participaram o diretor da Faculdade de Direito do Recife, Ivo Dantas, e a professora Eneida Melo.

Comunidade

O Dia Nacional de Mobilização e Protesto do Poder Judiciário foi também marcado, no Recife, pela prestação de serviços à comunidade. Desde cedo, a unidade móvel do programa A Justiça nas Ruas ficou estacionada na Praça 17, ao lado do Fórum Thomaz de Aquino.

Foram emitidos antecedentes criminais e carteiras de trabalho, além de terem sido oferecidos serviços de consulta, orientação e agilização de processos. A emissão de antecedentes criminais, que é diariamente realizada no Fórum Thomaz de Aquino, foi feita, ontem, num dos boxes da unidade móvel.

Arnn Lima

Segundo o presidente da Amepe, desembargador Gondim, a melhoria das condições de trabalho é a principal reivindicação dos magistrados

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ramio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Arnn Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone/FAX: (81) 419-3251 Fax: 424.1183
e-mail: assedit@tjpe.gov.br

Afogados recebe o Justiça nas Ruas

Dia 20 de novembro, um sábado, o Tribunal de Justiça realiza mais um Justiça nas Ruas. Criado pela Ouvidoria Judiciária, com apoio da Coordenação Geral dos Juizados, o programa desta vez vai a Afogados, beneficiando moradores de Caranguejo e Campos Tabaiares, além de comunidades vizinhas interessadas no recebimento gratuito de documentos.

O presidente da Associação de Moradores do Caranguejo, Arlindo Pedro Alexandrino, disse que a população naquela área chega a 4,5 mil pessoas. O atendimento começa às 9h e vai até as 17h. A unidade móvel do Justiça nas Ruas, com boxes de atendimento para emissão de carteira de trabalho, antecedentes criminais, título eleitoral, registro civil e habilitação de casamento vai ficar na Rua Felipe Moura. Haverá ainda uma unidade do Instituto Tavares Buril na emissão exclusiva de carteira de identidade.

A Ouvidoria Judiciária continua recebendo e analisando pedidos para levar o atendimento gratuito e itinerante a diversos bairros do Recife. As solicitações, contudo, são avaliadas por ordem de chegada, sendo atendidas aquelas que dispõem de infra-esturura para estacionamento das unidades móveis e prestação dos serviços. O programa A Justiça nas Ruas é bem aceito nas comunidades carentes. O contato prévio com as lideranças comunitárias é importante porque são elas que divulgam, entre os moradores, os requisitos para a retirada dos documentos.

A certidão de nascimento, por exemplo, só é fornecida em primeira via a crianças de até 12 anos. Para tirar antecedentes criminais é preciso levar identidade ou CPF. Original e uma xerox da certidão de nascimento e duas fotos 3x4 são as exigências para a carteira de identidade.

Roberta Tavares

Os moradores de Caranguejo e Tabaiares, no bairro de Afogados, serão os próximos beneficiados com os serviços gratuitos do Justiça nas Ruas

UFPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 208 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 6 de novembro de 1999

CREA conhece novo fórum do Recife

Engenheiros e arquitetos estiveram ontem visitando a obra do novo Fórum do Recife, na Ilha de Joana Bezerra. Entre eles, o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), Afonso Vitório. Em um primeiro momento, o diretor adjunto da Coordenadoria de Organização e Planejamento (Coplan), Acácio Carvalho, expôs a atual situação em que a Justiça funciona na Capital. Já a diretora de Engenharia e Arquitetura, Rogéria Magalhães, encarregou-se de explicar o projeto do edifício e as vantagens que ele trará para população.

Atualmente, na Capital, são 128 juízes para cerca de 490 mil processos, segundo informou Acácio Carvalho. Ele avaliou as dificuldades dos juízes e servidores diante das condições de trabalho: prédios inadequados para o funcionamento das Varas e acúmulo de processos. "Nesse contexto, o prédio é fundamental, já que dará condições de agilizar os feitos e poderá oferecer melhor atendimento à população", observou Acácio Carvalho.

Rogéria Magalhães ressaltou ainda que o acesso da população ao Fórum será bastante facilitado porque, além de concentrar as Varas da Capital, o novo prédio dispõe de um estacionamento para 700 carros, o que vai evitar os transtornos da população que precisa se deslocar para o centro da cidade, quando precisa se dirigir aos Fóruns Thomaz de Aquino e Paula Batista.

O prédio, que ocupa 43 mil metros quadrados, é formado por seis pavimentos e é considerado um edifício inteligente, devido à tecnologia desenvolvida e à segurança garantida. O presidente do CREA, Afonso Vitório, ressaltou que o projeto é arrojado e moderno. Ele disse ainda que, além da finalidade social, a obra é como um laboratório para os engenheiros, devido às suas características e porte.

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, acompanhou os membros do Crea em visita do Fórum do Recife

Marcos Costa

DRH prepara treinamento para 150 servidores

A capacitação de servidores, visando a melhoria da qualidade dos serviços é uma das prioridades do DRH

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai realizar a partir da segunda quinzena de novembro um treinamento para todas as chefias de secretarias de varas, das serventias judiciais de 1º grau, chefias de divisão e de seção e da Corregedoria Geral. Ao todo, serão treinadas cerca de 150 pessoas. A informação é da diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil.

A qualidade no atendimento será o principal tema do treinamento. "Quando se fala nesse assunto, temos que tratar também do comportamento das pessoas que prestam esse atendimento", afirmou Da Paz Brasil. Ela adiantou ainda que será explorada uma discussão sobre desenvolvimento gerencial. O trabalho conta com o apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco.

A proposta da DRH é de que seja realizado um mês de treinamento. As pessoas serão divididas em grupos e submetidas ao treinamento simultaneamente. A Diretoria vai se encarregar da convocação. De acordo com Da Paz Brasil, o objetivo é oferecer aos funcionários boas condições de atendimento, já que existe uma grande expectativa da população em torno de melhores serviços por parte da Justiça.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Hilário Mota

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Sérgio Marcos

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3253 Fax 424.1163
e-mail: assis@tjpe.gov.br

AGENDA

Viver Legal
Os funcionários das maternidades, dos cartórios de Afogados e de Casa Amarela e da Ouvidoria Judiciária fazem o treinamento para operacionalização do sistema do Viver Legal segunda e terça-feira, das 14 às 18 horas. As cerca de 20 pessoas envolvidas no projeto serão treinadas na Elógica.

Ordem Jurídica
O III Congresso Internacional de Direito sobre o tema "Por uma nova ordem jurídica internacional" será realizado entre os dias 28 e 30 deste mês, no Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco, no Campus Universitário. Os interessados podem obter mais informações por meio do Bureau Jurídico, pelo fone 0 xx (81) 227-4511.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 209 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 9 de novembro de 1999

Corregedoria orienta oficiais de cartórios sobre formalidades para casamentos

A Corregedoria Geral da Justiça promove, de hoje até quinta, curso sobre as formalidades preparatórias para o casamento. É destinado aos oficiais dos 15 cartórios de registro civil existentes no Recife, que passaram a processar as habilitações para casamento desde que o Tribunal de Justiça extinguiu, em setembro, as quatro serventias privativas.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Mário Melo, faz a abertura do curso, às 8h, no auditório da Corregedoria, no Fórum Thomaz de Aquino, antes das palestras dos juízes Alexandre Assunção e Milton Neves, sobre processo de habilitação e impedimentos ao casamento.

O curso prossegue, quarta-feira, discutindo-se as situações especiais do menor sob tutela, dos surdos-mudos e estrangeiros residentes no exterior e no Brasil, pela juíza Paula Malta. O juiz Sérgio Marinho Falcão falará sobre celebrações especiais de casamento por procuração, em iminente risco de vida e casamento de estrangeiro. O juiz Alexandre Aquino e a promotora Luciana Albuquerque encerram a jornada falando sobre o regime de comunhão de bens, pacto de núpcias e a atuação do Ministério Público.

O treinamento tem o objetivo de orientar os oficiais de registro civil sobre as habilitações de casamento, antes processadas pelos 1º, 2º, 3º e 4º cartórios privativos que funcionavam no centro da cidade. Extintas as serventias, as habilitações foram descentralizadas para o cartório mais próximo da residência de um dos noivos, facilitando o acesso aos interessados. A iniciativa também reduziu em cerca de 10% a taxa e habilitação, antes em torno de R$ 83.

Segundo o juiz corregedor do extrajudicial, Alexandre Aquino, a extinção dessas serventias e a conseqüente absorção do serviço pelos cartórios de registro civil é a correção de equívoco histórico que perdurou, no Recife, por mais de 20 anos. A comarca era a única a dispor de serventias privativas apesar dos cartórios de registro civil das pessoas naturais terem competência para lavrar não apenas certidões de nascimento e óbito, mas também de casamento.

Ricardo Fernandes / Arquivo

Alexandre Assunção (foto), juiz da Vara de Família, vai falar sobre o processo de habilitação e impedimentos ao casamento

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Guedes

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Anés Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n Bo Antonio - Recife-PE
Fone:(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: corr@tjpe.gov.br

Virgínio Carneiro Leão e Paulo Torres substituem desembargadores que participam da Reforma do Código Civil

A Secretaria Judiciária convocou os magistrados que irão substituir os desembargadores pernambucanos Macedo Malta e Jones Figueiredo, durante o afastamento de 30 dias, concedido pelo Tribunal de Justiça. Paulo Torres Pereira da Silva, que ficou respondendo por Malta, é juiz de Direito substituto da 3ª Entrância.

Está há mais de dez anos na magistratura e, durante o período de afastamento dos desembargadores, vai participar das reuniões da 3ª Câmara Cível. Para o lugar de Jones Figueiredo foi convocado o juiz Virgínio Carneiro Leão, que tem mais de 11 anos de carreira. Titular da 14ª Vara Cível da Capital, ele fica na 1ª Câmara Cível.

Até o dia 1º de dezembro, período em que permanecerão afastados de seus cargos, Jones Figueiredo e Macedo Malta irão atuar junto à Comissão Especial de Reforma do Código Civil, na Câmara dos Deputados. A ida dos dois a Brasília atende pedido do próprio presidente da Câmara Federal, Michel Temer.

Aos dois desembargadores pernambucanos, caberá a atribuição de atualizar e compatibilizar o projeto com as leis atualmente em vigor no Brasil, uma vez que a reforma do Código Civil tramita no Congresso Nacional já há 30 anos. O Código Civil que vigora no país data de 1916.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 210 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 10 de novembro de 1999

Emendas desconfiguram projeto do Judiciário

Marcos Costa

Galvão concorda com algumas modificações, a exemplo de emenda apresentada pelo deputado Gilberto Marques

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, em entrevista coletiva concedida à imprensa, ontem, afirmou que a maioria das emendas, propostas pela Assembléia Legislativa, ao projeto que reestrutura a organização judiciária desconfigura o projeto inicial. Ele ressaltou que as alterações da Comissão de Finanças retiram as economias previstas no projeto, quando propõe a criação de uma Vara Agrária, indo de encontro à política de redução de despesas do estado de Pernambuco.

Durante a coletiva, o chefe do Judiciário disse ainda que as alterações impedem que o Judiciário se modernize e que o TJPE faça parceria com entidades públicas como a Fazenda Estadual e Municipal para solucionar o grave problema da morosidade da Justiça. De acordo com o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, todo o trâmite do projeto está atrasado, uma vez que um projeto não pode passar de 45 dias para ir ao plenário. Ele deveria ter sido votado até 20 de outubro, segundo afirmou Galvão.

Entre as emendas apresentadas, o presidente Etério Galvão ressaltou uma especificamente que vem enriquecer o projeto e a qual é favorável, a do deputado Gilberto Marques Paulo (PFL). Ela aumenta as garantias políticas dos magistrados, assegurando ao juiz substituto e ao juiz de direito substituto a permanência na comarca ou vara, enquanto durar o afastamento do titular. O desembargador destacou ainda a soberania da Assembléia Legislativa, embora considere que as demais emendas apresentadas pelos outros deputados vão de encontro aos interesses da população.

> ***Alterações comprometem economia prevista, indo de encontro à política de redução de despesas***

Entre as propostas do Poder Judiciário, está a extinção da Vara de Entorpecentes e das Varas de Assistência Judiciária. No caso da primeira, será possível distribuir melhor os processos entre os 15 juízes criminais da Capital, garantindo maior agilidade no julgamento dos feitos envolvendo tóxicos. Já a extinção das Varas de Assistência Judiciária vai procurar acabar com a discriminação com as pessoas carentes e distribuir o grande número de processos concentrados nas Varas de Assistência Judiciária entre as 21 Varas Cíveis existentes.

Política e Direito da Informática

"Caminhos do Brasil rumo à Era da Informação" é o tema da palestra programada para quinta-feira, a partir das 18h30, no auditório da Corregedoria Geral da Justiça, sexto andar do Fórum Thomaz de Aquino. Proferida pelo professor Christiano German, da Universidadade Católica de Eichstätt, da Alemanha, a palestra é o primeiro evento promovido pelo recém-criado Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática. Pioneiro no País, o Instituto tem o objetivo de promover atividades dirigidas ao ensino e estudo do Direito da Informática.

Convênio permite pesquisa histórica da Justiça

Convênio assinado ontem, entre o Tribunal de Justiça e as Universidades Federal e Rural de Pernambuco, vai permitir a criação de um banco de dados de processos administrativos e de primeiro e segundo graus. O objetivo é tornar as informações disponíveis para futura pesquisa da história do Poder Judiciário.

O acordo de cooperação técnica prevê a participação de 37 alunos do terceiro período do curso de História das duas Universidades. Eles vão trabalhar no Memorial da Justiça, no Recife Antigo, e no Arquivo Geral, localizado na Imbiribeira. O trabalho desenvolvido conta crédito de disciplina para os estagiários. Segundo o diretor de Documentação Judiciária, Rômulo Alencar, o convênio é renovável a cada seis meses, devendo a pesquisa se iniciar em novembro. Ao Tribunal, cabe coordenar e supervisionar a pesquisa. O acompanhamento acadêmico é dos cursos de História das respectivas universidades. Os estagiários farão relatório geral, numa experiência inovadora no âmbito universitário.

O convênio foi assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e pelo reitor e vice-reitor das Universidades Rural e Federal, Emílio Cantídio e Geraldo Pereira. Estiveram presentes à assinatura, o diretor de documentação Judiciária do TJ, Rômulo Alencar, os coordenadores dos respectivos cursos de História, Graça Athaide e Marc Hoffnagel, e Geni Dantas e Mônica Pádua, do Arquivo Geral do TJ e do Memorial da Justiça.

Segundo o diretor de Documentação do TJPE, Rômulo Alencar, os trabalhos de pesquisa serão iniciados ainda em novembro

Marcos Costa

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gamaa

Redatores: Christiane Alcântara, Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n São Antonio – Recife-PE

Fone/fax(081): 419.3251 Fax 424.1163

e-mail: asin@pc.gov.br

FE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 211 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 11 de novembro de 1999

Judiciário informatiza serviços de arquivamento processual

Sérgio Marcos

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está dando mais um passo a caminho da modernização de seus serviços. Dessa vez, o setor contemplado é a Diretoria de Documentação Judiciária, onde já se encontra em funcionamento um sistema informatizado para catalogação de arquivos, implantado há aproximadamente 15 dias.

Trata-se de um programa piloto, mas já está sendo utilizado tanto pelo Memorial da Justiça, onde ficam peças que datam de 1805 a 1970, quanto pelo Arquivo Geral, para onde são remetidos processos correntes, com data posterior a 1970.

Elaborado pelos servidores Tiago Cardoso e Mônica Pádua, respectivamente das diretorias de Informática e Documentação, o programa enquadra-se nas atuais normas internacionais do ISAD-G. Estabelecidas pelo Conselho Internacional de Arquivo, as normas ISAD-G - iniciais de General International Standart Archival Description - define uma linguagem padrão para os arquivos de instituições do mundo inteiro para que, no futuro, possam se comunicar.

Estudantes de História das Universidades Federal e Rural de Pernambuco irão atuar na catalogação de processos

O sistema elaborado pelos técnicos do TJPE consiste em um coletor de dados para disponibilizar informações do arquivo do Judiciário na rede mundial e compõe-se de dois módulos. O primeiro traz as informações sobre os documentos catalogados, que não se restringem somente a autos processuais. O segundo gerencia as unidades de depósito dos documentos, identificando prédio, sala, prateleira, pacote, documento e até página do assunto em pesquisa.

"Com esta iniciativa estamos saindo de uma realidade caótica, onde o arquivo não tinha normas para se guiar, e estamos entrando numa era em que os arquivos poderão se comunicar entre si, trocando informações e possibilitando melhor assistência ao pesquisador que procurar o nosso serviço", observa Rômulo Belém, diretor de Documentação do Tribunal de Justiça.

Segundo Rômulo, "agora o arquivo do Judiciário deixa de ser um mero depósito, para transformar-se em um centro de documentação e pesquisa, com riqueza de informações inestimáveis". Já está sendo feito um amplo levantamento de processos desde o ano de 1805 até os dias de hoje. "Esse levantamento é por amostragem, levando em consideração critérios de peculiaridades, dispensando-se os processos que se repetem", explica.

Marcio Costa

Com a informatização, o sistema de arquivamento do TJPE sai de uma realidade caótica e prepara-se para o futuro, segundo o diretor de Documentação, Rômulo Belém

Para a realização do trabalho de catalogação, o Tribunal de Justiça de Pernambuco está estabelecendo um convênio com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). As duas instituições de ensino irão liberar um total de 36 alunos do curso de História. O estagiários cumprirão a carga horária da disciplina de Arquivologia, da qual foram selecionados, no Arquivo Geral e no Memorial da Justiça.

"Sem a contribuição desse pessoal, o projeto ficaria inviável, porque não teríamos recurso humano capacitado", observa Rômulo. Além disso, nas comarcas de Recife e Olinda, que já trabalham com o JudWin - sistema de distribuição e controle processual informatizados - os processos ali catalogados não mais precisarão ser cadastrados. As informações apenas serão importadas de um sistema para outro.

O Arquivo Geral do Poder Judiciário é onde ficam catalogados os processos correntes, que datam de 1970 até os dias atuais

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Ênio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n 9o Andar - Recife-PE

Fone/FAX: 419-3251 Fax: 424.1163

e-mail: ...@tjpe.gov.br

UFPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 212 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 12 de novembro de 1999

Pleno discute mudanças no regimento do TJPE

Em sessão do Pleno, o Tribunal de Justiça de Pernambuco discutiu uma resolução que altera o Regimento Interno do TJPE, considerando a necessidade de adequá-la às exigências do serviço judiciário. A resolução foi encaminhada para Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno, segundo informou a secretária adjunta judiciária, Ana Carolina Avellar.

Entre as alterações propostas, a competência do presidente do TJPE seria expandida: ele funcionaria como relator, nos feriados e finais de semana, exceto no período de férias coletivas, para decidir sobre pedidos de liminares e medidas urgentes, em matéria cível ou criminal.

Uma outra modificação prevista diz respeito aos órgãos fracionários do Tribunal de Justiça: Corte Especial, Seções Cíveis e Criminais, Câmaras. A idéia é de que as sessões desses órgãos do TJPE passem a se realizar nos dias, horários e locais indicados em calendário aprovado na primeira sessão anual do Tribunal Pleno. Hoje, constam no Regimento Interno dias, horários e locais determinados.

Já a modificação do artigo 147, que trata de intervenção do Estado em município, se aprovada, poderá passar a vigorar com a seguinte redação: "O processo de pedido de intervenção do Estado em município, nos casos previstos no art.35 da Constituição da República, será instaurado mediante representação do Procurador Geral da Justiça, do Procurador Geral do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, de câmara de vereadores ou pessoa interessada". Atualmente, o processo só é instaurado mediante representação do Procurador Geral da Justiça.

Ainda na reunião do Pleno, foram definidas três remoções e uma promoção. O Juiz Abelardo Tadeu da Silva Santos foi promovido da 3ª Vara Cível da Comarca de Paulista para o cargo de juiz de Direito Substituto de 3ª Entrância.

Pelas alterações propostas, as funções do presidente do Tribunal serão expandidas, funcionando como relator, nos feriados e finais de semana, em matérias urgentes

Conciliação e Arbitragem

Uma outra resolução também foi discutida. Desta vez, na Corte Especial do TJPE. A resolução dispõe sobre a criação, a organização e o funcionamento dos Juizados de Conciliação e Arbitragem, no âmbito do Poder Judiciário Estadual. De acordo com a proposta apresentada, o presidente do TJPE vai criar Juizados de Conciliação e Arbitragem, com organização e funcionamento disciplinados com a finalidade de promover conciliações e arbitragens em litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etório Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mércia Gomes

Redatores:
Christiane Alcântara, Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Sérgio Marcos

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3351 Fax 424.1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Anis Lima

Quarta-feira foi a vez dos servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco conhecerem a obra do novo Fórum do Recife. Eles ouviram palestra apresentada pela Coordenadora de Organização e Planejamento, Zélia Mendonça, sobre a estrutura do edifício, as vantagens que o prédio oferecerá à população, como também aos servidores que terão melhores condições de trabalho, exercendo suas funções em local adequado às exigências dos serviços. Durante a apresentação, foram ressaltadas as características da obra como edifício inteligente.

Marcos Costa

Os diretores do Banco do Brasil, Bandepe e Caixa Econômica também estiveram na obra do Fórum. Eles visitaram os pavimentos do prédio e ouviram do próprio presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etório Galvão, a necessidade de construção do edifício que vai reunir as varas da capital. O chefe do Judiciário ressaltou ainda a precariedade dos Fóruns Paula Baptista e Thomaz de Aquino, tanto no tocante às condições de trabalho dos servidores quanto em relação ao atendimento dos usuários da Justiça.

Feriado

Segunda-feira 15 não haverá expediente no Tribunal de Justiça, em cumprimento ao feriado nacional, da Proclamação da República. O Diário Oficial do Poder Judiciário não circulará nesse dia, somente voltando à normalidade na terça-feira.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 213 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 13 de novembro de 1999

Convênio garante parceria entre Camaragibe e TJPE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco assinou um convênio com a Prefeitura de Camaragibe. A partir de agora, o município vai arcar com o aluguel e manutenção do prédio que abriga o Juizado Especial Cível da cidade. Segundo o prefeito, Paulo Santana, o objetivo dessa parceria financeiro-técnico-administrativa é garantir o atendimento a cerca de 250 mil habitantes, uma vez que o órgão atende a população de Camaragibe e de São Lourenço. De acordo com a juíza Cristiane Gouveia de Barros, o Juizado Especial tem atualmente um acervo de 2.600 processos e uma média de 150 queixas mensais. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, ressaltou a importância da prestação de um serviço como o dos JECs, de forma a agilizar os trabalhos do Judiciário. De acordo com a coordenadora dos Juizados Especiais, Gisela Pires, o prédio deve ser inaugurado no início do próximo mês.

Marcos Costa

A assinatura do convênio aconteceu no gabinete da Presidência do TJPE, onde o desembargador Etério Galvão recebeu a representação municipal de Camaragibe

Justiça nas Ruas estará em Afogados

O programa A Justiça nas Ruas, que estará em Afogados no próximo dia 20, não vai prestar o serviço de encaminhamento na documentação para casamento civil. De acordo com a Ouvidoria Judiciária, o motivo é de impossibilidade técnica. Os demais serviços de emissão de carteiras de identidade, de trabalho e de documento de registro civil. A Ouvidoria Judiciária já marcou também o próximo Justiça nas Ruas, que será realizado em dezembro, no município de Igarassu.

Documentação para casamento civil é o único serviço que o programa deixará de realizar em Afogados

Juan Lanzarotte

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anto Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Sérgio Marcos

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/0811 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asscs@tjpe.gov.br

Agenda

Doação - quem quiser participar da campanha de doação de alimentos que o Tribunal de Justiça de Pernambuco está realizando em parceria com o Palácio dos Manguinhos, tem até o dia 16. A entrega de 1kg de alimento não perecível pode ser feita na Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco - Aemepe, no térreo do Palácio da Justiça.

ABMP - a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude promove, até o dia 17, em Gramado, o 18º Congresso da categoria. Uma Oficina de Teses e uma Feira de Idéias fazem parte da programação do evento, além das conferências em plenário.

Serra Talhada - o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, inaugura no dia 19 o Fórum da Comarca de Serra Talhada. A solenidade está marcada para as 17h. O Fórum fica localizado na Rua Inério Inácio, Centro.

Tabagismo - é o tema da palestra destinada a servidores programada para o dia 24, às 16h, no salão do 2º Tribunal do Juri, do Fórum Thomaz de Aquino. Trata-se de uma parceria entre a Diretoria de Recursos Humanos e a Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça. A assistente social Maristela Menezes, do Hospital das Clínicas, da Universidade Federal, vai falar sobre os aspectos da dependência do fumo. As inscrições podem ser feitas de segunda a sexta-feira, à tarde, pelo telefones 419.3440 e 419.3439.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 214 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 17 de novembro de 1999

Judiciário inaugura mais um Fórum no interior do Estado

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, viaja a Serra Talhada nesta sexta-feira. O objetivo é inaugurar as novas instalações do fórum da Comarca. Segundo o juiz Clóvis Silva Mendes, que hoje responde por Gravatá e era magistrado de Serra Talhada até a semana passada, a reforma do fórum foi possível devido a um convênio entre a Prefeitura do Município e o Tribunal de Justiça.

A primeira inauguração do fórum foi realizada em janeiro de 1990. As modificações atuais incluem cinco novas salas, fachada, recuperação da parte hidráulica e elétrica e um espaço para estacionamento que comporta cerca de 20 carros.

A Comarca de Serra Talhada conta hoje com três varas, sendo duas Cíveis, com cerca de dois mil processos, e uma Criminal, com mais de mil processos. O Tribunal de Justiça ficou responsável pela cessão dos bens móveis, aparelhos de ar condicionado e bebedouro, de acordo com o diretor adjunto de infra-estrutura, Wellington Pedrosa.

Em homenagem a um ex-magistrado da Comarca, já falecido, o nome do fórum será Clodoaldo Bezerra.

O Tribunal de Justiça doou os bens móveis necessários para o fórum, que agora passa a contar com instalações adequadas, segundo ***Wellington Pedrosa***

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Cursino

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação
Pça da República, s/n, São Antônio - Recife-PE
Fone/FAX: (81) 419-5251 Fax: 424-3163
e-mail: asco@tjpe.gov.br

Recife é pioneiro na criação do Instituto do Direito da Informática

A assembléia de fundação do Instituto foi realizada no auditório da Corregedoria de Justiça

Por iniciativa de um grupo de magistrados, advogados e técnicos pernambucanos e paulistas ligados à área de informática, no final de outubro foi criado no Recife o Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática. Entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo realizar atividades dirigidas ao ensino e estado do direito da informática, o instituto programa seu primeiro grande evento - um Congresso Internacional, previsto para o início do próximo ano.

O presidente do Instituto, juiz Demócrito Reinaldo Filho, informa que os contatos já estão sendo feitos e que o congresso deve reunir nomes famosos de universidades da Argentina, Alemanha, Canadá e das maiores empresas de tecnologia da informação, como Microsoft e IBM. O Congresso abre o calendário de grandes eventos, mas a seu lado já estão previstas outras promoções, como a parceria com universidades do exterior para a realização de um mestrado em direito da informática.

O objetivo, segundo o juiz Demócrito Reinaldo Filho, é trabalhar em conjunto com a Associação dos Magistrados e Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco, proporcionando aos juízes a oportunidade de discutir juridicamente questões ligadas ao desenvolvimento tecnológico e suas implicações num País que ainda não dispõe de uma legislação apropriada.

Com um Conselho de Administração integrado pelos desembargadores Mário Melo e Nelson Santiago, e pelo juiz Alexandre Freire, o Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática pretende estimular a introdução de disciplina específica nos cursos de graduação e pós-graduação de Direito e acompanhar projetos da área que tramitam no Congresso Nacional.

A despeito do desenvolvimento e da aplicação maciça de modernas tecnologias da informação, o Brasil ainda não dispõe de uma legislação que tipifica o crime de informática e, mesmo em alguns países mais desenvolvidos, este é um ramo ainda recente do Direito, segundo o juiz.

Duas correntes de juristas, disse Demócrito Reinaldo, discutem pontos distintos da questão. "Alguns entendem que podem ser utilizadas as regras atuais do Direito Internacional Privado. Outros não crêem na eficácia da legislação vigente e defendem um processo de uniformização mundial". Ele afirma que na Europa já existe uma diretiva que trata só de comércio eletrônico e se aplica aos países da comunidade européia. A própria ONU, acrescenta, tem um modelo de lei que começa a ser adotada por diversos países, abrindo o caminho da uniformização para o trato dos conflitos judiciais na área da informática.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 215 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 18 de novembro de 1999

Marcação de consulta será feita por telefone

A partir do próximo dia 25, a marcação de consultas no Centro Integrado de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco somente será feita através de telefone. A medida, segundo o coordenador de Saúde, Fernandes Arteiro, visa controlar o fluxo de pessoas na recepção no ambulatório e evitar filas de espera.

Para facilitar o acesso do usuário aos serviços ambulatoriais, a Coordenadoria de Saúde do TJPE está providenciando mais uma linha telefônica que será, segundo Arteiro, suficiente para descongestionar as duas linhas atualmente disponíveis. Enquanto não for instalado e divulgado o novo número, as consultas permanecem sendo marcadas pelos telefones ***465.8772 e 465.8117.***

DRH passa por processo de informatização

A Diretoria de Recursos Humanos está sendo completamente informatizada. Segundo a diretora, Maria da Paz Brasil, todos os prazos estão sendo cumpridos. Ela afirmou que a implantação de um novo sistema implica em algumas mudanças: "É necessário um trabalho prévio de conscientização com todos os servidores e com as chefias", afirma Da Paz Brasil.

O sistema que vai servir à Diretoria é formado por nove módulos: Administração de Pessoal, Treinamentos, Cargos e Salários, Benefícios, Avaliação de Desempenho, Medicina no Trabalho, Segurança no Trabalho, Convênios e Procedimentos.

De acordo com a diretora, o sistema gera novos formatos e, portanto, traz a necessidade de realizar algumas adequações. Para ela, a questão não é apenas técnica: "A DRH está se preparando para ter condições de capacitar, prestar uma consultoria e um melhor serviço, não só aos funcionários, mas aos usuários da Justiça", ressaltou.

Atualmente, a nova folha de pagamento, que está informatizada, roda em paralelo com o antigo sistema. Em pouco tempo, segundo Da Paz Brasil, a folha, que já é autônoma, vai passar a rodar sem a necessidade do apoio do antigo sistema.

TJPE realiza casamento para mais de mil pessoas no Geraldão

O Tribunal de Justiça realizou, esta semana, o maior casamento comunitário de Pernambuco. Cerca de 1700 pessoas, mais de 800 casais, disseram o sim diante do juiz Alexandre Assunção, muitos legalizando uma situação que já existia de fato. O casamento foi uma promoção da Cooperativa dos Pastores, que reúne igrejas evangélicas no Estado. Os casais assinaram a documentação antes da cerimônia (foto), seguindo esquema de ordem alfabética. Uma palestra sobre direitos e deveres no casamento marcou o início da solenidade. O juiz Alexandre Assunção, da 1ª Vara de Família, falou em valores familiares e temas como responsabilidade conjugal e informações legais quanto à maternidade e paternidade. No final do dia, o juiz se dirigiu ao Hospital Otávio de Freitas para oficiar o casamento de um dos casais, já que a noiva estava doente e internada naquela casa de saúde. O Tribunal de Justiça de Pernambuco vem realizando outros casamentos comunitários, por meio do projeto A Justiça nas Ruas.

Fórum de Serra Talhada é inaugurado pela manhã

O Tribunal de Justiça de Pernambuco inaugura as novas instalações do Fórum de Serra Talhada amanhã, às 11 horas. O horário da inauguração, antes marcado para as 17 horas, foi antecipado.

Devido a um convênio entre o TJPE e a prefeitura do Município, o prédio teve sua fachada modificada, foram construídas mais quatro salas e o Fórum conta agora com estacionamento. A Comarca de Serra Talhada tem três varas, sendo duas Cíveis e uma Criminal.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Gabaia

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberto Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moreno

Fotografia:
Aroni Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio
Recife-PE
Fone/FAX: 081-419-3201 Fax: 424-1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 216 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 19 de novembro de 1999

Concurso do Extrajudicial tem mil candidatos

Cerca de mil pessoas estão inscritas para o 1º Concurso Público de Provas e Títulos para outorga das Delegações do Serviço Notarial e de Registro Público. A informação é da juíza da 3ª Vara de Família e presidenta da comissão de concurso, Paula Malta.

Entre os inscritos, 236 são candidatos a oficiais de Registro Civil, enquanto 622 concorrem às vagas de Tabelionato. De acordo com Paula Malta, 40 pedidos de inscrição foram indeferidos: alguns porque não tinham a especialidade definida ou porque o candidato não havia especificado se era ingresso ou remoção.

Ao todo, são 69 vagas para oficial de Registro Civil e 68 para tabeliões. Os candidatos vão se submeter a provas objetiva, prática e de títulos. As provas escritas terão caráter eliminatório e classificatório.

O programa inclui Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Civil, Penal, Comercial e sobre as leis de Registro Público, dos Serviços Notariais e de Registro, Lei de Protestos de Títulos, Código de Defesa do Consumidor, Código da Organização Judiciária do Estado, Lei de Custas e Emolumentos e ainda sobre o Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça.

As provas estão previstas para os próximos dias 27 e 28, mas a comissão do concurso aguarda ainda a confirmação do local das provas pela Fundação Carlos Chagas e o envio dos cartões de inscrição dos candidatos. Paula Malta ressaltou ainda a importância da iniciativa do concurso para a melhoria dos serviços extrajudiciais.

Os candidatos vão concorrer a 137 vagas para o Registro Civil e Tabelionato

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Clemilda de Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax: 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asscs@tjpe.gov.br

Coral do TJPE intensifica programação neste fim de ano

O Coral do Tribunal de Justiça foi uma das atrações artísticas responsáveis pela animação do evento Troféu Nordeste, realizado ontem à noite, na Arcádia de Apipucos. Promovida pela Revista Fácil - publicação de circulação regional - o Troféu Nordeste destina-se a homenagear personalidades do meio empresarial, político ou artístico que tenham de algum modo se destacado em suas atividades.

Consagrados sucessos do cancioneiro regional nordestino, como Sabiá e Xaxado, imortalizados na voz do forrozeiro pernambucano Luiz Gonzaga, foram executados em meio a clássicos como Glória, de Vivaldi, e Kyrie, de Shubert. Da programação também participaram a soprano Adalgiza Marques e o tenor Ricardo Farias, além do cantor Cauhi Peixoto.

Segundo os organizadores do Troféu Nordeste, a participação do Coral do TJPE na programação se encaixa com o perfil do evento, que prima pela qualidade e bom gosto. O trabalho do grupo tem recebido o reconhecimento de diversos setores. No mês passado, o Coral se apresentou no auditório do Tribunal Regional Federal, durante a abertura da 2ª Semana de Estudos Jurídicos. A próxima apresentação está prevista para o dia 2 de dezembro, na abertura do Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça, que acontecerá em Recife, reunindo representantes de todos os estados brasileiros.

O coral vai participar do Encontro de Presidentes de Tribunais

Fórum recebe visita de juízes pernambucanos

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, anunciou oficialmente a data de inauguração do novo Fórum do Recife aos juízes que visitaram a obra quarta-feira.

A confirmação do dia 3 de dezembro para entrega do prédio foi o ponto alto da visita, que contou ainda com palestras sobre o funcionamento do edifício, considerado inteligente tecnologicamente, e sobre todas as facilidades de acesso aos usuários.

Foram ressaltadas ainda as melhores condições de trabalho dos juízes e servidores, que terão um local adequado para exercer suas funções.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 217 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 20 de novembro de 1999

Fórum de Serra Talhada é inaugurado com discurso de Inocêncio Oliveira

Ao som da Banda Filarmônica Vila Belense de Serra Talhada, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, e o deputado federal, Inocêncio Oliveira (PFL), acompanhados de representantes do município e de lideranças locais, inauguraram, ontem, as novas instalações do Fórum Clodoaldo Bezerra. O prédio passou por uma reforma total por meio de um convênio entre o TJPE e a Prefeitura do Município.

Durante a solenidade de inauguração, a atual juíza Eliane Cabral ressaltou a importância da reforma, uma vez que dará melhores condições de trabalho aos servidores e vai possibilitar um atendimento mais adequado aos usuários. O juiz Clóvis Silva Mendes, que coordenou as modificações realizadas no prédio, e hoje responde pela Comarca de Gravatá, destacou o empenho e colaboração da Prefeitura.

A Comarca de Serra Talhada conta com três varas, sendo duas Cíveis e uma Criminal. Juntas, elas acumulam quase três mil processos. O deputado Inocêncio Oliveira fez uma homenagem ao presidente Etério Galvão e o parabenizou pela postura altiva que a atual gestão vem assumindo. Ele ressaltou também o papel do Poder Judiciário para uma sociedade livre e democrática.

O presidente Etério Galvão concluiu a solenidade afirmando que a Justiça precisa de condições dignas de funcionamento e disse ainda que, sem o convênio firmado com a Prefeitura, a reforma não seria possível.

O prédio agora tem mais cinco salas, a fachada foi modificada, houve recuperação da parte hidráulica e elétrica. Foi destinada também uma área para estacionamento. Já o Tribunal de Justiça cedeu os bens móveis.

Agenda

De segunda à quarta-feira, a área de estacionamento, ao lado da Praça da República, reservada aos servidores do Poder Judiciário, não estará disponível. O motivo é uma série de eventos que serão realizados nas imediações e o fato da rua se tornar, durante os três dias, uma via de mão dupla. Segundo a Assessoria Policial Militar e Civil do Tribunal de Justiça de Pernambuco, vão ficar disponíveis 16 vagas no estacionamento existente da Casa Militar, ao lado das vagas destinadas aos magistrados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gueiros

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: assis@tjpe.gov.br

Ambulatório aumenta capacidade para cirurgias

O Centro Integrado de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco está capacitado a realizar uma média mensal de 100 pequenas cirurgias. A informação é do cirurgião geral Cleto Pitanga, médico do ambulatório do TJPE, responsável pelo serviço. O setor, que existe há 10 anos, adquiriu equipamentos para esterilização de material cirúrgico de última geração, oferecendo maior segurança ao paciente.

O médico Cleto Pitanga informa que as pequenas cirurgias, que nem sempre têm caráter estético, são aquelas de procedimento rápido, que necessitam apenas de anestesia local e dispensam internação. Os curativos pós-operatórios são feitos no próprio centro de saúde, com acompanhamento do médico responsável. A média de atendimento tem aumentado, mas o setor ainda comporta mais que o dobro do número das cirurgias atualmente realizadas, cerca de 40.

"Em se tratando de pequenas cirurgias, podemos realizar até cinco a cada dia", garante o cirurgião, que atende de segunda a sexta-feira, das 13h30 às 17h30. O paciente pode marcar a consulta diretamente para o cirurgião, sem necessidade de encaminhamento prévio pelo clínico.

A partir do dia 25, as consultas médico-odontológicas serão marcadas apenas pelos telefones ***465.8117 e 465.8772***, para evitar congestionamento de pacientes na recepção do Centro Integrado de Saúde do Tribunal de Justiça.

O ambulatório do TJPE pode realizar até cem pequenas cirurgias por mês

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 218 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 23 de novembro de 1999

Usuário aprova novo perfil da Diretoria Cível

Uma pesquisa realizada entre usuários para avaliar os serviços da Diretoria Cível revelou um percentual de quase 100% de aprovação às mudanças executadas naquele setor durante o biênio 98/99. Utilizando um formulário com perguntas direcionadas no sentido de avaliar todas as seções daquela Diretoria, a pesquisa resultou em 80% de respostas com avaliação entre boa e excelente. Os 20% restantes classificaram como regular o conjunto de ações adotadas e trabalhos executados no Cível.

A qualidade do atendimento ao público esteve entre as principais preocupações da Diretoria Cível neste período. Por isso, uma das primeiras medidas adotadas no setor foi a substituição de funcionários de prestadoras de serviços por servidores efetivos na execução de tarefas próprias do atendimento, onde se destacam as demandas de informações processuais. "A idéia era colocar pessoal mais habilitado no manuseio dos processos, dando-se preferência aos já formados ou cursando Direito, garantindo o fornecimento de informações mais seguras e confiáveis", justificou a diretora Regina Amorim.

Regina Amorim afirmou que os processos têm andado de acordo com os prazos legais

Os percentuais da pesquisa - realizada entre setembro e novembro passados - revelam que a estratégia foi acertada. O setor de atendimento ao público foi o que apresentou melhor média de aprovação, com 45% dos pesquisados classificando-o de excelente e 39% de bom.

Além de primar pelo nível de capacitação da equipe, a Diretoria Cível também se preocupou em ampliar o balcão de atendimento. Com a mudança para a sobreloja do Fórum Paula Batista, em janeiro passado, a maior disponibilidade de espaço físico possibilitou o aumento da equipe responsável pelo atendimento, que hoje conta com seis pessoas. Além disso, foi disponibilizada uma linha telefônica específica - o número é 419.3500 - para fornecer informações sobre processos.

Mas a principal mudança, segundo Regina, deve ser atribuída à padronização dos procedimentos internos de controle processual, que resultaram em maior agilidade no andamento de processos, com rápido cumprimento dos despachos e decisões. "Se o processo existe, ele tem que andar. E aqui todos os processos estão andando segundo a ordem cronológica de chegada", afirmou a diretora.

Juízes em estágio probatório se aperfeiçoam

Uma turma de 15 juízes iniciou, ontem, mais uma etapa do estágio probatório: um curso de aperfeiçoamento que vai até o dia 2 de dezembro, período em que serão aprofundados aspectos do direito cível, penal, eleitoral, administrativo e constitucional. Coordenado pela Corregedoria Geral, com apoio do Tribunal de Justiça, o curso tem aulas ministradas por professores da Esmape. Durante a palestra inicial, o corregedor geral, desembargador Mário Melo, falou de aspectos práticos da vida de um magistrado, salientando sobretudo a necessidade de o juiz manter um contato direto e efetivo com a sociedade. Os juízes avaliadores Eudes França e Laiete Jatobá participaram da abertura.

Após o curso, os juízes vão apresentar duas monografias

O grupo, que se encontra em processo de vitaliciamento, tem um prazo de 30 dias para apresentar, após o curso, duas monografias sobre temas cível e criminal, de livre escolha. O estágio probatório, no entanto, só será concluído em junho do próximo ano. Todos atuam em Comarcas do Sertão, no chamado Polígono da Maconha, como Cabrobó, Parnamirim e Belém do São Francisco. Esta é a terceira turma de magistrados nomeada na atual gestão, num total de 54 juízes substitutos de primeira entrância. A primeira turma, composta de 27, concluiu o processo de vitaliciamento em outubro, enquanto que os processos dos 12 juízes da segunda turma estão prontos e serão julgados pela Corte Especial que avaliará as condições de cada um adquirir a garantia constitucional da vitaliciedade.

Marcos Costa

A Corregedoria Geral de Justiça reuniu uma turma de 15 juízes para o curso

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Ênio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife/PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: ...@tjpe.gov.br

TJE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 219 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 24 de novembro de 1999

Praça da República é inaugurada

Ao som da Banda da Cidade do Recife e sob uma chuva de fogos de artifícios, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão; o prefeito da Capital, Roberto Magalhães; e o governador do Estado, Jarbas Vasconcelos, acionaram o sistema que faz movimentar a fonte luminosa da Praça da República. O gesto, ocorrido no início da noite da última segunda-feira, simbolizou a inauguração das obras de recuperação da praça, situada entre os palácios da Justiça e do Governo, cuja manutenção ficará, a partir de agora, a cargo do Judiciário pernambucano.

Além de abrigar as sedes dos dois poderes - Judiciário e Executivo - a Praça da República reúne ainda o Teatro Santa Isabel e, do lado oposto, as margens do Rio Capibaribe. Essa composição faz dela um dos mais belos locais da cidade do Recife. Sua recuperação, que custou mais de R$ 6 milhões ao município, havia sido anunciada por Magalhães ao presidente do TJPE ainda em fevereiro do ano passado, quando Galvão fez sua primeira visita na condição de chefe do Poder Judiciário ao prefeito da Capital.

À época, Etério Galvão, que durante a solenidade de posse assinou o compromisso de adoção da praça, discutiu com Roberto Magalhães formas de dotar o local de melhores condições, preservando-o permanentemente, visando transformar a praça em uma referência turística. Na mesma ocasião, além de assumir a co-responsabilidade dos serviços de manutenção e jardinagem, o presidente do TJPE se propôs a abrir as portas do Palácio da Justiça a visitas cujo roteiro incluiria também a Praça da República. Em seu discurso, Etério Galvão enfatizou a importância que a praça ora restaurada tem para o Judiciário estadual, por completar o conjunto arquitetônico do qual o Palácio da Justiça é parte, e lembrou que sua posse, no início do ano passado, e a Camata Natalina, promovida pelo TJPE, foram realizadas naquele local. "Se, como diz o poeta, a praça é do povo, então também é certo dizer: a praça é nossa. Porque temos também que ser povo e chegar junto dele", observou.

Falando também pelo governador Jarbas Vasconcelos, a pedido do próprio chefe do Executivo estadual, Etério disse que "esta praça não é apenas uma figura geométrica, mas um traço de união, ligando o Judiciário ao Executivo e que reúne os três poderes", fazendo referência à proximidade da sede do Legislativo, localizada do outro lado da ponte que liga a Rua do Sol à Aurora.

Da solenidade, participaram vários desembargadores, entre outras autoridades do meio jurídico e político do estado de Pernambuco.

Marcos Costa

O presidente do Tribunal de Justiça, Etério Galvão, disse que a Praça da República é mais do que um monumento arquitetônico. "Ela simboliza a união entre os três poderes"

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Gracco

Redatores:
Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1963
e-mail: ascom@tje.pe.gov.br

Justiça nas Ruas vai de Afogados a Igarassu

Pela segunda vez, depois de cerca de um ano de implantação, o Justiça nas Ruas sai dos bairros da cidade e se estende à Região Metropolitana do Recife. No dia 4 de dezembro, os serviços itinerantes da Justiça pernambucana chegam a Igarassu para beneficiar a comunidade com a emissão gratuita de documentos.

O sistema é o mesmo que foi realizado nos bairros do Recife, com utilização de uma unidade móvel e equipes do Judiciário, TRE, Delegacia do Trabalho e Secretaria de Segurança Pública prestando assistência à população, a exemplo de Afogados, último a ser beneficiado, sábado 20.

Nesse bairro, aproximadamente 500 pessoas do Caranguejo, Tabaiares e comunidades vizinhas foram atendidas entre 9 e 17h, na Rua Felipe Moura. As habilitações para casamento não foram emitidas, dessa vez, por impossibilidade técnica, seguindo informações da Ouvidoria Judiciária.

Foram emitidos os seguintes documentos: carteira de do trabalho (96), antecedentes criminais (64), título de eleitor (108), carteira de identidade (174) e certidão de nascimento (38).

Tabagismo

Tabagismo é o tema da palestra que acontece hoje, a partir das 16h, no 2º Tribunal do Júri do Fórum Thomaz de Aquino. Promovida pela Diretoria de Recursos Humanos em parceria com a Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça, a palestra será ministrada pela assistente social Maristela Menezes, que coordena o Programa de Controle do Tabagismo do Hospital das Clínicas.

Encontro

O 44º Encontro do Colégio Nacional de Presidentes de Tribunais de Justiça do País, que se realizará no Recife, no dia 2 de dezembro, terá como tema central o Judiciário do Ano 2000. Os chefes dos Judiciários estaduais, recebidos pelo presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, estarão reunidos no Hotel Atlante Plaza, em Boa Viagem, discutindo as iniciativas para uma melhor prestação do serviço judiciário.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 220 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 25 de novembro de 1999

Comissão Estadual mantém cadastro de adoção em andamento

Roberta Tavares

O cadastro de adoção de pretendentes estrangeiros, de países que não assinaram a Convenção de Haia, vai tramitar normalmente em Pernambuco até o dia 30 de junho do ano 2000. A iniciativa da Comissão Estadual Judiciária de Adoção - Ceja - cria o período de transição para não prejudicar pais adotantes que já estavam com a habilitação em andamento antes do documento internacional entrar em vigor em junho passado.

O assunto foi apresentado em outubro, pelo juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, no 18º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude. Na ocasião eleito vice-presidente da ABMP, o titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife disse que a medida, que agora serve de modelo a outros estados, não contraria as mudanças determinadas na Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional.

Pelas decisões da Ceja, os juízes pernambucanos competentes para julgar matérias da Infância e Juventude devem exigir que os pedidos de cadastramento de adotantes estrangeiros e de Adoções Internacionais somente sejam formulados por entidades credenciadas. Os juízes devem, ainda, após o trânsito em julgado da decretação do pátrio poder, remeter à Ceja uma ficha com os dados disponíveis da criança ou adolescente e sua família de origem em modelo próprio, assim como o some do pretendente estrangeiro escolhido, cadastrado na Comarca, segundo critérios de prioridade previamente determinados. Estas e outras determinações fazem parte da Resolução 04/99 da Ceja, composta de seis artigos, que tem o objetivo de adaptar os aspectos operacionais ao cumprimento da Convenção de Haia.

Haia - Ratificada pelo Brasil em março, a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional de Haia entrou em vigor em junho, estabelecendo que as Cejas são, agora, autoridades centrais nos respectivos estados de funcionamento. Ligadas a uma autoridade central administrativa - a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, estabelecida por decreto presidencial - as comissões estaduais passam a funcionar como banco de dados dos candidatos brasileiros e estrangeiros à adoção.

Segundo Luiz Carlos Figueiredo, as modificações burocratizam, mas, em compensação, oferecem maior segurança ao ato de adoção. "A criança deve crescer em meio familiar e em clima de compreensão", afirmou o juiz pernambucano.

O juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife e vice-presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça, Luiz Carlos Figueiredo, garantiu que, com as modificações, o ato de adoção será mais seguro e defendeu ainda a necessidade das crianças e adolescentes crescerem em um meio familiar favorável e em clima de compreensão.

Marcos Costa

Inauguração

A inauguração do prédio do novo fórum do Recife, na Ilha Joana Bezerra, será realizada no próximo dia 3, às 18h30. Com o objetivo de manter a proposta de abertura do Poder Judiciário para a sociedade, marco de sua gestão, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, programou para a solenidade a realização do mais novo show do cantor pernambucano Alceu Valença, que poderá ser visto pelo público nas escadarias do Fórum do Recife.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Abdalaza e Sérgio Moraes

Fotografia: Aron Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3253 Fax 424.1163

e-mail: assic@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 221 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 26 de novembro de 1999

TJPE amplia instalações do Juizado Cível de Petrolina

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, está hoje, em Petrolina, para inaugurar as novas salas do Juizado Especial Cível (JEC). Segundo a coordenadora dos Juizados Especiais, Gisela Pires, as novas dependências - quatro salas anexas às atuais instalações do Juizado, no mesmo prédio onde também funciona o Fórum da cidade - foram providenciadas para unificar o horário de atendimento daquele JEC.

Com a ampliação, as três turmas de conciliação, que funcionavam em dois horários, passam a funcionar em único turno, das 12 às 18h. "As novas salas foram equipadas com o objetivo de unificar o horário de funcionamento, visando à redução de gastos. Antes, com dois turnos, os Juizados tinham dois juízes disponíveis, um para cada turno. Agora, será necessário apenas um juiz, sem contar com a economia em energia elétrica, que terá o consumo reduzido", observa Gisela.

O presidente Etério Galvão já inaugurou vários Juizados Criminais no Interior do Estado

Ainda segundo a coordenadora, o funcionamento em um turno não prejudicará o atendimento à sociedade. Ao contrário, vai facilitar o acesso às informações.

Inaugurações

Durante a atual gestão, foram inaugurados os Juizados Especiais Criminais de Vitória de Santo Antão, Caruaru e Garanhuns, além do Juizado de Execuções Cíveis da Capital.

Ana Lima/Arquivo

O Criminal de Caruaru foi inaugurado no ano passado

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Nitch

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christiane Alcântara

Redação: Rua da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone: (081) 419-3251 Fax: 424.1183
e-mail: assdl@tjpe.gov.br

Esmape abre inscrições para o ano 2000

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) vai abrir, a partir do próximo dia 29, as inscrições do exame seletivo para o primeiro semestre do ano 2000. Os interessados poderão procurar a sede da própria Esmape - no prédio do Colégio Americano Batista, à Rua Dom Bosco, 1308 - ou ainda o Instituto Pernambucano de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (IPAD), com endereço na Agamenon Magalhães, 2656, sala 706, no bairro do Espinheiro.

Ao todo serão cem vagas. As inscrições, com taxa de R$ 65, se estenderão até o dia 17 de dezembro e as provas estão previstas para nove de janeiro. O manual de instruções ao candidato, que pode ser adquirido nos mesmos locais de inscrição, também a partir do dia 29, custa R$ 5.

Mais informações podem ser obtidas pelos telefones 421.8457, 421.1816 e 421.7678, todos da Esmape, que atende no horário das 10 às 22h. No IPAD, o atendimento é das oito às 17h.

Os interessados podem se dirigir à Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, que funciona no Colégio Americano Batista, até o próximo dia 17. São cem vagas com taxas de inscrição no valor de R$ 65.

Ana Lima/Arquivo

Encontro

De 26 presidentes de Tribunais de Justiça do País, convidados para o 44º Encontro do Colégio Permanente, 21 já confirmaram presença. Serão recebidos pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão. O Encontro se realiza quinta-feira 2, no Recife, com abertura marcada para as 18h30, no Palácio da Justiça.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 222 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 27 de novembro de 1999

Etério Galvão implanta o Viver Legal nesta segunda

O projeto Viver Legal, que garante a emissão gratuita de certidão de nascimento aos bebês recém-nascidos, terá seu ato solene de implantação nesta segunda-feira, às 9 h, na Maternidade Bandeira Filho. Durante a solenidade, estarão presentes o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão e os secretários estaduais de Saúde, Guilherme Robalinho, de Justiça, Humberto Vieira de Melo e o secretário de Saúde do Recife, Eduardo Nogueira.

Por meio do projeto, ao sair da maternidade, cada mãe vai receber um guia indicando dia e horário para assinatura do livro de registro no prazo médio de cinco dias após o nascimento, segundo determina a legislação.

Marcos Costa

Cada mãe vai receber um guia para assinatura do livro de registro

Se a mãe não comparecer ao cartório em 15 dias, a Ouvidoria Judiciária vai enviar uma convocação para que a documentação seja regularizada no prazo legal.

Para que o projeto funcione, serão instalados, nas maternidades, equipamentos de informática, cedidos pela Elógica, que vão possibilitar o envio de informações sobre os nascimentos ocorridos diariamente pela Internet. No Recife, são mais de dois mil nascimentos por mês nas maternidades públicas, mas apenas 900 bebês são registrados pelos cartórios civis.

Aemepe promove bazar para compra de cestas básicas

A realização de um bazar, que funcionou durante as quinta e sexta-feira passadas, e mais o sorteio de duas bicicletas, cujos bilhetes ainda estão à venda, foram algumas das alternativas encontradas pela Associação das Esposas dos Magistrados com o objetivo de arrecadar fundos para a compra de cestas natalinas. A meta da associação é comprar pelo menos 500 cestas, que serão distribuídas com os funcionários de empresas particulares que prestam serviços ao Judiciário Estadual.

Como acontece todos os anos, a Aemepe prioriza os trabalhadores que recebem menos de dois salários mínimos. "No ano passado, foi oferecido um dia de lazer para aqueles funcionários e seus familiares. Este ano, nós realizamos uma consulta prévia entre os beneficiários e cerca de 90% optaram pela cesta, em vez de um dia no Playcenter", esclareceu a presidenta da associação, Valéria de Freitas.

A cesta que será distribuída pela Aemepe contém os produtos de uma cesta básica, acrescidos de mais dez outros itens, como chocolate em pó, ameixa, panetone, sidra, leite condensado, entre outros alimentos típicos de uma ceia natalina. A distribuição vai ser feita no próximo dia 9, a partir das 14 horas, no Salão dos Passos Perdidos.

Quem quiser contribuir pode procurar a sede da Aemepe, no andar térreo do Palácio da Justiça, onde estão sendo vendidos os bilhetes das bicicletas que serão sorteadas no mesmo dia em que serão distribuídas as cestas de natal.

Marcos Costa

A meta da Aemepe é comprar pelo menos 500 cestas básicas que serão entregues aos funcionários

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christiane Alcântara, Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.1365
e-mail: asco@tjpe.gov.br

Agenda

Encontro
O Poder Judiciário Pernambucano se prepara para receber presidentes de Tribunais de Justiça de todo o Brasil quinta e sexta-feira. Eles estarão no Recife discutindo os rumos do Judiciário do Ano 2000. Já está confirmada a presença de 21 presidentes de TJs.

Inauguração
O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, inaugura o prédio do novo fórum do Recife nesta sexta-feira, às 18h30. Após o ato solene de inauguração, está programado um show de Alceu Valença aberto ao público.

Curso de Aperfeiçoamento
Os 15 juízes, em estágio probatório, que estão fazendo o curso de aperfeiçoamento promovido pela Corregedoria Geral de Justiça, concluem quinta-feira, 2. A partir daí, eles terão um prazo de 30 dias para apresentar duas monografias.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 223 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 30 de novembro de 1999

Viver Legal realiza primeiro ato

Taiane Soares da Silva, recém-nascida, é a primeira cidadã beneficiada pelo Projeto Viver Legal. Segunda filha de Karina Soares da Silva, nasceu domingo na Maternidade Bandeira Filho, em Afogados, de onde já saiu com um formulário que lhe garante a emissão gratuita da certidão de nascimento. O formulário indica hora, dia e local para assinatura do livro de registro, no prazo médio de cinco dias após o parto.

As duas estavam ontem no lançamento oficial do projeto, uma parceria do Tribunal de Justiça, Secretarias Estaduais de Justiça e Saúde e Municipal de Saúde, Associação dos Cartórios de Registro Civil e Elógica. O Viver Legal funciona também na Maternidade Agamenon Magalhães, em Casa Amarela. Até julho do próximo ano o projeto estará implantado em todas as maternidades públicas do Recife e, até dezembro de 2001, todo o Estado de pernambuco será também beneficiado.

Até o ano 2001, todo o estado de Pernambuco será beneficiado com o projeto

Durante a solenidade de instalação do projeto, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Estério Galvão, falou da importância que o Viver Legal tem para a cidadania. Ao elogiar a iniciativa do TJ, Karina da Silva, 20 anos, disse que "tudo agora vai ser mais fácil". Ela se referia ao fato de que quando seu primeiro filho nasceu, ao contrário de Taiane, só conseguiu o registro de nascimento porque o marido chegou no cartório antes das cinco da manhã.

A diretora da Maternidade Bandeira Filho, Maria Helena Barcelos, disse que a imagem de intimidação que o Tribunal de Justiça passava antes da instalação do projeto Viver Legal cedeu lugar à convicção de que existe seriedade no trabalho-parceria que vem sendo feito em prol da cidadania pernambucana.

Taiane, no colo de mãe, foi a primeira cidadã a se beneficiar com o projeto Viver Legal

Inauguração

Assim como alguns eventos que o Tribunal de Justiça realizou ao longo desses dois anos, a exemplo da Cantata Natalina, em dezembro passado, a entrega do prédio do Fórum do Recife, sexta-feira 3, também tem um toque popular. O cantor pernambucano Alceu Valença vai mostrar o seu mais novo espetáculo, durante apresentação aberta ao público. Começa depois da solenidade de inauguração, às 18h30. O Fórum está localizado na Ilha de Joana Bezerra.

Psicologia Jurídica é tema de seminário

"A família na Justiça, novos enfoques" é o título do seminário que está sendo promovido pelo Conselho Regional de Psicologia - 2ª Região, com a colaboração do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CAP). O evento será realizado no próximo dia 10, no Auditório do Centro Integrado da Criança e do Adolescente, na rua Fernandes Vieira, nº 405, Boa Vista.

Os interessados podem se inscrever até o dia 3, no próprio Conselho Regional de Psicologia ou no Centro de Apoio. A inscrição custa R$ 15. Entre os objetivos do seminário, estão a difusão da prática da Psicologia Jurídica, área considerada nova entre os profissionais, e o intercâmbio entre os psicólogos jurídicos de Pernambuco e os do Distrito Federal. Na programação, estão previstas palestras como a de *Atuação da equipe interdisciplinar nas Varas de Família do Recife*, que será proferida por Helena Ribeiro Fernandes, chefe do CAP; e *Terapia familiar sistêmica na Justiça de Brasília*, pela psicóloga Marília Lobão, chefe do Serviço Psicossocial do Distrito Federal e Territórios. O seminário vai contar ainda com painel sobre o tema *A violência começa em casa*. O evento será aberto a debates. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 421-5080, ramais 254 a 258.

O seminário vai debater, entre outros assuntos, a violência na família

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Estério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mércia Gomes

Redatores: Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Aurin Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1063 e-mail: asimp@tjpe.gov.br

FPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 224 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 1º de dezembro de 1999

Judiciário garante décimo terceiro

O Tribunal de Justiça de Pernambuco paga o décimo terceiro no próximo dia 20. O anúncio foi feito, ontem, pelo presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão. A folha de dezembro também está garantida para o dia 22.

Todas as iniciativas visaram garantir um natal e final de ano mais folgados para servidores e magistrados, segundo o presidente do TJPE, Etério Galvão

O chefe do Judiciário afirmou que o pagamento só será possível devido às medidas de economia que vêm sendo implementadas desde o início do ano. O Tribunal de Justiça diminuiu as despesas no custeio, como os gastos com manutenção, material de consumo, material de expediente e contratação de serviços de terceiros.

O diretor de Finanças, Alexandre Baracho, explicou que, no ano passado, era gasto R$ 1,2 milhão ao mês com custeio. Este ano, a despesa caiu para R$ 800 mil. "Isso representou uma economia de R$ 4,8 milhões. Além disso, foram também realizadas aplicações financeiras de recursos que geraram mais de 4 milhões", afirmou Baracho.

Com as economias e alguns saldos do ano passado, o Tribunal de Justiça conseguiu superar o valor da folha de pagamento que gira em torno de R$ 10,5 milhões, segundo dados da Diretoria de Finanças. Alexandre Baracho disse ainda que o terço das férias também será devidamente pago.

De acordo com Etério Galvão, todas essas iniciativas visaram garantir um natal e fim de ano mais folgados para servidores e magistrados. "O estado passa por dificuldades, mas é importante se preocupar com a satisfação daqueles que fazem as instituições e foi pensando neles que tomamos essas iniciativas", concluiu o presidente do TJPE.

Parceria reativa liberdade assistida

Ainda antes do fim do ano, cerca de 70 voluntários de organizações não-governamentais serão treinados para orientar 220 adolescentes que cometeram infrações leves e se encontram cadastrados no programa de liberdade assistida. A iniciativa, resultado de convênio firmado entre a 2ª Vara da Infância e da Juventude, Governo do Estado, Prefeitura do Recife e Ministério Público, permite ampliar o programa que, por falta de recursos, funcionava parcialmente com apenas 30 orientadores.

Pelo acordo, o Governo do Estado repassará aos Conselhos da Criança R$ 14 mil mensalmente, até junho. No segundo semestre, a Prefeitura assumirá a responsabilidade. Os recursos serão entregues às Ong's inscritas no programa e destinados ao pagamento de bolsa dos orientadores. O treinamento será realizado pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, com apoio do Judiciário.

De acordo com o titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude, juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, o programa de liberdade assistida tem o objetivo de reintegrar os jovens infratores nas relações familiares e na escola, assim como buscar sua colocação em cursos profissionalizantes. O programa foi criado pela 2ª Vara em agosto de 1994 e apresentou índices em torno de 100% de recuperação, sem que os jovens reincidissem.

Com a falta de recursos e, conseqüentemente, o desestímulo dos orientadores que buscaram outras ocupações, verificou-se uma queda na estatística. Os dados ainda estão sendo fechados, mas o juiz Luiz Carlos Figueiredo afirma que, desde o início do ano, houve "aumento acentuado da delinqüência juvenil, principalmente nos casos graves". Em contrapartida, acrescentou o juiz, notou-se também o aumento no extermínio de menores. Atualmente, apenas 20 adolescentes estão recebendo orientação.

Com o treinamento dos voluntários encaminhados pelas ong's, o juiz espera reintegrar todos os adolescentes cadastrados no liberdade assistida e, com isso, reduzir a reincidência infracional. Luiz Carlos acredita que o acordo firmado entre o Judiciário e os governos estadual e municipal o programa voltará a apresentar os resultados anteriores.

O programa de liberdade assistida, da 2ª Vara da Infância e da Juventude, prevê a ressocialização dos menores, buscando sua integração nas relações familiares

Inauguração

O público que comparecer à inauguração do prédio do novo Fórum do Recife, sexta-feira 3, vai poder apreciar dois painéis do artista plástico Francisco Brennand. Feitas especialmente para compor as paredes esquerda e direita do salão principal do Fórum, as peças foram criadas em cerâmica e são integradas por cerca de cinco mil pedras em tamanhos e formatos diferentes. Cada painel tem, pelo menos, 250m2.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guenes

Redatores: Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Anis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3281 Fax 424.1143

e-mail: xxxx@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 225 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 2 de dezembro de 1999

ENCONTRO

Justiça brasileira se encontra em Pernambuco

Um total de 23 representantes da Justiça estadual de todo o Brasil estará presente ao Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça que será aberto hoje, durante solenidade realizada no Palácio da Justiça, às 18h30. Eles vão estar reunidos amanhã, no Salão de Convenções do Hotel Atlante Plaza, em Boa Viagem, discutindo os rumos do Judiciário do ano 2000. Realizado a cada mês em um estado diferente, agora é a vez de Pernambuco sediar a reunião.

Durante os encontros, os desembargadores têm debatido, principalmente, temas referentes à Reforma do Judiciário e às mudanças que o Poder vem sofrendo para se adaptar a novas realidades. De acordo com o presidente do Trjbunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, essas reuniões são fundamentais para o fortalecimento da Justiça estadual e para firmar o Judiciário como um Poder atuante na política local e nacional.

Na pauta do encontro, está prevista a apresentação de iniciativas pioneiras do Poder Judiciário de Pernambuco, implementadas durante a atual gestão. Entre elas, a implantação da primeira Ouvidoria Judiciária do País, serviço que tem funcionado como um canal de comunicação entre a Justiça estadual e a sociedade.

Outra experiência desenvolvida que será apresentada é a criação do Agenda Livre, projeto em que o presidente do TJPE recebeu entre abril do ano passado e setembro deste ano cerca de duas mil pessoas a cada primeira sexta-feira do mês, sem necessidade de agendamento prévio.

Na troca de experiências que caracteriza os encontros, o TJPE vai apresentar iniciativas como a Ouvidoria Judiciária, a primeira do país

FÓRUM DO RECIFE

TJPE inaugura amanhã prédio do novo Fórum

O Poder Judiciário de Pernambuco está pronto para a solenidade de inauguração do edifício do Fórum do Recife, que será realizada amanhã, às 18h30, na Ilha Joana Bezerra. Já foram confirmadas as presenças do prefeito da cidade, Roberto Magalhães, e do governador do Estado, Jarbas Vasconcelos. Para o evento, que vai contar com um show de Alceu Valença, aberto ao público, foi montado um esquema de segurança e tráfego. A expectativa é de que o evento reúna mais de cinco mil pessoas. Para chegar ao prédio, quem vem do Centro, pela Avenida Agamenon Magalhães, passando pelo Viaduto Joana Bezerra, deve seguir pela lateral da Estação do Metrô. Para quem está saindo de Boa Viagem, o acesso será possível pela lateral do prédio. Segundo o assessor policial-militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco, coronel Roberto Melo, a segurança será garantida com a presença do Batalhão de Choque, Cavalaria, 16º batalhão da Polícia Militar, Batalhão da Polícia de Trânsito e efetivo da Assessoria Policial-Militar do TJPE. Roberto Melo disse ainda que haverá uma guarnição de prevenção e combate a incêndio do Corpo de Bombeiros e uma equipe de paramédicos.

Ana Lima

Um show com o artista Alceu Valença está previsto na inauguração do edifício, que acontece amanhã, às 18h30

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gueiros

Redatores: Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n, Sto Antônio - Recife-PE

Fone/Fax(081) 419-3251 Fax 424-1163

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

TJE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 226 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 3 de dezembro de 1999

INAUGURAÇÃO

Etério Galvão entrega prédio do novo Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, atende hoje, com a inauguração do prédio do novo Fórum do Recife, na Ilha Joana Bezerra, às 18h30, uma necessidade do Judiciário estadual identificada há 15 anos: a construção de um edifício que concentrasse as varas da Capital com o objetivo de prestar melhores serviços à sociedade. Após a solenidade de inauguração, haverá show de Alceu Valença aberto ao público.

No terreno de 42 mil metros quadrados, doado em 1984 pelo então governador do Estado Roberto Magalhães, foi erguido um prédio de seis pavimentos que vai abrigar 80 varas, dois salões de júri, biblioteca, auditório, restaurante, correios e posto bancário. A área, onde está situado o novo Fórum, tem ainda um estacionamento com capacidade para 650 veículos. O projeto arquitetônico é resultado de um concurso nacional promovido pelo TJPE em 1997.

A última construção realizada em Pernambuco para funcionamento da Justiça data de 1930, quando foi concluído o Palácio da Justiça, sede do Judiciário no Estado. A obra do Fórum do Recife foi iniciada em agosto do ano passado, com o lançamento da pedra fundamental, e o prazo para inauguração do prédio, prevista para este mês, está sendo cumprido.

As Varas Cíveis e Criminais, que se encontram espalhadas pelos Fóruns Paula Batista e Thomáz de Aquino e ainda na rua do Sol, serão transferidas para o prédio. A expectativa é oferecer melhores condições de trabalho a funcionários e magistrados e, consequentemente, prestar serviços mais adequados à população.

Anita Lima

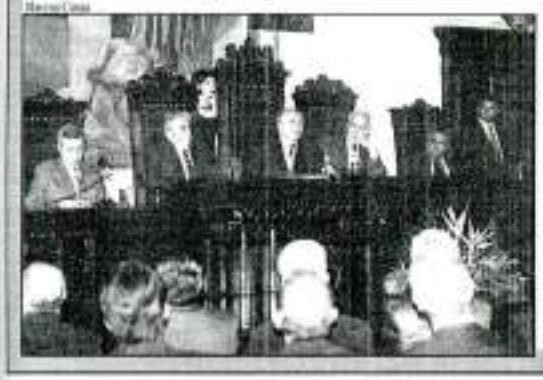
Ontem foi armada a estrutura para realização do espetáculo que marcará a cerimônia de inauguração do edifício do novo Fórum, hoje, às 18h30

44º Encontro dos Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

Presidentes se reúnem e discutem um novo Judiciário

"Não vale a pena discutir se temos, no Brasil, um sistema jurídico autônomo, autodeterminado que, como em outros países, seja apenas influenciado pelos demais subsistemas sociais (principalmente o econômico), mas não dependa deles para funcionar." Estas palavras, do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, marcaram ontem a abertura do 44º Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Realizada no Palácio da Justiça, a solenidade contou com a presença do governador Jarbas Vasconcelos e de autoridades convidadas.

Marcos Costa



A abertura aconteceu na sala do Tribunal Pleno do Palácio da Justiça

Ao abrir o Encontro, o presidente do TJPE disse que o que se busca hoje é aquilo que já se chamou de Direito ou Justiça co-existencial, que não se identifica com o Direito Alternativo nem com nenhuma corrente do Direito meramente legalista, mas uma que seja Justiça preocupada com uma vida digna, direito de todos, e com o respeito ao diverso - fundamento básico da democracia.

O 44º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil reúne, hoje, no Salão de Convenções do Atlante Plaza, em Boa Viagem, 23 chefes de Judiciários estaduais.

A proposta de reforma do Judiciário é o tema principal do Encontro. Sob a presidência do desembargador Etério Galvão, também está programada a discussão da escolha da mesa diretora dos tribunais por voto direto dos juízes. Serão ainda apresentadas experiências pioneiras do Judiciário pernambucano, como a implantação da primeira Ouvidoria Judiciária do País, o projeto Agenda Livre e a proposta de implantação de audiência on line.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Clemilane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Anita Lima e Marcos Costa

Diagramação: Sérgio Marcos

Redação: Pça da República, s/n (to Antonio - Recife-PE. Fone(081) 419-3321 Fax 424.1161 e-mail: asscs@tje.pe.to

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 227 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 4 de dezembro de 1999

Judiciário do ano 2000

Prédio do novo Fórum do Recife é inaugurado

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, inaugurou, ontem, na Ilha Joana Bezerra, o edifício que vai abrigar as 80 varas do Recife. Durante a solenidade, que contou com a presença de presidentes de Tribunais de Justiça de todo o Brasil, ele afirmou que a decisão de construir o prédio do novo Fórum do Recife foi inspirada no ideal de que o povo tem direito a uma justiça ágil e eficiente, compatível com as suas necessidades.

A expectativa é de que, com o prédio, o Judiciário pernambucano que, há anos sofre com a falta de espaço físico, possa oferecer um melhor serviço à sociedade. "Cumpri com o meu dever de proporcionar aos meus jurisdicionados uma justiça mais ágil e preparada para os desafios que enfrentará o novo milênio", assegurou o presidente Etério Galvão.

Ele disse ainda que o Fórum vai mudar a face do Judiciário estadual e lembrou que a última construção destinada a atender às necessidades da Justiça em Pernambuco data de 1930, quando foi erguido o Palácio da Justiça.

Etério Galvão entregou o edifício do Fórum durante solenidade na Ilha de Joana Bezerra

Show

Após a inauguração, foi a vez de Alceu Valença dar um show à parte, aberto ao público nas escadarias do novo prédio. Durante a apresentação, o cantor e advogado pernambucano, acompanhado por uma camerata de cello, violão e viola, interpretou antigos e novos sucessos, com direito a homenagens a mestres da música popular, como Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro.

O prédio estará em pleno funcionamento em fevereiro do próximo ano

Colégio elabora carta à Nação

Reunido ontem no Recife, durante o 44º Encontro, o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil mostra-se preocupado com o atual momento do país. Segundo os 24 representantes de Justiças estaduais, presentes ao Encontro, existe um movimento desagregador das instituições, com demonstrações públicas de desarmonia entre os Poderes, o que afeta a estrutura do Estado Democrático de Direito.

A preocupação foi documentada na Carta do Recife, onde estão as conclusões dos debates realizados durante o evento, no Salão de Convenções do Atlante Plaza, em Boa Viagem.

A reforma judiciária foi o tema central das discussões. Dentre os protestos registrados, o Colégio repudia o que considera inoportuno e inconveniente: a proposta que prevê a representação obrigatória das partes por advogados em ações nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. A idéia, segundo os presidentes, desestimularia o acesso de pessoas de baixa renda aos Juizados. No Encontro, presidido pelo desembargador Etério Galvão, o Colégio afirmou ser pouco significativa a proposta de reforma do Judiciário.

Vinte e quatro presidentes de Tribunais de Justiça de todo o Brasil estiveram reunidos no Recife

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christianne Alcântara, Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Sérgio Marcos

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/FAX 419-3291 Fax 424.1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

TJ-PE - BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 228 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 7 de dezembro de 19

Fórum inaugurado começa a funcionar a partir de fevereiro

Móveis e equipamentos serão instalados durante o recesso forense

Inaugurado sexta-feira 3, pelo presidente do Judiciário estadual, desembargador Etério Galvão, o novo Fórum do Recife começa a funcionar a partir de fevereiro do ano 2000. O Tribunal de Justiça aproveita o recesso de final de ano e as férias forenses de janeiro para fazer a transferência dos móveis e instalação dos equipamentos.

Cerca de 80 Varas do Recife - cíveis, criminais e da Fazenda Estadual, atualmente no Thomaz de Aquino e Paula Batista, passarão a funcionar no novo Fórum da Capital, oferecendo à população um serviço de Primeiro Mundo, totalmente informatizado. A população será, inclusive, beneficiada pelo grande número de linhas de transporte que circulam no Complexo Viário de Joana Bezerra. O metrô será, também, uma alternativa para o usuário da Justiça. O Fórum dispõe, ainda, de estacionamento com capacidade para cerca de 700 veículos.

O prédio foi inaugurado durante solenidade que contou com a presença do governador Jarbas Vasconcelos, do prefeito Roberto Magalhães e de autoridades estaduais e municipais, além de representantes das Forças Armadas e deputados federais. Um show de Alceu Valença, aberto ao público, quebrou o ar solene da festa. A comunidade do Coque, que teve participação especial na construção do prédio - cerca de 30% dos 500 operários são moradores da Ilha de Joana Bezerra - compareceu à inauguração, recebendo do desembargador Etério Galvão agradecimentos pela cooperação dada ao Tribunal de Justiça durante os 15 meses de construção da obra.

Show

Acompanhado por uma camerata de cello, viola e violão, o cantor Alceu Valença abriu seu show intimista com um velho sucesso: a música "Coração Bobo". No decorrer do espetáculo, Alceu passeou ainda por canções de Luiz Gonzaga e de Jackson do Pandeiro. As músicas "Juazeiro" e "Solidão" deram, logo de início, o tom da nova fase do artista pernambucano.

A apresentação de Alceu foi patrocinada pela Sergen, empresa construtora do Fórum do Recife. O trabalho publicitário realizado para divulgação da inauguração do prédio foi também patrocínio. O Banco do Brasil arcou com todas as despesas.

O show de Alceu Valença, aberto ao público, foi a repetição de uma iniciativa de Etério Galvão que, ao assumir a Presidência do TJPE ano passado, promoveu um show de Geraldo Azevedo na Praça da República.

A inauguração do novo Fórum, com espetáculo popular de Alceu Valença, inicia uma nova fase da Justiça pernambucana

IBDI promove palestra de Direito da Informática

O Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática promoverá, quinta-feira 9, palestra sobre O Conflito de Marcas e Domínio na Internet. A advogada Adriana Haack Velho (foto) é a palestrante que abordará casos da jurisprudência brasileira e dos Estados Unidos.

A palestra começará às 18h30, no auditório da Corregedoria Geral da Justiça, 6º andar do Fórum Thomaz de Aquino. Haverá debates sobre questões envolvendo competência dos órgãos de Justiça e intervenção do Direito do Consumidor.

Adriana Haack, que tem mestrado na Universidade de Iowa, nos Estados Unidos, desenvolveu projetos de informática financeira, bancária e corporativa em diversos países como Romênia e Portugal.

Amepe

O candidato da chapa Participação, juiz Mozart Valadares, venceu ontem a eleição para a presidência da Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe). Ele obteve 227 votos e assume como presidente em fevereiro do próximo ano.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maroni

Fotografia:
Anco Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1863
e-mail: ainfo@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 229 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 8 de dezembro de 1999

TJPE e Anoreg firmam convênio para selo de autenticidade

O Tribunal de Justiça de Pernambuco firmou, na semana passada, um convênio de cooperação técnico-administrativa com a Associação dos Notários e Registradores do Estado (Anoreg-PE) para a implantação do selo de autenticidade e fiscalização dos cartórios extrajudiciais.

Anna Lima

Pelos termos do convênio, fornecimento, sistema de distribuição e controle do selo ficam sob a responsabilidade da empresa selecionada

Além do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, e da Anoreg-PE, Sebastião Martiniano Lins, a cerimônia de assinatura contou também com a presença do corregedor Geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Mário Melo. A Corregedoria Geral figura nos termos do convênio como interveniente.

Considerado o método mais efetivo de controle do recolhimento, o selo, de acordo com a Consultoria Jurídica do TJPE, vai funcionar como instrumento de preservação da segurança e confiabilidade dos serviços extrajudiciais. Do mesmo modo, esse método de controle assegura a autenticidade de atos notariais e registrais, principalmente de reconhecimento de firmas, autenticação de cópias de documentos e expedição de certidões. Além disso, as próprias serventias terão maior proteção contra fraudes e falsificações.

Segundo o secretário-adjunto de Administração, Aldo Ramos, "por este convênio, a Anoreg vai fazer a seleção e contratação da empresa responsável pela confecção do selo". A ratificação da empresa selecionada, a quem caberá fornecer os selos e operacionalizar o sistema de distribuição e controle, passará pela análise do TJPE. O Tribunal, através da Corregedoria Geral da Justiça, fiscalizará a distribuição e utilização do selo de autenticidade.

Ao Tribunal de Justiça caberá, também, o reembolso às serventias dos custos com os selos aplicados nos atos gratuitos, mediante prestação de contas aprovada pela Diretoria de Finanças do TJPE.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Medeiros e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Presidente eleito anuncia projetos

O presidente eleito para a Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), juiz Mozart Valadares, comemorou sua vitória afirmando que a tônica de sua gestão será investir no aperfeiçoamento da magistratura.

Eleito com 227 votos para dois anos de um mandato que começa em fevereiro do próximo ano, Mozart Valadares disse que pretende fortalecer a magistratura por meio de iniciativas como o 2º curso de pós-graduação para magistrados, a continuação do Fórum de Debates e a criação de uma cooperativa de crédito.

Atualmente, Valadares é vice-presidente da Amepe. Ele ressaltou que a vitória é fruto de uma gestão transparente, democrática e de várias conquistas institucionais.

O presidente eleito definiu ainda que seus dois anos à frente da Associação serão marcados por uma preocupação especial com os juízes do 1º grau, principalmente os do Interior, o que, segundo ele, confirma a interiorização da Amepe.

Marcos Costa

Participação do Coque é lembrada

A comunidade do Coque foi lembrada durante a solenidade de inauguração do prédio do novo Fórum do Recife. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, ressaltou a importância da participação dos moradores no período da construção da obra. O Judiciário desenvolveu o projeto Boa Vizinhança, que teve o objetivo de estabelecer uma relação entre o Poder e a população do Coque. Segundo depoimento de um dos líderes comunitários Renê Guedes, a obra já trouxe várias conseqüências positivas para os moradores. Entre elas, maior segurança e valorização da área, além de um estreitamento da relação entre a comunidade e a Justiça.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 230 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 10 de dezembro de 1999

Justiça nas Ruas atende bairro da Torre

O Tribunal de Justiça realiza, dia 18, mais um programa Justiça nas Ruas. Último do ano, desta vez ele vai ao bairro da Torre, beneficiando as comunidades de Santa Luzia, Cardoso e Beira-Rio, onde vivem cerca de 30 mil pessoas carentes. A estimativa é do padre Romeu, que coordena a chegada do programa àquela paróquia.
De acordo com o padre, embora ainda não se saiba o número de pessoas interessadas no recebimento gratuito dos documentos que garantem a cidadania, a falta de registro civil de nascimento é, com certeza, a maior necessidade no momento. "Sem ele, não há batismo, nem casamento", afirma o padre Romeu, adiantando que a comunidade é carente e não dispõe de recursos para tirar os documentos. "O Justiça nas Ruas vai aliviar essa deficiência", disse. A unidade móvel do programa vai estacionar na Praça da Torre, em frente à Igreja, das 9h às 17h.

O Justiça nas Ruas beneficia comunidades carentes com a emissão gratuita de documentos

Parceria - O Justiça nas Ruas integra a Ouvidoria Judiciária. O primeiro atendimento itinerante foi em março, no Coque. Tem o objetivo de atender a população gratuitamente, numa parceria com o Instituto Tavares Buril, Tribunal Regional Eleitoral, Cartórios de Registro Civil e Ministério do Trabalho. As comunidades são atendidas por ordem de solicitação.

Presidente encerra o ano cumprindo compromissos estaduais

A abertura do Judiciário pernambucano, empreendida durante os últimos dois anos, será o assunto abordado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, para uma platéia de juízes do Rio Grande do Norte, dia 17, numa iniciativa da Associação dos Magistrados daquele estado. Agenda Livre, Justiça nas Ruas, Ouvidoria Judiciária, entre outros programas, serão apresentados como principais fomentadores da aproximação da Justiça de Pernambuco com a sociedade.
Recém-chegado de Brasília, onde tomou posse no cargo de vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), na quarta-feira, 8, Galvão também em viagem para São Luís, a convite do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Buyma Araújo. Desta vez, Galvão vai receber a Medalha do Mérito Judiciário, homenagem concedida pelo Judiciário daquele estado ao desembargador pernambucano.

Etério Galvão presta homenagem a seus assessores

Uma homenagem a todos os seus assessores foi um dos destaques do discurso do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, durante a solenidade de inauguração do prédio do novo Fórum do Recife na última sexta-feira.

Ao afirmar que não citaria o nome de cada um dos assessores, por medo de pecar por omissão, o presidente do TJPE disse que homenagearia todos os seus colaboradores no nome de uma só pessoa: a diretora de Engenharia e Arquitetura Rogéria Magalhães (foto), coordenadora dos trabalhos que resultaram na inauguração do edifício que vai concentrar as 80 Varas da Capital.

Ele ressaltou o empenho da diretora Rogéria Magalhães, durante os 15 meses de construção da obra. Segundo Etério Galvão, a engenheira foi uma das grandes responsáveis pela entrega da obra dentro do prazo que havia sido previsto desde o início da sua gestão, em fevereiro do ano passado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Cintra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Praça da República, s/n, Rio Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: (81) 419-3283 Fax 426-1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 231 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 11 de dezembro de 1999

Roberto Magalhães afirma que a Justiça é para todos

O prefeito Roberto Magalhães disse que, com a iniciativa de construir o prédio do novo Fórum do Recife, Etério Galvão ingressa na história da cidade

Assis Lima

O prefeito do Recife, Roberto Magalhães, não perdeu a oportunidade de ressaltar a importância da integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, durante o discurso realizado na inauguração do prédio do novo Fórum do Recife. Ele lembrou Montesquieu e falou da harmonia necessária entre os três poderes. Magalhães disse ainda que a edifício inaugurado era resultado dessa harmonia: "É importante registrar que os três Poderes do Estado concorreram para que se realizasse esta obra".

O Executivo foi responsável pela desapropriação do terreno, o Legislativo deu prévia autorização e o Judiciário, segundo o prefeito, sob a liderança afirmativa de Etério Galvão, construiu o prédio.

A aproximação entre a sociedade e a Justiça foi outro aspecto registrado por Roberto Magalhães. "A grandeza do Direito está na aplicação da Justiça para todos", disse o prefeito e também professor de Direito.

Defendendo que o pior julgamento é aquele que não acontece, Magalhães afirmou que a coragem cívica de tomar decisões, como a do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, ao construir o edifício do novo Fórum do Recife, é uma forma de começar a resolver os problemas de um País, de um Poder ou de uma cidade.

"Encerra-se hoje um longo ciclo, desde 1930, das improvisações na questão do Fórum do Recife: nada mais de edifícios adaptados, mas sim projetados e submetidos a júri qualificado para sua escolha", ressaltou, referindo-se à situação em que se encontrava a Justiça no Recife, sem um local adequado para seu funcionamento, e ao fato da última construção para abrigar o Poder Judiciário ter sido realizada em 1930, quando foi erguido o Palácio da Justiça.

O prefeito Roberto Magalhães concluiu seu discurso, lembrando o papel que o edifício irá desempenhar na vida da população e o pólo de serviços que será criado com o funcionamento do novo Fórum, em fevereiro. Ele agradeceu ainda ao presidente pelo gesto que faz Etério Galvão "ingressar na história do Recife".

TJPE tem nova homepage

A nova homepage do Tribunal de Justiça de Pernambuco já pode ser acessada. Além do serviço on-line, onde cada passo processual é lançado em rede instantaneamente, a página agora também dispõe das informações sobre processos em tramitação no 1º grau, tanto da Comarca do Recife quanto de Olinda. "Essas são as comarcas onde o sistema JudWin de distribuição e controle processual já se encontra em pleno funcionamento, possibilitando, com a nova homepage programada por técnicos do próprio Tribunal, que o advogado ou qualquer parte interessada acompanhe o processo sem sair de casa ou do escritório", comemora o diretor de Informática do TJPE, Edmundo Mendonça.

O novo perfil da homepage do Judiciário estadual, além do acompanhamento processual do 1º e 2º graus, ainda disponibiliza vários outros itens relacionados com a atividade jurídica: jurisprudência, legislações, sites jurídicos de todo o Brasil, informativos, utilidade pública, listas e fóruns, lançamento e andamento de processos licitatórios do TJPE, entre outros. "O processo de modernização do TJPE é irreversível", analisa o diretor de Informática, que durante o biênio 1998/2000 tem coordenado as iniciativas na área.

AGENDA

Pleno

A eleição da mesa diretora que presidirá o Tribunal de Justiça de Pernambuco durante o biênio 2000/2002 é um dos pontos da pauta prevista para a próxima reunião do Pleno, que acontece nesta segunda-feira, às 14h. Na mesma sessão, deverão ser escolhidos um substituto para o Corregedor Geral de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura, das comissões de Organização Judiciária e Regimento Interno, de Jurisprudência e Publicações. Também está prevista a eleição do diretor da Escola da Magistratura e escolha dos juízes substitutos de desembargadores durante o biênio.

Inscrições

Continuam abertas, até o próximo dia 22, as inscrições para o XVII Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira do Ministério Público do Rio Grande do Sul. São 17 vagas para o cargo de Promotor de Justiça Substituto. Outras informações podem ser obtidas pelos endereços www.mp.rs.gov.br ou www.afans.br, ou ainda pelo telefone (0xx67)720.2126.

Juizado

O Tribunal de Justiça de Pernambuco inaugura mais um Juizado Especial Cível no interior do estado. Desta vez, a Comarca contemplada é a de Limoeiro. A solenidade, que acontece no dia 21 deste mês, às 17h, deverá contar com a presença do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, segundo informou a coordenadora geral dos Juizados Especiais, Gisela Pires.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Marcos Costa

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Praça da República, s/n, São Antônio - Recife-PE

Fone/FAX: 419.3250 Fax 224.1163

e-mail: ascom@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 232 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 14 de dezembro de 1999

Nildo Nery é o presidente do TJPE para o biênio 2000-2002

Por 19 votos, o desembargador Nildo Nery foi escolhido entem o novo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Com ele, foram eleitos também os desembargadores Mário Melo e Hélio Siqueira Campos que vão assumir, respectivamente, a vice-presidência e a Corregedoria Geral de Justiça. A posse está marcada para 7 de fevereiro, iniciando-se uma gestão de dois anos à frente do Judiciário estadual. Os eleitos, novos integrantes da Mesa Diretora do biênio 2000/2002, substituem os desembargadores Etério Galvão, Napoleão Tavares e Mário Melo. A escolha foi realizada durante sessão aberta do Pleno e votação secreta, na presença de 25 desembargadores.

Foram eleitos ainda o vice-presidente, Mário Melo, e o próximo corregedor geral de Justiça, Siqueira Campos

Presidente - Nascido no município de Goiana há 65 anos, Nildo Nery formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1958, ingressando na magistratura em 1962. Atuou em Comarcas como Condado, Goiana, Itambé. No Recife, ocupou a 2ª Vara do Júri, por vários anos. Foi promovido a desembargador em 1990 e, até fevereiro, quando tomar posse, estará ocupando a presidência da 2ª Vara Criminal do TJPE.

Mário Melo - Atual corregedor geral da Justiça pernambucana, cargo que ocupa até fevereiro, o desembargador Mário Melo foi eleito vice-presidente após 37 anos de magistratura, com 22 votos. No seu currículo, consta atuação em diversas Comarcas do Interior e Varas da Capital, além de já ter atuado também como juiz eleitoral no Recife. Em 1993, chegou ao Tribunal de Justiça como desembargador.

Corregedor - aos 63 anos, o novo corregedor geral da Justiça, desembargador Siqueira Campos, é formado em Direito desde 1963, dois anos depois aprovado em concurso público para juiz. Antes de chegar à Capital, onde atuou também como juiz eleitoral, passou por Comarcas como Betânia, Floresta e Caruaru. Promovido a desembargador em 1993, Siqueira Campos foi eleito corregedor com 22 votos.

Comissões - Durante a sessão plenária, o atual presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, foi conduzido à direção da Escola Superior da Magistratura (Esmape). Foram também eleitos os integrantes do Conselho da Magistratura e das Comissões de Organização Judiciária e de Jurisprudência e Publicações.
Pelo Conselho, composto por sete membros, além da nova Mesa Diretora, assumem os desembargadores Zanir Fernandes, Ivonaldo Pereira, Aquino Reis e Márcio Xavier.
A Comissão de Organização Judiciária é composta agora pelo desembargador Napoleão Tavares, Nelson Santiago e Joaquim de Castro.
Já a Comissão de Jurisprudência e Publicações é formada pelos desembargadores Orael Veloso, Antônio Camarotti e Jones Figueiredo.
O Pleno votou ainda os 15 nomes dos juízes suplentes que, durante o biênio, vão substituir os desembargadores nas Câmaras Cíveis e outros nove que farão a substituição nas Câmaras Criminais. A substituição pelos suplentes é feita quando ocorre afastamento dos desembargadores, durante férias e licença.

Nildo Nery ingressou na magistratura em 1962 e atualmente preside a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Ana Clara e Marcos Costa

Diagramação: Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n, Sto Antônio - Recife-PE.
Fone/FAX: 424-1163
e-mail: ...

Morre o desembargador Ed-Ek Gonçalves

Faleceu, na última sexta-feira (10), vítima de insuficiência renal, o desembargador Ed-Ek Lopes Gonçalves, de 62 anos. Ele foi promovido ao Tribunal de Justiça de Pernambuco em outubro de 1997 e atualmente ocupava o 2º grupo da Câmara Cível do TJPE.

O corpo do desembargador foi velado no Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça, durante a manhã do sábado (11). À tarde, ocorreu o sepultamento, no Cemitério Parque das Flores, no Curado.

Natural de Afogados da Ingazeira, Ed-Ek Gonçalves Lopes atuou como juiz de Direito desde 1963. Passou por diversas Comarcas, entre elas Sertânia, Flores, Triunfo, Tabira, Custódia, Tacaratu, Petrolândia, Carnaíba, Itapetim e Betânia. Na Comarca da Capital, quando já respondia pela 5ª Vara Criminal, foi indicado para substituir um dos integrantes da Corte Judiciária, no exercício de 1994.

A escolha do substituto do desembargador falecido será realizada na próxima segunda-feira (20), durante a última Sessão do Pleno deste ano.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 233 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 15 de dezembro de 1999

Psicólogos trocam experiências durante seminário

Marcos Costa

Helena Ribeiro Fernandes falou sobre o trabalho que vem sendo realizado pelo Centro de Apoio Psicossocial junto às Varas de Família, Assistência Judiciária e de Acidente de Trabalho

O trabalho desenvolvido nos Tribunais de Justiça de Pernambuco e do Distrito Federal, por meio da Psicologia Jurídica, foi o principal assunto do seminário realizado na semana passada no auditório do Centro Integrado da Criança e do Adolescente. O seminário, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia, teve o objetivo de difundir mais a prática da Psicologia Jurídica, uma área considerada ainda nova entre os profissionais.

De acordo com a chefe do Centro de Apoio Psicossocial (CAP), Helena Ribeiro Fernandes, um aspecto importante do seminário é a troca de experiências. Helena Ribeiro ficou responsável pela exposição de todo o trabalho que o CAP vem desenvolvendo, ressaltando o sucesso dos projetos Encontro com Noivos e Conciliação na Família.

Ela destacou ainda os pareceres emitidos pelo Centro. Segundo os dados, 404 pareceres contribuíram diretamente para sentença ao período de 1994 a 1997.

O CAP trabalha junto às quatro Varas de Família, às quatro de Assistência Judiciária e à Vara de Acidente de Trabalho.

Já a chefe do serviço psicossocial do Distrito Federal e Territórios, Marília Lobão, elogiou o trabalho que vem sendo feito em Pernambuco, uma vez que o Judiciário estadual tem uma perspectiva de atuação preventiva, como é o caso do Encontro com Noivos e a Conciliação na Família.

No Distrito Federal, eles vêm desenvolvendo uma abordagem familiar sistêmica no contexto jurídico e, diferente do trabalho em Pernambuco - que adota a peritagem - há a realização de um estudo de caso, com um atendimento mensal que varia entre 12 e 15 casos, segundo a psicóloga Marília Lobão.

Juizado Criminal discute violência familiar

Dos cerca de 3 mil processos que entraram no Juizado Criminal do Recife, este ano, aproximadamente 60% dizem respeito à violência doméstica. Preocupado com os dados estatísticos apresentados pelo juiz coordenador do juizado, Élio Braz Mendes, o Tribunal de Justiça promoveu, na semana passada, na Universidade Federal de Pernambuco, o I Seminário de Combate à Violência Doméstica.

O evento, que teve o objetivo de discutir as causas desse tipo de violência, vai ter agora desdobramento: as equipes multiprofissionais que trabalham no Juizado Criminal serão recicladas para melhor lidar e resolver conflitos de lesão corporal leve, crime de ameaça e agressões físicas em família, ampliando o trabalho que já vem sendo realizado.

Atualmente, 39 organizações governamentais e não governamentais trabalham em parceria com o Juizado Criminal oferecendo apoio psicológico e social às vítimas da violência doméstica. Os agressores também são atendidos, havendo inclusive convênios com entidades que cuidam de dependentes de drogas, como o álcool, uma das maiores causas da desagregação familiar.

Segundo o juiz Élio Mendes, a iniciativa é pioneira no âmbito dos juizados criminais e a idéia já está sendo discutida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, para implantação de modelo similar.

No Recife, o seminário teve a participação do Ministério Público, Defensoria, Polícias Militar e Civil, OAB, Associação Nacional de Mulheres da Carreira Jurídica e organizações não-governamentais, além do grupo de Estudos e Pesquisas da Mulher, da UFPE. O que se entende e como se caracteriza a violência doméstica, suas causas e que tipo de trabalho as instituições realizam na área foram algumas das questões discutidas. O seminário teve apoio da coordenadora geral dos Juizados, Gisela Pires, e da assistente social do Juizado Criminal, Graça Lago.

Ricardo Fernandes/arquivo

Coordenador do seminário, o juiz Élio Braz está preocupado com os índices de violência familiar

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elênio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Ricki

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Dirceane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Ariel Cunha e Marcos Costa

Diagramação: Dirceane Alcântara

Redação: Rua da República, s/n São Antonio - Recife-PE

fone/fax(081) 419-3251 Fax 424-1163

e-mail: ...@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/tjpe/e

CAP - fone: 421.5080 - ramal 256

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 234 | Poder Judiciário | Recife, 16 de dezembro de 1999

Investimento tecnológico coloca TJ em sintonia com os novos tempos

Com as medidas adotadas, o usuário passa a contar com serviços mais eficientes e confiáveis

Cerca de 1.200 computadores, 400 impressoras, 800 servidores treinados, implantação do sistema Judwin no Recife e Olinda, além de uma nova homepage, foram alguns dos pontos enumerados como exemplos do processo de modernização do Poder Judiciário estadual pelo diretor de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Edmundo Mendonça.

Ele ressaltou que todos os setores do Judiciário foram contemplados: "Tanto as áreas fim quanto as áreas de apoio, não esquecendo a estruturação da própria Diretoria de Informática", afirmou.

Mendonça disse também que as medidas foram necessárias para que as demandas de modernização pudessem ser atendidas.

Segundo uma avaliação da própria Diretoria, as dificuldades financeiras atravessadas durante este ano retardaram algumas ações que poderiam ter sido implementadas. Apesar disso, de acordo com a Informática, muitas iniciativas foram tomadas: "Diversas ações estruturadoras foram realizadas, dentre as quais destacamos a regularização dos contratos de manutenção e fornecimento de softwares, sem falar no início dos investimentos na capacitação dos profissionais da Informática, atividade de essencial ao desempenho satisfatório de suas funções", explicou Mendonça.

Com essas mudanças, o Judiciário pernambucano sai de uma fase de utilização de sistemas manuais, lentos e desgastantes para um momento em que a tecnologia está presente na instituição, onde os sistemas passam a ser utilizados e os primeiros resultados começam a ser observados. As consultas processuais pela Internet são exemplo das mudanças que vêm sendo implementadas no Judiciário.

Marcio Costa/Arquivo

A Diretoria de Informática assumiu como meta modernizar todo os serviços do Judiciário

Para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, o investimento na área de Informática mostra ainda o esforço feito para garantir à população uma Justiça mais ágil e acessível. "Quando afirmamos que estamos promovendo uma abertura do Poder Judiciário para a sociedade, mostramos isso por meio de ações e o uso da tecnologia facilita bastante esse acesso, pois disponibiliza as informações de maneira rápida e eficiente", destacou o presidente.

Etério Galvão disse ainda que a modernização do Judiciário faz parte de um projeto ambicioso, que nasceu com o plano elaborado para sua gestão.

Para Edmundo Mendonça, a informatização não é apenas adquirir um computador. Segundo ele, as atividades e ações são mais profundas e passam por um processo de mudança na forma de trabalhar, pensar e utilizar a tecnologia. "Em última análise, o que se quer com a informatização é a disponibilidade das informações de uma forma rápida, segura e ininterrupta", avaliou o diretor de Informática.

Ainda entre as inovações promovidas com os investimentos na área, os servidores da própria Diretoria desenvolveram uma nova aplicação de controle de processos para as Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias e os Juizados Especiais. Foi realizado ainda um projeto básico para implantação da Rede Corporativa do Judiciário, interligando Fóruns, Juizados e também o Tribunal de Justiça.

Modernização e transparência

Dos cerca de 650 mil processos que hoje tramitam em Pernambuco, aproximadamente 500 mil estão concentrados nas Comarcas de Olinda e Recife. Isto significa que com o programa de modernização implanto pelo TJPE, mais de 76% dos feitos em andamento no estado hoje já podem ser acompanhados sem que o advogado precise sair de sua residência ou escritório de trabalho. O sistema é assemelhado ao que há anos era adotado no 2º Grau, com a diferença de que agora o serviço é on-line. Ou seja, as informações são atualizadas instantaneamente a cada procedimento realizado pelo juiz.

Resultado de quase dois anos de esforços empreendidos pela atual equipe de Informática, o rápido acesso a informações processuais hoje oferecido ao usuário, através do site http://www.tjpe.gov.br, deve-se a um conjunto de medidas que passa pela aquisição de equipamentos de última geração, treinamento de pessoal, implantação do Judwin nas duas Comarcas e, finalmente, a definição de um novo projeto para a homepage deste Poder, além do melhoramento aplicado ao sistema utilizado pelo 2º Grau.

Segundo o técnico em informática Francisco Valério, o Judiciário estadual é hoje um poder de fato transparente. "A nova homepage vem coroar esta realidade, possibilitando, via Internet, comunicação com qualquer ponto do Planeta", argumenta. Valério integra, ao lado de André Gomes, Poliana Oliveira e Cláudia Sanzochi, o grupo de servidores da casa responsável pela elaboração da nova página.

A facilidade de acesso a informações processuais hoje possibilitada destoa com as dificuldades que precisaram ser superadas. "As limitações financeiras enfrentadas este ano nos levaram a retardar processos licitatórios", exemplifica Edmundo Mendonça. Mesmo assim, para o diretor de Informática, com a consulta processual pela Internet o Judiciário pernambucano recuperou vários anos de atraso. "Saímos da idade da pedra organizacional", avalia, acrescentando que ainda há muito a se fazer, mas que a infra-estrutura já está pronta.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Milton Mylo

Assessora de Comunicação Social: Marcia Gomes

Redatores: Clemilson Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Maciel

Fotografia: Antônio Lisboa Marques Costa

Diagramação: Clemilson Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE

Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1463

e-mail: joinf@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dojpe

Diretoria de Informática - fone: 419.3239

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 235 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 17 de dezembro de 1999

desembargadores substitutos

Pleno escolhe 34 juízes da Capital

Ana Lima

O Pleno se reuniu na última segunda-feira e elegeu os desembargadores substitutos

O Tribunal de Justiça de Pernambuco escolheu, na última segunda-feira, 25 juízes da Comarca da Capital para responder por questões cíveis e outros nove para tratarem dos assuntos criminais. Chamados de desembargadores substitutos, eles são escolhidos a cada dois anos para assumirem, no biênio seguinte, todas as vezes em que um desembargador se afastar por um período superior a 30 dias.

Os juízes eleitos pelo Pleno atuam nos processos como desembargadores, seja nas câmaras, grupos de câmaras ou ainda nos gabinetes.

Os juízes são eleitos livremente, sem obedecer à ordem de escolha por antiguidade, mas eles vão sendo chamados para assumir como desembargadores substitutos seguindo uma ordem que começa pelo magistrado mais antigo.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eládio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcus

Fotografia:
Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto. Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Fax 426-1163
e-mail: asimp@tjpe.gov.br

Servidores do Judiciário recebem 13º na segunda

O Poder Judiciário paga, nesta segunda-feira, o décimo terceiro salário. A informação é do Diretor de Finanças, Alexandre Baracho. Ele afirmou que a garantia do décimo terceiro só foi possível devido às medidas de economia tomadas pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Eládio Galvão, no decorrer deste ano.

Com as economias e alguns saldos do ano passado, o Judiciário conseguiu superar o valor da folha de pagamento que gira em torno de R$ 10,5 milhões, segundo dados da Diretoria de Finanças.

Parceria

TJPE constrói Fórum de Lagoa dos Gatos

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Eládio Galvão, recebeu em seu gabinete, na última segunda feira, o juiz da Comarca de Lagoa dos Gatos, Uraquitan José dos Santos, e o prefeito do município, Luís Batista da Silva. Na audiência, que contou também com a presença do corregedor geral da Justiça, desembargador Mário Melo, o assunto tratado foi a construção de um prédio para abrigar o Fórum daquela Comarca.

"O objetivo da nossa vinda foi oficializar a doação, por parte do município, do terreno onde será construído o Fórum. Após lavrar a escritura em cartório - o que deverá ser feito ainda esta semana - será lançado o edital de licitação e será realizada a contratação da empresa para construção da obra", informou Uraquitan, que há quase dois anos responde pela Comarca de Lagoa dos Gatos.

O terreno para construção será doado pela Prefeitura do Município

Alojado em uma pequena casa de aluguel, o Fórum de Lagoa dos Gatos funciona em duas salas. Uma onde fica a secretaria, outra que abriga o gabinete do juiz e a sala de audiências. "Não há divisão e por isso mesmo estamos realizando sessões do Júri na Câmara de Vereadores", acrescentou o juiz.

Como a obra é de total interesse da população do Município, Luís Batista disse que a prefeitura pretende ver o prédio do Fórum da cidade inaugurado ainda ao primeiro semestre do próximo ano.

Ana Lima

O corregedor Mário Melo, o presidente Eládio Galvão, o prefeito Luís Batista e o juiz Uraquitan dos Santos se reuniram para oficializar a doação do terreno ao TJPE

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 236 | Poder Judiciário | Recife, Sábado, 18 de dezembro de 1999

Qualidade

TJPE lança programa Iso 9002

Desembargadores e servidores se preparam para implantação do Iso 9002

O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, lança nesta terça-feira, programa oficial para obter o certificado Iso 9002. O evento, que será realizado às 16h, na sala de sessões do Pleno, no 1° andar do Palácio da Justiça, marca o início das atividades de implantação do sistema na 2ª Câmara Criminal.

O Iso 9002 é um título internacional conferido a entidades públicas e privadas, que conseguem atingir significativo nível de qualidade no desempenho de suas funções. Com a medida, o TJPE pretende, além de padronizar as rotinas administrativas adotadas no julgamento dos processos, conforme exigido pelas normas Iso, racionalizá-las, na busca da eficiência na prestação dos serviços.

Implementando esse sistema de qualidade, o Tribunal de Justiça será um dos primeiros órgãos do Judiciário brasileiro a alcançar o certificado.

Para desenvolver o seu plano de ação, o TJPE tem contado com a ajuda da Petrobrás, através de parceria de cooperação técnica.

Etério Galvão destacou a importância da presença de todos que fazem o Judiciário durante o lançamento do programa

O projeto piloto será dirigido nesse primeiro momento à 2ª Câmara Criminal, que é composta atualmente pelos desembargadores Nildo Nery, presidente eleito do Tribunal de Justiça para o próximo biênio, Fausto Freitas e Og Fernandes. O objetivo, porém, é estender o projeto para as demais Câmaras e para o 1° grau.

Etério Galvão ressaltou a importância da presença de desembargadores, juízes e representantes do Ministério Público, além de servidores de Justiça, que estão envolvidos no programa de certificação, durante o lançamento.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mello

Assessora de Comunicação Social:
Marcia Gomes

Redatores:
Christiane Alcântara, Roberta Lemos e Sérgio Marcos

Fotografia:
Alcir Lima e Marcio Costa

Diagramação:
Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n (Pátio Amarelo - Recife-PE)
Fone/Fax(081) 419-3201 Fax 424-1163
e-mail: assimp@tjpe.gov.br

Judiciário pernambucano é tema de mestrado

As mudanças organizacionais e inovações verificadas no Judiciário pernambucano serão tema do curso de mestrado, realizado através da Faculdade de Administração da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pré-selecionado em concurso nacional, em que disputaram cerca de três mil candidatos, o projeto final será desenvolvido pelo atual diretor financeiro do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Alexandre Baracho, no período de janeiro do próximo ano a dezembro de 2001.

Com processo de seleção coordenado pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, um dos pré-requisitos para a aceitação do anteprojeto é a aplicabilidade do tema a ser desenvolvido. Para Baracho, o tema escolhido, que leva em consideração o cenário de questionamento político-institucional em que atualmente a Justiça no Brasil está inserida, não só é aplicável na prática como também se faz necessário.

Baracho afirma que as mudanças no Judiciário precisam ser analisadas

Ainda segundo o diretor financeiro do TJPE, a grande preocupação das instituições jurídicas com temas específicos, como a revisão e atualização de códigos, torna as questões administrativas secundárias. "Apesar de atual, o estudo da gestão administrativa dos judiciários é um tema pouco estudado", observa.

Partindo desta análise, Baracho entende que as mudanças e inovações aplicadas pela atual gestão do TJPE aparecem como exceção no contexto nacional. "Essa linha de pesquisa deverá permitir analisar, de forma estruturada, o modo como vem se organizando o Poder Judiciário do estado de Pernambuco e de que forma tem reagido às novas exigências da sociedade", disse ele.

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, considera importante a escolha do tema e afirma que o trabalho deve receber todo o apoio necessário, por parte do Tribunal de Justiça, para a sua realização. "O tema é de alta relevância para o Poder Judiciário, uma vez que poderá permitir uma melhor avaliação dos resultados obtidos, ou a serem obtidos no futuro, a partir das ações desenvolvidas com a modernização deste Poder", justificou Etério Galvão.

Agenda

Limoeiro

A inauguração do Juizado Cível de Limoeiro foi cancelada.
A solenidade estava marcada para terça-feira (21).
O TJPE ainda não definiu nova data para a instalação.

Errata

A matéria publicada no Diário Oficial de ontem apresentou um equívoco: no lugar de 34 desembargadores substitutos escolhidos, leia-se 24, sendo 15 para a área Cível e nove para a Criminal.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 237 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 21 de dezembro de 1999

Rivadávia Brayner é eleito desembargador

Com 24 anos na magistratura, o juiz Rivadávia Brayner foi conduzido, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Sua inclusão na lista tríplice, que resultou na escolha de seu nome, foi aprovada por 21 dos integrantes do Pleno, durante a sessão de ontem. Ele ocupa a vaga deixada pelo desembargador Ed-Ek Gonçalves, recentemente falecido.

Natural de Paudalho, onde foi serventuário da Justiça por 13 anos, antes de se formar em Direito e ingressar na magistratura, Rivadávia Brayner afirma que a eleição é uma recompensa pelos serviços prestados ao Judiciário pernambucano, desde a época em que era serventuário. "Foi o maior prêmio que poderiam me dar", disse emocionado.

Aos 62 anos, o novo desembargador passou pelas comarcas de Carnaíba, Passira e Carpina até chegar à Capital, quando assumiu a 4ª Vara de Família e Registro Civil.

Entre 1992 e 1997, Rivadávia foi juiz corregedor auxiliar. Em 1998, voltou a assumir a 4ª Vara de Família. Desde então, vem sendo o juiz que mais prolatou sentenças. "Este ano, foram cerca de duas mil sentenças prolatadas. Deixo a Vara sem nenhum processo inconcluso", ressaltou o magistrado.

O novo desembargador fez questão de mencionar ainda a importância do apoio de sua família durante toda sua carreira de magistrado. "Devo destacar também a presença constante da minha mulher, Bezinha Rangel, em todos os momentos da minha vida", disse Brayner.

Posse

A posse do novo desembargador será hoje, às 16h30, no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Ana Lima

Rivadávia Brayner assume o cargo de desembargador por merecimento depois de 24 anos na magistratura

Campanha educativa alerta para riscos da Aids

Uma campanha educativa sobre os riscos de contaminação e formas de prevenção da Aids vai encerrar as atividades em 1999 da Serad - sessão subordinada à Diretoria de Recursos Humanos que atua nas áreas de psicologia e assistência social. A campanha, que acontece hoje e amanhã, é uma iniciativa conjunta com a Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça. "O primeiro passo para a prevenção é estar bem informado" é o tema da campanha.

Os panfletos que serão distribuídos, abordando as principais dúvidas, como as possibilidades ou não de transmissão do vírus através do suor, saliva ou lágrima, trazem informações baseadas em dados fornecidos pela infectologista Martha Romeiro, do Hospital Correia Picanço. Entre outras orientações importantes, o panfleto orienta sobre o tratamento para evitar, em caso de gestantes portadoras do HIV, que o vírus seja transmitido ao filho.

Criada em julho do ano passado, quando era identificada como Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia, a atual Serad tem por objetivo auxiliar no atendimento e encaminhamento de funcionários com problemas pessoais que interfiram na vida profissional. "De acordo com a gravidade do problema detectado, nós também encaminhamos o caso para instituições ou pessoas especializadas", esclarece a psicóloga Lúcia Carneiro Leão, segundo a qual mais de 40 servidores passaram por tratamento através do setor.

Entre os casos mais comuns atendidos pela Serad, constam problemas de alcoolismo, depressão, estresse, soropositividade, lesão decorrente de esforço repetido, ou ainda problemas relacionados ao ambiente de trabalho, como alergia respiratória ou dificuldade de relacionamento. "Nossa preocupação não é apenas com o indivíduo isoladamente. Também leva-se em conta o ambiente de trabalho e familiar da pessoa atendida", acrescenta a assistente social Ana Karla Brandão, que também integra a Serad.

Campanhas

Entre as campanhas preventivas realizadas pela Serad durante este ano, em iniciativas conjuntas da Coordenadoria de Saúde com a DRH, estiveram em evidência temas como prevenção do câncer de colo do útero e câncer de mama.

Várias outras palestras foram realizadas, das quais cinco específicas sobre estresse, nas Comarcas da Capital e Olinda.

Ana Lima

Ao longo de todo o ano, a Serad tem promovido uma série de palestras com o objetivo de orientar e conscientizar os servidores

ERRATA

Por equívoco, o Diário Oficial de 14.12.99 informou que a posse do novo presidente do TJPE, desembargador Nildo Nery, seria no dia 7 de fevereiro. A data correta da posse é 1º de fevereiro de 2000. Pedimos desculpas aos leitores.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eládio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Christiane Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Maciel

Fotografia:
Ana Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/Fax: (081) 419-3224 Fax: 424-1143
e-mail: aco@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 238 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 22 de dezembro de 1999

TJPE divulga resultado de concurso público

O Tribunal de Justiça de Pernambuco divulgou, segunda-feira, o resultado do concurso público para delegação dos serviços notariais e de registro público. Dos quase mil inscritos, foram aprovados 37, sendo 11 para oficial de registro civil e 26 para oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos.

Segundo o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, o concurso foi uma iniciativa que visa regularizar a situação do extrajudicial no estado. Ele afirmou que o objetivo é garantir à sociedade serviços que atendam à demanda da população.

Os candidatos aprovados deverão se submeter, ainda, à segunda e última etapa do concurso: a de títulos, que tem critério classificatório. Os documentos para esta etapa devem ser apresentados de 24 a 28 de janeiro de 2000, na secretaria do concurso, localizada no Palácio da Justiça, das 14h às 18h.

Todos os documentos serão encaminhados à Fundação Carlos Chagas, que coordena o concurso, para divulgação da relação final dos aprovados. Foram abertas ao todo 137 vagas, sendo 69 para oficial de registro civil e 68 para tabelião.

Os candidatos (veja box) prestaram provas de Língua Portuguesa, Direito Constitucional, Civil, Penal, Comercial, além de terem se preparado para questões referentes às leis de Registro Público, dos Serviços Notariais e de Registro, Lei de Protestos de Títulos, Código de Defesa do Consumidor, Código da Organização Judiciária, entre outras.

Etério Galvão ressaltou a importância do concurso para os serviços do extrajudicial

Confira os nomes dos aprovados por ordem de classificação

Cargo: Oficial de Registro Civil

Carlos André F de Oliveira
Maria da Penha Emerli Madeira
Juliana Pessoa Rafael
Jader Lúcio de Lima Pessoa
Roseana Andrade Porto Virgínio
Lourival Gonçalves de Oliveira
Paulo Gervais Veloso Filho
Lourival Brito Pereira
Allan José dos Santos Borges
Alexandre Augusto Arcaro
Isabel Cristina Almeida Freitas

Cargo: Oficial de Registro de Imóveis e Registro de Títulos e Documentos

César Arthur C de Carvalho
Júnia Gomes Flora
Jaílcio Escobar
Maria da Penha Emerli Madeira
Lourival Gonçalves de Oliveira
Fábio Lourenço de Lima
Geraldo Nunes da Mota
Ivanildo Figueiredo A de O Filho
Jader Lúcio de Lima Pessoa
Allan José dos Santos Borges
Fábio Romero Aragão Cordeiro
Alfredo Mariano de Brito
Carlos André F de Oliveira
Antonio Fernando da Silva
Raimundo Miguel França Carvalho
Ada Lúcia Soares Paes de Souza
Elias Mathias dos Santos
Adriano Joaquim da Silva
Aurélio Joaquim da Silva
Edilma Corina de Santana
Gustavo Santos Barbosa
José Alexandre Paes Filho
Mônica Machado Campos
Jorge Henrique de A Carvalho
Maurília Duarte Machado
Paulliana Siqueira Porto

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Queiroz

Redatores: Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Anna Lima e Marcos Costa

Diagramação: Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3201 Fax 424-1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Judiciário mantém plantão durante recesso forense

O Poder Judiciário de Pernambuco entra em recesso a partir desta sexta-feira até o dia 02 de janeiro, período em que se iniciam as férias forenses - conforme a emenda constitucional nº 14. Os fóruns, Juizados, e o Tribunal de Justiça voltam a atender normalmente em fevereiro do próximo ano. A informação é da Secretaria Judiciária do TJPE. Durante o recesso, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, ficará de plantão para atendimento dos casos de urgência. Em janeiro, os processos que não podem esperar serão encaminhados para a Câmara de Férias, composta desta vez pelos desembargadores Nelson Santiago, Macedo Malta e Alves da Rocha.

No próximo mês, o atendimento será nas cidades-sede das circunscrições judiciárias

Ainda durante o recesso, ficam de prontidão todos os juízes do Interior e também no Recife e Região Metropolitana. No mês de janeiro, o atendimento será feito nas cidades-sede das circunscrições judiciárias: Recife, Olinda, Salgueiro, Petrolina, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Garanhuns, Caruaru, Palmares, Cabo, Olinda, Nazaré da Mata, Limoeiro e Vitória, para onde devem ser encaminhados os casos de urgência. Os juizados especiais, com exceção do Juizado de Execuções Cíveis e do Colégio Recursal, ficarão fechados.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXVI • Nº 240 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 24 de dezembro de 1999

TJPE abre concurso para juiz

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, determinou a abertura do concurso público de provas e títulos para o provimento do cargo de juiz substituto de primeira entrância. As inscrições ficam abertas entre os dias 27 deste mês e o dia 27 de janeiro, na Secretaria Judiciária do TJPE, que fica no 2º andar do Palácio da Justiça, no horário das 12 às 18h.

Durante todo o ano, o Judiciário passou por dificuldades devido à falta de recursos ocasionada pelo corte do duodécimo. Segundo o juiz Ruy Patu, devido a esse motivo, não foi possível abrir concurso para juiz anteriormente, embora o Tribunal de Justiça tivesse necessidade de preenchimento do quadro da magistratura. Ruy Patu explicou que, com a fixação do duodécimo pelo Supremo Tribunal Federal, o TJPE teve agora condições de fazer uma previsão orçamentária para o concurso.

Marcio Costa/Arquivo

Com validade de dois anos, o concurso oferece 31 vagas, com previsão para mais 31, que devem ficar disponíveis com a promoção de juízes da primeira para segunda entrância.

O concurso vai constar de provas escritas objetiva, dissertativa e prática, além das provas oral e de títulos. Os candidatos serão ainda submetidos a exame de saúde e psicotécnico e deverão prestar o Curso de Preparação à Magistratura. A primeira prova será no dia 7 de maio de 2000.

Segundo o programa divulgado, as provas escrita e oral devem versar sobre Direito Constitucional, Administrativo, Organização Judiciária, Direito Tributário, Eleitoral, Penal, Processual Civil, Processual Penal, Direito Civil e Direito do Consumidor. Todas as provas serão eliminatórias, exceto a de títulos. O candidato, para ser aprovado, deve tirar, no mínimo, a nota cinco em qualquer das provas e alcançar a nota seis como média final. A classificação dos candidatos vai obedecer à ordem decrescente das médias finais. Em caso de empate, a comissão examinadora vai utilizar o critério da média das provas escritas, recorrendo sucessivamente à média do curso preparatório, à nota da prova oral, da prova de títulos e ao sorteio.

A previsão é de que o resultado final do concurso seja publicado no dia 27 de março de 2001, de acordo com o cronograma divulgado, embora os prazos previstos possam ser alterados livremente pela comissão examinadora, conforme as necessidades.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mello

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Christianne Alcântara, Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anco Lima e Marcos Costa

Diagramação:
Christianne Alcântara

Redação
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Fax: 424-1163
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Etério Galvão inaugura Memorial da Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, inaugura, no dia 4 de janeiro, às 10h, o Memorial da Justiça. Localizado na Avenida Alfredo Lisboa, Bairro do Recife, o Memorial será instalado na antiga Estação do Brum, que data do final do século passado. Para a cerimônia de inauguração, está prevista a exibição de um vídeo sobre o processo de abertura do Judiciário pernambucano para a sociedade.

Recuperado com o objetivo de resgatar e preservar a história da Justiça em Pernambuco, o Memorial vai se constituir em local de visitação turística e de pesquisa para estudiosos.

Etério Galvão destacou a importância da iniciativa e disse que o Memorial da Justiça vem atender uma necessidade antiga do Poder Judiciário estadual: "Neste espaço, ficará conservada a memória do Judiciário pernambucano", afirmou.

Anco Lima/Arquivo

O Memorial da Justiça fica localizado na Antiga Estação do Brum, que data do final do século passado

Agenda

Tuparetama

O Fórum da Comarca de Tuparetama será inaugurado no dia 7 de janeiro, às 17h.
O prédio fica localizado na rua Tereza Menezes, Centro.

Limoeiro

No dia 11 de janeiro, será inaugurado o Juizado Especial Cível da Comarca de Limoeiro. A solenidade está marcada para as 17h, na Praça da Bandeira, Shopping Center.